

UNIVERSIDADE ABERTA



José M. R. Freire da Silva

S. TOMÉ DE MELIAPOR EM FINS DO SÉC. XVII
NA *STORIA DO MOGHOR* DE NICCOLAO MANUCCI

S. TOMÉ DE MELIAPOR
EM FINS DO SÉC. XVII
NA *STORIA DO MOGHOR*
DE NICCOLAO MANUCCI

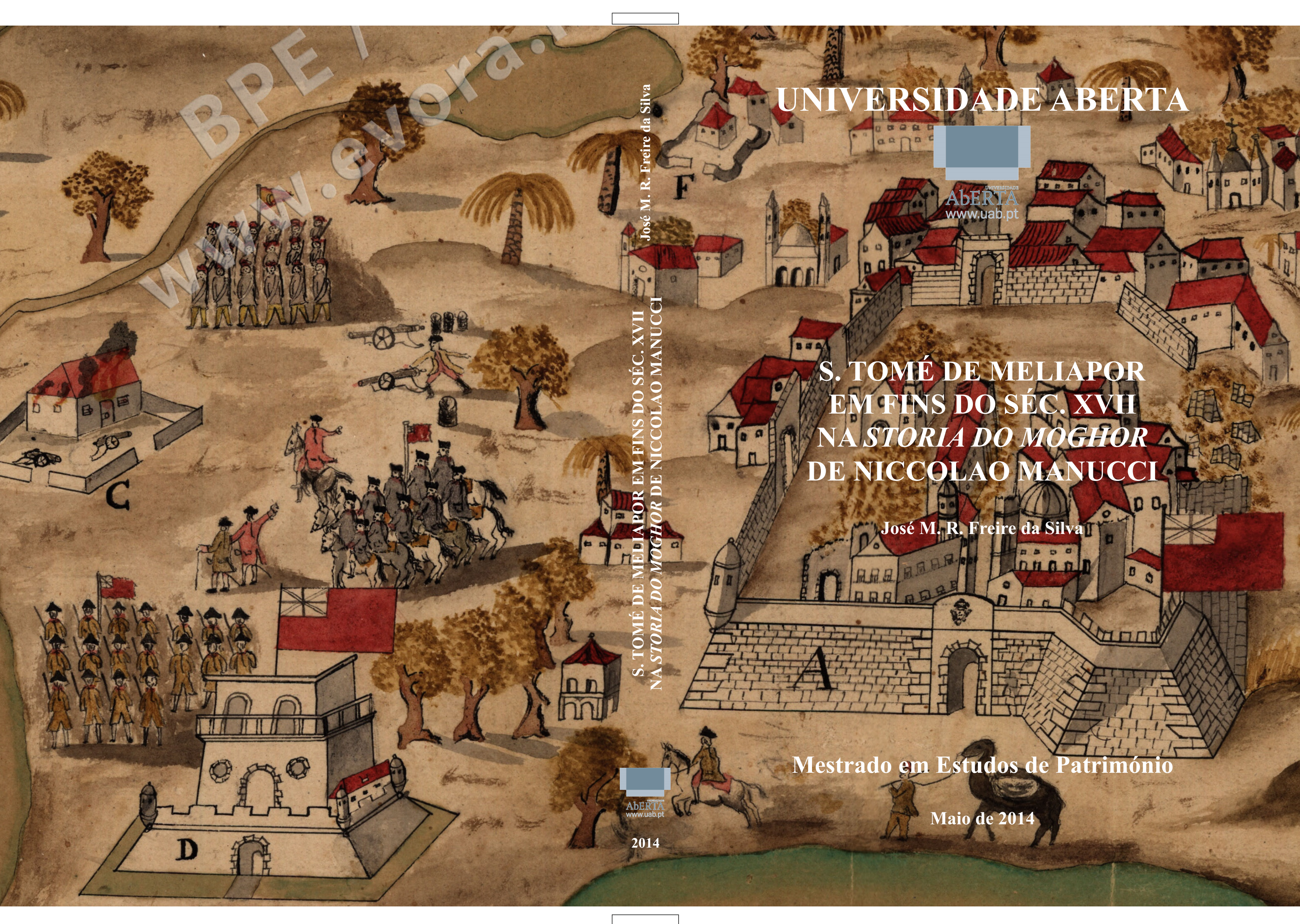
José M. R. Freire da Silva

Mestrado em Estudos de Património

Maio de 2014



2014



UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**S. TOMÉ DE MELIAPOR
EM FINS DO SÉC. XVII
NA *STORIA DO MOGHOR* DE
NICCOLAO MANUCCI**

Dissertação orientada
pela Professora Doutora Ana Paula Avelar

Mestrado em Estudos de Património

José Manuel Rebelo Freire da Silva

Lisboa, Julho de 2014

Esclarecimento sobre a edição do texto

Guiamo-nos pelas normas portuguesas nomeadamente as NP 405-1, 405- 2, 405-3 e 405-4, de 1994 no que se refere ao método de referenciar e citar outros autores e documentos, conforme o manual publicado pela Biblioteca da UA. Utilizou-se a grafia em *itálico* para transcrever palavras ou frases completas recolhidas na documentação consultada ou para destacar nomes e nomes próprios ou expressões de grafia pouco corrente no português actual.

Nas transcrições, traduziu-se para português a partir do texto da edição inglesa que por sua vez já foi traduzido do manuscrito original em português, italiano ou francês, para inglês, mantendo-se o mais possível os nomes e designações tal como figuram na edição inglesa, bem como as suas grafias. Manteve-se no entanto a transcrição de obras da bibliografia nas suas línguas originais, em francês e inglês da época

Uniformizaram-se o mais possível expressões, nomes e cargos dos personagens referidos no texto, mantendo entre parentesis as grafias alternativas dada a sua diversidade de autor para autor, dotando-se o trabalho de um pequeno glossário onde se procurou fazer alguma luz sobre significações de alguns termos e do seu emprego adequado.

Transpôs-se também para o texto da dissertação uma cronologia que constituiu um documento de trabalho que fomos construindo como auxiliar de memória ao longo da investigação, que nos parece de utilidade para consulta.

No trabalho de pesquisa foram consultados principalmente a biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, a Biblioteca da Fundação Oriente, o Centro de História de Além Mar, a Biblioteca Nacional de Lisboa, a Biblioteca Pública de Évora e a Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, com agradecimento pela cedência de imagens digitalizadas destas duas últimas instituições da cultura e do saber.

Seguimos a grafia e as regras ortográficas anteriores ao novo acordo ortográfico.

ISBN: 978-989-20-4952-6

Lisboa, Julho de 2014

José M. R. Freire da Silva

Índice

Resumo: S. Tomé de Meliapor em Fins do Séc. XVII na <i>Storia do Moghor</i> , de Niccolao Manucci	6
Abstract: S. Thomé de Meliapor in the End of XVII Century in Niccolao Manucci's <i>Storia do Moghor</i>	7
Introdução	9
1. São Tomé de Meliapor de 1650 a 1750	19
1.1. Enquadramento histórico. Balizas temporais do período em estudo ..	19
1.2. Quadro geográfico geral	22
1.3. Os portugueses no Coromandel, em Bengala e nas redes comerciais do Índico	26
1.4. Os poderes políticos no Sul da península Indústânica.....	31
1.4.1. Os reinos do Sul da Índia e o Império Mugol.....	32
1.4.2. S. Tomé no contexto dos poderes locais indianos	39
1.4.2. S. Tomé e as potências Europeias no Coromandel.....	43
1.4.3. A Diocese de S. Tomé	59
2. O "Estado da Índia Portuguesa"	67
2.1. Goa e o Estado da Índia Portuguesa	69
2.2. O contexto político Europeu. A Restauração de Portugal do domínio de Espanha	75
2.3. Contexto urbanístico da Índia portuguesa . Matrizes urbanas	80
3. Niccolao Manucci, vida, percurso e obra	94
3.1. Niccolao Manucci, por William Irvine	96
3.1.1. Os manuscritos da <i>Storia do Mogor</i>	98
3.1.2. A investigação sobre Manucci	101
3.1.3. Viagem para a Índia	104
3.1.4. Vida e itinerário na Índia	106
3.1.5. Em Baçaim e Goa com os portugueses. Regresso aos muges e novamente com os portugueses em Damão e em Goa. Médico na corte de Shah Alam, em Golconda e regresso finalmente aos europeus em Madras, S. Tomé e Pondicherry.....	109
3.2. Niccolao Manucci e a <i>Storia do Mogor</i>	114
3.2.1. Estrutura da obra.....	114
3.2.2. Recepção da Obra	121

3.2.3. A <i>Storia do Mogor</i> e as suas fontes	124
4. A <i>Storia do Mogor</i> e os portugueses da Índia	126
4.1. Os portugueses de Hugli. História com a princesa Taj Mahal . Cerco e queda da cidade	132
4.1.1. Shahjahan manda assaltar Damão	140
4.2. Shah Suja e os portugueses de Bengala e de Chatigão.....	142
4.3. Conquista do Reino de Assam. Participação dos portugueses de Bengala.	144
4.4. Os portugueses de Bengala e o fim dos piratas de Arracão.....	145
4.5. Manucci visita Hugli e os portugueses que ali vivem	146
4.6. Manucci em Baçaim, e Goa.....	148
4.7. Manucci novamente em Damão e em Goa quando do cerco maharata e da aproximação de Shah Alam	158
4.8. Manucci acompanha Shah Alam. Fuga e regresso a Golconda. Fuga novamente para Madras.....	179
5. A cidade de S. Tomé de Meliapor na <i>Storia do Mogor</i>	181
5.1. Niccolao Manucci em Madras, primeiro contacto com os Portugueses de São Tomé	182
5.2. A antiguidade de São Tomé e os costumes dos antigos	186
5.3. A perda de S. Tomé para o rei de Golconda e para os franceses. As tentativas da sua recuperação	188
5.3.1. A questão da destruição e reconstrução da cidade	202
5.3.2. S. Tomé centro temporário do poder mogol.....	210
5.3.2. Questão da soberania da cidade.....	215
5.4. Um estado de insurreição permanente na cidade.....	217
5.5. Histórias domésticas e crimes passionais dos Portugueses de S. Tomé	222
5.6. Nicolao Manucci e os portugueses de S. Tomé.....	227
5.6.1. Histórias dos naturais da região e rituais dos hindus.....	233
5.7. Controvérsia religiosa em S. Tomé, Pondicherry e Madras	235
5.8. Um episódio tumultuoso com um novo capitão-geral	237
5.9. Caracterização da comunidade de S. Tomé na obra de Niccolao Manucci	242
6. Tentativa de aproximação aos contornos físicos e à estrutura urbana de S. Tomé de Meliapor	246

6.1. Algumas premissas para o desenvolvimento urbanístico das cidades portuguesas na Ásia Oriental	249
6.2. Observação e estudo de alguns elementos do urbanismo de S. Tomé	270
6.3.1. A questão das muralhas da cidade	278
6.3.2. Estrutura urbana, centralidade e tipologia da habitação	301
6.3.3. Toponímia.....	310
6.3.4. Vestígios arqueológicos	313
7. Conclusão.....	316
Glossario	321
Bibiografia	325
Fontes.....	325
Bibliografia Geral	327
Bibliografia Específica.....	331
Webgrafia.....	333
Material Cartográfico e de Imagem	336
Cronologia de alguns acontecimentos.....	339
Índice das Figuras	351

Resumo

S. Tomé de Meliapor em Fins do Séc. XVII na *Storia do Moghor*, de Niccolao Manucci

A partir das descrições sobre os portugueses de S. Tomé de Meliapor por Niccolao Manucci na sua *Storia do Mogor*, reimpressa em 1981 depois de uma primeira publicação em 1907, fizemos uma leitura mais aprofundada da sua obra que nos per

mitiu recolher alguns dos seus testemunhos não só sobre os portugueses desta cidade, mas também sobre os portugueses da Índia em geral, no período de fim de Seiscentos e princípio de Setecentos, em vários locais por onde Manucci passou, desde Baçaim, Goa, Damão, Hugli, até nos sítios mais diversos da Índia onde os encontrou como comerciantes, religiosos, ou militares e aventureiros ao serviço dos mugores, por vezes seus companheiros de armas e de viagens.

Acompanhamos também o trabalho de William Irvine, o investigador que seguiu a pista dos manuscritos de Manucci, os descobriu e traduziu para a língua inglesa já que foram escritos em português, francês e italiano, e que aferiu muitos dos acontecimentos descritos por Manucci com a investigação histórica ao longo de sete a dez anos da sua vida e verificou a sua credibilidade.

Aprofundamos também o conhecimento da história dos portugueses na Índia através da pesquisa em fontes dispersas e sobretudo a do urbanismo e da arquitectura que levaram consigo e deu forma às cidades portuárias que fundaram ou desenvolveram, como foi o caso de S. Tomé de Meliapor, cidade Portuguesa que cresceu à beira do suposto túmulo do Apóstolo Tomé, na costa do Coromandel.

Procuramos na obra de Manucci descobrir os indícios e as omissões sobre como seria a cidade dos portugueses, hoje um pequeno bairro da metrópole de Chennai, durante muitos anos conhecida como Madras. Tentamos completar este conhecimento da cidade com uma reconstituição histórica do seu passado e,

partindo de alguns pressupostos a que alguns trabalhos recentes de investigação sobre o urbanismo e a arquitectura portuguesa na Ásia e no Mundo nos levaram a formular, procuramos pistas para futura investigação sobre este património urbanístico e cultural dos portugueses na Índia, em S. Tomé de Meliapor, esquecido e quase ignorado, excepto por algumas igrejas bem conservadas e ainda existentes, visíveis, e que constituem hoje património arquitectónico e cultural da Índia.

Abstract

S. Thomé de Meliapor in the End of XVII Century in Niccolao Manucci's *Storia do Moghor*

Reading some descriptions about the portuguese in S. Thomé de Meliapor made by Niccolao Mannuci in his *Storia do Mogor*, reprinted in 1981 from its first publication in 1907, we did a more detailed reading of his work that allowed us to collect his witness on the portuguese habitants of this town but also on the portuguese in India in general, in the end of the Six Hundreds and beginning of the Seven Hundreds, in many places where Manucci has been, since Bassain, Goa, Daman, Hugli, or in the most diverse places in India where he found them as trade people, religious or military and adventurers at mughal service, as his comrades in arms or as travel companions only.

We looked also to the work of William Irvine the researcher who followed the trail of Manucci manuscripts, who discovered and translated them into English since they were produced in portuguese, french and italian languages. Irvine also checked many of the events described by Manucci conducting seven to ten years of historical research to assess them and the credibility of his writings.

We tried to bring up a better knowledge of the history of the portuguese in India at that time through different and sparse sources, and we looked for, mainly, the urbanization and architecture that they brought with them and

materialized in the harbour towns they founded or developed as it was the case of S. Thomé de Meliapor, a portuguese town that grew up on the verge of the supposed tomb of the apostle Thomas, in the Coromandel Coast, oriental India. In Manucci work, we looked for the evidences and omissions about how it would look like, the town of the portuguese, today a small neighbourhood of the Chennai metropolis, for many years known as Madras.

We tried also to complete this knowledge of the town with an historical reconstitution of its past and, departing from a few assumptions drawn from late research on portuguese urbanism and architecture in Asia and in the World, we were driven to open clues for further research on this particular urban and cultural heritage of the portuguese in India, forgotten and almost ignored, except for some well kept churches that still exist, well visible, and which are today Indian architectural and cultural heritage.

Introdução

Sendo uma dissertação para o Mestrado de Estudos de Património, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Paula Avelar, é também a oportunidade para dedicar maior atenção ao conhecimento da cidade de S. Tomé de Meliapor e dos seus habitantes, cidade de portugueses já desaparecida e da qual pouco se sabe, situada na Costa do Coromandel, no lado Oriental da Península Hindustânica, e de aprofundar tudo o que lhe possa dar maior conteúdo, reconstruindo uma certa imagem da cidade e dos portugueses que a habitaram.

Soubemos, nos anos oitenta, da sua existência em tão remota parte do subcontinente Indiano, fora das rotas principais da presença Portuguesa na Índia e a curiosidade levou-nos a recolher informação sobre a mesma, pela semelhança da sua formação com o processo de criação e desenvolvimento da cidade de Macau, outra cidade que os portugueses criaram na Ásia e que tivemos oportunidade de conhecer durante alguns anos. Foi nesta cidade que vivemos a experiência de integrar a então existente Comissão de Defesa do Património Arquitectónico e Cultural de Macau, peça de uma legislação então inovadora na Administração Portuguesa que permitiu manter muito da fisionomia e da estrutura urbana da

cidade antiga a qual está hoje, graças a esse facto, integrada no património mundial classificado pela UNESCO.

Deparamos então com um testemunho directo da vida em S. Tomé de Meliapor numa republicação da *Storia do Moghor* de Niccolau Manucci¹, à totalidade da qual viemos a dar agora maior atenção do que a da leitura despreocupada, inicial, de um dos volumes que então adquirimos. É de facto da descoberta de um património histórico urbano que se trata, ao avançarmos para este projecto de dissertação, o de procurar trazer à luz os vestígios duma sociedade de portugueses no séc. XVII-XVIII, longe do seu país de origem, reproduzindo as suas instituições, os seus hábitos e cultura e os traços do seu urbanismo.

Um contorno histórico do tema

Em traços muito largos, podemos dizer que desde muito cedo na Expansão as orientações emanadas de Lisboa pelo Rei D. Manuel incluíam a procura de notícias do túmulo do apóstolo S. Tomé de que se conhecia a existência desde a Alta Idade Média na Europa, já assinalado por Marco Polo e de que havia informações mais recentes através de dois padres cristãos que viajaram para a Europa com Pedro Álvares Cabral. D. Francisco de Almeida, ocupado em estabilizar a fixação Portuguesa na costa Ocidental da Índia, envia então emissários ao Coromandel através de mercadores locais mas que não são bem-sucedidos. Vai ser com o segundo governador da Índia Portuguesa, Afonso de Albuquerque, que são enviados emissários desde a Malaca recém-conquistada às paragens de Bengala, do Pegú e do Coromandel, sendo naquela cidade que vão ser recolhidas as primeiras notícias seguras e detalhadas da região e que Tomé Pires vai registar em 1515 na sua *Suma Oriental*².

¹ Niccolao Manucci, William Irvine Ed., *Storia do Mogor, 1653-1708*, Vol. I, II, III e IV, Oriental Books Reprint Corporation, New Delhi, Reimpressão em 1981, primeira publicação em 1907

² Armando Cortesão, leitura e notas, *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, 1978. Tomé Pires refere em traços largos a existência do reino de Bengala e das suas confrontações com o de Arração, do lado do Pegu e o de Orixá, «da Banda de Choromandel» apontando ainda, além de Bengala, a importância dos portos de Negapatão e de Paleacate, descrevendo também o comércio entre Malaca e Bengala.

Segundo Geneviève Bouchon e Luis Filipe Thomaz, o lugar do túmulo do apóstolo vai ser descoberto em 1517 por particulares que, seguindo orientações prévias de Afonso de Albuquerque, viajavam de Malaca para Bengala no navio de um mercador arménio que aportou a Pulicat, ou Paleacate³, um estabelecimento recente de negociantes Portugueses já inseridos na dinâmica comercial da costa do Coromandel. É daqui que estes viajantes fazem a pé os 60 Km que distam até ao santuário que vão encontrar em ruínas e de onde escrevem a anunciar a descoberta.⁴ Quatro anos mais tarde, o lugar vai enxamear com portugueses que ali se vão fixar transformando-se numa povoação informal à volta do santuário do Apóstolo, o qual vai ser também restaurado e reedificado.

Deste período de fundação da cidade que se vai estender por toda a primeira metade do séc. XVI, temos alguns testemunhos como o de Duarte Barbosa, que esteve na Índia entre 1500 e 1516-17 e parece ser o mais antigo visitante português a descrever o local n' *O Livro de Duarte Barbosa*⁵

[...] uma cidade mui antiga, e assim despovoada [...] que em outro tempo foi mui grande e formosa [...] onde jaz soterrado o corpo do bem-aventurado São Tomé, em uma mui pequena igreja junto com o mar.⁶

Andrea Corsali, negociante italiano que comerciava entre Paleacate e Cochim, descreveu em 1516 uma visita de Piero Strozi ao lugar em ruínas. Este florentino, objecto de um estudo de Sanjay Subrahmanyam⁷, partiu para a Índia na armada de Diogo Mendes em 1510, comerciou na costa do Coromandel e manteve correspondência com a família em Florença que permitiu reconstituir alguns

³ Paleacate (ou Palaverkadu), ou Pulicat, era nesta altura o porto mais importante de Coromandel e ligava por terra à cidade imperial de Vijayanagara, através de Tirupati e de Penugonda

⁴ Geneviève Bouchon e Luis Filipe Thomaz, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy, 1521*, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1988, descrição ao longo do Cap. I. Biblioteca de Arte, cota BI 5976;

⁵ «Charamandel», «Mailapur», in: Duarte Barbosa, *O Livro de Duarte Barbosa*, Introd. e notas de Neves Águas, Europa-América, s.d., Mem Martins, Portugal, p. 150-153

⁶ Id., p. 151

⁷ Sanjay Subrahmanyam, «Piero Strozzi, um Florentino em Terras Portuguesas da Ásia», in: *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700, Comércio e Conflito*, ed. 70, 2002, p 21-34

aspectos da sua vida no Oriente. Em 1511 seguiu para Malaca na armada de Afonso Albuquerque, tendo possivelmente viajado, a seguir, até às Molucas, mas em 1515 partiu para a costa do Coromandel interessado no que descreveu como a existência, nesta região, de «todas as riquezas do mundo, tanto em ouro como em pedras preciosas»⁸. Correspondência de Corsali de 1516 citada por Sanjay Subrahmanyam, refere ter Strozzi visitado *a igreja maior dos Cristãos de S. Tomé* no Coromandel⁹.

Gaspar Correia interessa-se pela actividade de Manuel de Frias, o *capitão e feitor de Choromandel, polo regimento do Governador* e pelo enriquecimento deste personagem e de um João Fróis como feitor da costa da Pescaria [...] *que fez muitos roubos como se fazem hoje em cada dia; porque os males da Índia nom se emendão, mas crecem cada vez mais [...]*¹⁰, era nesta altura governador da Índia D. Duarte de Meneses, estava-se em 1524. Manuel de Frias, na sequência de um levantamento do estado da igreja já anteriormente visitada, nomeadamente pelo próprio Gaspar Correia que lá fora em 1522 com o capitão Pero Lopes Sampaio, o qual *deixou o navio em Paleacate e 12 ou 15 homens foram com ele por terra*,¹¹ fez arrancar as obras do seu restauro, [...] *se foy a casa do Santo Apóstolo e deu dinheiro na mão do padre António Gil pera a obra [...]*¹². Em 1531, o Governador Nuno da Cunha, *mandou por capitão à costa de Choromandel Ambrosio do Rego, em hum navio e duas fustas, pera tirar devassa da casa de S. Thomé, per uns apontamentos que ElRey este anno mandara, porque ElRey lho muyto encarregava. Mas foi Miguel Ferreira, cavalleiro honrado que fôra ao Xequesmael por mandado de Afonso d'Albuquerque*¹³ que levou a cabo a inquirição para o que *buscou pela terra os mais antigos homens que pôde haver, mouros e gentios, naturais e estrangeiros* para apurar o que constava sobre S. Tomé e aquele local¹⁴. O governador, *vendo esta devassa, tomou muita devoção na casa e mandou para*

⁸ Id., p. 27, transcrição por Sanjay a partir de correspondência de Strozzi.

⁹ Id., p. 28

¹⁰ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Lello & Irmão, 1975, Porto, Vol. II, p. 786-787

¹¹ Id. Vol. II, p. 721

¹² Id., Vol. II, p. 787-789

¹³ Ibid.

¹⁴ Id., Vol. III, p. 420-423

*vigairo d'ella um padre francês chamado Ugo Nycolay avendo já muyta povoação de portugueses e alguns casados*¹⁵ dizendo ainda Gaspar Correia que *a casa* [do apóstolo] *se desfez pera se fazer a casa nova que ora está feita*.¹⁶ Segundo Lopes de Almeida, Gaspar Correia deve ter estado presente até ao fim das obras de reparação da capela já que é referido numa carta dos moradores, datada de Setembro de 1537, como estando lá em 1534 e testemunhado o crescimento da cidade.¹⁷

João de Barros por sua vez, documenta alguns momentos do início e vida da cidade¹⁸ e mais tarde, S. Francisco Xavier dá conta da sua visita, ali tendo permanecido alguns meses e escrevendo de Malaca em 1545, referindo sobre esta estadia que «*de todas foi em S. Tomé que sentiu melhor o espírito dos portugueses*»,¹⁹ já a cidade tem ganho forma e população residente.

Diogo do Couto relata uma ameaça à cidade pelo “Rama Rayo”, o rei de «Bisnagá», em Outubro de 1559, era Vice-Rei D. Constantino de Bragança, e a forma como os moradores a ele se submeteram:

(...) elegêram-se de antre todos quatro pessoas das principaes [...] e lhe deram [ao Rama Rayo que se aproximava em pessoa com o seu exército] da parte de todos os moradores os parabens de sua vinda, certificando-lhe o alvoroço com que o esperavam para o servirem.²⁰

Seguiu-se um período de crescimento que se estende para além de 1600 conhecendo-se o relato do viajante Cesar Federicci que descreve a cidade e o comércio da região. Em 1606 Meliapor passa a ser diocese, além de Goa e Cochim,

¹⁵ Id., Vol. III, p. 424-425

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Id. Vol. I, «Introdução», p. XXII

¹⁸ João de Barros, *Asia de João de Barros*, «Nova Edição», 1778, Lisboa, BNL, cópia digitalizada, Decada III, Livro 2, p. 222-238

¹⁹ Sanjay Subrahmanyam refere na nota 23 de fim de capítulo, p. 81, em «O Proveito aos Pés do Apóstolo», em *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala*, ed. 70, 2002, Lisboa, a carta de Francisco Xavier à Companhia de Jesus, publicada em G. Schurhammer e J. Wivki, eds., *Epistolae S. Francisci Xaverii, aliaque eius scripta*, Roma, 1944, pp. 299-55

²⁰ Diogo do Couto, *Da Asia*, Decada VII, Parte Segunda, 1783, Lisboa, («Com Licença da Real Meza Censória e Previlégio Real»), BNL, Cópia digitalizada, p- 53-60

sendo elevada à categoria de cidade com uma Câmara Municipal. António Bocarro descreve-a em 1635 com ilustrações de Pedro Barreto Resende, segundo estudo e transcrições de Isabel Cid publicado pela Imprensa Nacional Casa da Moeda em 1992.²¹

A cidade atravessou a seguir um período de estabilidade sendo ponto de partida de linhas de navegação regular, exploradas pela Coroa ou pelos seus concessionários, com os seus «*chettis portugueses*» como compradores,²² com uma história paralela à que sucedeu com Macau, na China. No entanto, em 1662, o sultão de Golconda mandou cercar a cidade e apoderou-se dela, entregando-a a um dos seus ministros que afastou os portugueses para o exterior, deixando apenas uma guarnição militar dentro da cidade, que reservou para sua utilização como recurso defensivo, para isso mandando acrescentar as suas muralhas e bastiões.

Já no fim do séc. XVII, em 1672, como veremos, depois de um período de grande instabilidade, foi tomada por tropas francesas, depois por forças holandesas aliadas ao exército mugol. Em 1687 os portugueses conseguiram voltar a instalar-se na cidade e finalmente em 1749, com o fim do longo conflito entre a França e a Inglaterra com reflexos na Ásia, a assinatura do tratado de Aix-la-Chapelle veio permitir a sua ocupação pelos ingleses, a seguir aos domínios por estes recuperados aos franceses, em que se incluía Forte de São George, núcleo inicial da que vai ser a cidade de Madras e que os franceses haviam tomado aos ingleses.

Um observador directo na construção do tema

É do período final da vida da cidade o testemunho directo de Niccolao Manucci que relata vários episódios nela ocorridos, tendo residido na sua proximidade, ali passando os últimos anos da sua vida. A descrição de vários acontecimentos passados com portugueses na Índia, pontua partes da obra deste

²¹ António Bocarro e Pedro Barreto Resende, *O Livro das Plantas e Fortalezas, Cidade e Povoações do Estado da Índia Oriental*, vol. II, transcrição de Isabel Cid a partir do original conservado na Biblioteca de Évora, I.N.C.M., Out. 1992, pp 247-250

²² Geneviève Bouchon e L.F. Thomaz, op. cit, Paris, 1988.

autor, a *Storia do Mogor*,²³ de que existem originais manuscritos em português, francês e italiano e uma edição de 1908 comentada e traduzida para inglês por um estudioso da História daquele País, William Irvine, reimpressa na Índia em 1982 e a que tivemos acesso em viagem naquele País.

Niccolao Manucci terá nascido em Veneza chegando à Índia em 1656. Foi artilheiro nos exércitos mogores e serviu Aurangzeb, o herdeiro da dinastia Mugol. Teve uma carreira romântica, no dizer de William Irvine, ocupando várias posições de confiança e responsabilidade na Corte Mugol. Depois de deixar o serviço da Corte, dirigiu-se para Baçaim e permaneceu algum tempo em Goa, tendo no entanto regressado ao serviço dos mugores como médico da Corte, profissão que veio a abraçar a certa altura. Serviu também como mediador em várias situações, tendo prestado serviço nessa qualidade ao Governador de Goa o que lhe valeu uma condecoração portuguesa. Já numa fase adiantada da sua vida foi-lhe atribuída guarida pelo Governador inglês de Forte de São George e pelo Conselho da cidade de Madras, onde teve residência e propriedades, vindo aí supostamente a falecer em 1717 depois de um período em que viveu em Pondicherry, uma possessão francesa mais a sul, na mesma costa de Coromandel.

Descreveu, nas memórias da sua vida passada na Índia, os hábitos, a cultura e a composição do Império Mugol, tendo os manuscritos que enviou para a Europa ido parar às mãos do historiador francês François Catrou que em 1705 escreveu sobre o Império Mugol recorrendo aos manuscritos de Manucci o que terá indignado este autor quando soube do aproveitamento feito do seu trabalho. Fez então chegar a Veneza novos manuscritos a que acrescentou um novo volume, para que fossem publicados como obra sua, distinta da de Catrou, mas que vieram a ser dados como desaparecidos e de que se pensou durante muito tempo terem sido levados por Napoleão, até que um investigador inglês, William Irvine,²⁴ os veio a

²³ Niccolao Manucci, *Storia do Mogor*, 4 volumes, comentada e traduzida para inglês por William Irvine, publicada em 1908 em Londres e reimpressa pela Oriental Books Reprint Corporation em 1981, New Delhi

²⁴ William Irvine, investigador da História da Índia, fez carreira como magistrado no *Civil Service* da administração inglesa na Índia desde 1863 a 1888 e investigou os manuscritos da *Storia do Mogor* e a biografia de Niccolao Manucci, vindo a publicar nas *Indian Series* em 4 volumes, em

encontrar no final do séc. XIX, esquecidos numa biblioteca de Veneza, os traduziu e pesquisou sobre a autenticidade e veracidade dos seus relatos, cotejando-os com as fontes históricas a que teve acesso, ao mesmo tempo que indagou sobre os vários aspectos da vida de Manucci e sobre o percurso dos manuscritos que seguiu, descobriu e revelou.

São os apontamentos sobre os portugueses que Manucci foi conhecendo na Índia e em particular sobre os de S. Tomé de Meliapor perto dos quais viveu no período final da sua vida, que constituem o objecto central do nosso estudo, pela janela que as suas observações nos abre sobre a sua existência remota, no período que antecedeu o fim da sua cidade.

Mas sendo esse o objecto do estudo, a descoberta do contexto em que o situamos alargou o âmbito da pesquisa cujos resultados não pudemos deixar de trazer também para o presente trabalho como uma reflexão sobre uma fase e uma dimensão para nós menos conhecida da aventura portuguesa na Ásia de que o pequeno grupo de portugueses de S. Tomé de Meliapor é um reflexo, a da progressiva e irremediável perda da influência portuguesa no Índico que se seguiu a uma dominação extraordinária de uma tão vasta região do mundo, então mal conhecido, por um tão pequeno grupo de europeus que se adiantou na sua exploração e conhecimento.

Dizia Eduardo Lourenço num depoimento ao *Jornal Arquitectos* num número em que se abordava a questão da identidade portuguesa:

[Portugal] Não era um país qualquer, era um país pequeno que cometeu uma façanha de ordem intrinsecamente transcendente. É tão grande a desproporção entre a pequenez do país e a aventura verdadeiramente fantástica [...] uma coisa de “ficção científica”²⁵

1907 e 1908, a *Storia do Mogor*, traduzida para inglês. In: Jadunath Sarkar, *William Irvine : A Biography*, [Em Linha]

²⁵ Eduardo Lourenço, «Ainda hoje os Portugueses andam aí pelo Mundo a apanhar os Ossos do Império», depoimento no *Jornal Arquitectos*, 237, Out/Nov/Dez, 2009, p. 36-48

E ao desenvolvermos este trabalho, não deixamos de reflectir na sua afirmação, no mesmo depoimento, e que lhe dá o título:

Ainda hoje, depois sobretudo da saída de África, os portugueses andam aí pelo mundo a apanhar os ossos do Império e com a idéia de que através disso se refazem um pouco...



Fig.1: «...uma coisa de “ficção científica...”», (Eduardo Lourenço). *Nau Santa Catarina do Monte Sinai*, pintura atribuída a Joachim Patinir, guardada no Royal Museums Greenwich, disponível em *Wikimedia Commons* [Em Linha]



PLANO

**PRESPETIVA
DA
CIDADE DE S.
THOME DE MELI
APOR, E SEUS DO
MÍNIOS TOMADA PE
LOS INGLEZES
em outubro de
1749.**

COROA DE PORTUGAL

A = A mesma Cid. arru
nada, e a maior p^{te} dos sc
os muros portera; Nella e
xiste o Bispo D.º e camo
leprario do S.^o App^o Gonç
de S. D.^o S. Agost^o e S. Ga
r

B = A cidadella, que D. A
loz de Noron, havia da
pimento a laborar, que foi
puzo pelos Ing^o

C = A coza donde os Ing^o
os lucras empreterab^o

D = A coza forte onde os
Ing^o se estabelecerão, dopo
is que fricou, e de posse de qu
lles dominos.

E = Monte grand; onde os
Ing^o fabricam os magnificos
quintas.

F = Coza forte onde rez
dião os governos Mouros

G = A Cid. de Madras; Ca
mões de S.º Thomé e Cid.
romandol dist. huã leg^o da
de Meli.

H = Ribeira cujas az te v
de S.º Thomé e Cid. huã
xilas sup^o as das out^o p^o

I = Separacão dos limit
de Mad e Meliapor.



Carta de S. Thomé de Meliapor, 1749

Fig. 2: S. Tomé de Meliapor em 1749, Arquivo Distrital e Biblioteca Pública de Évora

1. São Tomé de Meliapor de 1650 a 1750

It was in search of the wealth of the Indies that the Europeans followed the ancient trade routes and reached India. Vasco da Gama arrived on the Malabar Coast in 1498 and the world was never the same again. India and, more specifically, the Coromandel Coast had made the change. It took the other European powers less than a hundred years to convert envy into action and follow the Portuguese to the trading ports of the Golconda and Choromandel coasts.²⁶

Assim sintetiza S. Muthiah, o autor de uma descrição histórica do crescimento de Madras, os cerca de 300 anos que os Portugueses protagonizaram no sul da Índia até o seu papel se diluir à medida que outras potências Europeias lhes foram disputar o domínio e influência no mundo que deram a conhecer. E foi no crescimento da cidade de Madras que a portuguesa S. Tomé de Meliapor se diluiu e quase desapareceu, absorvida pelo centro urbano criado pela Companhia das Índias Orientais inglesa, mas também por claro desígnio desta potência na sua progressão para a supremacia comercial e militar na região.

1.1. Enquadramento histórico. Balizas temporais do período em estudo

O período da cidade de S. Tomé de Meliapor sobre que nos debruçamos situa-se entre o meio do século XVII e o meio do século XVIII, um período difícil para a cidade, criada e desenvolvida durante todo o século XVI de forma extraordinária, até às primeiras décadas do século XVII altura em que entra em declínio, extinguindo-se como cidade portuguesa a meio do séc. XVIII. Como marcos deste período na história dos portugueses na Índia e no Coromandel, elegemos a queda de Malaca em 1646 e a anexação inglesa de S. Tomé em 1749, momentos estes carregados de significados e representativos de profundas viragens na presença portuguesa e europeia nesta parte do mundo e que tiveram também grande impacto na vida da cidade.

²⁶ S. Muthiah, *Madras that is Chennai*, Rampar Publishers, Chennai, 2005, Introduction, p. 6

De um período de algumas décadas na segunda metade do século XVII, segundo Maria Jesus dos Mártires, pouco se sabe da história do Estado da Índia Portuguesa²⁷, mas do que se sabe, é patente o esforço da sua reconstrução como potência asiática após o grande declínio que sobreveio com a perda da maioria das cidades marítimas que controlava. Do mesmo modo, S. Tomé de Meliapor, que atravessou períodos de grande isolamento nessas décadas, assiste ainda ao esforço do seu ressurgimento sob a bandeira Portuguesa, mas por pouco tempo, acabando por submergir à ocupação pela potência britânica à qual a Coroa Portuguesa não teve condições de se opor.

Na visão de Muthiah, conhecida que é a lenda da estadia e martírio «*daquele Tomé que duvidava*» e que se tornou no Apóstolo da Índia, «*objecto da fé de gente de variadas fés*»²⁸ segundo refere, os portugueses chegaram à Costa do Coromandel em 1509 à procura dos restos mortais do apóstolo e durante as duas décadas que se seguiram à sua descoberta “empurraram” Meliapor para longe da praia e criaram a primeira presença Ocidental na costa Este da Índia no que é hoje o Sul da área urbana de Madras. Segundo este autor, existiria uma pequena aglomeração cristã na orla do mar em Meliapor, conhecida dos árabes antigos e dos cristãos Nestorianos como Betumah²⁹ ou Cidade de Tomé, tendo os habitantes construído uma igreja nestoriana sobre o sepulcro do Apóstolo que terá mesmo sido visitada por Marco Polo no séc. XIII. Os portugueses, segundo diz, encontraram esta igreja em ruínas, moveram o sepulcro mais para o interior e sobre ele reconstruíram uma pequena igreja. No seu lugar existe hoje uma basílica de desenho neogótico, consagrada em 1896, erguida segundo o projecto de um engenheiro militar inglês e lugar previligiado de culto duma dedicada comunidade católica local segundo pudemos observar pessoalmente em 2010.

Sobre a origem e localização da mítica Betumah, diferentes versões põem em causa que fosse em Meliapor ou mesmo que nela tivesse a história de Tomé o seu desfecho. Quanto a ter Marco Polo visitado a igreja e o lugar, é mais verosímil

²⁷ Maria Jesus dos Mártires Lopes, “O Império Oriental, 1660-1820”, *Nova História da Expansão Portuguesa*, Estampa, Vol V, Tomo 1, 2006, p 29.

²⁸ S. Mutthiah, op. cit., 2005, p. 122

²⁹ S. Mutthiah, op. cit., 2005, p. 127

aceitar que na sua demorada viagem de regresso da China tenha feito escala em Ceilão e aí tenha recolhido as histórias e informações sobre o Apóstolo, conhecidas das gentes que viajavam pela costa da Índia, de acordo com a versão de Fosco Maraini recolhida na entrada na *Enciclopedia Britânica* (edição de 1955) sobre Marco Polo e que o investigador indiano Ishwar Sharan traz à discussão.³⁰ Aquele antropólogo e escritor italiano consultado por Sharan seria categórico quanto a não ter Meliapor feito parte do itinerário seguido por Marco Polo.

Mas esta parece ser uma discussão ainda em aberto, sobretudo quando se procuram evidências de que os acontecimentos da lenda e da história da peregrinação de S. Tomé tenham tido o seu desfecho neste local da Índia.



Figura 3: A Catedral de S. Tomé (*Santome Cathedral Basilica*), resultado da remodelação de 2004. Em 1893 foi a igreja original demolida, com o Bispo de Mylapore D. Henrique José Read da Silva, e construído o novo edifício, com projecto do Capitão J. A. Power, reservista dos Royal Engineers e paroquiano de São Tomé. Foto nocturna feita pelo autor da dissertação

³⁰ Fosco Maraini, antropólogo e escritor italiano que escreveu uma entrada na *Enciclopedia Britânica* sobre Marco Polo e que fez a reconstituição da viagem de Marco Polo em «Marco Polo», *Encyclopaedia Britannica* [Em Linha]; V/ também investigação de Ishwar Sharan em *The Myth of Saint Thomas and the Mylapore Shiva Temple*, 1991 [Em Linha], Part 1, Section 7 of 24

Map of Chennai

CHENNAI CITY



more maps.



Fig. 4: Representação esquemática da cidade de Madras nos dias de hoje, situando-se S. Tomé no bairro designado por Mylapore, bastante perto do centro (Fort St George), na escala da representação. Reproduzido de *mapsofindia.com* em 2009

1.2. Quadro geográfico geral

O sítio da antiga S. Tomé de Meliapor insere-se na unidade geográfica bem determinada da Costa do Coromandel, de características próprias e que se continua por sua vez pela região de maior amplitude que vai desde a ilha de Ceilão, a Sul, e do canal de passagem para o Malabar, junto ao Cabo Comorim,

compreende o Golfo de Bengala e vai até aos antigos Reinos de Bengala, a Norte, de Arakan, do Pegú e do Sião que correspondem hoje aproximadamente às áreas da Birmânia, Tailândia e Malásia. Podemos ainda incluir nela uma ponta mais meridional mas também mais oriental que é Malaca, como se fosse um outro vértice do triângulo de que o Coromandel é o lado oposto.

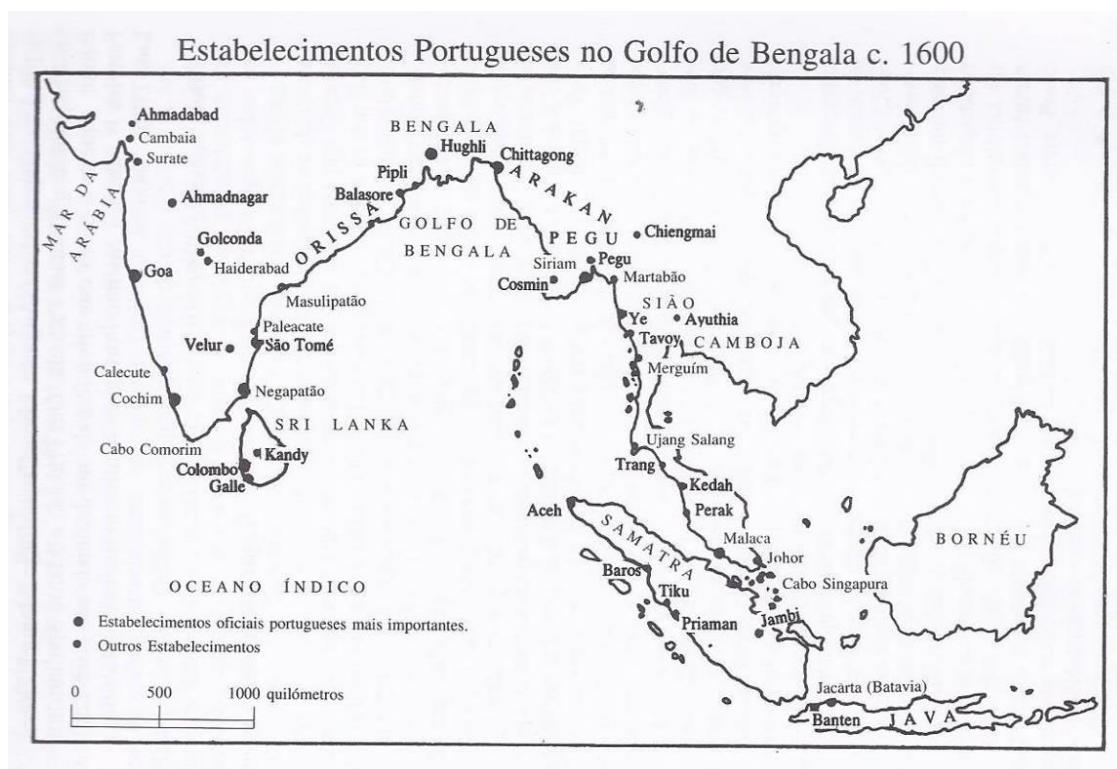


Fig. 5: Carta do Oceano Índico e Golfo de Bengala reproduzida de *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700, Comércio e Conflito*, de Sanjay Subrahmanyam

Esta vasta região que engloba uma parte do Oceano Índico, constituía nos séculos XVI e XVII uma unidade económica com um tráfego comercial marítimo próprio e intenso, pormenorizadamente descrito por Castanheda, João de Barros ou Diogo do Couto, mas também, mais próximo da época em que incide o nosso estudo, por Pyrard de Laval³¹, entre o Coromandel e Malaca, entre o Coromandel e Ceilão e para além do Cabo Comorim, com o Malabar, bem como ao longo de toda a costa desde aquele Cabo até ao Pegú, estendendo-se ainda a toda a área insular das Molucas.

³¹ Pyrard de Laval, *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales (1601-1611)*, Vol. II, Paris, Ed Chandeigne- Librairie Portugaise, 1998, Paris, p.655 a 690

A cidade de S. Tomé não dispunha inicialmente de condições portuárias, tendo-se desenvolvido à volta da descoberta do túmulo do Apóstolo, perto da praia, a que se chegava por terra a partir de Paleacate, uma cidade portuária onde os portugueses se haviam já instalado informalmente desde a segunda década de Quinhentos. A coroa de Portugal sempre incitou a procura e fixação dos portugueses no local. Diogo de Couto escrevia em 1547:

(...) depois que entrámos na India sempre os Reys Catholicos de Portugal mandáram ter muita conta com esta Casa³² que muitas vezes foi renovada; mas de feição, que por tempos tornou a cahir, como esteve até o anno de quarenta e sete, em que os moradores com o Vigario da Casa trataram de a alevantar de feição, que não cahisse por muitos tempos.³³

No entanto, e muito possivelmente, ao longo dos séculos XVII e XVIII S. Tomé chegou a ter instalações para carga e descarga dos navios que fundeavam ao largo da praia, através de pequenos barcos de vai e vem, e que comerciavam com Goa e Bengala ou até com Macau via Malaca e escoava desta forma a exportação de pedras preciosas do reino Vijanyagara ou de «*Bisnaga*»³⁴ como era conhecido dos portugueses, e cobrava direitos alfandegários. Também nos chegam memórias do recurso a Paleacate pelos armadores de S. Tomé para abrigo das embarcações como é referido por Sanjay Subrahmanyam em «O Proveito aos Pés do Apóstolo: A Povoação Portuguesa de Meliapor no Século XVI»³⁵, sendo inicialmente S. Tomé pouco mais do que um suburbio de Paliacate invertendo-se a situação no fim do séc. XVI mas tornando-se o acesso ao porto de mar dificultado ou quase impossível com a instalação dos holandeses na primeira metade do século XVII naquele local e o conflito aberto que os portugueses com eles mantiveram.

Assistimos ainda, no fim do séc. XVII, ao desembarque do Almirante La

³² O autor refere-se à ermida no Monte Grande, da casa do Apóstolo, dedicada a N^a Sr^a do Monte Diogo de Couto, *Da Asia*, Dec. VII., Liv. X, p 475.

³³ Como se lhe refere Duarte Barbosa (1480-1521), no seu *Livro de Duarte Barbosa* em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente, com introdução e notas de Néves Águas, ed. Europa-América, p.87

³⁴ Sanjay Subrahmanyam, *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700, Comércio e Conflito*, Ed 70, 2002, p. 70-75.

Haye dos seus navios ancorados ao largo, pormenorizadamente registado e transcrito por Antoine Prevost na sua *Histoire Generale des Voyages*³⁶ onde não é feita qualquer menção a instalações portuárias.

Na estampa existente na BN Évora e que acompanhava o relato de D. António José de Noronha³⁷, onde é representado o episódio da tomada de S. Tomé pelas armas inglesas³⁸, figura uma espécie de pontão com duas rampas que poderia servir para atracagem de pequenas embarcações que, a ser assim, funcionariam como transporte das mercadorias e pessoas entre a cidade e os navios ancorados ao largo. Esta imagem faz-nos admitir que poderá ter existido este dispositivo durante um período tardio na história da cidade mas que terá sido desactivado após a ocupação inglesa, como veremos. Na mesma imagem está representada a construção de uma nova fortificação a cujas obras D. António



Fig. 6: Pontão com duas rampas sobre a praia, pormenor do *Plano e Perspectiva da Cidade de S. Thomé de Meliapore e seos Dominios, Tomada pelos Ingleses em Outubro de 1749 à Coroa de Portugal*, guardado na BPE

superentendia quando se deu a ocupação inglesa. Note-se a ligação ao mar do recinto militar em construção através do pontão e das rampas para possível desembarque de forças militares.

Adicionalmente às dificuldades de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias há que acrescentar as dificuldades de navegação a que a costa do

³⁶ Antoine François Prevost, «Voyage de La Haye aux Indes Orientales», in *Histoire Générale des Voyages*, Paris, MDCCCLI, Vol VIII, p. 642

³⁷ In: *Sistema Marcial Asiático*, de D. António José de Noronha, publicado e comentado por Carmen M. Radulet, Fundação Oriente, 1994, Lisboa.

³⁸ *Plano e perspectiva da cidade de S. Thomé de Meliapore, e seos domínios, tomada pelos ingleses no Outubro de 1749 a Coroa de Portugal*, 1 planta: ms. Color.; 59x81 cm, um dos exemplares conservados nos códices conhecidos do *Sistema Marcial Asiático* de D. António José de Noronha, Cod. 408 a, mapa entre as pp. 233-234, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora

Coromandel e de uma maneira geral o golfo de Bengala e todo o Índico estão sujeitas durante largos períodos do ano devido ao regime de monções e às tempestades que tornavam a navegação quase impossível nessas alturas.

1.3. Os portugueses no Coromandel, em Bengala e nas redes comerciais do Índico

Com a governação descentalizadora e liberal de Lopo Soares de Albergaria (1515-1518), por oposição à de Afonso de Albuquerque, a quem sucedeu, deu-se um primeiro grande surto de emigração de portugueses para a costa do Coromandel, associada aos grupos ligados ao comércio que este governador terá beneficiado³⁹. Em 1522 a sua existência era um facto reconhecido, e o governo de Goa estendia o seu domínio à região: «*mandou o governador hum criado seu chamado Manoel de frias por capitão e feitor ha costa de Charamandel, onde andavão outros Portugueses tratantes, ao qual deu poder sobre todos*»⁴⁰

Cerca de 20 anos mais tarde, em 1545, D. João de Castro, ao chegar à Índia e no início da sua administração como governador, nomeou para capitão do Coromandel Gabriel de Taíde «*com quem foy muita gente por ser a terra lá mais barata que a India*»⁴¹. Assim, gerações de portugueses e dos seus descendentes, num processo marginal à administração centralizada da Coroa, inseriram-se com sucesso na vida comercial e marítima da região de Bengala, pontuando a costa de estabelecimentos que serviam de base às suas actividades comerciais e marítimas⁴². Intermediaram também, associando-se às comunidades de mercadores locais, o comércio com o exterior distante como Goa, a Pérsia e Portugal, por um lado, e

³⁹ Cf. Helder Carita, *Arquitectura Indo-Portuguesa na região de Cochim e Kerala, modelos e tipologias dos séculos XVI e XVII*, p.34

⁴⁰ Francisco d'Andrada, *Chronica do Muyto Alto e Muyto Poderoso Rey Destes Reynos de Portugal Dom João o III Deste Nome*, 1796, [Edição inicial de 1613] Real Officina da Universidade, Coimbra, Parte I, p. 103

⁴¹ Id., d'Andrada, 1796, Parte IV, cap.II, p.6

⁴² São exemplos os estabelecimentos em Negapatão, Paleacate e Masulipatão no Coromandel, Balasore, Pipli e Hugli mais a norte, em Bengala e já em Arkan (ou Arracan, ou Aracão) o de Chatigão e no Pegú, os de Siriam, Cosmim e Martabão, para referir só alguns.

com a China e o Japão, através de Malaca e Macau, por outro, e mesmo com as distantes Filipinas.

A inserção destes portugueses nas redes comerciais atraíu desde cedo a atenção de Goa que estendeu à navegação da Índia Oriental o regime de cartazes passando a nomear um *Capitão do Coromandel e da Costa da Pescaria*, como já referimos com Manuel de Frias, e a breve trecho um *Capitão-geral* para S. Tomé, estendendo ao Coromandel o sistema das viagens organizadas pela Coroa. Este sistema veio a certa altura a assumir uma condição de exploração comercial privada sob o regime de concessões de viagens⁴³ e originou a multiplicação de iniciativas privadas de portugueses que abandonavam o serviço da Coroa e se estabeleciam à margem do monopólio real, inserindo-se nas redes locais, vindo a fazer parte daquilo que alguns autores classificam como o *A Sombra do Império*,⁴⁴ dado que afinal nunca eram perdidas as relações com a autoridade central.

Miguel Ferreira, em correspondência de 1546 para D. João de Castro e expedida de S. Tomé, dava conta do “corredor marítimo”⁴⁵ que era o fluxo de “*alevantados*” de Goa para Bengala em que passavam «*do Cabo Comorim pera qua muitos navios e fustas pera Bengalla e pera o Reino de Ouriça e pera Maçullepatão*» e que, (noutra carta) «*já espreei a Vosa Senhoria per duas hou tres uias, como hera muita gente passada em nauios pera Maçulapatão e pera ho Reino de Huruxa e pera os portos de Bemguala e pera o porto do Sumdar e Aracão*»⁴⁶.

⁴³ Sanjay Subrahmanyam aborda este assunto em «O Comércio entre Coromandel e Malaca no Século XVI», in: *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala 1500-1700, Comércio e Conflito*, pp. 35-63, Ed. 70, 2002, Lisboa. Neste trabalho, a pp. 50-52, Subrahmanyam analisa o sistema de concessões para que evoluiu a intervenção da Coroa Portuguesa no comércio na região. É exemplo também o registo na *Decada Setima, Livro VII, Da História da Índia*, de Diogo do Couto, pp. 53-60, da passagem por S. Tomé de Pero de Ataíde Inferno, «*que tinha mandado fazer huma viagem de S. Thomé pera Malaca, e ficara ali pera se partir pera Goa*», quando o Rei de Bisnagá, vai montar cerco a S. Tomé em 1559, com numerosas tropas.

⁴⁴ Malyn Newit aborda este tema em *Portugal na História da Europa e do Mundo*, Texto Editores, 2ª Ed, 2012, Alfragide, em «O Estado da Índia», Cap. IV, em particular a pp. 98-102. George Winius dedica ao assunto a totalidade do artigo «Portugal's “Shadow Empire” in the Bay of Bengal», *Revista de Cultura*, n.s 13/14, *The Asian Seas 1500-1800, Local Societies, European Expansion and the Portuguese*, Ed. Instituto Cultural de Macau, 1991

⁴⁵ Jorge M. Flores, «“Um Homem que tem muito crédito naquelas partes”: Miguel Ferreira...», in: *Mare Liberum*, 1992; Lisboa, p. 28

⁴⁶ *Ibid.* O autor cita em roda-pé a fonte, in: Miguel Ferreira a D. João de Castro, S. Tomé, 17.VI.1546, Sch., Ceylon, I, doc. 68, p. 382

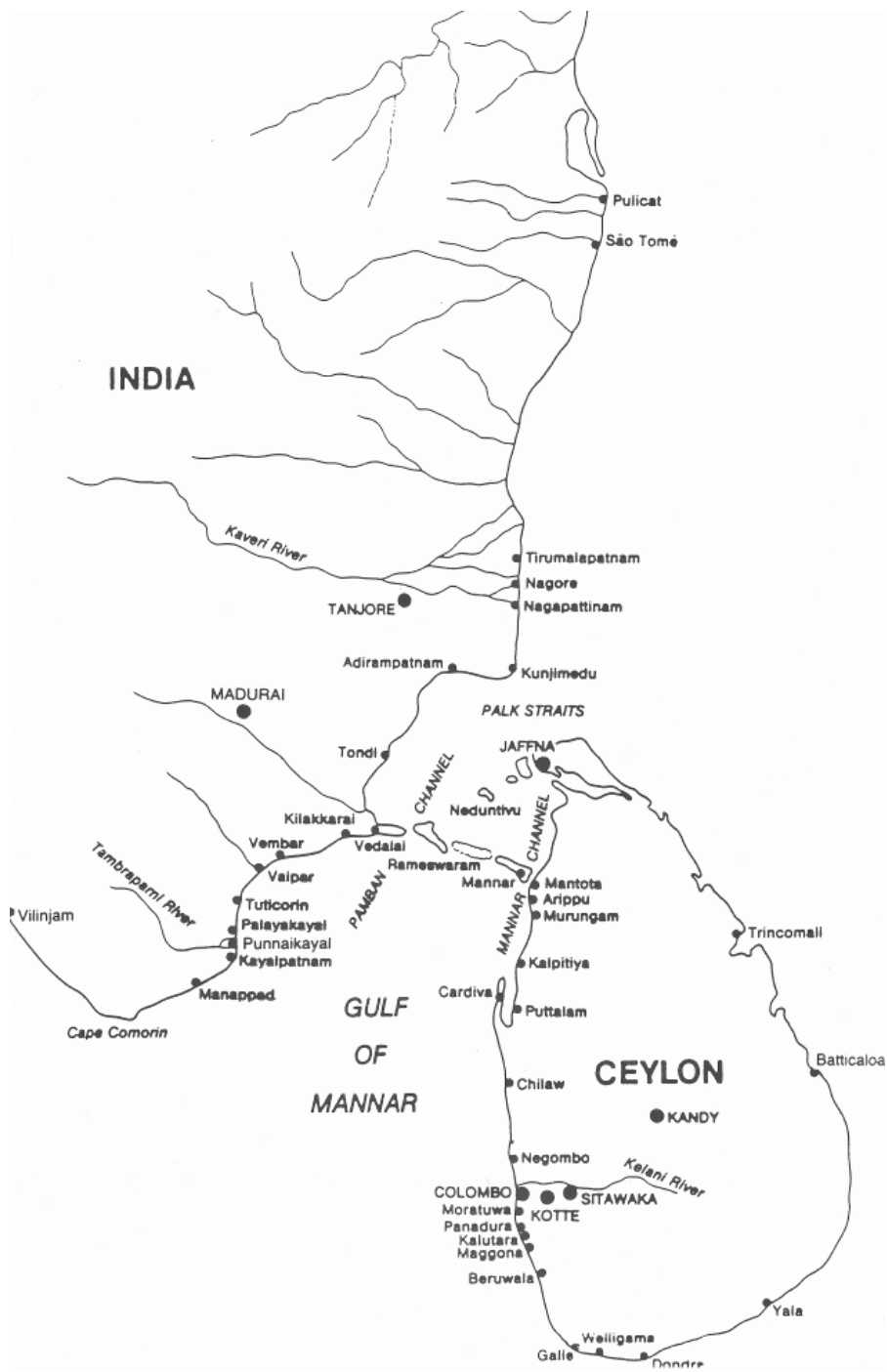


Figura 7: O mar de Ceilão no começo do séc. XVI, University Cartographer, University of New England, reproduzido em Flores, «"Um Homem que tem muito crédito naquelas partes" (...)», 1993.

Os portugueses que assim se foram estabelecendo no Coromandel e em Bengala, e os seus descendentes, constituíram a certa altura uma rede dispersa de povoações e cidades onde Colombo, no Ceilão, representava um centro na hierarquia do poder de Goa – os vereadores do conselho que administrava Hugli,

sendo eleitos, eram sancionados por Colombo⁴⁷ – em que S. Tomé de Meliapor adquiriu um estatuto de grande entreposto comercial e financeiro mas sobretudo de centro de uma veneração e inspiração religiosa que tocava toda a rede de portugueses. Seria até a *capital*⁴⁸ ou centro desta rede informal que se constituiu e chegou a ter a liderança de alguns homens como Miguel Ferreira, António Mendes de Vasconcelos, Brás de Góis e Cristóvão Dória. Segundo Flores, «curiosamente, estes quatro homens actuam quase sempre em harmonia o que põe a claro uma aguda consciência de grupo». Assim, «Negapattinam é o “feudo” de António Mendes de Vasconcelos e de Cristóvão Dória enquanto a colónia portuguesa de S. Tomé é tutelada por Miguel Ferreira, “acolitado”, ao que parece, por Brás de Góis».⁴⁹

Winius distingue a presença Portuguesa em Bengala do resto do Estado da Índia e estende-a desde Negapatão até Rangum, em Burma, perto do sítio da antiga antiga fortaleza de Siriam, locais que situa nos limites da área marítima que fazia parte do que designa como «*a Sombra do Império português*»⁵⁰ de que a “capital” era S. Tomé de Meliapor que comportava em si provavelmente o maior número de pessoas. Já a maior concentração de aldeias era em Hugli e nas suas redondezas, onde andavam perto das 40.⁵¹

Na fase em que o poderio holandês passa a dominar a região, com a tomada de Malaca e de Ceilão, e mais tarde de Negapatão em 1658, dá-se a deslocação de famílias dentro desta rede. Walter Rossa, em *Asia e Oceania*,⁵² menciona a emigração da população portuguesa de Negapatão para Jaffna, Colombo e Meliapor. Manucci relata o caso da viúva e das suas duas filhas que vão viver para S. Tomé de Meliapor depois da queda de Malaca. Sabemos também

⁴⁷ Joaquim José A. Campos, *History of the Portuguese in Bengal: with maps and illustrations*, Butterworth & Co., 1919, Calcuta – Londres, p. 63

⁴⁸ George Winus, «Portugal’s “Shadow Empire” in the Bay of Bengal», *Revista de Cultura*, números 13/14, Instituto Cultural de Macau, 1991, Macau, p.274

⁴⁹ Em Flores, op. cit., 1992, p. 30

⁵⁰ Winus, op. cit., p. 274. Em inglês, *portuguese “shadow.empire”* que também podemos traduzir como *o império sombra português*. Malyn Newit, op. cit., p. 98-102, também observa esta faceta da expansão portuguesa na Ásia e que designa como o “Império Informal”

⁵¹ Winus, id.

⁵² Walter Rossa, *Património de Origem Portuguesa no Mundo, arquitectura e urbanismo. Ásia, Oceania*, dir. José Mattoso, F. C. Gulbenkian, 2010, Lisboa., p.392

que Dupleix, que foi governador das possessões francesas na Índia Oriental, casou com Joana, descendente de uma família portuguesa⁵³ de apelido Castro, originária de Colombo e que se deslocara para Negapatão após a tomada pelos holandeses. Inscrições tumulares encontradas em Madras referem um Cosmo Lourenço Madera, falecido em 17 de Janeiro de 1703 e que «foi cazado da primeira vez na cidade de Negapatam com Monia Pereira e sendo cazado da segunda vez com Dona Escolástica de Sousa, fundaram esta igreja»⁵⁴ o que pode ser indicativo de mobilidade dentro da rede de cidades portuguesas da região.

De mais longe ainda, em Macau, faz-se sentir a atração de S. Tomé, mesmo na sua fase descendente. Segundo Anabela Nunes Monteiro,⁵⁵ em 1687 «um distinto morador de Macau, Bento Pereira de Faria», solicitava ao vice-rei da Índia autorização para ir viver para S. Tomé de Meliapor, juntamente com a sua família. Era juiz ordinário, vereador do Leal Senado de Macau e tinha desempenhado outras funções de representação da cidade. No entanto o vice-rei veio a recusar a sua saída de Macau.

Esta tentativa aconteceu num momento em que a administração portuguesa tentava a reanimação da cidade que havia sido ocupada pelas forças de Golconda em 1662, havia sofrido o desembarque francês de La Haye em 1672 e a reocupação por forças holandesas aliadas aos muçulmanos de Golconda em 1674, com grande êxodo da população portuguesa para Forte de São George, de administração inglesa, a “meia-légua” de distância. Segundo Anabela Monteiro, «o restabelecimento de S. Tomé entusiasmou gente lusa, (...) atraindo a simpatia de

⁵³ Em 1741, Dupleix casou com Jeanne Albert, (...) descendente da família portuguesa de Castro. «Era uma mulher de coragem e de espírito que o ajudou nas relações diplomáticas com os príncipes indianos; foi conhecida na Índia pelo nome de *Joanna-Begum* (a princesa Joana). Joana morreu em 1756 e Dupleix casou, em 1758, com a M.lle Chastenay-Lanty. (G. Regelsperger). In: «Dupleix», *Imago Mundi, Encyclopédie Gratuite En Ligne*.

⁵⁴ António Lopes, «Portugal Ignorado», in: *O Mundo Português*, Vol. I, nº 4, p. 151-154, 1934, Lisboa. O autor pretendeu demonstrar, a partir de lápides descobertas em Madras, que o nome da cidade se deve a uma antiga família portuguesa de apelido Madera ou Madra – daí, Madraspatnam - que, vivendo no local, terá construído uma igreja da qual sobreviveram lápides, uma das quais diz: «Esta sepultura he de Manuel Madra e de Luisa Braque eles fizeram esta igreja a suas custas na era de 637».

⁵⁵ Anabela Nunes Monteiro, «S. Tomé de Meliapor nas Fontes e Quinhentistas e Seicentistas», in: *Revista de Cultura* n.º 34, 2010, Macau, p. 21

agentes estabelecidos a muitas léguas da costa indiana»⁵⁶. No entanto, segundo esta autora, o entusiasmo foi de pouca duração pois em 1697 a cidade caíu novamente no "marasmo".⁵⁷

No período de 1717 a 1720, vai dar-se uma nova tentativa de animação da cidade. O Conde da Ericeira vai conseguir de Muhammad Shah a cessão de algumas hortas e aldeias suplementares em volta do espaço urbano cristão da cidade de S. Tomé e convida mercadores hindus para se instalarem na cidade. Mas mesmo assim, não consegue convencer os negociantes de origem portuguesa estabelecidos em Madrasta a investirem em S. Tomé.⁵⁸

Temos ainda notícia de uma interessante viagem que o então indigitado Governador de Macau, António de Albuquerque Coelho, fez de Goa para Macau⁵⁹ em 1717, tendo atravessado o sul da Índia até Madras onde conseguiu fretar um barco. Pelo caminho, ao chegar a Velur, fez-se receber pelo governador mugol local com a grande pompa e cerimónia devida ao seu estatuto sendo acolhido em casa de João Baptista de Santo Hilário, um médico francês que vivia então em Velur, casado com uma mulher de ascendência portuguesa. Este médico era amigo dos jesuitas, recebera em tempos a insígnia do hábito de Cristo, e estava nessa altura a tentar libertar um missionário jesuíta das prisões de Madurai, além de já ter conseguido salvar outros, intercedendo junto dos chefes mugores. Enviou então um mensageiro a S. Tomé de Meliapor para que preparassem a casa que ali possuía para receber e hospedar o governador português, o qual ali chegou a 16 de Julho.

António de Albuquerque permaneceu em S. Tomé até 5 de Agosto altura em que embarcou, em Madras, com destino a Macau onde acabou por chegar depois de muitas aventuras, um ano quase passado da partida de Goa. Na sua

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ Nunes Monteiro, op. cit., p. 22

⁵⁸ Mártires Lopes, op. cit. 2006, p. 42

⁵⁹ *Diário da Viagem Goa Macau*, "resumo da viagem efectuada por António de Albuquerque Coelho de Goa até Macau, entre 30 de Maio de 1717 e 29 de Maio de 1718", [Em Linha]. O relato completo, *Jornada, que Antonio de Albuquerque Coelho, Governador e Capitão General da Cidade do Nome de Deos de Macao na China, fez de Goa até chegar à dita cidade no anno de 1718: dividida em duas partes*“, escrita pelo Capitão João Tavares de Vellez Guerreiro...”, Lisboa Occidental na Officina da Musica, 1732, 427 pags., Cap. VII, está disponível em <http://purl.pt/12034>

estadia em S. Tomé falou com o governador e com as pessoas mais importantes e dali requereu uma audiência ao governador inglês de Madras que o recebeu com salvas de artilharia e a soldadesca formada. Em S. Tomé ainda, visitou a *Santa Capela* que está na antiga Sé, a *igreja no Monte Pequeno* e a *igreja do Monte Grande*. Antes de embarcar, confessou-se na igreja de N^a S^a da Luz, era a festa de N^a Sr^a das Neves, ouviu missa e comungou das mãos do governador do Bispado, Frei António das Chagas, da Ordem dos Capuchinhos.⁶⁰

O capitão João Tavares, autor do relato, observa no capítulo VII, p. 154-161, que a cidade ainda conservava alguns vestígios da sua antiga grandeza ali residindo a Sé Episcopal que, embora vacante, tinha um governador nomeado pelo Primaz de Goa, tinha o seu Capitão-mor «*que governava aquela pequena e pobre republica*» com os seus oficiais e algumas famílias que «*procurão como podem fomentar o lustre português*». Apesar de tudo, o indigitado governador de Macau, não tendo conseguido da parte do governador de Madras a facilidade de embarque para o seu destino dado que não era tempo de aparelhar navios, conseguiu no entanto que o ajudasse a comprar um barco e a contratar um piloto e, não se achando «*com posses para fazer aquela compra, como era homem largo igualmente de ânimo, que de confiança em Deos, assentou consigo que não faltaria quem attendendo ao credito do nome Portuguez, o ajudasse com prata. O que na verdade assim succedeo, pois não faltaram zelosos que antes quizerão arriscar a sua prata, que pôr em perigo a honra da Nação*».⁶¹

Ainda havia, pois, uma capacidade económica apreciável em S. Tomé, apesar de tudo, e que António Albuquerque conseguiu mobilizar para a compra do barco, para o seu apetrechamento e a contratação do piloto que olevaria a Macau.

1.4. Os poderes políticos no Sul da península Industânica

Quando António Bocarro descreve S. Tomé no levantamento encomendado por Filipe II de Portugal no princípio do século XVII, entre 1633 e

⁶⁰ Id.

⁶¹ Id.

1635, dá a cidade como pertencendo ao rei de Bisnagá e de quem refere, caracterizando sucintamente a situação que ali se vive, já com os holandeses firmemente estabelecidos na região:

(...) rey de Bisnagá que o foi antigamente de todo o Industão, e oje está muy deminuido (...) o poder que este rey tem hé ainda oje grande, porque pode por em campo mais de cem mil homens d'armas. (...) tem este rey de Bisnagá grande comercio com os olandezes, porque tem em sua terra a fortaleza de Paliacatte, que tambem lhe paga um certo tributo todos os annos».⁶²

É pois interessante conhecer o contexto da Índia em que S. Tomé de Meliapor teve a sua existência começando pelas décadas que antecedem o período do nosso estudo, tanto quanto as principais fontes se debruçam essencialmente sobre os períodos anteriores a 1650 e menos sobre os que se lhes seguem e sendo a época que estudamos explicada por dinâmicas que já vêm destes períodos.

Em traços muito gerais, à chegada dos portugueses, os poderes na região eram o do império Vijayanagará e o do reino de Golconda que também permitiu que outra importante comunidade portuguesa florescesse na sua costa, a de Negapatão. Vijayanagará irá perder importância e ceder na batalha de Talikota aos sultanatos islâmicos do Decão, depois ao avanço do Império Mugol para sul a meio do séc. XVII e Golconda irá ser também conquistado pelos mugores.

O Império Mugol vai enfraquecer a seguir à morte do imperador Aurangzeb e cederá mais tarde perante as forças das nações europeias, francesas e inglesas, vindo finalmente a submeter-se à supremacia inglesa que se impõe a toda a península indostânica, com a pequena exceção do Estado da Índia Portuguesa, já sem qualquer influência no Coromandel.

⁶² António Bocarro, transcrição de Isabel Cid em *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas Cidades (...)*, Vol. II, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992, Lisboa

1.4.1. Os reinos do Sul da Índia e o Império Mugol

O rei de Bisnagá a que Bocarro se refere é, no princípio do século XVII, Venkatta II, Imperador de Vijayanagara e Rajá de Changragiri e tem nesta altura a sede do seu poder na cidade de Velur. Enquanto que no norte da península indústânica se consolidou o Império Mugol, o Sul da Índia está dividido numa multiplicidade de pequenos reinos dos quais o estado de Vijayanagara emerge como um império hegemónico hindu desde meados do séc. XIV⁶³ adquirindo grande projecção na primeira metade do séc. XV com Deva Raya II.

Chandra Satish, autor de uma história da Índia Medieval⁶⁴, diz-nos que Nicolo Conti visitou Vijayanagara em 1420 e disse ser este o mais poderoso estado da Índia⁶⁵ e que também Abdur Razzaq, viajante persa,⁶⁶ deu conta da grandeza do reino, dos seus portos e da extensão do seu território. Quando os Portugueses consolidam posições na Índia, já na segunda metade do século XVI, este Império está a perder importância, dando-se a queda da sua capital em 1565 na sequência da derrota militar infligida pela coligação dos sultanatos islamitas do Decão na batalha de Talikota e a captura e morte de Aliya Rama Raya, herdeiro do trono do Imperador, o mesmo que chegou a montar cerco a S. Tomé em 1559, como referimos noutra parte. Os sultanatos do Decão, cinco estados islâmicos muito militarizados, constituíam uma cintura de estados independentes que separavam o norte mugol do sul hindu o qual tentaram constantemente subjugar, acabando por consegui-lo em meados do século XVII.⁶⁷

O irmão mais novo de Rama Raya, Tirumala Deva Raya, único comandante sobrevivente dos exércitos destruídos pelas tropas dos sultanatos coligados na referida batalha de Talikota, escapou, abandonando Vijayanagara

⁶³ Historicamente o reino Vijayanagara e os seus reinos subsidiários, resultam da dispersão do antigo Império Chola que existiu até ao século XI e cujos imperadores construíram grandes monumentos símbolos do seu grande poderio e que caracterizam o fundo cultural e religioso hindu desta parte da Índia. Cf. «Vijayanagara Empire», *Bharatadesam, everything about India*, [Em Linha].

⁶⁴ Chandra Satish, *History of Medieval India (800-1700)*, Orient BlackSwan, 2009, New Delhi

⁶⁵ Satish, op. cit., 2009, New Delhi, p. 144

⁶⁶ Ibid.

⁶⁷ In: Hermann and Kulke e Dietmar Rothermund, *A History of India*, Routledge, 4.^a ed, 2004, Nova Iorque, e Taylor & Francis e-Library, 2004, [Em Linha], p. 181-183

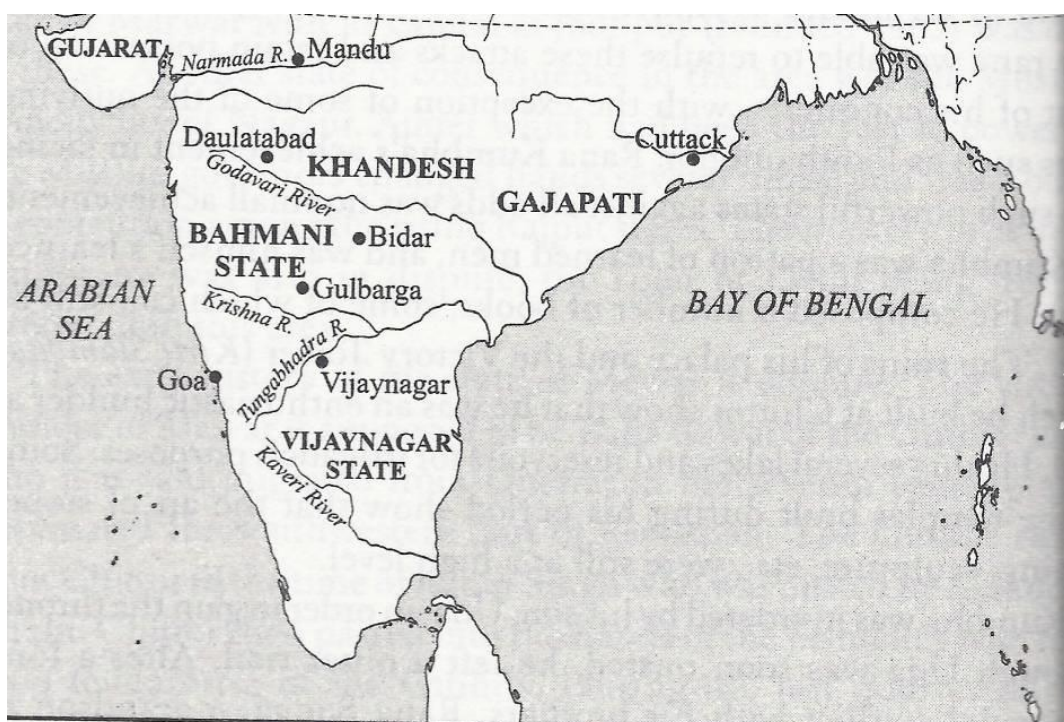


Fig. 8: Mapa do Sul da Índia no séc. XV, in: Chandra Satish, *History of Medieval India*, 2009, p.174. O Imperio Vijayanagara existiu desde 1336, entrou em declínio em 1565 com a derrota infligida pelos Sultanatos do Decão e durou até 1646.

transportando os grandes tesouros imperiais às costas de 1500 elefantes,⁶⁸ e foi manter a estrutura imperial com capital em Penuconda. Sucedeu-lhe o filho, Sriranga I, e a seguir o já referido Venkata II que vai ser o último imperador do Império. Este faz a sua capital em Chandragiri e em Velur, combate os Sultanatos do Decão e vai morrer em 1614. A sua sucessão é disputada por várias facções vindo em 1625 a ser o Rajá de Changragiri, Rama Deva Raya, que governa até 1632, seguindo-se Venkata III que governa cerca de 10 anos, vindo o que resta deste império hindu a ser conquistado definitivamente pelos Sultanatos islâmicos de Bijapur e Golconda em 1646.⁶⁹

Se o que caracterizou o Império Vijayanagara foi a unidade assente na promoção do *hinduismo* e a resistência ao *islamismo* invasor dos reinos do norte, a sua queda permitiu a libertação e independência dos pequenos reinos que lhe eram subsidiários e a progressiva islamização do Sul. Os reinos feudatários mais

⁶⁸ In: Kulke e Rothermund, op. cit., 2004, p. 191-192

⁶⁹ Ibid.

significativos que a queda do Império Vijayanagara vai libertar, vão manter-se até ao séc. XVII, indo o Reino de Mysore sobreviver como principado até à independência da Índia em 1947, embora já sob o governo Britânico, a partir de 1799, quando morre o sultão Tippu.

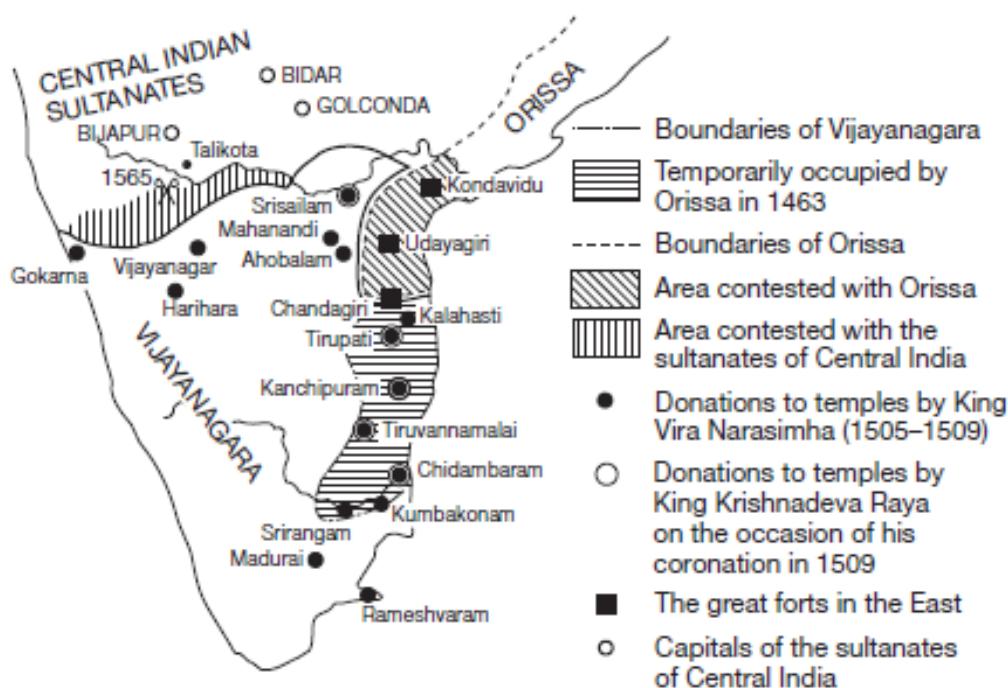


Fig. 9: O reino de Vijayanagara em 1505-9, reprodução de *A History of India*, de Kulke e Rothermund, p. 187. Inclui a localização geográfica do reino de Orissa para onde se deu a emigração de muitos portugueses na primeira metade do séc. XVII

É com o poder imperial em transição e com os seus reinos subsidiários que os Portugueses vão manter relações comerciais, obtendo deles e renovando as autorizações para se estabelecerem no Coromandel, particularmente no caso de S. Tomé de Meliapor, ao mesmo tempo que se integram nas suas redes comerciais. É também na fase final do império Vijayanagara que os ingleses obtêm facilidades para se estabelecerem no Coromandel, em Forte de St George, futura Madras.

Os vice-reis hindus (*naiakas*), dos estados de Madura, Tanjore e Kanchi, tornam-se independentes e por sua vez, tributários dos reis de Golconda e de Bijapur, os dois sultanatos islâmicos do Decão que, tendo-se imposto ao estado Vijayanagara, dividiram entre si a vasta área do Carnatic. Ganham relevância o

sultanato de Madura, com os herdeiros de linhagens do tempo dos reis Pandya a ocupar parte do antigo reino de Madura, e o de Kanchi, com uma antiga dinastia hindu com origens no tempo dos antigos imperadores Chola.

Entretanto, na região, um estado maharata ganha peso e dimensão. Em 1677, Shivaji⁷⁰ apodera-se da parte que restava do império Vijayanagara, tendo já em 1674 o seu irmão Venkoji destronado os Naiakas de Tanjavur, estabelecendo uma dinastia que se irá manter durante um século. Shivaji acabará por ser vencido por Aurangzeb no avanço deste soberano mugol para o Sul. Segundo Percival Spear, este imperador aplicava a receita do seu avô Akbar nas conquistas: derrotar os seus inimigos, reconciliar-se com eles e colocá-los ao serviço do Império.⁷¹ Desta maneira, Shivaji ao ser derrotado por Aurangzeb vai ser chamado a Agra para reconciliação (1666), sendo-lhe dada uma posição na hierarquia imperial. Contudo o plano falha, Shivaji foge para o Decão e em 1680, quando morre, já governava um reino Maharata independente. O filho de Shivaji, o príncipe Sambhaji - que cercou Goa em 1683-84⁷² e com quem Manucci foi negociar a paz em nome do Vice-Rei de Goa, Conde de Alvor, como veremos mais adiante – vai ser capturado e executado em 1689 pelas forças de Aurangzeb, e o seu reino dispersado. Contudo, os maharatas adoptam tácticas de guerrilha por todo o sul da Índia e beneficiando da simpatia das populações, infernizam o resto da vida de Aurangzeb que continuou a cercar sistematicamente as fortalezas do território montanhoso dos maharatas, mas infrutiferamente.

O Império Mugol começou na Índia em 1526 com Babur, descendente de Timur Lenk⁷³ e com ascendência na linha dos imperadores da Mongólia,

⁷⁰ Shivaji, (1630 -1680) entre 1674 – 80 fundou o reino Maharata da Índia que tinha uma forte base na tolerância religiosa e na integração funcional dos Bramanes, dos Marathas e da cultura hindu. Cf. «Shivaji», por Ranjit Ramchandra Desai, in: *Encyclopædia Britannica Online*

⁷¹ In: «Aurangzeb Emperor of India», *Enciclopedia Britannica*, [Em Linha], entrada por T.G. Percival Spear, fellow do Selwyn College, Cambridge. Este autor, leitor em História na Universidade de Cambridge, 1963 – 69, publicou a obra *India: A Modern History* e outros, sendo coautor e editor do *Oxford History of India* (3rd ed.).

⁷² Cf. Mártires Lopes, *O Império Oriental 1660-1820*, p.165; Cf. Manucci, Irvine, *Storia do Mogor*, Reimp. 1981, V. II, p. 46

⁷³ Timur Lenk ou Tamerlão, in: *Encyclopædia Britannica Online*. Depois da desintegração do Império Mongol, Timur Lenk uniu o Irão e o Turan (actualmente no Uzbequistão e no Tajikistão) sob um governo único. O império de Timur ia desde o baixo Volga ao rio Indus (proveniente do Tibete e que passa entre o Paquistão e a Índia), incluía a Ásia Menor (a Turquia actual), o Irão, a

nomeadamente Gengis Khan.⁷⁴ Timur apoderou-se da parte ocidental do Império Mongol, invadiu e saqueou Delhi em 1398 e fundou uma dinastia que teve dois grandes Imperadores islamitas, Akbar, (1542- 1605) considerado o maior rei da dinastia e Aurangzeb (1618 a 1707) que alargou o Império, ambos bem conhecidos do Ocidente pelo seu grande poder e prestígio, reinando Aurangzeb ao tempo em que na Europa reinava Luis XIV com a sua corte igualmente faustosa.

O avanço mugol para o Sul dá-se com o desencadear em 1668 de várias acções diplomáticas e operações militares contra a frente constituída pelas alianças entre os três poderes do Decão, Golconda e Bijapur apoiados pelos maharatas de Shivaji, mas o resultado vai ser apenas o do reforço desta aliança, falhando o vice-rei mogol, general Diler Khan, uma última tentativa em 1679-80 para capturar Bijapur.⁷⁵ Os exércitos de Aurangzeb avançam novamente com o imperador à frente, perseguindo o seu filho rebelde Akbar e na senda do maharata Sambaji, sucessor de Shivaji, junto de quem Akbar procurara protecção. Aurangzeb invade então o território de Golconda⁷⁶ com quem Sambhaji mantinha uma aliança. O rei de Golconda, Abul Hasan, além de ser popular entre os seus, tinha no governo um braço, Madna Pant, da sua confiança, mas o comandante das suas forças, Ibrahim Khan, ao aproximar-se o exército mugol, deserta para o seu lado e leva consigo a maior parte das tropas. Entretanto Madna Pant é assassinado num tumulto na cidade e o rei foge para a fortaleza de Golconda enquanto Heiderabad é tomada e saqueada durante três dias o que desagrade ao imperador. Finalmente, este chega a acordo com o rei de Golconda que lhe paga um elevado resgate para obter a paz e Aurangzeb avança a seguir com os seus exércitos sobre Bijapur que captura em 1686 ao fim de 18 meses de cerco.⁷⁷ Aurangzeb aprisiona o rei e entra na cidade fazendo-se transportar num trono. Volta-se de novo para Golconda, quebra a paz assinada com o rei e sem atender aos seus presentes e pedidos de

Trans-Oxiana (no Turquistão) o Afeganistão e uma parte do Punjab. Timur reinou a partir de Samarcanda e Herat, grandes centros culturais do mundo islâmico, tendo morrido em 1405. Cf. Chandra Satish, *History of Medieval India (800-170)*, Orient BlackSwan, 2009, Nova Delhi, p. 202

⁷⁴ Cf. : Bamber Gascoigne, «History of the Moghul Empire» In: *History World*, [Em Linha]

⁷⁵ Satish, *History of Medieval India*, 2009, Nova Delhi, p. 362- 368

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ Ibid.



Fig. 10: Mapa da Índia em 1680, assinalando a existência do estado Maharata. In: "Índia, history of: Maratha kingdom in 1680". Map. *Encyclopædia Britannica Online*

amizade, cerca a fortaleza a qual resiste durante sete meses mas acaba por cair sob uma manobra de traição.⁷⁸ Com Aurangzeb, o Carnatic vai ser agora todo colocado sob a dependência do *Nababo* Zulfikar Ali, governador muçulmano nomeado pelo Imperador o qual estabelece em 1692 o seu governo em Arcote.

⁷⁸ In: Elphinston, *History of India, The Hindu and Mahometan Periods*, 3ª ed., 1849, Londres

Depois da morte de Aurangzeb e do colapso do poder mugol em Delhi, o *nababo* (governador) de Arcote, Saadet-Allah (1710-1732), vai assumir a independência no princípio do século XVIII vindo o seu sucessor, Dost Ali, a conquistar e anexar o estado de Madura em 1736 e os seus sucessores, por sua vez, a serem confirmados nos seus cargos como governadores do Carnatic, reconhecidos pelo *nyzam* do novo potentado do sul da Índia, em Hiderabab. Em 1749 ocorre a morte do Nawab Mahommed Anwar-ud-din e abre-se a luta pela sua sucessão entre Muahmmad Ali e Husein Dost.

A intervenção das potências europeias vai agora ser determinante. Enquanto os franceses, liderados pelo Marquês de Duplex,⁷⁹ tomam o partido de Husein Dost, os ingleses apoiam Muhammad Ali que vão conseguir colocar no poder em 1749 numa parte do Carnatic, onde permanecerá até à sua morte em 1795. Entretanto Madura havia sido conquistada pelos maharatas em 1741, tendo Hyder Ali, de Misore, ocupado e arrazado o Carnatic central, mas vindo a cair porém nas mãos dos ingleses, já em 1758.

Em 1801, todos os domínios do nababo de Carnatic vão passar para as mãos dos ingleses com um tratado que atribui ao nababo um rendimento anual cabendo aos ingleses a protecção do território, a administração civil e a colecta de impostos. Finalmente, é com a morte do *nawab*, em 1853, que a soberania mugol é extinta, passando a dominação inglesa a ser total.

1.4.2. S. Tomé no contexto dos poderes locais indianos

⁷⁹ Duplex, Joseph François (1697-1763), foi governador das Índias Francesas. Em 1720 foi nomeado membro do conselho superior da companhia francesa das Índias Orientais e “*comissário das guerras*”. Em 1730 era governador de Chandernagor que fez prosperar ao mesmo tempo que aumentava a sua fortuna pessoal, tendo sido por várias vezes o banqueiro da Companhia das Índias. Em 1741 foi chamado para o governo de Pondichéry o que o colocou numa posição de quase vice-rei, o fez sonhar com a dominação francesa de vastas possessões na Índia e ambicionar fazer aceitar pelo imperador mugol a soberania francesa. Quando estava perto de conseguir a supremacia sobre os ingleses, veio a ser destituído por Godeheu, um comissário especial enviado pelo governo francês, e foi embarcado à força para França a 12 de Outubro de 1754. A queda de Duplex marcou o princípio do declínio da influência francesa na Índia. In: «Duplex», *Imago Mundi, Encyclopédie Gratuite en Ligne*, [Em Linha]

O avanço do Império Mugol para o Sul, o enfraquecimento de Vijayanagará e a consequente pulverização de poderes na luta pela sucessão vão criar, com o início do séc. XVIII, condições de maior instabilidade aos povoados portugueses na costa Oriental da Índia que também são confrontados com a afirmação dos holandeses e ingleses que estabelecem dinâmicas de alianças com os sultanatos e famílias poderosas dos vários reinos, nas quais os portugueses se tornam progressivamente desfavorecidos.⁸⁰ Subrahmanyam examina com algum detalhe o exemplo das ligações da VOC⁸¹ à corte de Chandragiri através de dois irmãos de uma família de Balija Nadus, Achyutappa e Chinanna⁸² e dos seus dois sobrinhos, Koneri e Sesadra, figuras poderosas, segundo diz, independentes, capazes de juntar recursos consideráveis, que também negociaram com a Companhia das Índias Orientais inglesa na região mas que representam sobretudo os interesses da VOC nas cortes de Chandragiri e de Senji nas décadas de 1620, 30 e 40, servindo também como intermediários com os *palaiyakkarars*.

Os Portugueses haviam estabelecido ao longo do séc. XVI e XVII posições de equilíbrio do Estado da Índia Portuguesa com o Império Mugol a norte da península Indostânica e relacionaram-se com os vários reinos do Sul, conseguindo estabelecer feitorias na costa ocidental e criar uma rede de interesses comerciais assentes na iniciativa privada na costa oriental, em Bengala e, mais longe, no Pegu. Em Bengala também estabeleceram relações comerciais com os poderes islâmicos afegãos subsidiários do poder mugol. Ao mesmo tempo, no outro lado da península Hindustânica, controlavam a Norte o comércio do Mar Vermelho, defrontando o poder omanita no mar e impondo a supremacia naval e militar à dinastia Persa.

A confrontação com os soberanos de Vijayanagara vai surgir em 1603, inicialmente como reacção aos exageros dos missionários jesuítas e enfraquece a posição portuguesa nas alianças que procuram fazer para combater e expulsar

⁸⁰ Sanjay Subrahmanyam, «?A empresa de Paleacate?»: O conflito luso-holandês», in *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700, Comércio e Conflito*, 2002, p. 214-215

⁸¹ VOC – Sigla que designa a Companhia Unida para o Comércio Oriental holandesa (*Vereenidge Oost Indische Compagnie*) criada em 1602

⁸² Subrahmanyam, op. cit., p. 214-215

os holandeses que tinham começado a fixar-se na costa Oriental no princípio do séc. XVII. Os traços gerais desta situação que então se vivia podem encontrar-se na transcrição de A. da Silva Rego sobre o que foi a actuação do primeiro bispo da diocese de S. Tomé:

Dom Fr. Sebastiam de S. Pedro [...] nomeado bispo de Mailapur no anno de 1607. Sustentou o cerco da cidade de S. Thomé rezistindo ao grande poder do Rey de Bisnagá, a suas despezas; tomou aos Olandezes a primeira fortaleza de Paliacate, e ajudou a tomar a que o rey de Bisnagá fez sobre Mailapur. Cercou de muros, e baluartes a cidade de S. Thomé; tudo sem ajuda do Estado⁸³.

A seguir, a perda do prestígio português que vai ocorrendo nos confrontos marítimos durante este século, bem como a acção diplomática e comercial holandesa, vão continuar a enfraquecer a posição portuguesa perante os soberanos de Vijayanagara e os *nababos* dos principados subsidiários.

S. Tomé de Meliapor e Paleacate, o porto situado cerca de 20 Km a Norte, faziam parte dos territórios Tamilnadu e Andhra que confrontavam a Sul com os territórios de Senji, todos tributários dos senhores de Chandragiri e Velur em que alternava a corte de Vijayanagara⁸⁴. Em 1662 S. Tomé caiu sob dominação da dinastia Qutb de Golconda,⁸⁵ decidindo os novos governantes aumentar e fortificar a cidade de forma extensa, embora respeitando as igrejas e as praticas religiosas dos residentes dos quais a maioria se acolheu no entanto no Forte de St George, núcleo inicial de Madras, onde a Companhia das Índias Orientais inglesa oferecia condições atractivas para a cidade que estava ali a desenvolver. Forte de St George estava a afirmar-se então como feitoria da companhia inglesa das Índias Orientais e

⁸³ In: A. da Silva Rego, op. cit., vol. XI, p. 31. Também referido em «Memórias da Congregação Agostiniana na Índia Oriental» transcritas pelo mesmo autor.

⁸⁴ Sanjay Subrahmanyam, «"A empresa de Paleacate": O conflito luso-holandês», in *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700, Comércio e Conflito*, 2002, p. 201-225

⁸⁵ Referida por Subrahmanyam, op. cit., p. 220; Referida também por Paolo Aranha em «From Meliapor to Mylapore, 1662-1749: The Portuguese Presence in Sao Tome between the Qutb Shahi Conquest and its Incorporation into British Madras», *Portuguese and Luso-Asian legacies in Southeast Asia, 1511-2011. Vol.1. The Making of the Luso-Asian World*, Ed. Laura Jarnagin, Institute of Southeast Asian Studies, 2011, Singapura

a sua instalação em 1639 havia sido facilitada pelo *naiaka* do distrito local e também havia contado com a ajuda dos portugueses de S. Tomé.⁸⁶

De 1672 a 1674 deu-se a ocupação francesa da cidade⁸⁷ de S. Tomé seguida da sua reocupação pelo exército de Golconda em coligação com o poder naval holandês. Com efeito, em 1672 uma forte armada comandada pelo almirante La Haye fundeu ao largo de S. Tomé e o almirante desembarcou tomando a cidade ao rei de Golconda. A pressão constante das forças muçulmanas aliadas ao bloqueio naval holandês, com quem a França estava então em guerra, levaram à sua capitulação ao fim de dois anos, uma vez falhadas também as tentativas para obter de Golconda a concessão da cidade aos franceses. Foi nessa altura que os muçulmanos, depois de alguma hesitação, permitiram que os holandeses, ajudados pelos ingleses, iniciassem a destruição das fortificações da cidade.⁸⁸

Mas S. Tomé continuou a exercer o seu fascínio e apelo. Os portugueses vão conseguiram negociar novamente a cedência da cidade já com Abu'l Hasan, o sultão mugol de Golconda, obtendo um *firmão* em 1686 que lhes permite não só estabelecerem-se novamente em S. Tomé, mas também construir casas, plantar pomares e comerciar livremente, pagando os impostos anuais reais, no mesmo valor que pagavam os ingleses e os holandeses em Masulipatão.⁸⁹ Segundo Aranha, esta negociação foi bem-sucedida apesar das influências movidas pela Companhia das Índias inglesa para suplantarem os portugueses na concessão de S. Tomé, conduzidas por um mercador de grandes famílias de comerciantes locais ao serviço da Companhia.

Embora tanto os portugueses como os britânicos tivessem obtido dos soberanos de Golconda as cartas de autorização – os *firmãos* - para as respectivas fortificações,⁹⁰ os mugores de Aurangzeb ao ocuparem o sultanato, vão afirmar a sua soberania e preparam-se para atacar Forte St George, contando com ajuda dos

⁸⁶ In: J. Talbot Wheeler, *Madras in the Olden Time*, Vol. I, Madras, 1639-1702, Graves and Co., Scottish Press, 1861, 1861, Madras, p.19-20

⁸⁷ In: Antoine François Prevost, «Voyage de La Haye aux Indes Orientales», *Histoire Générale des Voyages*, Paris, MDCCCLI, Vol VIII p. 642.

⁸⁸ In: Wheeler, op. cit., Vol. I, 1639-1702, 1861, Madras

⁸⁹ Aranha, op. cit., 2011, p. 71

⁹⁰ Aranha, op. cit., 2011

holandeses que se encarregariam de bombardear a fortaleza inglesa pelo lado do mar. Mas antes, em 1697, ocupam-se do governo de S. Tomé onde iniciam a demolição das muralhas da cidade ao mesmo tempo que começam a trazer colonos muçulmanos que rapidamente ocupam os terrenos livres entre S. Tomé e Meliapor. Esta ocupação vai dar origem às três áreas que estruturam actualmente esta parte da cidade tal como virá a ser englobada por Madras: um quarteirão europeu, um quarteirão muçulmano e um quarteirão bramane, sendo hoje difícil para um estrangeiro determinar onde começa S. Tomé e acaba Meliapor (ou Mylaiapor, na designação local).⁹¹

Tendo dominado completamente S. Tomé e privado a cidade das suas defesas, os mugores não incomodaram mais os portugueses residentes que ainda continuavam, porém, a ver no lugar uma possessão portuguesa⁹² e conduziam os seus assuntos com um Conselho eleito do qual a autoridade religiosa local detinha normalmente a presidência.⁹³ A sua autonomia era no entanto reduzida e não tiveram sucesso as estratégias de negociação do governo de Goa para a devolução efectiva da cidade à coroa portuguesa.

1.4.3. S. Tomé e as potências Europeias no Coromandel

Embora a nossa pesquisa se centre no período de 1650 a 1750, não podemos ignorar que este é caracterizado, desde o princípio do século, por uma grande instabilidade no Estado da Índia, tornando-se problemática para os portugueses a competição com os holandeses além da pressão exercida pelos mugores. Em 1617 D. João Coutinho, Conde do Redondo, já dava nota da situação difícil do Estado da Índia referindo a «gravíssima escassez de fundos» no tesouro do Estado e a paralização de actividades como o comércio da pimenta.⁹⁴ Entretanto, a mudança de atitude muçulmana com os portugueses no Coromandel é

⁹¹ In: «Saint Thomas of Mylapur, Creation of the diocese», *New Advent, Home Encyclopedia*, [Em Linha]

⁹² A questão da soberania portuguesa é discutida por Manucci como veremos mais à frente, no parágrafo 5.3.2., no âmbito das suas descrições dos movimentos mugores para se imporem aos ingleses de Madras.

⁹³ Id.

⁹⁴ Cf. Pedro Avelar, *Historia de Goa. De Afonso de Albuquerque a Vassalo e Silva*, Texto, 2012, Alfragide, p. 110

patente na transcrição de Silva Rego já anteriormente referida sobre o cerco da cidade sustido por D. Fr. Sebastiam de S. Pedro, «*rezistindo ao grande poder do Rey de Bisnagá...*». Este activo clérigo tomou posse em 1607 como 1º bispo de S. Tomé e «*Cercou de muros, e baluartes a cidade de S. Thomé*» segundo a mesma transcrição o que mostra as dificuldades que a cidade começava a enfrentar.

A competição holandesa torna-se dominante através da VOC, a companhia Holandesa das Índias Orientais criada em 1602 a qual, muito bem financiada e autorizada a fazer a guerra⁹⁵ além da sua finalidade comercial, vai desenvolver uma estratégia de apresamento dos navios portugueses e ataque aos seus colonatos, visando quebrar a autoproclamada exclusividade de direitos da Coroa Portuguesa sobre a navegação nos mares da Ásia.⁹⁶

Se recuarmos no tempo, encontramos o testemunho de Bocarro⁹⁷ dizendo que estava a cidade *a sete legoas da fortaleza de Paliacate dos olandezes de que he continuamente infestada. E tem chegado seus moradores a extrema mizeria por não terem armada, porque também não ha porto pera ella, com que muitos que lhe forão de Goa raramente tornarão sem virem as que vierão grandemente destroçadas e deminuidas.* A situação de S. Tomé foi-se agravando ao longo do século XVII e teve o seu desfecho a meio do século XVIII como já referimos.

Holandeses e ingleses, aparecendo desde o início do século XVII nos mares da Índia, estabelecem-se em Batavia os primeiros, e os segundos em Surrate,⁹⁸ grande porto de escoamento do comércio mugol, conseguindo assegurar alianças que os levam progressivamente a estabelecer-se noutros locais da Índia disputando a influência portuguesa. Por sua vez os tratados celebrados na Europa, após complexas negociações que se seguiram à restauração política portuguesa de 1640 e à sua libertação da coroa dos Hasburgos, não vão obviar ao progressivo

⁹⁵ Avelar, op. ct., 2012, p. 109; A. R. Disney, *A History of Portugal and the Portuguese Empire*, Cambridge University Press, 2009, N. Iorque, p Vol. II, p.168

⁹⁶ Ibid.; V/ tb Armando de Castro, «A Economia da Expansão Ultramarina», in José Hermano Saraiva dir., *História de Portugal*, Vol.4, Alfa, 1983, Lisboa, p. 229-257

⁹⁷ António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, transcrição de Isabel Cid, Outubro de 1992, Voulme II, Imprensa Nacional – Casa da Moeda p. 247-248

⁹⁸ Avelar, op. ct., 2012, p. 110-111

desapossar dos portos e comércio portugueses, tanto pelos holandeses que fazem tábua rasa dos tratados e ocupam a maioria dos portos estratégicos portugueses antes da ratificação desses tratados,⁹⁹ como pelos ingleses que assumem posições de força como contrapartida ao apoio que se propõem prestar à coroa portuguesa de que é exemplo a cedência de Bombaim. Os holandeses prosseguem a sua estratégia vão apossar-se de Malaca e de pontos-chave no arquipélago de Sunda e instalam-se definitivamente na costa oriental da península indiana, acabando por desarticular a rede comercial e o poderio naval português.¹⁰⁰

Pyrard Laval¹⁰¹ ao escrever sobre a sua viagem aventurosa às Índias Orientais no princípio do século XVII, testemunha a perda da autoridade e poderio dos portugueses nos mares da Índia ao mesmo tempo que nos dá uma imagem vivida e colorida do que era a sua extensa inserção no tráfego e na vida comercial da região. A aventura de Laval, além da atribulada estadia nas ilhas Maldivas onde o navio da expedição de que fazia parte, organizada a partir de St. Malo em França, veio a naufragar, passou por um período demorado em Cochim e em Goa, chegando este autor e protagonista a viajar também como soldado nos navios portugueses que todos os anos eram aparelhados para a viagem a Malaca, Amboim Tidore e Ternate nas Molucas, Ceilão e ilhas de Sunda, escoltando navios de mercadores. Viajou assim por todos os locais que os portugueses frequentavam e onde comerciavam em posição vantajosa mas que iriam perder para os holandeses e para os espanhóis das Filipinas, apesar dos protestos dos portugueses através do Conselho do Rei de Espanha a quem estavam ainda submetidos.

Foi grande o impacto que tiveram, sobretudo entre os Portugueses que viviam e comerciavam na costa Oriental da Índia, pelo relevo dado na literatura da época, o apresamento por holandeses (entre 1601 e 1611) referido por Laval de uma grande navio português vindo de Ormuz e de outro de Cochim carregado de mercadorias de Bengala, tendo este resistido a um ataque de corsários malabares,

⁹⁹ Cf. Avelar, op. cit., 2012, p. 107-125

¹⁰⁰ Ibid.

¹⁰¹ Pyrard Laval, *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales* (1601-1611), Ed.Chandeigne - Librairie Portugaise, 1998, Paris

mas acabando apresado por um navio holandês com que os malabares se conluiaram para dividir o saque.¹⁰²

Laval relata também com grande pormenor um primeiro grande assalto sofrido pelos portugueses em Malaca em 1606, quando os holandeses, vindos em 13 grandes navios, desembarcam 1500 homens com 25 canhões e montaram cerco à cidade a qual se encontrava mal defendida já que dali tinham sido enviados dois navios de escolta à viagem da China e do Japão. Mesmo assim, André Furtado de Mendonça, na altura o capitão da cidade, conseguiu organizar a defesa e aguentar 3 meses e 19 dias, segundo Laval, até à chegada de uma armada do Vice-Rei que havia viajado para Sunda com o objectivo de se impor pela força ao soberano local, mas sem resultado. Travou-se então uma batalha naval durante dois dias, com perdas de ambos os lados e sem resultados conclusivos mas aparentemente com os navios portugueses a terem de se refugiar no porto de Malaca, o que mostra as dificuldades já então sentidas perante um poder naval que começava a mostrar superioridade.¹⁰³

A presença inglesa também começava a constituir uma ameaça no princípio deste século a que os portugueses reagiam com violência. Antes do seu regresso à Europa, no navio que transportava André Furtado de Mendonça,¹⁰⁴ Laval foi contemporâneo do apresamento de ingleses no rio de Surrate onde um grupo tentava desembarcar, e em Cambaia, onde teria desembarcado também um *gentil-homem* que ia da parte do rei de Inglaterra como embaixador ao grande Mugol¹⁰⁵ e por quem terá sido muito bem recebido segundo acentua pois Laval permaneceu tempo suficiente em Goa para ter conhecido representantes bem informados dos interesses britânicos. O grupo referido terá sido capturado por galeotas portuguesas capitaneadas por um D. Fernando da Silva Meneses que

¹⁰² Laval, op. cit., 1998, Paris, Vol. II, p. 760-762

¹⁰³ Id., p. 663-668

¹⁰⁴ Id., Vol. I, p. 330 e Vol. II, p. 769-772. Laval refere ter sido André Furtado de Mendonça, com quem viajou para Portugal e que muito elogia no seu relato, eleito Governador da Índia mas o pedido para que fosse nomeado Vice-Rei chegou a Lisboa já o novo Vice-Rei havia partido para a Índia. Assim, Furtado Mendonça foi vice-Rei apenas por 3 meses, após o que regressou a Portugal, mas segundo Laval veio a saber, terá morrido na viagem, já perto dos Açores (Id., Vol. II, p. 772)

¹⁰⁵ Laval, op. cit., 1998, Paris, Vol. II, p. 762-764

estava à frente da armada do Norte¹⁰⁶ tendo apresado dois barcos cheios de mercadorias e 17 ingleses enquanto o navio de onde haviam desembarcado nada podia fazer por se encontrar fora do alcance de tiro dos canhões. Dos ingleses, só seis ou sete sobreviveram depois de levados para Goa.¹⁰⁷

Seis meses ainda antes de Laval partir para Lisboa, deu-se também, segundo conta, o apresamento de um barco enviado de um navio inglês ao largo de Melinde, perto de Mombaça, quando procedia a sondagens de reconhecimento da costa. Nove ou dez ingleses foram mortos tendo um *senhor Richard* sido levado para Goa e acusado do grave crime de fazer sondagens na costa, uma coisa *muito perigosa de fazer nas costas dos portugueses*, «*fort hazardeuse en la côte des Portugais*» nas palavras de Laval. Acabou por ser embarcado numa das carracas de viagem para Portugal e queixava-se de que lhe tinham morto um primo a sangue frio e espetado a cabeça num pau, exibindo-a como troféu.¹⁰⁸

Estes relatos mostram bem o clima de grande hostilidade dos portugueses para com os estrangeiros e a ameaça que representavam nas décadas iniciais do século, como Laval observou na sua estadia em Goa. Como é de adivinhar, este tipo de atitudes não terá ajudado a despertar simpatias quer de holandeses quer de ingleses e o seu eco aparece em literatura inglesa posterior como em J. Talboys Wheeler, no seu *Madras in the Olden Time*, conforme nos referimos noutra parte deste trabalho.

Os holandeses estavam decididamente cometidos em debilitar e anular o poder dos portugueses no Índico, no que eram ajudados pelo clima de grande hostilidade religiosa e de confrontação política e militar na Europa para com o bloco dos Hasburgos a que Portugal estava ligado pela Coroa. E os ingleses, pesando embora a antiga aliança entre os dois países, decididos que estavam a entrar na exploração comercial da Índia, desenvolveram políticas de alianças em franca competição com os portugueses, sendo munidos, tal como os holandeses, de

¹⁰⁶ Id., p. 763. O Estado da Índia dispunha de uma armada do Norte e de uma armada do Sul que patrulhavam com frequência as águas do Índico combatendo a pirataria e que apresava os navios que não possuíam cartaz ou que transportavam mercadorias não autorizadas ou considerados hostis. Cf. Laval, op. cit., 1998, Paris, Vol. II, p. 634-636

¹⁰⁷ Laval, op. cit., 1998, Paris, Vol. II, p. 762-763

¹⁰⁸ Id., p. 763

grandes financiamentos do centro da Europa ao mesmo tempo que começavam a dispor também duma marinha profissionalizada e que se tornou progressivamente superior à portuguesa,¹⁰⁹ partilhando por outro lado com os holandeses as convicções protestantes.

Os franceses surgem numa fase posterior, instalando em Surrate a sede da sua Companhia das Índias, fundada por Colbert em 1664. A sua implantação, fortemente comercial, tem uma primeira fase de aproximação ao governo do Estado da Índia e insere-se nas redes comerciais dos Portugueses, cuja capacidade naval aproveita para as ligações à Europa e para os seus fluxos comerciais.¹¹⁰ Alguns dos franceses da Companhia, estabelecem-se em Goa e chegam a casar com senhoras portuguesas. Os franceses preparam-se no entanto para tirar proveito do que entendiam ser o previsto colapso do império oriental português, como nos dá conta Maria de Jesus dos Mártires, chefiando o próprio ministro de Estado e da economia do rei Luís XIV, Jean-Baptiste Colbert,¹¹¹ uma ofensiva diplomática em Lisboa com esse propósito.

Mas as negociações não resultam e a própria Companhia francesa mostra-se ineficaz nas suas actividades na Índia. É assim que Paris decide enviar para o Índico uma forte armada chefiada pelo almirante La Haye cujo objectivo é conquistar um território para implantação da Companhia. Estão relatados com pormenor a sua passagem por Goa,¹¹² onde o Vice-Rei não autoriza o desembarque das tripulações, e o desembarque do almirante em S. Tomé em 1672,¹¹³ primeira escolha dos franceses para se instalarem, e que a tomam aos muçulmanos de Golconda que detêm a soberania sobre a cidade na década de 1670.

¹⁰⁹ Cf. Armando de Castro, «A Economia da Expansão Ultramarina», in José Hermano Saraiva dir., *História de Portugal*, Vol.4, Alfa, 1983, Lisboa, p. 248-250; Cf. A. R. Disney, *A History of Portugal and the Portuguese Empire*, 2009, p. 168-169. Charles Boxer discorre também sobre as dificuldades e a incompetência da maior parte das tripulações e comando dos navios da viagem da Índia. em «A Navegação», in: *A Índia Portuguesa em Meados do Séc. XVII*, ed. 70, 1082, Lisboa

¹¹⁰ Mártires Lopes, op. cit., 2006

¹¹¹ Mártires Lopes, op. cit., 2006, p.57

¹¹² In: Antoine François Prevost, «Voyage de La Haye aux Indes Orientales», in *Histoire Générale des Voyages*, Paris, MDCCCLI, Vol VIII de 15

¹¹³ Ibid.

Sobre a passagem do Almirante por Goa, existe um versão diferente contada pelo Abade Carré¹¹⁴ segundo o qual os franceses desembarcaram e permaneceram cerca de uma semana, sendo bem acolhidos pela população com festas e recepções e tendo até o Vice-Rei conseguido aliciar um grupo importante que se manteve em Goa enfileirando assim como força mercenária ao serviço da coroa portuguesa. O mesmo Abade Carré conta que, na sua viagem ao serviço de Colbert, passou também por Goa¹¹⁵ onde se informou, através do agente francês, o sr. António Martin (sic) que era então, segundo diz, «o comerciante mais rico e poderoso de Goa», sobre as últimas notícias do “vice-rei” francês em S. Tomé, acabadas de receber do seu irmão, Diogo Martin (sic) que estava então em Golconda. Carré conta que, em entrevista com o Vice-rei de Goa,¹¹⁶ fez menção ao «*nosso vice-rei*» tendo o Vice-Rei explodido e dito «O quê? Um Vice-Rei Francês em S. Tomé? Você não sabe que S. Tomé foi feita pelos Portugueses e que lhes pertence?» «Sim – terá dito Carré – mas V. Ex.a sabe bem que os nossos franceses encontraram a cidade na posse unicamente dos Mouros, que lhes recusaram abastecimentos, embora lhes tenha sido pedido o reabastecimento com pagamento em dinheiro». O Vice-Rei, em resposta, terá acusado os franceses de terem tomado a cidade sem avisar dos seus planos, com o que não podia concordar.¹¹⁷

Carré chegou à Índia em 1672, quando La Haye tinha capturado «*o Forte de S. Tomé*» e era um dos seus objectivos chegar a S. Tomé, quase morrendo de malária em Bijapur para onde se dirigira depois de Goa. Chegou a S. Tomé em Abril de 1673 e foi colocado como agente de La Haye em Madras.

A pressão das forças militares do rei de Golconda aliadas ao bloqueio naval holandês, com quem a França estava então em guerra, levaram à capitulação dos franceses, uma vez falhadas também algumas tentativas para obter do rei de Golconda a concessão da cidade em que teve um papel François Martin, sobre quem nos referiremos mais adiante. Este vai tornar-se no responsável pelos

¹¹⁴ *The Travels of the Abbé Carré in India and the Near East – 1672 to 1674*, from Bijapur to Madras and St. Thomé etc., Vol. II, Asian Education Services, Reprint, 1990, New Delhi, Madras

¹¹⁵ Id., Vol I, p. 207

¹¹⁶ Id., Vol.I, p. 219

¹¹⁷ Ibid.

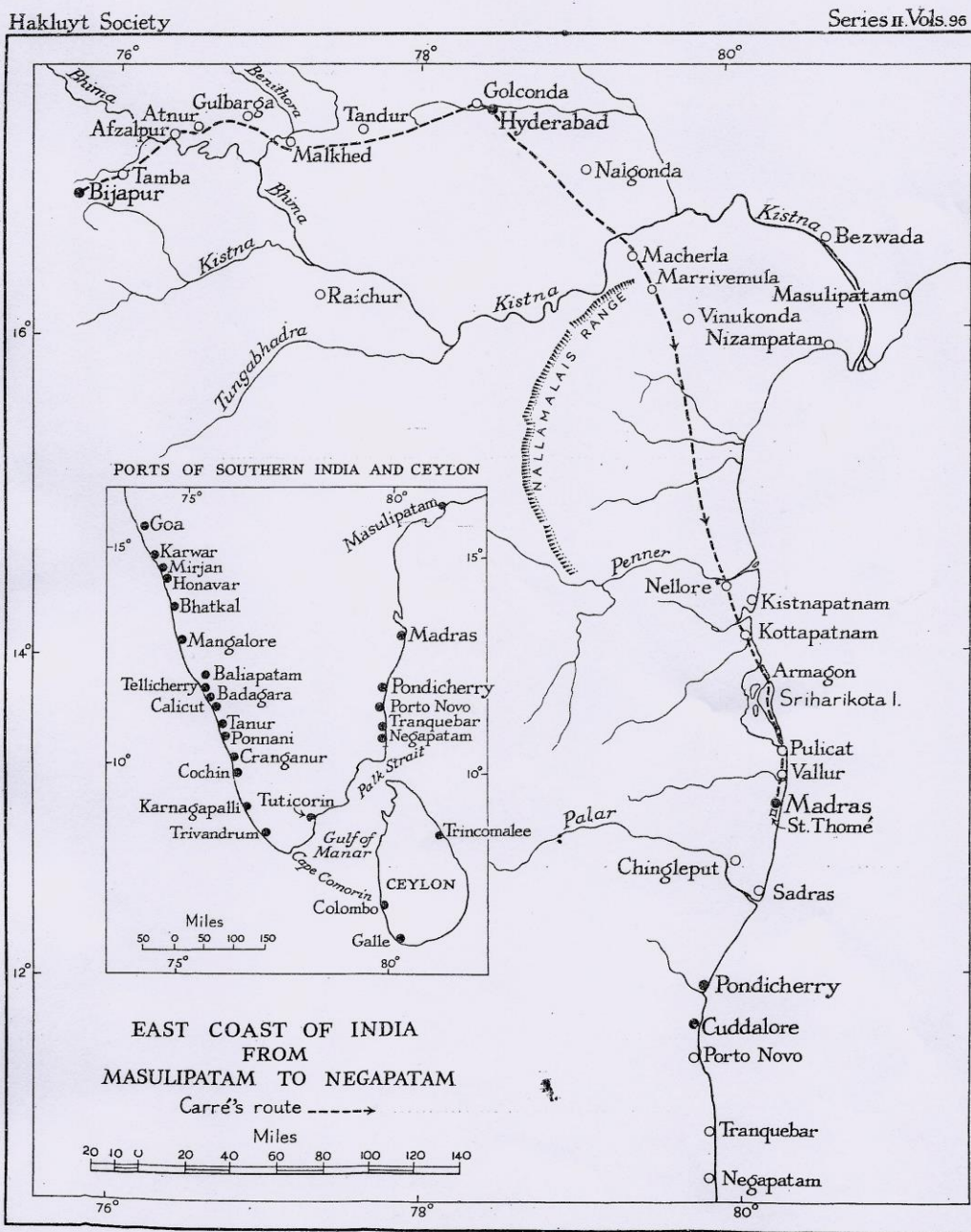


Fig. 11: Mapa com a indicação do percurso de Carré de Bijapur para S. Tomé onde se juntou a La Haye. O mapa faz também um apanhado da multiplicidade de cidades e feitorias da costa Este da Índia onde os europeus se movimentavam e viviam na segunda metade do séc. XVII. In: Vol. II de *The Travels of the Abbé Carré in India*, Reprint, 1990

interesses franceses na Índia Oriental e virá a ser fundador de Pondicherry, por onde os franceses optam então, obtendo a sua concessão por parte do sultão de Bijapur e para onde transferem então a sede das possessões da Companhia francesa.

Pondicherry está situada a alguns quilómetros a sul de S. Tomé e vai dar abrigo a muitos portugueses e lusodescendentes da região. Dupleix,¹¹⁸ que virá a ser presidente da companhia francesa, casa com Joana, uma descendente de uma família portuguesa de apelido Castro,¹¹⁹ originária de Ceilão, de onde saíra com a ocupação holandesa. Com Dupleix, os franceses chegam a ambicionar dominar a Índia e quase vão conseguir desalojar os seus grandes rivais da Companhia das Índias Orientais inglesa.

Já em 1746, os franceses avançam sobre Madras e fazem de S. Tomé o seu quartel-general de onde vão atacar e tomar o Forte de St. George, com a ajuda da esquadra proveniente das ilhas francesas Maurícia e Reunião, comandada pelo almirante La Bourdonnais, governador das ilhas. Os franceses, declaradamente em guerra com os ingleses desde 1745, tomam e ocupam assim Madras, onde vão fazer melhorias e manter-se até Agosto de 1749.¹²⁰

Este acto não é bem visto pelo Nababo do Carnatic, Anaverdikan, e La Bourdonnais prepara-se para devolver Madras aos ingleses contra o pagamento de um resgate. Dupleix não concorda, mas entretanto uma tempestade danifica a esquadra de La Bourdonnais que se vê obrigado a abandonar a Índia sem consumir a devolução. Dupleix recusa então ceder à exigência do Nababo Anwar-ur-Din, governador do Carnatic, para que lhe entregue Madras e, com uma pequena força militar bem organizada, derrota em S. Tomé o grande exército mugol que o nababo enviara para forçar a entrega, declarando a seguir Madras como possessão francesa.

¹¹⁸ Joseph François, Marquis Dupleix (1697-1763), já referido anteriormente (p. 38). Segundo a *Encyclopedia of World Biography*, além das suas funções oficiais envolveu-se, como era prática generalizada, nos negócios privados onde fez fortuna. Depois da superintendencia dos assuntos franceses em Chandernagor, veio a ser nomeado em 1742 governador-geral da companhia das Índias Francesa em Pondicherry com autoridade sobre os investimentos franceses na Índia. Em 1754 o governo Francês, querendo evitar futuros conflitos com os Britânicos na Índia, enviou um comissário especial, Charles Robert Godeheu, para substituir Dupleix que regressou a França nesse ano. In: "MARQUIS DUPEIX." *Encyclopedia of World Biography*. 2004. Encyclopedia.com. [Em Linha]

¹¹⁹ Joana de Castro, como já referimos atrás, com quem Dupleix casou em 1741, foi uma mulher corajosa e cheia de vivacidade que acompanhou o marido nas suas relações diplomáticas sendo conhecida na Índia como *Joanna-Begum* (a princesa Joana). In: «Dupleix (Joseph François)», *Imago Mundi, Encyclopedie gratuite en ligne*, [Em linha]

¹²⁰ The Madras Tercentenary Commemoration, op.cit.

É de certo modo uma ironia do destino que o acontecimento que vai abrir a possibilidade do alargamento da dominação inglesa sobre a Índia, tenha assim ficado associado ao nome da cidade de S. Tomé ou mais precisamente, da batalha travada em Novembro de 1746 entre o pequeno destacamento militar francês e o exército mugol, nas margens do rio Adyar, às portas de S. Tomé de Meliapor. Segundo o coronel G. B. Malleson,¹²¹ esta foi a primeira vez que um pequeno destacamento de pouco mais de 200 militares europeus, reforçados com 700 cipayos, destroçou completamente um exército experiente de 10.000 homens, dotado de artilharia e de uma cavalaria de temível reputação, naquilo que é reconhecido na literatura histórica militar francesa e inglesa sobre a Índia, como a *Batalha de S. Tomé*, ou de *Adyar* para os idianos. Com efeito, após a assinatura do tratado de Aix-la Chapelle em 1749¹²² e a posterior desistência francesa da sua progressiva dominação territorial na região, aquele bem-sucedido dispositivo militar e a avançada tecnologia de fogo dos franceses evidenciada na referida batalha de S. Tomé, irão ser adoptados pelos ingleses que vão progredir rapidamente para uma supremacia militar absoluta na Índia.

Dupleix, prosseguindo a sua política de dominação do Carnatic, ainda cercou Saint-David, a última possessão dos ingleses na costa oriental, mas teve de vir a Pondicherry repelir um cerco feito pela esquadra do Almirante inglês Boscawen que acabara de chegar à Índia.¹²³ Boscawen, lutando contra o mau tempo da época, viu-se obrigado a levantar o cerco e Dupleix preparou-se para perseguir o que restava das forças inglesas que se foram abrigar em Saint-David. É nesta altura que a assinatura do tratado de Aix-La-Chapelle põe fim à guerra entre a França e a Inglaterra e suspende todas as acções militares em curso. Dupleix vai virar então a sua atenção para a dominação dos poderes indianos, travando a

¹²¹ A batalha de S. Tomé (4 de Novembro de 1746) foi a segunda de duas vitórias em três dias nas quais pequenos destacamentos franceses derrotaram o muito maior exército do nababo do Carnatic (Primeira guerra do Carnatic). Depois de ter sido batido por um destacamento francês ao cercar Madras, o exército mugol foi completamente destroçado por um pequeno destacamento francês proveniente de Pondicherry às portas de S. Tomé. In: Coronel G. B. Malleson *The Decisive Battles of India from 1746 to 1849*, 1914, Cap. I, [Em Linha], «Battle of S. Thome», p. 12-15

¹²² Pelo tratado, os franceses devolveram os territórios ocupados até então na Índia em troca da Louisiana na América do Norte.

¹²³ In: «Dupleix», *Imago Mundi, Encyclopédie Gratuite en Ligne*

batalha de Ambour e conseguindo colocar no trono de Arcote um homem fiel aos franceses. Como consequência, o nababo do Decão vem prestar homenagem a Dupleix e nomeia-o nababo da Índia desde o cabo Comorim ao rio Krichna, o que vai aumentar o prestígio de Dupleix na Ásia¹²⁴. Para atingir os seus objectivos, faltava-lhe no entanto dominar Trichinopoli onde se refugiara um filho de Avernikan, apoiado este pelos ingleses. Mas foi nesta altura que as forças francesas, apesar de ajudadas pela cavalaria do nababo Chanda Saib, se deixaram cercar e capitularam (1752).

Em Paris, o governo francês queria acima de tudo fazer as pazes com os ingleses, e não enviou os socorros pedidos por Dupleix mandando, pelo contrario, o comissário Godeheu¹²⁵ com ordens para destituir Dupleix e o fazer embarcar de volta a França, passando a desfazer sistematicamente a sua obra. Assiste-se a partir de então ao declínio progressivo da influência francesa na Índia e à ascensão inglesa, a partir de agora, indisputada.

Foi em 1749 e no meio desta disputa, que o Almirante Boscawen recebeu de Inglaterra a missão de receber e ocupar os territórios devolvidos pelo tratado celebrado, recebendo Madras dos franceses e, no seguimento da decisão do Conselho da Companhia das Índias Orientais, ocupando também S. Tomé de Meliapor. Com efeito, os ingleses tinham conseguido colocar Muahmmad Ali no poder¹²⁶ justificando assim a ocupação de S. Tomé em nome do nababo, malgrado os protestos portugueses para quem o poder legítimo estava com o pretendente ao trono apoiado pelos franceses e de quem haviam recebido autorização para ocupar S. Tomé.

A bandeira inglesa foi içada em S. Tomé em 11 de Outubro de 1749 e D. António José de Noronha, o representante português na cidade cuja concessão fora obtida de Husein Dost,¹²⁷ ao que a pressão diplomática francesa não era estranha, e

¹²⁴ Ibid.

¹²⁵ In: «Dupleix», Op. Cit.

¹²⁶ Muhamd Ali, apoiado pelos ingleses, irá assim permanecer no poder até à sua morte, em 1795.

¹²⁷ Husein Dost é o opositor de Muhammad Ali na sucessão do Nawab do Carnatic, Mahommed Anwar-ud-din, acabado de falecer neste mesmo ano. Segundo Carmen Radulet, D. António Noronha conseguiu do nababo Chanda Saib a confirmação do amaldar através de um *parvana*, as

que havia sido nomeado por Goa, foi aprisionado e enviado para Inglaterra num navio da esquadra de Boscawen. Os portugueses de Goa não perderam tempo para reclamar S. Tomé como domínio do Rei de Portugal, queixa esta que foi porém ignorada.¹²⁸ O Marquês de Alorna, governador do Estado Português da Índia, reclamou os interesses portugueses sobre a cidade, mas o almirante Boscawen, numa atitude de grande arrogância, desprezou a pretensão considerando que já há muito que a coroa Portuguesa deixara de exercer os seus direitos naquela terra: «*When General Boscawen took Possession of that Place, there were no Portuguese Colours flying*» referia em resposta o Conselho de Forte de Saint-David, até então sede da Companhia Inglesa das Índias Orientais em Cudalore, o que não corresponderia à verdade, e acrescentava: «*no Revenue has Accrued to his Majesty of Portugal from that place for these fifty Years Past*».¹²⁹

O território, pertença do nababo do Carnatic, ficou então subjugado ao poderio da Companhia das Índias Orientais e, segundo Boscawen, terá sido por causa de um padre Antonio da Purificação, que reclamava ser governador em nome de Chanda Saib, considerado pela Companhia um *Rebelde Mouro*, que entendera tomar posse da cidade, tendo ainda recebido do legítimo nababo da Província um firmão sobre aquele lugar, razão porque ali decidira hastear as cores inglesas. O padre referido era nada mais do que o bispo D. António José de Noronha, nomeado pelo Vice-Rei Procurador do Estado de Goa em S. Tomé e legítimo representante da Coroa Portuguesa.¹³⁰

Segundo D. António, os ingleses ao decidirem ocupar a cidade, fizeram-no para travar a acção estabilizadora do bispo que procurava então criar condições de

possessões as aldeias de S. Tomé de Meliapor. In: *Sistema Marcial Asiático*, 1994, editado por Carmen Radulet e Fundação Oriente, p. XIV

¹²⁸ «The Madras Tercentenary Commemoration Volume», Madras Tercentenary Celebration Committee, Asian Educational Services, New Delhi, [Em Linha]; Cf. também Carmen Radulet in: *Sistema Marcial Asiático*, 1994, p. XV e XVI da «Introdução» e ainda p. 160-162, descrição do acontecimento pelo próprio D. António de Noronha.

¹²⁹ Love, H. D., *Vestiges of Old Madras, Indian Record Series*, Vol I, p. 400-401, Mittal Publications, 1068, [Em Linha]. O autor transcreve a versão em inglês da reclamação do Vice-Rei de Goa bem como a resposta inglesa.

¹³⁰ D. António desenvolve em várias páginas, na sua *Narração Recopilada*, manuscrito guardado na BP de Évora, o quadro da sucessão aberta com a morte do Nababo do Carnatic segundo o qual o legítimo sucessor seria Husein Dost o qual lhe terá cedido novamente S. Tomé, o que os ingleses não reconhecem.

segurança e estabilidade na cidade, sob a neutralidade oferecida pela bandeira Portuguesa e atrair de novo os seus antigos habitantes e a classe dos mercadores arménios e malabares, promovendo a reconstrução das antigas residências e refazendo as actividades comerciais e industriais da cidade e das aldeias que lhe estavam afectas, dispondo para isso dos direitos cobrados nas alfândegas e das rendas de várias aldeias incluídas na concessão, o que contrariava os interesses da Companhia das Índias Orientais britânica. Ele próprio procedia ao levantamento de uma fortificação na altura em que foi preso pelos ingleses, depois de oferecer resistência com o pequeno destacamento militar que o protegia.¹³¹

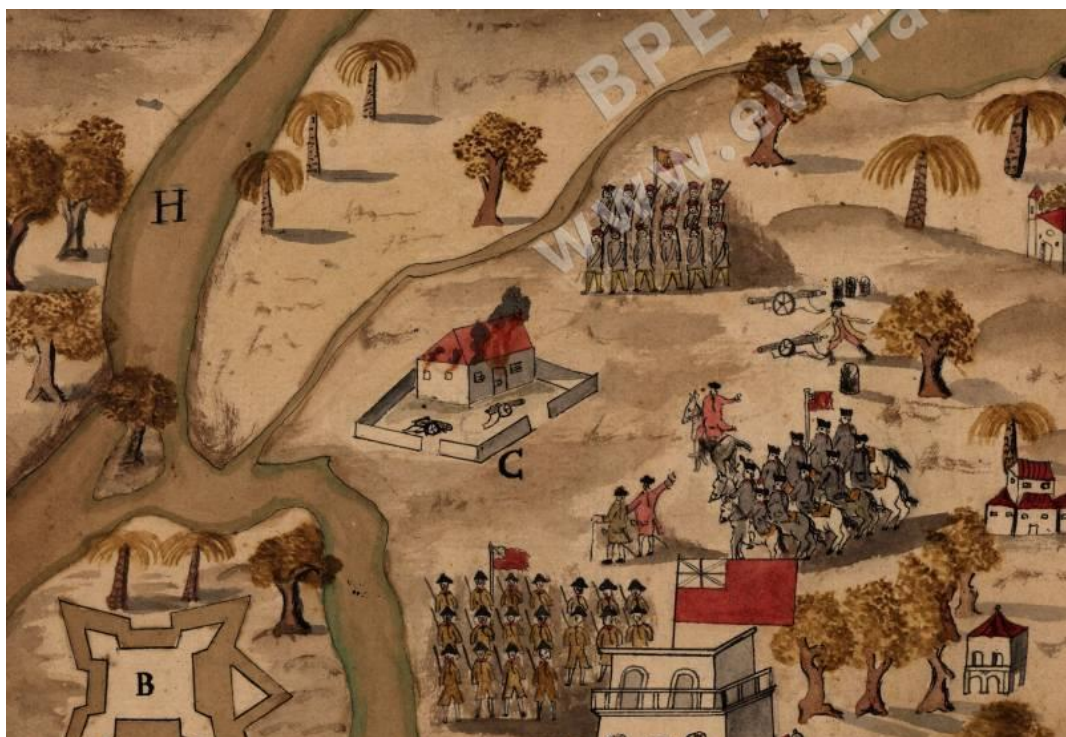


Fig. 12: Numa madrugada de Outubro de 1749 um destacamento inglês às ordens do Almirante Boscawen, aprisionou D. António de Noronha na sua casa em S. Tomé, depois de um combate, pondo fim à tentativa de ressurgimento da cidade dinamizada por D. António. Extraído da gravura existente na Biblioteca Pública de Évora

Boscawen, na sequência da decisão do Conselho da Companhia inglesa, mandou pois prender D. António, como referia, «*um padre Antonio da Purificação*», na sua residência em S. Tomé¹³² e içar a bandeira inglesa na cidade,

¹³¹ D. António J. Noronha, Carmen Radulet ed., *Sistema Marcial Asiático*, Fundação Oriente, 1994, Lisboa, p. XIV-XV da «Introdução» por Carmen Radulet e p. 160-62 da narrativa de Noronha

¹³² O acontecimento está documentado numa gravura existente na Biblioteca Pública de Évora, em idêntica gravura emoldurada e suspensa numa parede de uma das salas de leitura da Sociedade de

despachando de imediato D. António para Londres num navio da esquadra em que também ele regressou à Europa, sem qualquer consideração pela sua dignidade eclesiástica e de representante da coroa Portuguesa em S. Tomé, abandonando-o à sorte em que se veio a encontrar em Londres juntamente com vulgares condenados, não obstante o tratado de paz entre Portugal e a Inglaterra. Foi graças à intervenção do embaixador português em Londres, ao tempo António Freire de Andrade Encerrabodes, que D. António foi imediatamente libertado do navio para que já fora transferido com destino às colónias americanas e reconduzido à sua dignidade eclesiástica e oficial, ao ser conhecida a sua situação.¹³³

O ano de 1749 marca assim o fim da cidade portuguesa de S. Tomé de Meliapor e a sua inclusão administrativa na cidade de Madras, levada na onda dos territórios controlados pelos franceses e cedidos aos ingleses pelo tratado de Aix-la-Chapelle, perdida na maré de intrigas e indefinições políticas e administrativas do enfraquecido Estado Português da Índia, reflexo da fraqueza geral do Estado Português na Europa sob o domínio da coroa dos Habsburgos de que se libertara em 1640 e ainda em luta para consolidar as fronteiras com a Espanha ao mesmo tempo que fazia frente nos planos diplomático e militar à expansão das Províncias Unidas Holandesas no Brasil, em África e na Índia.

Após tomarem conta da cidade, os ingleses tornam efectiva a sua política vindo a interditar por completo o uso das instalações portuárias de S. Tomé, proibindo os armadores locais e de Goa de ali aportarem.

A época que precedeu o fim da cidade foi de declínio e abandono e o relato de D. António Noronha Noronha,¹³⁴ último representante da autoridade portuguesa na cidade, é disso testemunho ao mesmo tempo que assinala a tentativa da sua reanimação e da reconstrução de que foi protagonista. Com a ocupação,

Geografia de Lisboa e é relatado pelo próprio D. António de Noronha na obra já referida, ed. de Carmen Radulet, *Sistema Marcial Asiático*.

¹³³ In: D. António José de Noronha, Carmen M. Radulet, ed., *Sistema Marcial Asiático*, 1994, p. XV-XVII da «Introdução» e p.161 da narrativa

¹³⁴ D. António José de Noronha, *Narração Recopilada da Cidade de Santo Thomé de Meliapor e suas Aldeias*, manuscrito a cargo da Biblioteca Pública de Évora, Cód. CXVI/1 – 37. O mesmo assunto é tratado por D. António em *Sistema Marcial Asiático*, 1994, editado por Carmen Radulet e Fundação Oriente, p. 158-167

primeiro por D. António como representante da Coroa Portuguesa e logo de seguida pela Companhia Inglesa das Índias Orientais pela força das armas, vai terminar uma época em que a cidade foi sujeita a décadas de sucessivos cercos e ocupações militares por parte dos mugores, de franceses, de holandeses, e de ingleses, vindo ainda a ser devastada, já depois da anexação inglesa de 1749, no contexto das hostilidades que a guerra da independência americana reacendeu entre britânicos e franceses ou mesmo nas movimentações dos exércitos mugores nas guerras do estado de Mysore contra os ingleses e cuja derrota precedeu o predomínio incontestado das forças inglesas.

Noronha, regressado à Índia, ainda recebeu novamente a cidade com todos os seus domínios em 1758 das mãos dos franceses, quando estes a voltaram a tomar aos ingleses, e teve-a na sua posse durante três anos, sendo no entanto obrigado a retirar para Pondicherry quando as tropas francesas viram goradas as intenções de reconquistar Madras aos ingleses,¹³⁵ vindo também Pondicherry a cair sob cerco inglês em 16 de Janeiro de 1761. A situação de grande instabilidade prolongou-se no entanto até 1769 tendo como pano de fundo «as oscilações dos equilíbrios políticos no Carnático»¹³⁶ e o jogo das alianças dos vários poderes em presença com as forças inglesas.

O exército de Haydar Ali Khan, com quem D. António Noronha se chegou a aliar à frente de um destacamento constituído por franceses e luso descendentes, fez várias investidas após uma vitória numa batalha travada com as forças inglesas aliadas de Mohamed Aly Khan, tendo a cavalaria assolado dispersamente as aldeias da região nas proximidades de Madras e chegado a aprisionar residentes ingleses nas suas casas no Monte Grande e, nas palavras de D. António, «*cortados, presos e roubados os habitantes de S. Thomé de Meliapor e o mesmo aconteceu em todo o distrito de Madrasta, executando até às portas desta capital inauditas tiranias a cavalaria de Aydar Ali Kan*».¹³⁷

¹³⁵ D. António J. Noronha, Carmen Radulet ed., *Sistema Marcial Asiático*, 1994, Fundação Oriente, p. 162

¹³⁶ Segundo Carmen Radulet in: Noronha, op. cit., 1994, p. XV da «Introdução»

¹³⁷ Noronha, Radulet, op. cit., 1994, p. 180-181

Irvine comenta que quando procurou registos que lhe pudessem determinar a data do falecimento de Niccolao Manucci o qual, presumivelmente, terá morrido em S. Tomé, deparou com a ausência de registos naquela cidade anteriores a 1780, data em que «*a cavalaria de Tippu tudo devastou e queimou*». ¹³⁸

1.4.3. A Diocese de S. Tomé

Charles Boxer, em *A Índia Portuguesa em Meados do Séc. XVII*, observa, sobre a Expansão portuguesa de Quinhentos, que era íntima a interligação entre a *Cruz* e a *Coroa*, por vezes inseparáveis. ¹³⁹ *Cruz e Coroa, Trono e Altar, Fé e Império, Deus e Mamona*. ¹⁴⁰ E cita um missionário que escrevia, em 1637:

...a intenção de Deus ao inspirar o comércio marítimo Português com a Índia era aumentar a colheita de almas ¹⁴¹

Em 1606, por insistência do Rei Filipe II de Portugal, o Papa Paulo V criou a Diocese de S. Tomé de Meliapor ¹⁴² ficando constituído para a Coroa Portuguesa o dever e direito perpétuos de padroado da sua Sé, com o pagamento dos salários dos bispos, padres e demais clérigos necessários, incluindo as despesas com as suas passagens, pensões e estadias. Nomeado o seu primeiro Bispo, D. Sebastião de S. Pedro, sucederam-se vários bispos até Luiz Paulo Estrela que faleceu em S. Tomé em 1637. Durante os 56 anos seguintes, a Sé manteve-se vaga já que, das personalidades nomeadas para o lugar, umas declinavam e outras eram promovidas noutras posições ou morriam antes de chegar a confirmação papal. Durante esse período, a diocese era então governada por administradores escolhidos de entre as várias ordens religiosas presentes e nomeados pelos arcebispos ou vigários capitulares de Goa.

¹³⁸ Irvine, «Manucci's Biography», in Manucci, *Storia do Mogor*, reprint, 1881, Vol. I, p. LXVII

¹³⁹ Boxer, C. R., *A Índia Portuguesa em Meados do Séc. XVII*, Ed. 70, Lisboa, 1982, trad. Luis Manuel Nunes Barão de *Portuguese India in the Mid-Seventeenth Century*, The Heras Society, 1980, «Prefácio», p. 12

¹⁴⁰ Ibid.

¹⁴¹ Carta de Frei Manuel Barradas, S. J., para Manuel Severim de Faria, transcrita por Boxer, op. cit., 1982, p. 12.

¹⁴² In: «Saint Thomas of Mylapur, Creation of the diocese», in: *New Advent*, Home Encyclopedia, [Em Linha], [consult. Dezembro 2012], visitável em: <http://www.newadvent.org/cathen/13382b.htm>

Estava pois estabelecida uma dinâmica que marcou a segunda metade do século XVII, resultante do estabelecimento e competição de S. Tomé com o povoado que se ia formando junto a Forte de St. George da Companhia das Índias Orientais inglesa a qual começa a atrair portugueses e gente local de ascendência portuguesa para desenvolver uma nova cidade, mantendo-se no entanto a sua missão a cargo dos clérigos de S. Tomé.

Entretanto, em 1622 o Papa Gregório XV havia criado a Sagrada Congregação *De Propaganda Fides* com o fim de assistir e supervisionar a atribuição às várias ordens religiosas e sociedades missionárias do trabalho de espalhar a *Boa Nova* pelas diferentes religiões infiéis. Em 1642, dois padres Capuchinhos que a Congregação de Propaganda enviara para Burma, viajavam de Surrate por terra e, já em Fort de St George, foram persuadidos a ficar por ali, dada a sua diferente nacionalidade e independência face aos portugueses de S. Tomé, acabando por se instalar na nova cidade. Um dos padres, R. P. Ephraim de Nevers, obteve então, através da Congregação, autorização do Papa Urbano VII para estabelecer uma Prefeitura Apostólica na cidade de Madras, distinta da Catedral de S. Tomé, o que veio a originar um conflito permanente entre a Diocese que não abdicava de impor a sua jurisdição, e os Capuchinhos que, perante a bula Papal, a recusavam.

Outros problemas afectaram as várias comunidades católicas na Índia com relevo para a discórdia existente com o bispado de D. Francisco Garcia sobre as práticas religiosas das antigas comunidades católicas da Índia, que os portugueses designavam por cristãos de S. Tomé, e que encontraram por toda a costa do Malabar e também em Meliapor. Em 1652 chegava à Índia um novo bispo, Mar Atallah, enviado pelo patriarca jacobita de Antioquia pois havia contactos com o patriarca copta de Alexandria e com o patriarca nestoriano da Mesopotâmia no sentido de pedir a vinda do Bispo. Mar Atallah resolveu dirigir-se primeiro para S. Tomé de Meliapor, por uma questão de precaução, mas acabou por ser preso pelos jesuitas no colégio da cidade devido à discórdia então existente.

Com efeito, até 1597, as comunidades de cristãos de S. Tomé tinham tradicionalmente bispos sirios com a benção do Papa e não estavam sujeitas ao

Padroado o que desagradava à instituição regular constituída sob a sua jurisdição. Ao mesmo tempo, a instituição latina discordava dos rituais siríacos e considerava a prática desleixada e escandalosa.¹⁴³ Os sacerdotes vendiam os sacramentos, eram demasiado ignorantes sobre a sua fé, não praticavam a confissão e a expiação dos pecados e milhares de crentes não eram batizados porque os pais não podiam pagar esse luxo. Winius cita a *History of Christianity in India* de Joseph Thekkadath¹⁴⁴ explicando porque é que os padres de rito latino do Padroado português começaram a dedicar os seus esforços aos cristãos de S. Tomé. E se durante muito tempo a diferença entre os dois ritos se manteve e era aceite, a partir de certa altura emergiu a tendência para a suprimir e reduzir a prática religiosa daquelas comunidades cristãs aos mesmos preceitos aceites e praticados pela hierarquia de Goa.

Para compreendermos a complexidade das situação, abrimos aqui um pequeno parêntese para explicar que as tradições religiosas do Sul da Índia, no estado de Kerala, na costa do Malabar, incluem as comunidades Católicas, os Jacobitas que constituem a Igreja Ortodoxa Siria e as suas ramificações designadamente os Martomitas e pequenos grupos protestantes. Destas, os grandes grupos de cristãos pertencem aos ritos Sirio Católicos da Igreja Sirio-Malabar e da Igreja Sirio – Malanakra, estando em segundo lugar as comunidades católicas de rito Latino. Os sírio-católicos de Kerala partilham com outras igrejas orientais a tradição da liturgia do leste da Síria, nomeadamente a de Edessa, a de Seleucia-Ctesiphon e a da Persia. Assim, a Igreja Sírio-Malabar mantém relações de hierarquia com as igrejas Caldeias sob a organização Católica de Seleucia-Ctesiphon, na Persia. Esta filiação, ao ponto daqueles cristãos se intitularem “*cristãos de S. Tomé*”, pode resultar da evangelização do apóstolo em sítios como Edessa, na Síria, o que indicia a existência de afinidades por via das ligações das comunidades cristãs sírio-malabares a Edessa.

¹⁴³ George Winius, «Portugal's “Shadow Empire” in the Bay of Bengal», *Revista de Cultura* 13/14, 1991, Instituto Cultural de Macau, p.278

¹⁴⁴ *History of Christianity in India* de Joseph Thekkadath, vol. II, *From the Middle of Sixteenth Century to the End of the Seventeenth Century (1542-1700)*, Bangalore: Theological Publications in India, 1982, p. 24

Sobre estas comunidades cristãs do Malabar admite-se, segundo Ishwar Sharan, autor indiano que consultamos e que investigou a sua origem, ter havido duas grandes emigrações de cristãos para a costa Oeste da Índia tendo chegado uma a Cranganore em 345 da era cristã, constituída por 400 refugiados da Babilónia e de Ninive que pertenciam a 7 tribos e setenta e duas famílias, e que fugiam às perseguições religiosas do rei persa Shapur II. Tendo Roma, o arqui-inimigo da Persia, assumido o Cristianismo com Constantino, as comunidades cristãs na Síria e Mesopotâmia tornaram-se assim uma ameaça para o Estado Persa. Estes refugiados da Síria terão sido trazidos por uma figura lendária conhecida por vários nomes como Tomé de Canã, Tomé o Mercador, Tomé o Cananita, Tomé de Jerusalém, Tomé Knae ou Tomé Cananeu. Não se sabe mais nada desta figura a não ser o nome, da mesma maneira que esta migração de cristãos também não é um facto histórico, não existindo testemunhos históricos que a comprovem. No entanto, o estabelecimento de uma importante colónia síria no Malabar parece ser uma verdade histórica.

Autores citados por Ishwar Sharan, como K. S. Latourette em *A History of the Expansion of Christianity*, não admitem a existência de cristãos na Índia antes de 345 CE, ou como C. B. Firth em *An Introduction to Indian Church History*. Segundo ainda o Metropolita da Igreja Sírio-Caldaica de Este de Trichur, em Kerala, um certo Cosmas Indicopleustes visitou a Índia no séc. VI nos sítios onde viviam cristãos, em Male e em Quiloa, vivendo nesta cidade um bispo ordenado na Pérsia. Segundo Sharan, C.B. Firth refere que a segunda migração de cristãos Sírios para Quiloa, em Tranvancor, deu-se no ano de 823 da era cristã e traziam consigo dois bispos. Estes cristãos obtiveram permissão do governante local para aí se estabelecerem e a cedência de terras e outros privilégios, o que constaria de 5 placas de cobre.

Os cristãos de S. Tomé serão pois o resultado da missão da Igreja Síria do Leste, Nestoriana – a qual atribui duas naturezas à pessoa de Cristo, juntas numa união moral - sendo o centro desta igreja em Ctesiphon, na Pérsia, pelo que mantêm a liturgia caldaica, a linguagem síria e laços fraternais com o patriarcado babilónico em Bagdad.

Esta ligação, tenha ela resultado ou não dos vínculos que ficaram do presumível Tomé de Canã que os conduziu à Índia – e do seu Bispo José, de Edessa – manteve-se como forma de superar o isolamento geográfico e de conseguir bispos ordenados de forma válida que só se conseguiam na Pérsia e na Mesopotâmia.

Deve notar-se que também os Nestorianos reverenciam São Tomé já que Edessa se manteve como o centro da sua teologia, sendo que os seus bispos promoveram naturalmente o seu culto na Índia.¹⁴⁵

Regressemos pois ao ambiente que Manucci vai encontrar em S. Tomé, Madras e Pondicherry neste fim de século e na viragem para o séc. XVIII. Em 1693 era consagrado em Goa D. Gaspar Afonso Alvares que, após confirmação pela Santa Sé em 1691, veio a autorizar os Capuchinhos da Prefeitura Apostólica de Forte de St George a encarregarem-se também da comunidade católica da povoação francesa de Pondicherry entretanto surgida uns poucos quilómetros a sul de S. Tomé. Isto foi entendido como interferência do Bispo de S. Tomé mas o Papa Clemente XI emitiu uma bula restringindo os missionários de invadirem os direitos dos diocesanos de S. Tomé.

A Congregação de Propaganda Fides, porém, emitiu em 1706 um decreto em que apoiava os seus missionários subvertendo as ordens do Bispo. Novamente o Papa interveio a pedido do Bispo e em 1711 anulou o decreto da Congregação reafirmando os direitos dos diocesanos sobre Pondicherry. O cardeal Tournon, legado da Santa Sé em viagem para a China, visitou Pondicherry e, informado do que os Capuchinhos estavam a fazer, interditou a Prefeitura Apostólica de Madras. Os Capuchinhos submeteram-se e foi então levantada a interdição.

S. Tomé, além da instabilidade constante causada pelo novo poder mugol e pela ameaça holandesa, sofrendo ainda a concorrência próxima de Madras, era também palco de lutas dentro da própria igreja, com a autoridade diocesana sempre debaixo de contestação ou até com novas organizações dentro da igreja que queriam libertar-se da tutela de S. Tomé. Mas as dissensões continuaram: D.

¹⁴⁵ In: S. J. Anthonysamy, *A Saga of Faith, St. Thomas, The Apostle of India*, Santhome, Mylapore, 2009, Chennai, India; V/ t/b resumo da investigação feita por Ishwar Sharan, «The Myth of Saint Thomas and the Mylapore Shiva Temple», in: *Voice of India*, Nova Delhi, 1991 (Em Linha).

Gaspar morreu em 1708 sendo sucedido por D. Francisco Laynes, da missão de Madura, na Diocese de Cochim, que só veio a tomar posse da Sé em 1711. A sua autoridade foi no entanto desafiada pelos agostinhos portugueses de Bandel tendo então Laynes interdito Bandel em 1714, levantando a interdição logo a seguir por se terem os agostinhos submetido. O Bispo Laynes veio a morrer em Bengala em 1715 e sucedeu-lhe D. Manuel Sanches Goulão, nomeado em 1717 e que chegou à Índia dois anos depois, sendo por convite seu que vieram os barnabitas italianos para Burma. Sucedeu-lhe José Pinheiro, consagrado em 1726, que veio a sancionar os preparativos para a vinda dos jesuitas franceses para Bengala, morrendo em 1744. Sucedeu-lhe António da Encarnação, consagrado em Goa em 1747.

Em 1746 deu-se a tomada de S. Tomé pelos franceses que da cidade fizeram quartel-general para atacar e tomar o Forte de St George aos ingleses o qual se manteve nas suas mãos até Agosto de 1749, altura em que o entregaram ao almirante Boscawen por força do Tratado de Aix-la-Chapelle, vindo este a anexar posteriormente S. Tomé. Os ingleses arrependeram-se então de ter acolhido os capuchinhos suspeitando do seu papel na captura do Forte de St George pelos franceses, pelo que deportaram para França o seu superior, R. P. René, o principal suspeito da colaboração prestada aos franceses, expulsando do Forte e da povoação de Madras todos os outros.

O Bispo Encarnação morreu em 1752 e sucedeu-lhe Fr. Teodoro de Sta Maria, que pertencia ao priorado de S. Tomé, mas que hesitou em receber a consagração episcopal acabando por renunciar nas mãos de Fr. Bernardo de São Caetano, que foi então consagrado Bispo. Durante o período que se seguiu, na segunda metade do século XVIII, a Diocese foi entregue sucessivamente a franciscanos, a dominicanos, a agostinhos e a jesuitas, todos portugueses, com quem trabalharam jesuitas franceses e barnabitas italianos e, ocasionalmente, capuchinhos franceses. Porém as ordens religiosas não conseguiram formar um corpo de clérigos locais capazes de responder às necessidades que se puseram quando o Marquês de Pombal suprimiu a Sociedade de Jesus em Portugal deixando de sustentar a ida de jesuitas portugueses para a Diocese e quando também o

próprio Papa Clemente XIV suprimiu a Sociedade de Jesus, em 1773. Mas só em 1834 foram suprimidas dos domínios portugueses as outras ordens que ainda continuavam a enviar religiosos, embora a diocese de S. Tomé já não estivesse sob jurisdição portuguesa. O último representante das ordens religiosas na diocese, originário da ordem dos agostinhos portugueses em Bengala, veio a morrer em 1869.

Embora a cidade de S. Tomé tenha sido extinta como entidade política e autónoma ligada a Portugal e ao Estado da Índia Portuguesa, sobreviveu-lhe assim a autoridade religiosa diocesana na segunda metade do século XVIII e que manteve um cordão umbilical com as origens portuguesas, mesmo após o rompimento pelo Marquês de Pombal das obrigações herdadas do padroado.

Era de 1879 ainda, o relatório do Governador das Missões Portuguesas na Índia, António Thomaz da Silva Leitão e Castro, que dava conta da grande degradação a que tinham chegado os bens do Bispado bem como da perda de registos e dos fundos documentais, em suma, «*do desconcerto em que encontrei este Bispado*», da «*falta de lei e de cuidado com que ha longos anos é administrado*».¹⁴⁶

Finalmente, foi apenas em 1950 que Portugal renunciou aos seus direitos do Padroado do Oriente, tendo-se mantido a existência do Bispado de Meliapor até este ano.¹⁴⁷

¹⁴⁶ António Thomaz da Silva Leitão e Castro, Governador das Missões da Índia, *Regulamento Dado à Administração temporal do Bispado de S. Thomé de Meliapor*, 1879

¹⁴⁷ Luis Albuquerque, dir., «Coromandel», *Dicionário de História de Portugal*, Alfa, 1983, Lisboa, vol. I, p. 295



Fig. 13: Retrato de Afonso de Albuquerque, 1º Governador da Índia (1509-1515) reconstituído por Alberto Cutileiro a partir dos desenhos de Pedro Barreto de Resende de 1635 e de reproduções radiográficas e fotográficas da galeria dos governadores do palácio em Goa. Embora a reconstituição represente alterações introduzidas nas diversas reparações e reconstituições a que foi sujeito, os dizeres da parte inferior parecem consagrar desde início o conceito de «Estado» da Índia Portuguesa: «GOVERNOR ATE O ANNO DE 1515...»

2. O “Estado da Índia Portuguesa”

Podemos considerar que a Índia Portuguesa atravessou várias fases ou ciclos, de acordo com Maria de Jesus Mártires Lopes, sendo que no século XVI e na primeira metade do XVII, era constituída por uma vasta rede portuária desde o Cabo da Boa Esperança até ao mar da China, passando já na segunda metade do século XVII a constituir-se como «um domínio orientado para o Índico Ocidental», assistindo-se nas décadas de 20 a 40 desse século a um processo de «transformação do Estado numa potência regional voltada para o continente».¹⁴⁸ Desde quase o seu início, a instalação de vários órgãos institucionais e de um conselho do governo, veio dar-lhe a dimensão de verdadeiro «estado» com um peso de grande potência marítima em todo o Índico. Se esta potência ganhou forma em Cochim, cidade que os portugueses tomavam como destino nas viagens para a Índia, foi a mudança para Goa que lhe veio a dar a dimensão e prestígio que iria caracterizar este verdadeiro “estado” a partir do séc. XVI.

Segundo observa A. R. Disney «as possessões da coroa Portuguesa na Ásia marítima e na África Oriental eram chamadas no seu conjunto como o *Estado da Índia*» o qual se tornou «num enorme perímetro de fortalezas tanto quanto era também uma rede de comunicações marítimas».¹⁴⁹ Este autor, na sua posição de investigador e observador exterior ao contexto português, aborda a propósito a distinção entre «o *Estado da Índia* formal e a presença informal» dos portugueses na Índia e a existência de sobreposições e ligações significativas. Para ele, ao *Estado da Índia* correspondia um conjunto de possessões na Ásia marítima e na África oriental que figuravam nos documentos titulares de entrega que cada vice-rei recebia formalmente quando tomava posse da sua governação e onde o termo *Estado da Índia* aparece com regularidade já em meados do século XVI.¹⁵⁰

¹⁴⁸ Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *O Império Oriental, 1660-1820*, Tomo I, in: *Nova História da Expansão Portuguesa, Estampa, 2006*, p. 62

¹⁴⁹ A. R. Disney, *A History of Portugal and the Portuguese Empire*, 2009, Cambridge, Reprint, Vol. II, p. 147. As citações estão em tradução nossa do inglês para português.

¹⁵⁰ A. R. Disney, Op.Cit. p. 145-146. O autor faz referência a *Assentos do Conselho do Estado* compilados por Pissurlencar, obra que faz parte das referências do presente trabalho

Malyn Newitt, outro investigador exterior, também se refere a este conceito. Para ele, «o *Estado da Índia* era um conceito verdadeiramente revolucionário de construção de um estado». ¹⁵¹ Consequência dos conceitos emergentes do Tratado de Tordesilhas e também das bulas papais, o Estado da Índia tinha como território o oceano tendo o soberano acrescentado aos seus títulos o de «*Senhor da Conquista, Navegação e Comércio com a Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*». ¹⁵² Newitt também investiga o que designa por *império informal* ¹⁵³ resultado do comércio privado que «depressa ficou fora de controlo» das regras e regulamentos do monopólio real e que originou o aparecimento de povoações na baía de Bengala e ao longo da costa do Coromandel, bem como colónias de comerciantes portugueses e mercenários em Pegu e Arracão. Segundo este autor, «o Estado da Índia criou um modelo de império comercial marítimo que viria mais tarde a ser adotado pelos holandeses, pelos ingleses e pelos franceses, apesar de estes não terem aspirações religiosas e estarem organizados em companhias monopolistas em vez de monopólios da coroa».

Com efeito, D. Manuel I incentivou a emigração de portugueses para a Índia e as medidas que tomou originaram o aparecimento de comunidades de *casados* que vieram a desempenhar papel na vida política do futuro Estado da Índia, constituindo importantes grupos de interesse junto da Coroa. ¹⁵⁴

Com D. Manuel foi também posta em prática a estratégia de conquista de portos para base das operações mercantes tendo sido em 1505 nomeado Vice-Rei D. Francisco de Almeida com ordens de construir feitorias no litoral da Índia como pontos de partida para o monopólio do comércio marítimo.

Afonso de Albuquerque conquistou Goa e lançou as bases da sede administrativa dos poderes civis, militares e criminais do Estado da Índia que se estendeu desde a África Oriental até às Molucas e Macau, passando então a assinar

¹⁵¹ Malyn Newitt, *Portugal na História da Europa e do Mundo*, 2ª. Ed., 2012, p. 94

¹⁵² Malyn Newitt, op. cit. p. 95-96

¹⁵³ Malyn Newitt, op. cit. p. 98-100

¹⁵⁴ V/ Pedro Avelar, *História de Goa*, 2012, p. 41-42

como *Capitão-mor e governador das Índias e da Pérsia, e do reino e senhorio de Goa, e do reino e senhorio de Malaca, por el-rei nosso senhor*.¹⁵⁵

O governo da Índia Portuguesa era exercido pelo vice-rei que detinha vários aspectos do poder real. Estava autorizado a fazer a paz ou a declarar a guerra a qualquer dos reis e governantes da Índia «e de outras regiões fora dela» como e quando julgasse melhor para o benefício do serviço real.¹⁵⁶ O vice-rei estava também autorizado a mudar todos e quasquer comandantes de fortalezas, barcos de guerra e soldados, bem como quaisquer funcionários legais ou burocráticos que não satisfizessem. Tinha o poder sobre todos os movimentos financeiros do Tesouro Real e detinha ainda o poder judicial, de vida ou de morte, sobre homens de todas as espécies e condições, sem direito de apelo da sua sentença final, segundo a carta patente consultada por Boxer de 25 de Fevereiro e de 19 de Outubro de 1640. Sendo o seu poder virtualmente ilimitado, estava no entanto bastante limitado na prática por uma relutância em infligir a pena de morte a *fidalgos*.¹⁵⁷ O vice-rei era ainda assistido por um Conselho de Estado consultivo em que tinham assento autoridades eclesiásticas, legais, militares e civis.

Nos anos 40 do séc. XVII, «o “Majestoso Estado” resumia-se a uma sociedade desorientada, espalhada pela costa em três espaços espacialmente desconjuntados, económica e financeiramente exangues», segundo Mártires Lopes. «O prestígio das armas portuguesas ruiu e Goa, como Damão, encontrava-se à mercê de um ataque exterior, continental e marítimo».¹⁵⁸

No final do século XVII, o Estado da Índia não ia além dos territórios de Goa e Província do Norte, Macau, Solor, Timor, Moçambique e Vale do Zambeze, tendo perdido a rede de fortalezas e cidades com que havia controlado o Índico. Alguns autores como Chaudhuri, citado por Pedro Avelar,¹⁵⁹ explicam esta perda portuguesa no Índico face aos rivais europeus estando, não na diferença do poder

¹⁵⁵ Avelar, op. cit., 2012, p. 31

¹⁵⁶ Charles R. Boxer, *A Índia Portuguesa em meados do séc. XVII*, Ed 70, 1982, Lisboa, p. 24-25

¹⁵⁷ C.Boxer, op. cit., 1982, p. 24-25

¹⁵⁸ Idem p. 75

¹⁵⁹ Id., 2012, p. 122

de fogo ou nas dificuldades de financiamento da guerra, mas sobretudo, na falta de qualidades de liderança e na inexperiência, pois:

Desde o vice-rei até ao mais humilde casado das colónias remotas, a vida social portuguesa era caracterizada pelo orgulho e por um modo de vida repleto de ostentação»... «Outra fonte de fraqueza, talvez fatal, era a crónica luta de facções entre os funcionários de alto nível nas Índias, combinada com uma falta de autodisciplina e com o que acabaria por ser conhecido como “falta de justiça”.

Charles Boxer, em *A Índia Portuguesa em meados do séc. XVII*,¹⁶⁰ sintetiza o declínio do Estado da Índia dizendo que a «prolongada guerra de 1640-1668, conduzida em várias frentes, desde o Maranhão e Pernambuco no Brasil, através do Congo, Angola e Moçambique em África, até Timor e Macau na Ásia Oriental, para não falar na exaustiva luta na fronteira terrestre da Espanha e Portugal, reduziu o “Estado da Índia”, do estatuto de gigante ao de um pigmeu, nas palavras de um texto de um missionário jesuíta, de 1665».¹⁶¹

Segundo ainda o capitão João Ribeiro, na sua *Historic Trajedy of the Island of Ceylon*, 1685, referido e citado também por Boxer, «Portugal sobrecarregou o seu poder na Ásia, tentando controlar muito mais território do que aquele que os seus parques recursos e população podiam suportar».¹⁶²

Boxer analisa as causas do declínio salientando o «típico descuido, a falta de cuidado e o excesso de confiança dos portugueses», baseando-se em apreciações que encontra na correspondência holandesa da época, e a «tendência para adiar a tomada de decisões», fundamentando-se na correspondência de embaixadores.¹⁶³ A outro nível, destaca a obsessão da fidalguia pela qual só *gentis-homens* de «sangue e armadura» eram aptos para exercer cargos de alto comando, em terra ou no

¹⁶⁰ Charles R. Boxer, *A Índia Portuguesa em meados do séc. XVII*, Ed 70, 1982, Lisboa

¹⁶¹ C.Boxer, op. cit., 1982, p. 16. Boxer cita, nesta passagem, Manuel Godinho, S. J., na *Relação do novo caminho que fez por terra e mar, vindo da Índia para Portugal no anno de 1663...*, Lisboa, 1665

¹⁶² C.Boxer, op. cit., 1982, p.16

¹⁶³ Id., p.20

mar.¹⁶⁴ Somavam-se a estas o tempo de demora dos despachos e correspondência enviados de barco ou mesmo por terra que obrigavam de 18 meses a três anos até chegar resposta. No topo do processo de decisão, D. João IV mantinha usualmente todas as opções em aberto até ao último minuto e dava a prioridade ao Brasil. Mas de facto, enviava anualmente para a Índia todos os homens e barcos que podia, mas muitos se perdiam por naufrágios ou eram desperdiçados por comandantes incapazes.¹⁶⁵

Boxer não deixa de notar no entanto que «os portugueses foram capazes, depois destes críticos e muitas vezes desastrosos anos de 1640-1648, de emergir no final com a carreira e a cabotagem consideravelmente reduzidas mas ainda a funcionar [porque], apesar de muito desgoverno e incompetência nos postos mais elevados e a despeito da indisciplina crónica e extravagante nas posições a seguir, havia sempre um número de indivíduos invulgarmente competentes, honestos e determinados que, “fazendo das tripas coração”, conseguiam manter à tona o Estado da Índia.»¹⁶⁶

Mártires Lopes observa também que «a Índia Portuguesa conseguiu mobilizar recursos que permitiram a sua permanência como potência europeia nesta região do mundo»,¹⁶⁷ desta vez, com a iniciativa de D. João V enviando reforços militares e navais e nomeando vice-reis experientes e com prestígio que vão restabelecer a autoridade portuguesa, refazer a frota marítima de Goa e conseguir vários sucessos.¹⁶⁸

2.1. Goa e o Estado da Índia Portuguesa.

Goa adquiriu grande prosperidade no século XVI o que originou o mito da Goa Dourada aliado à sua importância política, religiosa e comercial, valendo-lhe também o epíteto de «Roma do Oriente».

¹⁶⁴ Ibid.

¹⁶⁵ Id., p.20-22

¹⁶⁶ Id., p. 55-56

¹⁶⁷ Ibid.

¹⁶⁸ M. Jesus Lopes, op. cit. p. 75-77

Afonso de Albuquerque estabeleceu fortalezas em Cochim criando o primeiro estabelecimento europeu na Índia mas em Fevereiro de 1510, ao arripio das instruções de Lisboa, tomou Goa de assalto, assenhoreando-se de seguida de Salcete e de Bardez. Viu-se porém obrigado a retirar quando o sultão regressou com milhares de homens e cercou a cidade, em Maio. Ultrapassando a falta de solidariedade que sentiu dos seus capitães,¹⁶⁹ reuniu em Angediva reforços vindos de Portugal, regressou em Novembro à frente de uma numerosa armada, de um exército de 1700 homens, o apoio de tropas de dois soberanos locais e reconquistou Goa, desta vez de forma sangrenta seguida de saque e massacre dos habitantes.

Recebendo em 1519 o privilégio de cidade real, com Diogo Lopes Sequeira como governador,¹⁷⁰ Goa tornou-se em breve num centro onde se movimentavam muitas pessoas e embarcações, emitindo a sua alfândega os passes de salvo-conduto e recebendo os direitos alfandegários que se tornaram obrigatórios para toda a navegação indiana e muçulmana. Foi com Lopo Soares de Albergaria, na década de 1530, que a sede do poder português na Índia passou de Cochim para Goa, para onde mudou a residência do governador.¹⁷¹

Goa atingiu um momento áureo na segunda metade do século XVI com o domínio de Damão e Diu e do comércio dos guzarates que vinha de Diu e de Ormuz, possuindo a cidade o maior número de comerciantes portugueses em que se contavam alguns dos mais ricos de todo o império ultramarino. A cidade engrandeceu-se assim com igrejas, palácios, casas e armazéns com produtos provenientes de todo o mundo, cunhava moeda na Real Casa da Moeda de Goa – que, a partir de 1547 começou a emitir os *S. Tomés*, tão populares como os ducados de veneza ou os xerafins de Ormuz – e na sua *Rua Direita* concentravam-se os bancos onde se cambiava dinheiro.¹⁷²

Com o aparecimento da competição dos holandeses e ingleses no Índico, e a consolidação de posições que foram conseguindo junto de alguns governantes asiáticos, os custos da administração civil e militar tornaram-se elevadíssimos

¹⁶⁹ Pedro Avelar, *História de Goa*, 2012, p. 28

¹⁷⁰ Avelar, op. cit., 2012, p. 50

¹⁷¹ Avelar, op. cit., 2012, p. 50

¹⁷² Avelar, op. cit., 2012, p. 55

demonstrando António Bocarro, quando foi historiador e conservador dos registos oficiais de Goa, o declínio económico, reflexo sobretudo da grande diminuição dos rendimentos da alfândega do Estado da Índia.¹⁷³ Foi quando Goa deixou de ser capaz de proteger muitos dos seus interesses na costa ocidental da Índia, falhando a tentativa de expulsar os ingleses de Surrate e sofrendo o assalto a Ormuz cometido pelas forças iranianas apoiadas por forças inglesas.¹⁷⁴ Seguiu-se o bloqueio sazonal da barra de Goa e o recrudescimento dos ataques holandeses com apresamento de navios e o cerco e queda de Malaca.

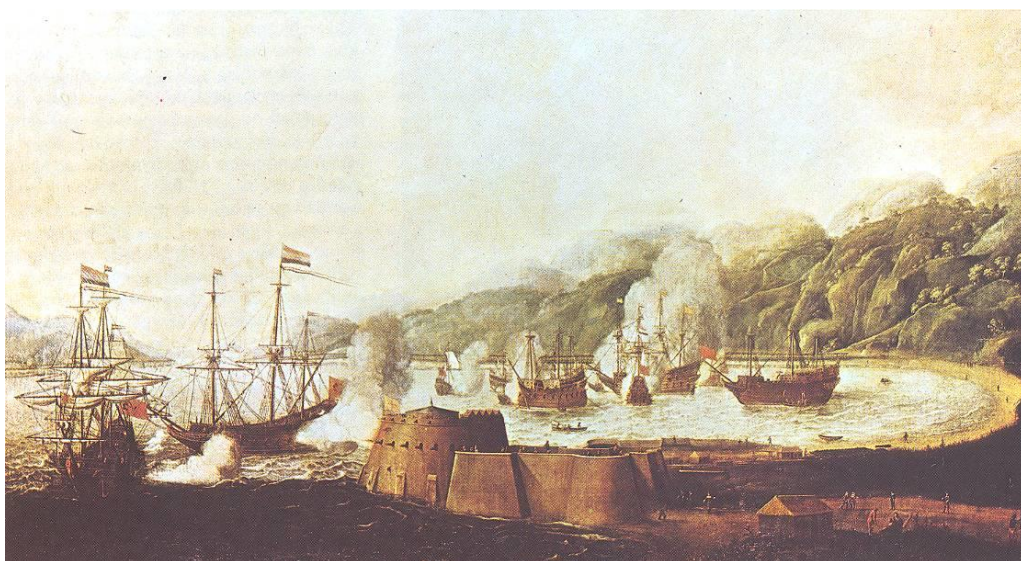


Fig 14: Goa sob bloqueio de navios holandeses. Quadro de H. Van Anthonnisen, Rijksmuseum, Amsterdão, em «O período dos Filipes» de Joaquim Veríssimo Serrão em *História de Portugal*, Direcção de José Hermano Saraiva, Vol. 4

Internamente, também, ocorriam factos como a deposição e prisão do vice-rei D. Vasco de Mascarenhas por um grupo de fidalgos membros do Conselho do Estado, mantendo-se a governação do Estado da Índia à deriva por alguns anos.¹⁷⁵

Por outro lado, a época era de progressiva expansão da autoridade mugol no continente indiano e da implantação comercial das companhias europeias na orla costeira enquanto Goa enfrentava o avanço maharata a norte e na zona

¹⁷³ In Avelar, op. cit., 2012, p. 110

¹⁷⁴ Ibid.

¹⁷⁵ Avelar, op. cit., 2012, p. 116

costeira.¹⁷⁶ A implantação das feitorias inglesas na costa criou situações de conflito. As actividades portuguesas no Malabar, por sua vez, sofreram dificuldades crescentes com a implantação de feitorias holandesas e francesas e com os ataques provenientes de alguns reinos do Malabar como o do Samorim de Calecute ou o de Tanor.¹⁷⁷ Em Portugal, membros do círculo real como o Marquês de Abrantes, faziam pressão para que a Índia fosse vendida e se D. João V, por sua vez, não estava disposto a ceder territórios indianos, também não se decidia na sua conservação.¹⁷⁸

Os desastres sucederam-se sob a pressão implacável holandesa, caindo Colombo em 1656 e, nos anos seguintes, Manar e Jafna em Ceilão, Coulão, Cranganore, Cananor e, sobretudo, Cochim tomada em 1663. Os efeitos destas derrotas foram devastadores e a cedência de Bombaim, surgiu como contrapartida ao apoio que os ingleses passaram a prestar à coroa portuguesa, embora com grande desagrado e resistência locais. É Jean-Baptiste Tavernier, citado por Avelar¹⁷⁹ que nos descreve, de uma visita a Goa:

Na minha primeira visita a Goa conheci pessoas que tinham propriedades com rendimentos até 2000 écus, e na minha segunda visita apareceram em segredo, à noite, para me pedirem esmola, sem que isso lhes diminuisse o orgulho (...)

Segundo Mártires Lopes, foi no final da década de 30 que começou a prodigiosa ascensão económica de Bombaim¹⁸⁰ que se desenvolveu alargando a sua área de influência até às proximidades de Goa. Por sua vez os maharatas, entre 1667 e 1671 investiram sobre Bardez e Goa, e passaram a controlar quase toda a costa do Concão até Damão cercando Chaul em 1683 e preparando-se para assaltar Goa, sendo travados somente pelo aparecimento do exército mugol, numa série de acontecimentos relatados por Niccolao Manucci cujo protagonismo lhe valeu uma condecoração portuguesa, como descrevemos noutra parte deste trabalho.

¹⁷⁶ M. Jesus Lopes, op. cit. p. 65

¹⁷⁷ Id., p. 66-67

¹⁷⁸ Id., p. 69

¹⁷⁹ Id., p.118-119

¹⁸⁰ Id., p. 75

O aparecimento em cena dos ingleses veio acrescentar uma visão sobre os portugueses de Goa que Wheeler, um autor mais perto no tempo em que os acontecimentos ainda estavam presentes nas memórias dos protagonistas da região, expressou em 1861 da seguinte forma:

A fortaleza e a cidade de Goa durante cerca de um século, foram o centro do seu comércio [dos portugueses] e a sede do seu poder. Aí levavam uma vida de intolerância e luxúria, de piedade e de opressão¹⁸¹

No final do séc. XVIII, a população portuguesa de Goa já era essencialmente euro-asiática com descendência dos matrimónios mistos entre homens oriundos de Portugal e mulheres asiáticas. Mas mesmo assim representavam menos de um por cento da população total, sendo menos significativa ainda a população de portugueses metropolitanos os quais eram maioritariamente de condição transitória, regressando a maioria à metrópole logo que enriquecia ou ascendia na hierarquia nobiliárquica.¹⁸²

2.2. O contexto político Europeu.

A Restauração de Portugal do domínio de Espanha

Na Europa, segundo uma obra de divulgação de José Hermano Saraiva,¹⁸³ na síntese que faz sob o título capitular «A diplomacia da Restauração», logo nos primeiros meses de 1641 a seguir à Restauração, Portugal enviou missões diplomáticas a Roma, a França, à Holanda, a Inglaterra, à Dinamarca e à Suécia, mas Roma suportava politicamente a Casa de Áustria no trono de Espanha e não reconhecia a independência portuguesa. Portugal, segundo lembra Rui Ramos, «não dispunha de agentes com experiência internacional, tendo de improvisar um corpo diplomático recrutado na alta aristocracia, no sistema judiciário e entre os

¹⁸¹ J. Talbot Wheeler, *Madras in the Olden Time*, vol.I, Madras, 1861, p 10

¹⁸² Avelar, op. cit., 2012, p. 49

¹⁸³ José Hermano Saraiva, *História de Portugal*, 3º Volume, Europa America, 1993,2013,p 19-23

funcionários da Casa de Bragança.»¹⁸⁴ Rui Ramos salienta ainda a extrema debilidade e o escasso apoio internacional da causa restauracionista «bem testemunhada nas dificuldades encontradas pelos “rebeldes” portugueses em Munster, [...] durante as negociações de paz que puseram termo à Guerra dos Trinta Anos».¹⁸⁵ Salienta também que a causa portuguesa «teve quase sempre um destino muito incerto e um resultado final que muitos na época reputavam improvável»¹⁸⁶. Estas constatações dão-nos a medida das dificuldades que o País teve de enfrentar durante as décadas que se seguiram à revolução que colocou D. João IV no poder, para conseguir libertar-se da pressão de Espanha, conseguir o reconhecimento internacional, atingir a paz e estabelecer alianças com as potências europeias nomeadamente a Holanda, a França e a Inglaterra.

Com a Inglaterra, veio a conseguir um tratado de amizade e comércio em 1642, mas logo nas lutas entre o parlamento e o rei inglês, Carlos I foi executado, implantando-se a República e de seguida a ditadura de Cromwel. Este não aceitou a posição de declarada neutralidade de Portugal que acolhia em Lisboa, ao mesmo tempo, uma esquadra de partidários do rei deposto a qual passou a atacar a navegação inglesa a partir de águas portuguesas. Isto levou ao endurecimento da posição do governo inglês que incentivou os ataques à navegação portuguesa para o Brasil e permitiu, no Oriente, o seu apoio aos Persas na conquista de Ormuz. Só em 1654 as boas relações foram restabelecidas mas através de um tratado cujos termos desfavoráveis o governo de Portugal se viu obrigado a aceitar.¹⁸⁷

Em 1660 chegou ao fim a longa guerra entre a França e a Espanha e esta retomou as pretensões sobre Portugal. O País recorreu então à ajuda inglesa para se defender, através duma negociação complexa que incluiu o casamento de D. Catarina, filha de D. João IV, com Carlos II de Inglaterra e a cedência em 1661, pelo tratado de Whitehall, de várias possessões aos ingleses incluindo Bombaim, a autorização para feitorias inglesas em Goa, Cochim e Diu e, entre outros, o

¹⁸⁴ Rui Ramos, em *História de Portugal*, A Esfera dos Livros, 4.ª Ed, 2010, a p. 306, cita esta passagem da obra de Evaldo Cabral de Mello, *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste – 1641-1669*, Rio de Janeiro, 1998, p.30

¹⁸⁵ Rui Ramos, op. cit.,2010, p. 306-307

¹⁸⁶ Ibid.

¹⁸⁷ Cf. José H. Saraiva, op. cit., 1993, 2013, p. 20-22

compromisso de transferir para a soberania inglesa as terras anexadas pelos holandeses e a partilha do comércio da canela de Ceilão, no caso de os ingleses conseguirem reconquistar as antigas posições portuguesas. A Inglaterra comprometia-se a ajudar Portugal na Península Ibérica com efectivos militares e na negociação da paz com a Holanda. Todas estas acções diplomáticas tiveram como teatro o território continental e a Índia, mas também o Brasil e a África onde os interesses portugueses estavam também ameaçados.¹⁸⁸

A acção diplomática com a França não levou aos resultados desejados pois envolvia posições concertadas que a França nunca veio a assumir e Portugal não conseguiu ser parte na conferência de paz com que terminou a Guerra dos Trinta Anos e na assinatura dos Tratados de Vestefália, acabando por assinar directamente com a Espanha o Tratado dos Pirinéus, sem ter conseguido concretizar uma ligação política com a França.¹⁸⁹

Com a Holanda, Portugal procurou a restituição dos domínios ocupados durante a dominação filipina e o estabelecer uma aliança militar contra a Espanha. D. João IV nomeou um embaixador junto dos Estados Gerais das Províncias Unidas e em 1641 chegou a um tratado conseguindo uma trégua de dez anos em que as pretensões portuguesas tiveram como contrapartida concessões comerciais substanciais aos holandeses mas que foi rapidamente ultrapassada no Brasil e em Angola, onde os holandeses foram sendo sucessivamente derrotados e expulsos. Findo período de dez anos, os holandeses vieram a ocupar no entanto as restantes posições portuguesas no Índico e no Pacífico e só se veio a conseguir a paz definitiva em 1661, mas com a abdicação portuguesa dos seus direitos e com indemnizações e concessões comerciais aos holandeses, sobretudo quanto aos territórios ocupados no Brasil.¹⁹⁰

Segundo Vitorino Magalhães Godinho, citado na entrada «Restauração» do *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*,¹⁹¹ o período da Restauração e do

¹⁸⁸ Id., p. 22

¹⁸⁹ Ibid.

¹⁹⁰ José H. Saraiva, op. cit., 1993, 2013, p 23 e Rui Ramos, op. cit. 2010, p. 307

¹⁹¹ «Restauração», in: José Costa Pereira, coord., *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Alfa, 1986, p. 165-166

Portugal restaurado é o de «*uma sociedade nobiliárquico-eclesiástica de economia mercantilizada [...] com as classes sempre divididas e com posições políticas ambíguas, se não contraditórias*».

José Hermano Saraiva, no estudo sobre «Portugal Restaurado» em referência¹⁹² dá-nos conta das convulsões permanentes que o reino atravessava começando logo pela queda de Francisco Lucena, o primeiro secretário de Estado de D. João IV, alvo das tensões entre os grupos que se movimentavam em torno dos interesses ligados ao poder, tornado inimigo da nobreza pela inflexibilidade que lhe atribuíram na condenação à morte dos responsáveis de uma conjura descoberta em 1641. Depois de ter sido substituído, na sequência da desconfiança que sobre ele recaía de colaborar com o governo de Espanha, veio a ser preso, acusado de maquinar a entrega de Elvas ao exército inimigo e degolado no Rossio. Tudo o que fizera afinal fora intervir junto do governo de Espanha para libertar um seu filho, preso em Madrid como represália a ter Lucena aceitado o cargo no governo de D. João IV.¹⁹³ A luta entre facções políticas desavindas preenchia assim, segundo Saraiva, a primeira década do Portugal restaurado.

D. João IV, sentindo a morte perto, tentou unir as grandes figuras do reino desavindas, mas sem resultado. Mas até nos últimos instantes da sua vida soube que dificilmente lhe seria dada a extrema-unção pois não obedecera ao Papa na questão do confisco dos bens dos cristão-novos e o facto é que o Conselho do Santo Ofício, poucas semanas depois da sua morte, lançou a excumunhão que atingiu também todos os que tinham colaborado na Lei de 1649 que suprimia os confiscos.

Logo a seguir à sua morte, reacendeu-se a luta entre os grandes do reino à volta das questões da sucessão e do governo, assistindo-se à divisão da nobreza em facções que se batiam entre si chegando por vezes à guerra aberta. «*Cada fidalgo disputava os comandos das armas que permitiam enriquecer rapidamente, os governos ultramarinos donde regressavam com grandes fortunas, e as missões*

¹⁹² José Hermano Saraiva, «Portugal Restaurado» in: SARAIVA, José Hermano, Dir., *História de Portugal*, Alfa, 1983, Lisboa, p. 19-53

¹⁹³ José H. Saraiva, op. cit., Alfa, 1983, p. 21-23

*diplomáticas consideradas como extremamente honrosas.»*¹⁹⁴

O 6º conde de Vimioso foi assassinado em Lisboa numa «*explosão de violência nesse jogo de cobiças e de inveja*». O conde de S. Lourenço foi preso como mandante do crime, mas foi o 2.º conde de Castelo Melhor que teve de fugir do País por lhe ter sido atribuída a verdadeira responsabilidade. A seguir à morte do Rei, foi o velho conde de Soure, D. João da Costa que foi destituído do mais importante cargo militar, o de governador de armas do Alentejo, com acusações de incompetência e de corrupção e ao ser chamado a Lisboa sofreu uma tentativa de assassinio, atribuída à facção oposta. Foi no entanto um dos chefes desta facção, o conde de S. Lourenço, que foi nomeado para o substituir. Em má hora pois foi sob o seu comando que Olivença caiu sob uma investida castelhana, caindo logo a seguir a fortaleza de Mourão¹⁹⁵.

Num outro plano, verificavam-se traições e deserções. O duque de Aveiro, o primeiro entre a nobreza portuguesa, aceitou de Filipe IV o comando de forças para a invasão de Portugal. O embaixador português na Holanda foi sabotando as negociações até se passar definitivamente para o lado espanhol.

Se acrescentarmos as convulsões que se vão seguir na destituição de governantes, no apeamento da Regente e finalmente na tomada de poder pelo infante D. Pedro face a um jovem rei, D. Afonso VI, incapaz de governar ao atingir a idade em que o poderia fazer, incapaz de consumar o seu casamento com D. Maria Francisca de Sabóia - numa aproximação dos interesses franceses a qual consumará no entanto o seu casamento com D. Pedro - até finalmente à estabilização dos assuntos do reino já com o conde de Castelo Melhor, podemos compreender um pouco alguns dos relatos que Manucci nos dá sobre as sociedades de portugueses nas cidades da Índia como Goa ou, noutra escala, S. Tomé de Meliapor, pequeno microcosmo onde parecia espelhar-se o clima de grande divisão e de convulsões permanentes que ia no reino, de traições e de facções desavindas e que, apesar das distâncias, se repercutiu com o desfasamento temporal com que as notícias chegavam e os protagonistas se deslocavam, em S. Tomé de Meliapor.

¹⁹⁴ Id., p. 24-25

¹⁹⁵ Ibid.

2.3. Contexto urbanístico da Índia portuguesa. Matrizes urbanas

Walter Rossa diz a certa altura, na introdução do volume sobre a Ásia e Oceania da obra *Património de Origem Portuguesa no Mundo*, e a propósito do que considera uma tradução equívoca para Português da obra de Charles Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire*¹⁹⁶ por *O Império Marítimo Português* que, «sendo inicialmente marítimo, [o Império] acabou sendo matricialmente urbano».¹⁹⁷ Segundo ele, «na realidade, o primeiro Império Português nasceu no mar, foi essencialmente litoral, mas não foi meramente marítimo. E para isso foi fundamental a acção da Igreja, bem mais ampla e durável que a do Estado».

É também A. R. Disney que afirma que «uma das características que mais imediatamente nos desperta a atenção no “Estado da Índia” formal, é que era muito urbano já que, no fim do século XVI, apenas cinco das suas vinte e quatro componentes significativas – Goa, Damão, Baçaim, Chaul e Colombo – estavam associadas a territórios e populações rurais significativas. O carácter urbano do Estado da Índia era muito um produto da sua função, pois a sua razão de ser era fornecer portos protegidos dos quais o comércio marítimo e as comunicações no Oceano Índico pudessem ser dominados e controlados até tão longe quanto possível».¹⁹⁸

A investigação de Rossa sobre o património português construído na Índia veio evidenciar as influências que determinaram o traçado urbano dos povoados e cidades que os portugueses fundaram na Ásia e não só, pois a matriz portuguesa também é evidente nas cidades do Brasil. A Expansão levou consigo a engenharia militar no erguer de numerosas fortificações e a «última tecnologia europeia em construção de fortalezas» segundo Newitt,¹⁹⁹ mas também na

¹⁹⁶ Charles Boxer, *O Império Marítimo Português*, ed. 70, s/ data, Lisboa, trad. de *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1815*, Hutchinson, Londres, 1969

¹⁹⁷ Walter Rossa, vol. *Ásia e Oceania*, in: *Património de Origem Portuguesa no Mundo, Arquitectura e Urbanismo, 2010*, F. C. Gulbenkian, Lisboa, p. 29

¹⁹⁸ A. R. Disney, *A History of Portugal and the Portuguese Empire*, 2009, Vol. II, Cambridge University Press, p. 146, citação com tradução nossa do inglês para português.

¹⁹⁹ Malyn Newitt, *Portugal na História do Mundo*, Texto Editores, 2012, p. 96

implantação dos agrupamentos urbanos com as influências e inovações europeias da época na construção e no urbanismo.

Não podemos ignorar a profunda influência das formas da arquitetura manuelina no desenho dos edifícios religiosos conforme observa Roberto Marta²⁰⁰ referindo essa mesma influência na capela do Monte em S. Tomé de Meliapor que considera testemunhar a persistência da arte manuelina e, acrescentamos nós, a inspiração medieval que ainda a impregna. A capela é descrita por Walter Rossa em *Património de Origem Portuguesa no Mundo*,²⁰¹ que a identifica como a Igreja de N.^a Sr.^a da Expectação, no Monte Grande, a qual se encontrava em ruínas com os restos mortais do Santo e dos seus discípulos à chegada dos portugueses, tendo sido construída uma pequena igreja em 1523 pelo mestre Vicente Fernandes a pedido do capitão-geral da Costa da Pescaria,²⁰² aumentada em 1547 por iniciativa do vigário Gaspar Coelho e do capitão Gabriel de Ataíde e voltando a sofrer obras em 1685 e em 1723 quando recebeu na fachada, segundo Rossa, um desenho classicizante que se diferencia de toda a volumetria do edifício tendo este uma estrutura espacial que provem de 1547, com a capela mor construída em 1526.

Em Lisboa, D. Manuel I pusera em prática as regras que iriam moldar o desenho urbanístico da expansão da cidade extra-muros que se iria afastar do modelo medieval que caracterizava por exemplo a baixa pré-pombalina. Para além da determinação para eliminar os balcões que ocupavam os espaços das ruas sinuosas e apertadas da cidade medieval, surgiram regras urbanísticas e arquitectónicas para toda a cidade que exprimiam a preocupação com o alinhamento das fachadas e a largura das ruas, estipulando que aquelas deviam

²⁰⁰ Roberto Marta, *L'Architettura Manuelina Protagonista dell'Impero Portoghese*, Kappa, 1998, Roma

²⁰¹ Walter Rossa, op. cit. 2010, p. 390

²⁰² «O governador [...] mandou lá hum navio, em que foy por capitão Pero Lopez de Sampayo com apontamento do que s'avia de fazer na casa, e com elle hum arquiteto chamado Vicente Fernandez para fazer a obra, e mandou tambem hum sacerdote chamado Antonio Gil, que tivesse o dinheyro em seu poder para pagar ha gente que trabalhasse na obra...», in: *Chronica do Muyto Alto e Muyto Poderoso Rey ...Dom João o III Deste Nome*, de Francisco d'Andrada, 1796, Coimbra, Parte I, p. 108-109. D'Andrada descreve uma sequência de acontecimentos que decorreram a seguir a uma visita de Manuel de Frias em 1522 seguindo instruções do Governador para confirmar as descrições feitas por dois portugueses que haviam visitado o local em 1517.

apresentar-se *sem uma sair mais do que a outra nem ser mais alta que outra.*²⁰³



Fig. 15: O Bairro Alto no Séc. XVI segundo reprodução de gravura anónima da 2ª metade do séc. XVI, in: Jorge Bráunio, *Civitates Orbis Terrarum* (1593) vol. V, Museu da Cidade, reproduzida por Helder Carita em *Bairro Alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos*, 1994. É visível a muralha fernandina que corre sinuosa de alto a baixo na reprodução e, à sua esquerda, o traçado da malha regular de quarteirões e ruas alinhadas que passa a caracterizar o desenvolvimento dos aglomerados urbanos portugueses e também o urbanismo das cidades portuguesas da Expansão.

²⁰³ *Livro dos Reis – D. Manuel*, A. H. da CML, livro 1º, Doc. 82 (Lx. 10-8-1502), citado por Helder Carita em *Bairro Alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos*, p. 18

Durante a primeira metade do século XVI, foi assim crescendo extramuralhas, um primeiro núcleo, a Vila Nova de Andrade, em *número de arruamentos e habitantes, de acordo com as directrizes régias*, surgindo os primeiros quarteirões do que viria a ser o Bairro Alto.²⁰⁴

Para Walter Rossa a acção da Igreja foi «bem mais ampla e durável que a do Estado»,²⁰⁵ estando presente logo nas primeiras armadas «a par dos militares, burocratas, comerciantes e aventureiros portugueses, cedo se assumindo como guarda avançada e diplomática da presença portuguesa, insinuando-se em espaços e regiões onde nunca a administração portuguesa chegaria ou, em alguns casos, chegaria tarde».²⁰⁶ Rossa observa que, «se as congregações religiosas contavam com arquitectos e engenheiros entre os seus membros para as suas próprias necessidades, a coroa, inclusivé nas suas realizações de matriz secular para o padroado, contava basicamente com os seus engenheiros militares – mesmo que inicialmente alguns fossem religiosos – os quais tinham de ser tanto arquitectos quanto urbanistas». Alguns, como Manuel Godinho de Erédia (1553 – 1623) nasceram e nunca chegaram a sair do Oriente e «produziram formas específicas de actuação que têm levado os especialistas a admitir a existência de uma verdadeira escola portuguesa».²⁰⁷ Sabemos, por exemplo, que em 1621 a fortificação de S. Tomé tinha nova traça do engenheiro e arquitecto Julio Simão,²⁰⁸ disso dando conta o vice-Rei Francisco de Albuquerque ao escrever de Goa para a Corte a 18 de Fevereiro de 1621. Mas em 1630 os trabalhos de fortificação ainda decorriam, conforme nos refere Pedro Dias,²⁰⁹ ao que parece por falta do dinheiro que, enviado de Goa para as obras, fora roubado por piratas.

²⁰⁴ Catarina Oliveira, «Nota Histórico-Artística» sobre a classificação do *Bairro Alto como Conjunto de Interesse Público*, IGESPAR, Junho de 2005, [Em Linha]

²⁰⁵ Walter Rossa, op. cit., 2010, p. 29

²⁰⁶ Id., p. 34

²⁰⁷ Id., p. 39

²⁰⁸ Julio Simão, arquitecto, foi para Goa com D. Francisco da Gama, 4º Conde da Vidigueira e chegou a 22 de Maio de 1597. Trabalhou na Sé Patriarcal de Goa, fez o Arco dos Vice-Reis na cidade velha com a influência clássica dos modelos de Sebastião Serlio. Teve a seu cargo a inspecção de todas as obras do Senado e várias fortificações. In: Francisco Sousa Viterbo, *Dicionário dos Engenheiros e Arquitectos (...)*, 1898-1922.

²⁰⁹ Dias, Pedro, *Arte de Portugal no Mundo, Índia – Urbanização e Fortificação*, Público, 2009

Walter Rossa, num interessante estudo histórico de síntese sobre o urbanismo português, «A Cidade Portuguesa», observa que «a reforma manuelina das cidades portuguesas corresponde ao segundo grande momento da história do urbanismo português,²¹⁰ aquele onde os procedimentos passam a ser regulados por uma *praxis* específica». Trata-se de uma transformação profunda, possível de operar só com a existência de quadros municipais, segundo está convencido este autor, no que o acompanhamos, indiscutivelmente.

Instituiu-se pois uma cultura urbanística embora não existisse um correspondente corpo teórico e uma vontade expressa em actos de planeamento urbanístico a qual surgia no entanto na particularidade da resolução de problemas urbanísticos resultantes da aplicação dos conceitos defensivos, surgindo aqui o desenho conceptual à escala urbana. Com efeito, as preocupações defensivas que se seguiram à restauração, desenvolveram a experiência e a prática dos perímetros abaluartados das cidades e do respectivo traçado urbano, que encontramos reflectidas nas cidades portuguesas no Índico.

É ainda Rossa que nos diz, fundamentando-se em Sousa Viterbo, que «desde o início dos Descobrimentos [...] os engenheiros militares ao serviço de Portugal circularam pelo mundo com ritmo e mobilidade insuspeitados». «Num curto espaço de tempo encontramos o mesmo indivíduo a trabalhar na Metrópole, no norte de África, nas costas do Índico e até no Brasil». «Com eles deslocava-se o pessoal militar, judicial e administrativo». Rossa atribui pois uma importância grande à acção dos funcionários e agentes portugueses que contrapõe à regulamentação Filipina que prefigurava o modelo com que as cidades sul-americanas foram desenhadas e implantadas no terreno. Dá relevância assim a uma função geral que era desempenhada através de variadas tarefas específicas, as quais estão descritas na vasta documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, segundo refere, e que concorriam para o acto de *arruar*, o que na actualidade é expresso pelo acto de *urbanizar*, isto é, o acto de *gerar o espaço urbano*. O *arruador* tanto

²¹⁰ O primeiro, no período medieval, teria sido o da colonização do país após a reconquista, com D. Dinis. Cf. Walter Rossa, «A Cidade Portuguesa», *A Urbe e o Traço, Uma Década de Estudos sobre o Urbanismo Português*, Almedina, 2002, Coimbra, p. 248

era o engenheiro, o funcionário administrativo, como o próprio Governador, que marcava a rua no terreno. Ou implantava o sítio da muralha, ou da porta da fortaleza: «No dia escolhido, o governador, ou vice-rei, seguido por todos os capitães e demais população, sacerdotes, trabalhadores, etc., marcava com uma corda esticada a configuração geral da fortificação, após o que um sacerdote, seguido por todos os seus companheiros e com toda a capitania de joelhos, benzia o local.»²¹¹

Rossa, no trabalho que vimos citando, discute aquilo que considera a inexistência de um planeamento prévio do desenho das cidades, nomeadamente as que os portugueses fizeram no Oriente, salvo uma ou outra excepção. Para ele, «as cidades portuguesas são muito mais o resultado vivo de uma sedimentação e mutação de culturas operada pelo senso comum, do que a realização possível de um qualquer idealizado imaginário».²¹² Documentalmente, segundo diz, não se sabe até que ponto os espaços urbanos Quinhentistas, novos ou reformados, «eram sujeitos a um objectivado ordenamento português», encontrando-se porém realizações com características formais semelhantes às de realizações da Metrópole e que não obedeceram a desenho prévio, como a Câmara, o Pelourinho, a Misericórdia, a Matriz, ou ainda os conventos das várias ordens, ou o colégio jesuíta.²¹³ É ainda com alguma cautela que Rossa aponta «o equívoco das *cidades ideais* feitas na Índia pelos portugueses» que resulta de uma imagem estereotipada da ocupação dos edifícios nas representações Quinhentistas e Seicentistas transmitida «pela via do *ideal de cidade* dos cronistas», fruto duma normalização segundo padrões modernos.²¹⁴ Já em Damão, Cairate pôde²¹⁵ realizar uma cidade

²¹¹ A. Brandão in AAVV, 1989^a, p. 173, citado por Walter Rossa em «A Cidade Portuguesa», *A Urbe e o Traço*,..., Almedina, 2002, Coimbra, p. 278

²¹² Rossa, op. cit., 2002, Coimbra, p. 249

²¹³ Ibid.

²¹⁴ Id., p. 281-282

²¹⁵ Giovanni Battista Cairate, oriundo de uma família de Cairate, João Baptista iniciou a actividade de engenheiro ao serviço do Estado de Milão. Em 1563, foi um dos fundadores do Collegio di Ingegneri ed Architetti. Filipe II chamou-o a Espanha em 1577. Em 1581, inspeccionou as fortificações de Tânger. Tendo-se destacado nas campanhas de ocupação de Portugal e dos Açores, foi escolhido para engenheiro-mor da Índia. Em 1583, foi enviado para o Oriente como arquitecto-mor e superintendente das fortificações. Em Damão e Baçaim, dedicou-se à averiguação das fortificações. Em 1588, foi enviado a Malaca para inspeccionar as obras de fortificação. Ali, efectuou algumas melhorias à fortaleza e projectou outras que nunca chegaram

rigorosamente regular, composta de quarteirões quadrados a partir de um módulo previamente definido. É assim que, no dizer de Rossa, Damão poderá ser de facto a única cidade ideal do Renascimento da Índia Portuguesa, planeada e erguida por um engenheiro italiano durante a dinastia Filipina.²¹⁶ Rossa destaca a influência da Aula de Fortificação na Ribeira das Naus, criada em Lisboa em 1647 e que formou os engenheiros que prosseguiram o trabalho de projecto nas várias regiões onde os portugueses actuaram. Estes engenheiros vão suceder ao recrutamento filipino em França e nos Países Baixos, sucedendo por sua vez às anteriores influências italianas do fim do século anterior, que se impuseram no País através da Aula do Risco criada em 1594. A influência francesa e holandesa manifestou-se sobretudo na concepção e construção dos perímetros abaluartados das praças da metrópole mas veio a informar também o desenho das fortificações no Oriente.

Encontramos em Helder Carita um conjunto de observações apoiadas numa pesquisa aprofundada nos territórios indianos por onde a acção dos portugueses muito se fez sentir, quer pelos aglomerados urbanos que criaram quer pela acção missionária que se estendeu muito para além das áreas controladas pela Coroa. Na sua tese sobre a arquitectura indo-portuguesa,²¹⁷ este autor aponta o que foi a divulgação de sistemas e práticas de construção com os funcionários da Provedoria de Obras Reais cuja normativa constituiu «um elemento de fundo que atravessa toda a arquitectura produzida em contextos de influência portuguesa, conferindo-lhe unidade e coerência estética».²¹⁸ O trabalho de Carita parte da premissa, a que aderimos decididamente, de que «o Estado da Índia [...] estendeu a sua influência cultural e religiosa a outras regiões da Índia como Cochim e a todo o

a ser erigidas, embora o seu projecto possivelmente figure, segundo Manuel Lobato, num desenho de Manuel Godinho de Erédia, de 1604. Durante o tempo em que esteve na Índia, Carrato passou também por Ormuz e Mascate. O Forte de Jesus teria sido, provavelmente, a última obra de Carrato no Oriente. Após o seu termo, o engenheiro pediu para regressar à Europa, ao que não obteve resposta imediata. Em 1596, Filipe II retorquia dizendo que teria de esperar por um substituto naquele cargo, dado o carácter peremptório da questão da fortificação na Índia e a necessidade de sempre se encontrar ali um profissional. Acabou por falecer em Goa, em Janeiro de 1596, quando ainda esperava a chegada do seu sucessor, Júlio Simão. In: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [Em Linha]

²¹⁶ Rossa, op. cit., 2002, Coimbra, p. 282

²¹⁷ Carita, Helder, *Arquitectura Indo-Portuguesa na região de Cochim e Kerala, modelos e tipologias dos séculos XVI e XVII*, Faro, 2006

²¹⁸ Carita, *Arquitectura Indo-Portuguesa...*, 2006, p. 14-15

interior do Kerala, às Ilhas de Salcete, de que fazia parte Bombaim, à costa do Coromandel e ainda a todo o Ceilão»,²¹⁹ como refere. E se a perda de cidades e praças significou a perda de influência política, nem sempre se terá perdido a influência cultural.

Como enquadramento histórico e explicativo geral da influência portuguesa no traçado urbano e no edificado, Carita aponta a formação sob o domínio dos portugueses, logo no início do séc. XVI, de uma rede de cidades e fortalezas interdependentes que se estendiam desde a costa de África até ao extremo oriente.²²⁰ Nesta rede, segundo diz, Goa assumiu progressivamente uma posição de *cabeça de império* introduzindo no Índico o padrão de uma centralidade que não existia até então, consequência lógica da criação do cargo de Vice-rei.²²¹

Continuamos a citar Helder Carita onde afirma que «em contraponto à centralidade instituída, desenvolve-se um conjunto de cidades portuárias como Cochim, Negapatão e S. Tomé de Meliapor»²²² ou mesmo Macau, acrescentamos nós, com um papel de entrepostos comerciais, armazenamento e troca de produtos e até de financiamento das actividades comerciais. Estas cidades desenvolveram-se autónomamente embora com o suporte do notável avanço militar e *piro-balístico*²²³ dos portugueses e, acrescentaríamos, com a sua supremacia naval nos mares do Índico. As cidades indo-portuguesas assim formadas vieram a ter um papel de acumulação de riqueza o que lhes permitiu, segundo Carita, «fornecer a liquidez financeira necessária em certos momentos ao funcionamento do Estado da Índia».²²⁴ Vieram a ser elas também que organizaram forças navais para acorrer a outros pontos da rede administrada por Goa, como Ceilão, socorrida em 1598 por uma expedição armada a partir de S. Tomé de Meliapor ou como Malaca, socorrida a partir de Cochim em 1587 e 1589.²²⁵

As grandes estratégias «veiculadas por governadores, capitães e altos

²¹⁹ Carita, op. cit., 2006, p. 15

²²⁰ Id., p. 31

²²¹ Ibid.

²²² Ibid.

²²³ Ibid.

²²⁴ Helder Carita, op.cit., 2006, p. 33

²²⁵ Id., p. 34

funcionários régios»²²⁶ a partir do governo central, vieram a influenciar as estruturas e as morfologias urbanas destas cidades que começaram por reproduzir o modelo manuelino consequente das transformações operadas em Lisboa, adoptando as normas e praticas urbanísticas emanadas do reino. Foram assim cidades debruçadas sobre as actividades portuárias, estruturadas a partir de um centro nevrálgico e de representação, similar ao da Ribeira, tendendo a um traçado e organização linear ao longo da margem marítima ou fluvial, mantendo todo o aglomerado uma aproximação à água. Por outro lado, o seu alargamento para o interior, traduziu-se na constituição de núcleos semi-urbanos com residências palacianas e quintas de lazer. Segundo observa Helder Carita, este modelo, expresso na solução urbanística de Cochim, apresenta-se nas chamadas «cidades-porto que se desenvolveram posteriormente como S. Tomé de Meliapor, Negapatão e Colombo, reproduzindo e fazendo perdurar um modelo de cidade manuelina»²²⁷ no qual a cidade renascentista pouco se reflectia.

Walter Rossa detecta nas influências portuguesas a introdução de novos conceitos na implantação dos agrupamentos urbanos, como já referimos anteriormente, o que contradiz aparentemente a tese de Carita. Mas somos levados a admitir que ambos estão certos. Com efeito, a implantação das cidades numa relação com a linha de costa e o seu desenvolvimento a partir duma centralidade vizinha do mar é uma característica daquilo que este autor aponta como o modelo de cidade manuelina. Mas a malha reticulada e a definição de quarteirões com um controlo das cérceas e dos alinhamentos das fachadas, representa já a inovação europeia no urbanismo que, não sendo completamente dominante nas cidades fundadas na Índia bem cedo no século XVI, ainda sob a influência da regimentação de D. João III, torna-se visivelmente assumida já na fase pós-Restauração, como por exemplo nas cidades que os portugueses vão fundar no Brasil. Lembremos que a integração na centralidade de governação filipina trouxe consigo a inovação europeia para a prática da engenharia e da arquitectura portuguesas, começando pelo esforço de conhecimento sistematizado que partiu da administração filipina

²²⁶ Id., p. 187

²²⁷ Cf. Helder Carita, op. cit., 2006, p. 189

sem o qual não teríamos hoje as várias versões das descrições das cidades e praças portuguesas existentes em toda a periferia asiática e do Índico.

Rossa, num outro trabalho sobre as cidades indo-portuguesas, observa que a *praxis* urbanística portuguesa nos fins do séc. XV estava associada ao processo de povoamento que se estabeleceu com o crescimento demográfico, urbano e económico da Baixa Idade Média no País sendo as cidades indo-portuguesas da *Expansão* um exercício prático «dessa complexa síntese, produção do nosso urbanismo moderno mais castiço». A história do urbanismo português inicial, segundo Rossa, ajustou a realidade a modelos que a informaram mas não a formaram face a uma estanquidade historiográfica entre medieval e moderno pouco permeável ao que se passava além-fronteiras.²²⁸

Em particular, a abertura e o conhecimento da vida local que o desenvolvimento das cidades permitem foram, no dizer de Helder Carita, elementos fundamentais «para o entendimento da arquitectura produzida no quadro de influência portuguesa, no Sul da Índia, região onde se desenvolveram de uma forma precoce e profunda modelos arquitectónicos marcados por uma profunda inter-influência estética e cultural».²²⁹ Este autor demonstra estas teses no trabalho de campo que realizou no estado de Kerala, no Sul da Índia, analisando e documentando muitos exemplos, mas não será de excluir que idênticas assumpções se possam fazer para a presença portuguesa na costa do Coromandel, em particular em S. Tomé de Meliapor. Só que, neste caso, tal trabalho de campo necessitará de diferente metodologia de abordagem pois estamos perante a absorção do primitivo núcleo português pela realidade urbana de Madras com a sua lógica própria de desenvolvimento a partir do séc. XVIII e que oculta ou, aparentemente, eliminou as influências que possam ter subsistido da administração portuguesa, ou que a elas se sobrepôs.

Quanto a Kerala, o autor sustenta que o conjunto de modelos, tipologias e sistemas de construção da arquitectura popular incorpora definitivamente fortes

²²⁸ Cf. Walter Rossa, *Cidades indo-portuguesas*, 1997, p. 85\

²²⁹ Helder Carita, op. cit., 2006, p. 37

influências da presença portuguesa e europeia,²³⁰ sendo os sistemas de construção em laterite²³¹ e em argamassas de pedra e cal progressivamente incorporados nas práticas construtivas locais, sendo hoje parte integrante da arquitectura tradicional presente no património edificado.

Concordamos que assim seja mas do que observamos localmente em Chennai, embora de uma forma superficial e expedita que foi a da curta visita que fizemos, a presença destas técnicas construtivas é evidente nos monumentos religiosos de origem portuguesa que ainda subsistem, mas o betão armado, a alvenaria de tijolo cerâmico ou de blocos de cimento, as argamassas de cimento e areia ou os revestimentos pétreos de importação, substituíram as antigas técnicas e materiais de construção no restante tecido urbano observável, assim como as antigas coberturas em telha cerâmica que foram substituídas por outros sistemas de cobertura ou simplesmente convertidas em terraços. Subsistem formas neoclássicas como pilastras e varandas alpendradas mas que se encontram submersas nas novas formas apostas com estruturas metálicas e caixilharias de alumínio mas que parecem ser recentes, possivelmente surgidas durante a fase britânica.

Um outro enquadramento para compreendermos o urbanismo português nas cidades do Índico resulta do papel que a normativa implementada por D. Manuel para a gestão racional e centralizada das obras régias teve no que se construiu no Oriente. Este papel foi marcado por D. João III que em 1572 pediu à Câmara de Lisboa brevidade no envio do regimento dos mestres para a cidade de Goa. As normativas vieram a ser integradas nas Ordenações Regias e foram adoptadas na actuação das Câmaras, Igreja e ordens religiosas. Foi todo o conjunto de contratos e regimentos de obras assim originados que chegaram aos nossos dias e que ajudam a entender a arquitectura que então se fez, os materiais empregues, a

²³⁰ Cf. Helder Carita, op. cit., 2006, p. 77

²³¹ O emprego da laterite confere uma cor avermelhada característica às construções dada a elevada concentração de óxidos de ferro. É um material constituinte dos solos de certas regiões de clima tropical e húmido, apresentando dureza significativa que lhe dá aptidão equivalente aos materiais pétreos na construção de alvenarias. (Definição mais extensa in: *Infopedia*, dicionário *on line* da Porto Editora <http://www.infopedia.pt>)

pormenorização, os acabamentos e os elementos estruturais dessa arquitectura de *pedra e cal*.²³²

Carita nota também o desenvolvimento do sistema de cobertura designado por telhado de tesoura, ou tesouro, em quatro águas com pendentes muito inclinadas que se vai estender ao sul da Índia, aparecendo também em Colombo, no Ceilão²³³. Segundo diz, foi comum na altura mas desapareceu na generalidade, subsistindo alguns exemplares muito transformados e, sobretudo, registos na documentação da época, sendo possível, nalgumas gravuras, verificar a sua existência no século XVII, embora em representação esquemática. Esta tipologia aparece também noutras cidades portuárias portuguesas e nas costas africanas, sendo observável no continente Português, sobretudo em Tavira, atribuindo Orlando Ribeiro a sua origem na arquitectura indiana.²³⁴

Segundo nota Carita, referindo-se ao contexto civilizacional local, na tratadística da arquitectura hindu é dada particular atenção às coberturas dos edifícios tornando-se os telhados *o principal critério de sistematização das diferentes variações tipológicas dos templos*. No entanto, a estrutura dos telhados de tesoura indo-portugueses é muito diferente da dos telhados da arquitectura hindu e resulta de uma adaptação ao clima ao mesmo tempo que resolve a necessidade de cobrir grandes vãos sem apoios verticais, descarregando nas espessas paredes estruturais, enquanto a estrutura dos telhados indianos, resolvida na sua zona mediana, assenta numa série de prumos e colunas que fragmentam o espaço já que as paredes exteriores pouca ou nenhuma importância assumem na sua concepção.²³⁵ A influência indiana manifesta-se contudo nas peças de carpintaria em si mesmas pela sofisticação das técnicas de reforço estrutural e na perícia de execução, também observável na arquitectura de templos e palácios, trabalhando a forma das cavilhas de madeira, os cachorros de reforço e a extremidades de barrotes reproduzindo com perícia formas de cabeça animal.²³⁶ À precaridade das

²³² Cf. Helder Carita, op. cit., 2006, p. 112-114

²³³ Id., p. 118-123

²³⁴ Ibid.

²³⁵ Ibid.

²³⁶ Helder Carita, op. cit., 2006, p. 123

construções civis em madeira e de coberturas em colmo das habitações das populações que encontram na Índia, os portugueses vão contrapor a construção em pedra e cal e as coberturas em telha com estrutura de madeira que adaptam morfológicamente às condições climáticas e incorporando os materiais locais. As suas construções vão originar também tipologias de casas coloniais que as classes abastadas locais vão assimilar dando lugar a tipologias de arquitectura civil indo-portuguesa integradas nas comunidades que mais de perto conviveram com os mercadores portugueses.²³⁷

Carita resume os elementos fundamentais das tipologias observáveis, constituídos fundamentalmente por dois pisos, varanda coberta pelo avanço da cobertura e abrindo geralmente para um jardim nas traseiras cercado por muros, definição de um piso térreo limitado por uma arcada na frente sobre a rua, com arcos de volta inteira, uma escada nesta frente, sob a arcada ou adossada à fachada frontal nas versões mais antigas, privilegiando a compartimentação do espaço interior, nuclear, protegido e privado.²³⁸ Num estudo de 1995 sobre as casas e palácios de Goa, este autor identifica uma tipologia de casas que designa por *casa de sobrado* que caracteriza como modelo de casa nobre portuguesa de dois andares e que constituía a tipologia mais comum, com um andar térreo para serviços e criação e um andar nobre para os senhores, tipologia esta que também era comum na urbanização dos povoados no Brasil.²³⁹ Identifica ainda uma tipologia que apenas se encontra na Índia, que designa por casa de pátio, um tipo de casa nobre de um só piso cuja origem associa à tradição hindu pela via das famílias brâmanes cristãs.²⁴⁰ Qualquer destas tipologias no entanto parece considerar o universo das casas isoladas, não integrada no modelo urbanístico do quarteirão cuja tipologia habitacional presumimos que não deixará no entanto de nelas se filiar. Mesmo a casa isolada pode integrar-se, no entanto, no modelo urbano do quarteirão, ligando-se às casas vizinhas pelos muros que também

²³⁷ Id., p. 125-10

²³⁸ Ibid.

²³⁹ Helder Carita, *Palácios de Goa, Modelos e Tipologias de Arquitectura Civil Indo-Portuguesa*, Quetzal Editores, 1995, p. 63

²⁴⁰ Id., p. 65

delimitam o jardim interior, configurando assim as imagens que alguns autores nos transmitem de S. Tomé no séc. XVI e XVII. (Gasparo Balbi)

Podemos resumir, das observações que temos vindo a reproduzir de Helder Carita, que a tipologia das casas importantes estudadas no sul da Índia em que se detectou a influência portuguesa, compreendia assim o jardim, os telhados pontegudos, com generalização da estrutura em tesoura do séc. XVI português, dois pisos, varandas cristãs, portas em estilo gótico e podendo existir também torres renascentistas como distinção de classe.

Não queremos porém encerrar esta introdução ao que temos vindo a identificar como matrizes urbanas e o contexto urbanístico das cidades portuguesas da Índia, sem mencionar as reflexões de um observador e investigador da arquitectura portuguesa na Índia, Paulo Varela Gomes, num pequeno trabalho que incluiu nos seus *14,5 Ensaios de História e Arquitectura*.²⁴¹ Observa ele, a propósito das apreciações de Pyrard de Laval sobre Goa, que «*as paisagens urbanas dos quarteirões católicos nas cidades Asiáticas tornaram-se numa imagem de marca (trademark) dos assentamentos Portugueses tal que todos os Europeus que as visitavam elogiavam os seus telhados em telha e as suas fachadas caiadas*». ²⁴² Cita também o historiador K. Chaudhuri, a propósito do assentamento português na cidade guzarate de Cambaia de fins do séc. XVI, que assinala as casas «*em estilo ibérico*», e aponta o que classifica como o «*sentimento obsessivo de estar numa verdadeira cidade Portuguesa*». ²⁴³ Sobre as ruas de Goa e de uma forma geral, sobre «*os espaços colectivos das cidades Indo-Portuguesas*», observa também Varela Gomes, exemplificando com descrições de Pietro della Valle, que «*eram o palco de uma constante representação de actos de ocidentalização*». Della Valle, citado por Varela Gomes, diz que «*não há cidade no mundo onde haja mais procissões do que em Goa*». ²⁴⁴ A “rua” era de facto o elemento forte e característico da urbanização portuguesa.

²⁴¹ P. Varela Gomes, «Portuguese Settlements and Trading Centres», *14,5 Ensaios de História e Arquitectura*, Almedina, 2007, Lisboa

²⁴² Id., p. 194

²⁴³ Ibid.

²⁴⁴ Ibid.



Fig. 16. Niccolao Manucci no início da sua carreira como médico na corte mogol. Réplica, publicada em *Comment Être un Étranger*, de Sanjay Subrahmanyam, 2013, Paris, do original na *Storia do Mogor* de Manucci

3. Niccolao Manucci, vida, percurso e obra.

Sobre Niccolao Manucci dispomos essencialmente da investigação feita por William Irvine sobre a sua obra e biografia da qual a maioria dos dados provem sobretudo da informação autobiográfica contida nos seus escritos a qual foi em boa

parte confirmada por Irvine que consultou autores e biógrafos italianos, pesquisou os registos oficiais de Madras e indagou sobre o percurso dos manuscritos que Manucci enviou para a Europa. Dispomos também de um estudo feito por Sanjay Subrahmanyam e publicado na *The Indian Economic and Social History Review* em 2008²⁴⁵ que levanta algumas interrogações sobre o autor da *Storia do Mogor* ao mesmo tempo que aprofunda e actualiza a investigação de Irvine sobre alguns aspectos da vida de Manucci, incorporando pesquisas mais recentes de autores italianos e dos registos oficiais de Pondicherry, bem como sobre os seus dados familiares e o percurso dos seus manuscritos. Subrahmanyam aborda ainda, novamente, a vida e obra de Manucci num outro trabalho de 2011, *Comment Être un Étranger*,²⁴⁶ em que levanta algumas interrogações que já esboçara no trabalho anterior mas desta vez, fazendo-o de forma bastante incisiva e colocando-as sob a perspectiva cultural do italiano que viveu quase toda a sua vida como estrangeiro num meio e numa sociedade a que não pertencia mas em que se integrou e onde se afirmou em alguns aspectos.

Do que sabemos até agora, estamos perante um jovem veneziano, de famílias modestas que com 14 anos de idade embarcou e foi à aventura para o Oriente, como terão feito outros venezianos, no contexto das ligações entre a Republica Veneziana e o Oriente distante, acessível a partir do Mediterrâneo e pelas vias comerciais das redes islâmicas. Teve uma vida aventureira ao serviço dos poderes imperiais mogores como artilheiro nos seus exércitos e enveredou a certa altura pela profissão médica, ao serviço da corte imperial mogol. Atento à realidade que foi conhecendo, decidiu já na idade madura escrever sobre o que viu e conheceu, influenciado talvez por personalidades que conheceu nos meios europeus na Índia que passou a frequentar, nomeadamente em Pondicherry e em Madras.

A curiosidade dos europeus sobre o Oriente e o incentivo das amizades

²⁴⁵ Sanjay Subrahmanyam, «Further thoughts on an enigma: The tortuous life of Nicolò Manucci, 1638 – c. 1720», *The Indian Economic and Social History Review*, 45, 1 (2008): 35-70, Los Angeles

²⁴⁶ Sanjay Subrahmanyam, *Comment Être un Étranger*, 2013, Paris, traduzido de *Three Ways to be Alien: Travails and Encounters in the Early Modern World*, 2011, Israel,.

que cultivou levaram-no a remeter os seus escritos para publicação em França mas a fortuna assim o não quis como adiante contamos com pormenor, sendo antes aproveitados como fonte de outros trabalhos entretanto publicados na Europa até que muito mais tarde, Irvine o “descobriu” e o publicou finalmente, já no princípio do séc.XX.

A sua obra, além das descrições sobre a Índia no séc. XVII, dos aspectos das culturas locais que observou e da história dos reinos que conheceu naquele sub-continente, reflecte também um contacto assíduo com os portugueses, presença constante em muitos pontos da Índia do fim do séc. XVII, e testemunha as décadas que antecederam o fim da cidade de portugueses de S. Tomé de Meliapor, de que nos fez despertar a curiosidade.

3.1. Niccolao Manucci, por William Irvine

A descoberta de Niccolao Manucci tornou-se durante sete anos na história da vida do investigador inglês com um percurso profissional na Índia, William Irvine que, depois que abraçou a carreira de investigador da História da Índia, começou a publicar nas *Indian Series*,²⁴⁷ sob o patrocínio do governo inglês da Índia, onde serviu desde 1863 como alto funcionário do *Indian Civil Service* e de que se reformou em 1888.

William Irvine nasceu em Aberdeen em 1840, iniciou a sua vida profissional na administração inglesa em 1862, chegou à Índia em 1863 onde fez carreira como magistrado e começou a publicar sobre os Nababos Bangash de Farrukhabad no *Journal of the Asiatic Society of Bengal* em 1878-79, acedendo a fontes persas e à correspondência dos nababos. Deixou o serviço em 1888 de que se reformou com 48 anos e dedicou-se à pesquisa histórica, aperfeiçoando o conhecimento de persa, coleccionando manuscritos e documentos impressos históricos, persas e em *urdu* e *hindi* do período mugol, teve acesso à documentação das companhias orientais inglesa e holandesa, à do governo português e aos

²⁴⁷ *Indian Series*, publicação periódica da Royal Asiatic Society até fins da primeira década do séc. XX

registros das missões católicas no Oriente, em particular à correspondência da Sociedade de Jesus. Publicou trabalhos sobre a nobreza mugol, o sistema administrativo, o sistema fiscal e a organização do exército mugol e começou a publicar a obra *The Later Mughals* com que pretendia abranger o período desde a morte de Aurangzeb em 1707 até à captura de Delhi pelos ingleses em 1803 mas viu-se obrigado a suspender a publicação monumental em 1908 confessando que fora demasiado ambicioso. Ao mesmo tempo, tinha começado o seu trabalho sobre a *Storia do Mogor* de Manucci que lhe veio a absorver 7 anos de trabalho árduo, vendo publicada a obra em 1907 e 1908 em 4 volumes pelo governo da Índia, vindo a morrer em 1911.²⁴⁸

William Irvine começara a publicar desde 1896, uma série de artigos no *Journal of the Royal Asiatic Society* sobre o Império Mugol, mas resolveu a partir de certa altura investigar a obra do autor veneziano que servira de base às várias edições da *Histoire generale de l'empire du Mogul*, de que a primeira fora publicada em 1705 pelo abade François Catrou «sobre as memórias do viajante Veneziano Niccolao Manucci»²⁴⁹ e a que se haviam seguido outras edições, em francês em 1708 e 1715, em italiano em 1738 - traduzida sobre a francesa de 1715 - e ainda em Inglês em 1709, 1722 e 1826, segundo Irvine nos informa na parte introdutória da obra que publicou sobre Manucci.

Revelando, segundo Irvine, o seu cepticismo sobre a obra de Catrou, escrevia em 1908 Stanley Lane-Poole, então Professor de Arabismo no Trinity College em Dublin, que a «*Histoire Générale de l'Empire du Mogol (1715)* de Catrou, baseada nas memórias de M. Manouchi, seria de valor inestimável se houvesse forma de as autenticar comparando-as com o manuscrito de Manucci; da forma como está, o trabalho apresenta-se demasiado cheio de erros e sabe fortemente à *chronique scandaleuse* de alguns lados obscuros, maliciosos e decepcionantes, característicos da Corte Mugol, para ser visto como autoridade».²⁵⁰

²⁴⁸ In: Jadunath Sarkar, *William Irvine : A Biography*, consultado em Maio de 2013 em http://archive.org/stream/latermughals01irviuoft/latermughals01irviuoft_djvu.txt

²⁴⁹ Cf. Niccolao Manucci, *Storia do Mogor*, Vol.I, 1907, tradução de William Irvine, reimpressão de 1981, Oriental Books Reprint Corporation, Nova Delhi, p. xxv-xxvi

²⁵⁰ Niccolao Manucci, op. cit. reprint, 1981, Vol I, p. xxii-xxiii

Irvine acabou finalmente por traduzir e publicar em Londres a versão integral em inglês da *Storia do Mogol* a partir dos manuscritos do autor veneziano, cuja pista seguiu e os quais veio a encontrar, já que eram dados como desaparecidos. E todo o seu trabalho vai ser, como o próprio refere, «*uma tentativa de trazer à luz da verdade o homem e o seu livro para que no futuro as passagens atribuídas a este ou àquele possam ser finalmente suas e não as de outra pessoa qualquer*». ²⁵¹

Na sua introdução à publicação da *Storia do Mogor*, Irvine faz uma apreciação detalhada sobre a *Histoire Generale de l'empire du Mogul* e o seu autor já referido, François Catrou, ²⁵² passando em revista os vários autores que se socorreram desta obra e a comentaram, como Stanley Lane-Poole já referido, salientando as suas imprecisões e a falta de credibilidade de Catrou bem como a forma como se apropriou do trabalho de Manucci e como omitiu o que no veneziano são relatos detalhados das histórias populares que recolheu sobre as fases e dinastias anteriores a Aurangzeb e o que são os acontecimentos e factos de que foi testemunha e cujo relato tem um cunho mais preciso e que não é contraditório com os testemunhos que Irvine recolheu na verificação sistemática que efectuou.

3.1.1. Os manuscritos da *Storia do Mogor*

Irvine deslinda e segue passo a passo o percurso dos manuscritos, ²⁵³ desde que Manucci os entregou em Pondicherry a M. Deslandes, funcionário da Companhia das Índias Francesa, para publicação na Europa, de como Deslandes os depositou em Paris nas mãos do jesuíta François Catrou e do uso que este fez dos manuscritos, até que a Companhia de Jesus foi expulsa de França em 1763 e os seus bens apreendidos, tendo os manuscritos, que Catrou havia depositado na biblioteca da Companhia, sido vendidos juntamente com o grosso das obras da

²⁵¹ Frase livremente traduzida da Introdução de William Irvine, nas suas «*opening remarks*», à publicação da *Storia do Mogor* nas Indian Series, em 1907, in: Niccolao Manucci, op. cit. Vol I, 1907, p. xvii.

²⁵² Niccolao Manucci, op. cit, reprint, 1981, Vol I, p. xxiii-xxvi

²⁵³ Manucci, Op. Cit, reprint, 1981, Vol I, p. xxvi-liv

biblioteca ao barão holandês Gérard Meerman, grande colecionador, e herdadas pelo seu filho, de como a biblioteca da família (biblioteca Meermaniana) foi vendida após a sua morte e de como o grande colecionador Sir Thomas Philipps adquiriu parte do espólio onde se encontravam os três volumes do manuscrito, que por sua vez foram parar a Berlim à *Konigliche Bibliothek*, que os comprou aos herdeiros de Thomas Philipps já em 1887, sem que nunca tenham sido impressos, e onde Irvine os foi finalmente encontrar. Foi aqui que Irvine tomou então as suas notas sobre os originais e onde pediu a sua transcrição através dos serviços de manuscritos daquela Biblioteca. Irvine seguiu também a pista de um segundo manuscrito que Manucci enviara para Veneza ao saber, escandalizado, do uso que Catrou fizera do primeiro sem sua autorização,²⁵⁴ se bem que este tivesse tido o cuidado de enviar a Manucci uma cópia da sua “*Histoire*,” ou do prefácio, não é claro o que foi que Catrou lhe enviou realmente antes da publicação, mas o que quer que seja terá sido o suficiente para causar grande indignação no veneziano.

Este segundo manuscrito incluía ainda uma quarta parte já escrita posteriormente mas que Catrou não chegou a conhecer e foi enviado através de um missionário capuchinho, o reverendo Eusebius de Bourges,²⁵⁵ que também trouxe com ele um volume com gravuras relacionadas com o texto dos manuscritos. Irvine conseguiu descobrir e consultar o segundo manuscrito, o qual havia sido arrumado de acordo com uma classificação como gravuras, na Biblioteca de São Marcos em Veneza, e obteve a transcrição da sua parte IV que lhe foi servir de base para completar a tradução para inglês. Seguiu ainda a pista das gravuras que Manucci havia enviado para Veneza, junto com o manuscrito, e veio a encontra-las na Biblioteca Nacional de Paris²⁵⁶ para onde terão sido levadas no tempo da ocupação de Veneza por Napoleão.

Um trabalho recente de Sanjay Subrahmanyam publicado em 2008 no

²⁵⁴ Id., p. xxxiii-xxxiv e xxxix

²⁵⁵ Id., p. xxxvii

²⁵⁶ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol I, p. li

*The Indian Economic and Social History Review*²⁵⁷ vem adiantar mais informação a esta pesquisa de Irvine. O trabalho em questão, como se vê pelo seu título, «Further thoughts on an enigma», centra-se em aspectos enigmáticos da vida e da obra do autor veneziano entre os quais avulta o facto de nunca ter sido publicado o seu trabalho, em qualquer das versões que chegaram à Europa. Com excepção, convém esclarecer, da versão em inglês publicada por William Irvine mas que já vai acontecer no princípio do século XX, num contexto diferente da época em que foi escrito o original.

A investigação de Subrahmanyam levou-o a descobrir, entre outros detalhes da vida e correspondência de Manucci com a sua família em Veneza e com o Senado desta cidade, que a obra chegou a ser enviada em 1707, para ser examinada, para o *Riformatori dello Studio di Padova*,²⁵⁸ um conselho universitário credenciado, tendo este conselho confirmado ao Senado o grande significado da obra mas advertindo que seria necessário traduzi-la para uma única língua. Este trabalho foi então entregue a um português, Stefano Neves Cardeiraz,²⁵⁹ então professor de leis na Univeridade de Pádua que, com a ajuda de dois filhos, completou a tradução em 1712, passando assim a existir um texto italiano completo das quatro primeiras partes. Mas no entanto, não foi possível encontrar quem o publicasse. O próprio *Reformatori* se encarregou do assunto mas não conseguiu chegar a acordo com a *Stampatori*, dados sobretudo os custos da produção com qualidade das cerca de 130 gravuras da obra.

Em 1713, Manucci enviou o quinto volume da sua *Storia* que Cardeiraz e os seus filhos também traduziram prontamente para italiano²⁶⁰ já que o original vinha sobretudo em português. Este quinto volume veio no entanto agravar a questão da publicação, que se tornou cada vez mais difícil, e veio também, na opinião de Subrahmanyam, aumentar a incoerência da obra, uma das questões

²⁵⁷ Sanjay Subrahmanyam, «Further thoughts on an enigma: The tortuous life of Nicolò Manucci, 1638-c. 1720» in: *The Indian Economic and Social History Review*, 45, I (2008): 35-76, SAGE, Los Angeles

²⁵⁸ Sanjay Subrahmanyam, op. cit., 2008, p. 57-58

²⁵⁹ Ibid.

²⁶⁰ Ibid.

discutidas por este autor no trabalho que vimos citando e que contribui para o caracter enigmático que atribui à obra e ao seu autor.

3.1.2. A investigação sobre Manucci

A pesquisa de Irvine, evidencia o grande interesse despertado na Europa do séc. XVII pelo que se passava no Oriente, nomeadamente na corte dos grandes imperadores mugores, através da publicação dos relatos de viajantes e do testemunho de diversos autores. E a ocupação inglesa da Índia, tanto quanto nos é dado aperceber pela extensa literatura sobre o tema, foi acompanhada pela preocupação por parte dos sectores académicos da sociedade inglesa, em conhecer a cultura e história dos povos sob dominação, o que se reflectiu no esforço de registar e aprofundar o conhecimento histórico do domínio mugol da Índia através de instituições académicas, e a que se dedicaram homens como Irvine.

Irvine vai então fazer a investigação do testemunho de Manucci mas ao mesmo tempo dá-se conta da sua dimensão e do que foi a sua vida e de como outros se aproveitaram das informações que o seu relato proporcionou, de como foi distorcido o seu verdadeiro testemunho e lhe foi conferida uma imagem, a ele e ao seu trabalho, que não era de todo a que sobressaía da leitura integral do seu manuscrito, e que Irvine veio a conseguir abarcar na totalidade, malgrado questões de tradução que a pudessem prejudicar aqui ou ali. Foi assim que o assunto de Manucci e da sua história se tornaram para ele num curioso problema literário, segundo diz, ao qual acabou por dedicar cerca de dez anos, afinal, de trabalho de pesquisa.²⁶¹

É a esta luz que Irvine valoriza o trabalho de Manucci e lhe dá crédito ao mesmo tempo que mostra alguma benevolência para com as suas discrepâncias, encontrando compreensão para elas dentro do quadro de vida que foi o dele e a idade em já o escreveu, valorizando antes as capacidades de observação de Manucci mais do que a sua menor formação literária.

²⁶¹ Niccolao Manucci, Op. Cit. Vol I, 1907, p. lxxviii

Há no entanto aspectos que Irvine valoriza pouco mas que Subrahmanyam não deixa de notar na investigação já mencionada sobre o carácter enigmático da vida de Manucci. São aspectos que colocam, quanto a nós, algumas sombras sobre o seu trabalho sem no entanto lhe retirar o mérito das descrições que faz sobre as sociedades e os povos que conheceu na Índia.

Com efeito, se é evidente nas partes autobiográficas da sua obra que Manucci foi um autodidata cuja grande curiosidade o levou a interessar-se por muito do que viu e ouviu e a regista-lo nos seus escritos, é também evidente que «*lhe faltavam letras bem como conhecimentos da arte da Medicina*» como escreveu o médico veneziano Angel Legrenzi, referido por Irvine e também por Subrahmanyam na sua investigação,²⁶² que o encontrou em 1679 ou 1680 em Aurangabad na sua viagem pelo Oriente, quando Manucci estava ao serviço de Shah Alam. Esta observação, bem como a do manifesto interesse de Manucci em adquirir fortuna ao serviço de *principes desprovidos de razão e de fé* (*non possedono ragione ne fede*) como Legrenzi os caracterizou ao recusar polidamente o oferecimento de Manucci para que se juntasse a ele e entrasse ao serviço da corte mugol, com promessas de enriquecimento, dão-nos o perfil de um homem que, desejoso de se cultivar e aprender com o médico visitante, era no entanto alguém que, na fase da sua vida em que Legrenzi o encontrou, estava ali para aceder ao seu quinhão das riquezas que o serviço da corte imperial lhe proporcionava.

Não podemos pois deixar de estabelecer a comparação que de imediato nos salta à vista, entre o visitante com formação médica e certamente oriundo de uma classe educada, com rendimentos e com meios que lhe permitiram fazer a viagem ao Oriente, não tanto por diletantismo, mas ao que parece, pelo fascínio que o Oriente exercia sobre os ocidentais, «*sómente para ver aqueles países e as suas coisas mais notáveis*», como dizia,²⁶³ com um jovem oriundo de classes

²⁶² Subrahmanyam, na obra citada «Further thoughts on an enigma», valoriza os comentários de Legrenzi sobre Manucci (p. 55-56) que recolheu em Angelo Legrenzi, *Il Pellegrino nell' Asia*, Veneza, 1705, bibliografia que Irvine também inclui no seu trabalho sobre a *Storia do Mogor*. Irvine também os refere, assinalando no INDEX, no fim da obra, a referência aos comentários de Manucci sobre Legrenzi, bem como na Introdução do Vol. I da *Storia do Mogor*, p. Lxxiii-lxxvi em que dá conta dos comentários de ambos um sobre o outro.

²⁶³ Ibid.

modestas, *sem «letras»*, que partiu à aventura, como muitos outros fizeram também oriundos de Veneza, em busca de riqueza, *da fama e proveito* que também muitos portugueses foram à Índia procurar.

Mas Manucci também refere o seu encontro com Legrenzi que situa em 1679, quando estava ao serviço de Shah Alam, em Aurangabad e aponta algumas características que observou da sua personalidade. Segundo diz, Legrenzi tinha deixado o serviço da «Republica Sereníssima» em busca de novas fortunas²⁶⁴ e *com a cabeça cheia de idéias e pensamentos* (em inglês, na tradução de Irvine: *he had thought out various ideas, and collected in his head many thoughts*). Trazia um companheiro de viagem, *signor* Protazio, alemão, e ambos ficaram em sua casa tendo Manucci apresentado Legrenzi ao médico-chefe da corte do príncipe, Muhamad Muquim. Manucci comenta que Legrenzi dava mostras de grande urgência em entrar ao serviço do príncipe e obter o seu salário. Mas o médico-chefe, a quem Legrenzi chegou a apresentar um folheto teórico sobre algumas enfermidades, o seu diagnóstico e tratamento, nunca chegou a atribuir-lhe qualquer doente nem a chama-lo até que ao fim de um ano de insistência, e após a ocorrência de uma troca de argumentos com o médico-chefe sobre a natureza de Deus, Legrenzi acabou por sentir a humilhação de não ser o seu serviço afinal desejado *tendo regressado pelo caminho porque que viera*, lamentando a sua triste sorte.²⁶⁵ Manucci conta este episódio num contexto em que fala *dos médicos persas e da sua incapacidade para acreditar ou admitir que os médicos ocidentais estão familiarizados com a medicina*,²⁶⁶ dando como exemplo o que se passou com Legrenzi.

Subrahmanyam, na sua investigação, traz-nos também à luz as origens de Manucci e a que Irvine não conseguiu chegar. Assim, teve acesso a uma pesquisa da década de 1980 do veneziano Piero Falchetta, historiador e e arquivista, segundo

²⁶⁴ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. IV, Parte V, p. 250-251

²⁶⁵ Ibid.

²⁶⁶ Foi no mundo islâmico que existiram os grandes centros de conhecimento e formação da medicina na Idade Média, como em Damasco, Bagdad ou no Cairo, com médicos e cirurgiões percursores da medicina ocidental. Avicena ou Ibn Sina, (980-1037), era persa. Foram sábios de todo o mundo islâmico que traduziram os conhecimentos gregos, árabes, persas e judeus, os preservaram, desenvolveram e os transmitiram. In: SEED Science, www.planetseed.com

a qual Niccolò Manucci terá nascido em 19 de Abril de 1638, filho de Pasqualino Manucci e de Rosa [Bellin], *peçoas simples e de condição modesta (persone idiote e del popolo)*.²⁶⁷ As condições do declínio económico de Veneza no séc. XVII podem explicar a partida de Manucci, mas a sua motivação poderá dever-se antes à longa tradição de *expatriação* existente naquela cidade e referida por Sanjay.

Com 13 ou 14 anos terá partido para Corfu onde tinha um tio comerciante e daqui terá partido para Izmir.²⁶⁸ Terá sido daqui que partiu para a sua longa viagem pela Persia até à Índia segundo verificou Subrahmanyam baseando-se num trabalho do séc. XVIII, não publicado, de Apostolo Zeno (1668-1750), a cujo transcrição teve acesso.²⁶⁹

3.1.3. Viagem de Manucci para a Índia

Irvine, ao procurar credibilizar a historia de Manucci, seguiu todos os seus passos investigando o seu nascimento, a sua família, as datas das suas viagens, as histórias a elas associadas e os personagens que conheceu, desde a sua viagem para a Índia com o Visconde de Bellomonte que encontrou em Izmir, o qual viajava então para a Pérsia e a Índia e o tomou ao seu serviço. Sanjay Subrahmanyam no trabalho que vimos citando,²⁷⁰ dá por não confirmada a associação de Manucci a Bellomonte que, segundo se sabe, se chamava Henry Bard e que viajou pelo Irão como enviado e embaixador do deposto Charles Stuart de Inglaterra, a Shah Abbas II (r. 1642–66) da Pérsia. Dá como dúvida pertinente o facto de Manucci, que invoca tê-lo Bellomonte tomado ao seu serviço, nunca referir a falta evidente de um braço que o Visconde terá perdido na guerra civil inglesa,²⁷¹ acrescentando assim esta interrogação ao conjunto de características enigmáticas que atribui ao veneziano e à sua obra.

Irvine, porém, fez uma investigação aprofundada e extensa da vida do

²⁶⁷ Sanjay Subrahmanyam, Op. Cit., 2008, p. 41

²⁶⁸ A antiga cidade grega Esmirna, na costa mediterrânica da Turquia.

²⁶⁹ Subrahmanyam, op. cit., 2008, p. 41

²⁷⁰ Id., p. 42

²⁷¹ Subrahmanyam, op. cit, 2008, p. 42

visconde inglês de que intercala uma extensa nota na narrativa de Manucci no final do cap. XVIII,²⁷² em que confirma a sua passagem e estadia em vários pontos do trajecto por ele descrito, através de diferentes registos ingleses e holandeses, reúne referências sobre a sua nomeação como embaixador do rei no exílio, à Persia e a Marrocos, embora não tenha encontrado referências à presumível missão à corte Mugol. Soube no entanto que o rei teria nomeado com essa missão um outro personagem, o cavaleiro e baronete Andrew Cogan, que fundou Madras, e que morreu em 1660. Irvine refere também o facto de Bard ter ficado muito ferido numa batalha na guerra civil inglesa «onde perdeu o uso de um dos seus braços».²⁷³

Existe, quanto a nós, uma diferença importante entre ter perdido um braço ou ter perdido o seu uso. Basta uma lesão grave num tendão no ombro para o braço ficar impossibilitado de fazer qualquer esforço, ficando pendente, mas mantendo alguma funcionalidade na mão ou até no ante-braço o que permite uma aparente normalidade na postura. Não parece pois que esta questão tenha o valor assumido por Piero Falchetta, o autor em que Subrahmanyam se baseia, para retirar credibilidade a esta passagem da descrição de Manucci, ou da ausência de menção ao problema do braço.

Na viagem através da Asia Menor, retomando a reconstituição feita por Irvine,²⁷⁴ passaram por Qazvin e a seguir por Isfahan onde permaneceram durante um ano. Em 1655 estavam em Bandar Abbas embarcando para Surrate, onde chegaram em Janeiro de 1656, prosseguindo viagem em direcção a Agra. Daqui partiram para a corte mugol em Delhi, vindo porém Bellomonte a morrer a caminho, em Junho desse ano. Irvine, na sua investigação sobre o visconde inglês, descobre que teria adoecido em Surrate onde se teria socorrido do cirurgião da Companhia Holandesa, que relatou ser muito difícil trata-lo²⁷⁵ pois tinha uma ferida cancerosa na face com exposição do osso malar (*as the cheekbone was exposed*) e que se encontraria muito afligido com o acidente que lhe tinha acontecido. Os vários testemunhos que Irvine conseguiu recolher parecem dar pois

²⁷² Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol I, p. 70-83

²⁷³ Id., p. 71

²⁷⁴ Id., p. liv-lxvi (Manucci's Biography)

²⁷⁵ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol I, p. 80-81

credibilidade ao relato de Manucci sobre a sua viagem até Delhi e o acompanhamento do visconde Bellomonte.

3.1.4. Vida e itinerário de Manucci na Índia

Resumimos o que terá sido a vida de Manucci na Índia seguindo em traços largos a descrição cronológica e detalhada que Irvine nos faz na parte introdutória da *Storia do Mogor*²⁷⁶ e que completamos, nalguns aspectos, com informações colhidas em Subrahmanyam, na obra que temos vindo a referir, e da leitura que fizemos da própria obra de Manucci.

Inicialmente, Manucci vai ter ocupações como militar. Em Delhi consegue alistar-se como artilheiro ao serviço do Príncipe Dara Shukoh, filho mais velho do Imperador mogol Shajahan, e vai presenciar vários acontecimentos marcantes da dinastia mogol.²⁷⁷ Acompanha Dara em 1658 que, para acorrer a Agra, enfrenta o seu irmão, o ainda príncipe Aurangzeb, e o seu irmão mais novo Murad Bakhsh,²⁷⁸ em Samugar, e é derrotado. Foge então para Agra e passa a integrar o exército de Aurangzeb mas quando se encontra em Delhi, consegue sair e vai juntar-se novamente a Dara, em Lahore. Este coloca-o à frente da artilharia do forte de Bhakkar (actual provincia do Punjab, no Paquistão) e aqui, sob as ordens do eunuco Basant, resiste a um cerco mas a guarnição acaba por se render e regressar a Lahore. Manucci escapa então vivo de um ataque em que Basant é morto, e regressa a Delhi, juntamente com outros artilheiros europeus, desistindo de continuar ao serviço de Aurangzeb que já não vai acompanhar quando este parte de Delhi para Cachemira, em Dezembro de 1662.

Passados que são 8 anos na India, viaja para Patnah, Rajmahal e Dakka e depois para Hugli. Aqui, viaja através de Qasim Bazar e regressa a Agra e Delhi onde passa a viver, iniciando-se na profissão de médico. Mas a certa altura aceita

²⁷⁶ Id., p. lvi-lxvi (de 1656, quando da chegada a Delhi até á sua morte, posterior a 1712)

²⁷⁷ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol I, p. lvi

²⁷⁸ Murad Bakhsh era o filho mais novo do imperador Shaha Jahan (o mesmo que mandou expulsar os portugueses de Hugli) e da imperatriz Mumtaz Mahal, aliou-se a Aurangzeb para derrotar o irmão mais velho, Dara Sukoh, mas vai ser eliminado por Aurangzeb que acaba assim por ascender ao trono de Shaha Jahan em vez de Dara Sukoh

uma posição bem paga de capitão de artilharia ao serviço do Rajá Jai Singh, de Amber, (perto de Jaipur, no Rajastão) que acompanha na viagem para Dakhin (no actual Bangladesh) para onde o Rajá acaba de ser nomeado governador, está-se em Março de 1664. Ao fim de 7 meses, volta para Aurangabad onde o rajá se vai unir às forças de Shah Alam,²⁷⁹ conhece Shiva Ji, o futuro líder maharata, em Junho de 1665 e participa na campanha do rajá Jai Singh contra Bijapur.

A certa altura, e como veremos, vai viver com os portugueses em Baçaim e em Goa mas cedo irá regressar para junto dos mugores onde vai dedicar-se assumidamente à practica da medicina conseguindo uma posição de sucesso junto da corte mugol. Voltará novamente para os portugueses com intenção de deixar de vez os mugores, viaja até Surrate onde conhece François Martin que virá a ser o representante dos assuntos franceses na Índia, segue para Damão onde permanece pouco tempo e muda-se para Goa onde chega quando a cidade está sob a ameaça maharata de Sambha Ji. Em Goa desempenha um papel de mediador com as tropas sitiadas de Akbar e de Sambha Ji, e de mensageiro com o comandante da marinha mugol que vigia os movimentos de Akbar. Este prepara-se para escapar para a Pérsia num navio que o Vice-Rei o autorizou a construir nos estaleiros de Goa. Vai servir ainda de intermediário com o príncipe Shah Alam que se aproxima de Goa à frente dos exércitos mugores num movimento estratégico de Aurangzeb para conquistar o Decão. A intervenção de Manucci nestes processos de negociação motivou a atribuição de uma condecoração da Ordem de S. Tiago pelo Vice-Rei da Índia Portuguesa em nome do Rei de Portugal, D. Pedro (na realidade, ainda na qualidade de Regente), mas logo a seguir é levado, contrariado, pelas forças mugores que reclamam novamente os seus serviços como médico de que nunca o teriam libertado. Está em Golconda quando os mugores ocupam o reino mas depois de várias peripécias consegue fugir para Madras onde acaba finalmente por ser acolhido e onde vai viver os últimos anos da sua vida, entre os europeus de Madras e de S. Tomé de Meliapor, e os franceses de Pondicherry onde cultivou amigos também. É durante este último período da sua vida que escreve a obra que

²⁷⁹ Shah Alam, príncipe e filho do então imperador mugol Shajahan. Era irmão dos príncipes Dara Shukoh e Aurangzeb o qual vai aceder ao trono eliminando o príncipe Dara e aprisionando o pai, segundo a reconstrução que vimos fazendo sobre as descrições de Manucci.

tentou publicar em França, primeiro, e em Veneza, depois de se sentir traído pelos jesuitas que da sua obra se apropriaram, a *Storia do Mogor*.



Fig. 17: Manucci medindo o pulso de um paciente. Estampa reproduzida por Sanjay Subramanyam em «Further thoughts on an enigma: The tortuous life of of Nicolò Manucci, 1638 – c. 1720» in *The Indian Economic and Social History Review*

3.1.5. Em Baçaim e Goa com os portugueses. Regresso aos mugores e novamente com os portugueses em Damão e em Goa. Médico na corte de Shah Alam, em Golconda, e regresso aos europeus em Madras e S. Tomé

Ao que parece, a certa altura do percurso que acabamos de resumir, já farto da vida militar, Manucci demite-se e viaja em direcção a Baçaim. Aqui, assiste à entrega de Bombaim aos ingleses em 1667 e escapa por pouco à Inquisição acabando por ir para Goa onde chega em Maio de 1667. Abandona Goa passados 15 meses, em Agosto de 1668, disfarçado de carmelita e regressa a Agra e Delhi. Junta-se agora a Kirat Singh²⁸⁰ que lhe atribui um cavalo e salário e ao fim de um ano, como Kirat Singh recebe ordem de seguir para Kabul, Manucci resolve ficar em Lahore, onde começa a exercer medicina, estava-se no fim de 1670 ou princípios de 1671. Adquirida alguma competência depois de seis ou sete anos de prática, Manucci decide mudar-se para território sob governo de europeus.

Em 1676 está em Damão e durante 1677 fixa-se em Bandora, na Ilha de Salcete, a norte de Bombaim, que fica perto. Em Bandora, onde se sente bem acolhido pelos jesuitas, envolve-se em negócios especulativos em que acaba por perder o dinheiro e vê-se obrigado a tentar fortuna mais uma vez na corte mugol onde vai fazer sucesso curando uma das mulheres de Sahah Alam, tornando-se médico da corte.

Em Setembro de 1678, Sahah Alam, filho de Aurangzeb, é nomeado governador do Decão e Manucci acompanha a sua comitiva. Em Setembro de 1679, data do 37º aniversário de Sahah Alam, está em Aurangabad e em 1680 acompanha o príncipe quando este se vai juntar ao Imperador Aurangzeb para avançarem sobre o estado de Jodhpur cujo rajá havia morrido em Kabul dois anos antes. Em Janeiro de 1681 juntam-se ao exército principal em Ajmer, assistindo pelo caminho à passagem de um cometa em 24 de Dezembro de 1680 o que permitiu a Irvine aferir datas e acontecimentos.

²⁸⁰ Kirat Singh, filho do rajá Jai Singh, que foi general do exército mugol durante o reinado de Shah Jahan e parte do reinado de Aurangzeb de quem foi conselheiro próximo, foi governador do Reino de Amber (mais tarde Jaipur) . Cf. Satish Chandra, *History of Medieval India (800-1700)*, Hyderabad, 2009, p. 350, p. 357-359

O príncipe Akbar revolta-se e Sahah Alam é enviado no seu encalço, movendo-lhe uma perseguição que se estende até fins de Março de 1681. Akbar acaba por se juntar aos maharatas no sul da Índia e Aurangzeb inicia então o seu avanço para o Decão de onde não regressará.

Manucci sente-se cansado com a sua situação e, possivelmente em 1682 ou 1683, com o pretexto de gozar uma licença de dois meses põe-se a caminho de Goa onde tinha confiado algum dinheiro aos padres teatinos. Vai através de Surrate onde François Martin²⁸¹ lhe arranja uma passagem num barco da Companhia das Índias francesa que o leva a Damão e segue depois para Goa.

Em Goa, depara com uma cidade então ameaçada pelo exército de Sambha Ji e em que o Vice-Rei, Conde de Alvor, vai ser derrotado numa batalha que trava com os maharatas em Pondá. Seguem-se negociações em que Manucci faz parte da delegação enviada pelo Conde de Alvor, mas que não consegue resultados, vindo Sambha Ji a capturar a ilha de Santo Estêvão pela noite de 25 de Novembro de 1683. Manucci visita novamente o chefe maharata e vai participar numa segunda embaixada, desta vez a Shah Alam, que também se aproxima de Goa forma considerada preocupante.

Em 28 de Janeiro de 1684 o Vice-Rei atribui a Manucci a patente de Cavaleiro da Ordem portuguesa de S. Tiago pelo seu papel na intermediação e Shaha Alam, ao receber uma segunda visita de Manucci, retém-no por considerar que ele desertara do seu serviço e, depois de uma tentativa de fuga abortada, leva o veneziano que se sente muito contrariado, mas tem de o acompanhar em marchas forçadas através dos Gates para príncipe mugol se juntar a Aurangzeb em Ahmednagar, sendo logo a seguir mandado enfrentar o Rei de Golkonda. Enquanto acampam em Malkher, Manucci consegue comunicar com o general das forças opositoras e é ajudado a fugir para Golkonda. Porém, Shah Alam ocupa Golkonda em 1686 e Manucci foge em direcção às povoações europeias em Narsapam e Masulipatam, na costa leste. Mas um destacamento mugol descobre-o e é novamente reconduzido sob escolta para Golkonda. Aqui, consegue evitar a sua

²⁸¹ François Martin é na altura representante dos assuntos da Companhia Francesa das Índias com escritórios em Surrate.

entrega aos agentes de Shah Alam que entretanto já havia partido. Ao fim de dois meses, com a ajuda de um padre agostinho, consegue, enfim, pôr-se novamente a caminho e refugia-se em Forte de St George, Madras.

A partir de Madras visita François Martin, agora em Pondicherry, que o demove da sua intenção de regressar à Europa e o aconselha a casar, o que vem a fazer com uma viúva, filha de Christopher Hartley e de Aguida Pereyra²⁸², cujo marido, falecido em 6 de Outubro de 1683, foi Thomas Clarke²⁸³. Manucci casa em 28 de Outubro de 1686, nascendo um filho do casamento mas que vem a morrer ainda criança. Em Madras retoma a prática da medicina e recorre bastante a uma receita de um *cordial* da sua autoria, fazendo ainda sucesso com as suas “*pedras*”, um recurso curativo aprendido por certo com os jesuitas de Goa.

O Governador de Madras, William Gyfford, aproveita entretanto a sua experiência e conhecimento da língua para o fazer intermediário de correspondência com o *Grande Mogol*, enviando por portadores de Manucci duas cartas, uma em 17 de Fevereiro e outra em 20 de Março de 1686 ou 1687. No entanto, Gyfford não chega a receber resposta em tempo da sua administração, vindo o novo Governador, Elihu Yale,²⁸⁴ a prescindir dos serviços de Manucci. Mais tarde, é o governador Thomas Pitt (1698 a 1709) quem volta a recorrer aos seus serviços como quando, em 1702, Manucci é enviado juntamente com um bramane a negociar com Daud Khan, governador nomeado pela corte mugol e que irá cercar Madras depois do insucesso das negociações com os ingleses.

Em 1703 Manucci envolve-se na disputa entre os capuchinhos e os jesuitas surgida com a questão dos *Ritos Malabares* e das concessões dos jesuitas ao paganismo, num envolvimento que vai durar até 1706, ano em que se dá o falecimento da sua mulher. Muda-se então para Pondicherry onde tinha o amigo

²⁸² *Aguida* na versão inglesa, seria possivelmente *Ágata* no original. No volume do Índice de «*Vestiges of Old Madras 1640-1800*», Indian Records Series, de Henry D. Love, Mittal Publications, 1913, são listados vários nomes que indiciam a existência em Madras de vários elementos de uma família Pereyra.

²⁸³ Thomas Clarke terá sido um dos habitantes fundadores de Madras e o seu nome identificava uma antiga porta da muralha de Madras, Thomas Clarke Gate.

²⁸⁴ Elihu Yale virá mais tarde a fundar a Universidade de Yale nas possessões inglesas no Continente Americano.

François Martin a quem estaria muito ligado, mas que também vai falecer pouco depois. Está pois em Pondicherry em 1712, altura em que se prepara novamente para uma missão da Companhia inglesa à corte mugol em Lahore, ao seu conhecido Shah Alam, que se tornara imperador desde 1707. No entanto, em Fevereiro de 1712 dá-se a morte do imperador, sucedendo-lhe o seu filho Jahandar Shah, alterando-se as condições políticas que justificavam a missão²⁸⁵ e Manucci desiste da viagem. O Conselho de Madras decide entretanto conceder-lhe perpetuamente a casa que era da viuva, mais um jardim, o que é confirmado em Janeiro de 1712.

O ano do seu falecimento, segundo um autor italiano da época, o doge Marco Nicolò Foscarini, teria sido na Índia em 1717, sendo octogenário, *segundo ouviu dizer*, na transcrição de Irvine.²⁸⁶ Por sua vez, quando procurou possíveis registos portugueses, o Padre Doyle, de S. Tomé, informou Irvine de que *ali não existem registos anteriores a 1784, altura em que a cavalaria de Tippu caiu sobre a cidade e queimou tudo.*²⁸⁷ Irvine não conseguiu assim obter dados mais conclusivos do que a suposição do seu falecimento em 1711. Posteriormente, vieram à luz novos dados, como a investigação de Apostolo Zeno sobre a família de Manucci em Veneza e a correspondência com ele trocada de que Subrahmanyam nos dá conta²⁸⁸ bem como a descoberta do seu testamento nos registos de Pondicherry, feito em Janeiro de 1712 quando, como é referido no próprio testamento, se preparava para uma longa viagem, de onde receava não voltar, dada a sua idade. O testamento, que, entre outros, deixa uma importante quantia e valores em investimentos ao seu irmão Andre Manuchy, ou aos seus herdeiros em Veneza, foi *«feito e registado em Fort Louis em Pondicherry no escritório do Secretário do “Conseil Superieur” e Real Companhia de França em Pondicherry no ano de 1712, ao oitavo dia de Janeiro, [...] na presença do Sr. François Moufle Ecuyer, Delafosse, Tenente de Infantaria e Pierre Elyer de la*

²⁸⁵ Subrahmanyam, Op. Cit., 2008, p. 39; Irvine, da consulta aos registos de Madras, também refere os preparativos de Manucci para visitar a corte ao serviço da Companhia inglesa mas que não se chegaram a concretizar (Op. cit. Vol. I, 1907, p. lxiv-lxv).

²⁸⁶ Doge Marco Nicolò Foscarini, «Della Litteratura Veneziana...» (4.^a ed. Veneza, 1854), p. 441, citado em Irvine, «1706-1717 to his death», in: Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. I, p. lxv-lxvi

²⁸⁷ Irvine, «1706-1717 to his death», in: Manucci, Op. Cit., reprint, 1981, Vol. I, p. lxvi

²⁸⁸ Subrahmanyam, Op. Cit., 2008, p. 41

Vaupalier, funcionário da Real Companhia de França em Pondicherry, testemunhas chamadas pelo testamenteiro»,²⁸⁹ conforme transcreve Singaravelou Pillai em «Nicolao Maunchy's Will and Testament», uma comunicação em Lahore em 1925 sobre a investigação que conduziu nos registos de Pondicherry onde foi conservador.

Os registos de Pondicherry mostram também que vendeu a casa principal que tinha no Monte Grande, perto de S. Tomé, quando se mudou para Pondicherry onde terá adquirido outra²⁹⁰ em que terá vivido os últimos anos da sua vida. Já em 1711 havia vendido também a casa que herdara da sua mulher, segundo se sabe por contrato registado no notário de Pondicherry em 22 de Fevereiro.

Veio a ser encontrado ainda, em Madras, um segundo testamento feito em 8 de Janeiro de 1719,²⁹¹ em língua portuguesa, num notário de nome português, Quiel de Lima mas que, salvo a data e a assinatura, é ilegível dado o estado de grande deterioração em que estava, desfazendo-se quando se lhe pegava. Este testamento terá sido por sua vez depositado no Conselho Superior de Madras²⁹² em 23 de Agosto de 1720 pela mão de um frade capuchinho, Thomas, com a finalidade de serem entregues cópias aos interessados. (Sanjay também refere o depósito do testamento pelo mesmo frade Thomas, mas no Conselho de Pondicherry²⁹³). Presume-se pois que terá falecido a 22 ou 23 de Agosto de 1720, possivelmente em Pondicherry.

²⁸⁹ Segundo comunicação apresentada por Monsieur Singaravelou Pillai, Curador dos Registos Antigos da Índia Francesa, em Pondicherry, «Nicolao Maunchy's Will and Testament», in: *PROCEEDINGS OF MEETINGS VOL. VIII EIGHTH MEETING HELD AT LAHORE*, November 1925. Sanjay Subrahmanyam também refere e cita este autor no artigo de 2008 que vimos citando, p. 40, a propósito do testamento

²⁹⁰ Monsieur Singaravelou Pillai revela no artigo que vimos referindo, «Nicolao Maunchy's Will and Testament», o contrato de compra e venda celebrado em Pondicherry com Mr. de la Prevostiere

²⁹¹ Informação constante do artigo já referido de Singaravelou Pillai.

²⁹² *Ibid.*

²⁹³ Subrahmanyam, *op. cit.*, 2008, p. 43

3.2. Niccolao Manucci e a *Storia do Mogor*

Existe na *Storia do Mogor* uma heterogeneidade no tratamento de uma multiplicidade de assuntos que se aparenta com uma desorganização no plano da obra e mesmo na sua linha condutora.²⁹⁴ Se a sua leitura se torna interessante pelas histórias que vai intercalando sobre os diversos personagens, estas mesmas histórias não podem deixar de ser entendidas como uma sucessão de *fait divers* ou o tipo de histórias que se contam à noite entre amigos ou que eram as que possivelmente abundavam entre as gentes com quem Manucci conviveu nos ambientes da subalternidade militar que frequentou ou no acesso aos ambientes da corte que o seu estatuto de médico lhe veio a proporcionar, ou nas tertúlias entre europeus, no fundo, aquilo que Subrahmanyam classifica como *anedotas*.²⁹⁵ Nessas histórias, de certo modo, relevam qualidades dos personagens como a coragem, a perfídia, a traição, a esperteza, a honra e a bravura e revestem-se de uma certa moralidade nos seus desfechos. A heterogeneidade da obra alarga-se ainda à descrição de factos históricos alternando com histórias antigas com carácter de fábulas que Manucci recolheu, e completa-se com descrições pormenorizadas de hábitos, culturas, populações, practicas religiosas, economia e sistemas administrativos ou ainda a composição e armamento dos exércitos. As partes finais reflectem o ambiente em que se envolveu em Madras, Pondicherry e S. Tomé, das disputas religiosas acesas entre os vários interesses e hierarquias religiosas em presença nas comunidades europeias da costa leste.

3.2.1. Estrutura da obra

Segundo o próprio anuncia na introdução, a obra compreende três grandes partes em que o autor conta, na primeira, dividida em dois volumes, a sua viagem desde que saíu de Veneza até chegar a Delhi, e inclui uma crónica dos reis mugores até à ascensão de Aurangzeb ao trono e a morte dos seus irmãos. Segue-se uma

²⁹⁴ Constatação também expressa por Irvine em Manucci, op. cit. Vol. I, p. lxvi-lxvii, sendo acentuada por Subrahmanyam, op. cit., 2008, p. 43-45

²⁹⁵ Subrahmanyam, op. cit., 2008, p. 49 e 61-62

segunda parte em que Manucci se propõe descrever as conquistas de Aurangzeb, as suas guerras e sucessos. Na terceira parte, propõe-se descrever as políticas *do Mugol*, o esplendor dos Rajás e dos outros potentados do Hindustão e os seus rendimentos, propondo-se ainda acrescentar, entre outros *assuntos especiais*, uma descrição da religião dos povos hindus.²⁹⁶

Subrahmanyam no estudo que vimos referindo²⁹⁷ observa no entanto que a obra, cujo original foi consultar na Biblioteca de Berlim (*Staatsbibliothek zu Berlin*), «é um trabalho vasto, indisciplinado e portanto bastante confuso». A afirmação deste autor faz algum eco naquilo que conseguimos abarcar da obra, embora a nossa curiosidade nos levasse a debruçar-nos sobretudo sobre os trechos em que Manucci se refere aos portugueses e mais particularmente aos de S. Tomé de Meliapor, distinção que se torna difícil já que a obra é abundantemente pontuada de referências aos portugueses, quer como nação em geral quer nos diversos personagens e contactos que vão ocorrendo em todos os pontos da Índia por onde andou, quer nos comentários e apreciações que vai fazendo sobre eles. E não podemos deixar de enfatizar que a própria obra manuscrita recorre em grande parte à mão e à língua portuguesa que seriam as dos amanuenses que trabalharam com Manucci ou, presumivelmente, de religiosos portugueses que o ajudaram já que, conforme exprime a certa altura, era difícil encontrar quem *tivesse letras* suficientes para o poder ajudar, daí que fosse natural tê-los procurado nos meios religiosos de S. Tomé de que vivia na proximidade.

Manucci retoma frequentemente o fio condutor do seu percurso pessoal na Índia e algumas histórias e o contexto em que as situa inserem-se nesse percurso, dando-lhe côm, encadeando-as umas nas outras e por vezes com ingredientes de histórias já anteriormente contadas, mas segundo outras perspectivas e subordinadas a diferentes motivos centrais. Por exemplo, Goa surge-nos como teatro do seu grande papel de mediador entre o Vice-Rei e as forças maharatas de Sambha Ji que cercavam a cidade e a seguir, com as de Shah Alam cujos exércitos se aproximavam, e também da atribuição da condecoração

²⁹⁶ Manucci, op. cit. Vol I, 1907, p. 3-4

²⁹⁷ Subrahmanyam, op. cit., 2008, p. 43

Portuguesa da Ordem de Santiago, que coroa o seu grande protagonismo em todo o processo.²⁹⁸ Mas referências a Goa e ao que aí lhe sucedeu, aparecem noutros momentos da obra como quando se refere a perseguições de que foi alvo.

Subrahmanyam, procurando caracterizar os enigmas sobre o personagem-autor e a sua obra, aponta também para uma mudança, que ocorre a certa altura, da orientação e das motivações de Manucci sobre os propósitos da sua *Storia* os quais, sendo inicialmente os de informar os leitores que esperava ter na Europa, bem como os europeus da Índia – chega a utilizar o termo *europeanos* no contexto do original em português, segundo nota Irvine – e sobretudo os da grande nação Francesa, passam a certa altura²⁹⁹ a ter em atenção sobretudo a Itália e a sua amada República de Veneza. É para Itália que vai enviar, em 1705, a segunda versão da sua *Storia*, fazendo um novo prefácio dedicado ao Senado de Veneza e à sua Nação, onde acentua que envia agora o *verdadeiro original* com uma Quarta Parte da sua História *que os Jesuitas não têm já que não lhes mandei*,³⁰⁰ a que junta ainda um outro livro com 66 figuras que representam os falsos deuses gentílicos e os hábitos destes. E acrescenta: «os referidos curiosos Reverendos esforçaram-se consideravelmente para conseguir estes dois últimos livros e eu respondi-lhes: Não vos conheço (*Nesio vos*)».³⁰¹ Subrahmanyam observa que «cada parte que Manucci acrescenta vai tornando a obra cada vez menos coerente.»³⁰² Esta Quinta Parte, que Cardeiraz³⁰³ ainda traduziu, além de anunciar a preparação de uma Sexta Parte, continua a ser para Subrahmanyam *uma curiosa confecção de histórias* (classificadas como anedotas) *e um crescendo de virulentas diatribes sobre os Jesuitas*,³⁰⁴ e abrange o período de Janeiro de 1705 até à morte de Aurangzeb.

Como já referimos, o primeiro manuscrito que Manucci enviou para França, sob o entusiasmo inicial de a dirigir ao público leitor francês, foi

²⁹⁸ Manucci, op. cit, reprint, 1981, Vol II, p. 244-269

²⁹⁹ Subrahmanyam, op. cit., 2008, p. 55

³⁰⁰ Id., p. 54-55

³⁰¹ Ibid.

³⁰² Id., p. 58

³⁰³ Stefano Neves Cardeiraz era um professor de leis na Universidade de Pádua, como já referimos anteriormente, a quem o Senado de Veneza entregou os manuscritos para tradução para uma única língua.

³⁰⁴ Subrahmanyam, op. cit., 2008, p. 59

aproveitado parcialmente por Catrou duma forma que deixou Manucci muito contrariado e que explica a sua diligência em produzir de imediato uma Quarta Parte e remeter todo o trabalho para Veneza. Explica também a sua atitude de crescente desconfiança para com os Jesuitas que se reflecte a partir de então nos seus escritos.

A Primeira Parte da *Storia do Mogor* compreende então uma sucessão de histórias populares em que as lendas se misturam com acontecimentos de que Manucci soube por diversos personagens como um velho médico da Corte Imperial que conheceu e lhe lia as crónicas da biblioteca.³⁰⁵ Segundo diz: «*Vivi com os homens mais bem informados; Conversei muito com eles e eles contaram-me a verdade.*»³⁰⁶ Muitas das observações e histórias que relata e de que foi contemporâneo permitiram a Irvine a sua verificação, a confirmação, a confrontação de datas, nomes e factos e por vezes a discussão de versões diferentes de acontecimentos em que Manucci esteve envolvido ou acompanhou ou que refere simplesmente terem ocorrido, dando-nos Irvine conta dos resultados deste seu trabalho ao longo de toda a parte introdutória do primeiro volume da *Storia* e através de inúmeras notas que acompanham o texto que traduziu. Ao encontrar por vezes discrepâncias, Irvine atribui-as mais a erros naturais de quem relata acontecimentos ocorridos 30 ou 40 anos já passados do que a invenções ou a deturpações fantasiosas, não sendo suficientes, na sua opinião, para descredibilizar a obra.³⁰⁷ Com efeito, incentivado possivelmente por François Martim e por M. Deslandes, personagens com quem irá privar nas suas estadias em Madras e Pondicherry - mas «*não consegui resistir às insistências dos meus amigos que dão muito crédito ao meu conhecimento do País*», é como se dirige aos leitores nas palavras introdutórias da obra³⁰⁸ - Manucci escreveu as três primeiras partes da *Storia do Mogor* entre 1699 e 1700, a Quarta parte entre 1701 e 1705 e uma Quinta

³⁰⁵ Subrahmanyam, op. cit., 2008, p. 45

³⁰⁶ «*I lived with the men best informed of any; I had long converse with them, and they told me the truth*». Tradução de William Irvine em Niccolao Manucci, op. cit., Vol.I – «*Dos Reis Mugores até ao soberano reinante, Aurangzeb*», p. 114.

³⁰⁷ «*Manucci the author and the man*», in Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. I, p.lxviii-lxxix,

³⁰⁸ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. I, p.3

parte ainda entre 1706 e 1709.³⁰⁹ Ora Manucci chegou à Índia em 1654, tendo partido de Veneza com 14 anos de idade segundo nos diz.³¹⁰ Quando começou a escrever, seria um homem já com 60 anos a relatar factos ocorridos ao longo dos 45 anos em que viveu na Índia, passando-os então para o papel, ao longo de oito anos e recorrendo a ajudantes e amanuenses portugueses, franceses, e italianos que foi conseguindo recrutar, o que explica as diferentes linguas em que o manuscrito está escrito.

Manucci demora-se detalhadamente sobre episódios a que atribui relevância na explicação dos acontecimentos mas que para alguns leitores poderão ser considerados meramente acessórios. É exemplo o dos acontecimentos no reinado do sultão Humayun, o 7º soberano da linhagem de Timur-I-Lang,³¹¹ ocorridos na primeira metade do séc. XVI, nomeadamente a fuga de Humayun para a Pérsia e a forma como a sua mulher se lhe juntou apesar de a ter deixado para trás, nas mãos Shera, o usurpador do trono. Manucci detem-se com pormenor sobre esta situação, descrevendo até a suposta carta de Shera a Humayun ao enviar-lhe a mulher, situando pois este episódio ao mesmo nível da movimentação política da luta pelo trono mugol. É de resto uma constante na *Storia* esta equiparação do anedótico, das histórias e enredos pessoais dos protagonistas, ao mesmo nível dos acontecimentos históricos marcantes na história da Índia. Compreendemos no entanto a razão porque o faz, se o examinarmos à luz do que nos parece uma preocupação sua, a de historiar e explicar os acontecimentos em função do carácter dos personagens, numa procura que poderá reflectir as preocupações do europeu da época, que projecta no mundo desconhecido e fascinante do Oriente a sua procura das qualidades que devem reger o comportamento dos homens que não já as normas e preceitos doutrinários da Igreja Católica tradicional que espartilham profundamente os hábitos e condutas no Ocidente, então sob os efeitos da grande cisão que significou a Reforma.³¹² O esforço da Inquisição em Portugal e nos

³⁰⁹ Id., p. lxxviii

³¹⁰ Manucci, op. cit. reprint, 1981., Vol. I, p. 5

³¹¹ «Sultan Humayun, Seventh King of the Family of Timur-I-Lang», in Manucci, Op. Cit. Vol. I, p. 112-114

³¹² Os acontecimentos que se sucederam na Europa após o ataque à Igreja tradicional desencadeado por Martinho Lutero em 1517 e que vão pôr em causa as concepções dominantes sobre o homem

países do Sul da Europa em que se incluíam a Espanha e a Itália, para conter e dominar o pensamento livre que ia surgindo por todo o lado, sobretudo nos países da Reforma, travando e perseguindo as heresias com os seus autênticos tribunais de opinião, vigiando «a pureza e a conservação da fé»³¹³ e reprimindo os desvios, queimando livros em autos de fé, é disso sintoma.³¹⁴

É assim que uma das preocupações de Manucci no episódio que referimos incide na avaliação que faz do carácter de Shera, o usurpador do trono de Humayun, que, tendo-se feito rei, quer ser justo e mostrar compaixão com o vencido, enviando-lhe a mulher sem a molestar, a ela e à criança de que está grávida. Segundo Mannuci, Shera envia uma carta a Humanyun em que jura sobre o Corão que não atentou com a sua honra e que a esposa de Humanyun não ofendeu o marido por qualquer modo, nem mesmo em pensamento. É possivelmente sobre este nível de interpretação dos acontecimentos que se poderá situar por exemplo a sua alusão à obra de Manuel de Faria e Sousa publicada em 1666³¹⁵ que aparentemente lhe terá chegado às mãos, quando exprime discordância com este autor português sobre o episódio de Humanyun, para valorizar o seu conhecimento profundo da Corte Mugol já que atribui aos outros que escreveram sobre os mugores, em que se inclui o nosso Faria e Sousa, uma visão superficial e mal informada. Irvine teve no entanto a preocupação de conferir a versão de Faria e Sousa e verificou que não é afinal discordante.³¹⁶ A discordância situa-se pois ao nível daquilo que os personagens da história projectam, mais do que sobre os acontecimentos históricos em si.

e a sua relação com Deus e a Igreja, causando um grande abalo que se repercute por toda a Europa e que abre o caminho à divulgação de pensadores humanistas (Petrarca, Erasmo, Tomás Moro), e de outras atitudes perante os fundamentos da Igreja tradicional, são tratados de forma panorâmica por G. R. Elton em *A Europa durante a Reforma, 1517-1559*, Presença, 1982, Lisboa

³¹³ G. Marcocci e José Pedro Pires, *História da Inquisição Portuguesa*, A esfera dos Livros, 2013, citação a p. 112

³¹⁴ Assunto abordado detalhadamente ao longo da *História da Inquisição Portuguesa*, op. cit.

³¹⁵ Manuel de Faria e Sousa escreveu, sem a ter visitado, a *Asia Portuguesa*, em 3 tomos, sendo publicado o primeiro em 1666, *História da Índia, desde o seu descobrimento até o ano de 1538*, o segundo em 1674, *História da Índia, de 1538 a 1581* e o terceiro em 1675, *História da Índia, durante a dominação castelhana (1581 - 1640)*. Faria e Sousa recorreu aos trabalhos de João de Barros, Diogo do Couto e seus continuadores. Existe uma versão da época em língua inglesa, em 3 volumes, com tradução do Capt. John Stevens, 1694-96, Londres, segundo Joaquim Costa em *Manuel de Faria e Sousa, Cidadão do mundo e das letras ao serviço de Portugal*, Centro de Estudos do Românico e do Território, 2012, Lousada

³¹⁶ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. I, p.114

Mas também é caso para pensar se de facto Manucci terá lido o autor Português ou se algum preconceito já havia tomado conta dele não precisando assim de formular uma opinião sobre a obra de Faria e Sousa pois já a tinha antes mesmo de a ler. Mas a dúvida permanece pois idêntica reacção vai ter Manucci sobre a obra de François Bernier, médico francês que conheceu pessoalmente³¹⁷ e que regressou a França no fim dos anos 60 de Seiscentos, publicando em 1670 a *Histoire de la dernière révolution des états du grand Mogol*.³¹⁸ Subrahmanyam, tal como Irvine, acredita que Manucci leu esta obra bem como a sua continuação no ano seguinte, a *Suite des mémoires du sieur Bernier sur l'empire du grand Mogol dédiée au roy*,³¹⁹ em que Bernier escreve sobre o pós-guerra no império Mugol e sobre as coisas do Hindustão como a circulação do ouro e do dinheiro, as riquezas, as forças, a justiça e ainda sobre o que designa como as causas principais da decadência dos Estados da Ásia. Manucci reage na sua *Storia* dizendo que Bernier conhecia o Império Mugol apenas de uma maneira fugidia e superficial e que tudo o que relata obteve-o «de uma ou outra pessoa» ou conseguiu-o pelos mercados³²⁰ da Índia. E desassombradamente acaba por dizer que a maior parte do que Bernier conta, o ouviu do próprio Manucci, e que mesmo assim, nem sequer relata como deve ser aquilo que ele lhe contou. Ao longo das suas descrições, Manucci vai aqui e acolá afirmando o seu desacordo com afirmações de Bernier, como ao descrever uma sua visita a casa da princesa Begom Saeb, filha de Shah Jahan³²¹ que, a ser verdadeira a condição mitológica de absoluta privacidade de que Bernier a faz rodear, nunca tal seria possível já que Manucci tivera acesso pessoal à referida casa sem sentir que existisse qualquer impedimento, o que contraria a afirmação de Bernier, na sua opinião.

Finalmente, a sua leitura, vai-nos transmitindo a consciência de que Manucci é verdadeiramente um *racconteur*, vai intercalando a sua descrição dos

³¹⁷ Irvine discute a influência de Bernier no trabalho de Manucci bem como a relevância da informação que este lhe prestou, sendo certo para Irvine que Manucci conhecia o que Bernier havia publicado. In Manucci, op. cit. Vol. I, p.51.

³¹⁸ Obra referida por Sanjay Sbrahmanyam no trabalho de 2008 que vimos citando

³¹⁹ Ibid.

³²⁰ *Marketplaces* no texto em inglês, *nelle botteghe*, em italiano no original (Subrahmanyam, op. cit., reprint, p. 45).

³²¹ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. I, p.211-212

grandes personagens da história do mugores com as mais variadas pequenas histórias e episódios populares em que, conforme explicitamente se propôs, procura mostrar as virtudes e o carácter dos personagens. Todo o seu percurso é pontuado de acidentes e de estadias em diversos sítios e de situações que vai descrevendo com pormenor acrescentando a cada passo, numa ausência aparente de ordem, as histórias populares que envolvem os vários personagens que vai conhecendo ou as descrições que recolhe de figuras que conhece e a quem dá especial crédito. Descreve, além disso, os modos de vida que vai observando, o fausto das cortes dos vários príncipes, a composição dos seus exércitos e a estrutura política que lhe é dado perceber.

Sobressai também a impressão, para além da pretendida arrumação da sua obra nas grandes partes já referidas, que o desfiar das suas histórias se vai subordinando a uma ordem subliminar, de agrupamento pelas suas características de semelhança de situações ou de motivações, como quando fala dos portugueses, ou por ligações entre acontecimentos e pessoas, como a curiosidade do nome da mulher portuguesa que foi visitar em Agra, Maria de Taíde, e o do português com quem teve negócios em Damão, Taíde também, ou a razão por que fez uma viagem a Hugli , *onde tinha negócios* segundo conta ao seu amigo mugol que visita a caminho, a qual permanece oculta para nós mas que obedecerá por certo a um fio condutor, não explícito, ao longo da sua vida e da sua obra.

3.2.2. Recepção da Obra

A *Storia* não chegou a ser publicada como Manucci aspirava, a não ser duzentos anos depois, pela mão de William Irvine. Esta é uma das questões que Subrahmanyam acrescenta ao carácter enigmático que atribui à obra e ao seu autor, abordando-a num capítulo do seu artigo, «The Fate of the “Storia”». ³²² Os manuscritos que enviou começaram por ser largamente aproveitados por François Catrou, um jesuita académico que publicou a sua *Histoire generale de l'empire du*

³²² Subrahmanyam, op. cit., 2008, p. 54-60

Mogul em 1705³²³ em que dava grande destaque às «*memórias do viajante Veneziano Niccolao Manucci*» que informavam substancialmente as descrições sobre o Império Mogol e a quem dava todo o crédito, informando na sua introdução que Manucci se baseava nas crónicas existentes no palácio imperial das quais tinha conseguido a tradução do persa.³²⁴ Mas Catrou fez mais, complementou a informação obtida de Manucci com os relatos de Bernier e de Tavernier, um negociante de pedras preciosas, bem como as observações de outros viajantes e autores italianos, holandeses e do português Pedro Teixeira (*The Travels of Pedro Teixeira*, Hakluyt Society, MDCCCCII). Mas o facto de ter expurgado o texto de Manucci das partes relativas à sua história pessoal e das histórias populares que o compõem, vai indignar Manucci quando recebe a Introdução à obra que Catrou, apesar de tudo, teve o cuidado de lhe enviar.³²⁵ Com efeito, a *Storia* tem um personagem principal, que é o próprio Manucci, conforme observa Subrahmanyam, e outro personagem central que é Aurangzeb a que de certo modo Manucci se contrapõe, e está estruturada à volta destes personagens, segundo ainda Subrahmanyam.³²⁶ Com Catrou, deixa de existir o personagem Niccolo Manucci, as suas histórias e as suas observações, passando este a ser apenas uma fonte, entre outras.

Subrahmanyam nota que Manucci é conhecido dos académicos que estudam a Índia Mogol como John F. Richards que o refere na *New Cambridge History of India* e em *The Mughal Empire*, ou como Jadunath Sarkar que se socorre bastante dele nos seus estudos sobre o reino de Aurangzeb e sobre a Administração Mogol em Golconda.³²⁷ Subrahmanyam refere ainda outros autores como Mukhia que vai buscar a Manucci a visão popular em várias partes da sua obra, segundo diz,³²⁸ ou Iqtidar Alam Khan que, segundo refere, no seu «*Seventeenth-century assessment of Delhi*» faz referências a Manucci. Subrahmanyam menciona ainda

³²³ Referência em Manucci, *Storia do Mogor*, reprint, 1981, Vol.I, , p. xxv-xxvi

³²⁴ Ibid.

³²⁵ Cf. transcrição por Irvine da descrição do bibliotecário de São Marcos, Antonio Maria Zanetti, sobre Manucci, em 1741, do catálogo da colecção da biblioteca, sobre o manuscrito de Manucci, in: Manucci, *Storia do Mogor*, Vol.I, 1907, p. xxxix

³²⁶ Subrahmanyam, op. cit., 2008, p. 44

³²⁷ Idem, p. 40

³²⁸ Ibid.

que a obra editada por Irvine sobre a *Storia do Mogor* constitui uma fonte importante da história militar em *The military revolution* de Parker, sendo Manucci discutido em Bredi, «*L'immagine di un grande impero musulmano secondo un testimonio italiano: La "Storia do Mogor" di Nicoló Manucci*» e em Devra, «*Manucci's comments on Indian social customs and traditions: A critical study*». ³²⁹

O *The Oxford History of India, From the Earliest Times to the end of 1911*, de Vincent A. Smith, C.I.E., ³³⁰ de 1919, nos capítulos que abordam o Império Mugol, aponta para uma colectânea de factos recolhidos dos trabalhos de Tavernier, Bernier, Manucci e outros viajantes que vão completar a informação recolhida dos vários autores considerados autoridades principais para estes capítulos como Rogers and Beveridge sobre o imperador Jahangir, Gladwin na *History of Hindostan, Reign of Jehanglr*, ou Du Jarric em *Thesaurus Rerum Indicarim, Embassy*, de Sir Thomas Roe, por Foster, da Hakluyt Soc., 1899, ou ainda *The Travels of Peter Mundy*, entre outros. Foi-nos possível ainda observar que Manucci é particularmente citado nos capítulos sobre os imperadores Jahangir e Aurangzeb. Também a segunda edição da tradução para inglês das Viagens de Bernier, *Travels In The Mogul Empire A.D. 1656-1668 by François Bernier, M. D. of the Faculty of Montpellier*, anotada por Archibald Constable em 1891 e revista por Vincent Smith, publicada por Humphrey Milford, Oxford University, em 1916, ³³¹ confronta e complementa as observações de Bernier com o conhecimento revelado por vários autores sobre o Império Mugol com destaque para Manucci, corrigindo as referências feitas a Catrou na primeira edição com a referência a Manucci cujo conhecimento integral fora entretanto divulgado por William Irvine, repondo assim a origem das informações e referindo as versões originais de Manucci onde, nesta segunda edição das Viagens de Bernier, Archibald citava Catrou.

³²⁹ Ibid.

³³⁰ Vincent A. Smith, C.I.E, *The Oxford History of India, From the Earliest Times to the end of 1911*, Oxford University Press, 1919, Londres

³³¹ Digitalização disponível em *Google Books* como e-book e PDF, descarregada em Maio de 2013 em:
http://books.google.co.in/books/about/Travels_in_the_Mogul_Empire.html?id=D7oRAAAAYA_AJ

São escassas as referências a Manucci em autores portugueses. Amândio Jorge Morais Barros, numa caracterização da sociedade de Goa decorrente do estudo da correspondência do ouvidor Jorge de Amaral e Vasconcelos (1649-1656)³³² na sua caracterização do Estado da Índia em meados do séc. XVII, recorre à *Storia do Mogor* de Manucci quando se refere aos excessos registados por viajantes estrangeiros nos seus relatos em que dão conta «*da extrema violência e do clima de insegurança*» que se vivia em Goa naquela época. Também J. J. A. Campos, um autor português longamente estabelecido na Índia, mais precisamente em Bengala, recorre a Manucci como fonte na sua *History of the Portuguese in Bengal*, publicada em inglês, em Calcutá.

3.2.3. A *Storia do Mogor* e as suas fontes

Pouco se sabe sobre os recursos que Manucci utilizou ao escrever a sua obra, para além das suas vagas alusões a personalidades que conheceu e lhe leram e traduziram as crónicas da corte mugol escritas em persa, o que muito impressionou Catrou que lhe conferiu toda a credibilidade na altura. A este respeito, Irvine assinala que algumas histórias contadas por Manucci aparecem em *Ma, asir-ul-umara*,³³³ um conjunto de biografias dos notáveis mugores e hindus que serviram a dinastia de Timur desde 1500 até cerca de 1780, escrita pelo Nababo Samsam-Ud-Daula Shah Xawaz Khan e seu filho Abdul Hayy, possivelmente entre 1741 e 1758 e baseado em histórias persas, segundo um prefácio à tradução inglesa.³³⁴ Certamente que Manucci acedeu a fontes persas comuns às dos autores das biografias. Manucci terá acedido também a autores cujos livros circulavam na época, particularmente Bernier e Faria e Sousa os quais desvaloriza pois segundo

³³² Amândio Jorge Morais Barros, org., *Cartas da Índia. Correspondência Privada de Jorge de Amaral e Vasconcelos (1649-1656)*, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Ed. Afrontamento, 2011, Porto, p.32,33

³³³ Manucci, op. cit., reprint 1981, Vol. I, p. 376 e 380

³³⁴ *The Maathir-Ul-Umarâ, Biographies of the Muhammadan and Hindu Officers of the Timurid Sovereigns of India from 1500 to about 1780 A.D.*, de Nawwâb Şamşam-Ud-Daula Shâh Xawâz Khân e seu filho Abdul Hayy, 2.^a Ed., trad. H. Beveridge, B.C.S., rev., anot. e completada por Bains Prashad, D.Sc, F.R.A.S.B. [Pdf acessível em Linha], [Baixado em Maio 2013], acessível em:http://archive.org/stream/MasirAl-umaraTranslationByBeveridgeAndBainsPrashadVolume1/MasirAl-umara_english_vol.1_djvu.txt

ele, apenas se basearam em aspectos superficiais, informações recolhidas em segunda mão e em fontes pouco recomendáveis.³³⁵ Na sua parte IV faz alusão à leitura das *Crónicas Lusitanas*³³⁶ «sobre os tempos antigos das suas [dos portugueses] conquistas da Índia» pelo que presumimos que seria familiar com as crónicas publicadas na época, nomeadamente Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia. Descrições de Diogo do Couto e Duarte Barbosa aparecem reflectidas na *Storia*,³³⁷ bem como descrições de Marco Polo ou que são coincidentes, como a referência a um pagode chinês em Negapatão.³³⁸

Irvine nota que algumas versões de Manucci sobre acontecimentos históricos como a morte de Akbar devido a possível envenenamento, já tinham sido contadas de forma muito semelhante por autores como E. Terry que visitou a Índia por volta de 1618-19 e publicou *A Voyage to East India* em 1655, ou De Laet em *De Imperio Magni Mogolis*, publicada em 1631, baseada numa narrativa holandesa ou flamenga que lhe foi dada por Pieter van den Broecke, agente holandês em Surrate e que esteve na Ásia entre 1613 e 1629. Esta versão da morte de Akbar aparece ainda, segundo Irvine, noutras publicações que aponta com detalhe nas suas notas adicionais no fim do primeiro volume da *Storia*.³³⁹

Manucci teria ainda, por certo, acesso às bibliotecas das ordens religiosas estabelecidas em S. Tomé de Meliapor e aos registos quer de S. Tomé quer de Madras, pois as suas Quarta e Quinta Partes contêm transcrições de registos e correspondência oficiais quer das instituições religiosas envolvidas nas polémicas da época que retrata, quer da Companhia das Índias Orientais sediada no Forte de S.t George, em Madras, ou mesmo as do Conselho de Madras.

4. A *Storia do Mogor* e os portugueses da Índia

³³⁵ Manucci, op. cit., reprint, 1981, vol I, p. lxxi e 114 e Sunbrahmanyam, op. cit, 2008, p. 44-45. Subrahmanyam transcreve um trecho de Mannuci e refere uma versão do mesmo na edição de Irvine mas que não conseguimos localizar no exemplar em nossa posse, possivelmente por se tratar de uma edição reimpressa do original, com diferente paginação.

³³⁶ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. IV, p 66

³³⁷ Id., p. 378-379

³³⁸ Id., p. 150 e nota final p. 378.

³³⁹ Id., Vol. I, p. 378

Manucci transmite uma impressão geral desfavorável sobre os portugueses daquele tempo na Índia que torna explícita nalgumas passagens. A sua opinião declarada aparece em várias situações que descreve, muitas vezes de forma anedótica, como quando diz, a certa altura, sobre os antigos portugueses:

Quando os Portugueses eram senhores da Índia eram ricos e poderosos, vivendo com pompa e magnificência. Por isso, os naturais de Portugal que vinham para a Índia, nunca tendo visto ou sido habituados a essa grandeza, olhavam com admiração para os seus compatriotas da Índia. Mas hoje em dia já não é assim, pois na Índia o pouco que têm mal lhes dá para comer, e quando se casam com uma jovem, conseguem por empréstimo quase tudo o que é necessário para o casamento. No dia a seguir à boda, vem toda a gente buscar o que emprestou. A casa fica quase vazia, a noiva sem as jóias, os criados negros sem os ornamentos ou outras coisas sem importância que não vale a pena detalhar. Quanto ao dote a que o noivo atribuía um grande valor, nem sequer chega a metade daquilo que lhe fora prometido.³⁴⁰

A sua opinião sobre os Portugueses resulta do convívio com eles ao longo de muitos anos em várias circunstâncias e locais e se as suas apreciações incluem por vezes uma perspectiva histórica, situa-os sobretudo na sua actualidade e em referência ao quadro dos valores que norteiam os seus próprios actos e que parece apreciar nos homens e governantes que conheceu, a que se soma a sua convicta formação católica, o que é patente nos comentários que vai tecendo. É de forma categórica que exprime a certa altura o que pensa daqueles homens que conheceu, no fim do século XVII, nas partes da Índia onde os portugueses ainda se mantinham:

Pelo que tenho conseguido reunir acerca dos Portugueses antigos, eles eram, como mostram as suas conquistas e os lugares fortemente fortificados que tomaram, homens religiosos, justos,

³⁴⁰ Manucci, *Storia do Mogor*, reprint, 1981, Vol. III, p 168,

desinteressados, valorosos, sem medo, homens com palavra, e modestos além disso. Por estas razões, Deus ajudava-os. Hoje em dia, do que eu tenho visto e da experiência que tenho, acho-os descrentes e fingidos. Porquê, não sei – quer seja porque são uma mistura de judeus, muçulmanos, e hindus, quer por terem uma mistura dos seus sangues, ou por a terem bebido no leite das suas amas – mas em vez de justos, tornaram-se injustos; ladrões e opressores em vez de homens desinteressados. São avaros, falsários, invejosos, de homens corajosos transformaram-se em cobardes, que por ciladas e traições dão cabo das vidas das pessoas simples. Em vez de homens de palavra, são mentirosos e impostores; em vez de serem modestos, são sem vergonha, miseráveis desgraçados, cheios de um orgulho que sustentam como se brandissem o Primeiro Mandamento.³⁴¹

E acrescenta:

Por estas razões, estão hoje arruinados, enfraquecidos, e indigentes, despojados das suas famosas conquistas, tendo os seus tesouros, as suas delícias e prazeres, sido apropriados pelos Holandeses ou anexados pelos Árabes, e estão eles próprios subjugados aos mugores. Os poucos que sobrevivem são respeitados apenas devido à fama dos antigos portugueses, mas tais homens não chegam a ser sequer a sombra dos seus predecessores. Não estou a falar dos Lusitanos que vivem na Europa. Mas mesmo esses portugueses, ao chegarem à Índia, mudam de carácter e de nome, reclamam ser de nascimento gentil e homem de qualidade. Chegando a Goa e já a pontos de morrer de fome, retiram-se para um convento e passam dois anos de dificuldades antes de serem enviados para qualquer lado, outros como vigários, tornam-se missionários e, jovens, são

³⁴¹ Manucci, *Storia do Mogor*, reprint, 1981, V. III, pp. 126-127

investidos de grandes poderes conferidos pelos seus prelados, de que vão fazer uso com descrédito para a Cristandade.³⁴²

A sua alusão aos Lusitanos diz-nos que terá lido Faria e Sousa com alguma atenção e que quis saber mais sobre os portugueses do que as histórias que então se contavam sobre as suas malfeitorias, grandezas e fraquezas, no fim daquele século XVII.

Apesar da visão pessimista, Manucci não deixa de expressar admiração por alguns como Rui Freire de Andrade de cujas histórias lhe chegou a fama que se espalhou pela Índia, dos tempos em que governara Mascate. Sobre ele de quem, segundo se dizia, «*podia com um simples olhar, matar pessoas quando quisesse*», conta os comportamentos de valentia, a esperteza com que sabia dominar situações complicadas e mesmo a forma como resolvia os casos de injustiça que lhe eram apresentados, dele dizendo:

Este Ruy Freire era um chefe de grande valor e afortunado na guerra. Ouvi isto dizer por pessoas que serviram com ele e vi nas suas crónicas muitas maravilhas, praticadas principalmente contra os árabes, uma raça guerreira, entre os quais o nome deste capitão suscitava grande terror. Para sossegar qualquer criança desinquieta ou chorona, era suficiente pronunciar o nome de Ruy Freire para ela se calar.³⁴³

Os episódios que conta sobre Ruy Freire, nomeadamente a sua reacção perante um caso de bruxaria, incluem-se num contexto em que relata práticas de feitiçaria de que teve conhecimento entre as comunidades de portugueses.³⁴⁴ Mas a sua opinião desfavorável sobre eles é recorrente em toda obra, repetindo por vezes em contextos diferentes opiniões que já expressou, como na quarta parte da *Storia* quando faz uma série de apreciações negativas sobre os juizes (*tenho-me apercebido que quando um juiz tem um interesse, nunca poderá fazer verdadeira*

³⁴² Ibid.

³⁴³ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, pp. 209. Sobre Ruy Freire, Manucci conta várias histórias do tempo em que era governador de Mascate, p. 207-209 do vol. III da obra citada.

³⁴⁴ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 207-215

justiça), exemplificando com casos de portugueses e, traindo algum sentimento de desprezo, alarga a opinião negativa a outro aspecto:

Tenho-me apercebido nesta raça que se alguém lhes dá bons conselhos, ficam desconfiados e traem o sentimento de que não eram necessários. Por vezes fazem exactamente o contrário do que lhes foi sugerido para não terem de admitir a justeza do conselho que lhes foi dado.³⁴⁵

Mas Manucci, enquanto esteve nos exércitos mughores, deu-se com outros mercenários incorporados nas fileiras militares entre os quais se contavam portugueses com quem fez amizade, como quando esteve ao serviço do príncipe Dara, mencionando um companheiro de armas, Agostinho Dias, que parecia bem informado e que o aconselhou a deixar de acompanhar o eunuco Khojah Basant, leal ao Príncipe Dara, sobre quem Agostinho Dias sabia ter Aurangzeb posto a cabeça a prémio. No entanto Manucci, segundo conta, manteve-se leal ao eunuco até este ser morto e decapitado no assalto final que se seguiu ao cerco à sua casa. Conseguiu porém escapar desta situação e procurou refúgio em casa de um dos seus *amigos*, um muçulmano chamado Dulah, *um homem sábio*, que o abrigou.³⁴⁶ Manucci teve também portugueses ao seu serviço nomeadamente um Inacio Gomes, «*o que era mais amigo e seu mais íntimo*», o qual, pensando que morrera no assalto à casa do eunuco, foi procurar o seu corpo para que «*todos pudessem em conjunto fazer-lhe um enterro adequado e encomendar a sua alma a Deus visto não terem um padre. Assim estavam habituados a fazer quando algum dos seus amigos morria*». ³⁴⁷

Mas Manucci também era com certeza influenciado pela opinião, partilhada pelos naturais de outros países que viviam na região, sobre os portugueses do séc. XVI e XVII na Índia e que encontramos expressa, por exemplo, em Wheeler ao escrever sobre a história de Madras, em 1861 (mantemos o texto original, em língua inglesa):

³⁴⁵ Id., Vol. IV, p. 75-76

³⁴⁶ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. I, p. 344-349

³⁴⁷ Id., p. 348

For nearly a century that is from about 1500 to 1600, the Portuguese enjoyed the monopoly of the Indian seas, and possessed rich and extensive settlements on both sides of the Indian peninsula. Indeed, not content with being merchants, they claimed to be kings; but instead of conciliating the natives, they rendered themselves hated by their haughtiness, their arrogance, their religious intolerance, and their dissolute lives. But still they continued to monopolize the trade, and all merchants from other European countries, and even shipwrecked mariners, were treated with the utmost severity, if not with cruel barbarity».³⁴⁸

O mesmo tipo de opiniões é veiculado pelo Capitão Alexander Hamilton³⁴⁹ nas suas descrições das costas da Índia, quando se refere aos portugueses, nas primeiras décadas de Setecentos (mantemos o texto original, em língua inglesa do séc. XVIII):

This nation was famous in the fifteenth Century for their Navigation and Discoveries into the East-Indies, where, by Friendship or Force, they made Settlements all over its Seacosts. Their Settlements were thick set between Mozambique and Japon; and, as a Monument to their Grandeur then, their Language goes current among most of the Sea-coast at this Time. Their insolent Pride and War with the Dutch have brought them to Poverty and Contempt they are in, as I shall remark in their proper Places.³⁵⁰

É de forma mais acutilante que Hamilton se pronuncia sobre os portugueses de Goa, sobretudo os *reynolds*,³⁵¹ como identifica os *fidalgos europeus*, na sua descrição de Goa e a propósito do modo como são tratados os *gentílicos*

³⁴⁸ J. Talboys Wheeler, *Madras in the Olden Time: Being a History of the Presidency*, Graves and Co., Scottish Press, 1861, Madras, p. 3

³⁴⁹ Captain Alexander Hamilton, *A New Account of the East Indies*, Vol. I, 1744, Londres

³⁵⁰ Hamilton, op.cit., p. 253

³⁵¹ O termo *reynold* corresponde por certo ao termo *reinol* (pl. *reinóis*) que ainda recentemente, nos anos 70 e 80 era usado no território português de Macau, conforme pudemos constatar pessoalmente, para designar aqueles que vinham do *reino* e estabelecer a distinção entre os portugueses naturais de Macau e os que vinham de Portugal

(mantemos o texto original, em língua inglesa do séc. XVIII):

[...] but the mercantile part of them [the gentows] are very subject to the insults of the Reynolds, or European Fidalgoes, who will often buy their Goods, and never pay for them; which Custom has also crept into some Countries best polished than the Portugueze, only with some Restrictions, that they dare not to use Force in taking what they have Occasion for, as the Portugueze do, not inflict corporal Punishments on their Creditors, when they ask for their Money, so that it is dangerous for the poor industrious Merchant, either to refuse their Goods, or ask for their Money when its due, for fear of a Bastinado in either Case, and sometimes worse Consequences, which Abuses make the Circulation of Trade very faint wand weak.³⁵²

Também, ao mesmo tempo em que era protagonista das negociações com os maharatas que cercavam Goa, e intermediário do Vice-Rei com o príncipe mugol Shah Alam que se aproximava à frente dos exércitos de Aurangzeb, Manucci relata, noutra parte da *Storia*, como foi vítima de conspirações rocambolescas movidas por portugueses de Goa que visavam metê-lo na prisão. O contexto é então aquele em que enumera e descreve os defeitos que encontra nos portugueses da Índia.³⁵³

Neste caso, a realidade poderá ter sido bem mais complexa do que a descrita por Manucci pois na segunda metade de Seiscentos, Goa continuava a ser palco das intervenções da Inquisição,³⁵⁴ e a prática de certas formas de medicina, além de interferir com as prerrogativas dos médicos autorizados de Goa, entrava em áreas onde a Inquisição, em que grande parte da hierarquia social e religiosa de Goa estava comprometida, estendia a sua interferência. É de 1673 o caso do

³⁵² Hamilton, *op.cit.*, p. 251

³⁵³ *Id.*, p. 129-132

³⁵⁴ Giuseppe Marcocci e Pedro Paiva, *op. cit.*, 2013, Lisboa. Sobre a mesma época em que Manucci esteve em Goa, ver o cap. 8, «Um tribunal para o mundo: a justiça colonial», II Parte – «O Santo Ofício entre Duas Dinastias», p. 211 e seguintes

médico francês Charles Dellon, sujeito a um auto de fé em 1676, preso em Damão, acusado, entre outras, de ter *procurado persuadir alguns doentes a recorrer à medicina, em vez de confiarem a saúde a crucifixos e milagres*,³⁵⁵ o que poderá ser apenas o pretexto sob o qual se esconderam outras intenções. Manucci, segundo conta, foi mandado prender pelo *médico-chefe* de Goa, Thomé de Azevedo, por *não ter autorização para tratar os pobres*, já que fez alguns tratamentos bem-sucedidos de *pedintes e pobres* recorrendo a *uns pequenos comprimidos que trazia consigo* e sem cobrar honorários pois, como refere, era seu hábito ajudar os necessitados sempre que viajava. Foi graças à intervenção, segundo diz, do Conde Francisco de Távora junto do *médico-chefe* e do *cirurgião-chefe*, Francisco da Silva, que Manucci manteve a sua liberdade.³⁵⁶

4.1. Os portugueses de Hugli. História com a princesa Taj Mahal. Cerco e queda da cidade

É na segunda parte da sua *Storia* que Manucci começa a relatar acontecimentos ocorridos com portugueses num passado não muito distante mas dando já algumas pinceladas daquilo que virá a ser o quadro das categorias em que os situa. Coloca-os então como protagonistas duma história cujo desfecho trágico é visto como o resultado dos seus actos. A história insere-se na estrutura da sua obra, em que Manucci descreve os reis e acontecimentos da dinastia Mugol seguindo uma ordem cronológica, mas entrelaçando as histórias de uns nas de outros. Assim, ao relatar a ascensão do imperador Shah Jahan e a forma como destronou o irmão, Bulaqui, recua ao tempo em que este imperador, então sultão Kurran, segundo filho do imperador Jahangir, se revoltou contra seu pai, foi derrotado várias vezes e foi perseguido acabando por se refugiar no reino de Bijapur. E é nesta altura que nasce o enredo com os portugueses de Hugli que Manucci descreve em várias páginas, enunciando logo os principais ingredientes:

³⁵⁵ Id., p. 235

³⁵⁶ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol III, p. 127-128

A seguir à sua última derrota, [Kurran, futuro rei Shahjahan] passa perto de Ugolin (Hugli), no território de Bengalla (Bengal), uma povoação que o rei Jahangir havia dado aos Portugueses para que aí pudessem utilizar o porto. Alguns Portugueses fazem então uma sortida e apanham duas escravas de quem a princesa Taigemahal gostava muito (Taj Mahal, corrupção de Mumtaz-mahal, “a escolhida do harem”). A princesa manda-lhes então recado de que seria bem melhor para eles prestarem ajuda a um príncipe que na sua fuga procura refúgio do que tentarem rouba-lo. Por isso, pede-lhes que lhe devolvam urgentemente as duas raparigas escravas. Mas os Portugueses não dão ouvidos ao seu pedido, um acto que lhes irá custar caro, como irei explicar mais adiante.³⁵⁷

Prosseguindo, o Sultão Kurran conseguiu refúgio com o Rei de Bijapur numa cidade chamada Juner que, segundo Manucci, era relativamente perto da cidade de Baçaim, «*que pertence aos Portugueses*».³⁵⁸ Dando-se a morte de Jahangir, sucedeu-lhe o filho mais velho, o Sultão Bulaqui. Khurran, porém, acabou por lhe tomar o poder depois de uma manobra astuciosa em que conseguiu destituir o irmão e se fez aclamar rei Shah Jahan, obrigando Bulaqui a fugir³⁵⁹. Segundo conta Manucci, aproveitando para nos dar uma imagem da crueldade com que os imperadores actuavam, Shah Jahan tentou capturar o irmão mas como este conseguiu fugir para a Pérsia, mandou procurar os seus filhos que estavam em Lahore, com ordens expressas de serem emparedados tal como fossem encontrados, ordens essas que vão ser cumpridas com rigor, sem mostra de qualquer piedade,³⁶⁰ sendo assim eliminada qualquer possibilidade de lhe vir a ser disputado o trono.

Confirmada desta maneira a sua posição e resolvido este assunto, foi altura, segundo Manucci, de Shah Jahan se voltar para os portugueses de Hugli a pedido de Taj Mahal, por causa das duas jovens escravas por eles levadas. Mandou

³⁵⁷ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. I, p. 170

³⁵⁸ Ibid.

³⁵⁹ Id., p.172-175

³⁶⁰ Id., p. 175

então o general Qasim Khan cercar a cidade mas este entrou em negociação com os portugueses que lhe pagaram uma grande quantia para evitar o ataque. No entanto, o general voltou a avançar, sob ordens expressas de Shah Jahan, e cercou a cidade que se defendeu tanto quanto pôde mas que por fim, se rendeu.³⁶¹ Os portugueses, cerca de cinco mil almas, incluindo agostinhos e jesuitas, não conseguiram fugir por terem os barcos encalhados nos bancos de areia do rio Ganges devido à descida do nível das águas e foram todos presos e levados para Agra.³⁶² Mas antes da sua chegada, deu-se a morte da Rainha Taj Mahal, em 6 de Julho de 1632, segundo Irvine, o que fez com que não acontecesse a esperada vingança da Rainha pelo rapto das jovens escravas. Shahjahan mandou então construir em sua homenagem o mausoleu em Agra, do lado oposto ao palácio real, onde está sepultada.³⁶³

Os portugueses, de quem Manucci regista, a contragosto segundo diz,³⁶⁴ a arrogância que mostraram, foram escravizados, obrigados a renunciar à sua fé e a converter-se à religião muçulmana. As suas mulheres foram distribuídas por Shah Jahan e pelos seus oficiais sendo escolhidas as mais bonitas para o palácio real. Alguns acabaram por ser libertados por intervenção de um arménio, grande favorito do Rei, ou pelo dinheiro pago por um veneziano, Hieronimo Veroneo, um homem que havia sido resgatado pelos portugueses. Os prisioneiros libertados continuaram a viver em Agra, segundo Manucci, onde ao seu tempo ainda viviam descendentes deles.³⁶⁵

³⁶¹ Id., p. 175-176

³⁶² Ibid.

³⁶³ O Rev. Hosteh menciona que, segundo Manrique, referindo afirmações de Fr. de Castro, o famoso Taj-Mahal, foi desenhado por um arquitecto europeu. In: Rev. H. Hosteh, *Jesuit Missionaries in Northern India and Inscriptions on their Tombs, Agra (1580-1803)*, 1907, Calcutta

³⁶⁴ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol.I, p. 176

³⁶⁵ Id., p. 177

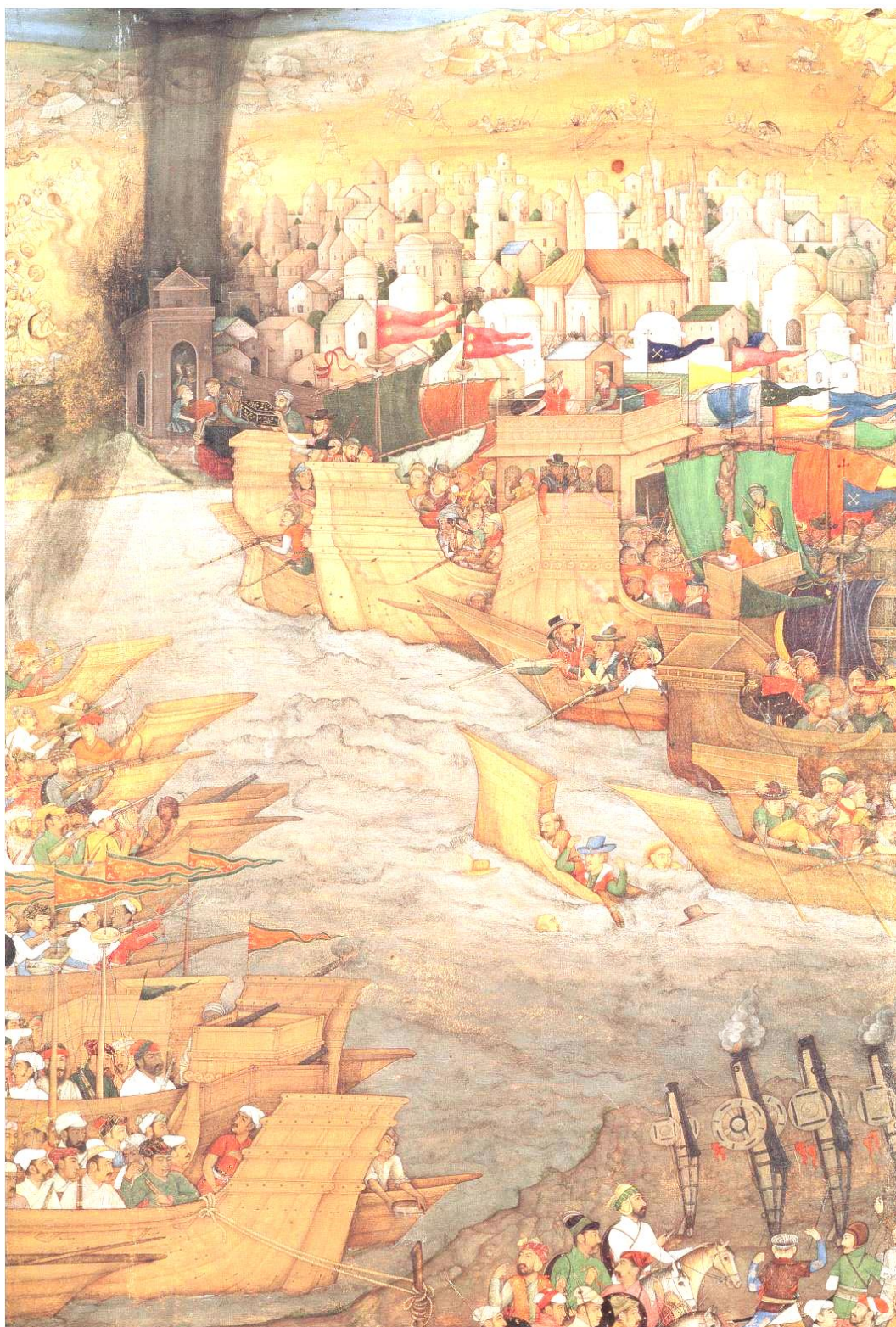


Figura 18: «A captura do porto de Hugli», Pradsha Nama, fl. 117^a, ca.1634, Royal Library, Windsor, The Royal Collection, © 2004, Her Majesty Queen Elizabeth II, in: *Goa e o Grão-Mogol*, Fundação C.Gulbenkian, Catálogo da Exposição, 2004, Lisboa, p.. 105

Procuramos verificar a realidade subjacente a esta descrição de Manucci recorrendo a outras fontes disponíveis pois sabemos que era antiga a presença portuguesa em Bengala. Com efeito, um autor anónimo citado por Genevieve Bouchon e Luis Filipe Thomaz em *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy, 1521*, dá conta, em «Lembrança», que já em 1521 era reconhecida em Bengala a presença, mais cedo do que se julgava, de um grupo de portugueses, os *lançados*, renegados convertidos ao Islão vestidos à oriental e que pareciam bem-sucedidos em Chittagong (no actual Bangladesh) e na Corte em Gaur, (no actual estado de Bengala) nos seus negócios privados.³⁶⁶ A *National Encyclopedia of Bangladesh*, da Asiatic Society of Bangladesh,³⁶⁷ refere também a presença e envolvimento antigo dos portugueses no comércio e na política local, citando Cesar Federicci que em 1569 contava 18 navios portugueses no porto de Chatigão (ou Chittagong).³⁶⁸

Em 1579, o imperador mugol Akbar emitiu um *firmão* a Pero Tavares³⁶⁹ autorizando os portugueses a estabelecerem-se em Hugli, cidade que se iria tornar na sua principal povoação em Bengala no princípio do séc. XVII, depois que o Reino de Arração passou a controlar Chatigão. Tinha um capitão de nomeação do rei de Portugal, assistido por quatro secretários eleitos anualmente pelos habitantes, mas sob a autoridade e homologação do governador de Ceilão, segundo o artigo da Asiatic Society na *Enciclopedia* referida.³⁷⁰ Ainda segundo este artigo, na cidade, os portugueses abastados, tal como em Goa, levavam geralmente uma vida como a dos muçulmanos ricos, com um harem. Abaixo deles, numerosos mestiços

³⁶⁶ Na «Introdução» à obra de Genevieve Bouchon e Luis Filipe Thomaz, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy, 1521*, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1988, Paris

³⁶⁷ «Portuguese, The», *Banglapedia, National Encyclopedia of Bangladesh*, Asiatic Society of Bangladesh, [em linha], entrada assinada por Aniruddha Ray, consultado em Abril de 2013 em <http://www.banglapedia.org/>

³⁶⁸ Ou Chittagong. Sanjay Subrahmanyam também refere a descrição de Federicci em «Notas acerca do Comércio de Bengala no Séc. XVI», em *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700*, ed. 70, 2002, Lisboa, p. 121

³⁶⁹ Subrahmanyam, op. cit., 2002, p. 130

³⁷⁰ «Hugli (city)», *Banglapedia, National Encyclopedia of Bangladesh*, Asiatic Society of Bangladesh, [em linha], entrada assinada por Md Akhtaruzzaman, suportada em obras de J J A Campos e J N Sarkar, consultado em Abril de 2013 em <http://www.banglapedia.org/>

superintendiam o trabalho servil dos escravos e dos camponeses indianos. Os sacerdotes portugueses formavam a camada superior da ordem social.

Segundo Sanjay Subrahmanyam, que cita J. A. Campos na sua *History of the Portuguese in Bengal*, nas primeiras décadas do séc. XVI os portugueses e a sua superioridade militar chegaram a ter nas suas mãos a maioria do comércio de longo curso e da navegação de Bengala.³⁷¹ Mas com o tempo, cresceu um mal-estar entre a população local e os Portugueses pois, à parte o seu estilo de vida desregrado, alguns piratas portugueses associados aos aracaneses, escravizavam populações costeiras utilizando barcos em que se movimentavam com rapidez. Tal é referido por Shihabuddin Talish, citado na referida Enciclopedia do Bangladesh, a qual cita também François Bernier que aponta um Bastiam Gonçalves, também referido como Sebastiam Gonçalves Tibau por outros autores, como capitão dos piratas.³⁷² Também Sanjay Subrahmanyam refere a existência, entre os portugueses de Bengala do fim do séc. XVI, de «estruturas não oficiais de autoridade»³⁷³ em que imperavam nomes como Sebastião Gonçalves Tibau, Manuel de Matos e Domingos Carvalho. (Mantivemos as grafias usadas por cada um dos autores)

A atitude de hostilidade das populações costeiras e dos *zamindares*³⁷⁴ para com os portugueses acentuava-se e alargava-se aos jesuitas particularmente depois de 1605. Segundo Mirza Nathan e Shihabuddin Talish, autores na referida *National Encyclopedia of Bangladesh*, a pirataria dos portugueses e os raides dos *magh*³⁷⁵ estavam a transformar Hugli num florescente mercado de escravos. Para Fr. Cabral S.J. citado na *Enciclopedia* referida, na entrada «Portuguese, The», a deserção da frota portuguesa do apoio a Shah Jahan quando este, ainda príncipe Kurran, dela necessitou, terá predisposto os responsáveis mugores a desencadear o ataque, anos mais tarde, com Shah Jahan já imperador. Segundo Fr. Cabral, testemunha da *trágica* perda de Hugli, acresce àquele motivo o ter então

³⁷¹ Sbrahmanyam, op. cit, 2002, p. 113

³⁷² «Portuguese, The», *Banglapedia*, op. cit.

³⁷³ Sbrahmanyam, op. cit, 2002, p. 124

³⁷⁴ O termo *Zamindar* refere-se a uma classe de senhores feudais com direitos hereditários sobre a produção dos camponeses. Cf. Satish Chandra, *A History of Medieval India*, Oriental BlackSwan, 2009, Hyderabad, p. 235

³⁷⁵ Os *Magh* eram um povo de onde eram originários os piratas da costa de Bengala

havido um português, de nome Manuel Tavares, que estaria disposto a ajudar o príncipe com navios, mas num momento crítico tê-lo-ia abandonado.³⁷⁶ Em 1632, os mughores surgiram então frente à cidade com a intenção de afastar os portugueses para longe do Rio Hughli, acabando por a capturar em 13 de Setembro de 1632, no que terão sido ajudados por um Martim Afonso de Mello. Alguns portugueses terão conseguido escapar para a ilha Sagar, referindo Cabral que cerca de 100 foram mortos sob o fogo dos canhões mughores.³⁷⁷ Registos holandeses confirmam o ataque e referem terem sido mortos 1560 Portugueses e 1500 feitos prisioneiros.³⁷⁸

A versão de J J A Campos aponta como princípio, ou justificação, para o acto mughol, a recusa de Miguel Rodrigues, então governador português de Hughli, em ajudar com homens e artilharia o príncipe Kurram, quando este se refugiara em Burdwan, apesar da promessa de riquezas e terras que o príncipe lhe propunha em troca. A recusa de Rodrigues assentava no facto de o príncipe ser um rebelde, pelo que ao apoiá-lo iria incorrer no desagrado do Imperador. Kurran ter-se-à sentido insultado, o que terá aberto caminho à vingança futura. Para Campos, foi esta hesitação e recusa que foi ditar um alto custo aos portugueses.³⁷⁹

Outra causa para a má vontade de Shah Jahan contra os portugueses, segundo Campos, pode residir nos acontecimentos que se deram um ano antes do cerco de Hugli, em que já então imperador, Shah Jahan sofreu várias derrotas em confrontos com Adil Khan de Bijapur e perdeu cerca de 50.000 cavalos, suspeitando então da ajuda dos portugueses a Adil Khan. Como se não bastasse, os portugueses não terão enviado embaixada de cumprimentos a Shah Jahan quando este se tornou imperador, falha grave que reafirmou as suspeitas de que estavam conluídos com o Rei de Arracão, responsável pelas depredações nos territórios mughores e a quem os portugueses forneciam homens, armamento e munições. Além de tudo isto, Shah Jahan poderia recear que o poder crescente dos

³⁷⁶ «Portuguese, The», *Banglapedia*, op. cit.

³⁷⁷ Ibid.

³⁷⁸ Ver em J. J. A. Campos, *History of the Portuguese in Bengal: with maps and illustrations* – 1919, Calcuta, p. 138

³⁷⁹ Campos, op. cit., 1919, p. 128,

portugueses na região e o ascendente que tinham sobre as populações os pudesse levar a apoderar-se do controlo de Bengala.

Mas o que terá enfurecido os mugores terá sido o rapto, por um capitão de Chatigão, de uma jovem e bonita rapariga durante um raide de pirataria. Este acontecimento, segundo Fr. Manrique,³⁸⁰ que o terá presenciado e conhecia a jovem e a família e que os procurou consolar, terá precipitado a decisão de Qasim Khan de avançar sobre Hugli. De certo modo, faz-nos eco ao rapto das duas jovens escravas referido por Manucci, embora no tempo mais recuado em que Shah Jahan era ainda o príncipe Kurran em fuga aos exércitos de seu pai.

O cerco de Hugli, as negociações entre os portugueses e os mugores, os combates, a fuga desesperada, a morte e aprisionamento de milhares de cristãos (cerca de 4.000), em que se incluíam portugueses que se contavam pelas centenas, seus descendentes mistos e cristãos nativos, são descritos por J. Campos num capítulo intitulado «*The fall of Hoogli*» na sua obra sobre os Portugueses de Bengala.³⁸¹ Na versão de Campos os portugueses não se terão rendido, tendo antes posto em prática uma manobra desesperada de evasão em vários barcos com que alguns, sofrendo no entanto grandes perdas, conseguiram a custo romper o bloqueio das forças mugores as quais eram ajudadas por um Martim Afonso de Mello,³⁸² personagem malquista dos portugueses de Hugli, que tinha atravessado o rio com um pontão de barcos unidos uns aos outros e colocado correntes de ferro nele atravessadas, para impedir a possível fuga dos portugueses.³⁸³ O autor baseia-se em relatos de missionários que estiveram presentes (Fr. Cabral, Fr. Manrique), em autores muçulmanos que cita, e confronta as versões da literatura histórica, da época e posterior, como Bernier, Catrou, Stevens, Faria e Sousa, Nicolao Mannuci, Hosteh e Irvine, indo colher também dados ao *Catholic Herald of India*.

³⁸⁰ Fr. Cabral e Fr. Manrique são mencionados por J J A Campos em *History of the Portuguese in Bengal* e também pelo rev. H. Hosteh em *Jesuit Missionaries in Northern India and Inscriptions on their Tombs, Agra, (1580-180.)* By Rev. H. Hosteh, s., 1907, Calcutá

³⁸¹ Campos, *op. cit.*, 1919, Cap. XXI, pp 128-140

³⁸² Id., p. 132

³⁸³ Id., p. 136

Resumos históricos publicados na Enciclopedia do Bangladesh³⁸⁴ que vimos referindo, apontam para a permanência posterior dos portugueses e de famílias portuguesas em Hugli, citando Thomas Bowrey³⁸⁵ que em 1670 encontrou 10.000 portugueses e mestiços trabalhando sobretudo na actividade naval, para além de 20.000 por todo Bengala, existindo alguns portugueses ricos que faziam grandes doações à Igreja como um que pagou a reconstrução da igreja de Bandel em 1632.

4.1.1. Shah Jahan manda assaltar Damão.

Segundo Manucci, Shahjahan, ao ser bem-sucedido com Hugli, imaginou que conseguiria recuperar tudo o que os portugueses possuíam no Hindustão e ordenou ao seu filho Aurangzeb, nessa altura com 14 anos, que tomasse Damão,³⁸⁶ Mas este não o conseguiu perante a valentia da defesa dos portugueses e a resistência das muralhas da fortaleza.³⁸⁷

Ao fim de três meses de cerco, Aurangzeb, ao ver que não conseguia fazer nada com os portugueses e depois da perda de um grande número de homens, enviou uma mensagem a Luis de Mello de Sampaio, governador da fortaleza, fazendo uso de uma linguagem metafórica que Manucci gosta de atribuir aos personagens que descreve. Luis de Mello teria a alcunha de «*O roncadador*» pelo que a mensagem de Aurangzeb dizia ser fácil para qualquer um «*roncar atrás das muralhas*». Luis de Mello terá então sido tomado de brio e respondeu que no dia seguinte ao meio-dia viria a campo aberto, em pessoa, e que para se identificar, levantaria o chapéu. Assim o fez, mas de imediato os homens de Aurangzeb avançaram sobre ele e mataram-no, voltando novamente os Portugueses para o

³⁸⁴ «Portuguese, The», *Banglapedia*, op. cit.

³⁸⁵ As observações citadas de Thomas Bowery são retiradas muito possivelmente de *Geographical Account of Countries Round the Bay of Bengal – 1669-1679*, publicada pelo Asian Eduactional Services, New Dehli, 1905 e reimpressão de 1993, parcialmente acessível em *Google Books*

³⁸⁶ Manucci, op. cit., reprint, Vol. I, p. 178

³⁸⁷ Mártires Lopes já citada, refere, na sua obra *O Império Oriental*, Tomo I, Ed. Estampa, 2006, p.38, que o imperador mugol Shah Jahan na sua expansão continental para o sul, chegou a cercar Damão durante 6 meses, em 1638,

forte para se defenderem.³⁸⁸

Esta atitude condiz com o retrato que Manucci vai fazendo dos portugueses, neste caso, associando-lhes à coragem e valentia o espírito de bravata, com resposta imediata aos desaforos, sem medir riscos e consequências.

Irvine tentou confirmar esta história mas não o conseguiu pois o único Luis de Mello, governador de Damão, que conseguiu referenciar foi contemporâneo de Akbar, em 1560-61.³⁸⁹ No entanto, é o filho deste Luis de Mello, Diogo, que Manucci vai encontrar noutra altura do seu percurso pelos territórios dos portugueses. Tentamos também obter elementos e no *Promptuario das deffiniçoens indias deduzidas de varios chronistas da India...*, do Padre Leonardo Pais, encontramos referência ao personagem em questão à frente da fortaleza em Damão e ao seu filho Diogo:³⁹⁰

Na Costa marítima do mesmo Reyno de Cambaya fica a nossa fortaleza de Damão [...] no ano de 1639, sendo General do Norte Luis de Mello Sampayo, e Capitão de Damão D. Manuel de Meneses, vindo o Rey Mogor, chamado Arugxa, em pessoa, também foy desbaratado pelo dito General, e por seu filho Diogo de Mello Sampayo, que succedeo por sua morte na Capitania da dita Praça, como refere o Padre Queirós; e desde aquelle tempo fez o dito Mogor com-nosco pazes, e as guardou pontualmente até o presente.³⁹¹

Manucci é omissa quanto ao ano em que se deu a tentativa de Aurangzeb, mas Irvine, na sua investigação, situa-a em 1632 ou 1633 por um processo dedutivo sobre a idade de Aurangzeb. Já Mártires Lopes, por sua vez, refere um cerco a Damão em 1638, durante 6 meses, por Shah Jahan, o pai de Aurangzeb e Leonardo Pais, que acabamos de citar, menciona o ataque em 1639 pelo *rey mogor* chamado

³⁸⁸ Manucci, op. cit., reprint, Vol. I, p. 179

³⁸⁹ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. I, p. 178, nota de Irvine em roda-pé

³⁹⁰ Padre Leonardo Pais, *Promptuario das deffiniçoens indias deduzidas de varios chronistas da India, graves Authores, e das Histórias Gentílicas*, Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1773, Lisboa

³⁹¹ Id., p. 105

Arugxa, repellido pelos portugueses. Poderá *Arugxa* ser uma corrupção de Aurangzeb, nessa altura ainda príncipe, sendo o ataque ordenado por Shah Jahan, o efectivo rei mugol. Leonardo Pais menciona também Luis Sampayo e que pela sua morte lhe sucedeu o seu filho Diogo como capitão de Damão, o que parece dar alguma nitidez à versão de Manucci.

4.2. Shah Suja e os portugueses de Bengala e de Chatigão

Manucci volta a referir-se aos portugueses de Bengala ao relatar a perseguição do general Mir Jumlah a Shah Shuja,³⁹² segundo filho do imperador Shah Jahan. Shah Shusha foi governador do reino de Bengala tendo a sua corte na cidade de Rajmahal e foi o primeiro dos filhos a revoltar-se contra o imperador. Foi no entanto Aurangzeb que tomou o poder e eliminou os irmãos, iniciando uma campanha em Bengala contra Shah Shusha o qual se entrincheirou perto da cidade de Dhakka para passar a época das monções. Mir Jumlah, pelo mesmo motivo, aquartelou as suas tropas em Rajmahal, pois as chuvas intensas não permitem a movimentação dos exércitos durante esse período.³⁹³

Shah Shuja recorreu então à ajuda dos portugueses que ficaram a viver em Bengala na época em que já tinham perdido as suas posições fortes para os holandeses, como a Ilha de Ceilão (em 12 de Maio de 1656) e a de Jafnapatnã na costa do Coromandel (em 22 de Junho de 1658) e prometeu-lhes quantias elevadas, riquezas e liberdade para as ordens religiosas construírem igrejas em todo o seu território. Segundo Manucci existiriam nessa altura por toda a província cerca de oito mil famílias de portugueses, europeus e asiáticos, conhecidos estes últimos como *mestiços* e na sua opinião, Shah Shuja não faltaria às suas promessas porque era liberal e generoso de sua natureza.³⁹⁴

Entretanto, o príncipe Dara Shukoh, primeiro filho do Imperador Shahjahan e de quem Manucci esteve ao serviço, caiu em desgraça e Aurangzeb, o

³⁹² Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. I, p. 349-352

³⁹³ Id., Vol. I, p. 318

³⁹⁴ Id., Vol. I, p. 318-319

segundo filho do imperador, veio a conquistar o trono de Shahjahan fazendo prisioneiro seu pai. Mandou a seguir capturar o seu irmão Dara, e logo depois ordenou a sua decapitação, enviando a cabeça ao pai.³⁹⁵

Foi a seguir a estes acontecimentos que Aurangzeb, tendo assumido o comando imperial, decidiu acabar também com Shah Suja que continuava entrincheirado na província de Bengala. Enviou então reforços a Mir Jumlah, agora ao seu serviço, encurralando o irmão com um novo e violento ataque.³⁹⁶ Nesta altura, Shah Suja pediu ajuda ao Rei de Arracão que lhe enviou vários barcos, chamados *jalias*, pequenos barcos comandados por portugueses súbditos do Rei de Arracão e habitantes de Chatigão, cidade que já referimos, situada na fronteira. Shah Suja resolveu então deixar Bengala, juntamente com a família e os seus tesouros, embarcou num navio na cidade de Dacca, já com Mir Jumlah no seu encalço, acabando por mandar afundar um barco onde seguiam duzentas e cinquenta mulheres que acompanhavam a sua família, antes que caíssem nas mãos dos perseguidores.³⁹⁷ Por sua vez, outro barco da sua comitiva comandado por um Manuel Coelho, naufragou na costa de Arracão, perdendo-se todos os bens. Segundo Manucci, o velho Manuel Coelho³⁹⁸ te-lo-à feito de propósito naufragar, pilhando a seguir todos os seus bens.

Shah Suja conseguiu enfim chegar ao reino de Arracão onde foi bem recebido e aí ficou à espera da melhor época para viajar para a Pérsia que era o seu destino de fuga possível. Não o conseguiu porém, acabando por ser perseguido e morto nas florestas de Arracão.³⁹⁹

Numa descrição sumária do reino de Arracão⁴⁰⁰, Manucci refere que em tempos ali viveram, nomeadamente em *Chitagão* (Chittagong) (sic.), muitos europeus (*faranjis*) de várias nações, principalmente portugueses, e muitos cristãos naturais da região, de que diz:

³⁹⁵ Id., Vol. I, p. 331-341. Manucci descreve as traições cometidas para derrotar Dara, a sua prisão, condenação e execução

³⁹⁶ Id., Vol. I, p. 349-350

³⁹⁷ Id., Vol. I, p. 350-351

³⁹⁸ Id., Vol. I, p. 351

³⁹⁹ Id., Vol. I, p. 354-356

⁴⁰⁰ Id., Vol. I, p. 351-352

[...] os habitantes são tão selvagens como os tigres, os elefantes, os rinocerontes e os búfalos que vivem nas suas florestas [...] [Os seu habitantes] infligiam grandes estragos nos territórios de Bengala e, penetrando com os seus barcos em todos os locais daquela província, levavam homens, mulheres e crianças, ouro e prata e, quando podiam, não hesitavam em levar crianças de peito juntamente com as suas mães. [...] Viviam sem lei e de tal maneira que ocuparia muito espaço se tentasse contar as suas acções criminosas» [...] Não eram dignos de merecer a designação de cristãos, nem sequer de homens» [...] Mas o Rei de Arração dependia muito desta categoria de gente e pouco se importava com os reis vizinhos.⁴⁰¹

4.3. Conquista do Reino de Assam. Participação dos portugueses de Bengala

Prosseguindo no relato dos acontecimentos do reinado de Aurangzeb, Manucci volta a colocar os portugueses como protagonistas. Vai ser quando da progressão do seu general Mir Jumlah pela conquista do reino de Assam, um primeiro passo da estratégia de Aurangzeb na ambição que acalentava de entrar na China.⁴⁰² Mir Jumlah terá avançado então por terra com um exército de quarenta mil homens a cavalo e com infantaria, enquanto uma grande frota comandada por portugueses subia o rio Brahmaputra.

Os assameses lançaram então uma poderosa frota que desceu o rio com a intenção de «engolir» os portugueses e os seus barcos e de cortar assim os abastecimentos aos exércitos de Mir Jumlah. Porém os portugueses repeliram o assalto e os assameses, levados pela corrente, passaram além dos seus alvos, «[...] enquanto os Portugueses fazem grande estrondo com as suas bombardas e mosquetes. Quando os assameses passam pelo seu inimigo que se desviara, os

⁴⁰¹ Idem. Vol. I, p.

⁴⁰² Id., Vol.II, «The War in Assam», p. 90-94

*portugueses caem sobre eles com tal impetuosidade que em pouco tempo a totalidade daquela frota é destruída, com alguns navios afundados e outros capturados, constituindo uma grande perda infligida aos assameses».*⁴⁰³

Este sucesso constituiu um grande momento de glória para Mir Jumlah que progrediu assim até à principal cidade do reino de Assam, chamada Guergao (Khargawn) e obrigou o rajá local a fugir. Mas pouco tempo se veio a manter no entanto a ocupação deste reino, no qual o rajá local organizou então uma resistência permanente que obrigou os mugores a retirar.

Mir Jumlah veio a morrer no ano seguinte em Dakka, onde regressara para festejar as suas vitórias, vítima de um grave problema urinário, segundo refere Manucci.⁴⁰⁴

4.4. Os portugueses de Bengala e o fim dos piratas de Arracão

Após a morte de Mir Jumlah, Aurangzeb nomeou Shaistah Khan para governador de Bengala e com a ordem de extirpar a província dos piratas que pilhavam e perturbavam os seus territórios.⁴⁰⁵ Estes tinham abrigo em Chatigão,⁴⁰⁶ (ou Chittagong, ou Chatigaon, nas grafias de diferentes autores), um lugar que lhes fora concedido pelo rei de Arracão como defesa contra o desígnio, já antigo, dos reis mugores em lhe conquistarem o reino.

Não seria fácil, segundo Manucci, negociar com aqueles portugueses, «homens duros de coração, habituados a matar até pequenas crianças sem se arrependem. Vangloriavam-se entre si de terem atingido o cúmulo da maldade», segundo diz.⁴⁰⁷ Até os padres. Alguns habitantes ainda vivos chegaram a conhecer um sacerdote duma ordem religiosa, para quem Shah Suja trouxera uma carta de

⁴⁰³ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol.II, p. 92

⁴⁰⁴ Id., p. 94

⁴⁰⁵ Id., p. 99 e p. 109

⁴⁰⁶ Chittagong [Chatigão/Chatigaon/Porto Grande de Bengala] [Em Linha], visitável em: <http://www.hpip.org/def/en/Contents/Navigation/GeographicToponymicNavigation/Place?a=527>

⁴⁰⁷ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II, p. 109

recomendação, que chegara à liderança deles. Vestia-se de encarnado, chamava-se Frei Vicente e veio a morrer envenenado em Bengala.⁴⁰⁸

A oportunidade de acabar com estes homens surgiu através de um António Rego, residente em Hugli, que teria um irmão em Chatigão, chamado Sebastião Gonçalves⁴⁰⁹ e que seria o chefe destes assaltantes. Saisha Khan manteve conversações com Antonio Rego e prometeu-lhe a si e ao irmão um bom tratamento e uma boa recompensa mediante a sua ajuda para se apoderar da Chatigão. Sebastião Gonçalves conseguiu uma oportunidade que Saisha Khan, através do irmão daquele, veio a aproveitar e Chatigão caiu nas suas mãos sem perda de vidas, libertando-se Bengala daqueles ataques.⁴¹⁰

4.5. Manucci visita Hugli e os portugueses que ali vivem

Retomamos o percurso de Manucci através da Índia o qual viaja a certa altura para Bengala onde visita amigos em Hugli e onde, segundo diz a Daud Khan, então governador mogol de Patnah que visita durante a viagem, *tinha negócios*.⁴¹¹

Em Agra está com antigos amigos europeus de quando esteve ao serviço de Dara e com os jesuitas onde o padre Henriques Roa, alemão, (Heinrich Roth, segundo confirmou Irvine), lhe pede que leve consigo dois missionários portugueses que estavam junto de outros que haviam fugido de Chaul,⁴¹² tendo-os Manucci juntado à sua criadagem. Continua a viagem para Allahabad e daqui viaja por terra até Benares seguindo depois para Patnah. Esta cidade era então

⁴⁰⁸ Ibid.

⁴⁰⁹ Irvine identifica este personagem como o Sebastião Gonçalves Tibau já referido atrás, muito activo nos anos 30, admitindo que a sua inclusão nesta história, que se passa já nos anos sessenta, seja uma adaptação de Manucci, embora seja possível que Tibau ainda estivesse vivo. Tibau é referido por Sanjay Subrahmanyam em «Notas acerca do Comércio de Bengala no Séc. XVI», *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700*, op. cit., p. 124, baseando-se também em Campos (Op. cit.), em Raychaudhuri e em Winius no seu «The “Shadow-Empire” of Goa», p. 94-6, cuja versão em português também referenciamos neste trabalho

⁴¹⁰ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol.II, p. 109-110

⁴¹¹ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol.II, p.78. Manucci tinha servido o príncipe Dara com Daud Khan

⁴¹² Id., Vol. II, p.74

governada por Daud Khan com quem confraterniza e que lhe cede um barco no qual prossegue a viagem para Bengala.

Durante a viagem vai zangar-se com os missionários que leva consigo, achando-os impertinentes e chega a ameaçar abandoná-los numa ilha. Encontra Rajmahal, que havia sido a capital de Shah Suja, em ruínas com os palácios delapidados, as grandes mansões em decadência e os jardins abandonados. A cidade é governada por Mirza Jani, antigo capitão de artilharia do príncipe proscrito.⁴¹³

Em Dakka, a metrópole da província de Bengala, anota a existência de duas feitorias, uma inglesa e outra holandesa, e *de muitos cristãos, portugueses brancos e negros*, com uma igreja e um padre chamado Agostinho. Atravessa então o rio de Dakka e a floresta de Sunderi sobre a qual aproveita para contar as histórias dos tigres que devoram as pessoas, em particular a do português Manuel Coelho, de Chatigão, de quem diz ser *um daqueles portugueses que não conhecem nem Deus nem a eternidade*,⁴¹⁴ e que, descendo do seu barco *Julia*, decidiu ir à procura de um tigre que lhe comeria um homem da tripulação quando em terra faziam preparativos para uma refeição, indo armado apenas com um escudo e uma adaga, e o matou, fanfarronando que bastaria dizer aos tigres que Manuel Coelho estava ali que eles se coibiriam de atacar quem com ele estivesse. Presumimos que seria o mesmo Manuel Coelho que terá feito naufragar um barco de Shah Susha que procurava refúgio em Arração na sua fuga para a Pérsia, e que terá pilhado os seus bens de seguida, e que referimos atrás.

Em Hugli, onde vai permanecer dois meses, é bem acolhido pelos missionários e pelos negociantes portugueses que ali vivem. Apresenta-se ao Padre agostinho Frei João Batista e encontra *os principais habitantes de Hugli, todos portugueses ricos, porque naqueles dias só a eles era permitido negociar em sal em toda a província de Bengala*.⁴¹⁵ Na sua estadia, intercede pelos jesuítas junto do governador, um persa ao serviço dos mughols, para que este autorizasse a

⁴¹³ Id., Vol. II, p.79

⁴¹⁴ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol.II, p.81

⁴¹⁵ Id., Vol.II, p.83

construção de uma igreja em pedra, já que a existente era em palha, ao que este acedeu. Segundo diz, o governador, Mirza Gul, esteve ao serviço de Shah Suja mas passou a servir Aurangzeb, tendo sido colocado no cargo por Mir Jumlah, o novo governador de Bengala nomeado por Aurangzeb. Ganha a admiração dos jesuitas e dos portugueses mas ganha também a inimizade dos dois clérigos que com ele tinham viajado que acusa de lhe terem tentado extorquir dinheiro em troca de pretensos favores. Chega a receber uma proposta de casamento com a filha de um português com oferta da casa montada para o casal, um rendimento apreciável e dois *pataxos*⁴¹⁶ de sal, na tentativa de ali o fixarem. Apesar de desejoso, segundo confessa, de concretizar o negócio do casamento, para o que o proposto sogro preparou uma almoçarada em que esperava conseguir o seu consentimento, vê-se envolvido em intrigas e dois dias depois, segundo conta, deixa a cidade⁴¹⁷.

Manucci aproveita para recheiar a sua narrativa com mais umas pequenas histórias de sabor popular como a do português que gostava de tomar banho nas águas do rio e criara uma paliçada para se defender dos crocodilos mas cujo cão não parava de ladrar furiosamente para lhe chamar a atenção para um daqueles reptéis que se havia introduzido no espaço protegido e, não o compreendendo, o dono foi entrando na água até que o cão se atirou à sua frente sendo logo despedaçado pelo crocodilo, mas salvando-se o dono que só então compreendeu a atitude do canídeo.⁴¹⁸

4.6. Manucci em Baçaim e Goa

Quando Manucci estava ao serviço do rajá Jai Singh, este recebeu ordens de Aurangzeb para conquistar Bijapur.⁴¹⁹ À frente de cinquenta mil cavaleiros e confiante de que muitos dos generais do rei de Bijapur estariam do seu lado, o general Diler Khan, às ordens de Jai Singh, avançou sobre Bijapur, mas foi contrariado pela acção do general inimigo, Sharzah Khan, que lhe deu que fazer e

⁴¹⁶ *Pataxo*, um tipo de embarcação, utilizado para o transporte de mercadorias

⁴¹⁷ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol.II, p. 88

⁴¹⁸ Id., Vol.II, p. 86-87

⁴¹⁹ Id., Vol.II, «The War against Bijapur», p. 130-135

que, tendo descoberto os generais traidores, lhes cortara as cabeças. Diler Khan acabou por retirar e Manucci, que enfileirava com o seu exército, estabeleceu contacto com o general português Inácio Sarmiento, em Baçaim, a propósito de queixas ao rajá feitas pelos hindús de Chawal de que os portugueses estariam a obrigar os filhos dos hindús à conversão ao cristianismo, o que deixou o rajá furioso.⁴²⁰ Segundo Manucci, Sarmiento seria o comandante dos territórios portugueses do norte que abrangiam Damão. Irvine encontrou referências a Inácio Sarmiento como governador de Cochim em 1622 e que este teria sido governador de Baçaim em 1666. Com efeito, e de acordo com o resumo do *Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico...*, edição electrónica 2000-2010,⁴²¹ Inacio Sarmiento de Carvalho foi nomeado em 1650 por D. João IV governador de Baçaim e sucessivamente de Damão e de Rachol.

Manucci terá então intermediado a questão mas com o desagrado de um padre, Damião Vieira, enviado a Jai Singh por Sarmiento. Manucci relata que resolvida esta questão a contento, recebeu do general português um certificado atestando o grande serviço por ele prestado à Coroa portuguesa.⁴²² No entanto, este mesmo padre Damião Vieira, posteriormente, tê-lo-á denunciado à Inquisição em Baçaim em 1667.⁴²³

Vendo que regressava à vida dos quartéis, Manucci começou a desejar viver entre cristãos, pelo que pediu para sair do serviço do rajá, com a desculpa de querer regressar à sua terra natal para casar.⁴²⁴ Despedindo-se de Jai Singh que lhe deu alguns presentes, foi a seguir para uma aldeia dos portugueses chamada Camba (Kambe), em terras de Shiva Ji, o chefe maharata, ficando por uns dias em casa de

⁴²⁰ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol.II, p. 132

⁴²¹ «Inacio Sarmiento de Carvalho», in: *Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume VI*, Ed. em papel © 1904-1915, João Romano Torres, Editor, pág. 757, Edição electrónica © 2000-2010, Manuel Amaral, consultado em Maio de 2013, em: <http://www.argnet.pt/dicionario/sarmentocarvalho.html> Segundo a entrada deste Dicionário, Sarmiento foi também nomeado em 1658 comandante da armada do Norte, depois recebeu a capitania de Goa, foi conselheiro do Estado da Índia e em 1667 recebeu o governo de Moçambique. Charles Boxer dedica-lhe a obra *Breve Relação da Vida e Obra de Lopo e Inacio Sarmiento de Carvalho: Grandes capitães que no século XVII honraram Portugal no Oriente*, Macau, Imprensa Nacional, 1940

⁴²² Id., Vol.II, p. 132-133

⁴²³ Id., Vol.II, p. 132, notas de Irvine em roda-pé.

⁴²⁴ Id., Vol.II, p. 133

um amigo que, segundo diz, era o dono da aldeia, mas que lhe roubou afinal algumas moedas de ouro.⁴²⁵ Seguiu então para Baçaim, *uma cidade portuguesa*, para passar a Quaresma,⁴²⁶ ficando a viver do lado de fora da cidade.

Logo que chegou, em 1666, que Irvine acredita ter sido mais provavelmente em 1667,⁴²⁷ foi chamado pelo comissário da Inquisição,⁴²⁸ prior do convento dos Franciscanos, que *o examinou por três vezes* querendo saber quem ele era e sobre a sua vida e pedindo-lhe que jurasse sobre um crucifixo sagrado. Não tendo encontrado nada de suspeito nas suas respostas, abraçou-o e tratando-o como homem educado e de consciência limpa, mandou-o embora dizendo-lhe que estava livre e que não o voltaria a chamar. Foi mais tarde que veio a saber que tinha sido denunciado pelo padre Damião Vieira, homem que tinha sido expulso da Ordem dos Jesuitas e que tinha sido enviado ao rajá Jai Singh pelo general Inácio Sarmiento, como já referido, mas que o terá ficado a odiar desde então. Este padre irá mais tarde, segundo diz, criar-lhe problemas em Goa.

Em Baçaim, Manucci quase terá perdido a vida por causa do desentendimento com um fidalgo familiar de uns portugueses da família Mello que tinha conhecido enquanto viveu em terra dos mugores. Segundo veio a saber depois, esses Mellos tinham fugido depois de assassinares dois irmãos chamados Mendonças. Este desentendimento terá sido motivo suficiente para que o fidalgo enviasse homens para o assassinares, tendo Manucci escapado então a uma emboscada que lhe fizeram, investindo a cavalo e de sabre em punho contra os que o esperavam, pois alguém tivera o cuidado de o avisar entretanto.⁴²⁹

Estes pequenos episódios fazem-nos reflectir sobre um aspecto da construção da narrativa de Manucci: ele informa-nos que vai para Baçaim e, curiosamente, o termo que emprega está carregado de um significado que o

⁴²⁵ Id., Vol. II p. 134

⁴²⁶ Segundo Irvine, terá sido muito provavelmente na Quaresma de 1667, já que Jai Singh regressara a Aurangabad em Dezembro de 1666, vindo de Jaipur. Cf. Op. Cit., Vol. II, p. 134, nota de fim de página.

⁴²⁷ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, 171-172

⁴²⁸ Manucci conta este episódio noutra parte da sua obra onde conta várias histórias relacionadas com a Inquisição.

⁴²⁹ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol.II, p.134

relaciona com a comunidade cristã a que na verdade pertence ao dizer que vai passar a Quaresma a Baçaim. A conversa com o prior dos franciscanos reforça a sua identificação cristã. No entanto, da sua passagem por esta cidade, conta-nos sobretudo o episódio do desentendimento com o fidalgo inimigo dos Mellos e a tentativa de assassínio de que foi alvo. Não há no relato qualquer pincelada contextual sobre a Quaresma em Baçaim. Mostra-nos pois que a sua preocupação é, não a de informar sobre o que viu, mas a de contar os aspectos aventureiros que viveu, em que a passagem por Baçaim foi apenas o cenário de mais um episódio aventureiro dos muitos que lhe sucederam e de que vai fazendo fio condutor.

Manucci deixou então então Baçaim chegando a Goa em Maio de 1666, data que Irvine corrige para um mais provável ano de 1667.⁴³⁰ Aqui, onde Manucci considera *predominar a grande traição e ser pequeno o temor a Deus* e onde os estrangeiros não são bem acolhidos, segundo diz (traduzimos da expressão *there is no concern for strangers*), não pode queixar-se de ter sido mal tratado pois recebe uma honrosa proposta do Vice-Rei para comandar uma galé de combate, mas que declina por não dispor de rendimentos para suportar os necessários custos com o pessoal, soldados e equipagem. Aconselha então o Vice-Rei a que não permita que o *mugol* se apodere de Bijapur pois que a partir daí irá aproveitar qualquer oportunidade para usar toda a sua força para tomar Goa.⁴³¹

Manucci procura várias vezes o general Inácio Sarmiento de Crvalho, com quem já tinha um relacionamento, como referimos atrás, e que lhe deve dinheiro pela compra de *certos artigos* que lhe pedira quando estava nos territórios mugores, mas não consegue reaver a dívida. Por fim, já quando o general está de partida para um cargo no governo de Moçambique (em 1667, como já referimos⁴³²) vai consegui-lo, mas só quando se humilha pedindo-lhe como esmola.⁴³³

Sobre este personagem, que refere ter sido governador de Cochim quando os holandeses tomaram o lugar, vai contar, já na Quarta Parte da sua obra, ter o

⁴³⁰ Id., p. 135; Ver também nota de Irvine em fim de página.

⁴³¹ Id., p. 135

⁴³² V/ nota 421 na pag. 149 sobre Inácio Sarmiento retirada do já citado *Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume VI*, onde é referido ter o general recebido o Governo de Moçambique

⁴³³ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol.II, p.135

general sido assassinado em 1676, na sua casa em Goa, a mando do seu genro, por um grupo de soldados muito bem pagos e que depois «atravessaram o rio à procura de outros meios de vida», tendo o genro sido preso e enviado para Portugal. Segundo diz, em jeito de moral da história, «Ignacio Sarmiento não tinha razões para ficar admirado de ser morto daquela maneira, pois também ele, nos seus dias terá cometido acções semelhantes.»⁴³⁴

Manucci observa que, como estrangeiro, nada poderia fazer contra Sarmiento para lhe exigir a satisfação pela dívida, o qual só veio a dar ordem para lhe pagarem quando lhe apelou à caridade. Sobre isto, observa que «para certos senhores, é costume só pagarem as suas dívidas depois de grande desgaste dos seus credores», acrescentando «não quero dizer mais nada pois que os que quizerem saber mais, será melhor que perguntem aos próprios portugueses já que há entre eles homens de sinceridade, como em todas as nações e que esses homens poderão dizer mais do que aquilo que me atrevo a escrever sobre os Portugueses da Índia.»⁴³⁵

Manucci esteve em Goa durante um ano e três meses, segundo diz, e terá vivido numa casa que situa na Rua de Santo Aleixo,⁴³⁶ o que refere noutra parte dos seus escritos. Mas ao fim de algum tempo ficou doente e sem conseguir recuperar, associando a sua doença ao clima.⁴³⁷ Recolheu-se então ao convento dos carmelitas italianos onde foi muito bem recebido e ficou por seis meses mas sempre sem melhorar. Comenta sobre a doença mais vulgar, a cólera, que na altura se designava por *mort-de-chien*, e as formas de tratamento que incluíam aplicar a ponta de um ferro em braza no meio de um calcanhar o que fazia dissipar a dor e parar as descargas e os vômitos.

Regista também a frequência entre os habitantes de melancolia, de comichões e de febres, apesar da grande abundância de comida e particularmente de fruta. Alonga-se a descrever os vários tipos de fruta e as designações que os

⁴³⁴ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 150-151. O já citado *Dicionário Histórico, Corográfico...* dá como desconhecida a data do falecimento de Inácio Sarmiento.

⁴³⁵ Id., Vol.II, p. 135

⁴³⁶ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p.163. Goa tinha uma freguesia de (Sto) Aleixo e uma igreja de Sto Aleixo, descrita em *Património de Influência Portuguesa ...*, op. cit.

⁴³⁷ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol II, «What Happened to Me in Goa, and how I left », p. 157

portugueses lhes dão como por exemplo, as mangas de Nicolao Afonso (e não simplesmente mangas).⁴³⁸

Menciona o Vice-rei Antonio de Mello de Castro que governava à sua chegada a Goa e sobre quem diz ter morrido mais tarde preso em Portugal sob acusações de roubo e outras de que foi dado como culpado na Índia,⁴³⁹ sendo substituído por João Nunes da Cunha que, mal chegou, foi empreender uma grande expedição.⁴⁴⁰ Segundo observa Manucci, o novo governador teria mantido secretos os seus objectivos, tendo condições para ser bem sucedido e *conseguir uma grande honra para os Portugueses*. No entanto, foi vítima daqueles que por inveja não consentiram que recebesse as honras dessa glória. João Nunes da Cunha teve a garantia de um André de Andrada, que passava por muçulmano, comandante de artilharia da fortaleza de Muscate, outrora perdida negligentemente pelos portugueses, e agora nas mãos de um príncipe árabe, que lhe conseguiria entregar a fortaleza perante uma força naval que lá aparecesse, assegurando ele a neutralização dos canhões.⁴⁴¹

O Vice-rei terá preparado então uma poderosa força constituída por vários navios e fragatas⁴⁴² sem no entanto dar a conhecer os seus objectivos, o que levantou suspeitas entre os holandeses que temeram a preparação de algum golpe contra eles, tratando logo atrair para o seu lado, através de generosos subornos, alguns dos oficiais. O Vice-Rei procurou equipar bem os navios embarcando à força todos os homens capazes e chamando a Goa os portugueses com mais preparação que foi buscar às partes do Norte,⁴⁴³ proibindo-os de abandonar os seus

⁴³⁸ Ibid.

⁴³⁹ Abbé Carré descreve um encontro com António de Mello e Castro que comandava a frota naval em Muscate, ao que parece já caído em desgraça e suspeitando do que lhe ia acontecer. É Mello e Castro que lhe proporciona passagem para Goa numa fragata da sua frota. Carré, enviado de Colbert, tem neste encontro notícias da passagem da esquadra de La Haye por Ceilão e da tomada de S. Tomé de Meliapor por este almirante francês na sua tentativa de estabelecer uma base segura para a Companhia francesa das Índias fundada por Colbert. Cf. *The Travels of the Abbé Carré. The India and the Near East, 1672-1674*, Vol. I, Asian Education Services, 1960, New Delhi, Madras., p. 109-114

⁴⁴⁰ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II, p. 158

⁴⁴¹ Id., Vol. II, p. 158-159

⁴⁴² Id., Vol. II, p. 159

⁴⁴³ A frase em inglês parece ambígua, não se sabendo se se refere a portugueses do norte de Portugal ou dos territórios a norte de Goa.

lugares. Quando os navios estavam prontos, emitiu ordens seladas para os comandantes que só deveriam ser abertas numa certa latitude. A frota fez-se então à vela sem que ninguém soubesse o seu destino. No entanto, os pilotos e os comandantes que haviam sido subornados, foram navegando os seus barcos *por aqui e acolá*, sem ultrapassarem os ventos contrários, até atingirem a latitude marcada, onde as cartas foram então abertas, tendo alguns deles conseguido sabotar às escondidas os reservatórios de água e fazendo com que se perdesse, como se tivesse sido culpa da pressa do Vice-rei que não teria dado tempo para que os barcos fossem adequadamente preparados. Sòmente uma fragata conseguiu chegar e ancorar no porto de Bandar Congo, (no norte do Golfo Pérsico), na costa da Arábia, «*num território português que agora pertencia ao Rei da Pérsia*», tendo esperado algum tempo pelos restantes navios até que foi obrigada a regressar a Goa «*para evitar a captura pelos de Mascate que assim beneficiaram com a traição.*»⁴⁴⁴

Esta história enquadra-se na investigação de Maria J. Mártires Lopes que refere, em *O Império Oriental, 1660-182*, que Goa sempre acalentou o projecto de regressar ao golfo Pérsico mantendo o objectivo de reconquistar Mascate.⁴⁴⁵ Foi só depois da entrega de Bombaim aos ingleses que o novo Vice-Rei decidiu avançar para uma operação militar capaz de restaurar o prestígio português no Golfo, onde os holandeses e os ingleses também competiam para se estabelecerem, procurando acordos com a Pérsia. O Conde de S. Vicente organizou então uma grande expedição marítima que, segundo Mártires Lopes, baseando-se na História de Goa do Padre Gabriel Saldanha, fracassou por causa das condições atmosféricas particularmente desfavoráveis.⁴⁴⁶

Manucci não nos diz como soube destes acontecimentos, apenas nos conta que estava então ansioso por sair de Goa, mas que não o podendo fazer vestido com as roupas que trazia, dada uma proibição do Vice-Rei sobre as saídas

⁴⁴⁴ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II p. 159

⁴⁴⁵ Maria J. Mártires Lopes, *O Império Oriental, Tomo I*, p. 31, in: *Nova História da Expansão Portuguesa, 660-182*, dir. Joel Serrão e A. H. De Oliveira Marques, Estampa, 2006, Lisboa

⁴⁴⁶ Ibid.

da cidade, segundo nota de Irvine,⁴⁴⁷ partiu então com o traje de monge carmelita até estar longe do território de Goa e já se encontrar nos domínios de Bijapur que tinha sido tomada por Shiva Ji. Descreve-nos a seguir o que foi a sua aventurosa e difícil viagem até Aurangabad, doente, sem meios de subsistência e num território que desconhecia, vindo a ser ajudado em Pareda, no caminho, por um amigo chamado Manuel Ribeiro que o abrigou, lhe deu roupas, dinheiro e um cavalo.⁴⁴⁸

Em Aurangabad viveu algum tempo em descanso decidindo a certa altura ir para Agra ao saber da morte de Jai Singh em cujo exército tinha servido. Em Agra visitou os padres jesuitas e seguiu para Delhi onde se instalou numa casa cedida por Kirat Singh, o filho mais novo de Jai Singh e conseguiu viver sem dificuldades durante um ano, *em grande estilo*, segundo diz, *com recurso a formas honradas de ganhar dinheiro*.⁴⁴⁹ Quando Kirat Singh partiu para Kabul por ordem do rei, Manucci mudou-se então para Lahore, instalou-se numa casa que pertencera a um seu comandante, Barqandaz Khan, do tempo em que esteve ao serviço do príncipe Dara, e estabeleceu-se como médico. Segundo diz, «*instruí os meus criados para que informassem todos os que perguntassem por mim que eu era um médico “Faranji”*».⁴⁵⁰

Depois do tratamento bem-sucedido de uma mulher do *qazi*,⁴⁵¹ Manucci adquiriu uma boa reputação passando a ser chamado por muitas pessoas doentes conseguindo tratar a maior parte dos casos, «*graças a Deus e agarrando-me a certos livros que tinha comigo*».⁴⁵²

A certa altura Manucci entrou em conflito com o governador da cidade, Muhammad Amin Khan, filho de Mir Jumlah, que o queria ao seu serviço exclusivo e o queria levar consigo para Kabul, para onde fora nomeado pelo rei.

⁴⁴⁷ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II, p. 159

⁴⁴⁸ Id., Vol. II, p. 162

⁴⁴⁹ Id., Vol. II, p. 164

⁴⁵⁰ Ibid.

⁴⁵¹ *Qazi* designa o juiz numa comunidade muçulmana. As suas decisões baseiam-se na lei islâmica, na sua interpretação da Sharia. No subcontinente indiano tornou-se em certos casos uma atribuição hereditária.

⁴⁵² Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II, p. 167

Depois de várias peripécias, conseguiu ficar em Lahore, protegido pelo novo governador da cidade, Fida'e Khan, entretanto chegado.⁴⁵³

Em 1676, Manucci, desejoso de deixar o país dos mugores *e viver novamente entre Cristãos*, e tendo conseguido reunir capital suficiente, mas sem vontade de voltar a Goa por não gostar do modo de vida *daqueles senhores*, vai para Bandora,⁴⁵⁴ uma terra dos padres jesuitas que apenas deixavam viver ali alguns portugueses da sua confiança. Segundo diz, assim que algum homem branco por lá aparecia, faziam-no seguir constantemente por um espião e de modo nenhum o deixavam dormir na povoação. No entanto, como sabiam que Manucci não lhes iria causar problemas, foi com agrado que o deixaram viver lá, sendo aquele um lugar de comércio e onde viviam comerciantes de nacionalidades diferentes. Ali se podia viver em segurança graças aos esforços dos padres em se defenderem dos ladrões os quais cruzavam os mares em tão grande número que era necessário a muitos dos barcos saírem juntos do porto pois esta costa estava infestada com os malabares e os sanganeses.⁴⁵⁵

Segundo conta, Manucci teve de deixar Lahore às escondidas pois não o queriam deixar partir e, disfarçadamente, deixando para trás a bagagem pesada e a casa como se continuasse a habitá-la, seguiu para Sahrind, passou Delhi e repousou em Agra, seguindo depois para Surrate onde se encontrou com a mulher que casara com um arménio⁴⁵⁶ como refere, noutra parte da sua história, quando, na sua estadia em Agra, a ajudara a escapar à morte por icineração, investindo a cavalo, juntamente com o jovem arménio, com os sabres desembainhados e gritando *Mata, mata!* (sic) contra a multidão e os bramanes que já tinham acendido a pira de icineração. O arménio fê-la subir para o seu cavalo e levou-a consigo. Depois disso a jovem baptizou-se e veio a casar com ele.⁴⁵⁷

De Surrate seguiu para Damão e, através de território dos portugueses, onde se sentiu bem acolhido pelos padres da sociedade de Jesus, chegou finalmente

⁴⁵³ Id., Vol. II, «What I encountered from Muhammad Khan», p. 182-186.

⁴⁵⁴ Id., Vol. II, p. 212

⁴⁵⁵ Ibid.

⁴⁵⁶ Id., Vol. II, p.221

⁴⁵⁷ Id., Vol. II, p. 90

a Bandora.⁴⁵⁸ Sentindo-se bem e seguro entre os jesuitas que o acolheram e onde permaneceu algum tempo, foi aconselhado a comprar um barco para obter rendimento do seu capital, tendo-lhe sido proposto tomar a seu cargo o de um Inácio de Taíde, um português que tinha a reputação de ser um bom cristão. Empatou então o seu dinheiro, 14.000 rupias, naquele barco e na sua carga, tendo sido acompanhado por outros que também investiram valores elevados ao verem a confiança que Manucci depositava no capitão.

Porém o capitão, apesar das ordens que lhe dera para se manter em comboio com os outros barcos, decidiu de outra maneira, «*obedecendo às suas próprias idéias*», começando a partir de certa altura a deixar-se ficar para trás, acabando por abandonar o navio e desaparecer pois tinha levantado uma avultada quantia em títulos *Respondentia*.⁴⁵⁹ Finalmente, espalhou a versão de que o barco fora presa de piratas, não sendo por isso obrigado a pagar o dinheiro que lhe fora emprestado.

Para Manucci, isto traduziu-se na perda do seu capital, sobrando-lhe apenas algum dinheiro para as suas despesas diárias.⁴⁶⁰ É quando se dirige a Diogo de Mello Sampaio, filho de Luis de Mello Sampaio, o *Roncador*, cujo desempenho valoroso já Manuci referiu a propósito do cerco de Damão por Aurangzeb. Diogo de Mello devia-lhe duzentas rupias com que lhe havia acudido numa necessidade mas de que lhe devolvera vinte e apenas como uma esmola que lhe dava, pois quanto à sua dívida, *Manucci poderia cobra-la ao Mugol que estava em dívida para com ele em grande quantia*.⁴⁶¹

Doente e sem dinheiro, resolveu regressar a Agra, viajando agora na companhia de um frade e de um português, António Machado Supico, de quem não nos transmite boa impressão.⁴⁶² Em Delhi foi bem recebido, tratou com sucesso a

⁴⁵⁸ Id., Vol. II, p. 212-213

⁴⁵⁹ «*Respondentia bonds*». Espécie de títulos hipotecários sobre a carga que funcionam como um seguro feito pelo capitão do navio. Já pouco usual nos nossos dias, correspondem a uma prática corrente na navegação comercial nos tempos em que só se sabia o resultado de uma viagem comercial quando o navio chegava ao seu porto de origem

⁴⁶⁰ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II, p. 213

⁴⁶¹ Ibid.

⁴⁶² Id., Vol. II, p. 214

mulher do chefe do protocolo do príncipe Shah Alam e recuperou a reputação, apesar da sua ausência de um ano. Querendo regressar a Lahore, acabou por ficar no entanto ao serviço de Shah Alam o qual lhe atribuiu uma generosa renda de trezentas rupias mensais e o título de *mansabar* que Manucci considera ser uma grande honra, pouco frequente para um cristão entre os muçulmanos.

Manucci conclui que, «*não desejando servir Aurangzeb, ficou a servir o seu filho, começando ao seu serviço no ano de 1678.*»⁴⁶³

4.7. Manucci novamente em Damão e em Goa quando do cerco maharata e da aproximação de Shah Alam

É quando Aurangzeb retoma as suas intenções de conquistar o reino de Bijapur que Manucci vai regressar a Goa,⁴⁶⁴ segundo conta, cansado novamente de viver entre os muçulmanos e já com dinheiro suficiente para fazer nova vida. Pede por várias vezes a demissão mas Shah Alam recusa até que concorda em dispensá-lo por dois meses «*para tratar dos meus assuntos pessoais em Surrate*».

Viaja então para Goa através de Surrate onde François Martin, que virá a ser mais tarde director geral da Companhia das Índias Francesa, mas que nessa altura estava naquela cidade como sub director (1680 a 1686)⁴⁶⁵ lhe proporciona transporte num veleiro armado até Damão, em território dos portugueses. Nesta cidade, vai permanecer cerca de 14 dias em 1681, o suficiente para ter mais histórias para contar sobre os portugueses.

⁴⁶³ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II, «I enter the Service of Shah Alam», p. 215

⁴⁶⁴ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II, «My Return to Goa, and the Various Events which happened There during my Stay», p. 244-245

⁴⁶⁵ Informação anotada por Irvine que a recolheu na *Biographie Universelle*, de Michaud, 2.º edição de 1843 que tivemos o cuidado de consultar em *Gallica.bnf.fr* (biblioteca digital da Biblioteca Nacional de França). Transcrevemos: «*Dès 1676, Martin avait été nommé le second du conseil souverain établi à Surate, et il n'était demeuré à Pondichéry que parce que M. Baron avait reconnu lui-même l'importance de son séjour dans ce lieu. [...] En 1681, la maladie de M. Baron mettant celui-ci hors d'agir par lui-même, Martin reçut l'ordre de passer de Pondichéry à Surate. Et, le 11 juin 1683, ce directeur étant mort, Martin prit la conduite des affaires pour y présider en chef, en attendant les ordres de la compagnie. [...] Martin demeura pendant deux ans chef général du commerce, et déploya la de vrais talents d'administrateur.*»

Para ajudar a reconstruir a imagem que Manucci nos transmite dos portugueses da Índia naquele tempo e porque ilustra o modo como vai intercalando séries de pequenas histórias no seu texto sobre gente dos locais onde permaneceu no seu percurso na Índia, nomeadamente em povoações onde viviam portugueses, transcrevemos, em tradução nossa do inglês, o que conta, noutra parte da sua obra,⁴⁶⁶ sobre um magistrado recém-chegado em 1681 (ou possivelmente em 1683 segundo observação de Irvine) a Damão, vindo de Goa:

Um magistrado, recentemente chegado de Goa, apaixonou-se por uma viuva rica e respeitável. Esta rejeitou os seus avanços e sentindo-se insultada, mandou-lhe recado para que não fosse tão ousado pois isso podia custar-lhe a vida. O impaciente cavalheiro continuou a incomodá-la e [...] ignorou-lhe o aviso. Ao ver que não conseguia ganha-la por palavras doces, o magistrado passou a ameaça-la. À respeitável senhora, não lhe bastava sofrer tais agravos, como era também alvo de tentativas, por parte do homem, de apropriação das quintas de onde tirava o seu sustento. Sendo uma viúva, cerca das 10:00 horas da noite já estava recolhida na sua casa. O magistrado, sem prever o destino diabólico que o aguardava, vestiu-se de maneira sumptuosa e entrou ousadamente em casa da dama. Estavam uns homens à sua espera e, torcendo-lhe o pescoço, acabaram com ele. Com a ajuda de alguns parentes, arrastaram silenciosamente o corpo com uma corda até aos pés da muralha da cidade, do lado de fora, virado para o mar. Puseram o corpo numa postura de sentado, apoiado na muralha como se estivesse sentado para uma qualquer necessidade. Cobriram-no com a sua capa, tiraram a corda e penduram-lhe o chapéu ao lado, de forma a que parecesse que tinha ido à pesca. De manhã, os amigos do ouvidor [...] não o encontrando nem conseguindo saber dele, foram à sua procura, encontrando uns pescadores que lhes disseram terem visto o ouvidor (que reconheceram pelo seu manto)

⁴⁶⁶ Manucci junta, na Terceira Parte da sua *Storia*, uma sucessão de pequenas histórias passadas com portugueses de S. Tomé, Baçaim, Cochim, Goa, Negapatão e Damão. Manucci, op. cit., reprint, 1981, vol. III, p. 107-117

à beira do mar fazendo as suas necessidades antes de ir à pesca. O grupo correu então para o local onde o foram encontrar tal como os pescadores haviam dito. Sem perceberem que ele tinha morrido, fizeram-lhe as suas reverências, mas ao ver que não respondia, perguntaram-lhe porque razão tinha ido sozinho sem esperar por eles. Ao verem que ele continuava sem responder, removeram-lhe a capa e encontraram-no morto com a língua de fora. Entretanto a dama, assim que foram abertas as portas da cidade, saíu para a sua casa de campo e viu-se assim livre do crime.⁴⁶⁷

Segundo Manucci, já três magistrados haviam morrido de forma semelhante na cidade. Mas para terminar a história conta que no leilão da venda dos bens do falecido, comprou uns armários entre os quais, uma secretária. Dentro, encontrou uma folha de papel com um coração pintado, atravessado por uma seta que, segundo diz, lhe sobreviveu como marca de que havia morrido por amor. E observa que «*teria sido melhor se lhe pintassem o retrato com o pescoço partido porque de canalhas naquele ofício [de ouvidor], não é de esperar acções nobres.*»⁴⁶⁸ Para nós é evidente que o papel que Manucci encontrou indicia o que pode ter sido uma armadilha, premeditada, em que o ouvidor foi cair, pois só assim se explica o entusiasmo com que decidiu entrar na casa da viúva, vestido sumptuosamente e a uma hora desapropriada. Ao contar que encontrou o papel com o coração trespassado Manucci está, com certeza, a mostrar-nos o que realmente aconteceu, embora lhe dê como desfecho a marca da morte por amor.

Manucci chegou então a Goa vindo de Damão e, enquanto *vivia nos jardins*, como diz, foi chamado pelo Vice-Rei⁴⁶⁹ que lhe pediu para traduzir uma carta recebida de Aurangzeb o qual, aconselhado pelos seus generais, entre os quais Abdul Aquim (‘Abd-ul-hakim), adoptara uma diplomacia de aproximação ao Vice-rei de Goa já que, segundo este general, que fora general de Sambha Ji, era preferível fazer amizade com os portugueses de Goa do que enfrentar a sua bravura

⁴⁶⁷ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 114-115

⁴⁶⁸ Id., p. 115

⁴⁶⁹ Id., Vol. II, p. 244-245

que ele conhecia bem por já ter sido derrotado por eles.⁴⁷⁰ Aurangzeb escreveu então a Francisco Távora, Conde de Alvor, pedindo-lhe que fizesse guerra a Sambha Ji e oferecendo-lhe todas as terras que ele conseguisse tomar àquele príncipe. Pedia-lhe também que não cedesse passagem ao seu filho rebelde Akbar, que estava com Sambha Ji, nem o apoiasse de qualquer maneira, agradecendo-lhe o grande favor de o capturar se o conseguisse. Ao mesmo tempo, Aurangzeb enviava o seu outro filho, Shah Alam, à frente dos seus exércitos na direcção de Goa mas o seu objectivo era invadir os territórios de Sambha Ji.⁴⁷¹ Manucci aconselha então o Vice-Rei dizendo-lhe que fazer aquela guerra não iria trazer qualquer benefício aos portugueses pois *o mugol* nunca se satisfaria em deixa-los ficar depois de acabar com Sambha Ji. Mas em vez disso, comenta Manucci, o Vice-rei foi envolver-se na guerra com aquele príncipe e desse modo quase veio a perder Goa.⁴⁷² A história do que se passou a seguir é contada por Manucci, na sua versão muito centrada no seu próprio protagonismo, nas observações e comentários que fez e no papel que desempenhou nos acontecimentos e lhe valeu o merecido grau de Cavaleiro da Ordem de S. Tiago.

Curiosamente, o episódio a que as notas históricas mais relevo dão sobre a invasão maharata e a desesperada resistência dos portugueses é o da deposição sobre as relíquias do túmulo de S. Francisco Xavier, mandado abrir para o efeito, do bastão de comando do Vice-Rei⁴⁷³ num acto desesperado do Conde de Alvor para invocar a sua protecção, tendo sido o santo quem assim salvou Goa, segundo a tradição. Dauril Alden, em *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus...*⁴⁷⁴ ..

⁴⁷⁰ Id., Vol. II, p. 243

⁴⁷¹ Maria J. Mártires Lopes refere em «O Império Oriental, 1660-1820», *Nova História da Expansão Portuguesa*, Estampa, 2006, Tomo I, p. 41, existência de relações diplomáticas entre Goa e Agra desde António Melo e Castro, com embaixador residente em Agra, com reconhecimento político do Estado da Índia Portuguesa, e a não oposição por este à anexação de Bijapur pelos mugores, tendo-se associado desde 1683 na luta contra os maharatas e autorizando que Shah Alam e o seu exército atravessassem terras do Estado e ali recebessem mantimentos.

⁴⁷² Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II p. 245; Cf. Mártires Lopes, *O Império Oriental 1660-1820*, 2006, p. 165

⁴⁷³ Morais, *Cronologia geral da Índia Portuguesa*, 1993, p. 177 [tem como referência o P.e Gabriel Saldanha na sua *História de Goa*, 1925]; Avelar, *História de Goa*, 2012, p. 121;

⁴⁷⁴ Dauril Alden, *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750*, Stanford University Press, 1996, p. 202. Cons. parcial em Google Books em Outubro de 2012 em:

http://books.google.pt/books?id=7nVIBhrRb9AC&pg=PA202&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false

cita um cronista jesuita: «A situação para o colonialista tornou-se tão terrível que o Vice-Rei Português, Francisco de Távora, conde de Alvor, dirigiu-se com os apoiantes que lhe restavam para a catedral onde estava a cripta de São Francisco Xavier onde rezaram pela libertação. O vice-rei mandou abrir o caixão e entregou ao corpo do santo o seu bastão, as credenciais reais e uma carta pedindo a sua protecção. A campanha de Sambhaji em Goa foi interrompida pela chegada do exército e marinha Mogores em Janeiro de 1864, obrigando-o a retirar.»⁴⁷⁵ (tradução nossa do texto em inglês, citado por Dauril Alden da crónica de um jesuita).

Manucci ignora totalmente este acontecimento, atribuindo antes ao seu papel e à valentia dos portugueses o salvamento da cidade no que muito contou também a aproximação do exército de Aurangzeb no seu caminho para a tomada do reino de Golconda e na perseguição a Sambha Ji cujos exércitos maharatas eram aliados de Golconda e de Bijapur.

Continuando a seguir o relato de Manucci, a certa altura Akbar⁴⁷⁶ terá achado que era o momento de fazer preparativos de partida para a Persia e mandou um enviado ao Vice-Rei, levando rubis e diamantes para venda e pedindo-lhe que lhe permitisse construir um navio no rio de Goa para a sua viagem. Akbar queria de facto construir o navio mas, sentindo-se em dívida para com Sambha Ji que o havia acolhido, contava, segundo Manucci, poder desembarcar ao mesmo tempo um grande número dos seus homens para tomar Goa de surpresa. Conhecendo bem os truques dos muçulmanos, Manucci aconselhou o Vice-Rei a ter muito cuidado e a verificar quantos homens desembarcavam, pelo perigo que podiam representar para Goa *antes que Sua Excelência se pudesse aperceber*. Na realidade, segundo nos diz, as intenções de Sambha Ji seriam as de conseguir, através de Akbar, pôr homens na ilha para então vir atacar pessoalmente, *uma vez que os homens desembarcados tivessem tomado as melhores posições*. O Vice-rei escutou as palavras de Manucci e deu-se conta que no dia seguinte um grande

⁴⁷⁵ Ibid.

⁴⁷⁶ Akbar, filho de Aurangzeb, revoltou-se contra o pai e aliou-se, com as forças que lhe obedeciam, ao chefe Maharata Sambha Ji. Aurangzeb manteve uma perseguição permanente a Akbar.

número de homens viera dos territórios de Sambha Ji para trabalhar no barco mas que poucos regressavam à noite. Foram então dadas ordens para que todos tinham de regressar e que no dia seguinte, tantos quantos entrassem de manhã, deviam regressar à noite.

Mas entretanto o Vice-Rei, não contente por ter deixado Akbar construir o seu navio, preparava-se ainda para lhe enviar alguns presentes. Manucci, ao saber das suas intenções, «*conteve a língua*» segundo diz. Mas quando viu os preparativos adiantados já não se conteve e, «*apesar da amizade aos seus amigos cristãos*», foi ter com o Vice-Rei e disse-lhe que «*lhe parecia que Sua Excelência não estava a agir com o cuidado suficiente*» pois se «*era sua intenção escrever a Aurangzeb concordando, conforme o seu pedido, em fazer guerra a Sambha Ji, com aqueles presentes ia agir como se tivesse aquele rei em pouca conta. Porque, não contente em ter permitido a Akbar construir o seu barco, ainda lhe estava a mandar presentes o que iria indispor o rei mugol que procuraria uma abertura para atacar Goa por causa dos favores concedidos ao seu filho rebelde*». O Vice-Rei ouviu Manucci com agrado e fez parar os preparativos, não tendo enviado os presentes.⁴⁷⁷

Entretanto, continua Manucci a contar, tendo acabado a construção do barco, Akbar fê-lo transportar para o porto de Vingorla,⁴⁷⁸ a doze léguas de Goa, em território de Sambha Ji. Este, retomando as suas intenções de subjugar Goa, recorreu então a agentes duplos fazendo constar que existiriam grandes tesouros na fortaleza de Pondá,⁴⁷⁹ esperando conseguir que o Vice-Rei saísse de Goa com uma grande força para a conquistar e, cortando-lhe a seguir a retirada, impedindo-

⁴⁷⁷ Manucci, op. cit., reprint, 1981, V II p. 245-246

⁴⁷⁸ Irvine confirma o transporte do barco citando Orme em «*Historical fragments*», ed. 1782, p. 179. Acedemos entretanto à edição de 1805 desta obra na qual os acontecimentos com o barco de Akbar são relatados a p. 125: «*...Sultan Akbar at Bicholin had purchased a ship at Goa which came to Vingorlah*» ao mesmo tempo que é evidenciada a ambiguidade de Akbar na fidelidade a Sambha Ji e no desejo de partir para a Pérsia. Cf. Robert Orme, *Historical Fragments of the Mogul Empire*, Ed. F. Wingrave, in the Strand, 1805, Londres

⁴⁷⁹ A primitiva fortificação de Pondá foi erguida pelas forças muçulmanas de Adil Shah, tendo sido conquistada e destruída pelos portugueses em 1549. Segundo dados genéricos em páginas de informação turística da região, permaneceu em ruínas por mais de um século, até que as forças de Shivaji ocuparam a região, reconstruindo o forte em 1675. Em Outubro de 1683 o Vice-Rei português tentou conquistá-lo, mas sem sucesso devido ao grande número de defensores. No seu interior, existe uma estátua em homenagem a Shivaji, o líder dos Maratas no século XVII.

o de regressar, fazendo-se desta maneira senhor de Goa. Mas estes planos terão sido descobertos por um comerciante francês então em Rajapur o qual terá escrito a Manucci para que este avisasse o Vice-Rei dos propósitos de Sambha Ji cujo exército estava já a caminho. Manucci comenta que *Sua Excelência*, quando lhe deu conta do aviso do comerciante francês, resolveu não lhe dar atenção e adiantou-se com oitocentos soldados brancos e oito mil nativos *konkani*⁴⁸⁰ atravessando para o outro lado do rio e levando oito peças de artilharia pesada.

Mas a guarnição de Pondá defendeu-se até à chegada de Sambha Ji o qual, com os homens de Akbar, atacou as forças do Vice-rei com grande fúria. O Vice-Rei perdeu então o melhor das suas tropas e com o tempo chuvoso a impedir o disparo dos mosquetes, já não conseguiria defender-se e regressar a Goa não fora ter usado obstáculos em madeira para travar o avanço da cavalaria mogul. Mesmo assim, do meio dos *rajputs*⁴⁸¹ houve um que conseguiu aproximar-se e com um golpe de sabre atingiu-o nas costelas. Conseguiu enfim retirar e com grande dificuldade atingiu a margem do rio, voltando a entrar em Goa. Veio então a reconhecer, embora muito tarde, que tinha sido enganado enquanto que em Goa era sentida uma grande mágoa pela perda infrutífera de tantas vidas.⁴⁸²

Goa, entretanto, ficara a ser governada pelo arcebispo D. Manoel de Souza de Menezes, tendo chegado um barco enviado pelo comandante da frota de Aurangzeb que estava de vigia para impedir Akbar de deixar Vingorla trazendo uma mensagem para o Vice-Rei exortando-o a lutar com coragem e que não iria deixar passar muito tempo sem que o viesse ajudar. O arcebispo, porém, não quis receber o enviado e mandou-o dirigir-se ao Vice-Rei e tratar directamente com ele. Manucci, ao corrente de tudo, uma vez que tinha sido o tradutor das cartas, não quis abandonar o Vice-Rei em tal momento para que não existisse qualquer razão de queixa contra ele. Pediu então autorização *a Sua Senhoria* o qual, com grande dificuldade, lhe assegurou um barco para se deslocar ao encontro do Vice-

⁴⁸⁰ Konkani ou Concanin, naturais de Konkani ou Conção, uma região nos territórios maharatas, estreita faixa de terra entre os Gates e o mar, de que Goa também faz parte.

⁴⁸¹ Os *rajputs* eram parte de uma classe de poderosos senhores das terras que chefiavam clãs que dominavam certos territórios. Os *rajputs* constituíam a base das forças militares. In: Chandra, op. cit., 2007, p. 44

⁴⁸² Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II, p. 246-247

Rei do qual ainda não se sabia em Goa da *situação miserável* por que estava a passar.⁴⁸³

Manucci partiu então mas, não sabe porquê, o arcebispo emitiu uma ordem para que os guardas colocados no rio o detivessem. Assim, enquanto «*tirava dinheiro da sua bolsa para ajudar e servir os cristãos contra o poder dos mugores*», aqueles davam-no como traidor, persuadindo o arcebispo de que levava consigo quinhentos maharatas para cortar a retirada do Vice-Rei e evitar o seu regresso a Goa. Manucci nota que o capitão dos guardas sabia bem da sua inocência pois quando se aproximou dele, não levava consigo mais do que um criado. Mas apesar disso, as ordens do capitão eram rigorosas pelo que o deteve de uma forma civilizada mas sem lhe comunicar o seu teor, embora Manucci percebesse, pela forma como estava a ser tratado, que existiam suspeitas sobre os seus actos. Por essa altura, entretanto, era visível a chegada de vários barcos carregados de mortos e feridos, prova de que Sambha Ji havia derrotado o Vice-Rei.⁴⁸⁴

Mas os boatos e as suspeitas continuaram com o rumor de que o recém-chegado não era um enviado, mas o próprio Sambha Ji, o que fez com que as pessoas já se tivessem posto à sua procura para o chacinar tal fora a aceitação desta historia, «*tal é a força do medo quando se apodera das pessoas que noutras condições são de bom senso*» comenta Manucci. Mesmo que quisesse, continua, não podia tomar como brincadeira a maneira como o arcebispo o tratara nem o enviado podia tomar a forma como era recebido como uma brincadeira, pois ao quererem faze-lo mais importante do que era, colocavam-no em risco de perder a cabeça. Assim, ao aperceber-se do que se estava a passar, Manucci esforçou-se por convencer as pessoas de que não o deviam matar, mas prendê-lo sòmente, e assegurou-lhes que aquele enviado não era Sambha Ji, mas um vulgar mugol, como de facto era. E se o tivessem morto, também ele Manucci estaria em grande perigo de vida por nada mais do que tentar ajudar *sua Excelência* quando o dito

⁴⁸³ Id., p. 247

⁴⁸⁴ Id., p. 248

enviado chegara.⁴⁸⁵

«*Graças a Deus que o Vice-Rei acabava por fim de chegar*» continua Manucci, embora também viesse persuadido de que o homem era Sambha Ji em pessoa, mas assim que Manucci falou com ele, assegurou-lhe que, mesmo que o fosse realmente, nenhuma violência poderia cometer pois que ele, Manucci, ficaria perto quando as cartas lhe fossem apresentadas. Conduziu então o enviado à presença do Vice-Rei, que estava ainda mal refeito do susto porque passara e, tomando ele próprio as cartas das mãos do enviado, que trazia com ele apenas dois criados, apresentou-as a *Sua Excelência* que se apercebeu então do grande erro em que toda a ilha estivera alvoroçada.⁴⁸⁶

Sambha Ji, continua Manucci, falhara o seu objectivo na luta com o Vice-Rei pois se tivesse conseguido ocupar a margem do rio teria sido fácil chacinar toda a gente e tomar Goa com facilidade. Ao mesmo tempo a tentativa do chefe maharata não deixou de ser bem-sucedida pois após a derrota das forças portuguesas, apoderou-se das terras de Salsete e Bardes entre as quais se situa a ilha de Goa, tendo travado ainda duros combates para tentar desembarcar homens na ilha.⁴⁸⁷ No entanto, segundo Manucci, os portugueses resistiram com valentia, sobretudo os padres agostinhos que se encontravam numa passagem para a qual Sambha Ji dirigira o principal das suas forças.⁴⁸⁸

Vendo então que pela força das armas não conseguiria a conquista, Sambha Ji adoptou a via habitual no Hindustão, a do engano, segundo Manucci. Colocou Akbar, como mediador, a enviar uma carta ao Vice-Rei em que lhe dizia que, estando de partida para a Persia, e como amigo dos dois lados, queria restabelecer a paz e a amizade entre Sambha Ji e os portugueses. Pedia-lhe pois que lhe enviasse alguém de confiança capaz de levar uma negociação a bom

⁴⁸⁵ Id., p. 248

⁴⁸⁶ Ibid.

⁴⁸⁷ Segundo o Pe M. J. Gabriel Saldanha, em *História de Goa* (2 volumes), Livraria Coelho, 1925, Nova Goa, p.174, a hoste de 20.000 homens dos maharatas liderados por Sambhaji impôs às forças portuguesas pesadas derrotas nas batalhas junto aos Fortes de Santo Estevão (na ilha homónima, junto à ilha de Goa, na foz do Mandovi) e de Mormugão (que protegia Goa a Sul, do lado oposto do rio Zuari).

⁴⁸⁸ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II p. 249

termo, com satisfação de ambas as partes.⁴⁸⁹ O Vice-Rei encarregou então Manucci da negociação para o que, sendo ele um estrangeiro, achou melhor levar consigo um sacerdote e um leigo, ambos portugueses, para darem testemunho dos seus actos e palavras. Tornou claro ao Vice-Rei que eles nunca o conduziriam a Akbar, mas sim a Sambha Ji em vez dele, perguntando-lhe o que deveria fazer nesse caso. O Vice-Rei disse-lhe que em nenhuma circunstância desejava que ele abordasse Sambha Ji, tendo Manucci saído de Goa com instruções claras quanto a este aspecto.⁴⁹⁰

Mal entrou em território de Sambha Ji, quiseram leva-lo à sua presença e não a Akbar, tendo de imediato Manucci declarado que não iria, que mais depressa perderia a cabeça do que procederia contra as ordens que tinha recebido. Akbar ao saber disto nomeou então Durga Das⁴⁹¹ para o representar nas negociações com Sambha Ji. Nessas condições, Manucci acedeu, pois sabia que senão o fizesse, acabaria na mesma por ser levado a ele à força.

Chegaram à presença de Sambha Ji que recebeu Manucci com grande polimento, aproveitando para fazer queixas amargas sobre ter o Vice-Rei declarado guerra contra ele apesar das ordens em contrário do Rei de Portugal para que mantivesse a paz com os seus vizinhos e enumerou muitas outras coisas contra o Vice-Rei enquanto falou.⁴⁹² Contou-lhe ainda ter, com a sua própria espada, que mostrou, decapitado o seu comandante devido à sua deslealdade. Finalmente deu-lhe licença para partir mas acrescentou, uma vez que, segundo via, o Vice-Rei não lhe mandava um enviado pessoal, seu, era ele, Sambha Ji que tomava a iniciativa de lhe enviar um e mostrar assim o quanto era seu desejo manter a paz com os Portugueses. Tomando um dos seus oficiais pela mão, disse-lhe: *«Este é o homem que eu pretendo mandar; é o guardião da minha casa do tesouro»*. Então, agarrando a mão de Manucci, trouxe o homem para junto de si e disse que estava a dar ao Vice-Rei muita honra, pois aquele era o principal dos

⁴⁸⁹ Id., p. 249

⁴⁹⁰ Ibid.

⁴⁹¹ Segundo Irvine, Durga Das era um oficial da guarda de Sambha Ji, responsável pela segurança do seu filho Ajit Singh (Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II p. 249, nota de fim de página)

⁴⁹² Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II p. 250

seus favoritos. A seguir, mandou Manucci embora, entregando-lhe dois lenços de fio de ouro.⁴⁹³

À noite, o enviado indicado por Sambha Ji veio visita-lo informando-o que pretendia desembarcar na ilha com mil ou pelo menos quinhentos homens da sua guarda, levando também sete cavalos, para mostrar a sua posição, insistindo muito nesta pretensão e suplicando com fervor para que o Vice-Rei lhe garantisse esse tratamento honroso. Mas Manucci, segundo conta, mostrou uma indiferença total, dizendo que estava na mão do Vice-Rei conceder-lhe ou não o que ele pedia e que iria submeter o seu pedido *perante Sua Excelência*, mas que os cavalos não seriam necessários pois que sendo a fortaleza bastante perto, nem sequer poderiam subir até lá.⁴⁹⁴

Manucci, antecipou então o que seriam na verdade as intenções do enviado, acreditando que ele queria trazer um grande número de homens para Goa onde não havia guarnição suficiente para defender todas as posições e ao apresentar o seu cortejo ao Vice-Rei, seria então muito fácil levar a cabo os seus objectivos. Iria pois, segundo acreditava, com o intuito fixo de assassinar o Vice-Rei mas ocultando as suas intenções ao apresentar-se perante ele. Assim que o conseguisse, alguns dos seus homens saltariam para os cavalos e carregando, lançariam o terror sobre os habitantes, pondo tudo em desordem. Então, Sambha Ji teria tempo para desembarcar as suas forças sem dificuldade e capturar Goa que ficaria assim indefesa.⁴⁹⁵

Voltou para Goa e relatou ao Vice-Rei o que se estava a passar e o que acreditava serem as intenções prováveis de Sambha Ji, sendo sua opinião que o Vice-Rei, por enquanto, não deveria receber o enviado em audiência na câmara real, mas sim na fortaleza de Daugim, a qual estava bastante perto do mar e que deviam ser colocados guardas bem fortes para impedir o enviado de levar a cabo os seus planos.

⁴⁹³ Id., p. 250

⁴⁹⁴ Ibid.

⁴⁹⁵ Id., Vol. II p. 250-251

Apesar de alguma dificuldade em fazer o que Manucci preconizava e reconhecendo, apesar de tudo, que este estava familiarizado com as manhas das gentes do Hindustão, o Vice-Rei fez conforme ele o aconselhara. Manucci regressou então para dizer ao embaixador que podia vir, mas não levando consigo mais do que três barcos para que não pudesse vir muita gente e protestando pela falta de cuidado do embaixador em, mesmo assim, querer trazer tanta gente, o que poria os barcos em risco de se afundarem. Este ficou furioso porque com um número pequeno de homens não teria condições para levar a cabo o seu plano, pelo que já queria desistir da vinda. Mas Manucci encorajou-o e trouxe-o à fortaleza, onde as coisas estavam preparadas de modo a que não mais do que sete pessoas pudessem entrar com ele e acabaram por ser recebidos pelo Vice-Rei com grande pompa.⁴⁹⁶

O enviado, sem se desmascarar durante a audiência, não apresentou qualquer declaração acerca dos termos da paz, afirmando ser a sua vinda para nada mais do que saber se *os senhores portugueses queriam realmente fazer as pazes e se iriam pagar tributo ao seu príncipe*. O Vice-rei respondeu então que queria a paz mas que não pagaria qualquer tributo. O enviado delarou que levaria essa resposta ao seu príncipe e despediu-se, nada contente por não ter sido capaz de se engrandecer através do golpe de traição e assassínio que congeminara. *Porque entre eles, segundo Manucci, esta forma de fazer as coisas é prova de grande valor.*⁴⁹⁷

Embora as negociações de paz tenham prosseguido, não se chegou a um cessar fogo pois Sambha Ji continuou a dar combate a Goa com todo o vigor e receava-se que a qualquer momento pudesse desembarcar as suas tropas na Ilha. O Vice-rei pensou então que alguém devia ir à frota mugol, nessa altura ao largo de Vingorla, pedir ao almirante que navegasse até à vista de Goa o que levaria Samba Ji, já então em Salsete e em Bardes, a ter algum receio. Mas o mais importante era conseguir encontrar alguém que se dispusesse a fazê-lo pois, por mais que quisessem, não se encontrava quem estivesse disposto a assumir o risco

⁴⁹⁶ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II p. 251

⁴⁹⁷ Ibid.

da vida pela causa pública, acabando o Vice-Rei por pedir a Manucci, dada a sinceridade com que havia feito o seu melhor até então, que prestasse aquele serviço em nome da cidade que se encontrava em tão triste situação.⁴⁹⁸

Manucci aceitou ir e à partida de Goa, D. Rodrigo Costa,⁴⁹⁹ comandante da esquadra naval, disse-lhe que ele ia a caminho da sua perdição. Mas para Manucci, «*Deus quis mostrar como tinha cuidado com a sua pessoa e na escuridão de uma manhã, viu-se com o seu barco no meio de trinta e sete galiotas de Sambha Ji.*»⁵⁰⁰ Quando os do seu barco se aperceberam que a frota não era a dos mugores, mas a de Sambha Ji, ficaram muito aflitos e já o dono do barco e alguns marinheiros queriam saltar para o mar. Mas Manucci manteve firme o seu mosquete, o que os assustou, dizendo-lhes que o primeiro que se mexesse era um homem morto e que se eles se pusessem a trabalhar com todas as suas forças, lhes daria quinhentos *xerafins* (*asharfis*, moeda de ouro) logo que chegassem a Goa, além de algumas peças de ouro que entretanto lhes distribuiu. Então, como o homem que guiava o leme era muito habilidoso, fingiram que faziam parte daquela frota até conseguirem seguir à frente de todas a galiotas e num surto, afastaram-se dos inimigos que logo iniciaram a perseguição na esperança de os capturarem.⁵⁰¹ Mantendo-se naquele rumo, depressa chegaram à frota mugol e Manucci pode cumprir as suas instruções. Mas o comandante respondeu que não podia afastar-se de Vingorla com receio de que o príncipe Akbar pudesse escapar-se e Manucci achou que pusera afinal a sua vida em risco para nada. Apesar de tudo, regressou a Goa por outro caminho e informou que a frota mugol já vinha a caminho para dar apoio contra Sambha Ji, esperando conseguir assim dar alento e resolução para continuarem a guerra com toda a coragem.⁵⁰²

Poucos dias depois do regresso de Manucci a Goa, os portugueses estiveram em grande perigo pois o Vice-Rei, por falta de homens e de tudo o

⁴⁹⁸ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II p. 251-252

⁴⁹⁹ Segundo Irvine, D. Rodrigo Costa era o Capitão-Geral da armada de galeões e veio a suceder ao Conde de Alvor como Governador em Dezembro de 1686, morrendo em Junho de 1690. Cf. op. cit. Vol. II, p. 252, nota de fim de página

⁵⁰⁰ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II p. 252

⁵⁰¹ Ibid.

⁵⁰² Id., p. 252-253

mais, desguarneceu a pequena ilha de S.to Estêvão que tinha um castelo apetrechado com morteiros. Sambha Ji, que tinha espiões em todo o lado, enviou então uma força de quatro mil homens pelas 10:00h da noite de 25 de Novembro de 1683, na maré baixa, os quais, sem sofrerem qualquer perda, entraram e decapitaram toda a guarnição, disparando depois vários morteiros para avisar Sambha Ji e o seu exército que tinham tomado o lugar. Foi grande o clamor que correu por Goa.⁵⁰³

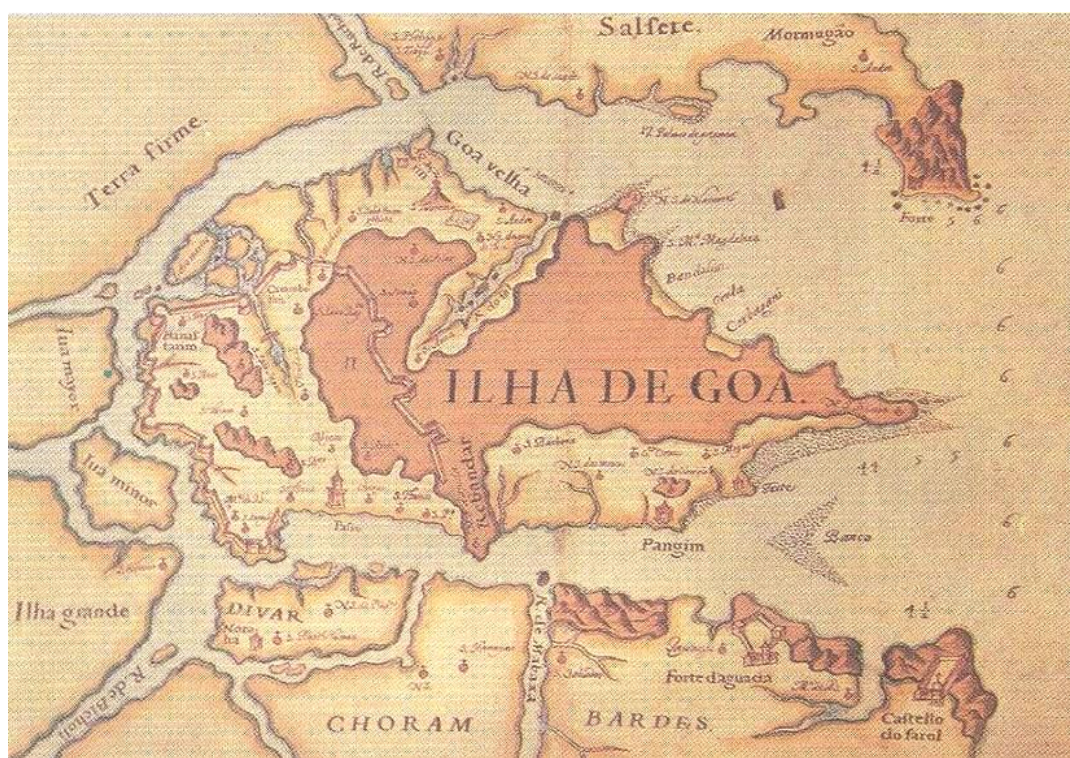


Fig. 19: A Ilha de Goa, reprodução de gravura de P. Barreto Resende

No dia seguinte o Vice-Rei, contra o parecer de D. Rodrigo da Costa, quis reocupar o local com uma força de 150 homens. D. Rodrigo preferia manter artilharia a defender a entrada dum ponte para prevenir alguma surtida e patrulhar o rio com barcos pequenos para evitar alguma tentativa de invasão da cidade e obrigar os que estavam em S.to Estêvão a render-se. Mas o ataque do Vice-Rei à fortaleza ocupada foi infrutífero, sendo obrigado a retirar e só tendo

⁵⁰³ Idem, p. 253; Cf. Morais, *Cronologia Geral da Índia Portuguesa*, 1983, p. 177: «A 24 de Novembro o marata Sambaji ataca a ilha de Sto. Estêvão, toma o forte, ameaça a cidade de Goa e cerca Rachol, Tivim e Chaporá».

tempo para o fazer, ele e D. Rodrigo, graças a reforços entretanto chegados e a um missionário, «*Frey Pedro da Sylveira, um agostinho e grande amigo*», o mesmo que já havia defendido a travessia anteriormente. Ao ver que o Vice-Rei estava em grande perigo, simulou a existência de um corpo de tropas perto da ponte juntando *caffres*, serviçais e ajudantes a quem ordenou que apanhassem a cana de açúcar de um campo próximo, juntando-os em fila e fazendo soar alguns mosquetes o que levou o inimigo a pensar que seriam reforços que chegavam pelo que renunciou a perseguir o Vice-Rei o qual conseguiu assim reembarcar mas com grande perda de vidas entre homens que se enterravam no lodo e ficavam ao alcance das setas e dos tiros inimigos e outros que se afogavam ao tentar escapar. Na fuga, o Vice-Rei e D. Rodrigo abateram os seus cavalos para que não ficassem em poder do inimigo tendo o Vice-Rei sido ferido ligeiramente com um tiro num braço.⁵⁰⁴

Sambha Ji estava assim na posse de Sto Estêvão e já muito perto de Goa. O Vice-rei resolveu mandar então uma embaixada para ver se conseguia obter a paz e Manucci sentiu-se obrigado a ir novamente ao encontro de Sambha Ji. Mas à chegada, deu com um espião então ao serviço daquele príncipe que lhe contou uma versão fiel das últimas notícias, ficando a saber que o exército de Shah Alam já estaria muito perto. Isto foi o suficiente para que Manucci não prosseguisse com as negociações e voltasse a Goa para aconselhar o Vice-Rei, dizendo-lhe que a libertação de Goa estava agora ao alcance com a ajuda de Shah Alam. Ficou então em Goa para as negociações com aquele príncipe assim que ele chegasse, sendo em seu lugar enviado a Sambha Ji o padre agostinho Manuel Saraiva. No entanto os combates prosseguiram com grande energia e ainda bem para os portugueses, comenta Manucci, que Sambha Ji nunca tivesse sabido ao certo como eram escassas as forças existentes na ilha, pois se o soubesse tinha levado a cabo a totalidade dos seus propósitos.⁵⁰⁵

Manucci não sabia se era por falta de cuidado ou verdadeiramente por falta de gente que os navios que estavam de guarda não tivessem mais do que

⁵⁰⁴ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II p. 253-254

⁵⁰⁵ Id., p. 254

sete ou oito homens em cada. Tendo acompanhado o Vice-Rei numa ronda aos navios,⁵⁰⁶ encontraram os oficiais quase todos a dormir. Em vez de serem interpelados quando se aproximavam, tinham de acostar para ver se estava alguém nos navios onde, sem saberem que era o Vice-Rei que ali vinha, os homens davam respostas malcriadas. Nalguns navios nem sequer se encontrava um único oficial e para grande espanto, ao chegarem ao forte oposto à barra, foi necessário bater à porta e fazer barulho durante algum tempo até que finalmente aparecesse um soldado o qual lhes disse serem apenas onze os homens da guarnição que ali estavam. E este forte era da maior importância, bastando apenas a Sambha Ji toma-lo para ficar na posse de Goa sem dificuldade. O Vice-Rei, zangado com as respostas, insistiu então em saber por que razão não apareciam os homens da guarnição tendo um soldado respondido que *«não estava ali mais ninguém senão um rapaz que pastava as cabras»*.⁵⁰⁷

A descção de Manucci sobre este episódio parece-nos pouco clara apesar da nossa tentativa de a tornar mais coerente, superando possíveis problemas de tradução. Relewa dela, no entanto, a idéia geral que Manucci quer transmitir, a de que o forte estava desguarnecido, a guarnição era descuidada e dava desculpas sem sentido e pouco respeitosas, conforme sintetiza nos comentários finais a este episódio: *«E era aquele o estado de preparação em que foram encontrar os navios e o forte numa altura em que Sambha Ji fazia tudo o que podia para capturar a cidade que sempre tinha permanecido a glória dos portugueses»*, exclama Manucci, observando que desta maneira se podia julgar *«a pouca conta em que era tida a coragem de soldados veteranos como os de Sambha Ji ou então, de como, cheios de confiança em si próprios, os portugueses imaginavam que o seu mero nome manteria o inimigo à distância»*. Ou, admite ainda Manucci, *«podia ser que na realidade não existissem tropas disponíveis»*. Em todo o caso, acrescenta, aqueles que estavam ao seu serviço pareciam não estar muito preocupados em saber se viviam sob o governo do Rei de Portugal ou

⁵⁰⁶ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II p. 255

⁵⁰⁷ Id., p. 255

o de Sambha Ji.⁵⁰⁸

Entretanto Aurangzeb tinha recebido a resposta do Vice-Rei que permitia a livre entrada pelo rio à sua frota que vinha de Surrate com abastecimentos para o exército do seu filho Shah Alam e ordenara ao príncipe que avançasse quarenta e cinco mil cavaleiros em direcção a Goa, atravessando o reino de Bijapur. Na opinião de Manucci, teria instruções para capturar a ilha de Goa de forma traiçoeira para daí invadir os territórios de Sambha Ji.⁵⁰⁹

Shah Alam, na sua progressão, veio tomando vários fortes de Sambha Ji e chegou perto de Goa a tempo de libertar então a ilha das mãos daquele príncipe o qual, perante a chegada da esquadra mugol, e depois de tudo tentar para tomar a Ilha antes da chegada de Shah Alam, viu-se obrigado a levantar o acampamento e a retirar. Terá tentado no entanto fazer explodir os moinhos de Sto Estêvão já que não os podia levar, o que não conseguiu completamente.⁵¹⁰

À sua chegada, Shah Alam⁵¹¹ mandou um enviado ao Vice-Rei, mas que se ficou apenas pela margem do rio. *Sua Excelência* enviou então Manucci a falar com o enviado, que não lhe era estranho e que identificou pelas relações familiares na corte mugol. Depois das saudações, em que Manucci notou uma atitude menos respeitosa do que esperava e manteve por isso algum distanciamento, o mugol fez saber do seu palanquim que os portugueses estavam perante a grande obrigação para com Shah Alam de os ter libertado de Sambha Ji, pelo que «*seria melhor começarem já a contar os milhões que teriam de*

⁵⁰⁸ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II p. 255

⁵⁰⁹ Id., p. 255-256

⁵¹⁰ Id., p. 256

⁵¹¹ Shah Alam, filho de Aurangzeb, virá a ser Muazzam Bahadur Sha, o novo imperador mugol, a partir de 1707 (1707 a 1712) com a morte do pai e derrotados que irão ser os príncipes Azam e Kambaksh, seus irmãos. Na altura dos acontecimentos relatados, Aurangzeb movimentava os seus exércitos numa estratégia que visava conquistar o Decão e que passou por dominar os maharatas, ocupar o reino de Vijapur e submeter Golconda. Nesta estratégia, Goa ocupou apenas o papel de aliado, objecto de negociação diplomática para a deslocação dos exércitos mugores pelo território e permitir o seu abastecimento pelo mar. Daí que Shah Alam não se mostrasse muito preocupado em ocupar Goa como era receio de Manucci. Com efeito, o exército de Shah Alam foi a seguir juntar-se ao de Aurangzeb em Ahmednagar para invadir os reinos do Decão. Diversos autores consultados sobre a história da Índia e dos mugores não destacam a passagem por Goa que é secundária em relação à movimentação em direcção a Golconda e à aniquilação de Sambha Ji, esses sim, os factos importantes que marcam os acontecimentos na Índia nesta altura.

pagar.»⁵¹² Shah Alam, ao saber da forma infeliz como decorrera este primeiro encontro, achou que o seu enviado não soubera comportar-se devidamente para com Manucci na sua qualidade de representante do Vice-Rei e substituiu-o por um amigo de Manucci, chamado Miraxam, ou Mir A'zam, com propósitos reconciliadores. Este, ao encontrar-se com Manucci, pôs-se de pé e abraçou-o, dizendo-lhe que Shah'Alam o convidava à sua presença. Manucci conduziu então o enviado à pequena ilha de Manuel de Mota⁵¹³ onde lhe proporcionou uma boa noite e no dia seguinte levou-o ao Vice-Rei que estava na fortaleza de S. Tiago, perto da terra, onde foi apresentada a carta de Shah'Alam.

Manucci dá grande importância aos pormenores dos rituais entre as personalidades, demorando-se com detalhe na sua descrição, do que apenas damos conta resumidamente. Mas de facto, trata-se de aspectos que não devem ser tidos em menor consideração nos países da Ásia em que os demorados procedimentos protocolares acompanhados com a oferta de presentes muito apreciados pelos governantes, os portugueses cedo aprenderam na forma como exerceram uma acção diplomática com sucesso em toda a Ásia. A. R. Disney refere esta dimensão da actuação dos portugueses em *A History of Portugal and the Portuguese Empire*,⁵¹⁴ embora esse tipo de comportamento não transpareça muito nas descrições que Manucci faz sobre as suas atitudes.

Shah Alam, na sua carta, pedia primeiro que lhe fosse entregue «o seu antigo criado, Hakim Niculao». Depois, sabendo que havia sido dada autorização para entrada dos navios de abastecimento no rio, pedia a confirmação do cumprimento dessa promessa uma vez que os navios ainda não haviam chegado.

⁵¹² Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II p. 256

⁵¹³ Manoel José Gabriel Saldanha, na sua *História de Goa: (política e arqueológica)*, Asian Educational Services, 1925, a p. 375 descreve o Concelho das Ilhas como compreendendo as de Tissuári ou de Goa, Chorão, Divar, Capão ou Vauxim, Acaró ou Motta, entre outras. Seria talvez esta última a que Manucci se refere. In: *Google Books* [Em linha], [Consult. extracto da obra em Junho de 2013]. Disponível parcialmente em: http://books.google.pt/books?id=pEbxPhPod9IC&pg=PA375&dq=ilha+manuel+mota+goa&hl=pt-PT&sa=X&ei=reTGUaXTLaiL7Abw_YDQBg&ved=0CDAQ6AEwAA#v=onepage&q=ilha%20manuel%20mota%20goa&f=false

⁵¹⁴ A. R. Disney, «Escalating Diplomacy», in *A History of Portugal and the Portuguese Empire*, Vol. II, Cambridge University Press, Reprint, 2009, Nova Iorque, p. 137-144.

A isto o Vice-Rei respondeu que sim mas que a rota a seguir pelos navios devia ser através do outro rio, o de Bardes e não o de Goa. Mas tendo o enviado insistido em que fosse através do de Goa *como prometido a Sua Majestade*, o Vice-Rei respondeu que o assunto seria tratado com Manucci a quem iria enviar a *Sua Alteza* como seu representante.⁵¹⁵

Enquanto esta discussão tinha lugar, a frota, que estava na embocadura do rio, continuava a subir sendo disso informado o Vice-Rei, alertando entretanto Manucci a D. Rodrigo da Costa que era a altura de mostrar coragem e energia, tendo de ser afastada a frota, sem demora.⁵¹⁶ D. Rodrigo correu então para o local e soube que por falta de cuidado do comandante do Forte de Aguada, umas cinquenta galiotas já haviam entrado e estavam perto do Forte dos Reis. Ordenou então o disparo imediato de três canhões para as intimidar e fazer recuar vindo os mugores a responder que eram amigos e que vinham sob a prometida protecção do Vice-Rei devendo o fogo ser suspenso pois não era maneira de receber amigos. Entretanto o forte da Aguada soube que o Forte dos Reis se recusara a dar passagem e também fez vários disparos a fim de prevenir o resto da frota a qual estaria a prosseguir de acordo com as suas intenções iniciais. «*Assim terá sido Goa salva desta vez pois sem dúvida teria sido perdida se a frota entrasse*» acredita Manucci.⁵¹⁷ Umhas vinte e cinco galeotas que já estavam no interior refugiaram-se então atrás do Forte dos Reis no rio Nerul onde permaneceram até novas ordens de Shah Alam, vindo no entanto a pilhar a costa levando bens, mulheres e raparigas que encontraram.

Manucci partiu no dia seguinte para o acampamento de Shah'Alam e descreve-nos a forma calorosa como foi recebido, a escolta que lhe proporcionaram para sua segurança e o detalhe das conversas descontraídas com o príncipe e os seus familiares, no dia a seguir à sua chegada, sempre à volta do tema do seu regresso ao serviço de Shah Alam, por todos desejado.⁵¹⁸

⁵¹⁵ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II p. 257

⁵¹⁶ Ibid

⁵¹⁷ Id., p. 257-258

⁵¹⁸ Id., p. 258-260

Abordaram então a questão da subida do rio pela frota mugol onde Manucci não transigiu, em nome do Vice-Rei – descreve-nos com todo o detalhe a argumentação que ia sendo deduzida de ambas as partes - acabando por acordar que os barcos subiriam, não por Goa mas por outro rio para o que o Vice-Rei iria disponibilizar gente para guiar o percurso das embarcações. Shah Alam ordenou então que as vinte e cinco galeotas ancoradas atrás do Forte dos Reis voltassem para trás o que foi cumprido de imediato com o envio de um mensageiro ao comandante da frota o qual acompanhou Manucci, ao mesmo tempo que este cedia a Shah Alam homens com a missão de servirem de guias por terra até à embocadura do rio de Bardes.⁵¹⁹

Regressado a Goa, contou ao Vice-Rei o resultado das negociações tendo este ficado muito reconhecido pela forma como Manucci as conduziu e por estarem livres do perigo de perder a ilha. Contudo, Shah Alam obrigara Manucci a prometer que regressaria no dia seguinte, às duas horas, mas como o Vice-Rei quis mandar também uma carta ao príncipe, Manucci teve de atrazar a partida o que se traduziu numa ordem de Shah Alam para assolar Bardes ao ver que ele não aparecia como prometido, só mandando parar quando Manucci foi visto a chegar. Foi novamente bem recebido pelo príncipe, mas protestou pela pilhagem de Bardes sendo eles amigos afinal, ao que o príncipe terá sorrido dizendo que *«teria ainda sido pior para os habitantes se ele não tivesse aparecido»*.⁵²⁰

Manucci manteve-se então na companhia de Shah Alam o qual se dirige a Vingorla que capturou com toda a facilidade pois entretanto Akbar fugira para o Rajapur enquanto a frota mugol lhe incendiava o barco, e conseguindo, com a ajuda de mercadores franceses, chegar à Pérsia onde obteve refúgio. Segundo Manucci, Aurangzeb não terá gostado e quis obrigar o rei Suleimão a entregar-lhe o filho mas foi dissuadido pelos seus conselheiros pelo risco de uma retaliação persa.⁵²¹

⁵¹⁹ Id., p. 260

⁵²⁰ Id., p. 261

⁵²¹ Id., p. 261-262

Ao fim de uns dias chegaram ao acampamento de Shah Alam os embaixadores portugueses João Antunes Portugal⁵²² e Manuel de Santos Pinto trazendo presentes vistosos e peças de tecidos chineses ornamentados, corais, seis pequenas peças de artilharia e variados objectos de valor apreciável. Foram muito bem recebidos, sendo-lhes oferecidos conjuntos de robes e duas mil rupias a cada um, e para o Vice-Rei, um cavalo ajaezado, uma adaga cravejada de pedras preciosas, uma garrafinha de essência de rosas e um *firmão* de honra. Nesta altura Manucci já não estava na posição de intérprete, papel esse que cabia agora a um outro europeu. Mas ao assistir à leitura e tradução das condições apresentadas pelo Vice-Rei, levantou um incidente sobre a tradução parecendo-lhe que o intérprete deturpara gravemente uma das condições o que podia dar abertura a que Aurangzeb pudesse ocupar a Ilha. Foi no entanto repreendido por Shekh Muhammad, um dos homens de confiança de Shah Alam, que achava que ele não tinha de intervir nos assuntos reais nem era assunto dele actuar como agente dos interesses portugueses, dando-se uma acalorada discussão que foi ouvida pelo príncipe o qual acabou por mandar calar o homem ao mesmo tempo que tranquilizava Manucci, dizendo-lhe que não tocaria nos portugueses.⁵²³

Tendo Manuel de Santos Pinto regressado a Goa para dar conta ao Vice-rei das negociações, voltou com a proposta de atribuir a Manucci ou a condecoração da Ordem de S. Tiago ou o senhorio de uma aldeia com o seu rendimento anual de mil xerafins.⁵²⁴ Manucci não quis aceitar mas acabou por concordar com a sua investidura como cavaleiro da Ordem de S. Tiago com todas as honras e direitos que a mesma conferia e de que transcreve o certificado.⁵²⁵

⁵²² João Antunes Portugal, foi capitão de Mombaça, mencionado em vários actos na década de 1680 in: J. F. Judice Biker, *Collecao de Tratados e Concertos de Pazas Que O Estado de India Portugueza Fez Com Os Reis e Senhores Com Quem Teve Relacoes Nas Partes de Asia e Africa Oriental*, Asian Educational Services, [Em linha] 1995, [Cons. Junho de 2013]. Disponível em: http://books.google.pt/books?id=NWaWrbVqRcAC&dq=Jo%C3%A3o+Antunes+Portugal++india&hl=pt-PT&source=gbs_navlinks_s

⁵²³ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II p. 262-263

⁵²⁴ Id., p. 263-265

⁵²⁵ Irvine investigou as ordens militares de *Santiago de Cristo* e *de Avis* que no sec. XVII eram atribuídas a nobres ou por serviços importantes. De 1667 até 1683 o Rei Afonso VI tinha sido dado como incapaz de governar por doença mental, sendo o seu irmão D. Pedro o regente do Reino, e Rei, com o nome de D. Pedro II, por morte do irmão em Setembro de 1683, mas a notícia deste facto só podia ter chegado à Índia uns meses depois. A redacção do certificado

A partir desta altura, Manucci foi adoptando várias estratégias para se libertar do serviço de Shah Alam, começando por tentar regressar com o embaixador português a Goa mas sem o conseguir pois este, em vez de esperar por si na sua galeota como combinado, terá ido divertir-se na feitoria holandesa,⁵²⁶ o que permitiu que os homens de Shah'Alam enviados à sua procura ainda o encontrassem e novamente o escoltassem para junto do príncipe. Este acabou por transigir relutantemente em deixa-lo ir a Goa buscar os seus pertences mas sob o compromisso de honra de regressar, acedendo ainda a mais um pedido de Manucci, de levar para Goa um barco carregado de trigo para acudir à grande fome que grassava na ilha. Em Goa despediu-se dos amigos e do Vice-Rei que mostraram grande satisfação por ter conseguido o favor do príncipe e por permitir aos mercadores a realização dos seus negócios, voltando a seguir para o *campo real* onde o príncipe o esperava com grande impaciência.⁵²⁷

4.8. Manucci acompanha Shah Alam. Fuga e regresso a Golconda. Fuga novamente, para Madras

Manucci não teve então outro remédio senão acompanhar a movimentação de Shah Alam e descreve os acontecimentos porque passou a seguir, a travessia das montanhas, as doenças que dizimaram homens e animais e o avanço em marchas forçadas pelo reino de Bijapur ao encontro do exército de Aurangzeb em Ahmednagar, em Maio de 1684.⁵²⁸ Em Malquer (ou Malkhed), na

transcrito por Manucci está conforme com estes dados não os contrariando. Embora em Janeiro de 1684 D. Pedro já fosse rei, a condecoração é outorgada como regente uma vez que a notícia da sua entronização ainda não teria chegado a Goa. Manucci transcreve os termos do certificado datado de 9 de Janeiro de 1684, emitido em seu nome, com a descrição dos serviços prestados nas negociações, a fidelidade e zelo demonstrados e outorgado por representação de D. Pedro, regente do Reino de Portugal, através do Vice-Rei Francisco de Távora, Conde de Alvor, seu Conselheiro de Estado, Vice-Rei e Capitão-Geral da Índia

⁵²⁶ É a única vez, na estadia em Goa, que Manucci se refere aos holandeses. Sobre a feitoria holandesa, a única referência que encontramos foi a da utilização do porto de Vingorla próximo para abastecimento dos seus navios, em território de Bijapur, nos anos 30 de Seiscentos, in: Benjamin Nicolaas Teensma, «O bloqueio da Barra de Goa por Jacob Cooper, de 9 de novembro de 1636 até 2 de maio de 1637», Revista *Navigator* 18, [Em linha], [Consult. em Maio de 2013]. Disponível em revistanavigator.com.br/navig18/art/N18_art1.pdf

⁵²⁷ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II p. 265-268

⁵²⁸ Idem, p. 269-270

fronteira com Golconda, localidade onde se juntaram as forças de Aurangzeb, de Shah Alam e de Mauzim, o outro filho de Aurangzeb, Manucci entrou em contacto com o persa Mohamed Ebraim, general e ministro de Golconda, que lhe veio a facilitar a fuga, que Manucci encenou com muito cuidado através de várias manobras até conseguir abrigar-se junto das forças de Mohamed conforme combinado, as quais ainda repeliram uma tentativa dos homens de Shah Alam para o trazer de volta.⁵²⁹ Conseguiu finalmente chegar a Golconda e ficou em casa de um amigo, *Monsieur Francisco Guety*,⁵³⁰ a quem se irá referir mais tarde a propósito de S. Tomé onde este francês também teve residência no período de 1704-06, conforme Manucci refere no Volume V. Em Golconda, fez sucesso na sua prática clínica, substituindo o médico da corte, um francês, Monsieur Destremon, que morrera. Entretanto, Mohamad Ibrahim, que o ajudara a fugir, passou-se para o lado de Shah Alam e este conquista Golconda. Então Manucci, sem demora, pôs-se a caminho de Masulipatão escapando ao esquadrão que Shah Alam mandara no seu encalço e ao fim de dois dias chegou a Narsapur, na mesma costa de Masulipatão, onde se supôs em segurança na companhia de ingleses e holandeses.

Shah Alam, entretanto na província de Cohir, pediu ao rei de Golconda, agora seu tributário, que mandasse procurar e trazer novamente Manucci. Os cavaleiros enviados por este rei encontraram-o em Narsapur e mostraram-lhe o *firmão* em que o rei requeria a sua presença na corte para continuar o tratamento do sobrinho. Sem poder escapar, Manucci foi levado novamente para Golconda, *com toda a pompa e magnificência* conforme diz, onde acabou por ficar cerca de dois meses até que o rei acedeu a que o embaixador de Shah Alam o levasse para junto do príncipe outra vez. Ao aperceber-se que se preparavam para o levar, pediu auxílio ao enviado holandês, Lourenço Pit, acabando o vigário em Golconda, frei Francisco, da ordem dos agostinhos, por ajuda-lo a sair como se fosse um frade doente a caminho de Masulipatão, e conseguiu assim chegar a Madras.⁵³¹

⁵²⁹ Id., p. 271-272

⁵³⁰ Id., p. 273

⁵³¹ Id., p. 276-278

5. A cidade de São Tomé de Meliapor na *Storia do Mogor*

S. Tomé de Meliapor aparece na vida de Manucci quando este se refugia em Madras, em 1684 ou muito provavelmente já em 1685, após os episódios da sua fuga a Shah Alam, aparecendo as suas descrições sobre a cidade e os seus habitantes já na parte III da sua obra. Comparativamente com os movimentados episódios de Goa onde Manucci surge como personagem central e determinante nos acontecimentos, S. Tomé surge na *Storia*, ora como palco e pano de fundo de várias histórias passadas com portugueses locais, ora como local de movimentações diplomáticas e militares da administração mugol, da administração de Madras e da Companhia das Índias Orientais inglesa, ora como cenário dos conflitos entre instituições religiosas, ora ainda como sítio onde o representante do imperador mugol assenta arraiais na sua demonstração de poder sobre a região. Em todas as situações que descreve, Manucci aparece como protagonista de alguns dos acontecimentos ou seu observador ou simplesmente como contador de histórias em que foi parte ou de que ouviu contar.

Manucci conheceu a cidade num período em que esta estava sob administração mugol – Aurangzeb anexou o sultanato de Golconda em 1686, depondo o rei e nomeando um governador – embora nela se mantivessem representantes da coroa e dos interesses portugueses, mas de acção circunscrita aos assuntos da comunidade portuguesa, e se mantivesse a sede do bispado e as instituições religiosas relacionadas, que os mugores respeitavam dentro de certos limites. Mantinha-se ainda durante algum tempo nas mãos dos portugueses o controle aduaneiro do porto que lhes havia sido concedido pelo sultão de Golconda, a quem S. Tomé pagava tributo. Como veremos mais adiante, em 1687 os portugueses tentaram negociar o arrendamento da cidade com o novo poder mugol sediado em Golconda mas os ingleses de Madras foram frustrando os seus planos. Aurangzeb acabou no entanto por confirmar num *firmão* o direito de presença dos portugueses, mas mantendo a soberania sobre a cidade, cujas

fortificações irá no entanto mandar destruir 10 anos depois, em 1697. Lembremos ainda que anteriormente, em 1672-74, se dera a ocupação da cidade pelos franceses de La Haye por eles tomada ao sultão de Golconda que a mantinha ocupada desde 1663. A aventura de La Haye não durou no entanto mais do que dois anos, tendo-se rendido às forças conluídas do sultão e dos holandeses. Os franceses vão estabelecer-se definitivamente em Pondicherry, a Sul, que virá a ser outro dos polos do pequeno universo de europeus que compreendia S. Tomé e Madras, em que Manucci vai viver a fase final da sua vida.

5.1. Manucci em Madras, primeiro contacto com os Portugueses de São Tomé

Em Madras, Manucci vai ser cumprimentado pelos *senhores* portugueses que sabiam dos seus esforços para com o seu País em Goa. Não é claro no seu relato se se tratava dos portugueses residentes em Madras, se dos residentes em S. Tomé, se de ambos, pois na descrição de acontecimentos posteriores, Manucci recorda os que o cumprimentaram à chegada enumerando, de entre eles, o Capitão-geral de S. Tomé e magistrados portugueses da cidade.⁵³²

Há, na realidade, referências à existência de uma importante comunidade de portugueses em Madras⁵³³ e Manucci irá casar com *Elisabeth Ilhardili* (possível deturpação de Jardeli), viúva de Thomas Clarke, um inglês católico que tinha sido juiz e, segundo Irvine, intérprete de português para a Companhia inglesa.⁵³⁴ *Elisabeth*, nascida na Índia, era descendente de uma família de portugueses de

⁵³² Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. II p. 278

⁵³³ Em *Vestiges of Old Madras 1640-1800* de Henry Davison Love, Londres, 1913, apercebermo-nos da influência da comunidade portuguesa na Madras do séc. XVIII, através de nomes de ruas e de propriedades urbanas pertencentes a famílias de portugueses ali residentes, nas listas enumeradas na obra. É conhecida também a existência de uma comunidade de judeus portugueses dos quais alguns eram originários de Amsterdão, com uma instituição cívica formal em 1687, cuja direcção incluía nomes como Jaime de Paiva, Pedro Pereira, António do Porto e Fernando Mendes Rodrigues, in: Mordechai Arbell, *The Portuguese Jewish Community of Madras, India, in the Seventeenth Century*, [Em linha], [consult. em 11 de Março de 2003]. Disponível em: www.sefarad.org/publication/lm/041/5.html

⁵³⁴ Subrahmanyam, «Further Thoughts...», 2008, p.42.

apelido Pereira⁵³⁵ pelo lado da mãe, *Donna Aguida Pereyra* (Aguida, possível deturpação de Ágata) que havia sido casada com um Cristóvaro Jardeli o qual havia sido presidente de Masulipatão. Era português o notário de Madras,⁵³⁶ Quiel de Lima, que irá mais tarde registrar o segundo testamento de Manucci, e o Conselho de Madras, que coadjuvava o governador, tinha na sua composição representantes da comunidade portuguesa local.⁵³⁷ Em Madras, ainda, Manucci fez amizade com João Pereira de Faria, «*um português de boa posição, honrado e rico*» o qual era casado com *Donna Maria de Souza*.⁵³⁸ Segundo nos diz, este Faria, que teria vindo para Madras onde se estabelecera após «*a perda de Negapatão*», era um grande amigo seu e tanto ele como a sua família tinham uma grande confiança com Manucci. Irvine encontrou referências a este português que apontam para a sua importância como proprietário de navios, sendo o seu nome referido em correspondência entre o rei de Portugal e o Vice-Rei de Goa, dando nomeadamente Faria conta ao Rei, da captura de S. Tomé pelos franceses.⁵³⁹

Mas desejoso de ver o *Senhor Francisco Martin* (François Martin),

⁵³⁵ Manucci, op. cit. reprint, 1981, vol. II, p. 278-79

⁵³⁶ Singaravelou Pillai, «Nicolao Manuchy's Will and Testament», Lahore, 1925

⁵³⁷ Sob proposta de Josiah Child de 1687, o governador de Madras instituiu o cargo de *Mayor* e uma *Corporation* para a cidade de Madras, o equivalente a uma organização municipal, com uma composição heterogénea com um *Mayor*, *Aldermen* (vereadores) e *Burgesses* (espécie de deputados) um Escrivão e um *Town Clerk* (secretário municipal), com poderes para decidir sobre casos triviais e cobrar impostos aos habitantes para a construção de escolas, de uma Câmara Municipal e de uma Cadeia. Child propunha que o Conselho dos *Aldermen* fosse composto por três Ingleses, três Portugueses e sete Mouros (*Moors*) e Hindus; e o *Mayor*, os *Aldermen* e os *Burgesses* teriam de prestar juramento de verdade e de fidelidade ao Rei Inglês e à Companhia. O Rei (*King James*) concordou e formalizou a *Corporation* em Dezembro de 1687 que compreendia um alargado Conselho de que faziam parte, à partida e por definição na Carta de constituição, como *aldermen*, três ingleses, três comerciantes portugueses, três comerciantes judeus – existia uma grande colónia judia em Madras – e três hindus. Estes últimos eram inicialmente Chinna Venkatadri, Mooda Verona e Alangatha Pillai. In: *History of the City of Madras, Written for the Tercentenary Celebration Committee*, 1939, de Rao Sahib C. S. Srinivasachari, M.A., Professor de Historia, Annamalai University, p.98-100

⁵³⁸ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 195

⁵³⁹ Id., Vol. III, p. 493, notas de Irvine no fim do volume, nota à página 195, linha 9, Apud, Ferguson, transcreve uma carta do seu Agente em Madras, à H. E. I. Company [Honorable East India Company] datada de 20 Julho, 1663, (onde se diz que o navio *Anne*, rebaptizado *Hope*, tinha sido vendido ao “Signor Joan Perera da Faria” e a Raccan Nocqueddah, [*skipper* de Arração]) in *Captain Robert Konx*. Irvine refere a existência de outra carta do Rei de Portugal ao Vicereí da Índia, datada de Março de 1674, que faz referência a Faria e uma carta deste ao Vicereí relatando a captura de São Tomé pelos franceses, Apud in: Pringle, *Selections from the Consultations of the Agent, etc., Fort St. George, 1681*, p. 4 e p. 15 (Nesta carta Faria é referido como o comandante do baluarte *James*)

Director-Geral da Real Companhia de França, que tinha regressado a Pondicherry vindo de Surrate e de quem ficou amigo quando da sua passagem por aquela cidade, conseguiu um palanquim e partiu para o visitar, demorando-se alguns dias com ele. Foi depois desta visita, e aconselhado por François Martin, que decidiu casar com Elisabete e ficar a viver em Madras, onde veio a escrever a sua *Storia*.⁵⁴⁰ Foi em Madras que a sua vida se voltou a cruzar com os portugueses dos quais vimos que nunca esteve afastado afinal pois eles aparecem em variadíssimas circunstâncias e em diferentes regiões da Índia por onde viajou. E a eles vai ficar ligado até, ainda que indirectamente, ao casar com uma descendente de uma família de portugueses. Mas se houve um período em que viveu no ambiente deles e protagonizou alguns acontecimentos da vida das suas comunidades como foi o que viveu em Goa, em Madras veio a conhecê-los no seu dia-a-dia e veio a conhecer mais intimamente uma comunidade, a de S. Tomé de Meliapor, ali a dois passos de onde passou a residir quando casou. É assim, desse convívio practicamente diário que as histórias, hábitos e maneira de ser dos Portugueses na Índia surgem na sua obra. Mas Manucci só vai retomar as histórias com os portugueses já na Terceira Parte da sua obra, depois de relatar ainda, bastante pormenorizadamente, a tomada de Bijapur por Aurangzeb, o ataque e conquista de Golconda, com o aprisionamento de Shah Alam, a captura de Sambha Ji e uma série de outros episódios da fase final do reinado de Aurangzeb. Entra pois na Terceira Parte da sua *Storia* - que Irvine publica ainda no volume II⁵⁴¹ - com uma extensa descrição das grandezas e costumes dos mugores, da corte, da nobreza, contando várias histórias sobre eles, e passa, agora já no Volume III da edição organizada por Irvine, a uma descrição dos costumes das populações hindus do Sul da Índia, a sua religião, governo, profissões, animais, e outros aspectos, fazendo ainda uma introdução à história do império Narsinga. A certa altura deste Volume II, Manucci vai então retomar as relações de Madras com a administração mugol de Golconda e com a corte em Agra e faz uma breve referência à fundação de Madras, introduzindo um primeiro comentário qualitativo sobre sobre S. Tomé quando diz que «a ruina da cidade de S. Tomé foi um grande benefício para Madras, porque

⁵⁴⁰ Id., Vol. II p. 278-279

⁵⁴¹ Id., Vol. II p. 305

os seus materiais foram utilizados para a aumentar». ⁵⁴² Refere-se certamente a um período passado, possivelmente ao período que sucedeu à ocupação francesa, em 1672-74 em que terá ocorrido uma demolição substancial das muralhas, sob pressão holandesa e com a ajuda da engenharia militar inglesa, como veremos.

Manucci retoma a história do império Narsinga e refere a certa altura, a propósito da sua forma de actuar, que o imperador *Ramajo (Ram Rajah)*, que governou o império de Narsinga, ⁵⁴³ ou Vijayanagara, entre 1509 e 1564, altura em que foi morto em combate, tinha o hábito de confirmar qualquer das suas doações com placas douradas, tendo oferecido aos portugueses uma placa de ouro em que lhes confirmava a cedência de S. Tomé, placa essa que por esses dias eles ainda conservavam, segundo diz. Narra então uma série de histórias passadas com gente portuguesa da Índia que considera extraordinárias e de que já resumimos algumas. Começa pois pela que lhe contou um viajante de um barco proveniente de Macau, sobre os marinheiros perdidos num naufrágio quando se dirigiam para Manila. Estes marinheiros viveram durante nove anos num bocado de terra no meio do mar comendo pássaros e tartarugas, raízes e moluscos até que conseguiram construir um barco no qual, depois de várias peripécias, atingiram a ilha de Ainão de onde foram levados para Macau, em viagem por terra. Do destino que tiveram, um voltou a encontrar a mulher em Macau, outro encontrou a mulher no Sião já com outro marido, sendo o que contou a história a Manucci um português parte do grupo sobrevivente, chamado Bento Marques. Manucci dá um maior peso à história que aqui resumimos, descrevendo com pormenor o que lhes foi sucedendo e nomeando um a um todos os intervenientes. ⁵⁴⁴

⁵⁴² Manucci, op. cit., reprint, 1981, vol. III, p 92. Cf. também registos de Madras citados por Wheeler que indicam, após a retirada das forças de La Haye, terem as fortificações de S. Tomé sido demolidas, sob autorização mugol, por brigadas de holandeses com o apoio da engenharia militar inglesa (Holanda e Inglaterra haviam assinado um tratado de paz entretanto) sendo os materiais resultantes aproveitados e utilizados em Madras. Terá sido grande a pressão do governador de Madras junto do governador mugol para que a própria cidade fosse demolida, sob o pretexto de poderem os franceses voltar a ocupa-la, mas a os mugores não cederam. In: J. Talboys Wheeler, *Madras in the Olden Time, Compiled from the Official Records*, 1861, Madras, p. 79-80

⁵⁴³ Segundo nota de Irvine, a pag. 93 do Vol. III da *Storia do Mogor*, Ram Rajah fundou uma nova dinastia do reino de Vijayanagara depois de 1509, tendo morrido em batalha em 1564. Irvine cita o *Madras Manual of Administration*, I, p. 150-153

⁵⁴⁴ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 103-106

5.2. A antiguidade de São Tomé e os costumes dos antigos

Segundo contaram a Manucci antigos habitantes, S. Tomé foi uma cidade próspera e mais rica do que as outras cidades portuguesas na Índia, tendo um grande comércio com a China, Java, Malaca e muitos outros lugares, onde «os comerciantes ganhavam mais de mil por cento», antes da chegada dos Holandeses.⁵⁴⁵ Uma convicção sobre esta característica da riqueza da cidade já a encontramos no P.e Alexandre Valignano, ao relatar cerca de cem anos antes, sobre toda a actividade da companhia de Jesus no Oriente escrevendo, sobre a povoação de S. Tomé, que teria cerca de duzentas casas, *tierra muy buena y rica porque tiene grandes tratos con Malaca, Pegu y Bengal adonde van cada año naves de aquella tierra con diversas mercançias*.⁵⁴⁶

Também François Martin que viveu e ocupou posições de relevo na região no fim do século XVII, viajando com frequência entre Surrate, Madras, Pondicherry e S. Tomé, e com quem Manucci conviveu de perto, escreve nas suas Memórias⁵⁴⁷: «on assure qu'il y a eu autrefois des familles riches de plusieurs millions, et il est certain aussi que le commerce dans les premiers temps était une mine d'or.» Mas diz também que «les habitants de cette ville étaient devenus si superbes et si insolents par leurs richesses qu'ils ont refusé longtemps de reconnaître le Vice-Roi de Goa».

Barthélemy Carré, que visitou esta parte da Índia entre 1672 e 1674 e esteve em S. Tomé quando da sua ocupação pelos franceses, publicou um diário⁵⁴⁸ das suas viagens em que refere ser a cidade «a mais importante da costa do Coromandel, e tem uma grande reputação pelo comércio em toda a espécie de

⁵⁴⁵ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 118

⁵⁴⁶ P.e Alexandre Valignano, relatório sobre a actividade da Companhia de Jesus no Oriente, transcrito por A da Silva Rego, op. cit., vol. XII, capít. 11º, «De la Residencia de S. Thomé».

⁵⁴⁷ François Martin, «État de La ville de San Thomé» in: *Mémoires de François Martin, fondateur de Pondicherry (1665-1696)*, Pub. A. Martineau, Societé d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, 1931, Paris

⁵⁴⁸ *The Travels of the Abbé Carré in India and the Near East – 1672 to 1674*, Vol. II, From Bijapur to Madras and St. Thomé etc., Asian Education Services, Reprint, 1990, New Delhi, Madras, p. 436. Também publicado em francês na revista *Histoire*, "Le courrier du roi en Orient. relations de deux voyages en Perse et en Inde, 1668-1674", XVIe-XVIIIe - n°315 p. 88, 2006, Paris, mas a que não tivemos oportunidade de aceder.

belas chitas e as melhores tinturarias em toda a região. Foi erguida pelos portugueses que a mantinham há muito tempo em grande esplendor e para grande vantagem do seu comércio». Mas este autor parece partilhar a decepção generalizada na época e na região sobre os portugueses, e pelos desta cidade em particular: «mas [os portugueses] tornaram-se decadentes por toda a Índia, e o seu orgulho, arrogância, e maneira de governar, tornou-os tão odiosos onde quer que estivessem que os naturais da região, apercebendo-se do seu gradual declínio, causado pelas guerras com os Holandeses e outras nações Europeias, sentiram-se em condições de os afastar dos melhores sítios por eles usurpados.»

Segundo Manucci, a riqueza era tal que os antigos por certo davam pouco valor ao ouro pela forma como o usavam em pinturas, no adorno de vigas, portas e janelas nas suas casas, em cómodas, secretárias, armários e cadeiras, empregando pregos e fechos em ouro ou em prata ou ainda aplicando ouro em pés e em outros ornamentos das cabeceiras das camas, revestindo peças de madeira de sândalo e em cadeiras e bancos da mesma madeira.⁵⁴⁹ Manucci, a este propósito, e para «*que o leitor possa imaginar a grandiosidade em que a maior parte destas pessoas viviam*», conta a pequena história duma senhora, Justa Padrão, «*que dormia numa cama cuja cabeceira era adornada com pequenos sinos dourados e prateados que a divertiam. Era tão rica que o próprio quarto era varrido com vassouras de ouro e os outros locais com vassouras de prata*». Na Índia, explica, as vassouras são feitas com ramos de fibras finas e não são como as da Europa. «*Quando esta senhora saía de casa para ir à Igreja ou fazer uma visita, levava duas criadas à frente com dois incensadores dourados*» e tinha outros incensadores especiais em prata «*para ceder à Igreja em ocasiões solenes. Por aqui se pode ver a grandiosidade em que a maior parte destas pessoas vivia*». Diz-nos ainda Manucci que esta senhora, porém, quando morreu, estava em tão miserável situação que nem sequer um bocado de pano tinha para a mortalha, tendo para o seu enterro sido embrulhada numa rede de palha. Conclui Manucci, «*este é o destino de quem tanto se afasta do seu Criador*».⁵⁵⁰

⁵⁴⁹ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 118-119

⁵⁵⁰ Id., p. 118-119

Mas esta história mostra, mais do que a moral cristã com que Manucci a remata, embora não seja explícita essa intenção, a grande diferença entre o antes e o depois da chegada dos holandeses e os seus efeitos devastadores, que se fizeram sentir no tempo de uma ou mais gerações nas comunidades de portugueses da Índia, do Índico e do Coromandel em particular.

5.3. A perda de S. Tomé para o rei de Golconda e para os franceses. As tentativas da sua recuperação

Vejamos a versão que Manucci nos dá sobre o que designa como *a perda de S. Tomé*, acontecimento que vai descrever já na Quarta Parte da sua obra (III Volume da edição de Irvine),⁵⁵¹ começando pela tomada da cidade pelo rei de Golkonda o qual decidiu *assenhorear* aquela cidade,⁵⁵² o que foi consumado pelo governador Rajá Riza Quli em Março de 1662, após um cerco de 40 dias.⁵⁵³ Ao que parece, quando este rajá fora colocado pelo rei como governador, pedira aos habitantes de S. Tomé peças de artilharia, concretamente dois canhões, para usar na guerra contra os príncipes hindus, o que eles recusaram não lhe reconhecendo qualquer autoridade e dizendo que não tinham ordens do Rei de Portugal para lhe ceder canhões.⁵⁵⁴ Esta resposta causou grande irritação ao governador que resolveu queixar-se sobre o comportamento dos portugueses e os seus excessos⁵⁵⁵ de tal forma que o Rei ordenou que atacassem o local e se apoderassem de tudo o que lhe pertencia, o que Riza Quli cumpriu de imediato. Começou por impedir a entrada na

⁵⁵¹ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 262-264. A Quarta Parte é escrita já depois de Catrou ter publicado a sua *Histoire generale de l'Empire du Mogol*, baseada nas memórias de Manucci, de cuja controversia já demos conta.

⁵⁵² O convento da Congregação Agostiniana “em S. Thomé em Mailapur” «*arruinou-se com a invasão do Mouro, que asinhoriou aquella cidade no anno de 1663*». Em: «Memórias da Congregação Agostiniana na Índia Oriental» transcritas por A da Silva Rego em *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia*, Vol. XII, p. 31, Fundação Oriente, 1992, Lisboa.

⁵⁵³ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 262-263

⁵⁵⁴ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p 262; Com efeito, existiria interdição e controlo do governo de Goa na venda de armamento aos poderes locais.

⁵⁵⁵ Os registos de Madras dão conta de um incidente em 1650 em S. Tomé quando um padre proibiu uma procissão hindu de passar em frente da sua Igreja o que causou grandes tumultos que, segundo Wheeler, quase puseram em perigo a permanência dos portugueses em S. Tomé, ao mesmo tempo que alertaram os ingleses para o cuidado a ter com os assuntos religiosos locais. In: J. Talboys Wheeler, op. cit., 1861, Madras, p. 29

cidade de todos os abastecimentos e «ao fim de quarenta dias começou a ficar claro aos portugueses que afinal dependiam de outrem mais do que do seu Rei»,⁵⁵⁶ acabando por capitular por falta de abastecimentos e tornando-se os muçulmanos os verdadeiros donos do lugar. Estes levaram então toda a artilharia de que precisavam e os portugueses viram as suas famílias dispersas por toda a parte.⁵⁵⁷

Irvine encontrou nos registos de Madras o eco destes acontecimentos, nomeadamente que: «S. Tomé está agora cercada pelo rei de Golconda para prevenir que os holandeses a tomem de surpresa. O atendimento do pedido de ajuda está dependente de ordens de Surrate». «Em 6 de Abril de 1662 mantem-se o cerco e em 12 de Maio somos informados que a cidade foi tomada cerca de 10 dias atrás, ao mesmo tempo que o forte da Companhia estava também muito ameaçado».⁵⁵⁸

Manucci dá continuidade a esta história com o relato da captura pelos portugueses de um navio à latitude de Socotorá, em que o Rei de Golconda enviava duas princesas para casar com o *shariff* de Meca.⁵⁵⁹ A captura foi feita por um navio que vinha de Portugal e o Vice-Rei, Antonio de Mello e Castro, (1662-66) confiscou todos os bens do navio onde se contavam na maior parte os presentes enviados pelo rei de Golconda para o templo do *falso profeta* e os dotes das duas princesas que, à chegada a Goa, foram enviadas para o convento de Santa Monica.⁵⁶⁰ Assim que Shah Abdulah,⁵⁶¹ o rei de Golconda, «soube destas notícias lamentáveis ordenou o aprisionamento de todos os portugueses espalhados pelos arredores de S. Tomé sem deixar de fora mulheres e crianças ou mesmo os padres. A seguir, escreveu ao Vice-Rei dizendo-lhe que tinha de libertar as princesas e o navio com todos os seus bens, ameaçando que se o não fizesse cortaria as cabeças aos prisioneiros».⁵⁶²

⁵⁵⁶ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 263

⁵⁵⁷ Ibid.

⁵⁵⁸ Apud, «Fort St. George Records», vol. XIV, state, 8 Março 1661/2, citado por Irvine em nota de roda-pé in: Manucci, op. cit., Vol. III, p. 262

⁵⁵⁹ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 263

⁵⁶⁰ Id., Vol. III, p. 263-264

⁵⁶¹ Abdulah, Qutb Shah, reinou de 1611 a 1672, segundo nota de Irvine em fim de página (Vol. III, p. 263)

⁵⁶² Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p.263

O Vice-rei, continua Manucci a relatar, respondeu então que, quanto às princesas, «*era com elas saber se ficavam ou se iam para onde quisessem, mas na verdade, só uma estava impedida de partir pois já não pertencia a este mundo, quanto à outra, não queria ir porque decidira abraçar a fé de Jesus Cristo que tomava por muito melhor que aquela de Maomé*». ⁵⁶³ Na realidade, segundo Manucci, terá sido esta a intenção da princesa e que veio a cumprir passado pouco tempo, «*vivendo e morrendo em ambiente de santidade*». Quanto ao navio e à sua carga, respondia ainda o Vice-Rei, «*constituíam uma presa legal e por esse motivo não tencionava devolve-la*». E sobre os portugueses cativos, «*o rei podia cortar-lhes as cabeças pois eram seus súbditos*». ⁵⁶⁴ A esta resposta ter-se-à seguido porém, segundo Manucci, a libertação de todos os portugueses aprisionados, sendo que mais tarde, o conde de São Vicente (1666-68), João Nunes da Cunha, o *nobre homem* que sucedeu como Vice-Rei, fez todos os possíveis junto da corte do rei para recuperar a cidade de S. Tomé e as suas dependências «*mas a morte tirou-o desta vida no meio das negociações*». ⁵⁶⁵ A cidade ficou assim por mais algum tempo ocupada pelos muçulmanos mas Manucci estava convencido que se não tivesse acontecido a morte do Conde, os muçulmanos teriam renunciado a manter a ocupação. ⁵⁶⁶

Maria J. Mártires Lopes situa o acontecimento quatro anos antes e diz que «*as ambições holandesas na costa levaram o sultão de Golconda a apoderar-se de S. Tomé em 1658, oficialmente para evitar uma anexação batava*». ⁵⁶⁷ Também Suzanne Daveau e Isabel Cid nos dizem que em 1662 a companhia Holandesa das Índias Orientais tomou posse de S. Tomé ⁵⁶⁸ o que parece contraditório com os registos que já conseguimos apurar. Do que averiguamos até agora, acreditamos que estas duas autoras se referem ao acontecimento posterior da ocupação de S. Tomé pela esquadra francesa do almirante La Haye em 1672

⁵⁶³ Id., p. 263

⁵⁶⁴ Id., p. 263-264

⁵⁶⁵ Id., p. 264

⁵⁶⁶ Ibid.

⁵⁶⁷ Maria de Jesus Mártires Lopes, “O Império Oriental, 1660-1820”, *Nova História da Expansão Portuguesa*, Vol V, Tomo 1, Estampa, 2006, p. 23.

⁵⁶⁸ Suzanne Daveau e Isabel Cid, coord, *Lugares e Regiões em Mapas Antigos*, Catálogo da Exposição sobre o mesmo tema, Biblioteca Pública de Évora, 1997, p. 29

cujo desfecho foi de facto, dois anos depois, a rendição aos holandeses que a entregaram de seguida aos muçulmanos.

Paolo Aranha, num exaustivo trabalho sobre a presença portuguesa em São Tomé, «From Meliapor to Mylapore, 1662-1749: The Portuguese Presence in Sao Tome (...)», diz-nos que a cidade caiu sob as forças da dinastia Qutb Shahi de Golconda em 1662 e foi colocada sob o controle do ministro Nekhnam Khan.⁵⁶⁹ Das consultas a que procedeu, Aranha acrescenta ainda: «*Contudo, a militarização de São Tomé não afectou a liberdade de prática da religião Católica, e as igrejas eram completamente respeitadas pelos novos governantes Muçulmanos*»⁵⁷⁰. Inclinamo-nos para a versão de Paolo Aranha que está fundamentada em fontes históricas que refere detalhadamente, Apud, manuscrito de François Martin "*Mémmoire sur l'établissement des Colonies françoises aux Indes orientales*", Archives Nationales, Paris, também citado por Love em *Vestiges of Old Madras*, p. 305, e Apud, François L'Estra, *Relation ou journal d'un voyage fait aux Indes Orientales contenant L'Etat des affaires du Pais, & les établissements de plusieurs Nations, qui s'y sont faits depuis quelques annés. Avec la description des principales Villes, les moeurs, coûtumes & Religions des Indiens*, E. Michallet, 1677, Paris p. 174, que dá credibilidade à data em que Manucci situa o acontecimento que é a mesma referida por Daveau e Cid mas aponta para a entrega da cidade ao ministro Nekhnam Khan, referido também por François Martin, como veremos, no que já não coincidem com aquelas autoras, embora.

François Martin, que já referimos anteriormente, e cujas *Mémoires* consultamos também, nas partes em que se refere a S. Tomé, tem uma versão da queda da cidade, supomos que bem informada dadas as posições que ocupou na região (foi director da Companhia das Índias Francesa) e os seus contactos privilegiados que certamente o mantinham bem informado. Ao situar o acontecimento dentro do que designa por «*decadência dos assuntos portugueses*

⁵⁶⁹ Paolo Aranha, «From Meliapor to Mylapore, 1662-1749: The Portuguese Presence in Sao Tome (...) », *Portuguese and Luso-Asian legacies in Southeast Asia, 1511-2011(...)*, Vol. I, ed. Laura Jarnagin, 2011, Singapura

⁵⁷⁰ Ibid.

nas Índias» e caracterizando a administração de S. Tomé como «*uma espécie de anarquia*» que não conseguia pôr ordem nos conflitos entre as duas principais famílias da cidade⁵⁷¹, diz «*que os habitantes de S. Tomé caíram também depois da conquista dum parte do Carnatic pelas tropas do Rei de Golconda o qual, vendo que este lugar era da sua utilidade e conveniência, que os Portugueses estavam em guerra com os Holandeses, pôs-lhe cerco*». ⁵⁷² Segundo Martin, «*o lugar não recebeu nenhum socorro, tendo mesmo Goa recusado enviá-lo, escrevendo-lhes [aos habitantes] que não eram mesmo considerados como súbditos do Rei de Portugal pois nunca tinham querido obedecer às ordens dos seus vice-reis*». ⁵⁷³ Martin acrescenta que tendo sido tomada a cidade, foi dada liberdade a vários habitantes para ficarem a viver do lado de fora onde tivessem terras e casas, o que lhes foi permitido manter. Mas o lugar «*foi dado a Niknan Khan, então “generalíssimo” que, ponderando a situação, tomou a decisão de o fortificar, diríamos mesmo, para ter um retiro contra as revoluções tão frequentes nas cortes das Índias*». ⁵⁷⁴ Este alto dignitário muçulmano fez então obras de reconstrução das muralhas para o que «*arruinou vários pagodes grandes da terra de que tomou as pedras para as fortificações e não permitiu que ficassem habitantes dentro da cidade onde apenas passou a residir uma guarnição, de ordinário de 200 a 300 homens*». ⁵⁷⁵

Na obra de republicação das viagens do Abbé Carré já referida, editada por Sir Charles Fawcet, e sobre a ocupação de S. Tomé por ordem do rei de Golconda, é aventada uma explicação mais elaborada que o editor atribui a Sir William Foster. ⁵⁷⁶ Segundo este, os holandeses «*teriam posto olhos cobiçosos sobre S. Tomé*» e os portugueses, ao saberem dos seus desígnios, pediram protecção ao rei de Golconda, tendo este então enviado tropas a que os portugueses, porém, desconfiando das intenções, recusaram a entrada na cidade.

⁵⁷¹ Os elementos disponíveis não nos permitiram identificar estas *duas famílias*.

⁵⁷² François Martin, «État de La ville de San Thomé» in: *Mémoires de François Martin, fondateur de Pondicherry (1665-1696)*, Pub. A. Martineau, Societé d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, 1931, Paris, p. 336

⁵⁷³ Ibid.

⁵⁷⁴ Id., p. 336-337

⁵⁷⁵ Id., p. 337

⁵⁷⁶ Apud, William Foster, *E. F.*, 1661-4, nota p. 146

Foi então, em Agosto de 1661, que os holandeses pediram ao rei que expulsasse os portugueses e lhes cedesse o local. Aparentemente, o rei terá aceite a proposta e dado ordens nesse sentido a Neknam Khan. Porém a esquadra holandesa ter-se-á ido embora, chamada por qualquer outra razão, e os portugueses mantiveram-se na defensiva. Mas entretanto, o rei foi informado de que a cidade estaria prestes a ser cedida então aos ingleses, o que o alertou e, não os querendo no local, nem aos holandeses, ordenou a sua ocupação o que veio a dar-se em 1662, enquanto os holandeses a bloqueavam pelo mar.⁵⁷⁷ Segundo Love, Golconda teria, com efeito, enviado tropas para S. Tomé em 1660 ou 61, mas o ataque à cidade não ocorreu antes de 1662.⁵⁷⁸ Tudo indica pois que a situação que levou à queda da cidade foi bastante mais complexa afinal com um desenrolar de situações que já vinha de um a dois anos antes.

Segundo Paolo Aranha,⁵⁷⁹ foram feitas várias tentativas pelos Vice-Reis Antonio de Melo e Castro (1662-66) e Joao Nunes da Cunha para recuperar a cidade, tendo as negociações com os reis Qutb Shah, Abdullah e Abul Hasan, oscilado entre os pedidos respeitosos e as acções hostis de retaliação, como o aprisionamento dum barco cheio de riquezas perto do estreito de Ormuz, que parece ser o mesmo a que Manucci se refere, mas tendo ambas as estratégias falhado em conseguir a sua recuperação para a esfera da administração portuguesa.⁵⁸⁰

Manucci faz uma breve referência à aventura que foi a ocupação pelos franceses quando o almirante La Haye desembarcou e tomou a cidade aos *muçulmanos* em 1672⁵⁸¹ e capitulou em Setembro de 1674, após dois anos de cerco constante pelas *forças muçulmanas*, culminando numa ofensiva conjugada com

⁵⁷⁷ In: *The Travels of the Abbé Carré in India and the Near East – 1672 to 1674*, Vol. II, From Bijapur to Madras and St. Thomé etc., Asian Education Services, Reprint, 1990, New Delhi, Madras, p. 436, nota de fim de página nº 3

⁵⁷⁸ Apud, Love, *Vestiges of Old Madras, 1640-1800*, Vol. I, p. 197

⁵⁷⁹ Paolo Aranha, op. cit., 2011, Singapura, p. 70

⁵⁸⁰ Ibid.

⁵⁸¹ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p 270

forças navais holandesas.⁵⁸² Apenas acrescenta que o Rei de Golconda, pressionado pelo Conselho holandês, terá mandado *arrazar* a cidade para evitar que os franceses a pudessem tomar de novo, «*não tendo deixado pedra sobre pedra*».⁵⁸³

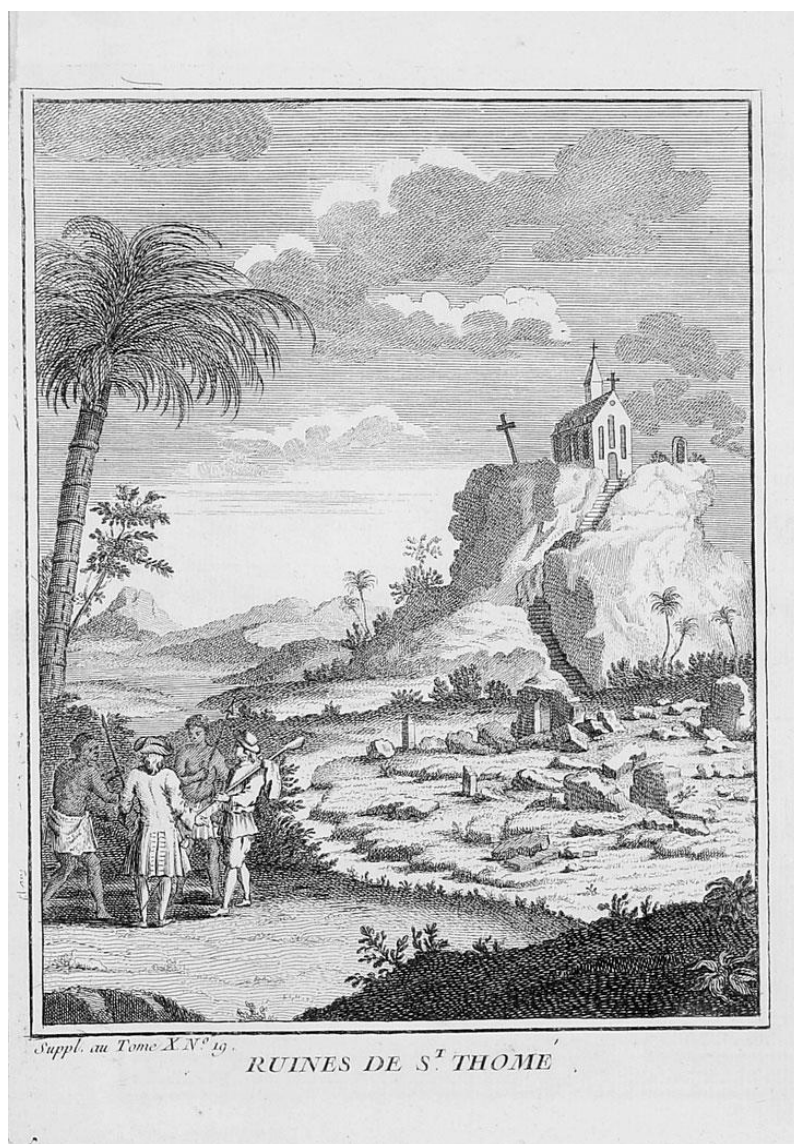


Fig. 20: As ruínas de S. Tomé, esatampa de Elisabeth Baussard, Graveur, in: *Histoire Générale des Voyages*, de Prévost, Ed. Didot, Paris, 1756, Disponível em Gallica, Biblioteque Numerique, BNF, <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb384497421>

⁵⁸² Irvine, em nota de fim de página, refere-se mais detalhadamente à ocupação remetendo para bibliografia sobre este episódio nomeadamente para os relatos do próprio La Haye e para uma descrição de François Martin em manuscrito existente nos arquivos nacionais de Paris

⁵⁸³ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p 270. Os registos de Madras citados por Wheeler dão a versão de que apenas as muralhas e fortificações foram demolidas e com o apoio da engenharia militar inglesa já que Madras fizera também pressão sobre os muçulmanos para a total destruição da cidade, o que não veio a acontecer. In: J. Talboys Wheeler, op. cit., 1861, Madras, p. 78-80

Em 1674, na sequência do episódio da tomada de S. Tomé por La Haye, da sua capitulação e da subsequente demolição de muralhas e fortificações com ameaça da destruição total da cidade mas que não se concretizou, os habitantes portugueses mudaram-se para Madras onde terão vivido até 1686. Mas, segundo Manucci, a seguir à ocupação mugol do reino de Golconda e na sequência de negociações com o poder anterior, os portugueses «enviam uma embaixada ao imperador pedindo-lhe a confirmação dos privilégios que o anterior rei (*Qutb Shahi*) já lhes havia atribuído»⁵⁸⁴ e obtêm novamente o acesso à cidade mas, segundo Manucci, para conseguirem autorização para içar a sua bandeira, gastaram perto de duas mil *patacas*.⁵⁸⁵ E como não era suficiente, diz-nos ainda Manucci, foram obrigados, se queriam manter os seus privilégios, a tornarem-se subditos dos muçulmanos. Por isso, «suportavam diariamente mil palavras abusivas e ofensas de tal modo que, frequentemente, não se atreviam a colocar a bandeira, sendo impedidos por aqueles infieis».⁵⁸⁶

Aurangzeb aceitou pois o pedido dos portugueses e concedeu-lhes os anteriores privilégios na condição de serem pagos direitos da mesma maneira que pagavam os holandeses em Masulipatão. Segundo Manucci, os portugueses haviam conseguido de Abdul Hasan, que sucedera aos Qutb Shah, autorização para residir em S. Tomé, onde «têm, desde então, construído edifícios e estabelecido uma espécie de governo. Detêm a concessão de terras mediante uma renda e pagam uma elevada quantia por ano».⁵⁸⁷ Com efeito, M.^a Jesus Mártires Lopes também nos diz que em 1687 Aurangzeb assinou um *firmão* que confirmava o direito da presença portuguesa em S. Tomé, na sequência de uma campanha diplomática com a intervenção de Juliana Dias da Costa, que vivia junto da Corte Mugol, filha de um cirurgião português que fora viver para Agra a pedido do imperador mugol ao

⁵⁸⁴ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 273

⁵⁸⁵ O rei de Golconda autorizou o regresso dos Portugueses entre 1681 e 1686, durante o governo do Vice-Rei Francisco de Távora, de acordo com Francisco de Souza, S. J., *Oriente Conquistado*, Bombaim, 1888, p. 153, cit. por William Irvine em nota de fim de página in: Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 264.

⁵⁸⁶ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 264; Paolo Aranha, op. cit., 2011, Singapura, p. 70, dá-nos a versão de ter sido a cidade aumentada e fortemente fortificada pelos seus conquistadores, e de ter a maioria dos portugueses fugido para Madras.

⁵⁸⁷ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 270

então Vice-Rei de Goa e lá ficara. Aurangzeb manteve no entanto a soberania sobre a cidade.⁵⁸⁸ A versão de Manucci não contradiz pois as informações que conseguimos reunir sobre este período difícil.

Este regresso à cidade corresponde também à versão de Paolo Aranha que conseguiu reunir informação mais detalhada sobre as diligências que haviam sido desenvolvidas sob a iniciativa do Vice-Rei Francisco de Távora, Conde de Alvor. Estas diligências teriam passado pela oferta de presentes ao rei de Golconda e ao nababo que tinha a jurisdição do território de S. Tomé e foram coordenadas com uma delegação, da iniciativa de um grupo de habitantes da cidade, constituída pelo padre agostinho Frei Luis da Piedade, por habitantes de S. Tomé e pelo bispo Frei Constantino Sardinha Rangel. Tinham conseguido assim que o sultão de Golconda emitisse em 18 de Outubro de 1686 um *firmão*⁵⁸⁹ em que permitia aos portugueses a sua reinstalação em S. Tomé, a construção de casas, a plantação de pomares e comerciar livremente, pagando as mesmas contribuições anuais que pagavam os holandeses no porto de Masulipatão e permitindo ainda aos portugueses ir livremente a Golconda e voltar.⁵⁹⁰ Na sequência desta autorização, os portugueses mantinham também a concessão da cobrança dos direitos alfandegários sobre todos os navios que aportassem a S. Tomé, quer fossem estrangeiros e europeus quer fossem muçulmanos ou hindus.

Um memorando referido por Paolo Aranha,⁵⁹¹ estabelecia ainda o princípio da organização de escritórios para a governação de S. Tomé e sugeria a perda da nacionalidade aos portugueses que não pretendessem regressar à cidade,⁵⁹² visando nomeadamente os que tinham passado a viver em Madras.⁵⁹³

⁵⁸⁸ M^a de Jesus dos Mártires Lopes, *O Império Oriental 1660-1820, Nova História da Expansão Portuguesa*, Vol V, Tomo 1, Ed Estampa, 2006, p. 42

⁵⁸⁹ Os elementos disponíveis levam-nos a crer que o firmão de Aurangzeb atrás referido, passado em 1687 aos portugueses era uma confirmação deste, emitido pelo sultão antes da queda de Golconda nas mãos do imperador mogol.

⁵⁹⁰ Paolo Aranha, op. cit., 2011, Singapura, p. 71-72

⁵⁹¹ «[Treslado do] fermao q. El Rey da Golconda pa[ssou aos Portu]guezes p[ara] povoarem Meliapor, vertido bem e fiel.m.e do [Persi]anio [sic] em P[ortu]guez», MR 52, fol. 408, 18 Outubro 1686, citado por Paolo Aranha em op. cit., 2011, Singapura, notas finais, nota 26.

⁵⁹² Esta intenção vai ser posta em prática mais tarde, em 1695, pelo nomeado «General da Costa do Coromandel», Luis Francisco Coutinho, mas sem sucesso. In: Paolo Aranha, op. cit., 2011, p. 73

⁵⁹³ Paolo Aranha, op. cit., 2011, Singapura, p. 71

Correspondência com o Vice-Rei de 8 de Outubro de 1687 (Apud, MR 52, fol. 412, 8 Outubro 1687) e consultada por Paolo Aranha, dá conta que nesse mesmo dia tinha sido içada a bandeira portuguesa em S. Tomé, apesar da tentativa dos ingleses de impedir o restabelecimento da presença lusa. Além disso, informava que o *nababo* tinha concordado em assegurar aos portugueses metade dos direitos sobre o comércio marítimo.⁵⁹⁴

Por sua vez, Irvine diz-nos, nas notas finais do Vol. III da *Storia do Mogor*, a partir da consulta a registos de Forte de São George,⁵⁹⁵ que os portugueses, em 1687, teriam tentado negociar o arrendamento (*leasing*) da cidade antecipando-se a idêntica tentativa dos ingleses e fazendo valer a sua posição histórica, mas que Elihu Yale, então governador de Madras, teria conseguido fazer abortar as negociações⁵⁹⁶ o que confirma que os ingleses apostavam na eliminação da concorrência que S. Tomé significava para a cidade de Madras. A queda de Golconda sob dominação do império mugol, em 2 de Outubro de 1687, uma semana «antes do regresso dos portugueses a S. Tomé», terá exigido no entanto novas e bem-sucedidas negociações com o imperador mugol, novamente através de um padre agostinho, e sob a orientação do governador português Rodrigo da Costa,⁵⁹⁷ tendo os portugueses conseguido então superar a situação criada pelo governador de Madras.

Sobre as movimentações inglesas para se apropriarem de S. Tomé, tivemos acesso também ao trabalho sobre os registos de Madras coligidos por Wheeler e também citados por Irvine, em que sobre estas negociações se refere, a 26 de Julho de 1687, «É pois acordado e ordenado que Chinna Vencatadry prossiga o negócio de forma a decepciona-los [aos portugueses de S. Tomé que haviam entretanto feito uma oferta aos muçulmanos de Golconda], *embora paguemos um pouco mais por isso do que eles oferecem, o que não temos dúvida*

⁵⁹⁴ Ibid.

⁵⁹⁵ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, «Additional Notes and Emmendations», por William Irvine, p. 498, nota à pág. 264, Apud in: Pringle, “*Diary ...Fort St. George, 1684*”, p. 171, nota 27, citando Wheeler, “*Madras*” i., p. 176 (ed. 1861)

⁵⁹⁶ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, «Additional Notes and Emmendations» por William Irvine, p. 429, nota à p. 264

⁵⁹⁷ Paolo Aranha, op. cit., 2011, Singapura, p. 72

*de ainda estarmos a tempo de deles recuperar. Além do que é de absoluta necessidade arrendar aquela cidade, bem como de impedir a diminuição do nosso comércio e alfândegas, bem como das nossas forças; cinco partes dos nossos soldados sendo topases Portugueses, que se eles se instalarem em S. Tomé, iriam certamente a correr para lá deixando-nos na nossa necessidade.»*⁵⁹⁸

Tanto quanto é possível entender dos registos de Madras ainda, o governador bramane da região acabou por arrendar S. Tomé a Chinna Vencatadry, (que actuava em benefício da companhia inglesa e que, como já vimos, era também membro do conselho municipal de Madras), por 3 anos – cidade, afândegas e povoados adjacentes – por 4.000 *pagodas* por ano, mas o facto é que em 23 de Agosto do mesmo ano, segundo os mesmos registos, os portugueses ainda se mantinham na posse da cidade⁵⁹⁹ alardeando o *firmão* de Aurangzeb para o seu livre uso e pelo qual haviam pago pelo menos 7.000 *pagodas*. No entanto, os mesmos registos dão a entender que as negociações prosseguiram sob a iniciativa pessoal de Elihu Yale, o governador inglês de Madras na altura, o qual conseguiu reduzir o valor do contrato de arrendamento para 3.800 *pagodas* por ano, «*the same as the Portugueze doe now pay*»,⁶⁰⁰ mantendo o arrendamento em nome do mesmo Chinna Vencatadry, sendo o valor do *firmão* exibido pelos portugueses «*um mero reconhecimento dos anteriores costumes dos tempos do reino de Golconda e recomendando que se proceda de acordo com o Governo de S. Tomé em tanto quanto seja possível*»⁶⁰¹. O governador Apogee Pontulo, mediante o pagamento, «*compromete-se a afastar os “Portugueze” e colocar quem nós nomearmos*», acrescenta ainda Henry Love, citando correspondência de Yale.⁶⁰² O recurso ao referido intermediário era justificado «*tanto como uma consequência das hostilidades com o Mugol e da sua aversão aos Ingleses, e especialmente porque “não devíamos exasperar demasiado os Portugueses na sua perda e*

⁵⁹⁸ J. Talboys Wheeler, *Madras in the Olden Time: Being a History of the Presidency*, Vol. I, 1639-1702, Compilação dos registos oficiais de Madras, Graves and Co., Scottish Press, 1861, Madras, p. 174-175.

⁵⁹⁹ Id., p. 177

⁶⁰⁰ Segundo Henry Davidson Love, em *Vestiges of Old Madras, 1640-1800*, p. 523. [Love também analisa esta situação nas páginas da sua obra, dedicando alguns capítulos a S. Tomé].

⁶⁰¹ Wheeler, op. cit., Vol. I, 1861, Madras, p. 174-175 (Trad. nossa do inglês para português)

⁶⁰² Love, op. cit., p. 523, apud P.C., vol. Xiv., 16th July, 1688

*decepção por um lugar sobre o qual mantêm a maior veneração supersticiosa, o que poderia provoca-los e leva-los à amotinação e rebelião, ou pelo menos a alguns distúrbios e prejuízos; sendo eles actualmente dois-terços dos nossos soldados” e pelo menos seis para um dos habitantes Ingleses.»*⁶⁰³

Em 1690, o Vice-Rei, Miguel de Almeida, escrevia a D. Pedro II e referia que, além das condições económicas precárias, os habitantes de S. Tomé não dispunham de fortificações, necessitavam de artilharia para defesa da cidade e além disso, ainda não tinham conseguido um governo civil estável, tendo um *ouvidor* e um *juiz de ófãos* e, depois da morte do *capitão-mor*, Manuel Teixeira Pinto, tinham elegido três vereadores em sua substituição, solução esta que não parecia ao Vice-Rei adequada.⁶⁰⁴ Dá-nos pois a idéia de um ressurgimento da cidade e de uma certa autonomia nas decisões para a sua organização, armamento e fortificação.

Mas em 1691 era exigido aos portugueses o pagamento de direitos dos anos anteriores e era-lhes retirado o contrato de concessão da alfândega do porto, desta vez sob interferência do já referido comerciante local, Chinna Vencatadri, que actuava a mando da Companhia das Índias inglesa de Madras⁶⁰⁵ na sequência das negociações já iniciadas ao tempo da anterior concessão aos portugueses de 1687. Este comerciante e intermediário da companhia inglesa, veio a conseguir que as autoridades de Golconda lhe concessionassem então a cidade, a exploração da alfândega e os territórios adjacentes até ao Monte de S. Tomé. Supomos pois, à falta de melhores informações, que o resultado das negociações anteriores dos ingleses através deste negociante, em 1687 e 1688, se tivessem arrastado e apenas viessem a ter o seu desfecho nesta altura.

Não conseguimos obter dados sobre a reacção entre os portugueses após este último desenvolvimento que pôs em causa o resultado de todas as negociações e diligências que haviam conduzido até então. O facto é que em 1695 os habitantes portugueses ainda se mantinham em S. Tomé apesar de tudo, e o "*General da Costa do Coromandel*", Luis Francisco Coutinho, fazia os seus esforços para

⁶⁰³ Wheeler, op. cit. Vol. I, 1861, Madras, p.176-177

⁶⁰⁴ Paolo Aranha, op. cit., 2011, Singapura, p. 73

⁶⁰⁵ Id., p. 72

reconstruir as muralhas⁶⁰⁶ e atrair os antigos habitantes procurando restabelecer as actividades da cidade. Os mesmos registos de Madras que temos vindo a citar referem, relativamente a 1696, quando estava o nababo Zulfikar Khan à frente dos destinos da região e comandava o exército que cercou os maharatas em Ginjee, que «*Os Portugueses de S. Thomé enviaram Domingo d'Coa ao Nababo solicitando o arrendamento das Aldeias adjacentes e a confirmação do Firmão do Rei para disfrutarem S. Thomé com os privilégios acordados conforme salabad, e a liberdade do Nabado para fortificar*». «*O Nababo deu-lhes uma Parvana na sequência do referido Firmão, embora não tenha dado qualquer garantia quanto aos seus pedidos*». Os ingleses porém estavam bem apoiados no *havildar* de S. Tomé e Paleacate, o qual «*tinha estado com o Nababo e está confirmado no cargo*».⁶⁰⁷ Jogavam pois com uma certa autonomia do poder do governante mugol local, o *havildar*.

Mas aparentemente, neste período, a cidade manteve-se activa e os seus habitantes viviam uma vida normal, de acordo com os seus costumes, assim o evidenciam as histórias contadas por Manucci como as ocorridas com um juiz negociante em 1694, que referimos mais adiante, ou da sucedida com Manucci em 1692 que viu os portugueses de S. Tomé anteciparem-se a si e oferecerem os serviços de um médico local ao comandante mugol que vinha à procura de tratamento e a quem Manucci fora recomendado ou ainda a passada em 1695 com Isabel Raposo que já referimos.

Supomos também que neste período, a última década dos anos de Seiscentos, a cidade reunia condições de habitabilidade e segurança suficientes para permitir, por exemplo, que François Martim, o então director da Companhia das Índias francesa, ali mandasse recolher em Julho de 1693 a sua família, a mulher e uma neta, com os seus criados e bagagens, quando Pondicherry estava sob assédio das forças holandesas.⁶⁰⁸ Com efeito, segundo a investigação de William

⁶⁰⁶ Paolo Aranha, op. cit., 2011, Singapura, p. 73

⁶⁰⁷ Wheeler, *Madras in the Olden Time...* Vol. I, 1639-1702, 1861, p. 308

⁶⁰⁸ Cf. Irvine, «Note on Boureau-Deslandes», in: Manucci op. cit., reprint, 1981, Vol. I, p. lxxx, p. lxxxiv-lxxxv [A filha de Martin era casada com Boureau-Deslandes, funcionário superior da companhia francesa]

Irvine, após a capitulação de Pondicherry em 6 de Setembro de 1693, François Martin foi embarcado e levado pelos holandeses para Batavia, passando por S. Tomé onde a sua família se lhe juntou em 15 de Setembro do mesmo ano.⁶⁰⁹ Segundo os registos holandeses, a “família” de Martin era constituída, além da sua mulher e da neta, por «*uma criada francesa, um arménio, dois escravos e duas escravas, tendo-lhes sido atribuídos alojamento em casa do governador-geral [em Batávia] e os Martins iam comer à sua mesa*». Foi pois este grupo familiar que se manteve em S. Tomé, durante cerca de dois meses, em segurança, possivelmente em casa de amigos ali residentes, ou posivelmente de um agente da companhia francesa – já vimos noutra parte a referência de Manucci a um *monsieur Guetty* - enquanto a situação se agravava em Pondicherry.

Apesar destes sinais algo positivos que apontam para alguma normalidade de vida em S. Tomé, em Madras, os ingleses da Companhia das Índias observavam, segundo os registos coligidos por Wheeler, que:

os habitantes de S. Thomé continuam sob a sua sujeição ao governo dos “mouros”, e estão na generalidade reduzidos a grande pobreza, tendo gasto sem qualquer propósito grandes somas para conseguirem ter o seu próprio governo, e estão divididos miseravelmente entre si, mas mantêm ainda o seu grande orgulho, o que os faz falar ousadamente na menor ocasião que se lhes depare. A sua actual grande novidade é que o Rei de Portugal criou uma Companhia em Goa, à qual limita o comércio na Índia; ... mas a opinião que aqui corre é que o financiamento é com dinheiro francês e que está principalmente concebida para o fornecimento de salpetre (salitre), o que os holandeses não irão tolerar aos Portugueses, nem a outra nação, que exportem de Bengala, excepto aos ingleses.⁶¹⁰

Continuando a referir os registos de Madras, ficamos a saber também como os ingleses daquela cidade viram a chegada, no fim de Março de 1695, de um

⁶⁰⁹ Ibid.

⁶¹⁰ Wheeler, *op. cit.*, 1861, p. 316

navio que trouxe de Goa para S. Tomé «*um Fidalgo, Francisco Luiz, parente do Vice-Rei, a que nomeiam Capitão Geral da costa*». ⁶¹¹ Segundo observavam, este fidalgo, que veio com a incumbência de gerir todos os assuntos da costa do Coromandel,

(...) trouxe consigo a Inquisição de Goa, chamando de volta a S. Tomé todos os Portugueses sob pena de traição. Os habitantes estão muito desgostosos e muito divididos entre si, sendo que os mais avisados se riem destas bravatas enquanto se vêm muito mais sob o poder e a estrita vigilância dos Mouros (...) tendo o Havildar há poucos dias feito uma proclamação em toda a cidade para que nenhum Português use espada fora das muralhas da cidade.

Os ingleses sentiam-se pois descansados em Madras vendo o que se passava em S. Tomé como indicativo de que nada prejudicaria a situação do Forte de St George onde o regime de liberdade que se disfrutava era muito apreciado, comparado com o que se passava sob o governo muçulmano de S. Tomé.

5.3.1. A questão da destruição e reconstrução da cidade

Reverendo o período que medeia entre a saída dos franceses de S. Tomé em 1674 e o ano de 1702, dado por Manucci como o da intenção do governador da província de construir uma muralha englobando a parte portuguesa e a muçulmana, as informações são insuficientes e contraditórias para caracterizar o que foi a existência da cidade durante este período de cerca de 30 anos. Se de facto o rei de Golconda, pressionado pelos holandeses, a mandou *arrazar* em 1674 e, segundo Manucci, «*não ficando pedra sobre pedra*», em 1686, 12 anos depois, os portugueses já conseguiam autorização para aí residir e construir edifícios, embora em 1695 a proclamação do *havildar* os interditasse de usar espada *fora das muralhas da cidade*, o que aponta para a fortificação do que seria o quartelão português também já referido por Manucci.

⁶¹¹ Wheeler, *op. cit.*, 1861, p. 316-317

Sabemos que na verdade tudo terá sido feito para conseguir do rei de Golconda a sua destruição total, assim o queria Yale, o governador de Madras, e assim o estavam os holandeses dispostos a fazer. No entanto, o governador mugol local conseguira demover o seu rei desse propósito e apenas terá sido dado o consentimento à demolição das fortificações.

Henry Love, em *Vestiges of Old Madras* que temos vindo a citar, conta-nos que tendo os holandeses recebido a cidade dos franceses e a seguir entregue a Abul Hassan, disponibilizaram dois navios para transportar a guarnição de De la Haye e o lugar foi evacuado a 19 de Setembro de 1674, transcrevendo Love de uma carta do Conselho de Madras que: «*Os holandeses deixaram S. Thomé aos Mouros e partiram a 27 e 28 últimos*» ... «*Temos esperança de que os mouros a arrazem para sua própria segurança e tranquilidade, se os Franceses ou os Portugueses não os enganarem com adiamentos*». ⁶¹²

Sabemos por Paolo Aranha que em 1697 o *avaladar* (ou *havildar*, governador mugol) Haji Muhammad Ali mandou demolir dois bastiões na mesma altura em que a cidade era administrada pelo *General da Costa do Coromandel*, Luis Francisco Coutinho, nomeado em 1695 pelo Vice-Rei Pedro António de Meneses Noronha de Albuquerque (1692-98), quando o general pretendia reconstruir as muralhas ⁶¹³ e revitalizar a cidade atraindo os seus antigos habitantes, numa estratégia coordenada com Goa. Estes factos encontram correspondência nos registos de Madras citados em *History of the City of Madras*, de Rao Sahib Srinivasachari, professor da universidade de Anamalai, onde é referido que:

(...) os portugueses não conseguiram autorização para fortificar os seus quarteirões como pretendiam. Por outro lado, os Muçulmanos deitaram abaixo até as fortificações que ainda permaneciam sendo demolidas na sua totalidade em 1697. Parte dos entulhos, tijolos e pedras foram utilizados para a construção de uma casa para o *havildar*. Até o mastro da bandeira foi deitado abaixo; e durante

⁶¹² Henry Davidson Love, *Indian Record Series, Vestiges of Old Madras 1640-1800*, Vol. I, p. 321, apud O.C. No. 4002, 13th and 16th Sept. and 1st Oct. 1674

⁶¹³ Paolo Aranha, op. cit., 2011, Singapura, p. 73

anos os materiais serviram de pedreira para os construtores da vizinhança.⁶¹⁴

Sobre a questão da destruição ou reconstrução, os registos de Madras coligidos por Wheeler referem que em Setembro de 1696, na mesma altura em que os portugueses renegociavam o *firmão* de Aurangzeb com as suas prerrogativas sobre S. Tomé, um *espião* ao serviço da companhia inglesa «*informou que um francês e três gentílicos e bramanes estavam há dois meses a tratar com o Nababo sobre a fortificação de S. Tomé; mas que não se sabe qual é o seu verdadeiro desígnio nem quem são as pessoas nem de onde vêm, mas quem quer que sejam, o Nababo recebe-os e escuta-os*». ⁶¹⁵ Mas pelo que vemos, nada terá resultado destas negociações que podemos inserir talvez na linha duma política francesa que alimentava o objectivo de arrendar S. Tomé, pois logo a seguir os mugores deitaram abaixo o resto das fortificações ainda existentes. Com efeito, em Janeiro de 1697, ainda segundo os registos de Madras coligidos por Wheeler sobre o que se passava em S. Tomé,

(...) o Divan e o Buxee puseram hoje Cules a deitar abaixo três das posições em S. Thomé; a razão porque o fazem diz-se que é porque os Portugueses não os presentearam desde a sua chegada. [A 17 do mesmo mês] os Mouros continuam a deitar abaixo as fortificações em cinco posições e a demolir o portão. E hoje começaram com a muralha, levando tijolos e pedras para um lugar onde o Havildar vai construir uma casa; também deitaram abaixo as instalações da Bandeira e neste dia visitaram uma das igrejas.⁶¹⁶

Sobre este período temos também a versão retrospectiva de François Martin, citado por Henry Love em *Vestiges of Old Madras*⁶¹⁷ e que traduzimos:

Setembro de 1687. Os Portugueses, que tinham conseguido o firmão do Rei de Golconda para o restabelecimento da sua nação

⁶¹⁴ Rao Sahib C. S. Srinivasachari, *History of the City of Madras*, op. cit. 1939, p.116

⁶¹⁵ Wheeler, *Madras in the Olden Time...* Vol. I, 1639-1702, 1861, p. 308

⁶¹⁶ Ibid.

⁶¹⁷ Citação retirada das *Mémoires* de François Martin, por Henry Davidson Love in: *Indian Record Series, Vestiges of old Madras 1640-1800*, Vol. I, p. 522-523

em S. Tomé, estavam tão persuadidos da sua firmeza tal como tinham estado noutro tempo, que escreveram a D. Rodrigo de Castro, governador-geral do estado das Índias ...Suplicaram ao governador que enviasse ordens aos seus compatriotas espalhados em diversos locais ao longo da costa para os obrigar a juntarem-se para que, não formando mais do que um corpo entre eles, o restabelecimento se fizesse melhor de forma mais alargada e em estado de se sustentar. D. Rodrigo, sob esta opinião que lhe pareceu bem fundada, enviou ordens conforme lhe fora pedido. Fizeram-nas suas [as ordens] e publicaram em Porto Novo onde têm uma Igreja, e enviaram cópias a Negapatão, Tranquebar e a Madras, onde havia um número particular de nacionais. Em Madras, sobre esta notificação, o Governador reuniu o Conselho onde foi resolvido que os Portugueses que abandonassem a cidade por seis dias (a menos que fossem de viagem) teriam as casas confiscadas para a Companhia, bem como outros bens que fossem encontrados na cidade e lhes pertencessem, e proibição de reentrar na cidade. Esta deliberação foi lida publicamente na Igreja dos Católicos. Vários Portugueses que tinham o desejo de partir, ficaram retidos por esse motivo. Entretanto, como essa ordem era demasiado rude, não foi executada com rigor. O Conselho de Madras afrouxou de seguida e houve alguns que foram para S. Tomé.

Mas as coisas voltam a correr mal outra vez. Ainda segundo François Martin, citado por Wheeler:⁶¹⁸

Dezembro de 1687. Os Portugueses que começavam a restabelecer-se em S. Tomé em virtude do firmão que conseguiram do Rei de Golconda, foram confrontados com os oficiais que o Mugol enviou para o Governo.⁶¹⁹ Quiseram opor-se, mas não o podendo conseguir, um religioso Agostinho, que tinha conseguido

⁶¹⁸ Ibid.

⁶¹⁹ O reino de Golconda fora entretanto tomado pelo imperador Mugol que colocou um novo governador da sua confiança no governo ocupando o trono da dinastia que governara até então.

o firmão, partiu de lá com um dos habitantes principais, para a corte a fim de tentar a sua confirmação pelo Mugol. Não foi este o único obstáculo que se opunha ao restabelecimento de S. Tomé. Os portugueses estavam divididos entre os principais do governo. É um ponto onde eles muitas vezes se deixaram cair nas Índias e que bem contribuíu para a vantagem que os Holandeses lhes ganharam.⁶²⁰

Não era pois muito tranquila, do ponto de vista dos observadores exteriores, a situação dos portugueses em S. Tomé.

Retomando as descrições de Manucci sobre este período, vemos mais tarde, no fim de Agosto de 1702, chegar a S. Tomé um novo governador mugol nomeado para o Carnatic, Mahamud (ou Muhammad) Sahid, que vem muito doente e pede a Manucci que o trate.⁶²¹ Tendo o tratamento sido bem-sucedido «*com a ajuda de Deus*», segundo acentua, Manucci vê-se largamente recompensado pelo governador mugol, chegando a ser-lhe atribuído por este «*o rendimento de dois povoados e das suas aldeias*» pelo tempo em que Mahamud governasse a província.⁶²²

Este governador, «*antes de partir para a guerra*», segundo Manucci, quis construir uma muralha em terra batida (*earthen wall*, na versão em inglês) a toda a volta de S. Tomé incluindo não só o quarteirão dos muçulmanos mas também aquele onde viviam os portugueses. Propôs então ao rei a construção da muralha e fazer do lugar uma povoação única, para o que dispunha de duzentas mil patacas e pedia autorização para o fazer,⁶²³ iniciando entretanto a sua construção. No entanto, refere Manucci noutra parte da sua *Storia*, vai receber mais tarde a resposta do rei negando a autorização e proibindo os trabalhos pois, segundo diz, «*se a cidade*

⁶²⁰ A conclusão, na versão original de Martin: «*C'est un point où ils sont tombez souvent dans les Indes, et quy a bien contribué aux avantages que les Holandois ont remportez sur eux*»

⁶²¹ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p 273. Esta nota de Manucci leva-nos a supor que este pode ter tido “consultório” em S. Tomé, a menos que utilizasse a sua casa no Monte de S. Tomé para receber este tipo de doentes que o procuravam.

⁶²² Id., p. 273-274

⁶²³ Id., p 274

*fosse reconstruída, os franceses poderiam toma-la novamente como já tinham feito anteriormente».*⁶²⁴

Não podemos deixar de observar que esta questão é abordada por Manucci em dois momentos diferentes e com diferentes significações, também. Num primeiro momento, diz-nos que o governador mugol apenas pretende construir uma muralha em terra batida e inicia a construção, mas no segundo momento, ao receber a resposta do rei, diz-nos que é a *reconstrução da própria cidade* que está em causa. Podemos tomar este desacordo como uma imprecisão de linguagem para referir um mesmo facto em dois momentos diferentes da obra ou então poderá o desacordo corresponder a duas coisas diferentes, uma a muralha e outra a própria cidade a qual sabemos, no entanto, que já tinha portugueses a residir novamente, com autorização de construir casas, de ter hortas e com um governo próprio. Mas em 1702 é pois negada autorização ao governador do Carnatic para *reconstruir a cidade*, tendo o mesmo, no entanto, já iniciado a construção de uma muralha à sua volta, como já vimos, referindo Manucci, nomeadamente, um episódio de um frade agostinho que subiu inadvertidamente a muralha em construção e que foi imediatamente *«preso e levado ignominiosamente perante um magistrado, só conseguindo ser libertado mediante pagamento de dinheiro»*.⁶²⁵

Os factos parecem algo contraditórios mas não encontramos outros elementos que possam fazer luz sobre este período.

Mas se fizermos uma leitura mais global do que se estava a passar a nível regional, ou se quisermos, a nível das políticas traçadas nos centros de decisão superiores, observamos que as pretensões da Companhia das Índias inglesa sobre S. Tomé se faziam sentir de acordo com uma estratégia delineada pelo próprio Conselho de Directores da Companhia (*Court of Directors*) em Surrate, perante as perspectivas de crescimento de Madras e da evolução dos negócios comerciais da Companhia na India Oriental e em todo o Oriente numa maneira geral, incluindo a

⁶²⁴ Id., p 281

⁶²⁵ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 274

China e o Japão.⁶²⁶ São Tomé era assim vista, no âmbito de uma estratégia global, como uma possível região para recursos agrícolas de Madras e para áreas de recreio da Companhia inglesa. Com a saída dos franceses de S. Tomé, a correspondência existente da Companhia e os registos de Madras mostram-nos quais passaram a ser as intenções: Em 1686-87, o *Court of Directors* imprimia uma nova orientação política para a Índia emitindo ordens para que a guarnição de Forte de St. George prestasse apoio aos holandeses que estavam em guerra com o rei de Golconda e como contrapartida, queria um *firmão* para cunhar rupias e arrendar S. Tomé como possessão inglesa.⁶²⁷ Em 1688-89, sir John Child, Governador-geral da Companhia, que vai passar a partir de então a residir em Bombaim, veiculava a orientação de «*transformar Madras num lugar eficaz de poder e comércio na Costa do Coromandel*» e «*se possível, obter do Nababo a posição de S. Tomé para ser conservada como uma quinta, em perpetuidade*».⁶²⁸ Eram pois estes os propósitos e orientações que informavam a actuação no terreno dos governadores de Madras e agentes da Companhia inglesa quanto a S. Tomé.

D. António Noronha, o último representante da Coroa Portuguesa, conheceu e viveu a situação das primeiras décadas no Séc. XVIII de S. Tomé e caracterizou-a também na sua linguagem característica, nos escritos que deixou e que foram divulgados por Carmen Radulet:

Depois de ter experimentado a cidade de Meliapor tantos infortúnios, ficou por último a Coroa de Portugal de posse tão somente intramuros da Cidade e não das Alfândegas e rendas das aldeas que os Mouros desfrutavão debaixo do comando do Nababo de Arcata. No ano de 1718 ainda era governada aquela Cidade por um capitão-mor nomeado pelo Vice-Rei da Índia. Pela ocorrência do tempo e falta de total providência de Goa ficou o Bispo Diocesano governando o temporal e espiritual e chegou por fim a tão lamentável estado que, abatidos os fortes muros de que se

⁶²⁶ John Bruce, *Annales of the Honorable East India Company, From 1600 to 1707-8*, Vol. II, 1810, Londres

⁶²⁷ Id., p. 567

⁶²⁸ Id., p-619

cingia, sem portas e nenhum reparo ficou sujeita aos insultos dos bárbaros Maometanos que incitados pelos Brâmanes, encarceravam aos sacerdotes e católicos em públicas prisões e muitas vezes se viu tirarem-nos das igrejas com paramentos sacerdotais e conduzi-los deste modo à presença do Avaldar ou Governador Mouro, sem nenhum respeito e veneração, acabando as vidas à força dos horrorosos tormentos⁶²⁹

A acção de Noronha no final dos anos quarenta desse século, porém, revela que a interpretação favorável aos portugueses do firmão de Aurangzeb, confirmada pelos seus herdeiros, adquirira então nova força e que a autoridade portuguesa voltava a ser reafirmada, depois de um período de grandes dificuldades, como testemunhou:

(...) No ano de 1749 obtive D. António José de Noronha do Príncipe Mogor e do Nababo Chanda Saibó de Arcata, a confirmação dos antigos privilégios que de antes gozava a Cidade de Meliapor, e, juntamente, as suas aldeias que oferecera logo ao seu Fedelíssimo Soberano, em cujo nome tomou posse, governando o Estado da Índia o Vice-Rei Marquês de Alorna, como refere Francisco Xavier no seu Elogio funebre e histórico, pag. 267. Levantou o Noronha a real bandeira de Portugal naquelas respeitáveis ruínas com aprovação do mesmo Vice-Rei e universal contentamento, não só do povo católico mas com aplauso dos Mouros e Gentios a quem os seus antepassados tinham referido a opulência que gozavam quando os Portugueses dominavam a Metrópole de toda a Costa de Coromandel (...) A fama de que os Portugueses se tornavam a estabelecer em S. Thomé de Miliapor convocou a um grande número de mercadores arménios, georgianos, gregos, patanos, persas e gentios, menos os Brâmanes que, com desprazer vião a propagação sem embaraços que eles sempre odião. E edificavam os estrangeiros habitações nos mesmos sítios em que os seus antepassados desfrutavão os inexplicáveis interesses que

⁶²⁹ In: D. António José de Noronha, Carmen M. Radulet, ed., Sistema Marcial Asiático, Fundação Oriente, 1994, p. 159

percebiam no comércio daquela Costa e Cidade. Os tecelões e pintores de roupas que, por causa das contínuas guerras entre os Franceses, Ingleses e Mouros, andavam dispersos, se recolheram aos seus antigos domicílios. Tudo, enfim, era prazer em Meliapor, cuidando cada um no seu estabelecimento e restauração do comércio em que fundavam as esperanças de recuperar a antiga opulência dos seus antepassados.⁶³⁰

Este terá sido um aparente e final ressurgimento da cidade, sob bandeira portuguesa, mas no contexto da grande competição travada entre franceses e ingleses pela supremacia na região, sob a movimentação estratégica dos franceses dirigidos por Dupleix, a quem Noronha estava muito ligado pelos serviços que lhe tinha prestado e nas negociações com os herdeiros do sultanato, envolvidos em duras disputas pela sucessão, em que se jogavam as alianças com franceses e ingleses.

5.3.2. S. Tomé centro temporário do poder mogol

Mas vejamos o que entretanto se passava na viragem do século XVII para o XVIII, segundo o relato de Manucci. Os mogores, conquistado o reino de Golconda e conquistada a seguir, depois de um longo cerco em 1698, a cidade forte de Ginji, iniciaram uma série de campanhas dirigidas pelo general Daud Khan⁶³¹ que vieram criar grande instabilidade aos estabelecimentos e feitorias dos europeus na região. Daud Khan, já conhecido de Manucci, começou por acampar perto de Arcote para onde transferiu o governo do Carnatic e a partir de 1701 iniciou uma campanha para assediar Madras, assentando arraiais por várias vezes em S. Tomé, fazendo sede das suas operações nesta cidade.⁶³²

Aqui instalado, Daud Khan começou por se colocar na posição de receber a visita dos ocidentais, nomeadamente dos portugueses de S. Tomé e dos ingleses

⁶³⁰ In: D. António J. de Noronha, op. cit., 1994, p. 160-161

⁶³¹ Manucci cruza o seu percurso na Índia com este general por diversas vezes, o qual é pois um seu conhecido

⁶³² Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p 366

de Madras e Manucci foi o enviado da Companhia das Índias inglesa e do governador de Madras, Thomas Pitt, ao general mugol. Daud Khan, porém, ficou insatisfeito com os ingleses pois entendia que lhe deveria ser enviada uma representação formal do governador inglês e não um simples enviado, apesar da amizade e respeito que tinha para com Manucci. E manifestou eloquentemente o seu desagrado, segundo Manucci, na sequência do descontentamento que já vinha mostrando sobre os ingleses, os quais «*instalados no território do seu rei, dispõem de uma forte posição muito útil e muito adequada a todo o tipo de mercadorias e tráfico (...) esquecendo-se de ter em atenção que enriqueceram neste país ao mais alto grau (...) e que por certo se esqueciam que ele era um general que dominava toda a província do Carnatic e que, desde a queda de Golconda que não prestavam contas da sua administração, boa ou má, a partir de 1686*». ⁶³³

Sobre a forma como decorreram estas negociações, iniciadas sob a tônica da insatisfação declarada de Daud Khan, e que se prolongaram por cerca de 15 dias, Manucci fornece uma detalhada descrição que inclui um enredo complicado com um outro participante na missão, um bramane de nome Ramapa de cujo comportamento sempre suspeitou, mantendo sempre Manucci a preocupação de conseguir evitar que Daud Khan fizesse ou dissesse alguma coisa que agravasse a relação com os ingleses de Madras cujos interesses representava e, sobretudo, de evitar que o colocassem a ele numa posição desprestigiante como negociador e amigo de ambas as partes, no que procura demonstrar também ter sido bem sucedido, revelando uma grande capacidade diplomática. Mas tal como uma anterior missão de Madras a Arcote, esta também não terá sido de todo bem sucedida do ponto de vista da Companhia, segundo os registos consultados por Irvine e apesar de Manucci, que dela fez parte, se mostrar satisfeito no final. ⁶³⁴ Mas na realidade, quer a posição do imperador mugol, manifestada nas posições de Daud Khan, quer a da presidência da Companhia inglesa, de intransigência perante as exigências mugores, não lhe davam certamente margem para fazer mais.

⁶³³ Idem, p. 369

⁶³⁴ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p 366-374.

Daud Khan foi entretanto viajar pela província e receber saudações e presentes dos franceses de Pondicherry e dos holandeses de Sadraspatam⁶³⁵ e, novamente em S. Tomé, veio a receber cumprimentos e presentes dos ingleses de Madras que desta vez enviaram Mr. Ellis, a segunda figura do Conselho de Madras. Mas Daud Khan continuou a mostrar-se desagradado e recusou receber aqueles «*presentes ordinários*»⁶³⁶ que não eram dignos de um homem da sua posição. Propôs-se então visitar Madras e foi Manucci que o veio esperar a S. Tomé e o escoltou até à cidade onde foi muito bem recebido e onde ficou muito bem impressionado com o cerimonial que tiveram para com ele. No regresso, depois de saudado com salvas de artilharia, um esquadrão de mosqueteiros ingleses escoltou-o até S. Tomé. A seguir, Daud Khan decidiu passar uns dias na casa que Manucci tinha no Monte Grande, ou Monte de S. Tomé.⁶³⁷

Os registos de Madras citados na *History of the City of Madras* dão-nos também uma visão complementar e precisa desta vinda de Daud Khan a S. Tomé e da sua actuação:

In 1699 Nawab Daud Khan, who was then the deputy of Nawab Zulfikar Khan, visited Madras and spent a week at San Thome. Daud Khan succeeded his master as the Nawab of the Carnatic and Gingee countries in 1700; soon after he came down to Arcot, he sent to the English at Madras for "sundry sorts of liquors." On that occasion presents were sent to him through Sehnor Nicolo Manucci, a Venetian who was then resident at Madras and was a very interesting personality of those days. Nawab Daud Khan regarded the presents sent to him as inadequate and sent Manucci back with a threat that he would appoint a separate governor for Black Town and would develop San Thomé at the expense of Madras.⁶³⁸

⁶³⁵ Segundo Irvine, os holandeses tinham uma feitoria em Sadras desde 1647, cerca de 40 milhas a sul de Madras. In: Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 376, nota de fim de página.

⁶³⁶ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 376

⁶³⁷ Id., p. 376

⁶³⁸ Rao Sahib C. S. Srinivasachari, *History of the City of Madras*, op. cit. 1939, p.120-121; A *Black Town* era uma area urbana extra-muros da cidade de Madras

Daud Khan parecia pois ter novos planos para S. Tomé. Voltou novamente em Janeiro de 1702 e exigiu desta vez a presença do Governador Inglês,⁶³⁹ mas este recusou-se a comparecer. Daud Khan deu então a entender que ou os ingleses se submetiam ou iria cercar a cidade e iniciou de imediato acções de confisco de mercadorias a comerciantes particulares, ocupando três povoações da jurisdição de Madras e fazendo saber que actuava com ordens rigorosas do rei para pôr fim ao comércio de todas as nações europeias e muito em particular a dos ingleses, restringindo os seus movimentos e tratando-os com todo o rigor.⁶⁴⁰ Segundo esclarece Manucci, passava então a existir uma outra razão de peso para esta atitude generalizada para com os europeus estabelecidos na região: durante o ano anterior, piratas europeus tinham apresado diversos navios muçulmanos pertencentes a mercadores de Surrate, causando tais prejuizos que tiveram de ser suspensas as rotas comerciais, o que deixou Aurangzeb muito incomodado. O imperador queria assim forçar os europeus a criar condições de liberdade de navegação fazendo-os dar caça aos piratas.⁶⁴¹

Foi assim que em Abril de 1702 Daud Khan mandou embora uma delegação holandesa, a quem tratou com frieza e recusou a pretensão que traziam de alargar a sua concessão a várias aldeias.⁶⁴² Em Dezembro de 1702 a Companhia Francesa mandou a S. Tomé, para negociar com Daud Khan, um comerciante, Monsieur Desprez,⁶⁴³ vindo de Pondicherry o qual pediu apoio a Manucci que largou os seus afazeres em Madras e foi para S. Tomé para o ajudar na medida do possível. As negociações vieram a demorar oito dias, mas os resultados foram positivos. Em Março, foi a vez ainda de dois representantes dos holandeses de Negapatão virem a S. Tomé em embaixada com presentes.⁶⁴⁴

Pelo interesse que pode ter para caracterizar personagens e atitudes na dinâmica dos acontecimentos, incluimos aqui o relato de Srinivasachari na sua

⁶³⁹ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 380 a 384

⁶⁴⁰ Id., p. 384

⁶⁴¹ Id., p. 381

⁶⁴² Id., p. 390

⁶⁴³ Id., p. 385-387

⁶⁴⁴ Id., p. 387

History of the City of Madras sobre a continuação e desfecho das atitudes de Daud Khan no seu regresso a S. Tomé:

A few months later, in July 1701, Daud Khan arrived at San Thomé with 10,000 troops, horse and foot. It seemed as if hostilities would break out and Pitt [O governador de Madras] prepared for a stout resistance. But the Nawab changed his mind, said that he was prepared to receive the presents that he had previously refused and even offered to dine with the Governor. The dinner was accompanied with the presents and the gift of a great quantity of wines and cordials. The next day the Nawab could not go, as he wished, in a boat to visit one of the English ships in the roads on account of having become very drunk overnight. This was followed by another threatening visit of the Nawab to San Thome and Pitt had to prepare for yet another threatened outbreak of hostilities. Soon the Nawab began a strict blockade of the city and stopped all goods going in or out. The inhabitants of Egmore, Purasawakam and Triplicane fled through fear; and application was made by the Council to the Dutch and the Danes for assistance. The blockade extended to the other English settlements on the coast, but was raised after some weeks, when the English agreed to pay 25,000 rupees and the Nawab returned all the plundered goods.⁶⁴⁵

Vemos assim, entre 1701 e 1702, durante um período de cerca de 2 anos, a cidade de S.Tomé, no seu estatuto de cidade submetida à soberania mugol, a servir de base às actividades soberanas do general mugol, tornada momentâneamente centro político da região, assistindo às idas e vindas de representantes dos vários interesses europeus instalados nesta parte da Índia submetida então ao poder do Império Mugol, e onde se polarizou um potencial conflito com o estabelecimento inglês de Madras a que os mugores queriam impor a sua soberania de forma efectiva.

⁶⁴⁵ Rao Sahib C. S. Srinivasachari, op. cit., 1939, p.120-121

5.3.3. Questão da soberania da cidade

Os ingleses, perante as acções de intimidação mugores e a ameaça de cerco de Madras, persistiram sempre na sua recusa de prestar satisfações a Daud Khan ao mesmo tempo que alimentaram suspeitas sobre «*alguns negociantes portugueses de S. Tomé que estariam a envenenar o espírito dos muçulmanos contra eles*», nomeadamente o Bispo de S. Tomé, D. Gaspar Afonso, «*um membro da Sociedade de Jesus*», acentua Manucci, que seria amigo íntimo de Daud Khan⁶⁴⁶ e do *diwan*⁶⁴⁷ e ameaçaram bombardear a cidade. Manucci acha que estas suspeitas eram infundadas e que, antes pelo contrário, os habitantes de S. Tomé se sentiam imensamente devedores de obrigações para com os ingleses de Madras que sempre os protegeram e socorreram. E transcreve nesta altura uma carta do Bispo, de 22 de Fevereiro de 1702, ao Governador de Madras pedindo-lhe que não bombardeasse a cidade.⁶⁴⁸ Na carta, D. Gaspar referia que se tal acontecesse, teria de protestar em nome do Rei de Portugal «*a quem esta cidade pertence*».⁶⁴⁹ E fazia acompanhar a carta com um protesto formal, onde acrescentava que a cidade «*está sob a sua bandeira [do rei de Portugal] tem um bispo, um capitão-geral, um juiz, e todos os outros oficiais geralmente existentes numa cidade governada por ele*» e confiava que «*sua excelência não irá quebrar a paz que existe há tantos anos entre as duas coroas dos mais altos (most exalted) Reis da Grã-Bretanha e de Portugal*».⁶⁵⁰

Manucci levanta aqui a questão da soberania sobre a cidade que, segundo diz, pertence de direito aos muçulmanos, «*diga o Bispo o que quiser*».⁶⁵¹ E aponta que, na realidade, os muçulmanos ocupavam a maior parte dela e que eram eles que a governavam, ocupando os portugueses apenas um pequeno espaço que «*não seria tão grande como o de uma paróquia das cidades europeias*». Sendo verdade que as casas dos portugueses «*estão construídas bem no centro da cidade, esta já não lhes pertence no entanto*». Pelo contrário, continua, estavam cercados lá dentro por

⁶⁴⁶ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p 388

⁶⁴⁷ *Diwan*, ministro encarregue dos assuntos civis e financeiros sob a alçada do nababo (ou *nawab*)

⁶⁴⁸ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p 388 a 390.

⁶⁴⁹ Id., p 390-391.

⁶⁵⁰ Ibid.

⁶⁵¹ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 390-391

todos os lados, não podendo decidir qualquer coisa por mais insignificante que fosse. Além disso, «*os mugores e aqueles que governam o Carnatic em seu nome não a vêm como pertencendo mais aos portugueses do que a outras nações europeias na Índia*». ⁶⁵² É claro pois para os portugueses que não tinham autoridade dentro dela, sendo o seu e único privilégio, poderem içar o seu estandarte nos dias de festa e nos Domingos. «*Não necessitamos de acrescentar que até com esta sua sombra de poder sofrem frequentes interferências*» escreve Manucci. ⁶⁵³

Esta situação é também relatada por Wheeler baseado nos registos da época em *Madras in the Olden Time*, com transcrição da correspondência trocada com o Bispo, onde se inclui a carta referida por Manucci pedindo ao governador inglês que não bombardeasse a cidade como sabia ser sua intenção e fazendo-a acompanhar de um protesto formal no caso de essa intenção ser mantida. ⁶⁵⁴ Wheeler transcreve também a resposta diplomática do governador com os protestos de amizade e lembrando a necessidade de não ser dado apoio aos seus inimigos.

Na realidade, e em nosso entender, a situação era mais complicada, pois na carta referida, endereçada ao governador de Madras, D. Gaspar arvorava a sua condição de membro do Conselho de Sua Majestade, em substituição de Lucas Luiz de Oliveira, o capitão-geral entretanto falecido e era, além disso, o Bispo titular da Diocese de S. Tomé, consagrado de acordo com a autoridade real portuguesa. Acrescia ainda a natureza do *firmão* confirmado por Aurangzeb que era também parte desta discussão a qual se vai manter até 1749, altura em que os ingleses irão incorporar S. Tomé nos domínios de Madras, por força das armas.

Estariam então os ingleses na contingência de bombardear S. Tomé se as condições do cerco a Madras se agravassem e a carta do Bispo D. Gaspar não iria ter qualquer peso na decisão nem iria obviar a que tal acontecesse. ⁶⁵⁵ Daud Khan acabou porém por entrar em negociação, dada a forte posição inglesa e depois de ver recusado o apoio de holandeses, franceses e dos dinamarqueses de Tranquebar,

⁶⁵² Id., p. 391

⁶⁵³ Ibid.

⁶⁵⁴ J. Talboys Wheeler, *Madras in the Olden Time*, 1861, Madras, p. 395-396

⁶⁵⁵ Id., p. 391

para o ajudarem contra os ingleses.⁶⁵⁶ Assim, depois de perto de dois meses de cerco a Madras, Daud Khan acabou por optar por um demorado processo de negociação com os ingleses que durou cerca de um mês e se traduziu finalmente no acordo de pagamento de vinte e cinco mil rupias⁶⁵⁷ como já referimos e de que encarregou o *diwan* e os seus funcionários de receber, levantando o cerco e partindo entretanto com as suas tropas. Manucci foi encontrar o *nababo* e o *diwan* na sua casa no Monte, no dia a seguir à partida de Daud Khan os quais se vieram despedir dele, deixando um procurador para receber o pagamento acordado.⁶⁵⁸

Do relato de Manucci sobre esta situação, constata-se, apesar da destruição sofrida umas décadas atrás, que era novamente bem marcada, nestes primeiros anos do séc. XVIII, a presença portuguesa na cidade, estando bem definida a existência de uma área portuguesa, apesar de não ser «*tão grande como a de uma paróquia das cidades europeias*», mas em que as casas dos portugueses «*estão construídas bem no centro da cidade*». A tentativa de afirmação de autoridade política por parte do Bispo, é indiciador, também, da existência de um centro de decisão governativa, com os diferentes poderes oficiais que caracterizavam as cidades portuguesas, expressão de autoridade governamental, se bem que mitigada pela declarada afirmação de soberania das autoridades mughores.

5.4. Um estado de insurreição permanente na cidade

Segundo nos transmite Manucci, olhando para o modo como a comunidade portuguesa ali vivera até então, era evidente para toda a gente que quando os portugueses eram donos da cidade, existia nela muita opressão e muita injustiça. Segundo diz, os portugueses matavam-se uns aos outros, cavavam trincheiras fortificadas nas ruas nas quais colocavam canhões e despendiam muito dinheiro para manter soldados ao seu serviço. E era de tal maneira que se alguém descesse despreocupadamente pela rua, disparavam sobre ele com os seus mosquetes.

⁶⁵⁶ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p 385

⁶⁵⁷ Id., p 392-393

⁶⁵⁸ Id., p. 393-394

Segundo diz, eram compensados pelas suas malfeitorias e não mostravam respeito nem mesmo pelo *Santo dos Santos*, abatendo homens durante as procissões religiosas.⁶⁵⁹ Devido às insurreições na cidade, os conventos e igrejas barricavam-se sendo os frades obrigados a ir eles próprios buscar a água e, por caridade, traziam para a sua casa os homens da facção mais fraca e aos outros, chegavam por vezes a inutilizar-lhes os mosquetes.⁶⁶⁰

Manucci refere como exemplo o caso de alguém que não identifica e que, sòmente para ver *aleijar* algum inocente que passasse na rua, ordenava ao seu criado para disparar a sua arma. E dava esta ordem enquanto rezava, de rosário na mão. O criado disparava e ia dizer ao seu patrão que o passeante tinha sido atingido. Este “alguem” voltava a tomar posição à janela, repetindo o «*Pai-nosso que estais no Céu*» e via que o homem atingido estava ferido e que se arrastava fugindo para salvar a vida. Parava então de orar a Deus e dava uma segunda ordem para disparar uma segunda bala e acabar com o homem.⁶⁶¹

Histórias como esta parecem incríveis mas estavam na memória como recordação de acontecimentos ocorridos até cem a cento e cinquenta anos atrás como se depreende da carta a El-Rei que um grupo de moradores escreveu em 1537⁶⁶² onde se queixam dos capitães solteiros e mancebos que davam *agasalho* aos homens solteiros e mancebos como eles e que fugiam das armadas da Índia, servindo-se deles para se imporem à terra e que «*causam insultos e males que na terra fazem, pelo favor que tem*». Contam também das «*difamações de casadas e vyrgens, que furtam as filhas alheas e as demandam com falsos casamentos e outros semelhantes males*» do que não eram castigados, sendo-lhes antes dadas viagens e embarcações para Malaca, Pegu, Bengala e Ceilão «*às ordens do que for preciso*». Estes homens, diz-se na carta, andavam por toda a costa, rios e lugares, fazendo tais maldades na altura de se irem embora, deixando que outros pagassem «*com as vidas e fazendas que lhes roubam*». Na carta, referem ainda a existencia

⁶⁵⁹ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p 119

⁶⁶⁰ *Wrestled matchlocks, of which they broke off the pans*, na versão em inglês, de Irvine (Manucci, op. cit., reprint, 1981, p. 119)

⁶⁶¹ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, 119

⁶⁶² Antonio da Silva Rego, coord., *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia*, Vol. II, 1523-1543, Fund. Oriente, 1991, p. 249-255

de 12 ou 15 omiziados e «*encartados por mortes de omens e taes que os mataram ha espymgarda*», encontrando refúgio nesta terra dos males que fizeram noutros lugares, tomando-os o capitão ao seu serviço *por matadores* e assegurando-lhes a fuga se porventura chegavam ordens do Governador para os prender.

S. Tomé chegou a ser mencionada nalguma correspondência como uma cidade de fronteira. Numa carta do Vice-Rei a el-Rei em 1599, transcrita por Sanjay Subrahmanyam, é dada conta de que o capitão da povoação de S. Thome, *Francisco Corea de Brito*, provido pelo Rei, não conseguia «*ter pela natureza dos moradores della a tera quieta e não Bastou aos quietar mandar lâ o anno passado o desembargador Francisco de Campos Tavares cô hua alçada antes cuidou que ficarão de pior dessistão por elle não fazer execução e nenhũ de muytos culpados o que lhe não foi possivel pela comodidade que tẽ de se passar para os Mouros e tanto que se de la veo tornarão a continuar e seus ynsultos e maldades como homeẽs que não temẽ a Deus nẽ as Justiças de Vossa Magestade e certo que me tẽ dado muyta penna não achar modo pera poder remedear tamanhos males continuados desde a fundação daquela povoação tee oje.*»⁶⁶³

Transcrita também por Subrahmanyam, chega-nos correspondência de Diogo Mello de Castro, Capitão Geral de S. Thomé em 1631 para o Conde de Linhares, Vice-Rei do Estado da Índia, em que manifesta a necessidade de «*alguns soldados por estar a cidade qual tenho escrito, mas a Vossa Excellencia os não poder mandar não há que tratar disso. Em falta delles convem mandarme Vossa Excelencia a provisão que lhe tenho pedido que todo o homem que tiver algum degredo que cumprir assestindo nesta cidade com suas armas lhe haverá por cumpridos os annos em que foi condemnado*»⁶⁶⁴ o que mostra o tipo de gente que nesta época ia parar a S. Tomé, sendo natural que o capitão-geral perdesse a mão nestes homens com facilidade, perante a dinâmica das várias facções em presença,

⁶⁶³ Sanjay Subrahmanyam, «Extractos duma carta do Vice-Rei D. Francisco de Gama, Conde da Vidigueira, a el-Rei, 18 de Dezembro de 1599», transcrito em *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700, Comércio e Conflito*, Ed 70, 2002, Lisboa, Doc. VI dos Apendices, original no Museu Britânico, Londres, ref.^a Additional Mss. 28 432, fls. 10-12.

⁶⁶⁴ Sanjay Subrahmanyam, «Cartas de D. Diogo de Mello de Castro ao Conde de Linhares, Vice-Rei do Estado da Índia, 12 de Agosto e 13 de Agosto de 1631», transcrito em op. cit., 2002, Lisboa, Doc. VII dos Apendices, original na Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Códice 51-VII-32, fls. 209-222

ou até, como as queixas sugerem, os tivesse utilizado em seu proveito, como é o caso adiante citado por Panduronga Pissurlencar. Este investigador registou, nos *Assentos do Conselho de Estado*,⁶⁶⁵ a acta de um Conselho do Governo do Vice-Rei Dom Filipe Mascarenhas em 1646, onde se propõe a demissão de «*Dom Luis de Mello que esta por Capitão Geral de Samthomé*», o qual «*devia ser despoçado do dito cargo (...) e se tirasse uma devaça muy exacta das culpas contudas nos mesmos papeis para se proçeder contra elle como for Justiça*». Existiam queixas de que o Capitão defendia mais os interesses dos holandeses do que os de S. Magestade, de desordens que cometera, de que tomara e retivera embarcações, «*fatto e dinheiro alheio*», que «*a admoestação de sua Sria não teve efeitos*», que o seu filho D. Antonio de Mello «*entrara em casa de hua dona e a afrontara de palavras, e a sua filha cazada, de que a cidade se auia qeixado a sua Sria por carta sua*». Denunciava-se também do referido Dom Luis de Mello de «*se apoderar do proçedido da renda do bem comu sem premitir se gastasse naquilo para que está aplicado*».⁶⁶⁶

Acrescentamos ainda a este elenco de referências as observações de François Martin - que foi um alto responsável pelos interesses franceses na Índia Oriental nas décadas de 1640 a 1690, tendo sido um dos fundadores da cidade de Pondicherry - que traduz o sentimento e as idéias que corriam na altura e na região sobre a cidade e sobre os portugueses que lá viviam. Diz François Martin nas suas Memórias,⁶⁶⁷ que terá havido noutros tempos na cidade famílias muito ricas, «*riches de plusieurs millions*» sendo o comércio nos primeiros tempos «*une mine d'or*». E diz ainda:

Les habitants de cette ville étaient devenus si superbes et si insolents par leurs richesses qu'ils ont refusé longtemps de reconnaître le Vice-Roi de Goa; ils ont renvoyé souvent les gouverneurs nommés par ce premiers officiers et ceux qu'ils ont

⁶⁶⁵ Panduronga Pissurlencar, *Assentos do Conselho do Estado*, 1955, Goa

⁶⁶⁶ Pissurlencar, *op. cit.*, 1955, Goa, doc. 67, p 167

⁶⁶⁷ François Martin, «État de La ville de San Thomé» in: *Mémoires de François Martin, fondateur de Pondicherry (1665-1696)*, Pub. A. Martineau, Societé d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, 1931, Paris, p. 335-337

reçus dans leur ville n'y ont jamais eu aucune autorité; les meurtres, les assassinats, les empoisonnements et les autres crimes de cette nature ont régné dans cette ville comme dans le fort. On en conte des exemples qui font horreur, j'en ai appris assez de particularités que j'ai su des anciens habitants de cette place et qui avouaient eux-mêmes que les malheurs qui leur sont arrivés étaient un juste châtiment du ciel. C'était une espèce d'anarchie que le gouvernement de cette ville; pendant sept ou huit ans, deux des principales familles se déclarèrent la guerre, le reste des habitants furent forcés de prendre parti, il se cantonnaient dans les rues, dans les jardins; personne ne pouvait passer d'un lieu à l'autre sans s'exposer à être tué ou blessé jusques là que les ecclésiastiques et les religieux n'osaient aller par la ville pour administrer les sacrements, sans demander permission aux deux partis.

Era este o ambiente que se vivia na cidade ou que dela constava entre as comunidades de europeus da região e de que Manucci se apercebeu, reflectindo-o nos comentários que faz e nas histórias que conta como veremos a seguir.

Mas não podemos deixar de acrescentar uma outra leitura possível sobre estas questões, nomeadamente sobre o que se passou na segunda metade do séc. XVII. Se de facto assistimos em certas décadas do séc. XVI a uma criminalidade típica de *ciudades de fronteira* e à instabilidade manifestada pelos habitantes perante o tipo de gente que chegava a S. Tomé e a ganância de alguns dos seus governantes, já as épocas que se seguiram à recuperação da nacionalidade em Portugal se caracterizaram por divisões profundas da sociedade portuguesa que se reflectiram, com certeza, até nas partes mais distantes dos territórios controlados pelos portugueses, como era o caso de S. Tomé, um pequeno microcosmos que não terá deixado de espelhar os conflitos que colocaram famílias e os seus apoiantes, em campos de fidelidades opostas, como foi observado nalgumas referências aqui citadas, nomeadamente nas colectâneas dos registos ingleses de Madras, ou como está bem expresso no texto de François Martin atrás transcrito ou como Manucci faz também transparecer no seu relato.

5.5. Histórias domésticas e crimes passionais dos portugueses de S. Tomé

Manucci conta nesta altura, como também em vários outros momentos da sua narrativa, uma série de histórias domésticas em que os protagonistas são portugueses de S. Tomé e que versam assassinatos, amores proibidos e crimes passionais, de que resumimos algumas. É por exemplo, o caso duma mulher rica e influente cujo marido se amantizou com uma criada da casa e a mulher, fingindo que não sabia, esperou por uma oportunidade e matou a *negra*, mutilou o corpo e mandou-o enterrar no jardim atrás da casa. Com a carne tirada do corpo, preparou um cozinhado que serviu pessoalmente ao marido o qual comeu e elogiou o sabor requintado. *«Então a mulher, levantou o prato, despejou-lho na cara exclamando que não tinha sido suficiente disfruta-la enquanto estava viva e que até morta ela lhe sabia bem. Encolerizada, invectivou o marido abundantemente, saiu de casa, foi viver com parentes e nunca mais permitiu que o marido se encontrasse com ela.»*⁶⁶⁸ Nesta história, para além do picaresco, é evidenciada a facilidade com que se matava a criadagem negra, escrava, e se enterravam os corpos no jardim detrás da casa. Ou melhor, se *mandava* enterrar.

E Manucci continua a contar outros casos como o passado em S. Tomé, em 1695, em que um português chamado António Pinto, casado com Isabel Rapozo, *«foi por mau caminho»* com uma mulher casada, Antónia de Torres que permitia que o português entrasse publicamente na sua casa. A esposa soube disto e, não conseguindo acalmar a sua raiva, um dia pela tardinha achou que era o momento oportuno e saiu de casa seguida de quatro escravos fortes e entroncados. Atacou então a casa da adversária, arrastou-a pelos cabelos para a rua, partiu-lhe os ossos saltando em cima dela e desfigurou-lhe o rosto aos pontapés. *«A mulher ofendida retirou-se então com toda a dignidade para a sua casa e a desfigurada Antónia de Torres teve de ir para Madras para ser tratada»*. *Ficaram assim cobertos de infâmia, ela e António Pinto, em toda a região.»* Mas tentando

⁶⁶⁸ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p 107

readquirir a sua credibilidade e explicar a sua saída de casa, o homem fez correr o rumor entre os portugueses de que a sua mulher era impotente.⁶⁶⁹

Com esta história, é-nos mostrado que se existia dissolução de costumes, a honra e a fidelidade também eram prezadas e havia quem se guiasse por essas virtudes mas que as defendesse pelas suas próprias mãos de forma excessiva, o que também merecia reprovação social numa sociedade onde os rumores assumiam muita importância. Mas dá-nos a entender também que em caso de acidente e de problemas com a integridade física, as pessoas recorriam a Madras para se tratarem.

O caso de Dona Escolástica, filha de João Pereira de Faria, casada com um Cosmo Lourenço Madeira, é também contado por Manucci:

Esta senhora aprisionou em sua casa uma das suas escravas que lhe havia roubado qualquer coisa. Tendo-a castigado com severidade e privado de comida, a escrava acabou por morrer, sendo enterrada na cave. Ninguém ousava fazer perguntas pois se os muçulmanos o soubessem, teriam aplicado um castigo ao dono da casa, o senhor Cosmo Lourenço, igual ao que tinha sido aplicado à escrava.⁶⁷⁰

Segundo Manucci, o assassinio de escravos e raparigas escravas era comum entre os Portugueses e «*serão poucas as casas em que não se encontrem esqueletos dos seus corpos*» segundo diz. Mas ao que parece, estes hábitos persistiam mesmo sob o domínio mugol da cidade, sendo patente no entanto o receio do tipo de justiça que os novos senhores podiam aplicar e a que os portugueses também estavam submetidos.

Como se não chegasse, Manucci aproveita para contar também uma fiada de histórias passadas com portugueses em várias cidades como Baçaim, Goa, Damão, Cochim e Negapatão, algumas ocorridas durante as suas estadias naqueles locais quando procurou a companhia dos portugueses, outras, por certo, de ouvir contar. Regressa porém novamente ao tema de S. Tomé para contar mais coisas

⁶⁶⁹ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p 107-108

⁶⁷⁰ Id., p 108

sobre a cidade e mais histórias que os seus habitantes lhe contaram das quais não deixamos de resumir mais algumas.

Existia em S. Tomé, segundo conta, um homem chamado António Viveros «*que vivia da venda de venenos, levantando acusações falsas sobre mulheres casadas na esperança que os maridos lhe comprassem os venenos e com isso ganhava dinheiro*». Mesmo que o marido não pudesse pagar, cedia-lhe o veneno a crédito. Constava que vinte e nove mulheres casadas tinham morrido com os venenos vendidos por este homem aos seus maridos, entre os quais se contavam frades e padres seculares. Uns dias antes de os muçulmanos terem tomado a cidade, «*o que aconteceu no ano de 1664*»,⁶⁷¹ o homem morreu e como estava relacionado com muita gente, todos compareceram. Muitos vizinhos e conhecidos foram também ver se era verdade. Receava-se que fosse uma farsa mas por fim regozijaram-se pois tinha mesmo morrido.

Esta multidão encheu a sua sala de visitas de tal forma que sendo uma casa velha, com o peso, o pavimento desabou com o cadáver e com a maioria dos presentes que o rodeavam. Alguns homens morreram e outros ficaram feridos e com pernas ou braços partidos. Outros morreram sufocados porque o armazem debaixo da sala estava cheio de cal e este *chunambeiro*⁶⁷² (termo usado na versão inglesa, presume-se que o termo original) produziu muitos danos, cegando uns e sufocando outros. Seguiram-se muitos gritos e lamentações e a maior parte da cidade, em lágrimas, dizia que «*não bastou a António Viveros matar tantos em vida, mas tinha necessidade de dar cabo de outros tantos na sua morte. Em vez de lhe encomendarem a alma a Deus*», comenta Manucci, «*mandaram-no para o diabo*».⁶⁷³

⁶⁷¹ Irvine corrige a data em que, segundo os registos de Forte de St George, a cidade foi tomada pelo Rei de Golkonda, em 1 de Maio de 1662 em vez de 1664 como refere Manucci e como já referimos anteriormente. Irvine nota este desfazamento de dois anos por vezes nas datas que Manucci aponta.

⁶⁷² Material usado nas argamassas de construção, equivalente à cal usada no continente, como veremos mais adiante, com composição e propriedades semelhantes, nomeadamente as da cal viva, o que explica os danos pessoais causados.

⁶⁷³ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p 119-120

Nesta história é-nos dado um raro e ligeiro indício sobre a tipologia das casas em que residiam os portugueses. Geralmente, como também é patente noutras histórias que temos vindo a resumir, a casa possuía uma cave, ou um piso térreo, que funcionava como armazém, o piso de cima era em tabuado de madeira (que, neste último caso, sendo antigo, desabou com o peso das pessoas) e constituía um espaço público ou social, a sala de visitas. Noutras histórias, mesmo as passadas noutras localidades, parece ser habitual que as casas fossem frequentadas publicamente, sendo a sala de visitas o espaço de socialização comum das famílias e visitantes. Não há, por outro lado, em toda a narrativa, qualquer indicação que aponte para a existência de mais pisos acima dos já referidos.

Manucci alonga-se também num elenco de histórias em que os portugueses quer de S. Tomé, quer de outras cidades como Goa, Cochim, Baçaim, Mascate, Madras e outros locais da Índia como Agra, Lahore e Delhi, são protagonistas de enredos que envolviam bruxedos praticados por criadas e gente de raças locais e por pessoas reconhecidas pelas suas artes de magia, a quem os protagonistas recorriam, em que geralmente as coisas correram muito mal ou em que os protagonistas conseguiam os seus objectivos mas eram ultrapassados pelos acontecimentos e geralmente descambavam em resultados inesperados e contrários aos pretendidos. Nalguns casos, as pessoas envolvidas chegaram a ser levadas à Inquisição em Goa por práticas de bruxaria.

Por vezes, estas histórias incluem elementos que testemunham a centralidade de S. Tomé numa comunidade geográfica de famílias portuguesas dispersas por vários pontos do Índico e de Bengala, como o caso de uma viúva,⁶⁷⁴ que veio refugiar-se em S. Tomé depois da perda de Malaca, em Janeiro de 1641 e que passou a residir numa rua chamada da Galera. A viúva, com as suas duas filhas por casar, seria uma senhora pobre, sem protectores, mas duma família nobre, de bom comportamento, respeitável, e que levava uma vida retirada. Viu-se então envolvida num complicado enredo por causa de um jovem e rico morador de S. Tomé, João Coelho, que lhe desejava uma das filhas, enviando-lhe mensagens e,

⁶⁷⁴ Id., p 191-195

valendo-se da sua riqueza, pretendendo que se tornasse seu amante, para grande indignação da família. Querendo ver-se livres da impertinência do jovem, envolveram uma criada da raça *rajava*, que Manucci explica serem pessoas que faziam magia e «*que têm pacto com o diabo*», e a história foi-se complicando à medida que foram sendo postas em prática certas prescrições da criada e da sua gente, fazendo com que o João Coelho, «*prostrado no chão*», quisesse casar afinal com a filha mais velha a qual se apoderou da vontade dele e das suas riquezas, que se tornaram afinal na causa da sua ruína, mas que depois se quis ver livre da forma possessiva como ele a tratava. A criada *rajava* aplicou então um feitiço ao jovem e a seguir, a pedido dela, arranjou-lhe um jovem amante o que a irmã mais nova também veio a querer e tudo manipulado com os feitiços da criada e das companheiras que ela trouxe para a casa, e o desfecho é múltiplo e inesperado. Ficaram as duas irmãs sujeitas aos amantes, a mais velha engravidou e um dia, ao passar o Santo Sacramento na procissão do Corpus Cristi, a que não devia assistir da sua janela conforme fora avisada pelo seu jovem amante, desmaiou e bateu com a cabeça. A irmã que a quis socorrer foi sovada pelo amante e, com a cena a complicar-se, as pessoas da procissão entraram na casa, as companheiras da criada fugiram levando os dois amantes com elas, não tendo a criada *rajava* conseguido fugir. Esta foi torturada, confessou as práticas de bruxaria e foi enforcada e esquartejada.

A filha mais velha deu à luz um filho a quem deu o nome do pai mas a quem toda a cidade se referia como o «*filho do Diabo*». A família ficou em situação de ter de andar a pedir esmola (*asking for the alms*) «*até à perda da cidade*», tendo a casa ficado *tão assombrada* que nenhum estranho ali podia viver seguro da sua prole.

A história continua com outras histórias que se sucederam na mesma casa onde a família vivia, com esqueletos que se levantavam de noite, rostos fantasmagóricos que apareciam, gente que fugia aterrorizada, mortes inexplicadas e

finalmente o João Coelho do princípio da história, a regressar à casa e a viver nela descansado.⁶⁷⁵

Este João Coelho ao que parece acabou por sair beneficiado. Dele diz-nos Manucci no princípio da história, e tenhamos em conta que se terá passado nos anos 40 do século XVII, que era de tal maneira rico que não sabia o que tinha, não contava o dinheiro, «*mas media-o aos alqueires como se mede o grão*», o que contrasta com a existência na mesma cidade de uma família que já tudo perdeu ao deixar o modo de vida anterior por força da ocupação holandesa, caso da viúva de família nobre que se refugiou em S. Tomé onde havia gente que disfrutava de grande riqueza do comércio que ainda mantinha quando as comunidades portuguesas no Índico sofriam já o abalo causado pelos holandeses.

5.6. Nicolao Manucci e os portugueses de S. Tomé

Segundo recorda, quando Manucci chegou à região as principais pessoas de S. Tomé foram cumprimentá-lo de forma muito civilizada e ofereceram-se para lhe prestar qualquer serviço que fosse necessário da parte delas, de que nomeia em particular⁶⁷⁶ *Manoel Teixeira Pinto*, capitão-geral da cidade, *João da Costa de Sua*, *Cosmo Lourenço Madeyra*, *António Palha de Lima* e *Manoel da Silva de Menezes*, pessoas de quem Manucci diz a todos e a suas famílias ter tratado de graça. Estes personagens entram na história que descreve a seguir e em que nos dá o tom do que passou a ser a sua relação com os portugueses que ali viviam e as diferentes realidades em presença.

Cerca de um ano depois da sua chegada a Madras, foi-lhe enviada de Goa uma soma de *três mil e setecentas patacas* que tinha deixado depositadas com o padre Salvador Gallo, prefeito dos teatinos. Este padre entregou o dinheiro ao procurador de Manucci, João Lopes de Figueiredo, um português nascido na Índia, para que este o entregasse a Manucci. Eram nessa altura os cidadãos já

⁶⁷⁵ Id., p. 195

⁶⁷⁶ Id., p. 120

mencionados e que o cumprimentaram à chegada, quem governava S. Tomé e onde eram magistrados, segundo Manucci. Quando o procurador desembarcou, «prenderam-no e confiscaram tudo o que ele trazia consigo, apoderando-se também do seu navio, sob a falsa declaração de que estaria em dívida para com uns judeus chamados Bartolomeu Rodrigues, Domingos do Porto e Álvaro da Fonseca» (*Fonçequa* no texto da *Storia*). Segundo os magistrados, o procurador teria de pagar uma dívida de um homem *da sua facção* aos ditos judeus, coisa com que estes últimos pareciam ficar muito satisfeitos.⁶⁷⁷ Lembremos a propósito que em Madras existia uma comunidade de judeus de origem portuguesa, originários de Amsterdão.⁶⁷⁸

Ao aperceber-se do grande erro que estava a ser cometido e de que iria ficar sem o seu dinheiro, Manucci recorreu aos magistrados mostrando-lhes o recibo de João Figueiredo, as cartas do Padre Salvador Gallo e a certificação por D. Rodrigo da Costa, Governador da Índia, o qual escrevera também uma carta de recomendação sobre Manucci dirigida aos principais homens de S. Tomé, pois que os domínios dos portugueses na Índia estavam em grande dívida para com ele. E certificava que João Lopes era portador daquele dinheiro para si, tendo assim feito tudo o que podia para o ajudar neste assunto. Mas nenhum destes esforços deu resultado. Mais uma vez apresentou o testemunho recebido de Goa de Agostinho Ribeiro e de Pascoal Gomes, bem como o certificado da condecoração atribuída pelo Rei de Portugal, mas em vão. Estes homens estariam presentes quando Gallo entregara o dinheiro a João Lopes o qual tinha a obrigação de o entregar, em moeda corrente, a Manucci e de ficar com recibos selados. O próprio João Lopes pediu-lhes também que lhe fosse dado satisfazer o seu compromisso para com Manucci, pois que não devia dinheiro a mais ninguém nem existia qualquer documento a provar que ele estivesse em dívida. Mas em vão.⁶⁷⁹

Depois de assim terem arruinado e destruído João Lopes e depois de muita argumentação, não podendo ignorar a queixa de Manucci, acabaram por lhe

⁶⁷⁷ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p 120-122

⁶⁷⁸ Mordechai Arbell, *The Portuguese Jewish Community of Madras, India, in the Seventeenth Century*, consultado em 11-03-2011 em www.sefara.org

⁶⁷⁹ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 120-122

entregar duas mil patacas mas como um favor que lhe faziam, não querendo aceitar mais reclamações.⁶⁸⁰

Segundo afirma Manucci, um deles queria casá-lo com uma parente sua, outro dizia que se ele ficasse a viver em S. Tomé iria recuperar aquele dinheiro e o outro, ainda, dissera-lhe que o dinheiro com que ficara já lhe dava rendimento para toda a vida. Manucci atribui o mal que fizeram a João Lopes ao facto de ele ser nascido na Índia, ter fortuna e ser dono de um navio, o que lhes provocava grande inveja. Mas além disso, estes magistrados tinham sido pretendentes da mulher de João Lopes, que era uma mulher rica, mas que não os aceitara. Foram por isso, conclui, o ódio e a inveja os motivos suficientes para que assim levassem o homem à ruína.⁶⁸¹

Mas para Manucci, a história não ficou por aqui. Em 1700, a cidade veio a ter como governador, em nome de Aurangzeb, um amigo de Manucci, chamado Xefican, ou *Shafi Khan*, que veio a saber do assunto ocorrido doze anos atrás e que não ficara esquecido no entanto.⁶⁸² Este governador quis rever então a queixa e convocou aqueles homens à sua presença os quais declararam com arrogância nada saber e nada dever a Manucci, estando prontos para jurar sobre os Santos Evangelhos. O governador, como não conhecia a língua, pediu então ajuda ao governador de *Madrasta*, Thomas Pitt, enviando-lhe toda a documentação e os depoimentos sobre o caso e foi este que veio a fazer justiça, depois de mandar traduzir a documentação e de chamar os referidos portugueses e os ouvir amigavelmente pedindo-lhes que dessem satisfação à queixa de Manucci, ao que eles mais uma vez se recusaram de forma rude. Desmascarou então aqueles homens, colocando-os perante uma reunião do Conselho da cidade, estando presentes magistrados e «*homens instruídos das diferentes nações*». O governador, na presença de todos, leu então em voz alta a queixa de Manucci e o Conselho pronunciou-se unânime pela veracidade dos testemunhos apresentados, considerou que Manucci tinha sido enganado e decidiu unânime pela

⁶⁸⁰ Id., p. 121

⁶⁸¹ Id., p. 122

⁶⁸² Ibid.

evidência de terem de lhe pagar.⁶⁸³ Não é claro, do texto de Manucci, se mesmo assim os magistrados lhe pagaram o que deviam, mas parece que não, apenas refere terem eles sido desmascarados perante todos os europeus e *maometanos*, mas não se tendo, mesmo assim, emendado nem desistido dos seus maus procedimentos, segundo diz.

Este episódio mostra que existiria, naquela época, uma certa convivialidade entre as comunidades presentes com interpenetração de jurisdições e uma certa colaboração entre governantes locais, mugores e ingleses, no que se refere aos casos de justiça. Mas tal era também a ausência de uma autoridade segura entre os portugueses de S. Tomé que se tivesse imposto na devida altura de forma justa. E tal era também o prestígio e reconhecida autoridade do então governador Thomas Pitt e do Conselho da cidade de Madras neste tipo de questões de justiça entre os habitantes, não só da cidade de Madras como da região em geral onde viviam europeus.

O Conselho era um órgão que tinha na sua alargada composição um conjunto de vereadores eleitos em que se contavam, além de ingleses, representantes dos portugueses que viviam em Madras⁶⁸⁴ e das comunidades de comerciantes da cidade, nomeadamente hindus ou bramanaes, e judeus, com já referimos atrás de forma mais detalhada.⁶⁸⁵ As suas decisões e pareceres eram reconhecidos pela população de Madras mas também respeitados em S. Tomé, como o episódio relatado por Manucci dá a entender, sendo indicador também da existência de uma sociedade que vivia entre dois polos urbanos, social e administrativamente opostos, mas em que existiam interesses, negócios e serviços comuns que afectavam tanto um lado como o outro.

Neste caso, Manucci, vivendo sob a jurisdição de Madras que o apoiava, reclamou daqueles cidadãos de S. Tomé o dinheiro de que se apropriaram, tendo as deliberações de Madras, que lhe deram apoio, impacto sobre eles, apesar de

⁶⁸³ Ibid.

⁶⁸⁴ In Mordechai Arbell, *The Portuguese Jewish Community(...)*, *op.cit.*

⁶⁸⁵ Para uma iformação mais detalhada sobre a constituição do Conselho de Madras, ver Rao Sahib C. S. Srinivasachari, M.A., *History of the City of Madras*, Written for the *Tercentenary Celebration Committee*, 1939, [in addition to the Commemoration Volume], p.98-100

viverem fora da jurisdição de Madras, mas tendo o governador mugol de S. Tomé dado crédito às instituições daquela cidade a quem pediu colaboração na administração de justiça entre europeus. Não é claro o desfecho da história, mas Manucci parece bastante satisfeito por ver enfim reconhecidas as suas razões.

Manucci relata outro caso ocorrido em 1690, passado consigo e com um juiz de S. Tomé que ajuda a caracterizar um padrão de comportamento em que um juiz se ocupava, também, de negócios com mercadorias.⁶⁸⁶ O juiz, Manuel da Silva de Menezes, ter-se-à apropriado de uma quantia que Manucci havia adiantado a uma mercador genovês, Jorge Bianco, para realização de negócios no Pegu, quando este lhe enviou uma ordem de pagamento do capital e os respectivos juros, a ser feito em S. Tomé. Depois de muita insistência, de ter pedido a clérigos amigos que intercedessem e também ao próprio capitão-geral, Tomás da Maia,⁶⁸⁷ que o ajudou o mais que pôde, a única coisa que conseguiu foi que o juiz se dispusesse a ceder-lhe várias *jardas de tecido* que havia adquirido mas com um valor bastante inferior, o que Manucci se recusou a aceitar, acabando o juiz por lhe entregar apenas uma pequena quantia, tendo Manucci ficado sem o seu capital e sem os juros.⁶⁸⁸

É pois o abuso do cargo por um juiz que faz comércio, recorre a expedientes e se apropria de fundos usando prerrogativas do cargo em que está investido pela autoridade portuguesa. Manucci apresenta este caso como constituindo um aviso sério àqueles que tencionam ir para a Índia, deixando desta forma muito mal colocados os magistrados portugueses da Índia.⁶⁸⁹

Mas prosseguindo com as histórias, cada vez mais graves, ilustrativas de como se vivia entre os portugueses, Manucci conta o caso do roubo a um padre português, Luis Pereira, chegado de Manila e que trazia dinheiro para uns parentes de Damão. Por essa altura, conta, acabara de chegar a S. Tomé um português, Martim de Lemos, que saíra de Portugal por ser desordeiro e ladrão de estrada – e Manucci abre um parêntesis para dizer que «*a maior parte dos Portugueses que*

⁶⁸⁶ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p 122 a 123

⁶⁸⁷ É referido um Tomaz da Maia por Panduronga S. S. Pissurlencar em *Portuguese India. Conselho do Estado*, Arquivo Histórico do Estado da Índia, Vithal Trimbak Gune, Tip. Rangel, 1956, in: Google Books [Em linha], [consultado extracto em Junho de 2013]

⁶⁸⁸ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 122-123

⁶⁸⁹ Id., p. 123

vêm para a Índia são da mesma laia». Não tendo recursos, pediu ajuda aos que governavam a cidade, tendo-lhe sido respondido «*que podia procurar para as suas despesas onde quer que o fosse encontrar*». Frase muito ambígua que Manucci pôs na boca de quem governava a cidade. O certo é que Lemos, num Domingo de manhã, com toda a tranquilidade e segurança, foi a casa do padre e com a ajuda de quatro *Cafres* (*Kaffirs*),⁶⁹⁰ apontou uma pistola ao peito do padre, abriu-lhe a bagagem e roubou-lhe tudo o que ele trazia, fugindo a seguir para Madras.

Manucci conta que ele próprio se encontrava no adro da Igreja da Madre de Deus, a caminho da missa, quando chegou o alerta de que Martim de Lemos estava a roubar o Padre. Foi então que, segundo conta Manucci, António Palha, um dos governantes da cidade, assumiu que ia ele tratar do caso, mas foi afinal, calmamente, para a sua casa, dando tempo ao ladrão para consumir o roubo e escapar-se em segurança. Só depois de se certificar que o ladrão já estava longe é que Palha apareceu armado e clamando a toda a gente que fossem ajudar o Padre Luis Pereira o qual acabou por ser encontrado atado a um pilar. Uma vez desatado tentaram consola-lo ao mesmo tempo que lhe diziam ter feito todos os possíveis para o socorrer mas como estavam na missa não tinham podido fazê-lo mais cedo.⁶⁹¹ Esta história que resumimos, é contada com mais pormenores e aponta para a tibieza de carácter dos governantes portugueses da cidade, a sua falsidade para com o frade e até a possível conivência com o autor do roubo ou pelo menos a tolerância ambígua com que o incentivaram e a complacência com que o deixaram consumir o roubo e fugir, a que acresce o desprezo pelo padre e pelas suas obrigações.

Segundo conta ainda, Manucci foi procurado em 1692 por um oficial hindu do exército do Karnatic, o rajá Dalpar Rao, comandante de cinco mil

⁶⁹⁰ Kaffirs, ou *Cafres* (port.), habitantes do Sri Lanka (Ceilão) descendentes de populações africanas trazidas pelos portugueses nos sec.s XVI e XVII bem como pelos holandeses e ingleses. Eram trazidos como escravos, carregadores e soldados. (In: Afropédia, *google sites*, [Em linha] apud *The African Diaspora in the Indian Ocean*, de Richard Pankhurst e Shihan de Jayasuriya, 2002, Africa World press, p. 251-260). Segundo o *FreeDictionary* [Em Linha] o termo é actualmente extremamente ofensivo quando usado para designar pessoas negras, sobretudo em meios africanos como na África do Sul.

⁶⁹¹ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p 123-124

cavaleiros⁶⁹², a quem fora recomendado pelo nababo Julfacarcán (*Zulfiqar Khan*), pelo capitão de Cavalaria Mirza Mahdi e por outros amigos. O rajá procurava tratamento e estaria disposto a pagar-lhe quatro mil *rupias* mas surgiu então a interferência dos portugueses de S. Tomé, incluindo a do próprio responsável do Bispado que era também o padre então encarregue do governo civil da cidade e a quem Manucci havia curado de uma “*obstrução*”. Os portugueses propunham ao oficial hindu um médico que lhe iria proporcionar uma cura rápida e por um preço mais baixo, mandando então o oficial dizer a Manucci que não precisava de se incomodar e que lhe mandaria dizer se precisasse dele. Ao fim de uns dias, o rajá chamou-o pois não tinha ainda recuperado a saúde como esperava, mas Manucci não aceitou vê-lo, acabando o oficial mugol por regressar lamentando a sua má sorte.⁶⁹³

5.6.1. Histórias dos naturais da região e rituais dos hindus

O desfiar de histórias que têm como protagonistas os portugueses da Índia, em particular os de S. Tomé, estende-se no relato de Manucci sem transição, a não ser a geográfica, para os naturais da região, dando-nos a sua visão sobre os hábitos e idiossincrasias locais no seu convívio e conflito com os recém-chegados que Manucci designa por persas, no fundo os originários do norte que vieram com a ocupação mugol.

Os mugores mantêm as hierarquias e estruturas hindus locais, surgindo então conflitos que Manucci descreve, personalizando-os em pequenas histórias como a do persa que se lava no rio e do hindu que lhe conspurca a água, das discussões e agressões e da sentença do ministro do rei de Golkonda, Abdul-I-Hassan, que manda cortar a mão com que o persa havia agredido o hindu. Mas o persa não se conforma e acha que quer o governo quer os tribunais não estão nas mãos dos muçulmanos, mas antes nas dos hindus, parte para a corte de Aurangzeb e vai apelar à justiça do Imperador já que se considera um descendente do Profeta.

⁶⁹² A importância hierárquica do cargo avaliava-se pelo número de cavaleiros sob o seu comando

⁶⁹³ Id., p. 132

O imperador manda que lhe dêem algum dinheiro mas com este caso, alimenta o rol de acusações que vai fazer mais tarde ao rei de Golkonda.⁶⁹⁴

Manucci dá-nos também a sua versão, peculiar, daquilo que são para ele os hábitos e rituais locais que descreve através de pequenas histórias como a do abuso sobre mulheres pelos monges brâmanes a pretexto de cerimónias exigidas pelas divindades. Segundo diz, os brâmanes mantêm nos templos vários monges que vivem das ofertas dos devotos e que andam em liberdade pela povoação *pedindo pelas almas*. Manucci descreve os templos que, segundo diz, *estão frequentemente adornados com figuras obscenas*,⁶⁹⁵ descreve os hábitos dos monges e as regras de hierarquia entre eles bem como as suas atitudes para com os visitantes, nomeadamente se não lhes levam comida, descrevendo cenas a que assistiu quando teve de inspeccionar as decorações do templo de Mathura. Refere também a existência de cobras nalguns destes templos e a sua representação em pedra que associa ao mito da grande serpente que tenta engolir o Sol, quando se dá um eclipse, e que procuram evitar fazendo todo o ruído possível com gongos, tambores e outros instrumentos para distrair a serpente e conseguir a sua compaixão para não engolir o Sol.⁶⁹⁶

Nalguns destes templos, segundo diz, realizavam-se festivais onde as mulheres permitiam a aproximação dos homens durante a noite sem os recusar dada a crença de que eram os ídolos que as vinham procurar em forma de homens. Da mesma maneira, quando um bramane se interessava por uma mulher bonita da aldeia, mesmo casada, usava artimanhas para a convencer que era desejo da divindade a sua entrega ao serviço do templo. O mesmo faziam para convencer as mães da necessidade de sacrifício das jovens adolescentes à divindade, recorrendo a cerimoniais em lugares sagrados onde uma representação da divindade com o seu órgão masculino em pedra ocupava lugar central. E Manucci multiplica estas histórias e descrições ao longo de várias páginas,⁶⁹⁷ como a da inocência com que um mercador hindu, com quem se cruzou em viagem para Lahore, se dirigia com ar

⁶⁹⁴ Id., p. 124-125

⁶⁹⁵ Id., p. 134

⁶⁹⁶ Id., p. 134-140

⁶⁹⁷ Id., p. 140

festivo, com tocadores de flauta e cimbales, para comemorar os quatro filhos com que a mulher o favorecera e que viera a encontrar no regresso da sua viagem de seis anos. As suas desconfianças iniciais teriam sido desfeitas quando a mulher lhe dissera que sonhava com ele quando dormia e que era nesses momentos que ficava grávida. E isto era confirmado pelos bramanes um dos quais seria o amante da mulher. E para dar crédito, argumentavam com o exemplo dos seus falsos deuses, os quais eram nascidos um da transpiração, outro do sopro das narinas (em inglês, *the dew of the nostrils*) e outro do cair da água no chão, explicações estas que satisfizeram totalmente o marido.⁶⁹⁸

5.7. Controvérsia religiosa em S. Tomé, Pondicherry e Madras

No fim da Quarta Parte da sua obra, (que Irvine inclui também no Volume IV da *Storia*) Manucci debruça-se pormenorizadamente sobre os acontecimentos que se deram no seio dos grupos religiosos em presença em S. Tomé, em Madras e em Pondicherry, com a prisão do padre capuchinho Ephraim de Nevers à ordem do comissário da Inquisição em S. Tomé,⁶⁹⁹ descrevendo todo o processo inquisitorial, a acusação formal, a defesa e a correspondência de várias entidades sobre o mesmo. O Padre Ephraim de Nevers é descrito na *History of the City of Madras*, como tendo ficado em Madras, na missão dos Capuchinhos a convite dos ingleses, quando viajava para o Pegu. Veio então a construir a igreja dedicada a Sto André, incluindo *o seu rebanho* não só os Católicos residentes no Forte de St. George, mas também muitos outros de S. Tomé. O Padre Nevers (designado como Neves, na obra referida sobre a História de Madras) tinha a reputação de homem muito santo, mantinha uma escola na sua residência para crianças e tinha até traduzido os evangelhos para português na forma de um catecismo para os alunos, sendo um linguista ilustrado que sabia várias línguas além do persa e do árabe, bem como as principais línguas da região.⁷⁰⁰

⁶⁹⁸ Id., p 141-142

⁶⁹⁹ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 407-457 e Vol. IV, p. 27-28

⁷⁰⁰ In: Rao Srinivasachari, *History of the City of Madras*, op. cit., 1939, p.22-23

Manucci descreve também a chegada do patriarca de Alexandria, Charles Thomas de Tournon que vem com poderes para «*inquirir e regular as práticas dos missionários na Índia e na China*», e que desembarca em Pondicherry em 1703.⁷⁰¹

Das descrições de Manucci, é-nos possível perceber que uma certa e importante vida cristã continuou a ter lugar em S. Tomé se bem que Madras parecia oferecer uma maior segurança a uma confraria de Nossa Sr.a do Rosário que para lá se transferiu com «*a perda daquela cidade*» em 1662 para o rei de Golconda, não obstante ter-se mantido em S. Tomé a mesma confraria ou, dito de outro modo, ter-se mantido no lugar onde existiu aquela cidade que já deixara de ser a cidade com tal nome (segundo a argumentação a favor da sua mudança para Madras).⁷⁰² A controversia estava ao rubro em 1704, com petições, excumunhões, acusações e recriminações, estando também em causa valores patrimoniais. De toda esta questão nos dá conta Manucci de forma pormenorizada⁷⁰³ e dela apenas fazemos referência pela importância e ambiguidade do estatuto de S. Tomé que continuava a acolher estas instituições religiosas, apesar de estar então sob administração muçulmana, com uma «*espécie de governo*» de portugueses que tímidamente içava a bandeira portuguesa nos dias santos, mantendo-se a sede do episcopado na cidade cuja natureza cristã era por outro lado posta em causa, bem como a sua legitimidade para continuar a ser a sede de instituições católicas e que, não obstante tudo isto, continuava a ter um capitão-geral nomeado por Goa e um bispo nomeado pela Coroa Portuguesa com jurisdição sobre toda a região, incluindo Madras e Pondicherry.

A situação era deveras estranha, mas mostra como a cidade era então o fulcro de várias situações indeterminadas, como o conflito do poder religioso entre a igreja católica e as autoridades inglesas que acolhiam outra obediência que não a dos católicos romanos, mas também entre vias de obediência diferentes dentro da

⁷⁰¹ Id., Vol. IV, p. 1-34

⁷⁰² Id., Vol. III, p. 36-37; ver também o desenvolvimento desta questão em op. cit., Vol. IV, p. 35-37

⁷⁰³ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. IV, p. 37-55

própria igreja católica romana e onde também o poder da Inquisição se fazia sentir, independentemente da soberania mugol.

A autoridade mugol assistia com complacência e sem interferir, tolerando, ao passo que a autoridade temporal do bispado, mantendo-se em S. Tomé, se subtraía aos poderes a que os ingleses preferiam dar acolhimento, ao mesmo tempo que conservava o seu ascendente jurisdicional sobre os católicos de Pondicherry o que também motivou questões com a hierarquia francesa.

5.8. Um episódio tumultuoso com um novo capitão-geral

Manucci, na sua linha de exposição que parece seguir uma ordem aparentemente cronológica, apesar de retomar por vezes factos passados e voltar a momentos anteriores da narrativa, dá-nos conta da tensão crescente entre os mugores e os europeus na fase final do reinado de Aurangzeb, com o apresamento de bens europeus em Surrate por ordem do imperador mugol e a prisão de todos os europeus e cristãos naquela cidade incluindo os comerciantes arménios, exigindo reparações milionárias como compensação para as perdas sofridas pelos mercadores muçumanos às mãos da pirataria dos europeus⁷⁰⁴

A tensão amentou com a acção de navios de guerra ingleses no porto de Surrate e o apresamento em 1704 pelos holandeses de três navios regressados de Meca ricamente carregados e transportando um importante homem santo. Os ingleses e holandeses aprisionados em Surrate conseguiram entretanto fugir e os navios de guerra bombardearam o porto. Em retaliação, o governador de Golkonda deu ordens para apreender a feitoria holandesa e todo o seu pessoal e a situação tornou-se alarmante para os europeus que viviam na costa do Coromandel e Gergelim, vindo a ser desocupadas as feitorias existentes em Bengala.⁷⁰⁵

⁷⁰⁴ A situação é tratada com detalhe por Manucci e confirmada nas notas de Irvine, incluindo o sucedido ao embaixador inglês entretanto chegado a Surrate, no Vol. III, op. cit., p. 283-288

⁷⁰⁵ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. IV, p. 56-59

Foi nesta altura e tendo como ambiente conjuntural a situação conflitual existente na região que chegou a S. Tomé, em Setembro de 1704, vindo de Goa, um novo capitão-geral, Nuno Silvestre Frade, que vinha suceder a Mateus Carvalho que «*governava o quartirão Português*». Era, por outro lado, o mugol Mir Usman o representante do governador Daud Khan em S. Tomé.⁷⁰⁶ Veio a ser este capitão-geral o personagem central dos graves acontecimentos que vieram a ter lugar na cidade, no mês seguinte à sua chegada e que Manucci descreve com detalhe.

Assim, no dia 5 de Outubro de 1704, teve lugar a procissão do Santíssimo Rosário, realizada no primeiro domingo de Outubro «*em todas as igrejas da cristandade onde exista um altar ao Rosário*». A procissão era seguida por muitos muçulmanos que mostravam atitudes provocatórias e desrespeitosas para com o culto e para com cristãos que a incorporavam,⁷⁰⁷ interferindo com as *charolas* e estandartes. Segundo Mannuci, estas mesmas atitudes repetiam-se com outras festas católicas que a comunidade praticava em S. Tomé e como as portas das igrejas eram mantidas abertas, os muçulmanos iam ao ponto de entrar e «*sentar-se nos degraus do altar fumando tabaco, rindo e olhando descaradamente para as mulheres dos portugueses durante a missa e o sermão*»⁷⁰⁸

Mir Usman exercia nesta altura o governo do território onde a cidade de S. Tomé se situava e, segundo o relato, o novo capitão-geral nomeado por Goa não tivera ainda, desde que chegara, o cuidado de lhe fazer uma visita protocolar e apresentar cumprimentos. Antes pelo contrário, fazia-se passear pela cidade «*sob um guarda-sol acompanhado do rufar de tambores e arvorando um ar de senhor e dono da terra*». Além disso, tomara iniciativas como as de mandar construir armazéns e de preparar 100 *candis de pólvora*, sem dar a satisfação que ao governador mugol seria devida.⁷⁰⁹

⁷⁰⁶ Id., p. 59

⁷⁰⁷ D. António Noronha refere este tipo atitudes no seu relatório «*Narração recopilada...*» reflectindo sobre a situação que se vivia em S. Tomé neste período e que se faz sentir pelos 40 de setecentos até à sua intervenção na cidade e a sua subsequente tomada pelos ingleses.

⁷⁰⁸ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vo. IV, p. 60

⁷⁰⁹ Ibid.

Segundo Manucci, a certa altura da procissão desencadeou-se um conflito seguido de luta entre portugueses e muçulmanos. A zaragata foi tal que levou à dispersão da procissão e à interrupção da missa que se seguiria pelo vigário, padre Diogo do Sacramento, dominicano, e pelo padre Simão de Loyola, os quais se refugiaram na igreja.⁷¹⁰ Na sequência deste incidente, Mir Usman «*salta para o seu cavalo*» e encaminha-se para o local da residência do capitão-geral «*seguido de um grande número de soldados*». O capitão-geral ao ter notícia de que o governador o procurava, preparou-se para o receber à porta da sua casa. Contudo, Mir Usman, numa atitude inesperada, submete o recém-chegado capitão a uma infame humilhação pública, «*agarra-o violentamente pelos colarinhos e atira-o para os seus soldados*» e de seguida, de espada em punho, deu ordem para que o levassem preso. Ao assistir ao ultraje e à violência assim exercida sobre o capitão-geral, um português *gentil-homem*, acabado de chegar, de nome João Rebelo que era presidente da Confraria do Rosário, disparou o seu mosquete sobre o soldado que levava o capitão-geral e matou-o. Imediatamente Mir Usman levantou a sua espada para golpear o capitão-geral, mas um comerciante francês⁷¹¹ que assistia a tudo, Monsieur Guelly (ou Guétty, noutra parte da *Storia*), correu a interpor-se e rogou ao governador que poupasse vida ao capitão-geral. Enquanto isto acontecia, os muçulmanos atiraram-se a João Rebelo e mataram-no.

Neste cenário de luta chegaram mais portugueses que entraram na refrega e causaram a morte a outro muçulmano, gerando-se a confusão e aproveitando o capitão-geral para se escapar, embora ferido. «*Assustados com a luta, os muçulmanos fogem e Mir Usman segue-os*».⁷¹²

Do conflito violento, passou-se a seguir ao confronto de autoridades. De

⁷¹⁰ Segundo William Irvine os registos ingleses confirmam o episódio da zaragata (*riot* em inglês) na procissão e a fuga para Madras, dando porém a data de 4 de Outubro e o nome do português morto como sendo João Ribeiro (*John Rebeiro*). In: Wheeler, *Madras in the Olden Time*, Vol.II, p. 39; Apud, Press List No 7, p. 221, entry No. 1641 of Sept. 21, 1704 [Referência de Irvine]

⁷¹¹ Noutra parte do relato de Mannuci este mesmo comerciante, referido também como Monsieur Gety, acolhe um determinado religioso na sua casa em S. Tomé. Seria possivelmente o agente da Companhia das Índias francesa em S. Tomé.

⁷¹² Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. IV, p. 60-61. Os elementos colhidos por Irvine nos registos ingleses dão consistência à versão de Manucci, nomeadamente a morte de João Ribeiro e a fuga de Mateus Carvalho para Madras, embora coloque algumas dúvidas quanto à exactidão das datas (Wheeler, *Madras in the*, vol. II.p. 39 e Press List nr. 7, p. 221)

imediatamente, o capitão-geral foi impedido de reentrar na sua residência e confrontado com uma proclamação do governador mugol que assim o interditava. Os portugueses «*trancam-se nas suas casas*» e, segundo Manucci, «*não há então uma única alma nas ruas que preste ajuda*» ao capitão-geral agora dado como foragido. Mesmo o próprio Bispo «*se recusa a abrir-lhe a porta*». Apenas «*uma viúva portuguesa que mora perto acaba por o receber e durante a noite leva-o para a casa do seu genro*», Mateus Carvalho da Silva, anterior detentor do posto, cuja filha o Capitão-Geral tomara como esposa.⁷¹³

A proclamação de Mir Usman foi seguida da colocação de sentinelas aos portões do quartelão português com ordens de impedir a passagem e a entrada de abastecimentos o que colocou a população numa situação que podia tornar-se insustentável. No dia seguinte, porém, as sentinelas retiraram-se por intervenção directa do próprio Niccolao Manucci junto de Mir Usman, segundo conta. Deu-se então a debandada dos portugueses e suas famílias durante a noite levando consigo o capitão ferido. Alguns, nomeadamente clérigos, foram refugiar-se em Madras pedindo ao Governador inglês, Thomas Pitt, que os acolhesse, o que este fez com toda a amabilidade.⁷¹⁴ Outros ainda, resolveram ficar com o Bispo em S. Tomé, nomeadamente o pessoal da sua chancelaria, detentores de cargos da administração da cidade e idosos sem condições de viajar.⁷¹⁵

A situação criada teve um desenvolvimento curioso. Segundo Manucci, «*passados uns dias, Mir Usman mandou convidar os portugueses que foram para Madras a regressar*»,⁷¹⁶ assinando ele próprio um documento em que se comprometia a não interferir nas suas vidas e a «*esquecer o que se passou*». No entanto, os refugiados não acreditaram nas suas promessas e apresentaram uma queixa a Daud Khan, o Governador da província. Nesta queixa, «*contam-lhe o que*

⁷¹³ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. IV, p. 61

⁷¹⁴ Id., p. 62. Os registos de Madras já citados, transcritos por Wheeler, op. cit., Vol. II, p. 39, referem que no dia 26 de Setembro de 1702, «*pelas 5 desta manhã o Governador recebeu aqui uma mensagem do Governador e de Portugueses habitantes de S. Tomé que estavam a chegar ao lugar das nossas sentinelas no exterior; eles pediam guarida e protecção, o que lhes foi garantido em conformidade; e de manhã um dos seus principais habitantes, Senhor Matthias Cavallo, aguardou pelo Governador e pô-lo ao corrente de tudo o que se passou...*»

⁷¹⁵ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. IV, p. 61-62

⁷¹⁶ Id. p. 64

acontecera e pedem justiça ao mesmo tempo que lhe entregam um pequeno presente». As negociações porém não chegaram a bom termo não tendo os portugueses aceitado as garantias fornecidas quer pelo próprio Daud Khan quer por Mir Usman, apesar de muitas insistências. Mir Usman veio a adoptar por fim uma posição radical, ameaçando considerar abandonadas as casas e propondo-se «*deitar abaixo o seu mastro de bandeira, destruir as suas casas e demolir as igrejas*». Postas as coisas nestes termos, os portugueses, receosos, resolveram enfim regressar. O Governador de Madras cedeu-lhes uma escolta de 50 militares que os acompanhou até metade do percurso, acabando por ser muito bem acolhidos por Mir Usman que lhes deu a honra de os esperar a meio caminho, os levou à sua casa, onde lhes ofereceu *folha de betel*⁷¹⁷ e água de rosas e cobrindo ainda com um *xalla* (xaile) o capitão-geral e com outro o seu sogro, fazendo muitos discursos amigáveis e por fim mandando-os de volta para as suas casas.⁷¹⁸

Com este episódio, Manucci mostra a vaidade e arrogância de alguns portugueses, principalmente aqueles que representavam a administração portuguesa, facetas estas do seu comportamento que pareciam sobrepor-se muitas vezes ao bom senso e à capacidade para compreender as situações, negociar e conviver, reconhecer outros poderes em presença, sobretudo se não dispunham da força para se impor.

Um outro aspecto sugere-nos outro entendimento possível: a comunidade de portugueses, conforme se pode depreender do relato de Manucci, não mostrou uma solidariedade aberta para com o capitão. Mas ela própria, segundo diz, estava dividida em diferentes campos em que cada qual passou então a reclamar o direito de governar a cidade,⁷¹⁹ um espelho do que se passava em Portugal nesta época pós-restauração. A viúva apenas mostrou caridade ao esconde-lo. O capitão era um recém-chegado que representava o poder central nem sempre bem aceite, parecia desconhecer as particularidades dum território em que o poder era partilhado e negociado e começou por dar azo a que tão grave

⁷¹⁷ Folha de *betel* é usada para mastigar, acompanhada de preparados aromáticos e a sua oferta é um acto de boa educação.

⁷¹⁸ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. IV, p. 64-65

⁷¹⁹ Id., p. 65

conflito acontecesse. Esta mesma comunidade interveio afinal na refrega para obviar o ultraje ao representante da coroa, apesar das divergências e do risco da própria vida. Mas não mais do que isso. O próprio Bispo lhe fechou as portas. E tudo isto apesar de o capitão-geral ter casado com a filha de Mateus Carvalho da Silva, ex-capitão geral e que parecia um importante elemento da comunidade local. Existiriam portanto, condições que exigiam um comportamento mais avisado, sobretudo ainda, perante as tensões existentes. O capitão-geral, depois de sarado o ferimento, acabou por escrever ao Vice-Rei de Goa demitindo-se do cargo e pedindo que fosse nomeada outra pessoa para o governo da cidade. O Vice-Rei, Caetano de Melo, veio a nomear o Bispo D. Gaspar Afonso, parecendo apostar então em alguém da comunidade, sensível aos equilíbrios locais de poder e com o prestígio da sua posição na hierarquia religiosa.⁷²⁰

Como pano de fundo desta situação conflitual e de tensão permanente, permanecia a ambiguidade da interpretação do *firmão* de Aurangzeb que criou expectativas aos portugueses de autogoverno na cidade que consideravam sua e a que sempre quiseram regressar, e o entendimento limitado que as autoridades locais e regionais mughores - o avildar da cidade e o nababo ou governador do território - tinham da amplitude de aplicação do *firmão*.

5.9. Caracterização da comunidade de S. Tomé na obra de Niccolao Manucci

Niccolao Mannuci, referindo-se aos acontecimentos conflituais ocorridos entre 1704 e 1705 atrás descritos, e que levaram a que muita gente abandonasse a cidade, descreve os cargos e posições dos seus habitantes e os religiosos que lá viviam.⁷²¹ É assim possível, a partir da enumeração que faz das pessoas que abandonaram S. Tomé e das que ficaram, ter uma ideia de como estava estruturada a vida, a sociedade e as actividades dos seus habitantes e ao mesmo tempo traçar um perfil da população do quarteirão português de S. Tomé. Não conseguimos

⁷²⁰ Id., p.167

⁷²¹ Id., p 62-63

porém identificar as famílias, a sua importância relativa e as personalidades principais em torno das quais se polarizavam os habitantes nas suas divergências sobre o poder na cidade. Manucci dá-nos conta um a um - tinha muito provavelmente acesso a documentação oficial uma vez que publica todos os seus nomes - de 12 nomeados para cargos vários, mais 24 habitantes sem nomeação especial e 37 religiosos a que se somariam um número indeterminado de seminaristas. A esta gente haveria que somar os familiares, os descendentes das uniões locais e os criados, bem como filhos da terra integrados na comunidade portuguesa e ainda os visitantes de passagem ou os habitantes em viagem no exterior.

Sobre os religiosos que ficaram, observa que *ficaram em S. Tomé com Senhor Bispo* o Padre Nicolao Roiz, da Sociedade de Jesus e primeiro conselheiro, que era natural de Macau, o Vigário-geral, que era um africano e homem erudito, o Secretário da Chancelaria Episcopal, Aleixo Barreto, o Cura, Pascoal Pinheiro, um *homem branco*, José Carvalho, Simão de Loyola, Bartolomeu de Abreu e ainda Belchior Dias que tinha a seu cargo o selo e cobrava os respectivos emolumentos, ficando também algum pessoal menor e alguns estudantes *na dependência do Senhor Bispo*⁷²². Dos habitantes que partiram, os principais eram Manuel Ruiz, Antonio Cacela do Valle, Álvaro Cacela do Valle, Francisco Lopez de Figueiredo, Luis Carvalho da Silva, João de Morais Mexia, João da Fonseca Varjão, José da Fonseca Varjão, António Gonçalves de Amorim, João Ribeiro de Coulo (Couto?), indo acompanhados por alguns *filhos da terra* e e por alguns *topazes*⁷²³.

Manucci nomeia ainda os *principais oficiais* que seriam, além de Nuno Silvestre Frade e de Mateus Carvalho da Silva, capitão-mor e o seu predecessor, Manuel Sanches, magistrado nomeado pelo Rei, os Conselheiros Gaspar de Motta e de Brito que se mudaram para Madras e os que ficaram, Francisco Mendes Pereira, João Costa de Sá e João Baptista Moniz, vivendo estes dois há muito na Índia, e ainda António de Almeida Amaral e Manuel de Naves. Também ficaram os Conselheiros Manoel de Carvalho, procurador da cidade, e António Gonçalves

⁷²² Ibid.

⁷²³ Ibid.

de Abreu, ambos muito idosos, quase incapazes de visão e de se deslocarem. Os outros oficiais eram Pedro de Torres de Oliveira, responsável das plantações de Sua Majestade, recebedor dos impostos e do *dinheiro cobrado a cada casa de tempos a tempos para pagamento aos Maometanos para que lhes fosse permitido viver em paz*, Luis da Fonseca Varjão, juiz dos órfãos, António Tulimão, notário público, e Francisco George, seu ajudante⁷²⁴.

Das descrições, reconstituimos assim a seguinte lista em que mantemos as designações de Manucci:

Lista dos habitantes de S. Tomé e suas ocupações segundo Niccolao Manucci, no início do Séc. XVIII

• <i>Capitão Geral e o seu antecessor</i>	2
• <i>Magistrado nomeado para representar o Rei</i>	1
• <i>Conselheiros</i>	4
• <i>Procurador da cidade</i>	1
• <i>Encarregado das plantações de S. Majestade, colector de impostos (e encarregado de recolher de casa em casa e de tempos a tempos o dinheiro de pagamento aos muçulmanos para que deixem os de S. Tomé viver em paz – expressão de Manucci)</i>	1
• <i>Juiz dos órfãos (provedor)</i>	1
• <i>Notário público e assistente de notário</i>	2
• <i>Habitantes sem cargo ou nomeação especial</i>	24
• <i>Frades, padres e demais pessoal religioso, dos quais:</i>	37
▪ <i>Clérigos</i>	6
▪ <i>Padre primeiro conselheiro da Sociedade de Jesus</i>	1
▪ <i>Bispo</i>	1
▪ <i>Vigário Geral</i>	1
▪ <i>Secretário da Chancelaria Episcopal de Meliapor</i>	1
▪ <i>Cura</i>	1
▪ <i>Encarregado do selo e recebedor dos emolumentos</i>	1
▪ <i>Estudantes (Seminaristas) na dependência do Bispo</i>	vários
▪ <i>Dominicano</i>	1
▪ <i>Agostinhos (irmandade)</i>	2
▪ <i>Capuchinhos</i>	2
▪ <i>Comissário do Santo Ofício</i>	1
▪ <i>Franciscanos</i>	1
▪ <i>Reitor e vigário, jesuítas</i>	2
▪ <i>Teatinos</i>	3
▪ <i>Padres</i>	11
▪ <i>Frades recém-chegados de Goa</i>	2

⁷²⁴ Ibid.

Seria interessante ainda saber a composição da população «sem cargos especiais», possivelmente constituída por comerciantes, e no geral, quantos ficaram e quantos abandonaram S. Tomé nesta altura, e destes, quantos se abrigaram definitivamente em Madras sob a guarida do governador inglês. Sabe-se também por Manucci que era português um notário público que havia em Madras, João Gago Peixoto,⁷²⁵ que em 13 de Janeiro de 1705 fez uma autenticação de um documento, mas que não era o que abandonou S. Tomé em 1704 e que se chamava António Tullimão.

Manucci enumera também as igrejas,⁷²⁶ distinguindo as que estavam na cidade e as que estavam *nos subúrbios, onde viviam os muçulmanos*, as ordens a que pertenciam, particulariza um hospício e a sua irmandade de agostinhos, e assinala as igrejas que estão no Monte Grande e as que estão entre o Monte Grande e S. Tomé. Encontramos uma descrição detalhada que Henry Love virá a fazer em *Vestiges of Old Madras, 1640-1800*,⁷²⁷ sobre a qual nos debruçamos mais adiante quando examinamos alguns elementos da estrutura urbana de S. Tomé.

⁷²⁵ Manucci, op. cit., reprint, 1981, vol. IV, p. 66

⁷²⁶ Id., p. 63-64

⁷²⁷ Henry Davidson Love, «Decline and Fall of San Thomé – San Thomé under Muslem Rule», in: *Indian Record Series, Vestiges of Old Madras, 1640-1800*, Mittal Publications

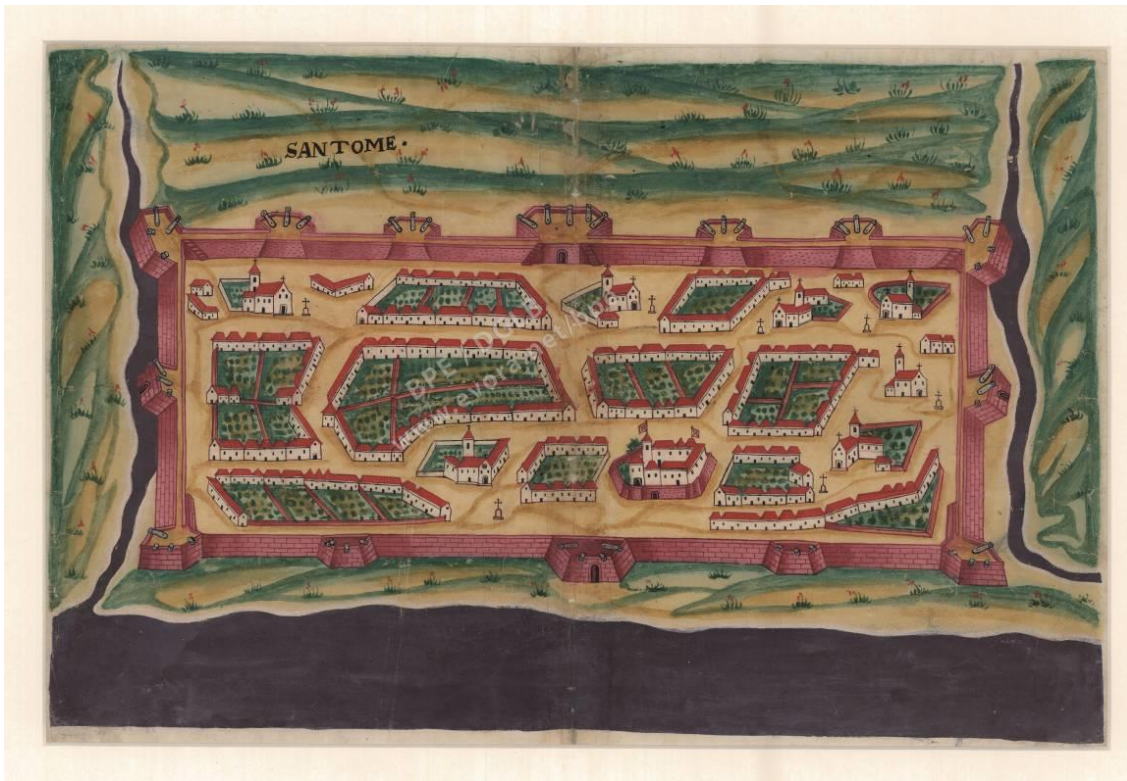


Fig. 20: S. Tomé segundo levantamento por Pedro Barreto Rezende, anos 1630, Arquivo Distrital e Biblioteca Pública de Évora,

6. Tentativa de aproximação aos contornos físicos e à estrutura urbana de S. Tomé de Meliapor

As descrições de Niccolao Manucci, bastante ricas quanto aos personagens e acontecimentos, são no entanto desprovidas da caracterização dos ambientes, não parecendo existir da sua parte uma atenção com os objectos e paisagens que o rodeiam nem a preocupação da sua descrição. Em viagem, não nos diz se a montanha que atravessa é alta ou baixa, se as paisagens são deslumbrantes ou agrestes, se a vegetação é luxuriante ou escassa – com excepção de Bengala e de Arração que caracteriza pelas florestas que teve de atravessar - ou se a natureza o impressiona mais do que os comentários sobre a exaustão e doenças causadas na travessia dos Gates quando acompanhou Shaha Jhan. Em Goa, não dedica uma linha sequer à grandeza dos palácios e igrejas que a fizeram a Goa Dourada. Não descreve os cerimoniais religiosos quedando-se pela descrição dos aspectos rituais

dos cerimoniais protocolares da corte imperial mugol, mas não nos impressiona com a grandeza ou espectacularidade dos mesmos, a não ser com os números que traduzem essa grandeza, os números de soldados e dos exércitos, de cavalos, de elefantes ou os números que espelham os tesouros e as riquezas da corte dos príncipes e reis. O mesmo acontece com S. Tomé. Pode referir a sua ida à missa num domingo, e ficar-se pelas pessoas presentes à entrada e pelos acontecimentos ocorridos, mas nem uma palavra dedica à igreja e à riqueza do cerimonial ou à praça ou adro onde se juntam as pessoas que refere no episódio a que já aludimos, do roubo ao padre chegado das Filipinas. La Haye, quando tomou a cidade, impressionou-se com a riqueza dos adornos das igrejas que os muçulmanos souberam respeitar e a primeira coisa que fez ao tomar posse da cidade foi mandar cantar um *Te Deum* na *catedral*, sendo dele também a descrição que temos das muralhas então existentes. Manucci refere-se, por exemplo, à procissão da Sr.a do Rosário, no episódio da desordem que a interrompe, mas não dedica nem uma palavra quanto à sua organização e composição, se se faz acompanhar de cânticos, as ruas que percorre, se estão decoradas ou não ou o modo como as pessoas se apresentam e participam ou até o seu número, se vêm de longe ou se são os locais, fazendo menção apenas a devotos vindos de Madras, entre os quais ele se inclui, por certo.

Daud Khan instalou-se em S. Tomé e recebeu os representantes das nações europeias que tinham concessão de feitorias na região. Mas Manucci, que esteve envolvido a vários títulos e em várias situações no relacionamento dos europeus com o general mugol e que tinha uma casa no sopé do Monte de S. Tomé, nos arredores da cidade, não dedica uma palavra sequer ao local e ao modo como Daud Khan se instalou, que arranjos fez, como recebeu os representantes, onde estes se instalaram ou o que aconteceu aos habitantes locais, entretanto. Presumimos que terá escolhido um local no exterior da cidade onde terá armado grandes tendas de campanha, como era hábito nestes comandantes militares que estavam sempre em movimento com os seus exércitos. Passagens dos registos de Madras quando se referem às visitas feitas às figuras governamentais mugores, mencionam muitas vezes o termo *camp* que traduzimos por *acampamento*, não nos

suscitando o termo qualquer ambiguidade na tradução. E se assim foi, presumimos também que não existiriam em S. Tomé casas ou palácios suficientemente grandes e dignos para acolher a estadia daquele general e representante do soberano Aurangzeb. Manucci, enfim, centra-se unicamente nas relações entre o general mugol e as nações europeias com feitorias na região, nos enquadramentos políticos e nos jogos e intrigas que os rodeiam, bem como no seu protagonismo, deixando de fora outro tipo de preocupações. Torna-se pois difícil extrair da sua narrativa elementos que nos permitam, para além das características das pessoas e dos grupos étnicos e culturais a que pertencem e dos seus comportamentos e interação, conhecer um pouco mais dos ambientes, dos quadros de vida em que as situações relatadas têm lugar, em suma, das casas, ruas e praças, das características urbanas que possam contribuir para identificar uma morfologia da cidade. Embora, no fim da descrição do episódio da procissão da Sr.^a do Rosário faça uma enumeração das igrejas de S. Tomé, um pouco em abstracto, referindo apenas as que estão dentro ou fora da cidade e destas, as que estão no Monte Grande, ou a meio caminho, complementando assim a informação que nos dá sobre os seus habitantes naquela altura, as suas posições, origens e funções na cidade, do seu número e dos seus nomes, como se tivesse tido acesso a listas da entidade administrativa da cidade.

Se as descrições de Manucci nos põem perante os quadros vivos, que delas emergem, duma sociedade de portugueses distante no tempo e no lugar, já o quadro físico em que a acção decorre, porém, tivemos de o procurar, quer nos pequenos indícios ou nas omissões de Manucci, quer na literatura e na cartografia existente sobre a época – que também pouco aprofunda porém no seu conhecimento e pouco esclarece sobre as imprecisões e contradições que vão surgindo nas diferentes descrições e referências.

Como referimos, o núcleo primitivo onde se situariam os principais edifícios eclesiásticos e da administração da cidade parece ter desaparecido no actual tecido urbano, dele restando apenas a catedral - a qual por sua vez também foi radicalmente refeita, segundo um modelo arquitectónico neogótico tão do gosto da arquitectura militar dos ingleses do séc. XIX - algumas igrejas e alguns

elementos na toponímia, a par de uma ou outra inscrição em cantarias a assinalar possíveis lugares dentro da cidade.

6.1. Algumas premissas para o desenvolvimento urbanístico das cidades portuguesas na Ásia Oriental

Vale a pena referir aqui algumas premissas possíveis de enunciar a partir de autores como Helder Carita e Walter Rossa os quais já abordamos noutra parte deste trabalho quando procuramos um enquadramento histórico, (Parágr. 2.3.) nomeadamente sobre as influências que os portugueses trouxeram consigo para os traçados urbanos e a arquitectura das cidades que desenvolveram na Índia.

Segundo Helder Carita,⁷²⁸ no princípio do sec. XVI, «*em contraponto à centralidade instituída*» com a criação pelos portugueses de uma rede de cidades e fortalezas numa vasta região, desde a costa oriental de África ao Extremo Oriente, com Goa numa posição de “*cabeça-de-império*”, desenvolveu-se um conjunto de grandes cidades-porto como Cochim, Negapatão e São Tomé de Meliapor, que evoluíram como «*grandes interpostos mercantis de recepção, armazenamento, troca e distribuição de produtos*».⁷²⁹ Segundo diz, as duas últimas formaram-se logo nas primeiras décadas do século XVI numa estreita interdependência com Cochim e desenvolveram-se de forma autónoma, «*a partir de acordos tácitos entre capitães, funcionários régios ou grupos de comerciantes e armadores*».⁷³⁰

Tenhamos presente que cada uma destas cidades era dinamizada pela sua comunidade de comerciantes e que procuravam corresponder às necessidades de ostentação dos seus moradores o que se terá reflectido na sua arquitectura. As suas funções de grandes *interpostos* comerciais e marítimos eram assim determinantes para os modelos urbanísticos e arquitectónicos adoptados no seu desenvolvimento.

Estas cidades desenvolveram-se a partir do mar e da sua linha de costa,

⁷²⁸ Helder Carita, *Arquitectura Indo-Portuguesa na região de Cochim e Kerala*, Dissertação de Doutoramento em História de Arquitectura e do Urbanismo, 2006, Faro

⁷²⁹ Helder Carita, op. cit., 2006, versão digital, p.31

⁷³⁰ Ibid.

segundo o modelo manuelino,⁷³¹ criando uma zona central administrativa e de «representação» inspirado na Ribeira de Lisboa, estruturando-se segundo um eixo ao longo do qual se estabeleceram as principais áreas de actividade comercial e portuária e que acompanhava o mar, originando uma via de circulação que nalguns casos adquiriu a denominação popular de *Rua Direita*. Este traçado linear, acompanhando a linha de costa e que antecedeu o aparecimento das avenidas marginais do séc. XX, é bem visível em Macau como tivemos a oportunidade de observar pessoalmente.



Figura 22: Macau, Baía da Praia Grande. Junto ao mar, a marginal do princípio do séc. XX mas mais para o interior, a sequência da Rua Central e da Rua de S. Lourenço e da sua continuação pela Rua Padre António e Rua da Barra, constitui a *Rua Direita* que acompanha sensivelmente a praia, embora se afaste a sul contornando o acidente topográfico da colina da Penha, e forma a raiz de uma estrutura urbana que perdurou até aos nossos dias. Reprodução parcial de plantas de Macau de 1889 e de 1912 disponibilizadas na página electrónica do Governo do território.

Da zona do mar partiam para o interior alguns eixos onde se desenvolviam áreas habitacionais e mais longe, no que Carita designa por «zona de termo», surgiam quintas de recreio muito comuns nas cidades portuguesas do Oriente ao mesmo tempo que a cidade se desmultiplicava em núcleos ribeirinhos suburbanos onde surgiram residências palacianas. Foi, segundo Carita, a solução urbanística de Cochim que se constituiu «como modelo de sucesso para as cidades-porto que se desenvolvem posteriormente, como São Tomé de Meliapor, Negapatão, Colombo e Macau, reproduzindo e fazendo perdurar um modelo de cidade manuelina».⁷³² Assistiu-se pois, segundo este autor, a uma generalização pelas povoações de todo o Oriente dos processos construtivos e das formas

⁷³¹ Id. p. 189

⁷³² Id., p. 189

arquitectónicas adoptadas, com orientação a partir de Lisboa, através de modelos construtivos e formais que se generalizaram em função da centralidade governativa imprimida nos primeiros tempos da expansão portuguesa no Oriente.

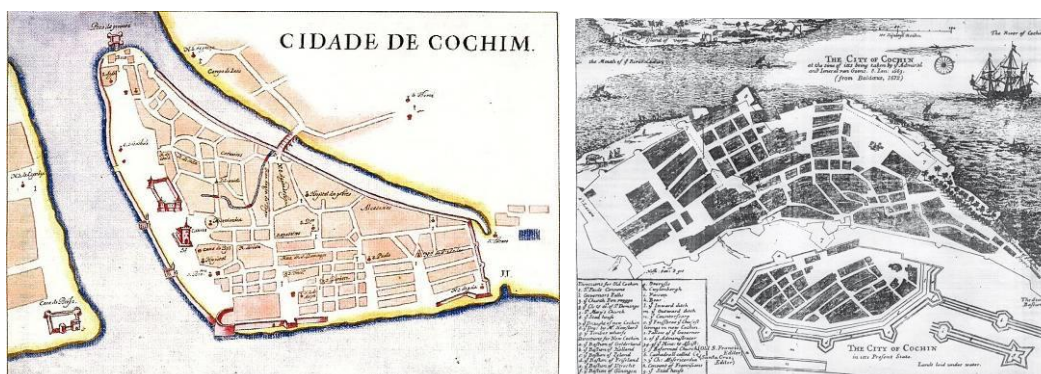


Figura 23: Cochim entre 1620 e 1640, autor desconhecido, e em 1670, sob ocupação holandesa em que foi mantida a estrutura urbana criada pelos portugueses embora uma parte do seu tecido urbano tenha sido eliminada. É evidente a estrutura reticulada que define quarteirões, organizada sobre eixos principais que acompanham a linha de costa do lado do mar cortados por arruamentos perpendiculares que assim definem os quarteirões

Carita observa que o núcleo de Cochim se manteve preservado até ao séc. XX pelos holandeses, apenas sofrendo pequenas alterações, o que o torna o mais antigo conjunto urbano português no Oriente, dado o desaparecimento dos tecidos edificadas da cidade de Goa e de S. Tomé de Meliapor. Tal facto permite-lhe fazer um estudo comparativo do seu núcleo com os das cidades de Negapatão e S. Tomé de Meliapor⁷³³ e, apesar de nesta última já não restar a maior parte do tecido urbano original, Carita verifica analogias entre as respectivas estruturas urbanas matriciais, nomeadamente as principais ruas dos traçados viários de que destaca os dois eixos fundamentais que se cruzam ortogonalmente em pontos notáveis e centrais como no sítio da igreja do apóstolo em S. Tomé de Meliapor. Para tanto, socorre-se de uma antiga planta desta cidade levantada em 1672 durante a ocupação francesa⁷³⁴ que se encontra em Aix-en-Provence no Centre des Archives d’Outre Mer e a que também tivemos acesso na página electrónica deste Centro.⁷³⁵

⁷³³ Carita, op. cit., 2006, p. 100

⁷³⁴ Publicada em: Apud, *Portuguese in the Tamil Coast: historical explorations in commerce and culture (1507-1749)*, S. Jeyaseela Stephen. - Pondicherry: Navajothi, 1998.

⁷³⁵ *Plan de la ville de Saint Thome*, [ca 1672], Archives nationales d’outre-mer, Base Ulysse, [Em linha],[Consultado em Julho de 2013], Disponível em:
<http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/anom/fr/index.html>

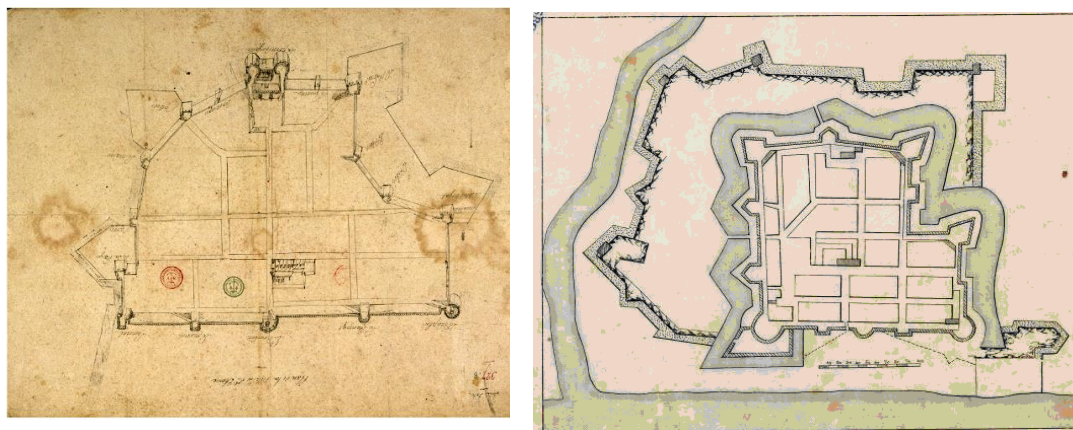


Fig. 24: Reprodução do pormenor da zona de S. Tomé da planta de “*Madras and its environs*”, gravura de J & C Walker, Londres, 1854. Embora a reprodução da área urbana de S. Tomé se encontre liberta do recinto muralhado do século anterior e o tecido urbano se mostre ligado à estrutura urbana de Madras, permanece a estrutura reticulada com o eixo fundamental paralelo à linha de costa (a *Bazaar Street*) e grandes quarteirões definidos pelas linhas perpendiculares à costa entre as quais a da *Luz Street* passando abaixo da *Luz Church* (à esqª em cima) em direcção à Catedral.

Localizamos também, na Biblioteca da Sociedade de Geografia, uma versão duma planta da cidade referida por Walter Rossa⁷³⁶ e que, não estando identificada nem datada, é uma cópia exacta da planta publicada em 1724-26 por François Valentijn, mas atribuída a 1674 pelos editores do jornal das viagens do Abade Carré, apresentando porém alguma analogia com a anterior. A mesma planta é reproduzida junto com o relato de L'Estra sobre a ocupação de S. Tomé por La Haye. Ambas as plantas apresentam configurações da cidade e das fortificações, diferentes das representações que conhecemos de Barreto Resende e

⁷³⁶ In: Walter Rossa, *Cidades Indo-Portuguesas: contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, p. 30. Verificamos que esta planta é cópia exacta das publicadas em 1724-26, por François Valentijn, e em 1756, colorida, atribuída a Bellin, em “PREVOST” (*Histoire Genrale des Voyages*).

difícilmente reconhecíveis na representação de 1749 que acompanha o relatório de D. António Noronha, de que existe um exemplar na Biblioteca e Arquivo de Évora e que reproduzimos noutra parte.



Figs. 25 e 26: À esquerda, um levantamento expedito pelos franceses quando da ocupação de S. Tomé em 1672, conservado no *Centre des archives d'outre mer*. À direita, a planta de S. Tomé da *Sociedade de Geografia de Lisboa*, não datada, e reproduzida por Walter Rossa. O perímetro das muralhas apresenta como coincidências relevantes a reentrância, ou recorte, a Norte, (no lado direito em cima) e o número de baluartes do lado do mar (alguns parecem ser simples *redentes*). Sobressai em ambas as plantas a evidência da malha urbana reticulada embora o posicionamento da catedral divirja na sua inserção na malha.

Walter Rossa, num estudo sobre as cidades portuguesas do Hindustão Ocidental, também publica a segunda daquelas plantas dando-a como exemplo do esforço de fortificação das cidades portuguesas da região em resposta à ameaça mugol, embora S. Tomé se encontrasse no Hindustão Oriental e a configuração das suas muralhas apresentada na referida planta fosse já a dos aumentos e melhorias feitas pelos muçulmanos.

Sobressai, nas duas representações, a existência da muralha envolvente, com 14 ou 12 baluartes, num caso e no outro, e o que parecem ser construções exteriores em terra batida envolvendo em estrela o perímetro, parecendo ser em alvenaria no segundo caso, e cujos traçados evocam o do *revelim*,⁷³⁷ dispositivo complementar da construção dos baluartes, reflectindo as concepções da arquitectura militar da época para defesa dos assédios com artilharia, criando-se

⁷³⁷ Um *revelim*, em arquitectura militar, é uma obra exterior de uma fortificação abaluartada, de planta triangular, com a função de proteger portas ou cortinas (panos de muralha entre baluartes). Cf. A. Lopes Pires Nunes, *Dicionário de Arquitectura Militar*, Caleidoscópio, 2005, Casal de Cambra

áreas defensivas exteriores que dificultavam o livre campo de tiro aos atacantes.

Por outro lado, o que parece ser, no segundo caso, um perímetro alargado em terra batida, ou em paliçada, envolvendo o lado sul (lado do pequeno regato Adyar) e ponte (lado da terra), recorda-nos a tentativa, mencionada por Manucci, do governador mugol do Carnatic de, em 1702, pretender construir uma muralha em terra batida em redor de toda a cidade, tendo iniciado a sua construção mas sido contrariado pelo imperador que a não autorizava.

Se assim fosse, a segunda planta seria posterior a 1702 enquanto que a primeira, é dado como certo ser de 1674. Com efeito, a segunda planta foi publicada por François Valentijn em 1724, tendo este holandês chegado à Índia depois de 1685, o que torna mais plausível a hipótese de que a gravura represente uma realidade ou até um mero projecto de S. Tomé nas primeiras décadas de Mil e Setecentos e que a sua representação no trabalho sobre as viagens do Abbé Carré, da Hakluyt Society,⁷³⁸ como sendo de 1674, ou que a sua inclusão no trabalho de 2007 das Editions Chandeigne sobre a viagem de François L'Estra,⁷³⁹ sejam meramente conjecturais.

É de reter no entanto, em ambas as representações, o conceito que Carita valoriza no seu estudo comparativo com Cochim, o da malha urbana recticulada e ortogonal com uma das direcções paralela à linha de costa, definindo um conjunto de quarteirões em que se organiza a ocupação urbana. No entanto, a interioridade do que parece ser a igreja de S. Tomé revela, na segunda imagem, que existiriam quarteirões entre a igreja e a praia, os quais desapareceram actualmente. Ou seriam meramente a projecção de uma futura ocupação desse espaço, no caso de se tratar de um projecto apenas.

Retomando a linha dos conceitos e para melhor compreendermos o que se quer dizer relativamente ao modelo de cidade que os portugueses trouxeram consigo e que Carita acentua na sua tese, será útil revermos como na capital do

⁷³⁸ *The Travels of the Abbé Carré. The India and the Near East, 1672*, Vol. II, trad. inglês Lady Fawcett, edit. Sir Charles Fawcett, colab. Sir Richard Burn, Asian Education Services, Reprint, 1990, Nova Delhi, Madras, p. 517

⁷³⁹ *Le Voyage de François de L'Estra aux Indes orientales (1671-1675)*, intr., transcr. e notas de Dirk Van Der Cruysse, F.C. Gulbenkian, Chandeigne, 2007, Paris, p. 190

reino o governo de D. Manuel reagia ao esgotamento do modelo urbano medieval e ensaiava o modelo renascentista no crescimento da cidade, para fora da muralha fernandina, com os primeiros quarteirões do que viria a ser o Bairro Alto.

Com efeito, e segundo a «nota histórico-artística» do IPPAR⁷⁴⁰ sobre a classificação patrimonial do Bairro, «*D. Manuel estabelecia então um conjunto de regras urbanísticas e arquitectónicas que se estenderam a toda a cidade*». Citamos por exemplo, da investigação histórica de Helder Carita,⁷⁴¹ a preocupação com o alinhamento das fachadas e a largura das ruas, expressa numa carta de D. Manuel⁷⁴² em que, sobre a ordenação das frontarias das casas, estipulava que deviam ser «*sem uma sair mais do que a outra nem ser mais alta que outra*». E foi assim que, durante a primeira metade do século XVI, um primeiro núcleo, a Vila Nova de Andrade, «*foi crescendo em número de arruamentos e habitantes, de acordo com as directrizes régias, e em meados da centúria iniciou-se uma nova fase de urbanização da zona alta. A Estrada de Santos, que ligava o Loreto, pela zona do Combro, ao Poço dos Negros, marca a divisão destas duas zonas*» (V/ fig.25 e 26).

De acordo com o estudo realizado por A. Reis Cabrita e outros,⁷⁴³ e a investigação histórica de Helder Carita já referida, ambos sobre o Bairro Alto, o traçado inicial dos primeiros núcleos do Bairro obedecia a um princípio de divisão em «*chãos*» segundo um dimensionamento em «*varas*» ou em «*palmos*»⁷⁴⁴ numa estrutura de quarteirões, visando a atribuição de lotes com 30 palmos de frente por 60 de fundo, aos vários interessados na construção de habitações.

A definição destas unidades de terreno, os «*chãos*», assenta em tradições medievais do uso da propriedade rural, segundo referem os autores, embora as

⁷⁴⁰ Catarina Oliveira, «Nota Histórico-Artística» sobre a classificação do Bairro Alto como Conjunto de Interesse Público, IGESPAR, Junho de 2005, [Em linha], [consultado em Junho de 2013], disponível em:

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/71979/>

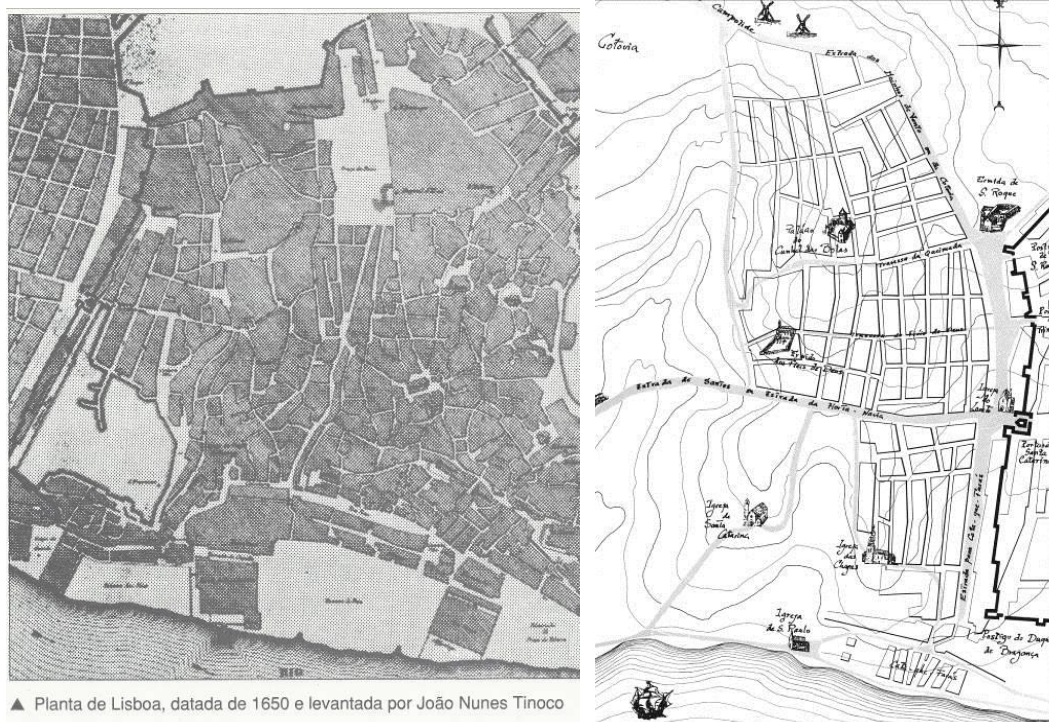
⁷⁴¹ Helder Carita, *Bairro Alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos*, CML, 1994

⁷⁴² *Livro dos Reis – D. Manuel*, A. H. Da CML, livro 1º, Doc. 82 (Lx. 10-8-1502), citado por Helder Carita em *Bairro Alto, (...)*, CML, 1994, p. 18

⁷⁴³ António Reis Cabrita, José Aguiar e João Appleton, «As Origens do Bairro Alto e o Desenvolvimento da sua Malha Urbana» in: *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*, 1993, Lisboa

⁷⁴⁴ Cabrita, op. cit., p. 40

unidades de terreno se inserissem numa lógica de organização do tecido urbano que já não era medieval, já refletia as preocupações de gestão e administração urbana em termos de racionalidade, de higiene e funcionalidade.



Figs. 27 e 28: Pormenor da planta de Lisboa da segunda metade do séc. XVI, levantada por J. Tinoco, em que a zona medieval compreendida entre o local do actual Rossio e o do Terreiro do Paço (F. 27) contrasta com a área do Bairro Alto em desenvolvimento fora da muralha fernandina, visível no canto superior esquerdo, de malha ortogonal bem definida. Na figura da direita (F. 28) está bem definida a matriz de quarteirões em malha ortogonal para um e outro lado do eixo antigo que liga a Santos, crescendo o Bairro Alto a norte deste eixo e a Bica a sul. À direita, é visível a muralha que continha a cidade medieval. In: Helder Carita, *Bairro Alto*, p. 22. É evidente uma nova concepção urbana, obedecendo a um planeamento prévio.

A investigação de Reis Cabrita permite-nos chegar ao que seria o dimensionamento dos quarteirões e mesmo à tipologia das edificações que os iriam preencher, identificando uma dimensão básica de 6 a 8 metros, ou metade, para as frentes dos lotes de terreno, com 12 a 15 metros de fundo, mas que poderiam ter dimensões múltiplas daquela, chegando a quarteirões de forma rectangular que poderiam rondar os 30 metros de largo por 50 metros de comprimento, confrontando geralmente o lado mais pequeno com ruas ou travessas de menor largura e onde se poderiam situar os lotes mais pequenos.

A adaptação à topografia e às condicionantes fundiárias existentes, ou a exigência de mais espaço interior para jardim, poderiam originar outros tipos e outras dimensões de quarteirão, mas a regra do seu desenho não seria mais do que uma variação dos princípios expostos.

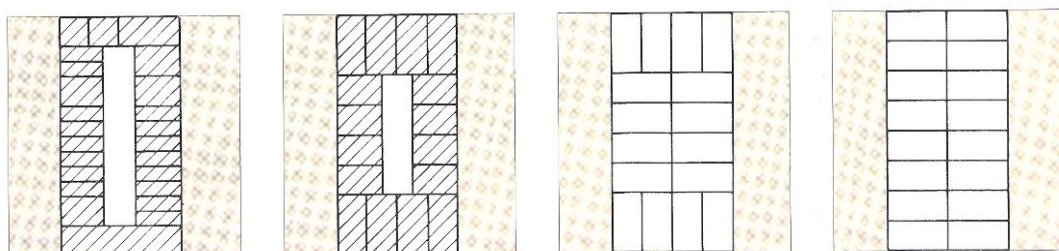


Fig. 29: Hipóteses de parcelamento dos quarteirões do Bairro Alto segundo Cabrita e outros, in: *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*, 1992, p. 41

Os autores dos trabalhos que vimos referindo sobre o Bairro Alto, identificam as várias tipologias construtivas nele existentes que são representativas das várias épocas e categorias de edifícios, interessando-nos sobretudo trazer para este estudo a sobrevivência tipológica dos edifícios do séc. XVI e XVII cuja concepção traduzia os imperativos manuelinos de alinhamento de fachadas e definição de arruamentos e da sua inserção na malha de quarteirões geradora do



Fig. 30: Exemplos da arquitectura civil, dita «vernácua», que sobrevive nalguns locais do Bairro Alto e que representa a construção alinhada do séc. XVI e XVII e integrada no conceito de quarteirão da malha urbana que estruturou a implantação do Bairro desde o séc. XVI. In: A. Reis Cabrita e outros, *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*, 1993, CML, LNEC, p. 45, 46 e 110.

tecido urbano. Já os exemplos da arquitectura do séc. XVIII no Bairro Alto nos parecem ser de menor interesse para o nosso estudo e de menor impacto em S. Tomé dado que o sec. XVIII nesta cidade não se caracterizou por um aumento populacional de portugueses e muito antes pelo contrário, viu a cidade ser objecto de ocupações e destruições, com êxodo de muitos dos seus habitantes para Madras que passou a oferecer condições de estabilidade a um significativo número de habitantes de S. Tomé como a comunidade portuguesa e a arménia.

O ressurgimento da sua vida económica, quando no fim do séc. XVII os portugueses conseguiram condições favoráveis para nela se instalarem de novo, embora sob condições de soberania muito limitadas, poderá ter permitido o aparecimento de uma nova arquitectura inserida na estrutura existente, mas inspirada nos modelos então vigentes no estabelecimento inglês. É Manucci quem nos diz que os portugueses haviam conseguido de Abdul Hasan, que sucedera aos Qutb Shah, um *firmão* de 1687 segundo sabemos também por outras fontes já citadas, com a autorização para residir em S. Tomé, onde «*têm, desde então, construído edifícios e estabelecido uma espécie de governo. Detêm a concessão dos terrenos mediante uma renda e pagam uma elevada quantia por ano*».⁷⁴⁵

Acreditamos que o arquetipo da ocupação urbana do solo que os portugueses transportaram consigo, sobretudo quando, a partir de 1607, S. Tomé foi elevada à categoria de *cidade*, sendo criada, nos termos oficiais do Estado da Índia, a respectiva Câmara Municipal,⁷⁴⁶ está expresso no conceito de estruturação urbana que vimos ser aplicado no Bairro Alto, nomeadamente na definição do quarteirão e com ele a definição das parcelas de terreno, os «chãos», a atribuir aos moradores para construção das suas casas, com um princípio de dimensionamento que não terá sido muito diferente do ensaiado em Lisboa e noutras cidades portuguesas, permitindo unidades de dimensões múltiplas de um módulo base.

Enquanto o quarteirão lisboeta cedo evoluiu para uma ocupação densa em altura e no interior que apenas deixava algum espaço para ventilação das traseiras dos edifícios, na cidade oriental existiu a preocupação do espaço interior do

⁷⁴⁵ Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. III, p. 270

⁷⁴⁶ Cf. Subrahmanyam, «O Proveito aos Pés do Apóstolo», op. cit., Ed 70, 2002, Lisboa, p.78

quarteirão, protegido, como prolongamento do interior das casas através de um jardim enclausurado, numa adaptação ao clima quente e húmido e ao tipo de vida dos seus habitantes, como demonstra Helder Carita na sua investigação sobre a arquitectura civil na costa ocidental do sul da Índia. De acordo com este autor, a tipologia de habitação desenvolvida em Cochim e no Kerala privilegiava o piso superior o qual se abria para um jardim nas traseiras.

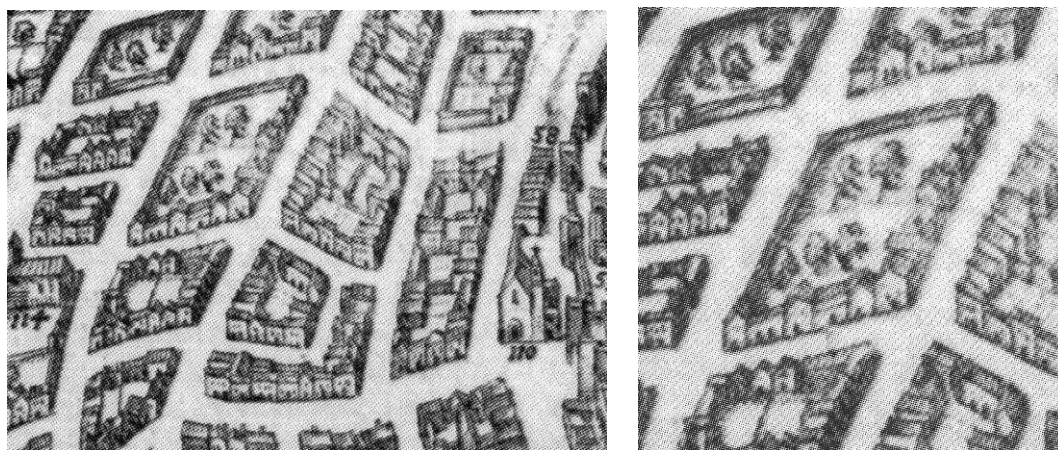


Figura 31: Pormenores dos quarteirões iniciais do Bairro Alto, séc. XVI, detalhes da «Panorâmica do Bairro Alto no séc. XVI» mostrada por Helder Carita, in: *Bairro Alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos*, CML, 2ª Ed., 1994, Lisboa.

Se bem que esquemáticos, os desenhos de Pedro Barreto Rezende e outros da época, mostram-nos uma estrutura de quarteirões em que o espaço



Figura 32: Quarteirões em Negapatão à esquerda, e quarteirões de S. Tomé ao centro e à direita. As duas primeiras representações são pormenores das plantas de Negapatão e de S. Tomé no *Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades, (...)*, reproduzido do Códice nº 1471 da Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa e a última, da planta de S. Tomé, identificada como sendo de Pedro Barreto Resende numa ilustração no *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia* de António Bocarro, feito entre 1633 e 1635. Se os quarteirões de Negapatão se inserem numa malha ortogonal, os de S. Tomé mostram ortogonalidade menos acentuada, não deixando no entanto de se identificar com a tipologia do quarteirão, com as frentes das casas alinhadas, definindo ruas e organizando o interior como jardim ao mesmo tempo que denotam preocupações defensivas como nos transmite uma observação de Gasparo Balbi

interior é bastante alargado e preenchido com jardim que por vezes aparece dividido, sugerindo pois que assim aconteceu: casa inserida no quarteirão, habitação no piso superior e abertura para um jardim murado nas traseiras. Se em Lisboa a subsistência de espaços abertos no interior do quarteirão é escassa dada a ocupação que se adensou com o aumento populacional, em S. Tomé, agora parte de uma densa metrópole, o quarteirão está hoje completamente ocupado e densificado como é visível no exame da fotografia por satélite que reproduzimos mais adiante.



Figura 33: Sobrevivência no Bairro Alto da tipologia de habitação inicial, do séc.XVII. In Reis Cabrita, *Manual de Apoio à Reabilitação (...)*, 1993, CML, LNEC, p.105

No Bairro Alto lisboeta, Helder Carita e Reis Cabrita ainda puderam identificar a sobrevivência de tipos construtivos dos séc. XVI e XVII, mas tal identificação em S. Tomé, que é actualmente parte da cidade de Chennai, sendo admitida por Walter Rossa⁷⁴⁷ ao referir a existência de «*bairros inteiros onde ainda hoje encontramos não só a maior parte das igrejas, mas casario com claras influências portuguesas*», mesmo fora do perímetro que traçou como sendo o da antiga muralha,⁷⁴⁸ só será possível, em nosso entender, com trabalho de campo sistemático a realizar localmente e complementado com pesquisa nos arquivos da administração urbanística de Madras e o estudo pormenorizado das fontes - que as há, segundo Rossa nos diz também. Esse trabalho permitirá ir mais além na procura de um padrão de ocupação que possa eventualmente subsistir, para além das destruições a que S. Tomé foi sujeita pelas diversas ocupações militares que sofreu e pelas guerras que assolaram a região até à destruição causada por Sultan Tippu e, finalmente, pela reordenação urbanística sofrida com a extensão da cidade de Madras para Sul, que absorveu vários núcleos urbanos, entre os quais S. Tomé.

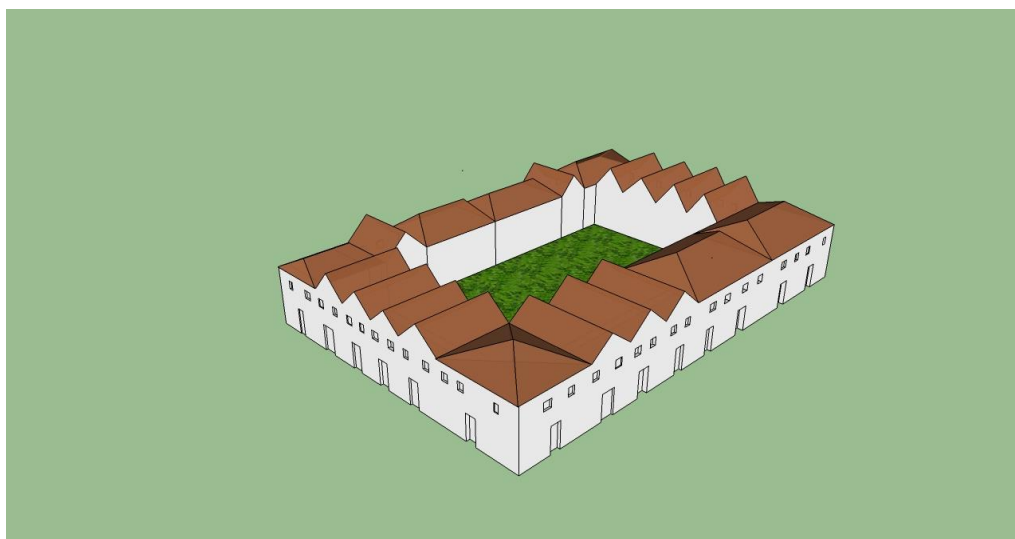


Figura 34: Visualização, com recurso a aplicação digital gráfica, da possível composição de um quarteirão em S. Tomé com base nos pressupostos apresentados neste estudo e nas gravuras existentes do séc. XVII, de Pedro Rezende Barreto que temos vindo a referir.

⁷⁴⁷ Cf. Walter Rossa, *Património de Origem Portuguesa no Mundo, arquitectura e urbanismo. Ásia, Oceania*, Gulbenkian, 2010, p. 389

⁷⁴⁸ Rossa, op. cit., foto p. 387

Contrariamente ao que vimos defendendo quanto a ter sido definida uma estrutura matricial com quarteirões para S. Tomé, Walter Rossa é da opinião de que «*nada faz prever a existência de um plano prévio, mesmo de uma regulação comum*». Segundo este autor, «*a instalação e crescimento súbitos ocorreram sob o magnetismo das relíquias e mito de São Tomé, não sob a tutela de um poder central ou municipal que os pudesse ter imposto*».⁷⁴⁹

Outro investigador que se debruçou sobre a arquitectura dos portugueses na Ásia, Paulo Varela Gomes, afirma que «*a regularidade do traçado urbano (que só muito raramente significava ortogonalidade) foi algo que os Portugueses procuraram conseguir na construção dos seus novos assentamentos Asiáticos através da autoridade do estado e pela actividade dos seus engenheiros e arquitectos militares*».⁷⁵⁰ (tradução do original em inglês) Assim, se o estado não estava presente, como foi o caso de Macau, segundo diz, «*a cidade era construída de forma espontânea*». E cita uma fonte de 1632, citada por sua vez por Rafael Moreira em «*As formas artísticas*», *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Fundação Oriente, 1998, Lisboa, que descrevia Macau como «*demasiado espalhada*» porque «*cada pessoa constrói à sua maneira, sem qualquer respeito pelo bem comum*». No entanto, segundo diz, em 1623 o Vice-rei do *Estado da Índia* nomeou um governador residente «*e só depois a cidade adquiriu características urbanas modernas, Europeias*».⁷⁵¹

Admitindo pois que a ocupação de S. Tomé tenha sido condicionada pela existência das relíquias e da «*casa do Apóstolo*», não terá sido de todo ausente, quanto a nós, a expressão do poder central já que a ocupação foi objecto de acordo com os poderes locais e existia, na altura em que são realizadas as obras de reparação do templo sobre as relíquias, um capitão do Coromandel sediado em Negapatão e que ali exercia a autoridade de Goa. Manuel de Frias, então detentor do cargo de *capitão e feitor do Coromandel*, que facilitou a realização do inquérito ordenado por D. Manuel sobre as relíquias do apóstolo e que enviou o mestre de

⁷⁴⁹ Id., p. 389

⁷⁵⁰ P. Varela Gomes, «Portuguese Settlements and Trading Centres», *14,5 Ensaios de História e Arquitectura*, Almedina, 2007, Lisboa, p. 189

⁷⁵¹ Id., P. V. Gomes, op. cit., Almedina, 2007

cantaria Vicente Fernandes e demais homens que se encarregaram das obras de reedificação da igreja. Disso temos o testemunho de Gaspar Correia em *Lendas da Índia*⁷⁵² quando nos diz que, no ano de 1524, o capitão e feitor de Coromandel, Manuel Frias, sendo o 5.º Governador da Índia Portuguesa D. Duarte Meneses, «*se foy a casa do santo apostolo e deu dinheiro na mão do Padre António Gil para obra da santa casa, e o mestre que havia de fazer a obra e Vicente Fernandes, tiveram conselho do que se havia de fazer*». E Gaspar Correia dá-nos algum detalhe da obra:

«Assentaram derribar o corpo da igreja e a tornar a fazer de novo na própria grandura que estava»... «somente com a capela môr e jazigo não bulissem»...«só com paredes por fora pera sustimento do corucheu, com que nova se havia de bolir, para ficar por memoria para sempre».⁷⁵³

As obras de reedificação da igreja foram assim planeadas e pensadas por alguém com conhecimento e capacidade técnica que traçou o fundamental da intervenção a realizar, o mestre Vicente Fernandes, em coordenação com a autoridade representada pelo capitão do Coromandel, Manuel Frias. Verificou-se também a intervenção de um outro personagem, Diogo Fernandes, que também aparece na primeira visita conhecida ao túmulo do apóstolo, em 15 de Junho de 1517, descrita numa carta de Manuel Gomes.⁷⁵⁴ Diogo Fernandes é descrito como tendo uma casa em S. Tomé e por ter intervindo também na construção da Igreja da Srª do Monte. Outro homem, Miguel Ferreira, teve papel determinante no decurso dos acontecimentos nomeadamente nas negociações com as autoridades de Vijayanagara para a cedência do lugar aos portugueses.

Em 1531, ainda segundo Gaspar Correia, foi enviado Ambrósio do Rego à costa do Coromandel, num navio e duas fustas, «*para tirar devassa da casa de S. Thomé*» o qual deixou o encargo a Miguel Ferreira⁷⁵⁵ que nisso fez «*muyta*

⁷⁵² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Vol. II, Lello & Irmãos, 1975, Porto, p. 786 e seguintes.

⁷⁵³ Id., p. 787

⁷⁵⁴ Apud, In: Cod. N.º 7638 – Doc. N.º 87. BNL

⁷⁵⁵ Miguel Ferreira tinha também casa em Paleacate e é referido numa carta que moradores da cidade de S. Tomé escrevem a El-Rei em que se queixam dos capitães que, «*do propósito de*

diligencia». A devassa era feita pelos apontamentos enviados pelo próprio Rei e segundo informação que lhe dera o padre Álvaro Penteado. A seguir, e na sequência da devassa feita por este personagem, o governador «*tomou muyta devoção na casa e mandou para vigairo d'ella hum padre francês chamado Ugo Nycolay, avendo já muyta povoação de portugueses alguns casados*».

Acreditamos pois que o estabelecimento dos portugueses em S. Tomé não foi deixado ao acaso, foi enquadrado por personalidades do tempo que já se estavam a instalar no local, como Diogo Fernandes ou Miguel Ferreira e acompanhado pela administração portuguesa de Goa que, sob orientação do próprio Rei de Portugal, enviou um mestre de cantaria e pessoas com experiência para as obras da casa do apóstolo. Estas pessoas, por certo que tiveram também intervenção no primeiro traçado urbano, na definição dos primeiros talhões em que «*os primeiros portugueses assentaram vivenda e fizeram casas*», segundo Gaspar Correia. E acreditamos também que o princípio da atribuição dos talhões para a construção obedeceu a critérios que acompanharam as negociações para a autorização do assentamento, nas quais teve relevante intervenção o já referido Miguel Ferreira, de quem Gaspar Correia relata:

[...] e o dicto Migell Ferreira capitam que esta ymquyryção ymquyryyo per sua devoção tanto trabalhou que alcançou delRey de Bysnaga **os direitos do sytyo da tera** pera rrepayro da casa do Santo Apostolo os quais os mordomos ora arrecadam e rreçebem⁷⁵⁶ (realce nosso a cheio)

Os moradores da povoação que entretanto crescia rapidamente, escreviam a D. João II, em Setembro de 1537:

apenas quererem enriquecer e de usarem o poder conferido pelo Rei para fazerem os males estranhos de que nem querem falar» e fazem excepção de Miguel Ferreira, a quem elogiam, que teve a capitania do Coromandel após ter sido enviado como embaixador ao Xequé Ismael. Miguel Ferreira, segundo Sanjay Subrahmanyam em *A presença Portuguesa no Golfo de Bengala 1500-1700*, Ed. 70, viveu em S. Tomé entre 1530 e 1540, onde se fixou e criou filhos mestiços, comerciando e mantendo uma armada, tendo sido capitão costeiro por várias vezes. É referido por Diogo do Couto, em *Da Ásia*, Década V, Livro 5, pp. 476-7

⁷⁵⁶ Transcrição de José Pereira da Costa em «Gaspar Correia e a Lenda do Apóstolo S. Tomé», in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Actas, p. 866, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, IICT, 1985, Lisboa

Ho ano de 534 Gaspar Correa tirou esta povoaçam por naturall e disse que ha envyara a Vosa Alteza e que a vyra. Crea, Senhor, que jaa agora he mayor outro tanto porque todas as terras, que no papel foram em mostra de valados e cerqas vazias, agora sam jaa feytas em nobres ruas e casaryos.⁷⁵⁷

Este texto, ao referir que o primeiro desenho de Gaspar Corria mostrava «*valados e cerqas vazias*», pode significar que estava então feita uma divisão em talhões ainda não ocupados com casas, mas que definiam já a estrutura urbana do que viriam a ser as «*nobres ruas e casaryos*» que a carta refere.

Acreditamos que para além da possível intervenção de personalidades como Manuel de Frias ou Miguel Ferreira, (sendo este último, como já referimos, quem «*negociou os direitos do sítio da terra*») na organização das primeiras ocupações do séc. XVI, certamente negociadas com os locais, e sem dúvida de forma menos ordenada e à volta da Igreja de S. Tomé, outras mais determinantes vão ocorrer na viragem para o séc. XVII, com a atribuição do estatuto de cidade com Câmara Municipal a S. Tomé. Este novo estatuto acarretou por certo competências formais na administração da cidade no seu ordenamento urbano em resposta ao surto de crescimento que sofreu na primeira metade desse século. São relativos a esta época os desenhos de Pedro Barreto Resende já anteriormente referidos e que evidenciam a definição de quarteirões de casas alinhadas nas suas frentes para os arruamentos.

Referimo-nos até aqui, à estrutura urbana. Quanto à arquitectura, admitimos à partida a assumpção de Carita quando diz que «*assistimos à emergência de uma arquitectura reconhecível pelo seu pendor racional e tendência para a normalização, que circula através do grande espaço do Império*».⁷⁵⁸ Foi a construção de *pedra e cal* e a introdução da telha de canudo, com uso de argamassas com percentagens padronizadas de cal e areia, com paredes em

⁷⁵⁷ O texto desta carta surge transcrito na Introdução do Primeiro Volume *das Lendas da Índia*, de Gaspar Correia, em que Lopes de Almeida faz uma resenha histórica do percurso de Gaspar Correia na Índia e procura documentar assim uma das visitas que Correia fez a S. Tomé de Meliapor. In: *Lendas da Índia*, Gaspar Correia, Vol. I, Introdução e Revisão de M. Lopes de Almeida, Lello & Irmãos, 1975, Porto

⁷⁵⁸ Helder Carita, op. ct., p. 114

alvenaria com funções estruturais, com padronização dos tamanhos dos vãos e a sua adequação a este tipo de paredes e o recurso a técnicas locais no fabrico das argamassas, com emprego de uma espécie de cal obtida do calcáreo das conchas das ostras. Foi o *chunambo*. Numa das histórias de Manucci sobre São Tomé, deu-se o desabamento do pavimento da sala sobre a cave caindo as pessoas no meio do *chunambo* (sic).⁷⁵⁹ O *chunambo* era uma matéria-prima das argamassas adaptadas localmente para substituir a cal, com utilização essencialmente na construção, muito utilizada e divulgada no oriente português, subsistindo ainda na toponímia de Macau a *Rua do Chunambeiro*.⁷⁶⁰



Figura 35: Igreja de Nossa Senhora da Luz, construída nas primeiras décadas de 1500 (a data que figura no alçado, 1516, oferece dúvidas não sendo no entanto posterior a 1530). O tratamento da fachada revela a plasticidade das argamassas tradicionais. Os contrafortes laterais, revelam o sistema construtivo ainda utilizado no séc. XVI para travamento das paredes dos salões com grandes vãos. Foto e observações do autor, 2009.

O emprego das pastas à base de cal segundo as técnicas adaptadas localmente, permitia o reboco e o caiamento com grande resistência às peculiaridades do clima das monções e facilitava o tratamento das fachadas

⁷⁵⁹ Manucci, op. cit., reprint, Vol. III, p.119-120

⁷⁶⁰ *Cadastro das vias públicas e Outros lugares da Cidade de Macau*, Leal Senado de Macau, 1993, p. 50

segundo as formas de expressividade da construção tradicional portuguesa.

Lembramos a observação já referida noutra parte deste trabalho, de K. Chaudhuri, citado por P. Varela Gomes, sobre «*o sentimento obsessivo de estar numa verdadeira cidade Portuguesa*»,⁷⁶¹ a propósito de um assentamento urbano português de fins do séc. XVI na cidade guzarate de Cambaia e daquilo que Varela Gomes aponta como a imagem de marca das cidades asiáticas portuguesas, a paisagem urbana constituída pelos telhados em telha e pelas fachadas caiadas.

Nas coberturas, os portugueses desenvolveram um sistema de telhados a quatro águas com pendentes muito inclinadas que surge designado na documentação contratual de obras conservada nos arquivos de Goa, como *telhados de tesoura* ou *tesouro*,⁷⁶² e que alastrou rapidamente em Goa e Cochim segundo descrições, citadas por Helder Carita, de um padre jesuíta sobre Goa e de levantamentos holandeses das cidades de Cochim e de Colombo no sec. XVII.⁷⁶³



Figura 36: A representação de algumas casas nos desenhos de Pedro Barreto Rezende e do relatório de D. António Noronha (ao meio) sugere o emprego da técnica de construção de telhados em tesoura em S.

Segundo Carita, o desgaste das monções obrigou a transformações nos poucos exemplares chegados aos nossos dias, citando também um estudo de Orlando Ribeiro, «*Açoteias de Olhão e Telhados de Tavira*», que analisa casos de cidades portuárias portuguesas nas costas africanas comparando-os com os casos

⁷⁶¹ P. Varela Gomes, «Portuguese Settlements and Trading Centres», op.cit., 2007, p. 194

⁷⁶² Helder Carita, op. cit, 2006, Faro, p. 119

⁷⁶³ Carita, a pag. 119 do trabalho que vimos referindo sobre a arquitectura no Sul da Índia, cita documentos transcritos por A. da Silva Rego, vol. X, p. 243 e também NA-TH Maps and Drawings, 4VEL, 896 e 941.

de Tavira e filiando a sua origem nos telhados de Goa.⁷⁶⁴ Orlando Ribeiro encontra semelhanças de forma entre os telhados destas casas e as coberturas dos templos hindus e vai buscar origens na arquitectura indiana sem porém aprofundar o tema. Estruturalmente, as *coberturas de tesoura*, são feitas com asnas de madeira que, resolvendo vãos de grandes dimensões, podem ainda libertar o espaço interior da presença da *linha* da asna normal (v/ desenho esquemático na fig. 39) e permitem também grandes inclinações do telhado.

É possível observar em gravuras do fim do séc. XIX a existência deste tipo de telhados em edifícios de Goa como A. Lopes Mendes registou em *A Índia Portuguesa, Breve Descrição das Possessões Portuguezas na Ásia*,⁷⁶⁵ sobrevivendo ainda esta tipologia em Portugal, em Faro e em Tavira.



Fig. 37: Exemplo de casas com telhado em tesoura: Casas junto à Igreja Matriz de Pangim in: A. Lopes Mendes, *A Índia Portuguesa, Breve Descrição das Possessões Portuguezas na Ásia*, Soc.Geogr. Lisboa, Vol. I, Impr. Nacional, 1886, Lisboa, p.108. Observe-se também a existência em plano posterior do mastro de bandeira. O de S. Tomé poderia ser do mesmo tipo

⁷⁶⁴ Helder Carita, em op. ct., 2006, Faro, p. 119, cita a *Geografia e Civilização, Temas Portugueses*, de Orlando Ribeiro, Livros Horizonte, Lisboa, s.d..

⁷⁶⁵ A. Lopes Mendes, *A Índia Portuguesa, Breve Descrição das Possessões Portuguezas na Ásia*, Sociedade de Geographia de Lisboa, Vol. I, Imprensa Nacional, 1886, Lisboa,

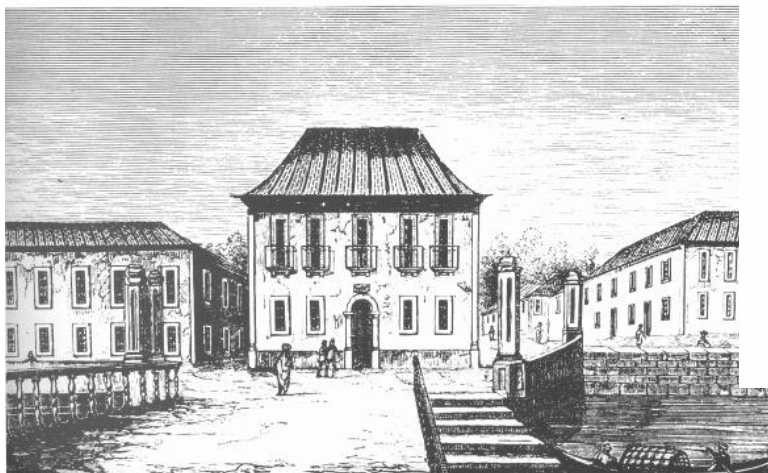


Fig. 38: Exemplo de casas com telhado em tesoura: Alfândega de Nova Goa, in: A. Lopes Mendes, *A Índia Portuguesa*, ... op. cit., 1886, Lisboa, p. 118

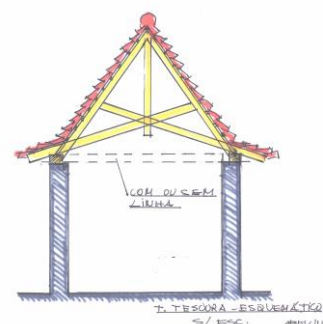


Fig. 39: Desenho esquemático duma estrutura em tesoura (ou tesouro) usada pelos portugueses para conseguir coberturas com inclinação pronunciada e libertar o espaço interior. A opção “com linha” daria maior resistência à estrutura perante as monções ao mesmo tempo que permitiria maiores vãos.

Fig. 40: Edifício Quinhentista na Rua Alexandre Herculano, em Faro, com coberturas em telhado de “tesouro”, do séc. XVII, em *Vias de Classificação* pelo Ministério da Cultura, in: <http://radix.culturalg.pt/listar.html?tabela=5>



Fig. 41 e 42: Casas Seiscentistas com cobertura em telhados de tesoura, em Tavira: andessemeparar.blogspot.com e: <http://www.tavira-inn.com/pt/tavira.htm>

6.2. Observação e estudo de alguns elementos do urbanismo de S. Tomé

O desenvolvimento urbano de S. Tomé parece não se afastar muito do conceito geral que vimos enunciando embora condicionado por características próprias. Com efeito, a cidade desenvolveu-se essencialmente a partir do túmulo do apóstolo e menos de instalações portuárias, e recorria nos primeiros tempos a Porto Novo para abrigo das embarcações. Se bem que a sua configuração acompanhasse a linha de costa, as ligações ao mar foram condicionadas, a partir de certa altura da primeira década do séc. XVII, pela construção de uma muralha que circundou a cidade, com uma frente para costa, com baluartes em vários pontos da sua extensão, e com a frente marítima exterior à muralha constituída apenas pela praia onde se faziam os embarques e desembarques de pessoas e mercadorias, através de pequenos barcos que varavam na areia.



Fig. 43: Estampa adquirida em Chennai, sem indicação de proveniência ou de autoria, mas elucidativa de como se fazia o desembarque de pessoas e bens em Madras e que era idêntico em S. Tomé. O vestuário aponta para os fins do séc. XIX, vendo-se um veleiro no horizonte. Até essa altura pouco mudara desde o séc. XVI e XVII. À direita, edifícios contíguos à praia são uma possível extensão da cidade de Madras, deixando adivinhar as formas neoclássicas do desenvolvimento urbano do sec. XIX. Ao fundo, pode adivinhar-se a torre e o volume da catedral de S. Tomé.

A área residencial que se desenvolveu para o interior, logo acima do conjunto que se organizou à volta da igreja dedicada ao apóstolo, era atravessada pelo equivalente à “rua direita” a que já nos referimos e que é hoje a «*Bazaar Road*» que se continua pelas *Devadi e Appu Street*.

Walter Rossa faz coincidir a referida *rua direita* com o presumível traçado da muralha no lado interior, oposto ao mar, fazendo dela o limite do lado de terra da parte fortificada da cidade, «deixando de fora bairros inteiros» como refere.⁷⁶⁶ No entanto, o exame que fazemos das plantas mais antigas que conhecemos leva-nos a considerar outras hipóteses admissíveis para o seu traçado nas quais a referida *rua direita* assumiria um papel de atravessamento mais central do antigo núcleo urbano.



Figs. 44 e 45. Reprodução parcial, com incidência na zona de S. Tomé, das plantas de “*Madras and its environs*”, gravura de J & C Walker, Londres, 1854, e de Madras de 1862 in: *The Church missionary atlas*, 3rd edition

Walter Rossa discute e fundamenta o interessante conceito de *Rua Direita* «normalmente tida como *fórum* das cidades portuguesas» segundo expressa na sua análise do urbanismo português, em «A Cidade Portuguesa».⁷⁶⁷ Esta *rua direita* por vezes assimila núcleos periféricos ou espaços adjacentes e toma nomes que lhe possam estar associados. Não sendo um conceito uno, corresponde, no dizer de Rossa, «ao arquétipo tido como original do urbanismo português» e terá sido

⁷⁶⁶ Walter Rossa, *Património de Origem Portuguesa (...) Ásia, Oceania*, Gulbenkian, 2010

⁷⁶⁷ Walter Rossa, «A Cidade Portuguesa», em *A Urbe e o Traço*, Almedina, 2002

durante séculos o instrumento preferencial para o desenvolvimento urbanístico. Estudando a sua origem, Rossa considera fundamentalmente dois tipos de *rua direita*, interessando-nos sobretudo o segundo, o que diz respeito ao tipo de cidade que «*accede ao mar (...) através de uma praia sem uma barreira defensiva*», caso em que se assiste «*ao desenvolvimento de uma rua principal paralela ao cais e separada dele por uma banda de edifícios implantados em lotes longos e estreitos que normalmente para essa rua são lojas e habitações e para o cais armazéns*». «*Numa fase posterior foi comum o equilíbrio destas tendências [a primeira terá sido a da ligação do principal acesso terrestre ao cais]: ora se desenvolveram perpendiculares que estendem a cidade pelas margens sobre os montes e aterros, ora se abrem vias de profunda penetração no território*».⁷⁶⁸



Fig. 46: Reprodução da parte sul de Madras, com incidência em S. Tomé, do levantamento da cidade pelos serviços urbanísticos de Madras na segunda metade do séc. XIX. A linha de costa corre em baixo e são visíveis uma via urbana que atravessa a zona da antiga cidade, abaixo dos quarteirões sombreados correndo paralelamente ao mar, e os atravessamentos perpendiculares a essa via e à linha de costa. In: *The Illustrated Map of Madras and its Suburbs corrected up to date* [Material cartográfico]. - Madras : J. Higginbotham, 1866. - [01] fol. Arquivo da Sociedade de Geografia Portuguesa. [Nota: a secção rectilínea e descontínua em branco que atravessa a gravura é uma mera dobra da tela em que o desenho está colado].

⁷⁶⁸ Rossa, op. cit., Almedina, 2002, p. 223-224

Parece-nos ser pois, S. Tomé, uma situação típica do enunciado de Rossa, embora aquilo que identificamos como a possível *rua direita* pareça situar-se um pouco mais afastada do «cais», ou da praia, sendo os lotes do enunciado possivelmente definidos, neste caso, segundo linhas perpendiculares à praia que a certa altura vieram a ser truncadas pelo aparecimento da muralha, embora as portas criadas assegurassem que se mantinha a ligação.

Do mesmo modo, a sua localização parece algo afastada daquilo que seria o núcleo inicial, que situamos na área da actual catedral, onde se situariam provavelmente a Misericórdia, a sede do Bispado e a administração da cidade. Mas estaria próxima da Igreja de S. Domingos, como veremos.

A igreja de S. Tomé, antiga catedral, e os seus anexos fariam parte de um conjunto que assumiria a centralidade da cidade mas do qual não existem actualmente vestígios visíveis.



Fig. 47: Possível núcleo muralhado da cidade com a igreja e alguns edifícios à volta onde poderiam ser a Misericórdia e administração da cidade.(A. D. Évora)

Um novo traçado urbanístico instituído pela administração inglesa da cidade sobrepôs-se à anterior estrutura urbana, tornando-a numa área suburbana e eliminando-lhe os elementos de centralidade do anterior núcleo. Aliás, é visível nos vários levantamentos da cidade de Madras que conseguimos obter e de que o mais antigo é de 1850, que os quarteirões da zona da catedral, do lado da costa, parecem rarefeitos na sua ocupação urbana. Com efeito, e admitimos esse facto, as obras de reedificação da nova catedral no sítio onde existia a antiga igreja,⁷⁶⁹ que havia sido reconstruída e mantida pelos portugueses, eliminaram todas as edificações

⁷⁶⁹ A construção da nova catedral ocorreu em 1893 e foi consagrada em 1896, era bispo de Meliapor o missionário português Henry Reed da Silva, segundo o projecto em estilo *neo-gótico* do Capitão J. A. Power, um oficial de engenharia reformado e paroquiano de Meliapor. In: S. J. Anthonysamy, *A Saga of Faith, St. Thomas Apostel of India*, 2009, Chennai

sobreviventes e arruinadas que a rodeavam por forma a libertar visualmente o novo edifício em toda a sua volta. Desapareceram assim a primitiva Misericórdia com a sua torre e sino e o possível conjunto onde residiria o capitão-geral e se faria a administração da cidade portuguesa, identificável no *Plano e perspectiva da cidade de S. Thomé de Meliapore, e seus domínios, tomada pelos ingleses (...)* do Arquivo Distrital de Évora, tendo desaparecido também o cemitério associado à Igreja do Apóstolo.



Fig. 48: Imagem da antiga igreja demolida (*pulled down*) incluída no folheto *Santhome Cathedral Basilica*, que adquirimos na actual catedral em Chennai

Seriam edifícios muito antigos e deteriorados, possivelmente vandalizados pela depredação da cavalaria de Tippu no fim do séc. XVIII, durante as guerras de Misore,⁷⁷⁰ a que a administração inglesa não terá atribuído valor

⁷⁷⁰ As guerras de Misore decorreram na segunda metade do séc. XVIII e opuseram os pretendentes ao trono do Império Mogol já em desagregação, envolvendo as potências ocidentais, a Inglaterra e a França, nos apoios aos diferentes pretendentes. No decurso destas guerras emergiu a personalidade de Sultan Tippu que ainda infligiu pesadas derrotas às forças inglesas antes da sua aniquilação final. Estas guerras criaram grandes devastações sobretudo no meio dos estabelecimentos ocidentais no território do Carnatic, incluindo Madras e S. Tomé. É interessante a observação: «É uma ironia da história que o triunfo de George Washington e a independência da América tenham tido um impacto na fortuna militar de Tippu Sultan no longínquo Misore. Depois que o General Britânico Cornwallis se rendeu a George Washington na Batalha de Yorktown (1781), voltou a Inglaterra e foi contratado pela East India Company. Foi Cornwallis quem organizou uma ofensiva política e militar sustentada e determinada contra Tippu Sultan que conteve finalmente as energias explosivas de Sultan.» Cf. «Tippu Sultan» in: «History of

cultural ou religioso e terá optado por demolir.⁷⁷¹

Sanjay Subrahmanyam, analisando uma planta de Negapatão feita por Pedro Barreto Resende⁷⁷² na década de 1630, refere estarmos perante um plano bem nítido da cidade, «ao clássico estilo colonial português, de casas com paredes de pedra, caiadas, dispostas em planta quadrangular em torno de um jardim ou caramanchão».

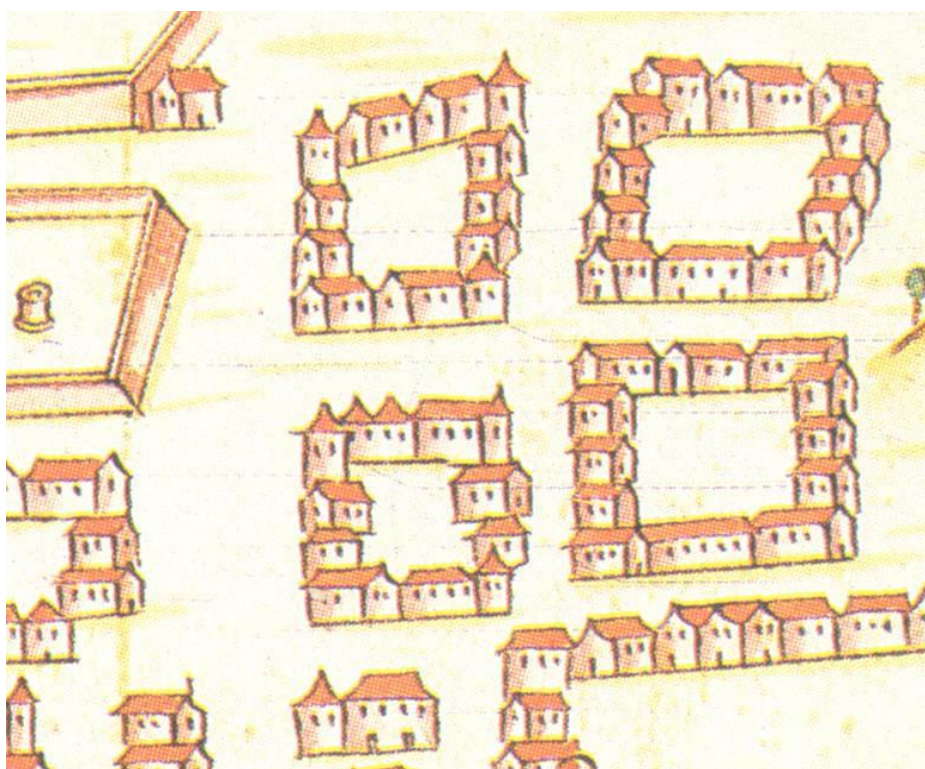


Fig. 49: Pormenor do levantamento de Negapatão, da década de 1630, mostrando as casas formando quarteirões, organizadas em torno do que seriam jardins, sendo detectável a tipologia dos telhados de duas águas, em telha cerâmica, com alguns de quatro águas do tipo “tesoura”. In: *Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações, do Estado da Índia Oriental*, pormenor da planta de Negapatão, do códice 1471 da biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa.

Islam», *An encyclopedia of Islamic history*, [Em Linha], [consultado em Dez. 2013], visitável em <http://historyofislam.com/contents/resistance-and-reform/tippu-sultan/>

⁷⁷¹ Este facto levar-nos-ia a entrar num outro tema sem dúvida interessante mas que não queremos acrescentar ao já alargado leque de assuntos abordados neste trabalho e que seria a discussão do desaparecimento do núcleo histórico ter contribuído decisivamente para o apagamento da identidade da antiga cidade ao desaparecerem as suas memórias urbanas. Rossano Garcia Lamas discute a problemática geral dos centros históricos e da identidade em *Metodologia Urbana e Desenho da Cidade*, 4ª Ed., F. Gulbenkian, 2007, sobretudo no cap. 6.6, p.419-422

⁷⁷² Pedro Barreto de Resende havia sido encarregue pelo Conde de Linhares de fazer o levantamento geral das plantas das povoações, fortalezas e cidades da Ásia Portuguesa (Subrahmanyam, op. cit., 2002, p.95)

Segundo diz, só pelos anos de 1590 esta cidade veio a ter «casas de pedra cobertas pelas típicas telhas vermelhas» já que até então, o bairro português apenas possuía «construções relativamente toscas, cobertas de palha».⁷⁷³ O processo de formação de Negapatão foi diferente do de S. Tomé, embora contemporâneo, mas as formas urbanas que os portugueses trouxeram consigo tiveram por certo matrizes comuns. Em S. Tomé, segundo uma citação que Sanjay Subrahmanyam faz de Cesare Federicci,⁷⁷⁴ as casas encontravam-se, entre 1565 a 1582, «*construídas umas ao lado das outras de portas pequenas protegidas por baluartes de tal modo que a terra se encontra já fortificada*».

Segundo ainda Subrahmanyam, num outro trabalho em que cita fontes holandesas,⁷⁷⁵ a cidade, pelo ano de 1600, seria uma povoação aberta, sem muralhas, tanto do lado de terra como do mar e tinha dois bairros separados, um maioritariamente habitado por particulares portugueses, cerca de 600, mestiços e arménios, com imponentes casas de pedra e dominado pela igreja de Nossa Sr.a da Luz e, separado por um pequeno regato, um bairro hindu onde se haviam fixado os *adhikari*, representantes de Vijayanagara, e que recebiam os impostos aduaneiros. Havia outras comunidades a norte, em Mailapro, bairro assim chamado pelos primeiros visitantes holandeses para o distinguir de S. Tomé e onde se incluíam alguns muçulmanos do Coromandel, os *chulias*,⁷⁷⁶ e ainda do Médio Oriente. Esta descrição aponta no entanto para uma outra realidade, uma vez que a Igreja da Luz se situa num ponto alto e afastado do núcleo central onde estavam a Sé e a Misericórdia, pelo que os visitantes holandeses poderiam estar a descrever um bairro periférico, habitado por portugueses, em que associaram às casas imponentes a figura dominante da igreja da Luz. Com efeito, sobrevive ainda na toponímia um

⁷⁷³ Sanjay Subrahmanyam, «O Comércio e a Bandeira: Os Portugueses em Negapatão», in: *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700, Comércio e Conflito*, 2002, p. 96

⁷⁷⁴ Sanjay Subrahmanyam, «O Proveito aos Pés do Apóstolo», in: op.cit. 2002, p. 74, e citação a p. 82 de *Viaggi di C. Federicci e G. Balbi*, p. 30 (Federicci), v/ igualmente, p. 161 (Balbi)

⁷⁷⁵ Sanjay Subrahmanyam, «A “empresa de Paleacate”: O conflito luso-holandês», in *Op. Cit.*, 2002, p. 205. Sanjay cita descrições de fontes holandesas, Tapan Raychaudhuri e Isaac Commelin.

⁷⁷⁶ Por *chulias* designavam-se os muçulmanos Tamil do sul da Índia que faziam o comércio sobretudo entre o sul da Índia, a Malásia e Singapura, onde existem comunidades Chulia. Cf. Khoo Salma Nasution, «From Coromandel Chulias to Tamil Muslims», Penang (Malaysia), in *YAADHUM* [Em Linha]

conjunto de ruas nas proximidades da igreja da Luz com nomes portugueses e nomeadamente um bairro denominado «Luz».

Como corolário das várias premissas instituídas teoricamente por Carita e Rossa e que referimos atrás, podemos ter uma idéia aproximada de como poderia ser a forma urbana de S. Tomé e do que poderiam ser as casas que os portugueses construíram na fase de crescimento e engrandecimento da cidade, no século XVI e primeira metade do século XVII, conjugando com os relatos de viajantes que descreveram a cidade. E essa seria a base ou a matriz que iria suportar o seu desenvolvimento e transformações no período do nosso estudo, ou seja, entre 1650 e 1750, período este caracterizado por momentos de grande instabilidade, por um empobrecimento das actividades comerciais e portuárias, por uma perda progressiva de soberania e por uma integração progressiva numa área urbana próxima, mais vasta e complexa, que irá acabar por predominar.

Manucci diz-nos, sobre a parte portuguesa de S. Tomé do princípio do séc. XVIII que, se «*é bem verdade que as suas casas (dos portugueses) estão construídas bem no centro da cidade*», esta já não lhes pertence no entanto. «*Pelo contrário, pode-se dizer que estão cercados lá dentro por todos os lados*», não podendo decidir qualquer coisa por mais insignificante que seja.⁷⁷⁷ Não sabemos se a expressão «*estão cercados lá dentro por todos os lados*» se refere a uma cercadura



Fig. 50: Cidadela, representada nos desenhos de Pedro Barreto Resende

física, construída, ou se quer descrever apenas uma envolvência urbana total já que nesta mesma passagem começa por referir que «*os Mahometanos ocupam a parte mais importante [da cidade] e de longe a maior parte dela*».⁷⁷⁸ As gravuras antigas

⁷⁷⁷ Manucci, op. cit, reprint, 1981, vol. III, p. 390-391

⁷⁷⁸ Ibid.

apontam para uma cidadela murada dentro da cidade, mas não sabemos se terá sido esta a muralha demolida pela governação mugol ou se esta se manteve e apenas a que definia um perímetro exterior foi destruída. São questões por ora em aberto.

Mas é bem visível nas últimas gravuras conhecidas ou mesmo nalgumas referências relativas à primeira década de Setecentos, que a cidade ainda veio a dispor de fortificações concebidas segundo novos conceitos de arquitectura militar e possivelmente, ainda, de meios de acostagem de embarcações que viabilizariam as actividades portuárias, sabendo-se que as condições negociais para a permanência dos portugueses passaram a certa altura pela fixação de determinados direitos alfandegários a reverter para a administração da cidade.



Fig. 51: Pormenor da visão de S. Tomé por Johan Nieuoff in: *Gedenkweerdige Brasiliaense Zee en Lanreize ...* publicado por Jacob van Meurs, 1682, Amsterdão, que nos mostra a cidade como uma verdadeira fortaleza, com baluartes. Terá sido desenhada provavelmente na fase final da ocupação francesa, durante o cerco final pelos muçulmanos de Golconda e pelos holandeses

6.3.1. A questão das muralhas da cidade

Sanjay Subrahmanyam transcreve, de um documento de 1568, anónimo, mas segundo afirma, «talvez do punho de João da Fonseca, vedor da Fazenda em Cochim», a seguinte passagem⁷⁷⁹: «*Quanto a dizer que São Tomé he fraco per muros e monições, digo que lhos façam fazer e que lhes façam comprar monições e fazer casa forte pera as ter, que eles faram tudo isto de boa vontade que são*

⁷⁷⁹ Sunjay Subrhmanyam, «O Proveito aos pés do Apóstolo», in: *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700, Comércio e Conflito*, 2002, p. 73, transcrição do *Arquivo Romano S. J. Códice Goa 38*, fls. 352-75

honrados e abastados». Esta passagem é indicadora da não existência de fortificações e meios defensivos no fim do séc. XVI e que a sua necessidade se fazia sentir desde o fim dos anos sessenta deste século.

Um relatório da autoria do P.e Alexandre Valignano sobre toda a actividade da Companhia de Jesus no Oriente⁷⁸⁰ o qual se refere a 1579, mas mostrando a sua leitura, segundo Silva Rego, «que foi copiado alguns anos mais tarde», descreve no seu Capítulo 11.º, «De la Residencia de S. Thomé»,⁷⁸¹ que a povoação terá cerca de duzentas casas, «*tierra muy buena y rica porque tiene grandes tratos con Malaca, Pegu y Bengal adonde van cada año naves de aquella tierra con diversas mercançias.*» Segundo a descrição ainda, há uma casa de S. Francisco «*con ocho o diez frailes, y nosotros tenemos otra casa recogida a manera de colegio con siete aposentos y sus comodas officinas y huertas muy fescas, y fuera de los muros estan casi dos mil christianos...*». «*Vivem ordinariamente aqui seis de los nuestros teniendo una escuela de leer y escribir...*». (Sublinhado nosso a cheio)

Esta descrição, que aponta para a existência de duzentas casas dentro de um recinto amuralhado (já que existirão ainda «*fuera de los muros*» cerca de dois mil cristãos), parece contradizer a citação feita por Sanjay atrás referida, que diz, de fontes holandesas,⁷⁸² ser a cidade pelo ano de 1600 uma povoação aberta, sem muralhas, tanto do lado de terra como do mar.

Sabemos no entanto que Júlio Simão, o engenheiro-mor da Índia de 1596 a 1622,⁷⁸³ foi o responsável pela reconstrução das muralhas de Cochim, Malaca e também por S. Tomé de Meliapor, em 1597, o que aponta para uma possível intervenção supervisionada por este engenheiro-mor neste período, embora não

⁷⁸⁰ «Sumario de las Cosas que perteneçen a la Provincia de la India Oriental.... », em *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia*, coligido e anotado por António da Silva Rego, Vol. XII – 1572-1582, 1992, p. 470

⁷⁸¹ «De la Residencia de S. Tomé», Silva Rego, op. cit., Vol. XII, 1992, p. 512

⁷⁸² Sanjay cita Tapan Raychaudhuri e Isaac Commelin, como já referimos atrás.

⁷⁸³ De 1596 a 22 foi o Luso-Goês Júlio Simão o engenheiro-mor da Índia que veio para Goa na mesma armada que trouxe D. Francisco da Gama, 4º Conde da Vidigueira. Foi também o responsável pelo Arco dos Vice-reis na Goa antiga e em 1604 pelo Forte da Aguada, entre outros. In: Francisco M. S. Viterbo, *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses ou ao serviço de Portugal*, Lisboa, 1898-1922

tenhamos mais informação sobre a sua actividade relativamente a S. Tomé, que presumimos tenha visitado na sua deslocação a Malaca.

Júlio Simão terá sido certamente formado segundo as novas concepções divulgadas na Europa. Com efeito, já em 1541, Benedetto da Ravenna, engenheiro militar italiano ao serviço de Carlos V, fazia o traçado e lançava a obra de fortificação de Mazagão, hoje El Jadida (a nova) em Marrocos, em que alguns dos mais destacados arquitectos portugueses eram então reciclados prestando serviço nessa obra, coordenada e dirigida por este italiano.⁷⁸⁴ Segundo Rossa, assistia-se nesta altura a uma mudança de paradigma, com a adopção do sistema abaluartado como resposta à evolução balística das forças de ataque. Mas, acrescenta ainda olhando para as questões do urbanismo, o certo é que «o âmbito de acção da engenharia militar não se restringia à fortificação, [...] era, em última análise [...] o suporte técnico das opções territoriais estratégicas que englobavam a definição e o estabelecimento da rede urbana, a definição urbanística e a condução geral das acções de urbanização».⁷⁸⁵

Através de informação coligida por Silva Rego em fontes que verificou, e que já referimos noutra parte, sabemos que «*Dom Fr. Sebastiam de S. Pedro [...] foy nomeado bispo de Mailapur no anno de 1607 [e que] Cercou de muros, e baluartes a cidade de S. Thomé; tudo sem ajuda do Estado*».⁷⁸⁶ (Realce nosso a cheio). Estes muros e baluartes terão sido possivelmente construídos segundo as prescrições e desenhos do Eng.º Júlio Simão. Com efeito, o tempo de funções deste engenheiro na Índia abrangeu o período em que frei Sebastião de S. Pedro exerceu o seu mandato em S. Tomé, sendo bem possível que a conformação abaluartada das suas fortificações que vamos encontrar em desenhos da segunda metade de Seiscentos, mostre a sobrevivência dos conceitos de que seria conhecedor, de adequação da concepção das fortificações à resistência aos cercos com artilharia, e que terão sido aplicados em S. Tomé. As informações disponíveis, embora escassas, apontam para isso, com adaptação aos circunstancialismos locais,

⁷⁸⁴ Walter Rossa, op. cit., *Património de Origem Portuguesa no Mundo, Ásia, Oceania*, 2010, p. 38

⁷⁸⁵ Rossa, op. cit., 2010, p. 39

⁷⁸⁶ In: *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia*, coligida e anotada por António da Silva Rego, Lisboa, 1992, Vol. XII – 1572-1582, pp. 59

nomeadamente à conformação urbana existente e ao desenvolvimento em pormenor por cada um dos executantes, de acordo com o que nos sugere a toponímia descrita por Bocarro e a que nos referimos mais adiante.

O relatório de Valignano mencionado é por certo impreciso quanto ao período temporal a que se refere, pois as estruturas defensivas só surgem com D. Sebastião de S. Pedro a partir de 1607, segundo o registo que também nos dá afinal Silva Rego, e a sua composição com baluartes é consentânea com o que nos mostram os levantamentos dos anos 30 de Seiscentos de Bocarro e Pedro Resende Barreto, e como mais tarde sugere o levantamento expedito francês, quando da ocupação da cidade por La Haye nos anos setenta deste século XVII.

Outra possibilidade, é a de já terem existido estruturas defensivas - muros que separavam o lado de dentro do *lado de fora* (*fuera de los muros estan casi dos mil christianos*, segundo Valignano) - que cercavam um grupo de edifícios entre os quais se contaria a igreja do apóstolo. Nas imagens dos levantamentos que chegaram até nós, de Resende e mais tarde o *Plano e perspectiva da cidade de S. Thomé de Meliapore(...)* de D. António Noronha, referido este a 1749, e que complementava os seus relatórios,⁷⁸⁷ é possível identificar uma espécie de cidadela interior que mantém uma configuração própria, identificável pois até à década de quarenta de Setecentos. Já tal diferenciação não se verifica porém, em desenhos da segunda metade do séc. XVII, um da ocupação francesa de 1672-74 e outro publicado por François Valentijn em 1724-26,⁷⁸⁸ embora, possivelmente, tenha sido desenhado em data anterior, como veremos. Nestes desenhos a cidade é toda ela vista essencialmente como uma fortaleza única, contendo no seu interior um conjunto de quarteirões que são representados de forma esquemática. As próprias referências escritas da época dão-na sobretudo como “*a fortaleza de S. Tomé*”.

⁷⁸⁷ Em Carmen M. Radulet, *Sistema Marcial Asiático*, de D. António José de Noronha, Fundação Oriente, 1994, Lisboa

⁷⁸⁸ François Valentijn esteve nas Índias Orientais ao serviço da companhia das Índias holandesa depois de 1685 e foi publicada em 1724-26 a obra *Oud en Nieuw Oost Indien* em que o desenho referido figura. Terá tido acesso aos arquivos da companhia que explica a sua inclusão na obra, embora no fim de 1672 as muralhas tivessem deixado de existir, sendo os próprios holandeses que superintenderam a demolição. O desenho poderia assim ser anterior à demolição, ou ser afinal, se de data posterior, um projecto de uma nova fortificação da cidade.

Admitimos pois que a cidade terá entrado já na segunda metade do séc. XVII rodeada de um sistema defensivo amuralhado de configuração actualizada segundo as novas preocupações de resistência a assédios de artilharia, reflectindo algumas das tendências do desenho de fortificações militares que se generalizou na Europa por todo o séc. XVII, nomeadamente o uso dos baluartes e de *redentes* ao longo das *cortinas* de muralhas, para minimizar os campos de tiro atacantes, bem como a definição de outros dispositivos da arte. Mas admitimos também que a aplicação dos conhecimentos técnicos para a concretização destes dispositivos militares tenha sido acompanhada dos princípios urbanísticos que por certo os responsáveis seguiam.

Vejamos outra versão, segundo uma descrição da cidade citada por R. Srinivasachari em *History Of The City Of Madras*, «escrita proavelmente em 1635»:⁷⁸⁹

São Tomé estava rodeada por uma muralha que quase era tocada pelas ondas no seu lado Este. Tinha três baluartes do lado do mar. Existiam quatro portões que *furavam* as muralhas que estavam apetrechadas com um certo número de canhões. Os residentes Portugueses eram cerca de 120 homens adultos; existiam ainda 200 Cristãos Negros e um corpo de mosqueteiros que constituíam a guarnição. O Capitão da cidade era geralmente um Português da nobreza. Fora da cidade existia um lugar para os homens dos navios que ancoravam ao largo da costa. A cidade estava nominalmente sujeita à soberania do “Hindu Baya” de Vijayanagar; mas era sujeita aos ataques frequentes dos holandeses de Pulicate. Estava protegida naturalmente por uma lagoa do rio Adiar enquanto que do lado oeste, existia a protecção de outra lagoa adjacente a Meliapor. O Capitão Português da cidade era tratado como “*Capitão Maior*”. Era pago por Goa e tinha ainda direito a metade dos direitos alfandegários recebidos na barra do porto. (tradução nossa do termo *sea-gate of the port*).

⁷⁸⁹ *History of the City of Madras, Written for the Tercentenary Celebration Committee, 1939*, by Rao Sahib C. S. Srinivasachari, M.A., Professor of History, Annamalai University, Chennai, p. 72-75

É por certo desta época a representação que encontramos numa publicação holandesa, *Gedenkweerdige Brasiliaense Zee en Lantreize (...)*⁷⁹⁰ de Johan Nieuhoff, que durante algum tempo nos passou despercebida pois refere-se à sua viagem ao Brasil. Mostra-nos S. Tomé de Meliapor vista por quem se aproximava vindo do mar, e terá sido feita por um holandês entre Setembro de 1673 e meados de 1674, durante a ocupação francesa, segundo os editores de uma edição inglesa de 1990 das viagens do Abade Carré,⁷⁹¹ que publica a mesma estampa e onde é feita a sua descrição e a discussão da sua autoria e datação.



Fig. 52: A “fortaleza” de S. Tomé de Meliapor vista do mar, segundo Johan Nieuhoff in: *Gedenkweerdige Brasiliaense Zee en Lantreize (...)*. Ao alto, está titulado *S. Tomé na Costa do Coromandel*. No canto superior esquerdo, uma legenda descreve: 1. A cidade S. Tome; 2. Protecção em madeira; 3. Guarda exterior francesa; 4. Pagode de Triplicane; 5. Paliçada; 6. Defesa contra o fogo (de artilharia).

⁷⁹⁰ Johan Nieuhofs, *Gedenkweerdigé Brasiliaense Zee- En Lantreize. Alhet geen op dezelve is voorgevallen, Beneffens, Een bondige beschrijving van gantfch Neerlants Brasil*, 1682, Amsterdão, p. 106. Esta obra, da qual existe uma tradução brasileira, *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, possui um conjunto de gravuras atribuídas a vários autores que não a Nieuhoff, cuja história a tradução brasileira resume, embora não inclua a parte relativa a S. Tomé. É pois verosímil que a gravura em questão represente S. Tomé num período da primeira metade do séc. XVII. Constatamos também que esta gravura coincide com a da p. 300 de *Vestiges of Old Madras*, de Henry Love, Vol. I, cuja qualidade de reprodução não permite no entanto uma identificação fácil e imediata.

⁷⁹¹ *The Travels of the Abbé Carré. The India and the Near East, 1672*, Vol. II, Asian Education Services, Reprint, 1990, Nova Delhi, Madras, p.

A mesma publicação sobre as viagens de Carré inclui uma carta geográfica com uma representação grosseira de S. Tomé e de Madras e das suas ligações e proximidade que nos parece interessante incluir neste trabalho. Note-se que nela S. Tomé é representada conforme o desenho de Valentijn já referido o que indicia uma composição do desenho a partir de outros elementos, conforme a própria legenda indica.

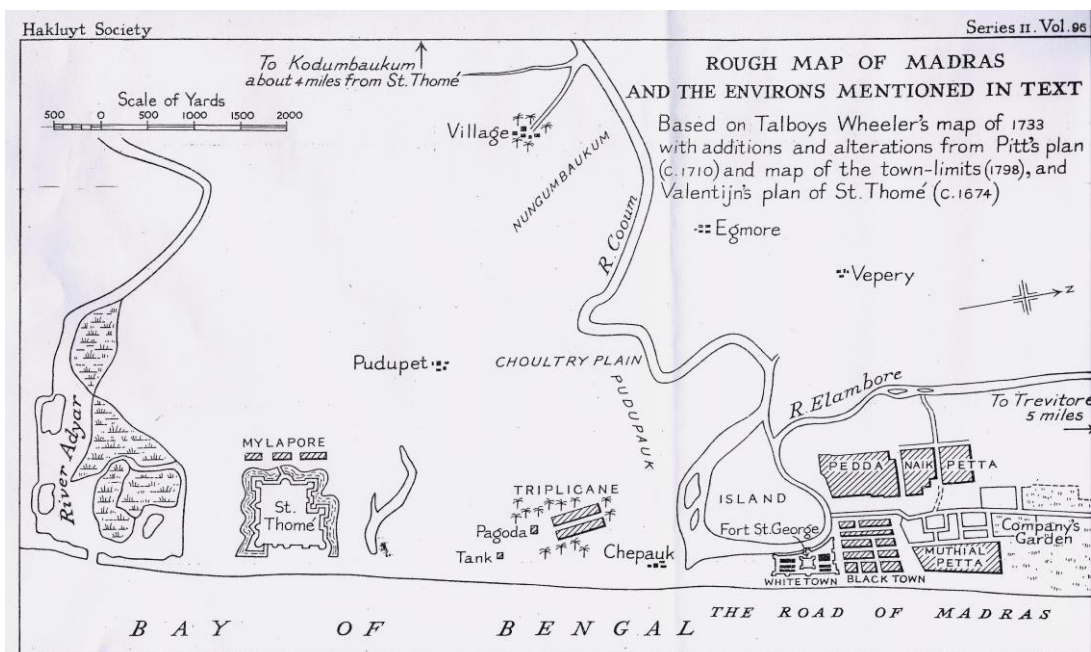


Fig. 53. Carta representando S. Tomé e Madras, incluída em *The Travels of the Abbé Carré, Vol. II*, Asian Educational Services, p. 517 onde S. Tomé é representada segundo a planta de Valentijn de cerca de 1674. Compare-se as dimensões relativas de S. Tomé e de Forte St George.

As muralhas da cidade vão acabar por ser mandadas demolir pelo rei de Golconda, sob insistência dos holandeses os quais superintenderam os trabalhos de demolição com ajuda logística e da engenharia militar inglesa, logo a seguir à capitulação francesa que ocorreu em 1674, dois anos depois de La Haye ter ancorado a sua esquadra ao largo de S. Tomé, desembarcado e tomado a cidade. Este último deixou-nos no entanto uma descrição⁷⁹² segundo a qual a cidade era completamente rodeada por fortes muralhas que uniam bastiões fortificados, ou baluartes.

⁷⁹² *Voyage de La Haye aux Indes Orientales*, in *Histoire Générale des Voyages*, Prevost, Antoine François, Paris, MDCCCLI, vol. VIII, pag. 642, descrição baseada no «Journal» da viagem que regista as observações de La Haye bem como do sr. Caron, Director Geral das Índias para a Companhia de França e que acompanhou La Haye desde Goa até à aventura de S. Tomé.

O reconhecimento feito pelos homens e La Haye diz-nos que estava protegida com uma excelente muralha de pedras muito duras e muito bem cimentadas, com 18 pés de altura (cerca de 5,5 m) e era defendida com 16 bastiões (uma gravura antiga mostra a existência de 14⁷⁹³). Na altura tinha uma guarnição de 700 homens, o que não impediu que cento e vinte mosqueteiros e cinquenta marinheiros franceses a tivessem ocupado com relativa facilidade. No reconhecimento que fizeram, constataram ainda que dispunha de armazens de munições bem fornecidos de pólvora, balas de pedra, espingardas (fusus) e mosquetes.

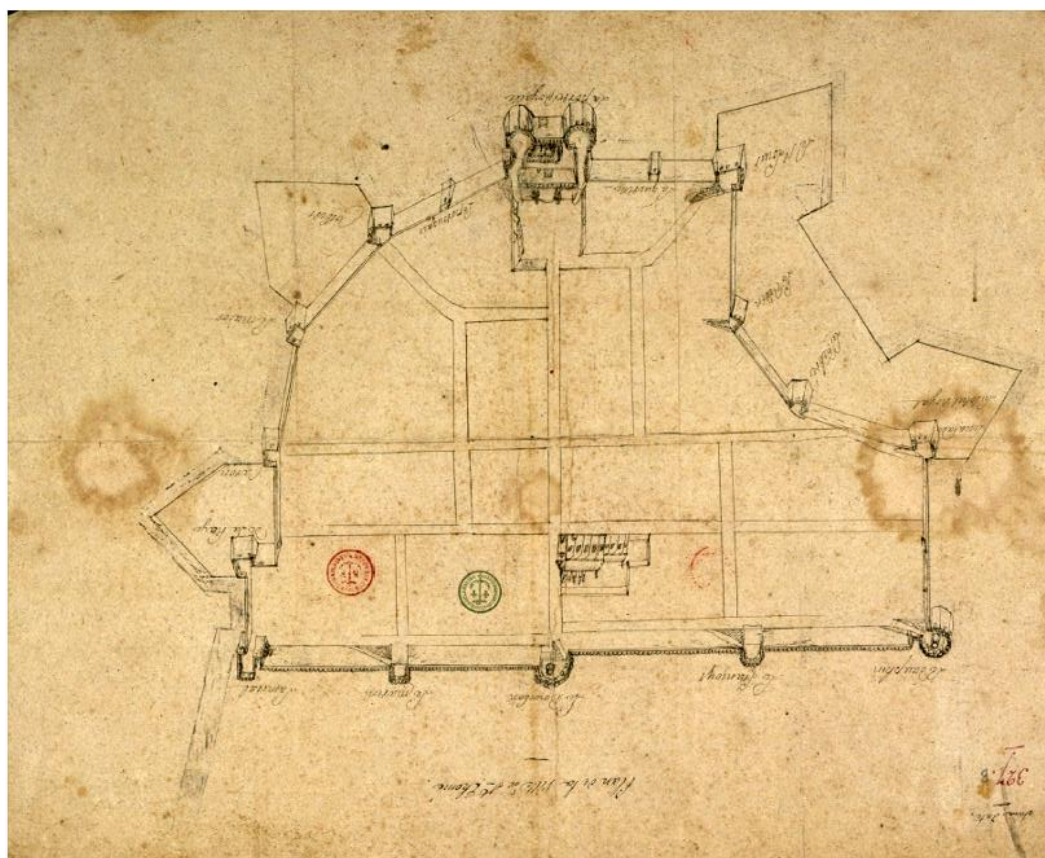


Fig. 54: Levantamento expedito da fortaleza e povoação de S. Tomé durante a ocupação francesa de 1672-74, Archives nationales d'outre-mer, Base Ulysse [Em linha]

O autor do relato, abordando alguns aspectos da história e origem da cidade, refere que na altura em que a tomaram aos muçulmanos, as igrejas estavam em bom estado e mantinham os seus preciosos ornamentos. Mas nas negociações

⁷⁹³ De Pedro Barreto Rezende, já referida

do tratado de capitulação dos franceses perante os holandeses, com cedência de S. Tomé ao nababo muçulmano,⁷⁹⁴ La Haye fez transportar para Madraspatam - então povoada sobretudo por portugueses que haviam abandonado S. Tomé depois da ocupação muçulmana ocorrida 20 anos antes, segundo o próprio relato que vimos referindo - a maior parte das riquezas existentes nas igrejas para ficarem à guarda dos capuchinhos, já que no tratado não houve da parte dos holandeses o compromisso de salvaguarda das riquezas eclesiásticas existentes nos templos, sendo aqueles, no dizer do relato, menos escrupulosos do que os *mouros*.

De acordo com uma descrição de François Martin, a quem já nos referimos noutras passagens deste trabalho, e que também esteve presente em vários momentos da ocupação da cidade pelos franceses, S. Tomé havia sido tomada pelos muçulmanos em 1662 e logo após a tomada, Niknam Khan, então “*generalíssimo*” a quem o lugar fora dado, mandou-o fortificar⁷⁹⁵ e fez obras de reconstrução das muralhas recorrendo também às pedras de *vários pagodes grandes da terra* para as fortificações. Diz F. Martin:

Il y fit élever des murailles du côté de la mer flanquées de quatre bastions qui ont été estimées par les connaisseurs et les personnes d’expérience pour des plus belles et des plus fortes qu’il y eut pour lors au monde; ce généralissime y fit bâtir aussi **la porte de terre qu’on nomma depuis la porte Royale**⁷⁹⁶(*sublinhado nosso a cheio*).

Este “*generalíssimo*,” noutros autores referido como um *ministro mugol*, não permitiu, segundo ainda F. Martin, que ficassem habitantes dentro da cidade, onde apenas passou a residir uma guarnição, de ordinário de 200 a 300 homens. Foi

⁷⁹⁴ Wheeler, *Madras in the Olden Time...*, 1639-1702, Vol. I, Madras, 1861, p. 78

⁷⁹⁵ François Martin, «État de La ville de San Thomé» in: *Mémoires de François Martin, fondateur de Pondicherry (1665-1696)*, 1931, Paris, p. 336-337

⁷⁹⁶ Idem, p. 337. O sublinhado a negrito destaca a passagem que nos permite identificar a orientação da planta feita pelos franceses na ocupação da cidade, em que é omissa a linha de costa ou qualquer referência geográfica da sua orientação

dada liberdade no entanto a vários habitantes para ficarem a viver do lado de fora onde tivessem terras e casas, o que lhes foi permitido manter.⁷⁹⁷

Vemos assim que a construção das fortes muralhas de S. Tomé não pode ser atribuída somente aos portugueses que ali viveram anteriormente, mas também ocorreu com a ocupação muçulmana recente, cerca de 20 anos antes, que as reforçou e aumentou, sobretudo do lado do mar. Por sua vez os franceses, segundo Srinivasachari, durante a sua ocupação, «aumentaram consideravelmente as fortificações do lugar, em particular do lado oeste, ou lado de terra, de onde era maior o perigo de ataque dos Muçulmanos».⁷⁹⁸

São pois as muralhas existentes ao tempo da rendição francesa, nos anos setenta de Seiscentos, que vão ser objecto de demolição numa acção radical dos holandeses com o apoio dos ingleses de Madras, embora não muito explícito. Henry Love descreve com detalhe, apoiado nos registos existentes nesta cidade e na correspondência da Companhia das Índias inglesa, bem como nas passagens da *Mémoire* de François Martin sobre estes acontecimentos, os vários passos que levaram à demolição, as hesitações do rei de Golconda e a acção final de demolição sistemática.

Referindo-nos de forma resumida às passagens de Henry Love sobre este assunto em *Vestiges of Old Madras*,⁷⁹⁹ em Agosto de 1675, os holandeses, suspeitando que os franceses queriam retomar S. Tomé, apoiaram Langhorn, o governador de Madras nessa altura, para pressionar Abul Hassan, governador de Golconda, para demolir o lugar. Foram assim dadas ordens de Golconda nos meses seguintes para destruição não só das fortificações, mas também das igrejas e edifícios principais, «destruindo assim, com essa bela igreja dedicada ao grande Santo de que a cidade tem o nome, um dos mais belos monumentos da antiguidade do cristianismo nas Índias» nas palavras de François Martin, que Love cita. Mas

⁷⁹⁷ Ibid.

⁷⁹⁸ R. Srinivasachari, op. cit., 1938, p. 72-75. V/ também Wheeler, *Madras in the Olden Time*, op. cit., p. 75: «A year and a half passed away, and the French still remained in possession of St. Thomé. Within that time they had established a camp at Triplicane, and fortified it far more strongly than the English were fortified at Fort St. George.»

⁷⁹⁹ Henry Davidson Love, *Indian Record Series, Vestiges of Old Madras, 1640-1800*, Vol. I, p. 335-338

graças à interferência do governador muçulmano de S. Tomé para quem a demolição de uma tão boa cidade seria contrária ao interesse real além de ser uma operação dispendiosa, os edifícios foram poupados. Foram então alteradas as ordens para que fossem demolidas apenas as fortificações, o que veio a ser feito com a ajuda dos holandeses e dos ingleses, durante os últimos três meses daquele ano.⁸⁰⁰ Segundo Martin, citado ainda por Love,

(...) os holandeses enviaram gente para servir sob as ordens do senhor Jager, um dos seus comerciantes, e que tinha servido como engenheiro para fortificar o pagode de Trivilcany... Os oficiais franceses, que tinham ido para Madras procurando passagem nos navios ingleses, escreveram-me sobre terem estado em lugares que já não são reconhecíveis excepto a Porta Real que estava a ser deitada abaixo. Arrancavam as pedras das fundações que atiravam ao mar. Os ingleses levavam apesar de tudo os materiais das demolições que lhes serviram para construir as belas casas que têm actualmente em Madras.⁸⁰¹

Em correspondência referida por Love, Langhorn, que agia de forma cautelosa, escrevia então:

(...) contudo, dada a amizade com sua alteza, enviei o Engenheiro Chefe para conferenciar com os seus [os oficiais muçulmanos] e com os Holandeses, e para dar-lhes o melhor conselho que puder; e dei autorização para o nosso pessoal que lá queira prestar serviço durante o trabalho, para o fazer livremente. Também disponibilizei a nossa gente para arranjar 200 Cules para servir o superintendente Holandês Vyagher, ou tantos quantos ele precisar (...). Entretanto o trabalho está a decorrer muito bem (...) sendo muito importante o tempo para ser bem arrazada e as pedras levadas para longe ou

⁸⁰⁰ R. Srinivasachari, op. cit., 1938, p. 72-75

⁸⁰¹ Ibid.

afundadas no mar, antes que mais navios franceses possam aparecer e causar problemas.⁸⁰²

Love observa que Langhorn não queria ter um papel mais activo e evidente no trabalho de destruição porque receava envolver a Companhia com os franceses e os portugueses, ambas as nações com pretensões sobre S. Tomé. No entanto, as demolições eram finalmente a concretização daquilo em que muito havia insistido e que está expresso na sua correspondência com o representante político da Companhia na corte em Golconda, o Bramane Yenkataputtee, em que dizia «... *se o Rei não fizer nada, há o risco do regresso dos franceses uma vez que os holandeses, em vias de fazer as pazes com os franceses, não mais a poderão retomar. E mesmo que o Rei deixe os holandeses ficar com o lugar, estes serão obrigados a devolve-lo aos franceses nos termos da referida paz*».⁸⁰³

Sabemos que mais tarde, em 1697, já com o reino de Golconda sob a ocupação do império mugol, pouco mais de 20 anos depois da aventura de La Haye, e já com portugueses a viverem novamente na cidade, vão ocorrer novas demolições nas muralhas. Com efeito, o *avaladar* (governor mugol) manda demolir dois bastiões quando, sob uma orientação mais decisiva do Vice-Rei, Pedro António de Meneses Noronha de Albuquerque, (1692-98) o general Luis Francisco Coutinho, investido nas funções de capitão-geral, pretendeu revitalizar a cidade novamente sob administração portuguesa e quis reconstruir as suas muralhas. Mas não o conseguiu no entanto,⁸⁰⁴ como já referimos noutra parte deste trabalho.

São escassas as informações que nos permitem caracterizar a existência da cidade durante o período de cerca de 30 anos que decorreu entre a saída dos franceses de S. Tomé, em 1674, e o ano de 1702. Segundo Manucci, pressionado pelos holandeses, o rei de Golconda mandara *arrazar* a cidade em 1674, «*não ficando pedra sobre pedra*», mas cerca de doze anos depois, os portugueses já tinham conseguido autorização para aí residir e construir edifícios.

⁸⁰² Id., p. 338, apud *Fac. Rec. F. Str. G.*, vol. *Xvii*, Oct., 1675

⁸⁰³ Id., p. 334

⁸⁰⁴ Paolo Aranha, op. cit., 2011, Singapura, p. 73

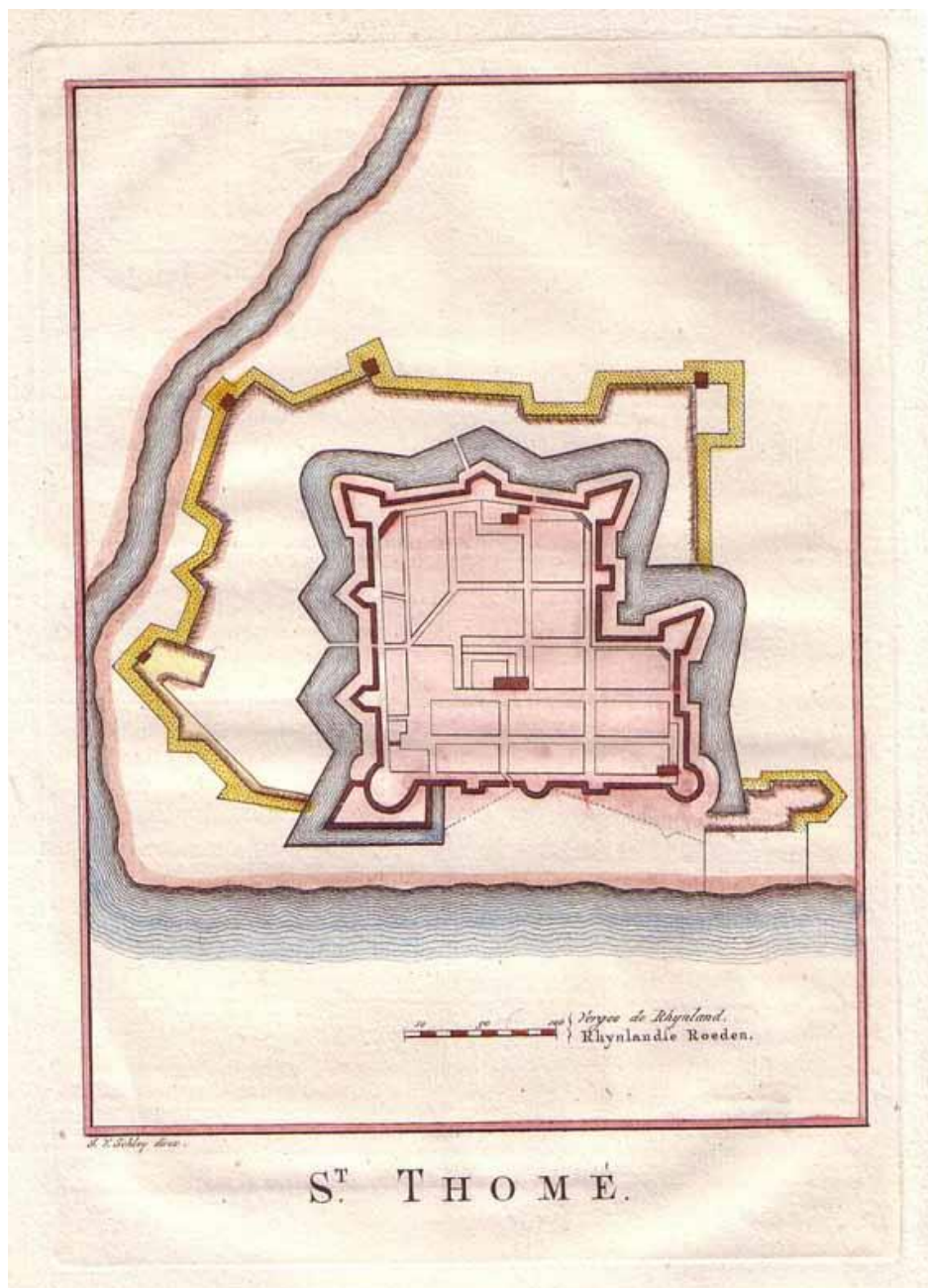


Fig. 55: A povoação fortificada de S. Tomé, ilustração por Bellin, 1756, in: Prevost, *Histoire Générale des Voyages*, Paris, MDCCCLI. Observe-se a exacta coincidência formal com a conservada na Sociedade de Geografia de Lisboa, reproduzida noutra parte deste trabalho.

Como vimos, em 1697 a administração portuguesa da cidade quis reconstruir as muralhas, sendo contrariada pelo *avaldar* que, pelo contrário, mandou demolir dois bastiões, segundo Paolo Aranha ou três posições a que se

seguiram mais cinco posições e o mastro da Bandeira, segundo Wheeler,⁸⁰⁵ «*porque os Portugueses não os presentearam desde a sua chegada*», (referindo-se à chegada do Diwan e do Buxee à cidade,⁸⁰⁶ altas figuras da governação dos territórios de Golconda). É também Manucci que nos diz, como já referimos, que em 1702 o governador mugol da província, Mahamud (ou Muhammad) Sahid, pediu autorização ao rei de Golconda e iniciou a construção de uma muralha em terra batida englobando as “duas cidades”. Mas o rei de Golconda veio a negar afinal a autorização ao governador para *reconstruir a cidade*, em resposta ao pedido de construção da muralha embora, segundo Manucci, o governador já tivesse iniciado a sua construção em terra batida antes de receber a resposta negativa.

Os portugueses, ao conseguirem em 1697 a concessão de terras e a autorização do novo poder mugol de residirem novamente na cidade, terão ficado confinados ao núcleo urbano primitivo e supõe-se que amuralhado já que Mir Usman, no decorrer do conflito ocorrido numa procissão que atrás relatámos e descrito por Manucci, «**manda colocar guardas nos portões**» impedindo a passagem dos habitantes e a entrada de abastecimentos. (Sublinhado nosso a cheio).

Cerca de 40 anos mais tarde, quando da sua ocupação definitiva pelas forças inglesas sob as ordens do Almirante Boscawen, a cidade é representada, na gravura que acompanha os relatos de D. António Noronha, com uma parte das suas muralhas e um baluarte em pé, embora estejam representados alguns troços em demolição e um sulco deixe adivinhar a existência de outros troços que teriam sido demolidos. Teríamos assim, muito possivelmente, uma cidadela murada dentro da cidade a qual por sua vez chegou a ter uma muralha exterior desde 1607, reforçada

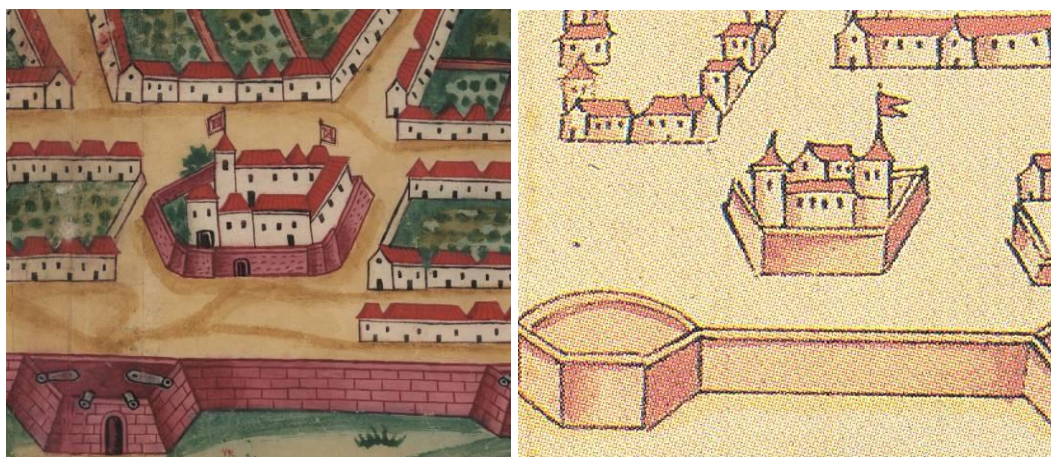
⁸⁰⁵ Segundo os registos de Madras citados por Wheeler, e como já referimos atrás, em Janeiro de 1697 «*o Divan e o Buxee puseram ... Cules a deitar abaixo três das posições em S. Thomé; a razão porque o fazem diz-se que é porque os Portugueses não os presentearam desde a sua chegada*». A 17 do mesmo mês, «*os Mouros continuam a deitar abaixo as fortificações em cinco posições e a demolir o portão. E hoje começaram com a muralha, levando tijolos e pedras para um lugar onde o Havildar vai construir uma casa; também deitaram abaixo as instalações da Bandeira e neste dia visitaram uma das igrejas*». In: Wheeler, *Madras in the Olden Time...*», 1639-1702, Vol. I, Madras, 1861, p. 308

⁸⁰⁶ Ibid.

em 1662 com a tomada pelos muçulmanos e que se manteve até 1672 ou 74, a seguir à sua desocupação pelos franceses.

O conceito de núcleo fortificado não é novo em S. Tomé pois vimos que desde cedo, com as obras iniciais de reconstrução do edifício que os primeiros visitantes encontraram e descritas por Gaspar Correia, existiu a preocupação de fortificar o conjunto:

[tendo sido a igreja] por cyma ameada com fremosas amêas, e assy a torre, tudo muyto loução; e sobre a porta principal genella pera o coro, e sobre ella gorita pera defensão da porta, com suas seteiras; e todas as amêas a modo de fortaleza, que depois que a gente creceo, e se fez pouoação dos portugueses, na porta principal se fez hum alpendre do tamanho da igreja, [...] e ao redor se fez uma cerqua, que a casa tinha [...] e tudo muy forte e defensauel, pera se defender, * e * havendo agum aleuantamento na terra a igreja ser sua fortaleza.⁸⁰⁷



Figs 56 e 57: Duas versões da parte do levantamento de S. Tomé que incide sobre a igreja do Apóstolo, onde é visível um conjunto fortificado dentro do recinto da cidade a qual por sua vez também é muralhada, como se pode ver pela secção de muralha que atravessa a parte inferior das imagens, o que pode corresponder ao conceito do núcleo interior fortificado dentro da própria cidade também ela fortificada no seu perímetro. Reproduções parciais das gravuras de «S. Tomé de Meliapor», de Pedro Barreto Resende, em *Livro das Plantas de todas as Fortalezas*, (...), de António Bocarro, (1633 e 1635) e no *Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades*, (...).reproduzido do Cód. n.º 1471, Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, possivelmente uma cópia da primeira.

⁸⁰⁷ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. II, Lello & Irmão, 1975, Porto, p. 787

Em 1697, como já vimos, voltaram a ocorrer novas demolições em vez duma pretendida reconstrução e a seguir voltou a ter nova muralha exterior, esta talvez em terra batida, ou que foi pelo menos iniciada pelo governador mugol da província em 1702.

A gravura que complementa o relatório de D. António de Noronha e de que reproduzimos a seguir a parte central, parece fundir realidades temporais distintas, mostrando a existência de muralhas em pedra as quais rodeiam o recinto do que parece ser o núcleo principal da cidade, embora estejam representados alguns troços em demolição bem como o sulco do que poderá ter sido o lugar de outro troço da muralha já demolida, como é possível observar em detalhe na Fig. 58. Mantem-se ainda nesta gravura a existência do que parece ser um baluarte sobrevivente do sistema abaluartado que terá existido antes das demolições e é possível ver ainda portões que ligariam este núcleo à restante cidade.



Fig. 58: A catedral de S. Tomé e o conjunto de edifícios que se situavam na sua proximidade, rodeados por uma muralha em que alguns troços estão em demolição. Pormenor da gravura referida a 1749 (Relatório de D. A. Noronha) mostrando uma bandeira inglesa içada num baluarte e ilustra um relatório de D. António Noronha, conservada na Biblioteca e Arquivo de Évora, existindo uma cópia na Sociedade de Geografia de Lisboa

Walter Rossa, numa tentativa de determinar o traçado das antigas muralhas e identificar os contornos do antigo tecido urbano, conseguiu uma aproximação ao perímetro da fortificação erguida em 1614 pela população cristã⁸⁰⁸

⁸⁰⁸ Walter Rossa, em *Património de Origem Portuguesa no Mundo, Arquitectura e Urbanismo, Ásia, Oceania*, 2010, p.389

que, no entanto, e como diz, «deixa de fora bairros inteiros onde ainda hoje encontramos não só a maior parte das igrejas, mas casario com claras influências portuguesas». ⁸⁰⁹ Este investigador refere a descrição de Bocarro e Resende sobre S. Tomé, sendo da opinião que «contém um conjunto de imprecisões óbvias, o que nos permite supor que os autores nunca ali terão estado». ⁸¹⁰ Da descrição, extrai no entanto um inequívoco conceito de «perímetro abaluartado rectangular» que faz corresponder ao que terá sido a primeira fase de fortificação iniciada em 1614, admitindo que esse perímetro seria da ordem do 900x300 metros. Na sua opinião, à fortificação terá sido acrescentada por volta de 1660 uma nova área de 600x200 metros. ⁸¹¹ Esta poderá corresponder à intervenção do «generalíssimo» Niknam Khan, após a tomada da cidade pelos muçulmanos em 1662, como já referimos.



Fig. 59: Reprodução parcial de uma fotografia de satélite, incluída por Walter Rossa em *Património de Origem Portuguesa no Mundo, Ásia Oceania*, onde assinala a catedral (1) e um possível traçado da muralha. O traçado escuro que atravessa de lado a lado, é actualmente a *S. Tomé Street*, na sua orientação paralela à costa mas que não existiria no séc. XVIII. É identificável a *Luz Street*, perpendicular à primeira, e que seria primitivamente a *Calçada de N.ª Sr.ª da Luz*. A primitiva *Rua Direita*, com um traçado dificilmente identificável, supomos que seja sobreponível à *Bazaar Street* e ao que Rossa identifica como uma secção do traçado da muralha, para o lado direito da *Luz Street*.

⁸⁰⁹ Rossa, op. cit., 2010, *ibid.*

⁸¹⁰ *Ibid.*

⁸¹¹ *Ibid.*

Rossa descreve os possíveis alinhamentos da antiga muralha, determinando com alguma precisão aquela que teria sido uma das suas portas, a Porta do Campo que situa na actual *Kutchery Road* (continuação da *Rosary Church Road* em direcção á *Luz Church Road*) onde aquela cruza a *Arundale Street*,⁸¹² desconhecemos porém a existência de estudos arqueológicos que permitam confirmar o traçado. Um interessante estudo do rev. Anthonysamy sobre a inscrição de uma pedra encontrada na abertura das fundações de uma casa, aponta ainda para o local onde terá sido a porta sul da *cidadela*,⁸¹³ a meia milha, segundo diz, para sudeste da Catedral de S. Tomé. Embora o estudo não nos dê a localização exacta, que Rossa situa no cruzamento de *Foreshore State*, dá-nos pelo menos uma ordem de grandeza da *cidadela*, que teria assim a sua porta Sul a cerca de 800m da Catedral. Sobre as dimensões da cidade, ou da cidadela da primeira metade do séc. XVII, R. Srinivasachari, na sua *History of the City of Madras*, comenta que a área murada de S. Tomé era duas vezes maior do que a *White Town*, ou Cristã, de Madras.⁸¹⁴

Situadas e identificadas assim duas portas da *cidadela*, prosseguimos com o exame de várias plantas da cidade de Madras, das quais as mais antigas e credíveis a que tivemos acesso datam de 1858 e de 1866,⁸¹⁵ o que nos permite formular outras hipóteses para o traçado das muralhas, em alternativa ao definido por Rossa. Antes, porém, registamos a observação de que, em ambas estas plantas, os quarteirões próximos da praia onde se situa a Igreja-catedral aparecem rarefeitos de tecido urbano o qual está porém representado com alguma densidade na malha ortogonal e na clara definição de quarteirões que surgem da linha da *Bazaar Street* para cima, para o interior. Esta rarefação do tecido urbano, nas décadas de 50 e de 60 de 1800, na área que terá sido o núcleo e a parte mais antiga da cidade de S. Tomé, leva-nos a formular a hipótese de ter a administração inglesa de Madras, depois da ocupação de 1749, iniciado um processo, por um lado, de esvaziamento

⁸¹² Rossa, op. cit., *Património de Origem Portuguesa...*, 2010, p. 389

⁸¹³ S. J. Anthonysamy, *A Saga of Faith*, 2009, Chennai, p.168

⁸¹⁴ R. Srinivasachari, op. cit., 1938, p. 72-75

⁸¹⁵ *Plan of Madras and its environs* engraved by J & C Walker, London in 1854 e *The Illustrated Map of Madras and its Suburbs corrected up to date*, J. Higginbotham, 1866, Madras, este último existente na Sociedade de Geografia de Lisboa

do núcleo central da administração dos portugueses, eliminando a sua centralidade administrativa e política, convertendo S. Tomé num simples bairro suburbano subsidiário do centro administrativo e político de Forte de St. George e, por outro lado, de demolição dos edifícios mais antigos que poderiam não oferecer condições de segurança e salubridade, deixando somente alguns edifícios religiosos. Lembremos que o bispo de S. Tomé, quando consultado por William Irvine, justificou a ausência de registos anteriores a 1784 que permitissem documentar a possível estadia e falecimento de Niccolao Manucci na cidade, dado que *a cavalaria de Tippu tudo terá arrasado e queimado*, segundo afirmou àquele autor.⁸¹⁶



Fig. 60: Subsistência das principais linhas da malha urbana primitiva da cidade, ainda observável na figura retirada de uma planta de Madras de 1858 (*Plan of Madras and its environs* engraved by J & C Walker, London in 1854)

⁸¹⁶ Irvine, «1706-1717 to his death», in: Manucci, op. cit., reprint, 1981, Vol. I, p. lxvi

Data de 1879 um relatório da visita a S. Tomé do Governador das Missões Portuguesas na Índia⁸¹⁷ em que dá conta da situação que encontrou, da perda do antigo fundo em apólices e «*as poucas casas que restam (...) muito velhas, exigindo serios concertos, sobrecarregadas de impostos ao Governo e ao Município, não davam rendimento suficiente para ocorrer as despesas de tantas e tão pobres igrejas....tudo a cargo do Bispado pela extrema pobreza da christandade*». Mas subentende-se do relatório que foi entretanto possível reequilibrar contas o que permitiu «*concertar algumas das igrejas do Bispado que na sua totalidade, com excepção de duas ou três, ameaçam imminente ruina, e cujo estado nos envergonha*». Não deixa porém de acentuar «*a falta de inventários (...) o nenhum cuidado em conservar classificados, juntos e fechados os livros, os papeis, os documentos e outros objectos preciosos (...) foram as causas principais do desconcerto em que encontrei este Bispado (...) a não ser a falta de lei e de cuidado com que ha longos annos é administrado...*»

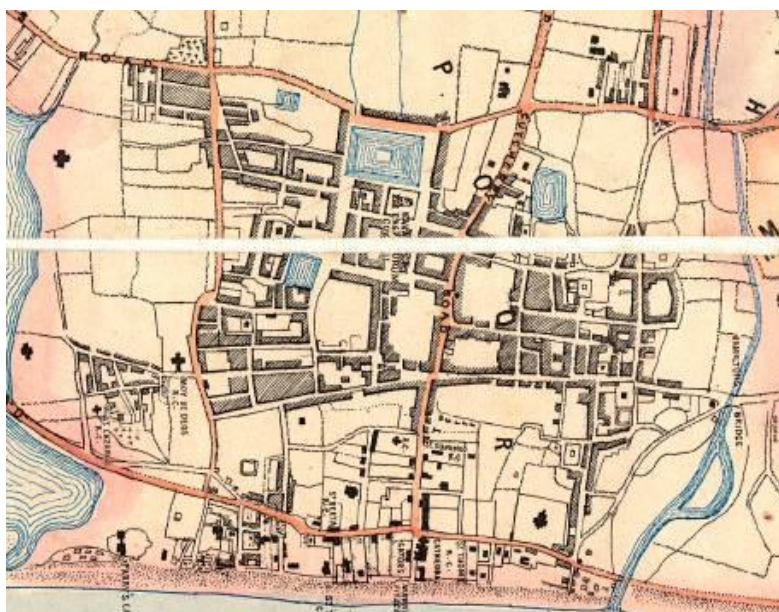


Figura 61: Continua a ser observável em 1866 a subsistência das principais linhas da malha urbana primitiva da cidade, na figura retirada da planta de Madras de 1866 (*The Illustrated Map of Madras and its Suburbs corrected up to date*, J. Higginbotham, 1866, Madras). Note-se a rarefação do tecido urbano, abaixo da transversal que passa pela pela *Bazaar Road*, no terço inferior da figura

⁸¹⁷ Antonio Thomaz da Silva Leitão e Castro, Governador das Missões da Índia, *Regulamento Dado à Administração temporal do Bispado de S. Thomé de Meliapor*, 1879

Do que temos vindo a dizer, deduzimos que a parte da cidade abaixo da *Bazaar Street*, para o lado do mar, seria a parte mais antiga e mais próxima do traçado inicial da fundação da cidade e que a parte acima da mesma linha desta via urbana, para Sul da *Luz Street*, seria a de urbanização mais recente da ainda administração portuguesa do séc. XVII, já sob o estatuto de cidade com Câmara Municipal, recorrendo ao traçado de parcelas de terreno nos quarteirões, segundo uma malha com uma ortogonalidade flectida, com perpendiculares à linha de costa e tendo como eixo central a referida *Bazaar Street* que corresponderia à possível *Rua Direita* da primitiva cidade.

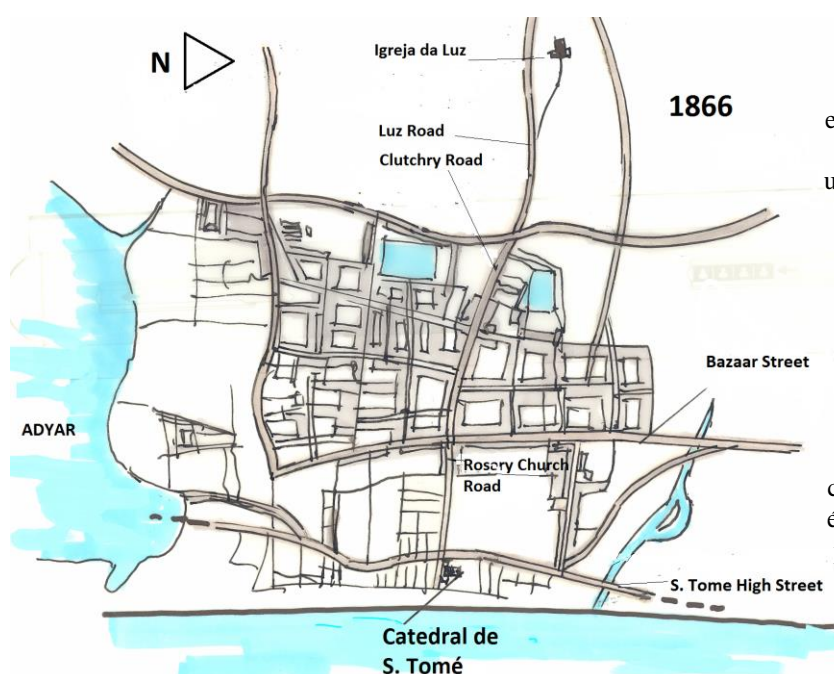


Fig. 62: Neste desenho esquemático, identificamos como principais linhas da estrutura urbana a *S. Tomé High Street*, via “recente” que corre junto à praia e passa junto da Catedral, e o eixo da *Luz Road* que vem de cima, perpendicular à linha de costa e cruza, já como *Rosary Church Road*, com a *S. Tomé Street* junto à catedral. Acima, a mancha urbana é atravessada pela *Bazaar Street* e a sua continuação. Desta rua para cima é identificável uma malha urbana preenchida com regularidade em meados do séc. XIX enquanto que para baixo, a área está rarefeita de tecido urbano.

Como consequência, e seguindo a mesma linha dedutiva, o traçado da muralha poderia ser mais abrangente de forma a que a *Bazaar Street* estivesse no seu interior e não no limite. A descrição que Bocarro faz da fortificação, embora o levantamento desenhado por Resende seja pouco credível,⁸¹⁸ aponta para uma profusão de baluartes ao longo do seu perímetro (cerca de 12 baluartes) os quais são

⁸¹⁸ Cf. Rossa, *Património de Origem Portuguesa...*, op. cit., 2010, p.389. Admitimos que Pedro Barreto não tivesse visitado o local pois o desenho acentuadamente geométrico e regular que lhe é atribuído, parece corresponder a uma pura abstração da ideia de fortaleza. Já a sua descrição por Bocarro, conf. transcrição por Isabel Cid, nos parece realista e corresponder a um conhecimento pormenorizado do local e das suas gentes. Cf. António Bocarro, Isabel Cid, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas...*, Vol. II, I.N.-Casa da Moeda, 1992

no entanto descritos pormenorizadamente e de tal maneira que cada um parece ter características próprias e adaptadas ao local, sendo os nomes, uns de santos, correspondentes às igrejas que titulam e lhes estão próximas, e outros relacionados com nomes ou actividade dos habitantes, (... *o baluarte de António da Costa ... o baluarte dos Ferreiros, ...hum baluarte grande, que chamão de Francisco d'Almeida.....adiante fica outro baluarte, chamado o de Salvador de Rezende, e logo se segue o baluarte de João Rodrigues de Souza...*⁸¹⁹), com o tecido urbano e com os vários acessos da cidade (*o baluarte de Sam Thiago, com hua porta que não he das quatro*),⁸²⁰ levando-nos a crer que o traçado das muralhas não seria tão regular como o desenho de Pedro Barreto Resende e as suas cópias representam.

Os baluartes, com diferentes dimensões (*hum baluarte grande*) e formas (uns têm couraças, outros guaritas – *hua das quatro portas da cidade, que tem em cima hua guarita, a moda de baluarte, onde podem jogar duas pessas de artilharia*⁸²¹) inseriam-se assim na linha de muralhas alterando a linearidade e adaptando-se ao perímetro da malha urbana, construídos muito possivelmente em momentos diferentes (*Avante está a porta de S. Francisco, que he hua das quatro, com hum baluarte novo*)⁸²² e por diferentes habitantes como alguns nomes sugerem.

Formulamos assim algumas hipóteses para o seu traçado, nas quais consideramos, seguindo as sugestões que já anteriormente colocamos, a possível existência de dois perímetros de muralhas em que um, o mais antigo, rodeava a catedral e os edifícios próximos do núcleo primitivo e que parece ter sobrevivido com modificações até 1749, e o outro, exterior, que enclausurava a parte da cidade do séc. XVII e se ligava ao primeiro no lado do mar para fechar a linha defensiva. Este terá sido objecto de reforço e de ampliações várias primeiro com a ocupação muçulmana e a seguir com a ocupação francesa, e de várias acções de demolição, uma das quais extremamente radical, com desmonte sistemático,

⁸¹⁹ António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas....*, Vol. II, I.N. Casa da Moeda, 1992, p. 247

⁸²⁰ Ibid.

⁸²¹ Ibid.

⁸²² Ibid.

minagem e recurso a explosivos, promovida pelos holandeses e ajudada pelos ingleses de Madras em 1674,⁸²³ já não existindo em 1749 mais do que algumas secções da muralha e os vestígios representados no desenho de D. Atónio Noronha.

A descrição de Bocarro, ainda, dá-nos uma pista para a hipótese que formulamos. Com efeito, e fazendo-nos lembrar a descrição de Valignano, Bocarro diz-nos que «*Vay o muro [que vai pella banda do mar] continuando com as cazas, as quaes tem portas pera a praya onde quasy bate o mar, (...), pella banda da praya tem tres baluartes, o de Sam Domingos, da banda do norte, e no meyo hua couraça cuberta, com artelharia, e da banda do sul o baluarte de Sam Paullo. Pela banda do norte, avante do baluarte de Sam Domingos, se segue hua das quatro portas da cidade (...)*»⁸²⁴ e continua a descrição. Mas retemos daqui a afirmação de que pela banda da praia **são três baluartes**, que descreve, embora prossiga com a continuação da muralha e a descrição de outros baluartes que se seguem, o de *São Tiago*, o de *Antonio Costa* e o de *Santo Agostinho*, seguindo-se finalmente o dos *Ferreiros pera a banda da terra*, isto é, a muralha virava aqui de direcção no sentido de terra, para o interior. Os três baluartes que Bocarro assim destaca, parecem-nos ser os que definiriam a cidadela nuclear onde se situaria a igreja do apóstolo e os edifícios centrais da cidade. A esta cidadela ligar-se-ia possivelmente um perímetro secundário de muralhas e baluartes que rodeariam a restante cidade, dando a continuidade descrita com os baluartes de *S. Tiago*, *Antonio Costa* e *Santo Agostinho*, virando aqui para o interior e continuando segundo a descrição, pela *banda de terra*.

Exemplificamos com duas sugestões, nas figs. 63 e 64, aquilo que poderia, grosseiramente, ser o traçado da muralha, de acordo as hipótese que formulamos e com a configuração do tecido urbano.

Estas hipóteses, ou outras ainda possíveis, exigiriam no entanto um trabalho de campo com observação local e um estudo documental nos arquivos da

⁸²³ Cf. Love, Henry Davidson, *Vestiges of Old Madras, 1640-1800*, Vol. I, p. 335-338,

⁸²⁴ Bocarro, op.cit., Vol. II, 1992, p. 247

administração urbanística da cidade, para conseguirmos chegar a uma versão mais consistente do perímetro muralhado. Mas com estas ou com outras hipóteses, admitimos que o problema do traçado da muralha da cidade e da configuração do seu núcleo central está ainda por resolver.

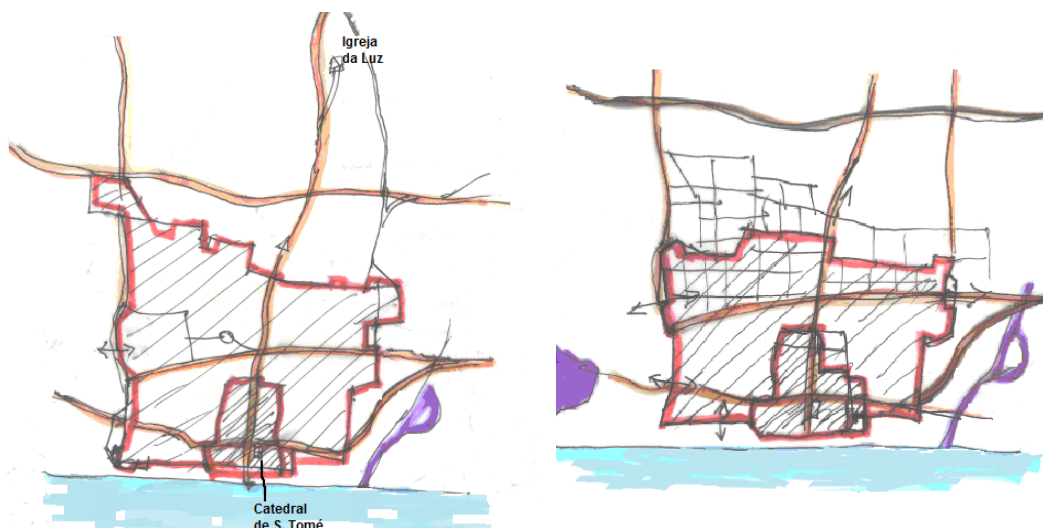


Fig.s 63 e 64: Duas sugestões para o traçado das muralhas exterior e interior em que acentuamos de forma grosseira, na da esquerda, a possível localização e configuração dos baluartes.

6.3.2. Estrutura urbana, centralidade e tipologia da habitação

A partir das histórias dos portugueses que viviam na cidade e a que Nicolao Mannuci assistiu como observador privilegiado, bem como de elementos dispersos na bibliografia consultada, é tentador fazer também um esboço descritivo do que poderiam ser alguns locais em S. Tomé.

Segundo se deduz, nos primeiros anos de 1700, existia um quarteirão português o qual teria portões (Mir Usman⁸²⁵ mandou colocar sentinelas nestes portões como já referimos, quando se deu um incidente durante a procissão da Sra do Rosário). Existiria ainda um sítio com um mastro onde era içada a bandeira Portuguesa, suficientemente definido e marcado, a ponto de Mir Usman o nomear nas suas ameaças de deitar abaixo as casas dos portugueses e o mastro onde era

⁸²⁵ Mir Usman era o representante da autoridade do Sultão de Vijanyagar em S. Tomé segundo William Irvine

içada a bandeira, quando do incidente contado por Manucci, sobre a procissão da Sra. Do Rosário. Este sítio compreenderia instalações onde um encarregado trataria de manter o local, de cuidar e de içar a bandeira o que se deduz de um episódio relatado por Manucci, sobre a confrontação entre o Bispo, Gaspar Afonso – *the Lord Bishop*, como é referido na versão em inglês - na sua qualidade de capitão-geral e os principais da cidade por causa do pagamento ao encarregado da bandeira e que terá exasperado o Bispo.⁸²⁶



Figs. 65, 66 e 67: Mastros de bandeira em Goa, Aguada e Tiracol. Extractos de gravuras de A. Lopes Mendes in *A Índia Portuguesa, Breve Descrição...*, 1886, Lisboa

Balbi, citado por Sanjay Subrahmanyam,⁸²⁷ observava em 1580 que a cidade dispunha de um número elevado de igrejas para cuja manutenção contribuíam generosamente os colonos, segundo dizia. Nas cidades portuguesas construídas no Oriente, as igrejas representam geralmente referências urbanas fundamentais em função das quais o tecido urbano se organizou ou que, noutros casos, condicionaram a sua organização. No caso de S. Tomé, a cidade parece ter-se organizado a partir da Igreja construída sobre o túmulo do apóstolo, fundamentalmente, à volta da qual existiriam os principais edifícios da cidade o que poderá corresponder ao núcleo amuralhado que figura em algumas representações e que procurámos identificar atrás.

Deduzimos pois, do que temos observado na documentação consultada e com os indícios que Manucci nos dá, que este núcleo poderia ser constituído pela igreja do apóstolo Tomé, aumentada e transformada em catedral por ligação com a

⁸²⁶ Manucci, *Storia do Mogor*, reprint, 1981, Vol. IV, p.167-168

⁸²⁷ Sanjay Subrahmanyam, op. Cit., p.75-76, cita a obra *Viaggi di C. Federici e G. Balbi*, pp. 161-2

igreja dos agostinhos que tinha sido construída muito perto, pela Misericórdia com a sua torre sineira, e do conjunto faria parte a residência do capitão-geral e seus anexos administrativos, bem como a residência do Bispo e a sua administração. Somos levados a associar a este conjunto ainda, uma possível construção abaluartada, ligada ou não à muralha, onde assentaria o mastro da bandeira já referido.

Não encontramos registos portugueses de que ali houvesse um destacamento militar ou um corpo de guardas, o que só irá acontecer 20 anos mais tarde com D. António Noronha, mas que se instala fora da cidade muralhada e com o qual D. António irá resistir durante algumas horas à ocupação pelas forças do Almirante Boscawen. Rao S. Srinivasachari,⁸²⁸ refere a existência em 1635 de uma guarnição constituída por um corpo de mosqueteiros, fazendo o autor referência a uma descrição do lugar dessa altura (*According to an account of the place written probably about 1635*) mas que não identifica.⁸²⁹ A ser assim, o mastro de bandeira poderia fazer parte de instalações destinadas a fins militares, embora de expressão muito reduzida.

Um relato do veneziano G. Balbi, referido por Sanjay Subramanyam⁸³⁰ descreve um incidente ocorrido em Junho de 1582 envolvendo grupos locais que pediram ajuda ao então capitão-geral da cidade, Diogo Peçanha, o qual reuniu os portugueses tocando o sino da igreja da Misericórdia que era paredes meias com a sua casa. Balbi mostra, com o relato detalhado do incidente, que os portugueses estavam preparados para reagir a possíveis situações de defesa e a importância do sino da Igreja da Misericórdia como toque a reunir e que marcaria assim a centralidade do local, juntamente com a residência do capitão-geral. Ali existiria por certo uma praça, ou um largo, que seria o local de encontro de um grupo alargado de homens para constituir a força armada requerida, em frente da Misericórdia e da casa do capitão-geral.

⁸²⁸ R. Srinivasachari, op. cit., 1938, p. 72-75

⁸²⁹ Rao Sahib C. S. Srinivasachari, professor de História da Universidade de Annamalai, *History of the City of Madras*, 1939, Madras, p. 72-75

⁸³⁰ Sanjay Subrahmanyam, «O Proveito aos pés do Apóstolo», op. cit., 2002, p. 77

Este conjunto, que terá sobrevivido pelos séculos XVII e XVIII, completar-se-ia possivelmente com a igreja catedral a qual terá resultado da junção de uma igreja dos agostinhos, construída anteriormente a 1552 a poucos metros da capela original de S. Tomé, à qual se ligou quando foi criado o bispado, em 1606, cobrindo-se o espaço entre elas com um telhado que uniu as duas construções.⁸³¹



Fig. 68: A antiga igreja catedral de S. Tomé, desenho cedido pelo Rev. James Doyle a Henry Love, publicado em *Vestiges of Old Madras*. Acedida a sua reprodução em *Hindu Times* [Em Linha]. Observe-se à esquerda o que parece ser o início de um muro, possivelmente do cemitério. Do lado direito, o que parece ser a sua articulação com o tecido urbano da cidade.

Henry Love publicou em *Vestiges of Old Madras* um desenho deste conjunto que incluímos acima, na Fig. 68, cedido pelo rev. James Doyle, que pesquisou as origens de S. Tomé e que Love cita nesta obra.

A este conjunto ainda, associava-se uma área de cemitério anexa à igreja catedral para enterramento dos cristãos. Assistimos já nesta pesquisa, ao fundeamento dos navios numa esquadra francesa ao largo de S. Tomé, em Agosto de 1690, e de terem alguns homens sido «mandados a terra e enterrados na igreja de S. Tomé». Tal terá acontecido na sequência de combates navais ocorridos entre os navios de uma frota francesa e navios ingleses e holandeses, ao largo de Madras, do que nos dá conta Wheeler, em que se presume ter morrido o almirante

⁸³¹ Em Love, *Vestiges of Old Madras*, Vol. I, p. 292, nota de fim de página referindo a investigação feita pelo Rev. James Doyle sobre S. Thomé

francês,⁸³² tendo-lhe sido feito o funeral em S. Tomé, possivelmente com missa na catedral e honras militares, do que foram ouvidos disparos «*supostamente em saudação pelos falecidos*»,⁸³³ o que também denota uma relativa autonomia da administração portuguesa da cidade, então recentemente renegociada, em relação à autoridade mugol. No levantamento feito pelos franceses quando da ocupação de S. Tomé em 1672, é bem visível na representação da catedral a existência de um muro por detrás e o que parece serem cruces tumulares, denunciando a possível existência de um cemitério contíguo, sendo nesse solo consagrado que os franceses terão assim procurado a última morada para os que pereceram nos combates navais.

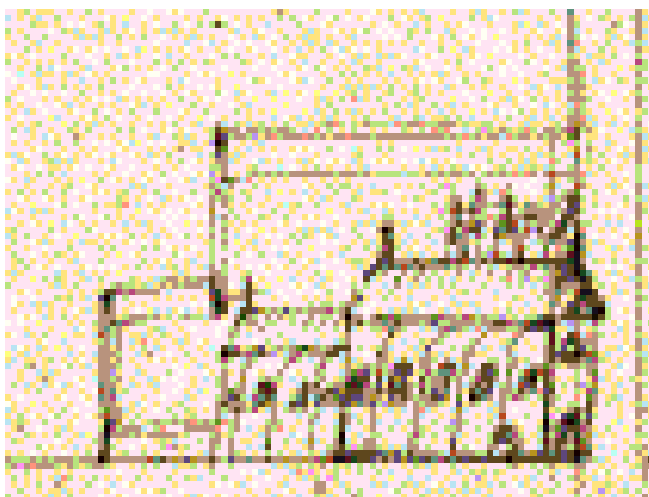


Fig. 69: Detalhe ampliado da representação esquemática da catedral no levantamento francês de 1674, que inclui o recinto do cemitério vendo-se cruces de sepulturas (em segundo plano, por cima da catedral). Neste esquema, são assinalados contrafortes, o que não se verifica no desenho de Doyle, mas é visível na gravura de Noronha em 1749. Por outro lado, omite a existência da cúpula, o que acentua pois a sua natureza esquemática e conceptual (segundo um conceito de “catedral”)

Do recinto do cemitério, hoje também desaparecido, guardam-se no museu da catedral, como tivemos a oportunidade de observar pessoalmente, algumas lápides que ali existiriam e a que S. J. Anthonysamy faz referência,⁸³⁴ fazendo uma descrição sumária e referindo que foram recolhidas por Fr. Hosten⁸³⁵ em escavações que fez sobretudo à volta da catedral. Algumas pedras que ostentam cruces esculpidas e molduras em forma de corda à volta da cruz, encontrar-se-iam

⁸³² Cf. Wheeler, «History of The Madras Presidency», in: *Madras in the Olden Times*, Vol. I, Madras, 1861, p. 233-34

⁸³³ Wheeler, op. cit., Madras, 1861, Vol. I, p. 228

⁸³⁴ Cf. Anthonysamy, S. J., *A Saga of Faith, St. Thomas, the Apostle of India*, Chennai, 2009, India, p. 159-173

⁸³⁵ FR. H. Hosten, historiador e pesquisador, passou 29 anos na diocese de Calecute e regressou à Europa, em 1931. Sobre ele damos uma informação mais detalhada. Mais adiante, a p. 313,

num terreno de enterramentos (*a burial ground*) do lado de fora da catedral, segundo foi dito a Fr. Hosten por antigos residentes.

Continuando a procurar pistas para compreendermos a estrutura urbana da antiga cidade, lembramos uma passagem da *Storia* de Manucci já referida, em que este nos conta, a propósito da questão do exercício da soberania portuguesa na cidade que, na realidade, os muçulmanos ocupavam a sua maior parte e que eram eles que a governavam, «*ocupando os portugueses apenas um pequeno espaço que não é maior do que uma paróquia das cidades europeias*». Sendo verdade que «*as casas dos portugueses estão construídas bem no centro da cidade*», esta já não lhes pertencia no entanto, pelo contrário, continua, «*estão cercados lá dentro por todos os lados, não podendo decidir qualquer coisa por mais insignificante que seja*».⁸³⁶ Segundo Manucci, os portugueses apenas tinham o privilégio de «*içar o seu estandarte nos dias de festa e nos Domingos*».⁸³⁷

De facto, a administração mugol que ocupou o sultanato de Golconda em 1697, trouxe consigo colonos muçulmanos, vindos do norte do Hindustão, e deu-se o preenchimento do espaço entre a cidade portuguesa e a Meliapor, ou Mailapor, a cidade que albergava as populações naturais da região, com a rápida ocupação dos terrenos que separavam os dois núcleos, de tal forma que S. Tomé de Meliapor passou a constituir uma cidade única com um *continuum* urbano com as três áreas que a estruturavam antes de vir a ser englobada por Madras: Um quarteirão europeu, um quarteirão muçulmano e um quarteirão bramane, *sendo difícil hoje para um estranho determinar onde começa S. Tomé e acaba Meliapor* (ou Mailaipur, na designação local).⁸³⁸

Manucci dá-nos conta de um episódio que já referimos, ocorrido na cidade em 1705 com o roubo de um sacerdote chegado das Filipinas, quando se preparava para assistir à missa na igreja de São Domingos, dentro do quarteirão português. Nesse episódio, tudo indica que se encontrava no adro da igreja com outros habitantes da terra, nomeadamente o seu capitão-geral, e que aquele era,

⁸³⁶ Manucci, op. cit., 1981, Vol.III, p. 391

⁸³⁷ Ibid.

⁸³⁸ Cf. *New Advent*, Home Encyclopedia, «Saint Thomas of Mylapur, Creation of the diocese» [Em Linha], [visit. Dez. 2012] in: <http://www.newadvent.org/cathen/13382b.htm>

nessa altura, o local da cidade frequentado em dias de missa pelas seus habitantes de maior estatuto, proporcionando o adro da Igreja a oportunidade do seu encontro. Observamos a propósito que Manucci, tendo residência em Madras, mantinha uma ligação arraigada aos ambientes e práticas cristãs como os de S. Tomé, mais do que aos de Madras cuja administração inglesa estava mais ligada à obediência não romana e aos protestantes. Como elementos urbanos ainda, Manucci apenas identifica uma *rua da Galera*, mas que não conseguimos localizar, onde terá vivido a viúva protagonista de uma complexa história de feitiçaria contada por Manucci. Mas estaria incluída num dos percursos principais da cidade antiga pois nessa mesma história dá-se a passagem da procissão perante as janelas da casa onde a mesma aconteceu.

Para além do núcleo que já apontamos, a cidade organizou-se segundo uma malha reticulada onde as casas pareciam dispor-se com as suas frentes segundo alinhamentos que definiam as ruas e correspondiam muito possivelmente às orientações urbanísticas que passaram a vigorar nas cidades portuguesas pós-manuelinas, sendo visível a existência de grandes áreas nas traseiras que davam para o interior dos quarteirões, onde se encontravam os jardins, compartimentados com muros altos, o que corresponde às descrições de Manucci se pensarmos na privacidade a que alguns dos acontecimentos descritos obrigava.

Algumas histórias contadas por Manucci indiciam uma tipologia de habitação com dois elementos destacados como sejam a existência generalizada de uma cave de arrecadação ou de um piso térreo com essas funções, e de um piso elevado sobre essa cave, onde se situava um espaço social da habitação que funcionava como sala de visitas, acrescentando a este conjunto, a existência do jardim. Combinando estes elementos com a tipologia das casas de arquitectura de influência portuguesa que Helder Carita observou nas regiões de Cochim e Kerala e com a representação tipificada que aparece nos desenhos que acompanham os relatórios de D. António Noronha da década de quarenta de Setecentos, deduzimos com alguma facilidade que se tratavam de casas em que o piso de habitação era elevado, possuindo um piso térreo, por vezes descrito como cave, com funções de arrecadação e que nos desenhos de D. António de Noronha aparecem sem janelas e

com uma porta única de acesso à habitação, por certo com escada interior para o piso de habitação o que corresponde também à tipologia que encontramos nas casas iniciais do já referido Bairro Alto na extensão extra-muros da Lisboa do séc. XVI . Este piso compreendia uma sala de visitas com janelas para a frente, sobre a rua, sendo os outros compartimentos possivelmente em localização recolhida e com janelas ou varandas alpendradas para o jardim o qual se situava «por detrás da casa» como na história macabra que Manucci conta sobre a mulher enganada pelo marido com a própria criada da casa e que a esposa assassina e enterra no jardim. A facilidade com que se enterravam os mortos no jardim – que Manucci dá a entender ser prática frequente nas casas de S. Tomé - aponta para paredes altas que o circundavam e o abrigavam das vistas do exterior.

Nos arredores, onde viviam os muçulmanos, encontravam-se as igrejas de S. Lázaro, do clero secular, a igreja da Madre de Deus e a de N.^a Sr.^a do Descanso, dos jesuitas e a de N.^a Sr.^a da Luz, dos franciscanos. Existia ainda um hospício dos agostinhos, com a sua irmandade e duas igrejas dos jesuitas entre o Monte Grande e S. Tomé, dedicadas a N.^a Sr.^a da Saúde e à Santa Cruz. Havia ainda uma igreja no Monte Grande. Além destas, existiam no sopé do Monte Grande quatro pequenas capelas dedicadas a N.^a Sr.^a da Conceição, N.^a Sr.^a do Rosário, N.^a Sr.^a da Lembrança e S. Lázaro⁸³⁹. Segundo Manucci, estas igrejas eram pouco frequentadas.

Henry Love⁸⁴⁰ faz a comparação entre a planta incluída na cópia do manuscrito do *Livro do Estado da India Oriental*,⁸⁴¹ do capitão (no texto inglês) Pedro Barreto Resende, existente na British Library, certamente uma cópia do manuscrito da *Descrição das Fortalezas da India Oriental*, guardado na Biblioteca Nacional em Lisboa, e o seu conhecimento da cidade, pela qual situa a antiga porta Oeste da muralha representada por Rezende, provavelmente na *Rosary Church Road*. Considera também, que a actual *S. Thomé High Road* era então de

⁸³⁹ William Irvine, *Storia do Mogor*, reprint, 1981, Vol. IV, p. 64-65

⁸⁴⁰ Henry Davidson Love, «Decline and Fall of San Thomé – San Thomé under Muslem Rule», in: *Indian Record Series, Vestiges of Old Madras, 1640-1800*, 1913, Mittal Publications

⁸⁴¹ Love recorreu a Monsenhor Lopes, vigário Geral de S. Tomé, para a tradução do extracto do manuscrito relativo a S. Tomé, cf. nota de roda-pé a p. 297 da obra citada

construção recente e que as portas Norte e Sul da cidade se situariam do seu lado oeste. De facto, nas plantas das décadas de 50 e 60 de 1800, a saída da cidade para Norte, junto ao mar, dava para uma estrada que rodava para cima (para Oeste) até encontrar a continuação da *Bazaar Road*, sendo por aqui que seria feita a principal ligação a Madras.

Quanto às igrejas descritas no manuscrito na British Library, a igreja de S. Domingos seria, ao tempo de Love, uma creche que estava perto da igreja do Rosário e de construção recente, já não existindo a primitiva igreja de S. Domingos, portanto. São Paulo seria perto da actual capela de S.ta Rita, agarrada ao Seminário de S. Pedro. Nela existiria uma pedra sobre o portal onde estava inscrito que «*Esta igreja foi acabada no ano de 1740, Fr. Gaspar dos Reis, nascido em S. Thomé, vigário*».⁸⁴²

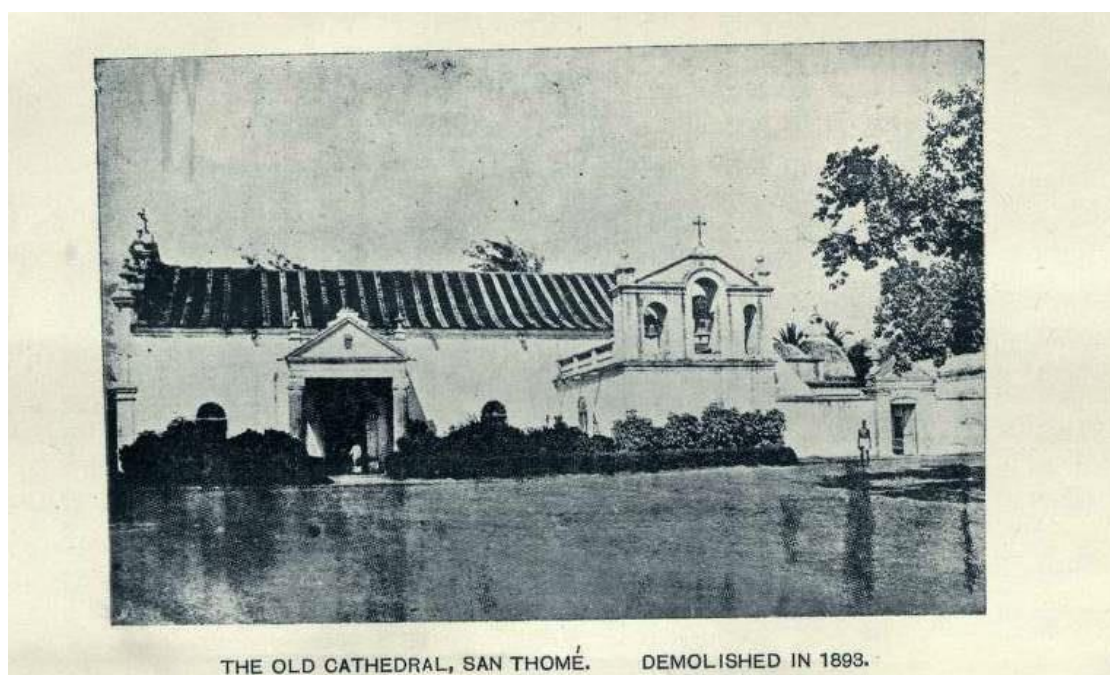


Fig. 70: A antiga Catedral de São Thomé, demolida em 1893, in: *OLD MADRAS COLLECTION*, [em linha],

A igreja dos agostinhos seria adjacente à Catedral, como já referido. A igreja de N^a Sr^a era provavelmente a que é hoje a do Rosário. A da Madre de Deus e a de S. Lázaro ainda existiam ao tempo de H. Love, sendo a segunda uma versão

⁸⁴² Tradução nossa da, por sua vez, tradução inglesa do original em português.

simplificada da anterior. S. Lázaro, tal como mencionado por Gasparo Balbi, já existia desde 1582. Estava situada um pouco a oeste da estrada para o Adiar (pequeno rio situado a Sul). Sobre as igrejas fora da cidade, a de S. Francisco seria no lado Oeste, perto da porta do mesmo nome.

Henry Love proporciona uma descrição detalhada da igreja do Apóstolo citando a pesquisa do reverendo James Doyle,⁸⁴³ segundo o qual, antes de 1552, terá sido construída uma igreja dos agostinhos a uma pequena distância para Oeste da capela original de S. Tomé e que por volta de 1606, quando foi criado o bispado, o espaço entre os dois edifícios foi coberto, como já referimos, vindo a administração do Bispado a ocupar instalações naquele conjunto. A estrutura resultante deu corpo à antiga catedral a qual existiu até 1894 quando o conjunto veio a ser demolido na totalidade para dar lugar ao actual edifício neogótico. Love cita também uma descrição de Gasparo Balbi⁸⁴⁴ que visitou a cidade em Maio de 1582, segundo o qual existiam 3 igrejas, a de S. Tomé, a de S. Francisco e a de S. João Baptista dos padres de S. Paulo da Companhia de Jesus. Estes tinham outra igreja na cidade, dedicada a Nossa Senhora e que Love admite ser a da Mãe de Deus então existente, o que nos parece consentâneo com poder ter sido a que refere Manucci quando descreve o episódio do assalto ao padre chegado das Filipinas, encontrando-se no adro desta igreja os principais magistrados da cidade. Balbi referia também a igreja de N.^a Sr.^a da Luz que situava a 3 milhas da cidade e ainda a de N.^a Sr.^a do Monte, a da Cruz e a da Misericórdia. Fora da cidade situava a de S. Lázaro e muitas outras.

6.3.3. Toponímia

Visitando o sítio da antiga cidade, abrangido pelo bairro de Milaypore da cidade de Madras, foi-nos possível identificar alguns arruamentos, embora de

⁸⁴³ Love, op. cit., 1913, p. 292, nota de roda-pé n.º 4

⁸⁴⁴ Love, op. cit., 1913, p. 300-302

forma aleatória, pois não dispunhamos nessa altura dos contornos geográficos da antiga S. Tomé nem da sua primitiva estrutura urbana, como a «Luz Church Road» que poderá ter-se chamado «Calçada da Luz» e que sobe em direcção à ainda existente igreja da Luz, ou a «Rosary Church Road» de que é continuação e que, partindo da zona da catedral de São Tomé, sobe perpendicularmente ao mar. Esta seria provavelmente a «Calçada do Rosário» ou de «N.ª Sr.ª do Rosário».

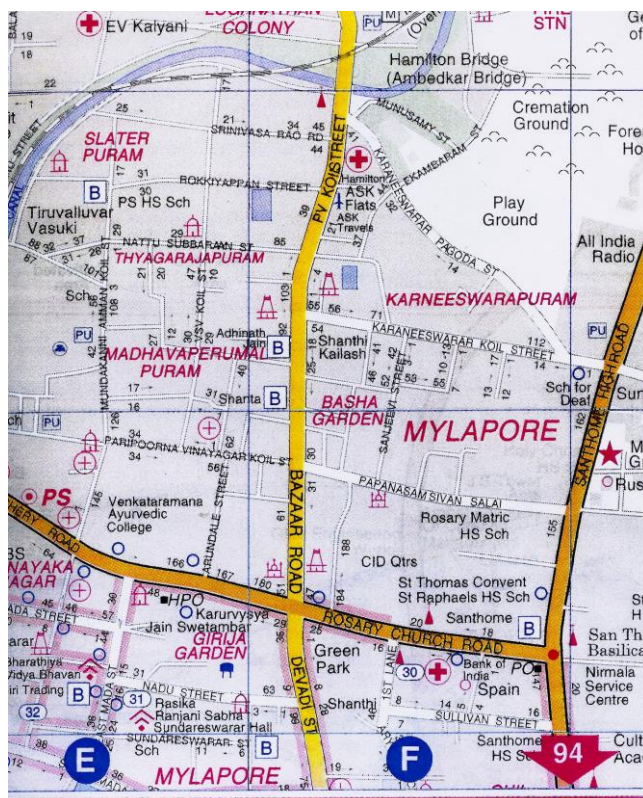


Fig. 71: Pormenor da planta de Madras. *Chennai, City Map*, Eicher Goodheart Ltd, 2008, New Delhi, Folha 84.

Perpendicularmente a esta existe também a *Rosary Church Street* (possível *Rua da Igreja do Rosário*, ou de *Nª Srª do Rosário*) que se continua pela *Church Road* (*Estrda da Igreja*) onde se poderia situar a primitiva igreja da Madre de Deus.

Estudando ainda a planta da cidade, é possível saber que mais acima, na proximidade da «Luz Church Road», existe um pequeno bairro denominado «Luz» e que do outro lado desta estrada, dentro de outro bairro que a bordeja, existe uma «Luz Avenue» bem como uma «Da Silva Street» mas que não tivemos oportunidade de visitar, sabendo porém pelos registos de Madras publicados por Love, que existiram neste último local propriedades concessionadas pelo governo de Madras a um Da Silva, já com S. Tomé sob administração inglesa.

Soubemos da provável existência de outros elementos da toponímia que podem sugerir a sua origem em nomes portugueses, através de um responsável do Centro Católico que visitámos e que nos referiu a existência de dados nos levantamentos das paróquias que mostram a sobrevivência de uma toponímia portuguesa ou com reminiscências portuguesas, mas de que até hoje, porém, não conseguimos obter mais informação. Nem tão pouco o detalhe da escala da carta da cidade que adquirimos em viagem é suficiente para nos fornecer

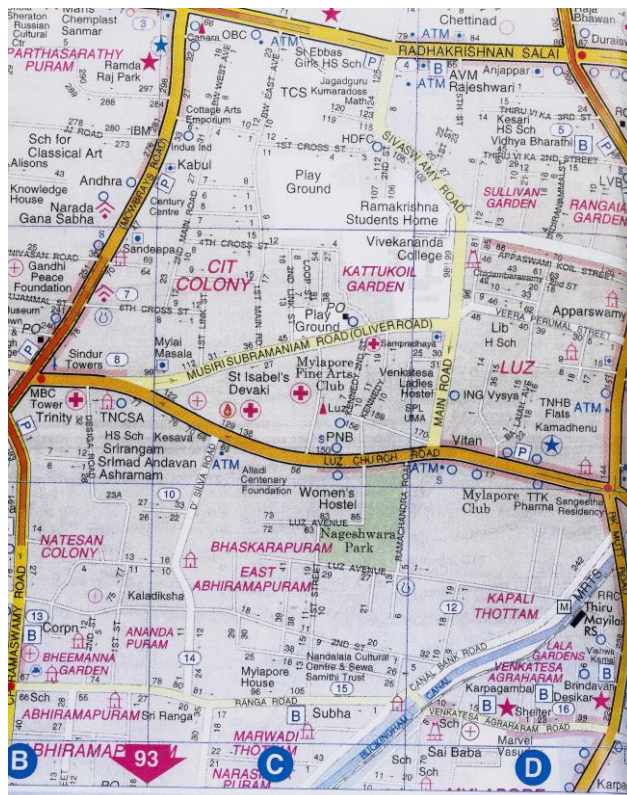


Fig. 72: Pormenor da planta de Madras. *Chennai, City Map*, Eicher Goodheart Ltd, 2008, New Delhi, Folha 83.

elementos esclarecedores, encontrando-se estes, pelo que percebemos, a nível das pequenas ruas, dentro dos bairros e quarteirões.

De Manucci, apenas temos a referência, na história da viúva vinda de Malaca com as sua duas filhas casadoiras, de uma *rua da Galera*, onde a viúva passou a viver, mas que não nos foi possível identificar, se é que existe sob este nome, embora a referida história a inclua no itinerário percorrido pela procissão.

Só um estudo mais aturado com visita aos arquivos da administração urbanística da cidade e consulta da informação do Centro Católico de que soubemos existir, nos permitirá identificar mais elementos da estrutura urbana pré-existente, a par com um reconhecimento detalhado no terreno e da procura de indícios das pré-existências e das formas a que deram origem nos dias de hoje e identificar também, mediante observação e registo, os elementos da arquitectura de influência portuguesa «que claramente ali persiste», segundo Rossa. É possível que assim consigamos ultrapassar a fase de estudo bibliográfico e de levantamento de

hipóteses e conjecturas, e determinar o que foram as possíveis configurações dos principais elementos urbanos e arquitectónicos e a possível estrutura da antiga cidade portuguesa de S. Tomé de Meliapor que Manucci conheceu.

6.3.4. Vestígios arqueológicos

Embora existam na Índia importantes instituições com a responsabilidade dos estudos arqueológicos e da preservação dos monumentos culturais do país, como o *Archaeological Survey of India*, presente em Chennai através do *Chennai Circle*, ou o próprio governo do estado, através do *State Department of Archaeology of the Governement of Tamil Nadu*, os estudos arqueológicos disponíveis sobre o sítio de S. Tomé a que conseguimos aceder incidem fundamentalmente sobre a identificação de antigos templos hindus e da arte pre-histórica indiana, num esforço e preocupação quase exclusivos em mostrar a rica herança cultural e patrimonial das tradições Tamil Nadu e da sua linguagem clássica, que subalterniza qualquer preocupação com as culturas ocidentais que durante alguns séculos interagiram com a Índia e ali deixaram marcas.

Não existem pois referências a estudos ou preocupações com os vestígios da ocupação portuguesa, além dos que estão expostos no museu da catedral de S. Tomé, estes constituídos essencialmente por pedras tumulares e inscrições em antiga cantarias recolhidas pelo Rev. Hosten⁸⁴⁵ quando da construção da nova catedral ou eventualmente achados em trabalhos arqueológicos de investigação de antigos templos hindus. É-se levado a pensar que, no actual estado de conhecimento e consciência do seu passado cultural, os vestígios portugueses não cabem no conceito local de património cultural, sendo ignorados, portanto, face à riqueza patrimonial hindu.

⁸⁴⁵ FR. H. Hosten, de naturalidade belga, é referido na *Goethals Indian Library and Research Society* [em linha] como historiador e pesquisador académico que esteve na Índia, em Ceilão e em Bengala, passando 29 anos na diocese de Calcutá, regressando à europa doente, em 1931. Com uma extensa bibliografia publicada sobre missões e missionários na Ásia, incluindo vários missionários portugueses, escreveu também sobre S. Tomé, como o artigo «St. Thomas & San Thome, Mylapore» no *Indian Athenaeum*, e a obra *Antiquities from San Thomé and Mylapore*, Diocese of Mylapore, 1936, Madras, obras que não tivemos oportunidade de consultar mas sendo o autor citado por Anthony samy

Desconhecemos, por exemplo, a existência de estudos arqueológicos que permitam confirmar o traçado das muralhas a que já anteriormente aludimos.⁸⁴⁶ Sobre algumas pedras encontradas nos terrenos à volta da nova catedral ou em escavações de fundações e que terão sido recolhidas por Fr. Hosten no museu da catedral, S. J. Anthonysamy desenvolve uma discussão e adianta os resultados interessantes da investigação que fez sobre as mesmas.⁸⁴⁷ Este autor refere nomeadamente

uma pedra triangular encontrada em 1916 cerca de meia milha para sudeste da catedral, na escavação

Fig. 73: Pedra tumular não identificada, conservada no museu da Catedral, reprodução de foto do folheto explicativo do templo



para as fundações de uma casa. A pedra tem a inscrição *Louvada seja a Puríssima Conceição*, em português antigo e tem a imagem de um santo, tendo o proprietário optado por integra-la na sua casa num local que serve como oratório.

A descoberta situa-se, segundo Anthonysamy, muito perto do sítio onde terá estado a porta sul da cidadela portuguesa. O autor investigou as circunstâncias históricas em Portugal onde D. João IV, que seria «um muito grande devoto da *Virgem Abençoada*», em 24 de Março de 1646, «dedicou publicamente Portugal e as suas conquistas à “*Virgem Abençoada*” declarando-a a Padroeira e Protectora do seu império».⁸⁴⁸ Assim, na sequência de juramento nas Cortes «de que defenderia a sua crença na Imaculada Conceição mesmo com risco da sua vida», seguiu-se

⁸⁴⁶ Quando da nossa visita a Chennai em 2010, tentamos contactar o Archeological Survey of India na pessoa do director do Círculo de Chennai, Shri P. S. Sriraman, em Forte de St George, mas não o conseguimos e apenas identificamos outro responsável, Dr. S. Vasanthi, mas que já não tivemos oportunidade de contactar..

⁸⁴⁷ S. J. Anthonysamy, «The Cathedral Museum» in: *A Saga of Faith*, Chennai, 2009, p. 159-173

⁸⁴⁸ Apud, cf. Gabinete Histórico, IV, III a, 115

idêntico juramento nas várias instâncias civis e religiosas do Reino. Em Goa, o Arcebispo Mártires ordenou idêntico juramento a toda a hierarquia religiosa, com celebrações que se encontram registadas na “*Relação das festas quando se jurou a Conceição na Índia, 1647, 4, por Fr. Gonçalo de S. José*». Seguiu-se um decreto real de 30 de Julho de 1654 ordenando que fosse colocada sobre a entrada de todas as cidades e povoações de Portugal e dos seus domínios, uma inscrição declarando padroeira a *Virgem Imaculada*. Segundo ainda o autor, que cita a obra *Oriente Português*, Vol. I, 1904, p. 615, foi só em 1656 que esta inscrição foi colocada em Goa, em Diu e em Chaul. Presume pois o Rev. Anthonysamy que a pedra triangular encontrada «parece ser uma pedra comemorativa do acto do piedoso Rei colocada na porta sul da cidadela de São Tomé» e que a mesma terá sido colocada em 1656 ou quando muito em 1657.⁸⁴⁹

⁸⁴⁹ S. J. Anthonysamy, op. cit., Chennai, 2009, p. 167-169

7. Conclusão

Este estudo, que conduzimos seguindo o percurso de vida de um aventureiro veneziano que conheceu e descreveu a Índia do fim do século XVII, levou-nos a explorar o conhecimento que não tínhamos quer da aventura portuguesa nos mares da Índia Oriental e de Bengala, quer do mundo indiano, desde a existência dos históricos estados hindus passando pela expansão mugol, de raízes no império mongol, até à formação do poderio inglês na Índia, na pegada da aventura que foi a Expansão portuguesa. Procuramos também neste estudo, entrar no que terá sido uma comunidade de portugueses e a cidade de que faziam parte, pelos olhos do *aventureiro-artilheiro-médico-escritor* veneziano que nos últimos anos da sua vida com ela conviveu de perto, a observou e sobre ela contou episódios revestidos de humor e de crítica, reveladores de quem eram e de como viviam aqueles portugueses da Índia.

Para além desta visão que incide principalmente sobre personagens e acontecimentos, uns históricos, outros de expressão apenas local, existia, e podemos imaginar que existia, uma entidade com personalidade própria, com uma história e que dava sentido à vida das pessoas daquela comunidade e que era a cidade. A cidade de S. Tomé de Meliapor, fundada pelos portugueses aos pés do suposto túmulo de um dos apóstolos de Cristo, Tomé, *o que duvidou*. É essa cidade, que está para além das vidas singulares dos personagens que povoam as descrições de Manucci, que foi referência para vários acontecimentos e objecto de várias acções de política e de armas, que procuramos imaginar como seria, explicar como aconteceu e descobrir o que ainda resta dela, nas memórias e nas pedras.

O estudo realizado foi também um exercício de investigação urbana que nos remeteu para as raízes de um urbanismo e duma arquitectura que os portugueses levaram consigo para a Índia, mas também para África e para o Brasil. Ao mesmo tempo, formulámos hipóteses para a constituição da cidade na sua estrutura urbana, para o seu núcleo central e para a forma das muralhas que a envolveram.

Deparamos ainda com o modo como a cidade perdeu a sua identidade e como a sua memória se esbateu, ou até se perdeu, o que relacionamos com a descaracterização e perda do seu centro histórico que se sucedeu à perda da sua autonomia como cidade de portugueses e à sua destruição vítima dos conflitos regionais e mundiais das potências que então ganhavam vulto.

Mas o aventureiro Niccolao Manucci permitiu-nos uma maior aproximação àquilo que foi a chegada e permanência dos portugueses na Índia e a uma outra visão, a de uma realidade em evolução no continente indiano, da queda de um império, Vijanyagar, do alargamento do império Mugol a toda a Índia e do acidente temporal que foi o aparecimento dos portugueses nas suas franjas, o confronto de valores e a admiração pela grandeza e riqueza imperiais, cujos relatos fascinaram os europeus da época.

O estudo contextual das histórias de Manucci permitiu-nos também conhecer a realidade do que alguns autores designaram por *Império Sombra*, ou talvez, melhor, por *Sombra do Império* – a tradução prende-se na ambiguidade do termo - ou seja, de como a capacidade de adaptação dos portugueses, a sua iniciativa e empreendedorismo, aliados à experiência náutica acumulada, permitiram a expansão no Índico de uma rede de comunidades de portugueses que constituíram nos séculos XVI e XVII quase uma nação inter-mares cujo “centro de gravidade” se situou a certa altura em S. Tomé de Meliapor.

Mas fomos também postos em contacto com um aspecto menos vulgarmente conhecido da história dos portugueses, o do processo de declínio como potência na Índia, a par da perda de qualidade dos líderes das sociedades em que se organizaram, no confronto com as outras potências que lhes vieram disputar a primazia. O drama da perda sucessiva de grandes cidades como Cochim, Colombo e Malaca, ou mais antigamente a de Hugli, marcou as sociedades portuguesas do Índico como a de S. Tomé, tal como a de Negapatão ou a de Porto Novo, que acolheram as famílias que abandonaram aquelas cidades e os comerciantes que procuraram mesmo assim reconstruir as suas redes a partir de outros locais ou à sombra dos novos poderes europeus, ingleses ou holandeses que se tornaram dominantes na região.

Apercebemo-nos que, a certa altura, os habitantes de S. Tomé foram transferindo progressivamente os seus interesses e as suas residências para a cidade de Madras que os acolheu, lhes ofereceu condições estáveis, deles beneficiou ao mesmo tempo, e onde a comunidade de portugueses e dos seus descendentes, a que se juntava uma comunidade de judeus portugueses vindos sobretudo de Amsterdão, ocupou posição de relevo e de influência, com representantes no conselho desta cidade. Mas apercebemo-nos também que isto aconteceu numa estratégia de competição da Companhia das Índias Orientais inglesa, que em tudo ajudou à perda de importância de S. Tomé e ao seu apagamento definitivo. E foi nesta sociedade, repartida pelos dois núcleos urbanos próximos e de obediência a dois poderes distintos que por vezes se confrontaram e outras tantas negociaram, que Manucci viveu os últimos anos da sua vida que repartiu também por Pondicherry, outro núcleo urbano de matriz europeia francesa, onde uma comunidade europeia convivava também com portugueses que ali encontraram acolhimento.

Algumas das histórias que Manucci conta, mas que não incluímos no âmbito do estudo, passaram-se também com portugueses de Madras, mas não podemos ignorar que Manucci casou nesta cidade com uma viúva descendente de uma família portuguesa e que visitava com frequência o seu amigo François Martin em Pondicherry, membro de uma comunidade em que alguns elementos se cruzaram por casamento com famílias antigas de portugueses da região, nomeadamente de Hugli, onde os franceses chegaram a ter uma feitoria. A mulher de Dupleix, que foi um representante máximo dos interesses franceses na Índia Oriental, Joana, era de ascendência portuguesa e teve um papel de relevo nas actividades diplomáticas do marido.

S. Tomé foi assim uma espécie de *lugar-comum* na acepção “matemática” do termo, um centro, talvez imaginário, que pode ter funcionado como lugar de união duma sociedade repartida por várias cidades do Índico e de Bengala cuja base étnica era constituída por famílias de portugueses e dos seus descendentes, que compreendia também uma base importante de famílias indianas cristianizadas, mas que foram progressivamente integrados nos novos poderes que se instalaram nesta zona do Índico, começando pelos holandeses em Paleacate e Negapatão, ou

mesmo em Ceilão, pelos franceses em Hugli e Pondicherry e pelos ingleses em Madras, em que todos procuraram unir-se com os comerciantes portugueses e tirar partido da sua experiência e das suas redes comerciais no Índico as quais sobreviveram ainda depois da presença formal portuguesa se apagar de todo na região.

Mas S. Tomé poderá também ter sido palco, ou espelho, será preferível dizer, da digladição que tomava o Reino na segunda metade do séc. XVII, com famílias e partidos que se extremavam em campos de influência política opostos, no que ali pode ser visto como uma continuação de uma certa tradição de insubordinação que a caracterizou desde o fim do século anterior como cidade de fronteira, lugar de prepotências e paragem de criminosos impunes, acolhidos por dirigentes menos escrupulosos.

Tivemos oportunidade de visitar a Igreja de N.^a Sr.^a da Luz em S. Tomé e não deixamos de observar com interesse e, diria até, com alguma emoção, a profusão de lápides e placas funerárias e comemorativas relativas a famílias com nomes portugueses ali existentes e com datas que vão até ao século XIX, reveladoras da sua permanência na região e das suas profundas ligações a este lugar, numa persistência que ultrapassa as lápides e inscrições tumulares de portugueses do séc. XVI e XVII conservados no museu anexo à catedral de S. Tomé.

Um funcionário dos arquivos estatais com quem conversamos um pouco na visita exploratória que fizemos a Madras, ficou muito admirado ao saber que naquela parte da cidade teria existido uma povoação portuguesa, mesmo naquele bairro onde ele tem a sua residência, em Milaipor, como nos referiu. Gostariamos, com este estudo, de ter dado mais um passo para que pessoas como este funcionário possam conhecer um pouco mais do local onde vivem e que renascesse para eles a ideia de que o património da sua cidade é o suporte de uma cultura universal em que Portugal desempenhou um papel, imprimiu a sua matriz, ajudou a moldar um futuro.

Glossário

- Avaldar - Governador mugol da cidade
- Asharfis, ou Xerafins: Moedas de ouro
- Baluarte: Parte da fortificação que forma um ângulo saliente com dois flancos e duas faces, destinado à vigia e defesa. (tb usados os termos *Bastião* e *Reduto*). (Academia..., *Dicionário da Língua Portuguesa...*, 2001);
- O baluarte compreende também uma plataforma para a artilharia cruzar fogo com outros baluartes.
- Braças: Medida de altura e comprimento (antiga) equivalente a 2,20m. Como termo náutico, define a profundidade e equivale a duas jardas ou 1,82 m (Academia..., *Dicionário da Língua Portuguesa...*, 2001)
- Cafres ou Kaffirs. Habitantes do Sri Lanka descendentes de populações africanas trazidas pelos portugueses nos sec.s XVI e XVII bem como pelos holandeses e ingleses. Eram trazidos como escravos, carregadores e como soldados. (In: Afropedia, google sites, apud *The African Diaspora in the Indian Ocean*, de Richard Pankhurst e Shihan de Jayasuriya, 2002, Africa World press, p. 251-260).
- Segundo o *Free Dictionary* [Em Linha] o termo é actualmente extremamente ofensivo quando usado para designar pessoas negras, sobretudo em meios africanos como na África do Sul.
- Chulias Por chulias designavam-se os muçulmanos Tamil do sul da Índia que faziam o comércio sobretudo do Índico, entre o sul da Índia e a Malásia e Singapura, onde existem comunidades Chulia.
- Chunambo: Pasta à base de calcáreo também designada como *cal de ostra* ou *cal de marisco*, com qualidades de dureza superiores à da cal corrente, aparentada a gesso, fabricada segundo as tradições indianas com vários ingredientes vegetais como ligantes (Carita, *Arquitectura Indo-Portuguesa...*, 2006).
- Concani Ou Konkani, naturais de Konkani ou Concão, uma região nos territórios maharatas, estreita faixa de terra entre os Gates e o mar de que Goa também faz parte (Chandra, Mártires Lopes)
- Corochéu: Remate piramidal de uma torre ou de um campanário, em pedra ou em madeira, revestido ou não de telhas (*Vocabulário Técnico e ...*, Quimera, 1990)
- Diwan, diwani: Ministro de um rei Indiano, jurisdição de um *diwan*.
- Na administração mugol, o diwan era o ministro encarregue dos assuntos civis e financeiros sob a alçada do nababo (KULKE e ROTHERMUND, *A History of India*, 2004, Taylor & Francis e-Library, 2004).
- Firmão Documento oficial ou carta régia, alvará, entre os muçulmanos (Academia..., *Dicionário da Língua Portuguesa...*, 2001)

- Firmão ou formão ou farman – Palavra persa para decreto real ou certificado. APUD Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário Luso Asiático* vol. I (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919), PP. 402-3.
- Faranjis Designação genérica dos europeus em que se compreendiam os portugueses
- Fusta Antiga embarcação comprida e de fundo chato, com vela e remos (Academia., *Dicionário da Língua Portuguesa...*, 2001)
- Galeota Navio de 300 ou 400 toneladas inglesas. (G. G. Sousa)
- Laterite: Material constituinte dos solos de certas regiões de clima tropical e húmido apresentando dureza significativa que lhe dá aptidão equivalente aos materiais pétreos na construção de alvenarias. (*Infopedia*, dicionário on line da Porto Editora)
- Légua: Medida de distâncias terrestres. Uma légua equivalia a cerca de 6 km
- Mansabar: Distinção ou título honorífico ou de nobreza concedido a uma personalidade.
«Ambos os monarcas Jahangir e Shah Jahan tiveram cuidadosa atenção com a organização da nobreza (*o sistema mansabdari*). Foram preparadas regras e regulamentos para as promoções e para disciplinar o recrutamento de gente competente para o serviço imperial» (Satish Chandra, op. cit. p. 302)
- Nababo (ou Nawab): Vice-rei, lugar-tenente, título dado antigamente na Índia muçulmana ao vice-rei, ao governador de província ou ao príncipe (Academia., *Dicionário da Língua Portuguesa...*, 2001).
O nababo também era o *faujdar* e como tal, encarregue de fazer cumprir as leis criminais (KULKE e ROTHERMUND, *A History of India*, 2004, Taylor & Francis e-Library, 2004).
- Naiaka: Capitão de cavalaria na Índia Hindu ou governador de província no Estado Vijayanagar (KULKE e ROTHERMUND, *A History of India*, 2004, Taylor & Francis e-Library, 2004).
- Qazi ou Quadi – Juiz numa comunidade muçulmana. As suas decisões baseiam-se na lei islâmica, na sua interpretação da Sharia.
Na India, o cargo chegou a ter carácter hereditário.
- Rajputs Constituíam uma classe de poderosos senhores das terras no período medieval da Índia, chefiando clãs que dominavam certos territórios. Constituíam a base de recrutamento das forças militares (Chandra, op. cit., 2009, p. 44)
- Revelim Em arquitectura militar, é uma obra exterior de uma fortificação abaluartada, de planta triangular, com a função de proteger portas ou cortinas (panos de muralha entre baluartes).
- Redente Pode ser uma obra feita de alvenaria ou de terra e estar integrado em forma saliente numa cortina ou pano de muralha
- Topases – Soldados de recrutamento local treinados pelos europeus

Tranqueira: Cercado de madeira para fortificação, estacada ou paliçada (Rodrigues, *Vocabulário Técnico...*, 1990)

Wazir (chief wazir) – Primeiro ministro e conselheiro principal (Niccolao Manucci)

Xerafins ou Asharfis: Moedas de ouro

Zamindares – Aristocratas ou pequenos senhores feudais em Bengala. Os zamindares cobravam impostos sobre a propriedade que entregavam ao governo mas podiam ficar com uma parte para seu rendimento (KULKE e ROTHERMUND). Cf. também Satish Chandra.

Bibliografia

Fontes

AHMAD, Afzal, *Os Portugueses na Ásia, Relação do Commercio em os diferentes portos da Azia (incluindo) breve e util idea de commercio, navegação e conquista d'Azia e d'Africa, escripto por meu Pay, Dom Francisco Innocencio de Souza Coutinho, 1799.* Códice do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, IN-CM, 1997, Lisboa

BERNIER, Francois, *Travels In The Mogul Empire A.D. 1656-1668 by Francois Bernier, M. D. of the Faculty Of Montpellier*, anotada por Archibald Constable em 1891 e revista por Vincent Smith, publ. Humphrey Milford, Oxford University Press, 1916, Londres

BRUCE, John, *Annals of the East-India Company from the Establishment by the Charter of Queen Elizabeth, 166, to the Union of the London and English East-India Companies, 1707-8*, Vol. II, 1810, Londres

BARBOSA, Duarte, *O Livro de Duarte Barbosa*, Introd. e notas de ÁGUAS, Neves, Europa-América, s.d., Mem Martins, Portugal

BARROS, João de, *Da Ásia de João de Barros. Dos Feitos, que os portugueses fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares, e Terras do Oriente. Década I, Parte 2, e Década III, Partes 1 e 2*, BNL, (cópias digitalizadas). [João de Barros iniciou, Diogo do Couto e António Bocarro deram continuação, entre 1552 e 1615 e até 1617]

BOCARRO, António, *Decada 13 da História da Índia*, Dir. FELNER, Rodrigo José de Lima, Academia Real das Sciencias de Lisboa, Parte I e II, 1876, Lisboa. [Os manuscritos foram enviados para Lisboa em Março de 1636 e foi a obra publicada pela primeira vez em 1645, (segundo a Introdução), dando continuação às *Décadas* de Diogo do Couto. Compreende o vice-reinado de D. Jeronymo de Azevedo de 1612 a 1617. Epistola Dedicatória do 2.º Tomo datada de 1635].

BERNIER. Francois, M.D. of the Faculty of Montl'ellier, *Travels in The Mogul Empire, A.D. 1656-1668*, « translated on the basis of Irving Brock S version, and annotated by Archibald Constable, (1891), second edition revised by Vincent A. Smith, M.A., author of 'The Early History Of India,' etc., Humphrey Milford Oxford University Press, 1916

CARRÉ, Abbé, *The Travels of the Abbé Carré. The India and the Near East, 1672-1674*, Vol. I, Asian Education Services, 1960, New Delhi, Madras

CATROU, François, *Histoire generale de l'Empire du Mogol, depuis sa fondation / sur les memoires portugaises de M. Manouchi*, Paris, 1705 e 1708; *History of the Mogul Dynasty in India from its foundation by Tamerlane, in the year 1399 founded on the Memoirs of Signor Manouchi, a Venetian*, Published by

J.M.Richardson, 23, Cornjill, 1826, Londres

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do descobrimento & conquista da Índia pelos portugueses*, publicada em 1552-61 em 8 volumes;

CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, Vol.I, *Lenda de 18 Anos, desde o primeiro descobrimento da Índia até o Anno de 1510* e Vol. II, *Lenda de 17 Anos Acabados no Anno de 1526*, Introdução e Revisão de ALMEIDA, M. Lopes, Lello & Irmãos, 1975, Porto

COUTO, Diogo do, *Da Asia*, Decada VII, Parte Segunda, «*Com Licença da Real Meza Censória e Previlégio Real*»,1783, Lisboa, BNL, cópia digitalizada

COUTO, Diogo do, *Soldado Prático que trata dos enganos e desenganos da Índia*, 1612;

D'ANDRADA, Francisco, *Crónica do Muito Alto e muito poderoso Rey destes reynos de Portugal Dom João III...*, Parte III, «*vendesse na Rua Nova em casa de Francisco Lopez livreiro*», 1613, Lisboa, exemplar digitalizado: cota res-573-v, BNP; Idem, 4 Volumes, Real Officina da Universidade, 1796, Coimbra

DAVEAU, Suzanne, CID, Isabel, coord, «*Lugares e Regiões em Mapas Antigos*», Catálogo da Exposição sobre o mesmo tema, Biblioteca Pública de Évora, 1997

DE L'ESTRA, François, VAN DER CRUYSSSE, Dirk, intr. transcr. e notas, *Le Voyage de François de L'Estra aux Indes orientales (167-1675)*, F. C. Gulbenkian, Chandeigne, 2007, Paris

FARIA E SOUSA, Manuel de, *Ásia Portuguesa*. Porto: Livraria Civilização, 6 vols., 1945/47 (*fac simile* do códice RES. 4385-4387 V da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1666-75); *Asia Portuguesa* Tomo III, (PDF do facsimile da edição de 1675)

GUERREIRO, Capitão João Tavares de Vellez, *Jornada, que Antonio de Albuquerque Coelho, Governador e Capitão General da Cidade do Nome de Deos de Macao na China, fez de Goa até chegar à dita cidade no anno de 1718*, Lisboa Occidental na Officina da Musica, 1732, 427 pags [Em Linha, obra completa, dividida em duas partes]; Ver também: DIÁRIO *da Viagem Goa Macau, resumo da viagem efectuada por António de Albuquerque Coelho de Goa até Macau, entre 30 de Maio de 1717 e 29 de Maio de 1718*, [Em Linha]

LAVAL, Pyrard de, *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales (1601-1611)*, 2 volumes, Prefácio de Geniéve Bouchon, organização do texto e notas de Xavier de Castro, Ed Chandeigne- Librairie Portugaise, 1998, Paris

MANUCCI, Niccolao, IRVINE, William, *Storia do Mogor, 1653-1708*, Volumes I, II, III e IV, Oriental Books Reprint Corporation, Reimpressão 1981, Nova Delhi, primeira publicação nas *Indian Series*, 1907, Londres

NORONHA, D. António José de, *Narração Recopilada da Cidade de Santo Thomé de Meliapor e suas Aldeias*, manuscrito a cargo da Biblioteca Pública de Évora, Cód. CXVI/1 – 37

PAIS, Padre Leonardo, *Promptuario das deffiniçoens indias deduzidas de varios*

chronistas da Índia, graves Autores, e das Histórias Gentílicas, Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1773, Lisboa. Versão digitalizada de um exemplar da Harvard College Library, [Em linha em *Google Books*]

PIRES, Tomé, *Suma Oriental que trata do Mar Roxo até aos Chins*, cerca de 1515, com uma versão em inglês, *Suma Oriental of Tomé Pires*, ed. Armando Cortesão, AES Reprint, Delhi, Chennai, 1990, 2005, [Accessível parcialmente, Em Linha], [Visitado em Março de 2013]

PISSURLENCAR, Panduronga. S. S., Coord, *Assentos do Conselho do Estado*, Vol. III, (1644-1658), Goa, 1955

PREVOST, Antoine François, «Voyage de La Haye aux Indes Orientales», in *Histoire Générale des Voyages*, Paris, MDCCCLI, Vol VIII de 15 Volumes e volumes suplementares com gravuras e mapas

PREVOST, Antoine François, «Voyages de Tavernier aux Mines de Diamands», relato pertencente ao domínio das viagens por terra na História das Viagens e incluído no Vol. IX, p. 523, da *Histoire Générale des Voyages* de Antoine François Prévost, 1851, Paris

REGO, A. da Silva, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Índia*, 12 vol. e vol. de índices, reedição da Fundação Oriente e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992, Lisboa

REGO, A. da Silva, coord., «Memórias da Congregação Agostiniana na Índia Oriental» transcritas em *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia*, Vol. XII, pp. 31, Fundação Oriente, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992, Lisboa

SOUSA, Manuel de Faria e, *Ásia Portuguesa*. Porto: Livraria Civilização, 6 vols., 1945/47 (*fac símile* do códice RES. 4385-4387 V da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1666-75); *Asia Portuguesa Tomo III*, (PDF do facsimilie da edição de 1675)

WHEELER, J. Talboys, *Madras in the Olden Time: Being a History of the Presidency*, Vol. I, 1639-1702, 1861, Madras [Compilação dos registos oficiais de Madras]

Bibliografia Geral

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Verbo, 2 Vol., 2001, Lisboa

ALBUQUERQUE Luis, dir., *Dicionário de História de Portugal*, Circulo de Leitores, 1993

AVELAR, Pedro, *História de Goa, de Afonso de Albuquerque a Vassalo e Silva*, Texto, 2012, Alfragide

AZEVEDO E SILVA, José Manuel, «A sociedade portuguesa na época dos

- Descobrimientos», in: *História*, nº 63, pp. 28-47, Projornal, Janeiro 1984, Lisboa
- BARROS, Amândio Jorge Morais, Org., *Cartas da Índia. Correspondência Privada de Jorge de Amaral e Vasconcelos (1649-1656)*, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Ed. Afrontamento, 2011, Porto
- BAÑOS-GARCIA, Antonio Villacorta, *D. Sebastião, Rei de Portugal*, A Esfera dos Livros, 2008, Lisboa
- BOUCHON, Genevieve, Thomaz, Luis Filipe, *Voyage dans les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy, 1521*, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1988. Biblioteca de Arte, cota BI 5976
- BOXER, C. R., *A Índia Portuguesa em Meados do Séc. XVII*, Ed. 70, 1982, Lisboa, trad. Luis Manuel Nunes Barão de *Portuguese India in the Mid-Seventeenth Century*, The Heras Society, 1980
- BOXER, Charles, *O Império Marítimo Português*, ed. 70, s/ data, Lisboa, trad. de *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1815*, Hutchinson, 1969, Londres
- BRUCE, John, *Annales of the Honorable East India Company, From their Establishment by the Charter of Queen Elizabeth, 1600, to the Union of the London and English East-India Companies, 1707-8*, Vol. II, 1810, Londres
- CAMPOS, João, *Impérios, Patrimónios e Identidade, intervenções pioneiras e novidades adquiridas*, In-Libris, 2007
- CAMPOS, Joaquim José A., *History of the Portuguese in Bengal: with maps and illustrations*, Butterworth & Co. 1919, Calcuta. - Londres
- CASTRO, Armando de, «A Economia da Expansão Ultramarina», in José Hermano Saraiva dir., *História de Portugal*, Vol.4, Alfa, 1983, Lisboa, p. 229-257
- CARITA, Helder, *Palácios de Goa, Modelos e Tipologias de Arquitectura Civil Indo-Portuguesa*, Quetzal Editores, 1995, Lisboa
- CHANDRA, Satish, *History of Medieval India (800-1700)*, Orient BlackSwan, 2009, Hyderabad
- CORREIA, José Eduardo Horta, «Urbanismo da Época Barroca em Portugal», in *Universo Urbanístico Português 1415-1822*, CARITA, Helder, ARAÚJO, Renata, coord., Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1998, Lisboa
- COSTA, F. Pereira da, *Enciclopedia Prática da Construção Civil I, Asnas de Madeira*, Edição do Autor, Distribuição da Portugalia Editora, s.d., Lisboa
- COSTA, Joaquim, *Manuel de Faria e Sousa, Cidadão do mundo e das letras ao serviço de Portugal*, Rota do Romântico, Centro de Estudos do Romântico e do Território, Março 2012, Lousada
- COSTA, Leonor Freire, CUNHA, Mafalda Soares da, CARNEIRO, Roberto, Dir., *D. João IV*, Temas e Debates, Circulo de Leitores, 2008, Mem Martins
- COTTA, F., «Portuguese losses in the Indian Seas (1692-1636)», comunicação

apresentada pelo Rev. Fr. H. Hosten, S.J., in: *Journal of the Asiatic Society of Bengal*, Julho e Agosto, 1915.

DISNEY, Anthony R., *A History of Portugal and the Portuguese Empire*, Vol. II, 2009, Cambridge University Press, Reprint, 2009, USA

ELPHINSTON, Ho. Mountstuart, *History of India, The Hindu and Mahometan Periods*, 3d Ed., John Murray, Albemarle Street, 1849, Londres

ELTON, G. R., *A Europa durante a Reforma, 1517-1559*, Presença, 1982, Lisboa

FERNANDES, José Manuel, «Índia e Sul do Brasil: Planos do Urbanismo Português no séc. XVIII», in CARITA, Helder e ARAÚJO, Renata, coord., *Colectânea de Estudos, Universo Urbanístico Português, 1415-1822*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Desobrimentos Portugueses, 1998, Lisboa

FLORES, Jorge, VASSALO E SILVA, Nuno, Edit., *Goa e o Grão-Mogol*, Catálogo da Exposição do mesmo título, Fundação C.Gulbenkian, Scala Publishers, 2004, Lisboa

FLORES, Jorge Manuel, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão. Trato, diplomacia e guerra (1498-1543)* Cosmos, 1998, Lisboa

GOMES, Paulo Varela, «Portuguese Settlements and Trade Centres», *14,5 Ensaios de História e Arquitectura*, p. 187-199, Almedina, 2007, Coimbra

HAMILTON, Captain Alexander, *A New Account of the East Indies*, Vol. I, 1744, Londres

HOSTEH, Rev. H., *Jesuit Missionaries in Northern India and Inscriptions on their Tombs, Agra (1580-1803)*, 1907, Calcutta

KULKE, Hermann and, ROTHERMUND, Dietmar, *A History of India*, Routledge, 4.^a ed. 2004, Nova Iorque, e Taylor & Francis e-Library, [Em Linha], 2004

LAMAS, José M. Rossano Garcia, *Metodologia Urbana e Desenho da Cidade*, 4.^a Ed., F. Gulbenkian, 2007, Lisboa

LISBOA, Câmara Municipal, *Portugueses na Índia, Elementos para a Casa de Goa*, Catálogo da Exposição no Palácio Galveias de 17 de Março a 2 de Abril de 1967, Lisboa

LOURENÇO, Eduardo, «Ainda hoje os Portugueses andam aí pelo Mundo a apanhar os Ossos do Império», depoimento no *Jornal Arquitectos*, 237, Out/Nov/Dez, Ordem dos Arquitectos, 2009, Lisboa

LOUREIRO, Rui, «Mentalidade dos portugueses de Quinhentos», in: *História*, n.º 43, Projornal, Maio 1982, Lisboa

LOPES, António, «Portugal Ignorado», in: *O Mundo Português*, Vol. I, n.º 4, 1934, Lisboa

LOPES, Maria Jesus dos Mártires, “*O Império Oriental, 1660-1820*”, in: *Nova História da Expansão Portuguesa*, Coord: SERRÃO, Joel, OLIVEIRA MARQUES, A. H. de, Vol. V, Tomo 1, Ed Estampa, 2006, Lisboa.

- LOPES, Miguel Alberto Cameira, *Tipificação de Soluções de Reabilitação de Estruturas de Madeira em Coberturas de Edifícios Antigos*, Dissertação submetida à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Reabilitação do Património Edificado, 2007
- LOVE, H. D., *Vestiges of Old Madras, Indian Record Series, 1640-1800*, Vol.s I e II, Index volume -1913, Contents Vol I, Contents Vol II, Mittal Publications, 1068, Delhi
- MALLESON, Lieutenant-Colonel, *Histoire des Français dans l'Inde depuis la fondation de Pondichéry jusqu'à la prise de cette ville (1674-1761)*, traduction de M.me S. le PAGE, Librairie de la Société Bibliographique, 1874, Paris
- MARCOCCI, Giuseppe, PAIVA, José Pedro, *História da Inquisição Portuguesa, 1536-1821*, A Esfera dos Livros, 2013, Lisboa
- MARTA, Roberto, DIAS, Pedro, DA SILVA, José Cornélio, *L'Architettura Manuelina Protagonista dell'Impero Portoghese*, Kappa, 1998, Roma
- MENDES, A. Lopes, *A Índia Portuguesa, Breve Descrição das Possessões Portuguezas na Ásia*, Sociedade de Geographia de Lisboa, Vol. I, Imprensa Nacional, 1886, Lisboa
- MICHAUD, Louis-Gabriel, *Biographie universelle ancienne et moderne – 2.e éd.*, Tome 27, 1843, Paris
- MORAIS, Carlos Alexandre de, *Cronologia Geral da Índia Portuguesa*, Instituto Cultural de Macau, Instituto Rainha D. Leonor, 1993, Macau
- NAVARRO, Francesc, Dir. Editorial, «As Mudanças da Idade Moderna», in *Historia Universal*, Vol. 15, Ed. Salvat, Promoway Portugal, 2005
- NEILL, Stephen, *A History of Christianity in India: The Beginnings to AD 1707*, Cambridge University Press
- NEWIT, Malyn, *Portugal na História do Mundo*, Texto Editores, 2ª Ed, Maio 2012, Alfragide, Portugal
- NIEUHOFF, Johan, *Gedenkweerdigé Brasiliaense Zee- En Lantreize. Alhet geen op dezelve is voorgevallen, Beneffens, Een bondige befchrijving van gantfch Neerlants Brasil*, 1682, Amsterdão
- NIEUHOFF, Johan, *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, trad. do inglês, VASCONCELOS, Moacir N., conciliação com a versão holandesa e notas, RODRIGUES, José Honório, Livraria Martins, 1942, S. Paulo
- NUNES, António Lopes Pires, *Dicionário de Arquitectura Militar*, Caleidoscópico – Edição e Artes Gráficas, SA, 2005, Casal de Cambra
- ORME, Robert, *Historical Fragments of the Mogul Empire, of the Morattoes, and of the English Concerns in Indostan; From the Year MDCLIX*, Ed. F. Wingrave, in the Strand, 1805, Londres
- PEREIRA, José Costa, coord., *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Alfa, 1986, Lisboa

PRÉCIS CHRONOLOGIQUE DE L'HISTOIRE DE L'INDE FRANÇAISE, 1664-1816, suivi d'un relevé des faits marquants de l'Inde Française au XIXe Siècle, publié par H. de Closets d'Errey, conservateur de la Bibliothèque Publique de Pondichéry, Imprimerie du Gouvernement, 1934, Pondichéry

RAMOS, Rui, coord., VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo, MONTEIRO, Nuno Gonçalves, *História de Portugal*, A Esfera os Livros, 4ª Ed., 2010, Lisboa

REGE, Ashish K., «Paradigmas do Urbanismo da Fase de Implantação dos Portugueses, Espanhóis e Ingleses na Ásia: Estudo Comparativo», in: *Universo Urbanístico Português 1415-1822*, CARITA, Helder, ARAÚJO, Renata, coord., CNCDP, Lisboa, 1998

RODRIGUES, Maria João Madeira, SOUSA, Pedro Fialho de, BONIFÁCIO, Horácio M. Pereira, *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, Quimera, 1990, Coimbra

ROSSA, Walter, «A Cidade Portuguesa», *A Urbe e o Traço, uma Década de Estudos sobre o Urbanismo Português*, Almedina, 2002, Coimbra, p. 193- 359

ROSSA, Walter, «O Urbanismo Regulado e as Primeiras Cidades Coloniais Portuguesas», *Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Carita, Helder, Araújo, Renata, coord., Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1998;

ROSSA, Walter, *Cidades Indo-Portuguesas: Contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997

SALDANHA, Padre M. J. Gabriel, *História de Goa (Política e Arqueológica), Volume-I História Política*, Asian Educational Services, 1990, Nova Delhi, Madras

SALDANHA, Padre M. J. Gabriel, *História de Goa*, (2 volumes), Livraria Coelho, 1925, Nova Goa

SARAIVA, José Hermano, «O Período dos Filipes» e «Portugal Restaurado» in: SARAIVA, J. H., Dir., *História de Portugal*, Vols. 4 e 5, Alfa, 1983, Lisboa

SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, 3º Volume, Europa America, 1993, 2013, parte de um conjunto de fascículos de divulgação publicados semanalmente com a revista *Sábado* em 2013

SMITH, Vincent A. C.I.E, *The Oxford History of India, From the Earliest Times to the end of 1911*, Oxford University Press, 1919, Londres

TRAVELS of Fray Sebastien Manrique, 1629-1643, ed. C.E. Luard and H. Hosten, 2 vols., The Hakluyt Society, 1926-1927, Londres

VITERBO, Francisco Marques Sousa, *Dicionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses ou ao serviço de Portugal*, Lisboa, 1898-1922

Bibliografia Específica

ANTHONY SAMY, S. J., *A Saga of Faith, St. Thomas, The Apostle of India*, National Shrine of St. Thomas Basilica, 2009, Santhome, Mylapore, Chennai, India

ARANHA, Paolo, «From Meliapor to Mylapore, 1662-1749: The Portuguese Presence in Sao Tome between the Qutb Shahi Conquest and Its Incorporation into British Madras», *Portuguese and Luso-Asian legacies in Southeast Asia, 1511-2011. Volume 1. The Making of the Luso-Asian World, Intricacies of Engagement*, Ed. Laura Jarnagin, Institute of Southeast Asian Studies, 2011, Singapura,

CABRITA, António Reis, AGUIAR, José, APPLETON, João, «As Origens do Bairro Alto e o Desenvolvimento da sua Malha Urbana» in: *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*, 1993, CML, LNEC

CARITA, Helder, *Arquitectura Indo-Portuguesa na região de Cochim e Kerala, modelos e tipologias dos séculos XVI e XVII*, Tese para obtenção de grau de doutor no ramo de História da Arte Moderna, especialidade de História de Arquitectura e do Urbanismo, Universidade do Algarve, FCHS, 2006, Faro

CARITA, Helder, *Bairro Alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos*, 2ª Ed., CML, 1994, Lisboa

CARRÉ, Abbé, «Brief Introduction of St. Thomé, its capture by de la Haye, its siege by the Golconda army and gallant French defence, dangerous position of the French at St. Thomé, outline of Carré's journey from Bijapur to St. Thomé». In: *The Travels of the Abbé Carré. The India and the Near East, 1672*, Vol. II, [Traduzido para inglês] do diário manuscrito das suas viagens, no *India Office*, por Lady Fawcett e editado por Sir Charles Fawcett com a colaboração de Sir Richard Burn, Asian Education Services, Reprint, 1990, Nova Delhi, Madras, pp. xiii, xiv, xiv-xv, xv-xvi e xvi-xix [Obra profusamente anotada com a verificação e informação sobre os acontecimentos relatados por Carré e inclusão de mapas e gravuras]

COSTA, José Pereira da, «Gaspar Correia e a Lenda do Apóstolo S. Tomé», in: *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Actas, Org. ALBUQUERQUE, Luis de, e GUERREIRO, Inácio, pp 852-865, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, Lisboa

DIAS, Pedro, *India, Urbanização e fortificação*, Público, 2009, Lisboa

FLORES, Jorge Manuel, «"Um Homem que tem muito crédito naquelas partes": Miguel Ferreira, os "Alevantados" do Coromandel e o Estado da Índia», *Mare Liberum*, Número 5, CNCDP, 1993, Lisboa

GUERREIRO, Capitão João Tavares de Vellez, *Jornada, que Antonio de Albuquerque Coelho, Governador e Capitão General da Cidade do Nome de Deos de Macao na China, fez de Goa até chegar à dita cidade no anno de 1718*, Lisboa Occidental na Officina da Musica, 1732, 427 pags [Obra completa dividida em duas partes, em linha]; Ver também DIÁRIO da Viagem Goa Macau, resumo da

viagem efectuada por António de Albuquerque Coelho de Goa até Macau, entre 30 de Maio de 1717 e 29 de Maio de 1718., [Em Linha]

LEITÃO E CASTRO, Antonio Thomaz da Silva, Governador das Missões da Índia, *Regulamento Dado à Administração temporal do Bispado de S. Thomé de Meliapor*, 1879

LOVE, Henry Davidson, «Decline and Fall of San Thomé – San Thomé under Muslem Rule», «Capture of San Thomé by the French – The French Occupation», «First Siege of San Thomé - Second Siege –Demolition of the Town», in: *Indian Record Series, Vestiges of Old Madras, 1640-1800*, (4 volumes), 1913, Mittal Publications

MALLESON, Coronel G. B., «Battle of S. Thome», in: *The Decisive Battles of India from 1746 to 1849*, 1914, Cap. I, p. 12-15

MARTIN, François, «État de La ville de San Thomé» in: *Mémoires de François Martin, fondateur de Pondicherry (1665-1696)*, Pub. A. Martineau, Societé d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, 1931, Paris

MONTEIRO, Anabela Nunes, «S. Tomé de Meliapor nas Fontes Quinhentistas e Seiscentistas», *Revista de Cultura* nº 34, Instituto Cultural de Macau, 2010, Macau

MUTHIAH, S., *Madras that is Chennai*, Rampar Publishers, 2005, Chennai

OLIVEIRA, Catarina, «Nota Histórico-Artística» sobre a classificação do Bairro Alto como Conjunto de Interesse Público, IGESPAR, Junho de 2005

PILLAI, Singaravelou, «Nicolao Maunchy's Will and Testament» Paper by the Curator of the Old Records of French India, Pondicherry, in: *Proceedings of Meetings, Eighth Meeting held at Lahore*, Vol. VIII, November 1925

RADULET, Carmen M., «Perspectivas Diplomáticas e Militares do Estado da Índia durante a Segunda Metade do Século XVIII através das Obras de D. António José de Noronha», *Revista de Cultura* números 13/14- *The Asian Seas 1500-1800, Local Societies, European Expansion and the Portuguese*, Instituto Cultural de Macau, 1991, Macau

RADULET, Carmen M., *Sistema Marcial Asiático*, de D. António José de Noronha, Fundação Oriente, 1994, Lisboa

ROSSA, Walter, coord., *Património de Origem Portuguesa no Mundo, arquitectura e urbanismo. Ásia, Oceania*, Dir. MATTOSO, José, F. C. Gulbenkian, 2010, Lisboa

SHARAN, Ishwar, «The Myth of Saint Thomas and the Mylapore Shiva Temple», *Voice of India*, 1991, versão revista em 2010, Nova Delhi.

SRINIVASACHARI, Rao Sahib C. S., M.A., Professor of History, Annamalai University, *History of the City of Madras, Written for the Tercentenary Celebration Committee*, [in addition to the Commemoration Volume], P. Varadachary & Co., 1939, Madras

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *Comment Être un Étranger*, Alma, 2013, Paris, traduzido de *Three Ways to be Alien: Travails and Encounters in the Early*

Modern World, Historical Society of Israel, 2011

SUBRAHMANYAM, Sanjay, «Further thoughts on an enigma: The tortuous life of Nicolò Manucci, 1638 – c. 1720», *The Indian Economic and Social History Review*, 45, 1 (2008): 35-70, SAGE Los Angeles/London/New Delhi/Singapore

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700, Comércio e Conflito*, Ed 70, 2002, Lisboa, traduzido de *Improvising Empire – Trade and Settlement in the Bay of Bengal 1500-1700*, Oxford University Press, 1990

THOMAZ, Luis Filipe F. R., *A Lenda de S. Tomé Apóstolo e a Expansão Portuguesa*, Série Separatas 233, Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1992, Lisboa

WINIUS, George, «Portugal's "Shadow Empire" in the Bay of Bengal», *Revista de Cultura*, números 13/14 - *The Asian Seas 1500-1800, Local Societies, European Expansion and the Portuguese*, Instituto Cultural de Macau 1991, Macau

Webgrafia

ALDEN, Dauril, *The Making of an Enterprise: The Society of Jesus in Portugal, Its Empire, and Beyond, 1540-1750*, [acessível parcialmente em linha em Google Books], Stanford University Press, 1996, p. 202-.ISBN 978-0-8047-2271-1. [Consultado o período do cerco de Goa pelos maharatas, em 2 Outubro 2012], visitado em:

http://books.google.pt/books?id=7nVIBhrRb9AC&pg=PA202&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false

ARBELL, Mordechai, *The Portuguese Jewish Community of Madras, India, in the Seventeenth Century*, [Em linha], [consultado em 11 de Março de 2003], visitado em: www.sefarad.org/publication/lm/041/5.html

ARCHIVES nationales d'outre-mer, Base Ulysse, [Em linha], [Consultado em Julho de 2013], Disponível em:

<http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/anom/fr/index.html>

ASIATIC Society of Bangladesh, *National Encyclopedia of Bangladesh* [Em linha], [consultado em Abril de 2013], visitado em:

http://www.banglapedia.org/HT/P_0233.HTM

«AURANGZEB Emperor of India», *Enciclopaedia Britannica*, [Em linha], [por T.G. Percival Spear, fellow do Selwyn College, Cambridge; Leitor em Historia, Universidade de Cambridge, 1963–69, autor de *India: A Modern History* e outros; co-autor e editor do *Oxford History of India* (3rd ed.)], [Consult. em Fev. 2013], visitado em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/43255/Aurangzeb>

«BAIRRO ALTO como Conjunto de Interesse Público», OLIVEIRA, Catarina, «Nota Histórico-Artística», IGESPAR, Junho de 2005, [consultado em Junho de 2013], visitável em:

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/71979/>

BIKER, J. F. Judice, *Collecao de Tratados e Concertos de Pazes Que O Estado de India Portuguesa Fez Com Os Reis e Senhores Com Quem Teve Relacoes Nas Partes de Asia e Africa Oriental*, [Em linha], Asian Educational Services, 1995, [consultado em Junho de 2013], visitado em:

http://books.google.pt/books?id=NWaWrbVqRcAC&dq=Jo%C3%A3o+Antunes+Portugal++india&hl=pt-PT&source=gbs_navlinks_s

DIÁRIO da Viagem Goa Macau, [Em Linha], resumo da viagem efectuada por António de Albuquerque Coelho de Goa até Macau, entre 30 de Maio de 1717 e 29 de Maio de 1718. Visitável em:

http://atelier.hannover2000.mct.pt/~pr358/goa_macau.html

«CARRATO, João Baptista», Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [Em Linha], [consult. 24-1-2013], visitável em: <http://www.catedra-alberto-benveniste.org/dic-italianos.asp?id=317>

DICIONÁRIO Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico, Volume VI, Ed. em papel ©TORRES, João Romano, Editor, 1904-1915, Ed. electrónica ©AMARAL, Manuel, 2000-2010, [Em linha], [consultado em Maio de 2013], visitável em:

<http://www.arqnet.pt/dicionario/sarmentocarvalho.html>

«DUPLEIX (Joseph François)», *Imago Mundi, Encyclopedie gratuite en ligne*, [Em linha], [consult. Fevereiro de 2013], visitável em:

<http://www.cosmovisions.com/Dupleix.htm>

GASCOIGNE, Bamber, «History of the Moghul Empire» in: *History World*, [Em Linha], [Consultado em Abril de 2013], visitável em:

<http://www.historyworld.net/wrldhis/plaintexthistories.asp?historyid=ab99>

GALLICA, Biblioteque Numerique, BNF, [Em linha], visitável em:

<http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb384497421>

GUERREIRO, Capitão João Tavares de Vellez, *Jornada, que Antonio de Albuquerque Coelho, Governador e Capitão General da Cidade do Nome de Deos de Macao na China, fez de Goa até chegar à dita cidade no anno de 1718*, Lisboa Occidental na Officina da Musica, 1732, 427 pags [Em Linha], [Visitado em Junho de 2013]. A obra completa, dividida em duas partes é visitável em <http://purl.pt/12034>; Ver também: *DIÁRIO da Viagem Goa Macau, resumo da viagem efectuada por António de Albuquerque Coelho de Goa até Macau, entre 30 de Maio de 1717 e 29 de Maio de 1718*. [Em Linha], [visitado em Março de 2003], visitável em http://atelier.hannover2000.mct.pt/~pr358/goa_macau.html.

«FR. H. HOSTEN SJ», *The Goethals Indian Library and Research Society*, [em linha] visitável em <http://www.goethals.in/collections/felixrajarticles/Hhosten.htm>

«INDIA, history of Maratha kingdom in 1680». Map. *Encyclopædia Britannica Online*, [Em linha], [consult. em Jun. 2013], visitável em:

<http://www.britannica.com/EBchecked/media/1961/The-Maratha-kingdom-at-the->

death-of-Shivaji

INFOPEDIA, dicionário on-line da Porto Editora, [Em linha], visitável em: <http://www.infopedia.pt>

(THE) MADRAS Tercentenary Commemoration Volume, Madras Tercentenary Celebration Committee, Asian Educational Services, New Delhi, [Em Linha], [consultado em Janeiro de 2013]. Disponível parcialmente em:

http://books.google.pt/books?id=pwMk4FIcpuUC&pg=PA117&lpg=PA117&dq=admiral+E+Boscawen+Saint+Thomas+of+Mylapur&source=bl&ots=ogGDb68Njw&sig=VHVdfK822eZ7SpQae-8gu25Uhoo&hl=pt-PT&sa=X&ei=Cw_LUM6bCs2ZhQfB64DgBw&ved=0CEoQ6AEwBA#v=onepage&q=admiral%20E%20Boscawen%20Saint%20Thomas%20of%20Mylapur&f=false

LOVE, H. D., *Vestiges of Old Madras, Indian Record Series*, Vol I, Mittal Publications, 1068. [Versão truncada em linha], Disponível parcialmente em: [Books.google.pt/books?id=B19T4uJcBFAC](http://books.google.pt/books?id=B19T4uJcBFAC)

MARAINI, Fosco, *Marco Polo*, Encyclopaedia Britannica [Em Linha] Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/468139/Marco-Polo/5842/Sojourn-in-China>

"MARQUIS DUPLEIX." *Encyclopedia of World Biography*. 2004. Encyclopedia.com. [Em Linha], [consultado em 30 Jan. 2013], Visitável em: <http://www.encyclopedia.com>

MALLESON, Coronel G. B., *The Decisive Battles of India from 1746 to 1849*, 1914, Cap. I, [Em Linha], «Battle of S. Thome», p. 12-15, [Consultado em Fevereiro de 2012]. Disponível em: <http://www.ibiblio.org/britishraj/MallesonBattles/chapter01.html>

NASUTION, Khoo Salma, «From Coromandel Chulias to Tamil Muslims», Penang (Malaysia), in *YAADHUM* [Em Linha], disponível em <http://yaadhun.com/real-history-Coromandel-Chulias-to-Tamil-Muslims.html>

OLD MADRAS COLLECTION, [Em Linha], [visitado em Abril de 2013], [Colecção de fotografias antigas de Madras], disponível em: <https://lh3.googleusercontent.com/-7KadQ1oo4sY/Si9wcnuHnWI/AAAAAAAAAC1Q/ZCRReWbJsH4/w763-h458-no/sancat2.jpg>

PIRES, Tomé, *Suma Oriental of Tomé Pires*, ed. Armando Cortesão, AES Reprint, Delhi, Chennai, 1990, 2005, [Accessível parcialmente em Linha], [Visitado em Março de 2013], disponível em: <http://books.google.pt/books?id=h82D-Y0E3TwC&lpg=PR16&ots=dThhgRbAED&dq=SumaOriental%20que%20trata%20do%20Mar%20Roxo%20at%20C3%A9%20aos%20Chins&hl=pt-PT&pg=PR1#v=onepage&q=SumaOriental%20que%20trata%20do%20Mar%20Roxo%20at%20C3%A9%20aos%20Chins&f=false>

PISSURLENCAR, Panduronga S. S., *Portuguese India. Conselho do Estado*, [Extracto em linha em Google Books], Arquivo Histórico do Estado da Índia,

Vithal Trimbak Gune, Tip. Rangel, 1956, [consultado em Junho de 2013], Visitável em:

http://books.google.pt/books?id=iDE5AQAIAAJ&q=Tom%C3%A1s+da+Maia+capit%C3%A3o+S.+Tom%C3%A9&dq=Tom%C3%A1s+da+Maia+capit%C3%A3o+S.+Tom%C3%A9&hl=pt-PT&sa=X&ei=e2HIUdA_rI7tBoSMgdAK&ved=0CE8Q6AEwBA

RAZÀ, Rahim, «MANUCCI, Nicolo», *Dizionario Biografico degli Italiani* [Em Linha], Vol. 69 (2007), [Com extensa bibliografia de autores itlianos, ingleses e franceses]. [Consultado em 14Jun2013]. Visitável em:

[http://www.treccani.it/enciclopedia/nicolo-manucci_\(Dizionario_Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/nicolo-manucci_(Dizionario_Biografico)/)

RICKARD, J. , *Battle of Madras, 2 November 1746*, [Em Linha], [Consultado em 8 de Dezembro de 2011], visitável em:

http://www.historyofwar.org/articles/battles_madras_1746.html[Books.google.pt/books?id=B19T4uJcBFAC](http://books.google.pt/books?id=B19T4uJcBFAC)

SALDANHA, MANOEL JOSÉ GABRIEL, *História de Goa: (política e arqueológica)*, Asian Educational Services, 1925. In: *Google Books* [Em linha], [Consult. extracto da obra em Junho de 2013]. Disponível parcialmente em:

http://books.google.pt/books?id=pEbxPhPod9IC&pg=PA375&dq=ilha+manuel+mota+goa&hl=pt-PT&sa=X&ei=reTGUaXTLaiL7Abw_YDQBg&ved=0CDAQ6AEwAA#v=onepage&q=ilha%20manuel%20mota%20goa&f=false

«SAINT THOMAS of Mylapur, Creation of the diocese», in: *New Advent, Home Encyclopedia*, [Em Linha], [visitado em Dez 2012] Visitável em: <http://www.newadvent.org/cathen/13382b.htm> visitado Dez 2012

SARKAR, Jadunath, *William Irvine: A Biography*, [Em Linha}, [consultado em Maio de 2013], vistável em:

http://archive.org/stream/latermughals01irvuiuft/latermughals01irvuiuft_djvu.txt

SHARAN, Ishwar, *The Myth of Saint Thomas and the Mylapore Shiva Temple*, 1991, [Em Linha], Part 1, [visitado em Março de 2003], disponível em http://hansa.org/StThomas_Chapt_1.htm .

«SHIVAJI», Encyclopædia Britannica Online, [Entrada por por Ranjit Ramchandra Desai], [Em Linha], [consult. Jun 2013], visitável em:

<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/546953/Shivaji>

SEED Science, [Em linha], visitável em: www.planetseed.com

«SHIVAJI», por Ranjit Ramchandra Desai, in: *Encyclopædia Britannica Online* [Em linha], [consult. Jun 2013], visitável em:

<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/546953/Shivaji>

SRINIVASACHARI, Rao Sahib C. S., M.A., Professor of History, Annamalai University, *History of the City of Madras*, Written for the *Tercentenary Celebration Committee*, 1939, by [in addition to the Commemoration Volume], Google Books [Em Linha] , visitável em:

<http://books.google.pt/books?id=pwMk4FIcpuUC&pg=PA117&lpg=PA117&dq=admiral+E+Boscawen+Saint+Thomas+of+Mylapur&source=bl&ots=ogGDb68Nj>

[w&sig=VHVdfK822eZ7SpQae-8gu25Uhoo&hl=pt-PT&sa=X&ei=Cw_LUM6bCs2ZhQfB64DgBw&ved=0CEoQ6AEwBA#v=onepage&q=admiral%20E%20Boscawen%20Saint%20Thomas%20of%20Mylapur&f=false](http://www.stthome.columbia.edu/~stthome/1200x1015/Pesquisar_por_imagens)

STTHOME, Vista em '*Gedenkweerdige Brasiliaense Zee en Lantreize ...*' de John Nieuhof, publicado por Jacob van Meurs, Amsterdão, 1682, [Em Linha], [Consultado em Julho de 2013]. Visitável em: [stthomewww.columbia.edu - 1200 × 1015](http://stthomewww.columbia.edu/~stthome/1200x1015) - [Pesquisar por imagens](#) [Obs.: Coincide com a gravura a p. 300 de *Vestiges of Old Madras*, de Henry Love, Vol. I

SULTAN TIPPU, «History of Islam», *An encyclopedia of Islamic history*, [Em Linha], [consultado em Dez. 2013], visitável em: <http://historyofislam.com/contents/resistance-and-reform/tippu-sultan/>

«TIMUR LENK» ou Tamerlão, in: *Encyclopædia Britannica Online* [Em linha], [consult. Abril 2013], visitável em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/596358/Timur>

«VIJAYANAGARA EMPIRE», *Bharatadesam, everything about India*, [Em linha], [Consultado em Maio de 2013], visitável em: http://www.bharatadesam.com/history/vijayanagara_empire.php

Material Cartográfico e de Imagem

BOCARRO, António, RESENDE, Pedro Barreto, ilustração, CID, Isabel (estudo e transcrição), *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental com as Descriçõens de Altura em que Estão e de Tudo que ha Nellas, Artilharia, Presídio, Gente de Armas, e Vassallos, Rendimento, e Despeza, Fundos, e Baxos das Barras, Reys da Terra Dentro, o Poder que tem, e a Paz, e a Guerra, que Guardão, e Tudo que Esta Debaxo da Coroa de Espanha*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Vol. II, 1992, a partir do original na Biblioteca Pública de Évora. [António Bocarro terá vivido entre 1594 e 1642 e P. Resende entre 1590 e 1651 tendo a obra sido produzida entre 1633 e 1635].

CHENNAI, City Map, Eicher Goodheart Ltd, 2008, New Delhi, Folhas 83, 84 e 94

DE STAD St. Thome, gravuras com planta e vista da cidade, de François Valentijn, publicada em *Oud en Nieuw Oost-Indien, 1724-26 deste autor*

GEDENKWEERDIGE Brasiliaense Zee en Lantreize ..., gravura de John Nieuhof publicada por Jacob van Meurs, Amsterdão, 1682, primeira e única edição holandesa, mais tarde revista e corrigida na edição inglesa *Remarkable Voyages and Travels' Londres, 1744*, publicada por Churchill. [Gravura reproduzida em *Vestiges of Old Madras* como sendo de S. Tomé e atribuída a François Valentijn. O seu exame e descrição feitos por Henry Love levam a acreditar que represente efectivamente S. Tomé].

"INDIA, HISTORY OF: Maratha kingdom in 1680". *Map. Encyclopædia Britannica Online*, [consult. em Jun. 2013], visitável em: <http://www.britannica.com/EBchecked/media/1961/The-Maratha-kingdom-at-the-death-of-Shivaji>

LINSCHOTEN, Jan Huygen van, Valle, Pietro della (1657), *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*, Ed. Arie Pos e Rui Manuel Loureiro, Lisboa, CNCDP, 1997 [antecedente de P. Baldeus, época das primeiras viagens holandesas]

LIVRO das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental, SILVEIRA, Luis, ed., Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1991, Lisboa, a partir da cópia da Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, do códice 1471

OLD MADRAS COLLECTION, [em linha] in: <https://lh3.googleusercontent.com/-7KadQ1oo4sY/Si9wcnHnWI/AAAAAAAAAC1Q/ZCRReWbJsH4/w763-h458-no/sancat2.jpg> [Colecção de fotografias antigas de Madras]

O LYVRO da Plantaforma das Fortalezas da Índia, 1610-1630, com originais de Erédia, Forte de S. Julião da Barra, ed. CARITA, Rui

PLAN DE LA VILLE de Saint Thome, [ca 1672], *Archives nationales d'outre-mer, Base Ulysse*, [Em linha], [Consultado em Julho de 2013], Disponível em <http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/anom/fr/index.html>

PLANO e perspectiva da cidade de S. Thomé de Meliapore, e seus domínios, tomada pelos ingleses em Outubro de 1749 a Coroa de Portugal, 1 planta : ms. Color.: 59x81 cm, in CID, Isabel, *Lugares e Regiões em Mapas Antigos*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

PLANTA DE MACAU de 1912, in: Governo de Macau, Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro http://www.dscg.gov.mo/POR/knowledge/map_history.html

STTHOME, A view from John Nieuhof's '*Gedenkweerdige Brasiliaense Zee en Lantreize ...*' published by Jacob van Meurs, Amsterdam, 1682. Disponível em: [stthome](http://stthome.columbia.edu) www.columbia.edu - [1200 × 1015](http://www.columbia.edu) - [Pesquisar por imagens](http://www.columbia.edu)

THE ILLUSTRATED MAP OF MADRAS and its suburbs corrected up to date, 1866 - Madras: J. Higginbotham, 1866. - [01] fol. : il., map. color. ; 25x68 cm. em folha de 130x73 cm. - Em cima, perspectiva sobre Madras com legenda dos principais edifícios. - Ao meio, do lado dto., plano ampliado do forte de S. Jorge. - Lado dto, em baixo, caixa com plano do monte S. Tomé. Colado sobre tela. Encadernado. Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, cota 8-A-12

Cronologia de alguns acontecimentos

Elaborada a partir da informação da obra de Maria J. Lopes Mártires e acrescentada com informação obtida através das outras obras e fontes consultadas

- 1518 Forte migração de portugueses para a costa do Coromandel quando Lopo Soares de Albergaria sucede a Albuquerque e impõe uma orientação liberalizadora contrária à centralista de Albuquerque. A nova orientação vai ter fortes repercussões na formação da rede urbana desta costa (Carita, *Arquitectura Indo...*, p 34).
- 1523 Segundo Diogo do Couto, foi neste ano que «descubriram a sepultura e corpo do Santo Apóstolo o Capitão Manoel de Faria, e o Padre Penteado, que ElRey D. Manoel de gloriosa memoria mandou a este negocio, pera saber a verdade do corpo de Santo Apostolo, como se verá melhor na III Década de João de Barros, e em outras partes das minhas».⁸⁵⁰
- 1525 Rompimento da paz entre Calicute e os portugueses com cerco e destruição da fortaleza, marca o fim da presença portuguesa na cidade. (José Ferreira, in *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*, CHAM - Centro de História de Além-Mar, <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/content.php?printconceito=985> , Visitado em 27-12-2012)
- 1528 (10 de Outubro) Nomeado para o cargo de feitor do Coromandel, João Figueiredo⁸⁵¹ por três anos, pelos serviços já prestados na Índia.
- 1547 Diogo de Couto: «...depois que entrámos na India sempre os Reys Catholicos de Portugal mandáram ter muita conta com esta Casa [ermida no Monte grande, casa do Apóstolo] que muitas vezes foi renovada; mas de feição, que por tempos tornou a cahir, como esteve até o anno de quarenta e sete, em que os moradores com o Vigario da Casa trataram de a levantar de feição, que não cahisse por muitos tempos.». Descreve a seguir os achados quando começaram a abrir os alicerces (a uma terça-feira), em particular a pedra com uma cruz «*huma Cruz da feição das de Avis*», que levaram para a Igreja da Cidade. A Ermida foi dedicada a N^aa Sr^aa do Monte para onde passaram de novo a pedra logo que ficou pronta.⁸⁵²
- 1548 (18 de Março) Nomeado para o cargo de Capitão e Feitor de Coromandel e da Pescaria, João Freire, fidalgo da casa do rei, vai também servir o Rei nos cargos de provedor dos defuntos e «*administrador da Jemte portuguesa e asy de dar os cartazes aos mouros*». Vai por oito anos e «*ordenado cada anno contheudo em meu regimento*». O dito João Freire «*Iraa a Imdia na armada deste anno e não ymdo esta merce que se lhe asy ffaço nao averaa effeito*».⁸⁵³

⁸⁵⁰ Couto, Diogo de, *Asia*, Dec. VII. Liv. X. Cap. IV p 470. O Capitão Manoel de Faria será por certo o Capitão Manuel de Frias nomeado pelo Governador da India Portuguesa no ano anterior Capitão e Feitor da costa de Coromandel e da Costa da Pescaria.

⁸⁵¹ «Mercê do cargo de Feitor de Coromandel, feita a João de Figueiredo, 10 de Outubro de 1528», transcrito em *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700, Comércio e Conflito*, de Sanjay Subrahmanyam, Ed 70, Lisboa, Documento I dos Apêndices, ANNT, Chancelarias Reais D. João III, Livro 50, fl. 9

⁸⁵² Couto, Diogo de, *Asia*, Dec. VII. Liv. X. Cap. IV p 475.

⁸⁵³ «Mercê do cargo de Capitão e Feitor de Coromandel e da Pescaria, feita a João Freire, 18 de Março de 1548», transcrito em *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-*

- 1551 Terá ocorrido o milagre de aparecerem gotas de sangue na pedra colocada na Ermida do Monte ao ser celebrada a Missa do dia 18 e Dezembro «*o dia em que se celebra a festa da Expectação de Nossa Senhora, a que chamam do O*». ⁸⁵⁴
Este acontecimento milagroso voltou a dar-se «no mesmo dia certos annos».
- 1571 Era Capitão da Povoação [S. Tomé], Pero de Taíde Inferno e Vigario da Casa do Apóstolo o Padre Gaspar Coelho os quais mandaram decifrar as letras da pedra guardada na Ermida do Monte. ⁸⁵⁵
- 1579 Relatório da autoria do P.e Alexandre Valignano, sobre toda a actividade da Companhia de Jesus no Oriente. No capít. 11º, «*De la Residencia de S. Thomé*», Descreve a povoação que terá cerca de duzentas casas, «*tierra muy buena y rica porque tiene grandes tratos con Malaca, Pegu y Bengal adonde van cada año naves de aquella tierra con diversas mercançias.*» «*Ha uma casa de S. Francisco con ocho o diez frailes, y nosotros tenemos otra casa recogida a manera de colegio con siete aposentos y sus comodas officinas y huertas muy fescas, y fuera de los muros estan casi dos mil christianos...*». «*Vivem ordinariamente aqui seis de los nuestros teniendo una escuela de leer y escribir...*» Transcrição por A da Silva Rego, obra citada, vol. XII.
- 1581 O Rei D. Felipe ⁸⁵⁶ «*faz merce do carguo de capitão da povoação de Santome e costa de Choromandel*» a Diogo Borges do Vale que há «*mais de XXX annos que anda nas ditas partes [da India] servindo contino darmadas e cousas de guerra*». A capitania não tem ordenado e foi atribuída como satisfação pela renúncia de Diogo do Vale a duas viagens de Moçãoique «*de que estava provido por provisão do Senhor Rey Dom Sebastião*». Na carta refere o rei ainda «*e por quanto a dita povoação de Santome tem fortaleza me fara o dito Diogo Borges proveito e menagem por ella conforme ao costume destes Reynos de que mostrara (...) e não na dando neste Reyno a dar na India ao dito VissoRey*».
- Margem: «*El Rey noso Senhor fez merce do carguo e capitania da povoação (...) a Dona Maria sua filha que casou com Belchior Brochado estando nas partes da India (...) a qual ha de ser por tres ano, e isto por nam ter filho macho*». Foi passada carta em Lisboa a «*bij de Fevereiro de bc noventa*».
- 1583 João Baptista Carrato (ou Cairato), engenheiro do Estado de Milão que prestou serviço a Filipe II, é enviado para o Oriente como architecto-mor e superintendente das fortificações. Inspecciona Manar, no Ceilão e em 1588 está em Malaca a inspeccionar as obras de fortificação onde efectua melhorias. Exerce actividade em vários locais e acaba por falecer em Goa depois de 1596 quando ainda esperava a chegada do seu sucessor, Júlio Simão.
- 1598 Uma armada financiada por cristãos de S. Tomé vai apoiar as forças portuguesas em Ceilão, na sequência das pretensões do rei de Cochim Vimala Dhuma Surya ao trono de Ceilão (Carita, pp 34).

1700, *Comércio e Conflito*, de Sanjay Subrahmanyam, Ed 70, Lisboa, 2002. Documento II dos Apendices, ANNT, Chancelaria D. João III, Livro 69, fl. 87

⁸⁵⁴ Couto, Diogo de, *Asia*, Dec. VII. Liv. X. Cap. IV p 476.

⁸⁵⁵ Couto, Diogo de, *Asia*, Dec. VII. Liv. X. Cap. IV p 477.

⁸⁵⁶ «*Mercê do cargo vitalício de capitão da povoação de S. Tomé, feita a Diogo Borges do Vale, 25 de Fevereiro de 1581*», transcrito em *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700, Comércio e Conflito*, de Sanjay Subrahmanyam, Ed 70, Lisboa, 2002, Documento III dos Apendices, ref.^a: ANTT, Chancelarias D. Sebastião e D. Henrique Doações, Livro 46, fls. 273 v

- 1599 Numa carta do Vice-Rei a el-Rei⁸⁵⁷, é dado conta de que o capitão da povoação de S. Thome, Francisco Corea de Brito, provido pelo Rei, não consegue «*ter pela natureza dos moradores della a tera quieta e não bastou aos quietar mandar lâ o anno passado o desembargador Francisco de Campos Tavares cô hua alçada antes cuidou que ficarão de pior dessistão por elle não fazer execução ã nenhũ de muytos culpados o que lhe não foi possivel pela comodidade que tem de se passar para os Mouros e tanto que se de la veo tornarão a continuar ã seus ynsultos e maldades como homeês que não temẽ a Deus nẽ as Justiças de Vossa Majestade e certo que me tẽ dado muyta penna não achar modo pera poder remedear tamanhos males contynuados desde a fundação daquela povoação tee oje.*»
- 1600 Época em q S. Tomé atinge o máximo da sua importância como centro comercial, embora fosse extremamente difícil carregar e descarregar mercadorias no seu porto. Por outro lado, era uma povoação aberta, sem muralhas, tanto do lado de terra como do mar. Tinha dois bairros separados, um maioritariamente habitado por particulares portugueses, cerca de 600, mestiços e arménios, com imponentes casas de pedra e dominado pela igreja de N.ª Sra da Luz. Um estreito regato separava do outro bairro onde se haviam fixado os *adhikari*, representantes de Vijayanagar e que recebiam os impostos aduaneiros do porto. Havia outras comunidades a norte, em Mailapro, bairro assim chamado pelos primeiros visitantes holandeses para o distinguir de S. Tomé e onde se incluíam alguns muçulmanos do Coromandel – Chulias – e ainda alguns muçulmanos do Médio Oriente. (Sanjay Subrahmanyam, 2002)
- 1601 a 1611 – Estadia de Pyrard de Laval no Oriente com permanência em Goa.
- 1603 Fundado o convento da Congregação Agostiniana “*em S. Thomé em Mailapur*”, conforme transcrição das Memórias da Congregação Agostiniana na Índia Oriental, «*por ordem do Pe. Provincial Fr. Miguel dos Anjos da segunda vez que o foy; convento piqueno com sua igreja competente do título de N. S. Da Graça; arruinou-se com a invasão do Mouro, que asinhoriou aquella cidade no anno de 1663*». Transcrição por A da Silva Rego, obra citada, vol. XII.
- 1606 Os holandeses montam cerco a Malaca com treze grandes navios e 1500 homens tendo André Furtado de Mendonça organizado a defesa e aguentado 3 meses e 19 dias até à chegada de uma armada do Vice-Rei, segundo Pyrard de Laval⁸⁵⁸.
- 1607 «*Dom Fr. Sebastiam de S. Pedro [.....] foy nomeado bispo de Mailapur no anno de 1607. Sustentou o cerco da cidade de S. Thomé rezistindo ao grande poder do Rey de Bisnagá, a suas despesas; tomou aos Olandezes a primeira fortaleza de Paliacate, e ajudou a tomar a que o rey de Bisnagá fez sobre Mailapur*». «*Cercou de muros, e baluartes a cidade de S. Thomé; tudo sem ajuda do Estado*». Transcr. A da Silva Rego, obra citada, vol. XII .
- 1617 *Dom Fr. Luis de Brito.... nomeado Bispo de Mailapur, que foy o segundo Bispo daquella cidade, socessor de D. Sebastiam de S. Pedro; sagrou-se no convento*

⁸⁵⁷ «Extractos duma carta do Vice-Rei D. Francisco de Gama, Conde da Vidigueira, a el-Rei, 18 de Dezembro de 1599», transcrito em *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700, Comércio e Conflito*, de Sanjay Subrahmanyam, Ed 70, Lisboa, 2002. Documento VI dos Apendices, original no Museu Britânico, Londres, ref.^a Additional Mss. 28 432, fls. 10-12.

⁸⁵⁸ Laval, Pyrard de, *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales (1601-1611)*, Chandaigne- Librairie Portugaise, Paris, 1998

de N. S. Da Graça de Goa ao primeiro de Janeiro de 1617, sendo Bispo de Mailapur, foy também capitão geral de toda a Costa do Coromandel. No anno de 1625 passou a Bispo de Cochim onde foy segunda vez sucessor de Fr. Sebastam de S. Pedro; porem este segundo bispado sudou-o de longe; porque feito governador de Estado da India no anno de 1628 por falta de Vice Rey D. Francisco de Mascarenhas... Transcrição por A Silva Rego, de BN: F.G. n.º 177: Memórias da Congregação Agostiniana na Índia Oriental, in: Documentação pata a História ... Índia, Vol. XII, F. Oriente, 1996, p. 60

- 1624 Fr. Sebastiam de S. Pedro cessa as funções de bispo de Meliapor «*passando a Goa a governar o arcebispado, logo no seguinte de 1625 passou a Arcebispo Primaz da India ... Faleceo a sete de Novembro de 1629*». Transcrição por A da Silva Rego, obra citada, vol. XII.
- 1631 Diogo Mello de Castro é capitão Geral de S. Thomé e envia duas cartas⁸⁵⁹ ao Conde de Linhares, Vice-Rei do Estado da Índia em 12 e 13 de Agosto em que faz observações gerais relativas a Ceilão e Jacarta bem como à navegação para S. Tomé. Pede o envio de «*duas outras peças de batter bem aparelhadas porque porventura serão necessárias e quantidade de taboões que em Ceylam não faltão e aparelho para as cavalgarmos com facilidade que ha muitas invenções delles muito boas enxadas para alavancas, maços, picões, machados, verrumas, e cerras e quantidade de pregadura sorteada algumas peças de cabos de linho para talhas, e se houver algum homem engenheiro que em terra possa dar ordem ao que nós nõ entendermos bem, poderão vir muitas patingas de Manar de bom cumprimento para se fazerem cestões finiados em terra como se uzão*». Dá a entender que há compromissos de dinheiro a satisfazer com a tomada de Paleacate e que se pretende «*fazer liga e confederação com os senhores dos portos de toda esta costa para nnca mais admittirem os Inimigos de Europa nelles*», referindo-se aos holandeses. Há também a expectativa da vinda do Vice-Rei numa armada a Ceilão e possivelmente a S. Tomé. Manifesta ainda a necessidade de «*alguns soldados por estar a cidade qual tenho escrito, mas a Vossa Excellencia os não poder mandar não há que tratar disso. Em falta delles convem mandarme Vossa Excelencia a provisão que lhe tenho pedido que todo o homem que tiver algum degredo que cumprir assestindo nesta cidade com suas armas lhe haverá por cumpridos os annos em que foi condemnado*». A segunda carta alinha diversos conselhos de ordem militar e de navegação e é assinada conjuntamente com um Ambrosio de Freitas da Câmara.
- 1640 Portugal liberta-se da coroa dos Hasburgos
- 1641 Perda de Malaca
- 1646 Em assento do Conselho do Governo do Vice-Rei Dom Filipe Mascarenhas, de 16 de Agosto deste ano, era proposto que «*Dom Luis de Mello que esta por Capitão Geral de Samthomé*» «*devia ser despoçado do dito cargo...e se tirasse uma devaça muy exacta das culpas contudas nos mesmos papeis para se proçeder contra elle como for Justiça*». Existiam queixas de que o Capitão defendia mais os interesses dos holandeses do que os de S. Magestade, de

⁸⁵⁹ «Cartas de D. Diogo de Mello de Castro ao Conde de Linhares, Vice-Rei do Estado da Índia, 12 de Agosto e 13 de Agosto de 1631», transcrito em *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700, Comércio e Conflito*, de Sanjay Subrahmanyam, Ed 70, Lisboa, 2002. Transcrito como Documento VII, Biblioteca da Ajuda, Lisboa, Códice 51-VII-32, fls. 209-222

- desordens que cometera, de que tomara e retera embarcações, «*fatto e dinheiro alheio*», que a admoestação de *sua sria* não teve efeitos, que o seu filho D. Antonio de Mello «*entrara em casa de hua dona e a afrontara de palavras, e a sua filha cazada, de que a cidade se auia qeixado a sua Sria por carta sua*». Queixas também do referido Dom Luis de Mello «*se apoderar do proçedido da renda do bem comu sem permitir se gastasse naquilo para que está aplicado*». (Pissurlencar, P, 1955, doc. 67, pp 167)
- 1650 Na década de 50 verifica-se a expansão Omanita no mar
- 1652 Chega à Índia um novo bispo, Mar Atallah, enviado pelo patriarca jacobita de Antioquia que se dirige primeiro para S. Tomé de Meliapor, como precaução. Mas acaba por ser preso pelos jesuitas no colégio da cidade. (H. Carita). Foi Tomás Parampil que iniciou secretamente contactos com o patriarca copta de Alexandria e com o patriarca nestoriano da Mesopotâmia, pedindo a vinda do Bispo. O contexto é a discórdia existente com o bispado de D. Francisco Garcia.
- 1652 Cromwel declara guerra à Holanda com repercussões no comércio inglês na Índia (Wheeler, p. 29)
- 1653 Em Goa, o vice-Rei conde de Óbidos é deposto numa revolução palaciana.
- 1654 Tratado de paz de Westminster entre ingleses e holandeses (Wheeler, p. 30)
- 1656 Ano em que Manucci terá chegado à Índia, desembarcando em Surrate
- 1656 Queda de Colombo, Ceilão, nas mãos dos holandeses após prolongado cerco. (Laval, I Volume, legenda da gravura a pp.430).
- 1658- Negapatão rende-se às tropas holandesas. Os portugueses e os seus descendentes mestiços reiniciam as suas actividades em Porto Novo um pouco mais a norte. Segundo Manucci (vol. I pag. 318) o príncipe Shah Shuja usou nas suas movimentações de guerra os portugueses que viviam em Bengala desde que tinham perdido os seus lugares fortes tomados pelos holandeses como a Ilha de Ceilão e a de Jafnapatnam na costa de Choramandel. Pagava-lhes bem e prometia-lhes liberdade para a sua religião e igrejas. Viviam por esta altura cerca de 8.000 famílias de portugueses, europeus e asiáticos, sendo estes últimos popularmente designados por mestiços. Queda de Galle nas mãos dos holandeses. (Laval, I Volume, legenda da gravura a pp.434). Queda também da ilha de Manar na extremidade norte de Ceilão.
- 1658-1707 Reinado de Aurangzeb, o último grande imperador mogol
- 1660 Desde 1660, depois da queda de Bijapur, que os antigos tributários deste reino passaram a lutar pelas autonomias Queda de S. Tomé sob o sultão de Golconda, segundo M^a Jesus Mártires (*O Império Oriental*, 2006)
- 1660-1667 Desarticulação pelos holandeses do eixo Malaca – Macaçar – Manila, deixando somente Timor, Solor e Flores
- 1660 Niccolao Mannucci encontra muitos portugueses ricos em Hugli com o monopólio do comércio do sal.
- 1661 Bombaim cedida aos ingleses

- 1662 Informação duvidosa: A companhia Holandesa das Índias Orientais toma posse de S. Tomé (Cid, Isabel, Daveau, Suzanne, *Lugares e Regiões em Mapas Antigos*).
- Segundo Paolo Aranha, 2002, S. Tomé caiu sob as forças da dinastia Qutb Shahi de Golconda neste ano. Versão diferente de M^a Jesus Mártires Lopes que situa em 1660.
- 1663 Perda de Cochim para os holandeses
- 1663 O convento da Congregação Agostiniana “*em S. Thomé em Mailapur*” «*arruinou-se com a invasão do Mouro, que asinhoriou aquella cidade no anno de 1663*». Transcrição das Memórias da Congregação Agostiniana na Índia Oriental por A da Silva Rego, obra citada, vol. XII.
- 1666 Grande expedição marítima organizada pelo Conde de S. Vicente para reconquistar Mascate e dominar de novo Golfo Pérsico fracassa por causa do mau tempo
- 1667 Manucci está em Baçaim
- 1668 Estabelece-se em Surrate a Companhia Francesa.
- Assinada a paz com a Espanha e a Holanda, com mediação britânica. Queda do Conde de Castelo-Melhor
- 1669 Tratado de Haia
- 1669-71 O Conselho Ultramarino cria um “terço de infantaria” que permite ter permanentemente 500 a 600 homens nas guarnições dos fortes que circundam Goa. Mas este dispositivo é insuficiente face às tropas treinadas e à cavalaria ligeira dos maharatas.
- 1670 Década de negociações constantes em Agra sobre cada incidente de aprisionamento de navios mercantes pelos Portugueses. Papel importante do célebre negociante parse, Ruston Manock, representando os interesses de Goa junto do governo Mogol.
- 1671-77 Primeiro Vice-Rei nomeado pelo Regente D. Pedro, Luis Mendonça Furtado de Albuquerque, Conde do Lavradio. Feito tratado de paz com Canará (1671) permite abrir novamente feitorias em Onor, Bacelor e Mangalor. O soberano tributário fornece arroz mas proibe a construção de fortalezas.
- 1672 Janeiro- O Vice-Rei Luis de Mendonça Furtado recebe a primeira armada francesa mandada para o Índico, chefiada por Jacob Blanquet de la Haye mas não autoriza o desembarque das tripulações em Goa nem acede a examinar as propostas francesas.
- Em Julho, S. Tomé é tomada pela esquadra francesa (La Haye) ao sultão de Golconda.
- 1674 Rendição dos franceses em S. Tomé aos holandeses e entrega da cidade ao rei de Golconda seguida de demolição das muralhas.
- 1672 ou 1687 – Abu I-Hasan Qutb Shah devolve Meliapor à comunidade portuguesa, cujo porto é utilizado para escoar diamantes minerados no sultanato de Golconda.⁸⁶⁰

⁸⁶⁰ Segundo Maria Jesus dos Mártires em “O Império Oriental, 1660-1820”, Nova História da Expansão Portuguesa, Vol V, Tomo 1, Ed Estampa, 2006

- 1674 François Martim consegue do sultão de Bijapur a concessão de Pondicherry
- 1676 François Martin convida os capuchinhos instalados em Madrasta para se fixarem em Pondicherry.
- 1678 Novo acordo imposto por Goa ao soberano de Canará.
- 1680 Inicia-se uma década de incursões devastadoras dos Maharatas no Estado de Goa e a emergência de poderes locais. Os ingleses de Bombaim prestam ajuda discreta aos maharatas pois estão em conflito com Goa para obter maior autonomia da região de Bombaim que está encravada no estado de Goa.
- Nesta época, a pedido, é enviado um cirurgião português para a corte de Agra. A sua filha, Juliana Dias da Costa vai desempenhar um papel activo e é a época em que se forma uma pequena comunidade portuguesa em Agra e junto da corte.
- No final dos anos 80 o Estado da Índia fica finalmente rodeado por uma única potência, resultado da expansão do Império Mugol
- 1682 «*Sendo Provincial [Congregação Agostiniana] o Pe. Fr. Domingos do Espirito Santo se fundou na mesma cidade [S. Tomé de M.] hum hospicio para nelle se recolherem os religiosos que houvesse de passar a missão de Bengala, por os navios tomarem ordinariamente primeiro porto naquella costa*» Transcrição por A da Silva Rego, obra citada, vol. XII.
- 1682 Manucci em Goa
- 1685 Bijapur rende-se ao filho de Aurangzeb e transforma-se numa província Mugol, tributária de Aurangzeb
- 1686 O sultanato de Golconda é anexado pelo exército mugol que depõe o rei de Golconda e nomeia um governador
- Manucci está em S. Tomé
- 1687 O principal chefe Maharata, Sambaji, é executado e as relações com o Império Mugol estabilizam.
- Aurangzeb assina um “firmão” que confirma o direito da presença portuguesa em S. Tomé, na sequência de campanha diplomática com intervenção de D. Juliana. Mantem no entanto a soberania sobre a cidade.
- 1693 Madraspatnam é concedida à East India Company
- 1696 Tratado de paz com Calecute que se vai manter até 1716
- 1697 – Aurangzeb, permitindo a presença portuguesa em S. Tomé, manda no entanto destruir as suas fortificações.
- 1701 Aurangzeb assina novo “firmão” que reforça a autoridade portuguesa sobre a comunidade cristã da cidade de S. Tomé.
- 1701-1713 Guerra da sucessão de Espanha. Holandeses, Portugueses e Ingleses tornam-se aliados
- 1704 O *Conseil Superior* da Companhia Francesa vai mudar-se, no fim do conflito, de Surrate para Pondicherry. Até então os elementos da Companhia mantinham uma relação pessoal de cooperação com o Governo de Goa.
- 1704-1714 Em combates decisivos no porto de Surrate os Portugueses eliminam os Omanitas da costa da Índia

- 1707 Morre Aurangzeb, Fevereiro
- 1707-12 Shah Alam, com o título de Bahadur Shah, ocupa o trono mogol mas dá-se o declínio da autoridade central. Tem papel relevante D. Juliana Dias da Costa que se torna a principal representante dos interesses de Goa, ascende à fidalguia e obtém a Cruz de Cristo.
- 1711 Posível ano de falecimento de Manucci. Mas também pode ter sido em 1720
- 1712 Rebenta violento conflito entre os candidatos ao trono Mogol, com hostilidade aos cristãos e aos Portugueses.
- 1714 Novo imperador, Jahandar, restabelece a situação de D. Juliana e da comunidade portuguesa de Agra, que tinham sido afastados.
- 1714 Conflito, bombardeado Mangalor pelos portugueses, queimadas aldeias e navios vindos do Golfo Pérsico.
- 1716 Os Omanitas entram em declínio, o mesmo sucedendo com o Estado da Índia
- 1717 Tratado com o Rei de Sunda e anexação de Pondá pelos Portugueses.
A partir desta época assiste-se ao desenho de um «novo mapa geopolítico da região com emergência de pequenos domínios regionais opostos tanto aos Mogois quanto aos Portugueses” a par com o declínio mogol.
- 1717-20 O Conde da Ericeira consegue a cessão de algumas hortas e aldeias suplementares, em volta do espaço urbano cristão da cidade de S. Tomé, na época de Muhammad Shah. Mesmo assim não consegue convencer os negociantes de origem portuguesa estabelecidos em Madrasta a investirem em S. Tomé. Convida ainda mercadores indus para lá se instalarem.
- 1719 Assassínio de Jahandar. Chega ao fim o período de políticas de aliança continental iniciado em 1660 por António de Melo e Castro.
- 1719 Rashan Akhtar, neto de Aurangzeb, ascende ao trono com o nome de Muhammad Shah. Reina até 1748. Dá-se o declínio monetário e financeiro e da prosperidade das províncias (*subabias*).
- 1721 Congresso de Cambai. A França consome a ruptura das relações políticas entre as cortes Portuguesa e Francesa. Em jogo, sobretudo questões de soberania no Brasil.
A nau em que o Conde da Ericeira regressa à Europa aporta com prejuízos à ilha de Bourbon para invernar no entanto é capturada por um pirata francês. Para pagar as despesas da libertação negociada o vice-Rei autoriza os franceses a receber o pagamento em escravos. (pp 70).
- 1721-41 Período de boas relações entre Goa e Pondicherry.
- 1722 A Pérsia deixa de ser a potência dominante no Golfo perdendo Isfaão. O reino de Sunda continua, durante a década de 20, a fornecer Goa de arroz e pimenta
- 1723 Um grupo de muçulmanos assassina os filhos do feitor português de Tanor, a sul de Calecute. Goa bombardeia o porto com uma fragata de guerra e consegue o julgamento dos culpados e uma indemnização.
- 1730 O exército maharata apodera-se de Pondá. Pela passagem estratégica de Pondá chegavam a Goa as mais variadas mercadorias provenientes dos Gates.

- Década de 30: Goa já não dispõe de marinha mercante e as trocas comerciais são feitas pelas armadas do estado.
- 1736 Nadir Shah, nobre afegão, conquista o trono da Pérsia. Os exércitos de Nadir saqueiam Delhi
- 1738 Os sucessores de Fond Sawant associam-se ao exército maharata que avança contra Goa
- 1739 Janeiro - Ofensiva maharata a Damão invadindo o território e confiscando as reservas de arroz destinadas a Goa e Baçaim. Penetram também em Salsete, ocupam os fortes de Margão, Cuncolim e cercam Rachol.
- A norte, os *Sawants* invadem Bardez e massacram as forças portuguesas.
- Queda de Baçaim. Maio – Limite da resistência de Baçaim que capitula perante o cerco dos maharatas. Os ingleses recebem os portugueses evacuados de Baçaim muitos dos quais se estabelecem em Bombaim. Goa recusa-se a indemnizar os ingleses por entender que contribuíram para a queda de Baçaim (vendendo armas aos atacantes) e beneficiaram com a queda da cidade, sendo nesta década que se dá a prodigiosa ascensão económica de Bombaim que começou no fim da década de 30 (pp 73-74).
- 1740 Depois de negociações e tratados que asseguram a sobrevivência do Estado da Índia, e “evitaram a expulsão completa dos portugueses desta costa indiana” (pp 75), o majestoso estado “resumia-se a uma sociedade desorientada, espalhada pela costa e a 3 espaços desconjuntados, económica e financeiramente exangues”. “O prestígio das armas portuguesas ruira”.
- 1741 “O fim anunciado do Estado, como previa a correspondência política francesa e inglesa não chegou no séc. XVII e a Índia Portuguesa conseguiu mobilizar recursos que permitiram a sua permanência como potência europeia nesta região do mundo.”
- Anos 40 – D. João IV reage à queda de Baçaim e passa a escolher governadores experientes e prestigiados dando-lhes como objectivo restabelecer a autoridade portuguesa e organizar a reconquista da província do norte.
- 1741 Louriçal (Vice-Rei) entra em campanha contra os *sawant*, expulsa-os de Bardez e submete-os.
- Nomeação de Joseph François Dupleix como governador da Índia Francesa. A competição franceses/ingleses, de comercial passa para o plano político. Dupleix residia na Índia desde 1720 e procura apoio no Estado da Índia Portuguesa devido ao seu contexto familiar de ligação à comunidade luso-descendente de Pondicherry.
- 1742 O exército goês recupera posições ao rei de Sunde e com um novo tratado submete-o como tributário do Estado e controla assim o comércio da pimentra.
- 1747 O soberano Persa Nadir Shah é assassinado e o país mergulha num período de grande instabilidade política.
- 1746 O Marquês de Castelo Novo inicia campanhas e recupera Alorna e Bicholim. Fica marcado o renascimento português nesta costa.
- Maré de La Bourdonnais, governador das ilhas Mascarenhas, construtor de Port-Louis, consegue armar uma esquadra e toma a cidade de Madrasta aos ingleses

por alguns meses. Mas a ausência de um porto de invernada (as monções imobilizavam os navios vários meses no ano) fragilizou a posição francesa. (M^a de Jesus dos Mártires Lopes)

Franceses avançam sobre Madras e fazem de S. Tomé quartel general de onde atacam e tomam Fort St. George que ocupam e onde fazem melhorias, mantendo-se até Agosto de 1749. (The Madras Tercentenary Commemoration Volume)

- 1747 O almirante Griffin proíbe as nações neutras de receber navios franceses. No entanto, quatro navios franceses em grandes dificuldades procuram abrigo em Goa cedendo o Marquês de Alorna ao pedido francês apesar do receio da reacção inglesa.
- 1747-48 Franceses e ingleses em guerra pela sucessão de Áustria, são protagonistas do alargamento do conflito ao domínio marítimo e aos mares da Índia. Assim, neste período, as duas armadas costeiras permanentes dos ingleses são reforçadas com perto de 20 embarcações suplementares de guerra e transporte com base em Bombaim onde são assegurados serviços vários de reparações.
- 1749 Agosto – Os Franceses devolvem Fort St. George ao Almirante Boscawen no cumprimento do tratado de Aix-La-Chapelle.
- 1749 Dupleix consegue obter a cessão de S. Tomé cujo território pertence ao Nababo de Arkad, aliado dos franceses. S. Tomé adquirira valor estratégico no contexto político da guerra franco-inglesa, permitindo a observação dos movimentos militares e portuários britânicos em Madrastra. Dupleix consegue a cessão porém pediu a D. António de Noronha, franciscano originário de Goa, que intervisse, vindo este a propor a colocação da praça de S. Tomé sob a soberania portuguesa.
- 1749 Outubro – E Boscawen, sucessor de Griffin, ordena a ocupação militar da praça de S. Tomé, beneficiando as tropas britânicas do apoio discreto do bispado que queria afastar o perigo da dominação francesa.
- Nesta data, a cidade estava sob as ordens de António José de Noronha que é feito prisioneiro e levado para Inglaterra. D. António havia professado em 1736 como frade franciscano, fora vigário da Igreja de N.^a Sr^a da Luz de Meliapor, tendo convivido com Dupleix que comandava os franceses de Pondicherry.
- Dezembro – S. Tomé passa para a soberania inglesa, mantendo o bispado os seus privilégios e alargando-os à totalidade da comunidade católica de Madrastra de onde são expulsos os frades capuchinhos franceses. Por outro lado, é retirada à cidade a sua função comercial.
- 1750 No início desta década, o Marquês de Távora confirma as campanhas e ocupa várias fortalezas do rei de Sunda, as mais importantes.
- 1752 É retirada a Goa a administração da África Oriental
- 1753 A cidade de S. Tomé encontra-se em ruínas e o porto deixou de existir, Apud, AHG, MR, 125B, fls 501-506v. Era vice-rei o Marquês de Alorna.
- 1754 Destituição do Marquês de Dupleix e nova orientação da companhia Francesa, desinvestimento do expansionismo francês e progresso britânico no subcontinente Indiano.
- 1755 Um alvará régio abre o comércio de Moçambique a todos os habitantes da Ásia Portuguesa, transformando a antiga dominação política e administrativa em

simples presença comercial. Goa passa a investir na rota comercial mais essencial, a do Sul.

- 1757 Batalha de Plessey lança a conquista inglesa de Bengala.
- 1759 Cerco de Madras pelo Conde de Lally durante 67 dias em que o forte “*San Thome redoubt*”, construído em 1752 a sudeste da Igreja de S. Tomé, vai desempenhar um papel importante, resistindo o capitão Preston à frente dos europeus de Chingleput (Chengalpattu), 4 companhias de cipayos e cinquenta cavalos. (The Madras Tercentenary Commemoration Volume).
- 1760 Década a partir da qual a Índia Portuguesa volta a ter uma dimensão de estado continental, sob o impulso do Marquês de Pombal (1760-1770) e Martinho de Melo e Castro como governador (1770-1796).
- 1761 Janeiro, Pondicherry capitula depois de um cerco apertado pelas tropas da Companhia Inglesa. O governo e a administração de Pondicherry refugiam-se em Port-Louis (Ilha Maurícia).
- 1769 A companhia francesa abre falência e renuncia a todos os seus monopólios. A Índia Francesa que resultara das devoluções feitas aos franceses pelo tratado de Paris, passa para a soberania directa do governo Francês.
- 1773 Supressão da Companhia de Jesus
- 1776 O ministro francês da Marinha e do Ultramar publica um decreto que suprime as prerrogativas do Bispo de S. Tomé de Meliapor sobre a Índia Francesa.
- 1777-83 Guerra da Independência dos EUA opõe novamente franceses e ingleses na Índia.
- 1778 Nova capitulação francesa em Pondicherry perante as tropas inglesas.
- 1795 Os territórios holandeses são submetidos pelos britânicos
- 1798 Napoleão desembarca no Egipto e tem a intenção de criar uma rota marítima francesa entre o Mediterrâneo e a Índia
- 1799 Wellesley ordena a ocupação de Goa, Damão e Diu, depois de ter derrotado Maiçur e de ter sido morto o sultão Tipu, com ocupação dos seus territórios, cercado Goa.
- 1813 Os britânicos evacuam Goa depois de trocas de informações diplomáticas. Mas deixam esgotadas muitas fontes de matérias-primas.
- 1818 Após eliminarem os últimos vestígios do poder maharata, os ingleses assenhoreiam a maior parte da Índia.
- 1822 Independência do Brasil

Índice das Figuras

Figura	Pag.
Fig. 1: «...uma coisa de “ficção científica...», (Eduardo Lourenço). Nau Santa Catarina do Monte Sinai, pintura atribuída a Joachim Patinir, guardada no Royal Museums Greenwich, disponível em <i>Wikimedia Commons</i> .	17
Fig. 2: S. Tomé de Meliapor em 1749, Arquivo Distrital e Biblioteca Pública de Évora.	18
Fig. 3: A Catedral de S. Tomé (Santome Cathedral Basilica), resultado da remodelação feita em 2004. Foto nocturna feita pelo autor da dissertação	21
Figura 4: Representação esquemática da cidade de Madras nos dias de hoje. Reproduzido de <i>mapsofindia.com</i> em 2009.	22
Figura 5: Carta do Oceano Índico e Golfo de Bengala reproduzida de <i>A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700, Comércio e Conflito</i> , de Sanjay Subrahmanyam.	23
Figura 6: Pontão com duas rampas sobre a praia, pormenor do <i>Plano e Perspectiva da Cidade de S. Thomé de Meliapor e seus Domínios, Tomada pelos Ingleses em Outubro de 1749 à Coroa de Portugal</i> , guardado na BPE.	25
Figura 7: O mar de Ceilão no começo do séc. XVI, University Cartographer, University of New England, reproduzido em Flores, «"Um Homem que tem muito crédito naquelas partes"...», 1993. p. 25	28
Figura 8: Mapa do Sul da Índia no séc. XV, in: <i>History of Medieval India</i> , Satish Chandra, 2009, p.174.	33
Figura 9: O reino de Vijayanagara em 1505-9. Reprodução de <i>A History of India</i> , de Kulke e Rothermund, p. 187. Inclui a localização geográfica do reino de Orissa para onde se deu a emigração de muitos portugueses na primeira metade do séc. XVII.	34
Figura 10: Mapa da Índia em 1680, assinalando a existência do estado Maharata. In: "India, history of: Maratha kingdom in 1680". Map. <i>Encyclopædia Britannica Online</i>	37
Figura 11: Mapa com a indicação do percurso de Carré de Bijapur para S. Tomé onde se juntou a La Haye. In: Vol. II de <i>The Travels of the Abbé Carré in India</i> , Reprint, 1990	49
Figura 12: Numa madrugada de Outubro de 1749 um destacamento inglês às ordens do Almirante Boscawen, aprisionou D. António de Noronha na sua casa em S. Tomé, depois de um combate, pondo fim à tentativa de ressurgimento da cidade dinamizada por D. António.	56
Figura 13: Retrato de Afonso de Albuquerque, 1º Governador da Índia (1509-1515) reconstituído por Alberto Cutileiro a partir dos desenhos de Pedro Barreto de Resende de 1635 e de reproduções radiográficas e fotográficas feitas na galeria dos governadores do palácio em Goa.	66
Fig. 14: Goa sob bloqueio de navios holandeses. Quadro de H. Van Anthonnisen, Rijksmuseum, Amsterdão, em «O período dos Filipes» de Joaquim Veríssimo Serrão em <i>História de Portugal</i> , Direcção de José Hermano Saraiva, Vol. 4,	71
Figura 15: O Bairro Alto no Séc. XVI segundo reprodução de gravura anónima da 2ª metade do séc. XVI, In Jorge Bráunio, <i>Civitates Orbis Terrarum</i> (1593?) vol. V, Museu da Cidade, reproduzida por Helder Carita em <i>Bairro Alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos</i> , 1994.	82
Fig. 16: Niccolao Manucci no início da sua carreira como médico na corte mugol. Réplica, publicada em <i>Comment Être un Étranger</i> , de Sanjay Subrahmanyam, 2013,	94

Paris, do original na *Storia do Mogor* de Manucci

- Fig. 17:** Manucci medindo o pulso de um paciente. Estampa reproduzida por Sanjay Subramanyam em «Further thoughts on an enigma: The tortuous life of of Nicolò Manucci, 1638 – c. 1720» in *The Indian Economic and Social History Review*, 45, 1, 2008, 35-70, SAGE, Los Angeles 108
- Fig. 19:** «A captura do porto de Hugli», Pradsha Nama, fl. 117ª, ca.1634, Royal Library, Windsor, The Royal Collection, © 2004, Her Majesty Queen Elizabeth II, in: *Goa e o Grão-Mogol*, Fundação C. Gulbenkian, Catálogo da Exposição do mesmo título, 2004, Lisboa, p.. 105. 135
- Fig. 19:** A Ilha de Goa, reprodução de gravura de P.Barreto Rezende 171
- Fig. 20:** *As ruínas de S. Tomé*, estampa de Elisabeth Baussard, Graveur, publicada na *Histoire Générale des Voyages*, de Prévost, Didot, Paris, 1756 194
- Fig. 21:** S. Tomé segundo levantamento por Pedro Barreto Rezende, anos 1630, Arquivo Distrital e Biblioteca Pública de Évora p. 211 246
- Fig. 22:** Macau, Baía da Praia Grande. Reprodução parcial de plantas de Macau de 1889 e de 1912 disponibilizadas no *site* do Governo do território. 250
- Fig. 23:** Cochim entre 1620 e 1640, autor desconhecido, e em 1670, sob ocupação holandesa em que foi mantida a estrutura criada pelos portugueses. 251
- Fig. 24:** Reprodução de pormenor com incidência em S. Tomé, da planta de “*Madras and its environs*”, numa gravura de J & C Walker, Londres, 1854. 252
- Figs. 25 e 26:** À esquerda, um levantamento expedito pelos franceses quando da ocupação em 1672, conservado no *Centre des archives d’outre mer*. À direita, a planta de S. Tomé existente na *Soc. de Geografia de Lisboa* e reproduzida por Walter Rossa. 253
- Figs 27 e 28:** Pormenor da planta de Lisboa da segunda metade do séc. XVI, levantada por J. Tinoco, em que a zona medieval compreendida entre o local do actual Rossio e o do Terreiro do Paço contrasta com a área do Bairro Alto em desenvolvimento fora da muralha fernandina. 256
- Fig. 29 :** Hipóteses de parcelamento dos quarteirões do Bairro Alto segundo Carita e outros, in: *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*, 1992 257
- Fig. 30:** Exemplos da arquitectura civil, dita «vernácula», que sobrevive nalguns locais do Bairro Alto. In: A. Reis Cabrita e outros, *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*, 1993, CML, LNEC, p. 45, 46 e 110 257
- Fig. 31:** Pormenores dos quarteirões iniciais do Bairro Alto, sec. XVI, detalhes da Panorâmica do Bairro Alto no séc. XVI transcrita em Helder Carita, *Bairro Alto, Tipologias e Modos Arquitectónicos*, CML, 2ª Ed.,1994, Lisboa 259
- Fig. 32:** Quarteirões em Negapatão à esquerda, e quarteirões de S. Tomé ao centro e à direita. As duas primeiras representações são pormenores das plantas de Negapatão e de S. Tomé no *Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades,...* .reproduzido do Códice nº 1471 da Biblioiteca do Paço Ducal de Vila Viçosa e a última, da planta de S. Tomé, identificada como sendo de Pedro Barreto Resende numa ilustração no *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia* de António Bocarro, feito entre 1633 e 1635. 259
- Fig. 33:** Sobrevivência no Bairro alto da tipologia de habitação inicial do séc.XVII (Reis Cabrita) 260
- Fig. 34:** Visualização, com recurso a aplicação digital gráfica, da possível composição de um quarteirão em S. Tomé com base nos pressupostos apresentados neste estudo e nas gravuras existentes do séc. XVII, de Pedro Rezende Barreto 261

Fig. 35: Igreja de Nossa Senhora da Luz actual, construída nas primeiras décadas de 1500 (a data que figura no alçado, 1516, oferece dúvidas não sendo no entanto posterior a 1530).	266
Fig. 36: A representação de algumas casas nos desenhos de Pedro Barreto Rezende e do relatório de D. António Noronha (ao meio) sugere o emprego desta técnica de construção de telhados em S. Tomé	267
Fig. 37: Exemplos de casas com telhado em tesoura: Casas junto à Igreja Matriz de Pangim, e Alfândega de Nova Goa, in: A. Lopes MENDES, <i>A Índia Portuguesa, Breve Descrição das Possessões Portuguezas na Ásia</i> , Sociedade de Geographia de Lisboa, Vol. I, Impr. Nacional, 1886, Lisboa, p. 108 e p. 118	268
Fig. 38: Exemplo de casas com telhado em tesoura: Alfândega de Nova Goa, in: A. Lopes Mendes, <i>A Índia Portuguesa, ... op. cit.</i> , 1886, Lisboa, p. 118	269
Fig. 39: Desenho esquemático da estrutura em tesoura usada pelos portugueses para conseguir coberturas com inclinação pronunciada.	269
Fig. 40: <i>Edifício Quinhentista</i> na Rua Alexandre Herculano, em Faro, com coberturas em telhado de “tesouro”, do séc. XVII, em <i>Vias de Classificação</i> pelo Ministério da Cultura, in: http://radix.culturalg.pt/listar.html?tabela=5	269
Fig. 41 e 42: Casas Seiscentistas com cobertura em telhados de tesoura, em Tavira: http://www.tavira-inn.com/pt/tavira.htm e: http://www.tavira-inn.com/pt/tavira.htm	269
Fig. 43: Estampa adquirida em Chennai, sem indicação de proveniência ou de autoria, mas elucidativa da forma como se fazia o desembarque de pessoas e bens em Madras e que era idêntica em S. Tomé.	270
Figs. 44 e 45: Reprodução de secções, com incidência na zona de S. Tomé, da planta de “ <i>Madras and its environs</i> ”, gravura de J & C Walker, Londres, 1854. e da planta de Madras de 1862 in: <i>The Church missionary atlas</i> , 3rd edition	271
Fig. 46: Levantamento pelos serviços urbanísticos de Madras no fim do séc. XIX, reprodução de uma secção relativa a S. Tomé. (In: Arquivo da Sociedade de Geografia Portuguesa).	272
Fig. 47: Possível núcleo amuralhado da cidade com a igreja e alguns edifícios à volta que poderiam ser da Misericórdia e da administração da cidade. Arq. Distr. Évora	273
Fig. 48: Imagem da antiga igreja no folheto <i>Santhome Cathedral Basilica</i> , adquirido na actual catedral em Chennai	274
Figura 49: Detalhe do levantamento de Negapatão, década de 1630. Reprod. de <i>Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações, do Estado da Índia Oriental</i> , pormenor da planta de Negapatão, do códice 1471 da biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa.	275
Fig. 50: Cidadela representada nos desenhos de Pedro Barreto Rezende	277
Fig. 51: Pormenor da visão de S. Tomé por Johan Nieuoff in: <i>Gedenkwaardige Brasiliaense Zee en Lantreize...</i> publicado por Jacob van Meurs, 1682, Amsterdão, Terá sido feita provavelmente na fase final da ocupação francesa, durante o cerco final por mugores e holandeses	278
Fig. 52: A “fortaleza” de S. Tomé de Meliapor vista do mar, segundo Johan Nieuhof, in: <i>Gedenkwaardige Brasiliaense Zee en Lantreize (...)</i> .	283
Fig. 53: Carta representando S. Tomé e Madras, incluída em <i>The Travels of the Abbé Carré, Vol. II</i> , Asian Educational Services, p. 517	284

Fig. 54: Levantamento expedito da fortaleza de S. Tomé durante a ocupação francesa de 1672-74, Archives nationales d'outre-mer, Base Ulysse [Em linha]	285
Fig. 55: A povoação fortificada de S. Tomé, ilustração por Bellin, 1756, in: Prevost, <i>Histoire Générale des Voyages</i> , Paris, MDCCCLI	290
Figs. 56 e 57: Duas versões do conjunto em que se inseria a igreja de S. Tomé. Detalhes das gravuras de S. Tomé de: Pedro Barreto Resende, <i>Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia</i> de António Bocarro, (1633 e 1635) e no <i>Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades,...</i> .reproduzido do Cód. nº 1471, Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, possivelmente uma cópia da primeira.	292
Fig. 58: A catedral de S. Tomé e o conjunto de edifícios que se situavam na sua proximidade, rodeados por uma muralha em que alguns troços estão em demolição, gravura referida a 1749, que ilustrava o relatório de D. António Noronha, conservada na Biblioteca e Arquivo de Évora	293
Fig. 59: Reprodução parcial de uma fotografia actual de satélite, reproduzida por Rossa em «Ásia Oceania», <i>Património de Origem Portuguesa no Mundo</i> , onde assinala a catedral e um possível traçado da muralha.	294
Fig. 60: Subsistência das principais linhas da malha urbana primitiva dos portugueses, ainda observável nas duas figuras, retiradas das plantas de Madras de 1858 (<i>Plan of Madras and its environs</i> engraved by J & C Walker, London, 1854) e de 1866 (<i>The Illustrated Map of Madras and its Suburbs corrected up to date</i> , J. Higginbotham, 1866, Madras).	296
Fig. 61: Secção retirada da planta de Madras de 1866 (<i>The Illustrated Map of Madras and its Suburbs corrected up to date</i> , J. Higginbotham, 1866, Madras).	297
Fig. 62: Desenho esquemático, identificando as principais linhas da estrutura urbana, de S. Tomé	298
Figs. 63 e 64: Duas sugestões para o traçado das muralhas exterior e interior em que na primeira acentuamos a possível localização e configuração dos baluartes.	301
Figs. 65, 66 e 67: Mastros de bandeira em Goa, Aguada e Tiracol. Extractos de gravuras de A. Lopes Mendes in <i>A India Portuguesa, Breve Descrição...</i> , 1886, Lisboa	302
Fig. 68: A antiga igreja catedral de S. Tomé, desenho cedido pelo Rev. James Doyle a Henry Love, publicado em <i>Vestiges of Old Madras</i> . Acedida a sua reprodução em <i>Hindu Times</i> [Em Linha].	304
Fig. 69: Representação esquemática da catedral no levantamento francês de 1674, em que se inclui o recinto do cemitério vendo-se cruces de sepulturas (em segundo plano, por cima da catedral).	305
Fig. 70: A antiga Catedral de São Thomé, demolida em 1893, in: <i>OLD MADRAS COLLECTION</i> , [em linha]	309
Fig. 71: Pormenor da planta de Madras. <i>Chennai, City Map</i> , Eicher Goodheart Ltd, 2008, New Delhi, Folha 84.	311
Fig. 72: Pormenor da planta de Madras. <i>Chennai, City Map</i> , Eicher Goodheart Ltd, 2008, New Delhi, Folha 83	312
Fig. 73: Pedra tumular não identificada, conservada no museu da Catedral, reprodução de foto do folheto explicativo do templo	314